

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Arquitetura

Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído  
e Patrimônio Sustentável

# Territórios desejan-tes: a multidão nas Jornadas de Junho de 2013

Maíra Ramirez Nobre



Belo Horizonte - MG  
2023

Maíra Ramirez Nobre

## Territórios Desejantes: a multidão nas Jornadas de Junho de 2013

Tese apresentada no Curso de Doutorado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para o título de Doutora em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Linha de Pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientadora: Profa Dra. Natacha Silva Araújo Rena

Belo Horizonte, 2023.



### FICHA CATALOGRÁFICA

N754t Nobre, Maíra Ramirez.  
Territórios desejanter [manuscrito] : a multidão nas Jornadas de Junho de 2013 / Maíra Ramirez Nobre. – 2023.  
655 p. : il.

Orientadora: Natacha Silva Araújo Rena.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Multidões – Teses. 2. Movimentos de protesto – Teses. 3. Comportamento de massa – Teses. 4. Guerra híbrida – Teses. I. Rena, Natacha Silva Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 322.440981



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**"Territórios Desejantes: a multidão nas Jornadas de Junho de 2013"**

**MAIRA RAMIREZ NOBRE**

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **vinte de novembro de dois mil e vinte e três**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída, pelos seguintes professores:

**Profa. Dra. Ana Isabel Junho Anastasia de Sá**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais/IFMG

**Prof. Dr. Gilberto de Assis Libanio**

Faculdade de Ciências Econômicas/UFMG

**Profa. Dra. Gisela Barcellos de Souza**

Escola de Arquitetura/ UFMG

**Prof. Dr. Javier Alberto Vadell**

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUCMG

**Pof. Dr. Marcelo Reis Maia**

Escola de Arquitetura/UFMG

**Pofa. Dra. Natacha Silva Araújo Rena - Orientadora**

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Javier Alberto Vadell, Usuário Externo**, em 21/11/2023, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Silva Araujo Rena, Professora do Magistério Superior**, em 21/11/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisela Barcellos de Souza, Professora do Magistério Superior**, em 21/11/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Reis Maia, Professor do Magistério Superior**, em 23/11/2023, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto de Assis Libanio, Professor do Magistério Superior**, em 24/11/2023, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Isabel Junho Anastasia de Sá, Usuária Externa**, em 24/11/2023, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2821959** e o código CRC **FFC10725**.

## Agradecimentos

Agradeço a Deus.

Há tantos de mim e de outros nessa tese que me dificulta agradecer nominalmente a cada um que esteve presente neste longo e intenso processo. Por isso, iniciarei celebrando os mais próximos, minha mãe, Raquel, e meu pai, Renarde, que não se afastaram de mim por nenhum momento, ainda que eu o tenha feito em diversos, devido à intensidade do pensamento e da própria vida que se impôs continuamente durante os últimos quatro anos (e ainda bem!). Nestas linhas eles se fazem presentes não apenas pela temática que atravessa a psicanálise e as ciências sociais, demonstrando a profundidade das raízes de afeto e conhecimento nas quais me firmo e sobre as quais flutuo em expansão e corte, mas também no cotidiano do amor que nos atravessa. Amor esse, notadamente marcado pela figurinha do Tom, agora não mais tão baixinho quanto outrora, mas que me inundou com sua alegria nos mais diversos momentos ao longo desses anos. Em sequência, sigo a linhagem dessa árvore rizoma familiar para agradecer a meus avós, tios, primos e amigos, nos quais também fiz morada - ainda que inconstante e, por vezes, atravessada pelos vazios de ausências de diversas ordens. Foi em vocês que, várias vezes, encontrei o abrigo e o sorriso que me faltavam. Com profunda intensidade, celebro os grandes encontros que essa pesquisa me permitiu e que vêm se desdobrando e reinventando desde 2017, com a entrada no mestrado. Assim, festejo o acontecimento Natacha em minha vida, que me atravessou em diversas ordens permitindo sermos mais que orientadora e orientanda, uma combustão de amor, pesquisa, pensamento e as mais diversas potencialidades que esse encontro pode ter. Na esteira da Natacha, celebro meus dois grandes presentes, Danilo e Henrique, que, a todo tempo, independentemente da distância, estiveram presentes nessa jornada. Danilo com seu jeito sábio de falar as coisas, às vezes sério, noutras poucas, risonho, mas sempre pronto ao encontro, ao diálogo, ao conselho e claro, a tomar uma ou duas cervejas. Henrique, um menino, acho que o maior menino que já conheci, capaz de fazer movimentar meu pensamento e ímpeto de trabalho como ninguém. Foi nele que me apoiei quando achei que não conseguiria escrever nada que está aqui e, então, é a ele que atribuo grande parte do pensamento que registro por estas páginas. Henrique, Danilo e os demais colegas de pesquisa, incendiaram meu corpo e mente em reuniões intensas, por vezes longas, nas quais debatemos temas complexos advindos da filosofia e da geopolítica. Assim, agradeço e dedico esta tese às companheiras e aos companheiros do *Indisciplinar* e do *GeoPT*. Celebro, ainda, os demais encontros que a vida me trouxe: Grasi, com sua seriedade e perguntas deveras incômodas, mas

sempre afetivas, sobre os temas que eu me propunha abordar, agradeço pela parceria em diversos trabalhos e momentos da vida - você me ensinou muito; Maíra por sua leveza que me faz mover por diferentes espaços e vivências; Lau, Helena, Renata, Karine, Susan, Isa, Rafa e Fernanda, pelo afeto transbordante dos encontros - ainda que longínquos; Mari, Quel, Ramon, B2, Gio, Ju e Rah, pela amizade que já dura tantos anos. Agradeço, também, o meu reencontro com Carol e Nandinha, que me acompanharam na reta final me ajudando com texto, imagens, risadas, cervejas, fogueiras e acolhimento. À Carol, em especial, agradeço não só pelo árduo trabalho com as imagens e gráficos desta tese, mas pelo amor profundo e intenso que temos vivenciado nestes tempos, pelo companheirismo, força, afeto, admiração que me desperta e pela descoberta de uma outra forma de viver e ser feliz que temos experimentado. Celebro, ainda, meus grandes mestres da Arquitetura e indescritíveis amigos Flávia e Rafael, não apenas pelo amor transbordante e pelo apoio incondicional, mas pelo exemplo e pela disposição em ajudar sempre. Espero conseguir ser parte dos professores que vocês me ensinaram e seguem me ensinando a ser. Assim, não posso deixar de ser grata aos membros da banca de qualificação que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste trabalho - Gisela, Fábio, Marcelo e Lucas - e àqueles que estarão presentes na banca final, aos quais confio cada parte desta tese. Por fim, agradeço à Universidade Federal de São João del-Rei, seus professores e alunos, pela minha graduação e oportunidade de lecionamento que se deu no ano passado; à Universidade Presidente Antônio Carlos, pelo ano de trabalho e aprendizado que me proporcionou; ao Programa de pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pelos seis anos que me acolheu e apoiou desde o desenvolvimento da dissertação até a conclusão deste processo de doutoramento; à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, por viabilizar minha formação; aos Grupos de Pesquisa Indisciplinar e GeoPT por tamanho aprendizado e por terem feito de mim, uma pesquisadora - destacando, neste momento, a Pesquisa Cartografia da Percepção do Orçamento Participativo à qual venho me dedicando ao longo dos últimos quatro anos -; e à Fapemig e à CAPES pelo apoio financeiro sem o qual não seria viável desenvolver este trabalho. Celebro, enfim, o ensino público deste país, o fomento à pesquisa e o valor atribuído à produção de pensamento.



## Resumo

Dez anos depois das Jornadas de Junho de 2013, principal levante brasileiro do século XXI, muito ainda se especula a respeito do que foi aquele fenômeno das ruas. Entre a filosofia e a geopolítica, esta cartografia se dedica a investigar tal acontecimento à luz dos conceitos de multidão (HARDT; NEGRI, 2012, 2014) e Guerra Híbrida (KORYBKO, 2018; LEIRNER, 2020). Olhar 2013 pode ser um caminho para repensar a aposta biopolítica da multidão a partir de uma perspectiva do Sul-Global. Assim, dividida em três partes, esta tese propõe um mergulho na formação da multidão (tanto como conceito, quanto como acontecimento) desde a fase embrionária, marcada pelos levantes dos anos 60, até a sua efervescência latente, no ciclo de lutas de 2011. Nesse contexto, a cidade e os movimentos sociais (sua formação, diferenciação e atuação na contemporaneidade) entram em pauta como duas formas de olhar para o enxame multitudinário que se expande e ocupa diversos tecidos urbanos. Por fim, dedica-se a um mergulho no terreno das Jornadas brasileiras, cartografando seus principais acontecimentos e narrativas.

Palavras-chave: Jornadas de Junho de 2013; multidão; guerra híbrida; Império.



## **Abstract**

Ten years after the 2013 Brazilian protests, the main Brazilian uprising of the twenty-first century, much is still speculated about what that phenomenon on the streets was all about. Showcasing both philosophy and geopolitics, this cartography is devoted to the investigation of such an event, taking in consideration the concepts of multitude (HARDT; NEGRI, 2012, 2014) and hybrid warfare (KORYBKO, 2018; LEIRNER, 2020). Looking at 2013 may be a way to rethink the biopolitical gamble of multitude from a Global South perspective. Thus, divided into three parts, this thesis proposes a dive into the formation of the crowd (both as a concept and as an event) from the embryonic phase, marked by the uprisings of the sixties, to its latent effervescence, in the cycle of struggles of 2011. In this context, both the city and social movements (their formation, differentiation, and performance in contemporary times) come into play as two ways of looking at the multitudinous swarm that expands and occupies diverse urban spaces. Finally, this study is committed to take a dive into the terrain of the 2013 Brazilian protests, mapping its main events and narratives.

Keywords: 2013 Brazilian Protests; Multitude; Hybrid Warfare; Empire.

## Lista de Figuras

Figura 1 - Traços comuns a Goupil, Recanati e membros da JCR. Morrer aos trinta anos .....	94
Figura 2 – Cartazes na França de 1968. O fundo do ar é vermelho.....	95
Figura 3 – Noite das Barricadas.....	97
Figura 4 – Maio estudantil.....	99
Figura 5 - Os três principais blocos geopolíticos em (movimento e) disputa global.....	201
Figura 6 - Linha do tempo dos movimentos sociais segundo Gohn (2014b) .....	223
Figura 7 - Diferença entre Militância e Ativismo, Árvore e Rizoma .....	230
Figura 8 - Níveis da Escada da Participação segundo Arnstein (2002) e Souza (2002).....	255
Figura 9 - Captura de tela da seção do site da Fundação Ford dedicada ao histórico de financiamentos.....	310
Figura 10 - Fundações financiadas pela Fundação Ford entre 2006 e 2019.....	311
Figura 11 - Concentração geográfica de investimentos .....	312
Figura 12 - Financiamentos realizados pela Fundação Ford em 2006. ....	316
Figura 13 - Financiamentos realizados pela Fundação Ford em 2013. ....	316
Figura 14 - Financiamentos realizados pela Fundação Ford em 2019. ....	317
Figura 15 - Co-financiamentos da Fundação Ford. A escala dos círculos representa a quantidade de financiamentos em comum que determinada instituição tem com a Fundação Ford.....	320
Figura 16 - Captura de tela da página de financiamentos feitos pela Open Society .....	323
Figura 17 - - Informações acerca de cada doação feita pela OSF.....	323
Figura 18 - Fundações financiadas pela Open Society entre 2016 e 2020.....	324
Figura 19 - Concentração geográfica de investimentos na América Latina por país, e no Brasil por Unidades da Federação.....	325
Figura 20 - Financiamentos realizados pela OSF em 2016.....	329
Figura 21 - Financiamentos realizados pela OSF em 2017.....	330
Figura 22 - Financiamentos realizados pela OSF em 2018.....	330
Figura 23 - Financiamentos realizados pela OSF em 2019.....	331
Figura 24 - Financiamentos realizados pela OSF em 2020.....	331
Figura 25 - Co-financiadores da OSF em projetos no Brasil .....	333
Figura 26 - Imagem ilustrativa do banco de dados da cartografia das categorias .....	363
Figura 27 - Imagem ilustrativa do banco o quadro resumo da cartografia das categorias .....	366
Figura 28 - Solidarity posters from Brazil to Turkey and from Turkey to Brazil .....	405

Figura 29 - Estratégia de ocupação da Puerta del Sol (2011) .....	424
Figura 30 - Biblioteca no acampamento da praça Puerta del Sol, em Madri, em 29 de maio de 2011 .....	424
Figura 31 - Visor de la carga emocional el día 15 de Mayo de 2011. Muestra la alta emocional y velocidad de la red el mismo 15 de mayo .....	426
Figura 32 - Comparação entre publicações no Twitter no dia 15 de maio por volta das 19h e os posteriores resultados das eleições municipais espanholas .....	430
Figura 33 - Fluxo de consenso e sinais manuais no movimento Occupy .....	439
Figura 34 - A nova marcha dos 100 mil - Reportagem O Globo.....	455
Figura 35 - Reportagem O Globo, 25/06/2007 - Rocinha e Vidigal vão ao leblon e voltam em paz .....	457
Figura 36 - Contraste entre os protestos - reportagem de O Globo em 30/06/2013 .....	458
Figura 37 - Capas de jornal em 21/06/2013 .....	461
Figura 38 - Autodefinição do Mídia Ninja .....	554
Figura 39 - Financiamento Mídia Ninja.....	560
Figura 40 - Propaganda da Fiat: Vem pra rua.....	576
Figura 41 - Propaganda do uísque Johnnie Walker .....	577
Gráfico 1 - Montante doado x número de doações por ano da Fundação Ford no Brasil (1960-2001) .....	309
Gráfico 2 - Montante de doações por década por tipo de organização pela Fundação Ford no Brasil (1960-2001) .....	309
Gráfico 3 - Instituições que receberam mais de 1 milhão de dólares da Fundação Ford, levando em conta os financiamentos de 2006 a 2019 Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial. ....	313
Gráfico 4 - Proporção das doações anuais em relação às pautas pré categorizadas na pesquisa. As porcentagens foram obtidas analisando as descrições fornecidas pela Ford em relação a cada financiamento.....	315
Gráfico 5 - Montantes enviados às instituições financiadas pela OSF .....	326
Gráfico 6 - Variação de pautas financiadas pela OSF por ano.....	328
Quadro 1 - Tema de referência seção 3.1 O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejante e à esquizofrenia dos anos 1960 .....	76

Quadro 2 - Temas de referência seção 3.2 Capitalismo Mundial Integrado: desejo e produção de subjetividade.....	86
Quadro 3 - Temas de referência seção 3.3 A Juventude dos anos 1960 e a emergência de novas subjetividades.....	92
Quadro 4 – Os Quatro Maios de Badiou em A Hipótese Comunista (2012).....	102
Quadro 5 - Temas de referência seção 3.4 O florescer da nova esquerda: breve relato sobre o levante francês de 1968.....	102
Quadro 6 - Temas de referência seção 3.5 Maio de 68 e a composição da nova ordem capitalística.....	107
Quadro 7 - Temas de referência seção 3.6 A emergência da acumulação flexível: um olhar histórico-econômico para as transformações da segunda metade do século XX.....	112
Quadro 8 - Temas de referência seção 3.7 Neoliberalismo, dívida e produção de subjetividade.....	121
Quadro 9 - Temas de referência seção 3.8 Império: biopoder, biopolítica e sociedade de controle.....	133
Quadro 10 - Temas de referência seção 4 A legião multitudinária.....	143
Quadro 11 - Temas de referência seção 4.1 A aposta multitudinária como projeto do comum	161
Quadro 12 - Temas de referência seção 4.2 Tecropolítica e a produção de subjetividade na era digital.....	177
Quadro 13 - Temas de referência seção 5 Alguns desdobramentos geopolíticos do século XXI: as tensões sobre o Império e as Guerras Híbridas como estratégia de disputa global.....	181
Quadro 14 - Temas de referência seção 5.1 As forças que vem do leste: uma possível modificação nas estruturas de poder imperial.....	189
Quadro 15 - Temas de referência seção 5.3 Geopolítica na atualidade: algumas questões ...	198
Quadro 16 - Temas de referência seção 6.1 Guerrilhas e movimentos sociais: a composição das lutas e a chegada da multidão.....	208
Quadro 17 - Temas de referência seção 6.1.1 Das guerrilhas camponesas às revoluções rizomáticas globais.....	218
Quadro 18 - Principais diferenças entre os movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos.....	226
Quadro 19 - Temas de referência seção 6.1.2 Os movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do Muro de Berlim.....	233
Quadro 20 - Temas de referência seção 6.2 Nem Estado, nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade.....	235

Quadro 21 - Temas de referência seção 6.2.1 Crise financeira de 2008 e as Cidades Rebeldes .....	247
Quadro 22 - Temas de referência seção 6.2.2 Democracia e representatividade em crise: um impulso para as manifestações.....	260
Quadro 23 - Temas de referência seção 6.2.3 Ocupar para manifestar: a atuação dos coletivos contemporâneos na composição das lutas sociais .....	269
Quadro 24 - Temas de referência seção 7.1 A nova configuração capitalística sob a égide das instituições supranacionais .....	281
Quadro 25 - Tema de referência seção 7.2 O Brasil dos anos 1990: entre a participação social e a dominação pela dívida .....	292
Quadro 26 - Temas de referência seção 7.3 O Brasil dos anos 2000 e a aproximação entre a sociedade e o Estado .....	299
Quadro 27 - Categoria analítica seção 7.4 O abandono da relação sociedade-Estado e a consolidação de um sistema filantrópico internacional.....	303
Quadro 28 - Pautas para análise dos financiamentos das Fundações imbricadas na rede financeiro-filantrópica internacional.....	307
Quadro 29 - Relação entre as Seções e os Temas de Referência.....	345
Quadro 30 - Categorias analíticas para análise das Jornadas de Junho de 2013.....	349
Quadro 31 - Mídias divididas por blocos de interesse geopolítico para a cartografia das categorias.....	359
Quadro 32 - Modelo para inserção das informações entre as categorias e as mídias.....	361
Quadro 33 - Modelo de preenchimento do quadro resumo das categorias para análise .....	367
Quadro 34 - Exemplo de preenchimento do quadro resumo das categorias para análise .....	368
Quadro 35 - Situação econômica brasileira em 2002 e 2013.....	442
Quadro 36 - Cartografia das categorias - Dados gerais .....	469
Quadro 37 - Cartografia das categorias - Geopolítica - dinâmicas e interesses geopolíticos .	472
Quadro 38 - Cartografia das categorias - Geopolítica - situação nacional.....	475
Quadro 39 - Cartografia das categorias - Geopolítica - financiamento .....	478
Quadro 40 - Cartografia das categorias - Subjetividades - culpabilização, segregação e infantilização.....	479
Quadro 41 - Cartografia das categorias- Subjetividades - cultura .....	481
Quadro 42 - Cartografia das categorias - Subjetividades - vocabulário neoliberal.....	483
Quadro 43 - Cartografia das categorias - Levante - intensidade .....	484
Quadro 44 - Cartografia das categorias - Levante - identidade .....	486

Quadro 45 - Cartografia das categorias - Levante - liderança e espontaneidade .....	488
Quadro 46 - Cartografia das categorias - Levante - diversidade/multiplicidade .....	490
Quadro 47 - Cartografia das categorias - Levante - táticas e estratégias .....	491
Quadro 48 - Cartografia das categorias - Levante - estrutura .....	493
Quadro 49 - Cartografia das categorias - Levante - referências .....	494
Quadro 50 - Cartografia das categorias - Levante - sujeito social .....	495
Quadro 51 - Cartografia das categorias - Atores Humanos - nacionais .....	496
Quadro 52 - Cartografia das categorias - Atores Humanos - internacionais .....	498
Quadro 53 - Cartografia das categorias - Pautas - temas e narrativas .....	499
Quadro 54 - Cartografia das categorias - Pautas - antagonismos .....	503
Quadro 55 - Cartografia das categorias - Ações coletivas - táticas e estratégias de ocupação	505
Quadro 56 - Quadro 54: Cartografia das categorias - Ciclo de lutas - influência entre os levantes .....	506
Quadro 57 - Cartografia das categorias - Comunicação - relatos das mídias oficiais .....	508
Quadro 58 - Cartografia das categorias - Comunicação – narrativas dos policiais .....	513
Quadro 59 - Cartografia das categorias - Comunicação - mídia, internet, redes sociais e falas dos manifestantes .....	514
Quadro 60 - Cartografia das categorias - Espaço - táticas e estratégias de ocupação .....	516
Quadro 61 - Cartografia das categorias - Espaço - ocupações urbanas .....	518
Quadro 62 - Cartografia das categorias - Esquerdas - sem partido .....	519
Quadro 63 - Cartografia das categorias - Esquerdas - ataques a partidos e grupos da esquerda tradicional (disputa entre esquerdas) .....	521
Quadro 64 - Cartografia das categoria - Esquerdas - emergência da nova esquerda .....	523
Quadro 65 - Cartografia das categoria - Movimentos sociais - Militância X Ativismo .....	524
Quadro 66 - Cartografia das categorias - Movimentos sociais - tipos de movimentos .....	525
Quadro 67 - Cartografia das categorias - Estado - relação entre os manifestantes e o Estado	526
Quadro 68 - Cartografia das categorias - Desdobramentos .....	531
Quadro 69 - Pesquisa DataFolha 20 de junho de 2013 - São Paulo .....	537

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AEI	American Enterprise Institute
AEIS	Área Especial de Interesse Social
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APC	Association for Progressive Communications
Apeoesp	Sindicato dos Servidores da Rede pública de São Paulo
APH	Assembleia Popular Horizontal
ASF	Arquitetas Sem Fronteiras
BBS	Bulletin Board System
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	Central Intelligence Agency
CGT	Confederação Geral do Trabalho
CMI	Capitalismo Mundial Integrado
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



CNV	Comunicação Não Violenta
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Conlutas	Sindicato dos metroviários e dos servidores da justiça
COPAC	Comitê de Atingidos pela Copa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSFA	Conselho Superior das Forças Armadas
CsO	Corpo sem Órgãos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAN	Direct Action Network
DARPA	Agência de Pesquisa Avançada de Defesa
DRY	Democracia Real Ya
DU	Direitos Urbanos
EDGE	Engaged Donors for Global Equity
EPL	Estudantes pela Liberdade
EREA	Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura
EUA	Estados Unidos da América
EurAsEC	Comunidade Econômica Eurasiática
EZLN	Exército Zapatista pela Libertação Nacional
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
FdE	Fora do Eixo
Feltraf	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FEM	Fórum Econômico Mundial
FeNEA	Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura
FF	<i>Ford Foundation</i>
FGV	Fundação Getulio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
FTNG	The Founders Network on Trade and Globalization
GeoPT	Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial
GPUs	Grandes Projetos Urbanos
GRRN	Global Revolution Research Network
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IFIs	Instituições Financeiras Internacionais
IMC	Independent Media Center
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRI	International Republican Institute
KPD	Partido Comunista da Alemanha
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MBL	Movimento Brasil Livre
MCMV	Minha Casa Minha Vida
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MPL	Movimento Passe Livre
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NASA	Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento

NDI	National Democratic Institute
NED	National Endowment for Democracy
NSA	Agência de Segurança Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSF	<i>Open Society Foundation</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUC	Operação Urbana Consorciada
OWS	Occupy Wall Street
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Plano de Ajuste Estratégico
PAH	Plataforma de los Afectados por la Hipoteca
PC	Partido Comunista
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCCh	Partido Comunista Chinês
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCI	Partido Comunista Italiano
PCO	Partido Comunista Operário
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDC	Ponto de Contato
PDS	Partido Democrático da Esquerda
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PP	Partido Popular
PPA	Plano Plurianual Participativo
PPP	Parceria Público Privada
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RT	Russian Television
SCO	Shanghai Cooperation Organization
Sindpol	Sindicato dos Servidores da Polícia Civil
Sind-Ute	Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação
SMISC	Programa de Mídias Sociais e Comunicações Estratégicas
SPD	Partido Social-Democrata da Alemanha
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TAR	Teoria Ator Rede
TINA	There is no alternative
Ubes	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEE	União Econômica Eurasiática
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGTT	Union Générale Travailleurs Tunisiens

UNASUL	A União de Nações Sul-Americanas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UniFdE	Universidade Fora do Eixo
UOC	Universitat Oberta de Catalunya
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
USPD	Partido Social-Democrata Independente da Alemanha
VPR	Vem pra Rua
WSPU	Women's Social and Political Union
WWW	World Wide Web
ZAT	Zona Autônoma Temporária
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

## Sumário

1 Introdução.....	22
1.1 O conceito de multidão.....	27
1.2 Estrutura da tese .....	33
2 Método.....	39
2.1 O pós-estruturalismo .....	49
2.1.1 O pensamento e a genealogia em Foucault.....	53
2.1.2 Deleuze e a filosofia da diferença .....	57
2.3 Algumas observações pertinentes aos platôs.....	62
 PARTE I - A CONSTITUIÇÃO DA MULTIDÃO: UM DEBATE TEÓRICO	
3 Rearranjos geopolíticos subjetivos na conformação de uma nova lógica capitalística a partir da segunda metade do século XX .....	67
3.1 O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejante e à esquizofrenia dos anos 1960 .....	69
3.2 Capitalismo Mundial Integrado: desejo e produção de subjetividade .....	76
3.3 A juventude dos anos 1960 e a emergência de novas subjetividades .....	86
3.4 O florescer da nova esquerda: breve relato sobre o levante francês de 1968 .....	92
3.5 Maio de 68 e a composição da nova ordem capitalística .....	103
3.6 A emergência da acumulação flexível: um olhar histórico-econômico para as transformações da segunda metade do século XX.....	108
3.7 Neoliberalismo, dívida e produção de subjetividade .....	112
3.8 Império: biopoder, biopolítica e sociedade de controle .....	122
4 A legião multitudinária.....	134
4.1 A aposta multitudinária como projeto do comum .....	143
4.2 Tecnopolítica e a produção de subjetividade na era digital.....	162

5 Alguns desdobramentos geopolíticos do século XXI: as tensões sobre o Império e as Guerras Híbridas como estratégia de disputa global .....	178
5.1 As forças que vem do leste: uma possível modificação nas estruturas de poder imperial .....	182
5.2 Apostas multitudinárias no Sul-Global como possibilidade de elucubrações de Guerras Híbridas.....	189
5.3 Geopolítica na atualidade: algumas questões .....	199

## PARTE II - A MULTIDÃO NA CIDADE

6 Territórios desejanter: a cidade entre o palco e o centro das lutas .....	206
6.1 Guerrilhas e movimentos sociais: a composição das lutas e a chegada da multidão ....	207
6.1.1 Das guerrilhas camponesas às revoluções rizomáticas globais .....	208
6.1.2 Os movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do Muro de Berlim	218
6.2 Nem Estado, nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade .....	233
6.2.1 Crise financeira de 2008 e as Cidades Rebeldes.....	236
6.2.2 Democracia e representatividade em crise: um impulso para as manifestações .....	247
6.2.3 Ocupar para manifestar: a atuação dos coletivos contemporâneos na composição das lutas sociais .....	261
7 Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional.....	270
7.1 A nova configuração capitalística sob a égide das instituições supranacionais .....	272
7.2 O Brasil dos anos 1990: entre a participação social e a dominação pela dívida .....	281
7.3 O Brasil dos anos 2000 e a aproximação entre a sociedade e o Estado .....	293
7.4 O abandono da relação sociedade-Estado e a consolidação de um sistema filantrópico internacional.....	299
7.5 Aproximação cartográfica da rede financeiro-filantrópica internacional .....	304
7.6 Rede Financeiro-Filantrópica Internacional: algumas questões.....	334



### PARTE III - AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013: A MULTIDÃO EM AÇÃO?

8	Percurso cartográfico.....	344
8.1	Seleção de fontes de informação, sistematização e análise de mídias.....	354
9	As Jornadas de Junho de 2013 e a multidão no Brasil.....	371
9.1	O ciclo de lutas como aposta multitudinária.....	373
9.1.1	A multidão em gestação: insurgências entre 1990 e 2007 .....	374
9.1.2	A multidão em ação: ciclo de lutas de 2011 .....	399
9.2	Jornadas de Junho de 2013: contexto e controvérsias .....	441
9.2.1	Junho em protesto: a multidão nas ruas brasileiras .....	448
9.2.2	Cartografia das categorias .....	464
9.2.3	13 de junho de 2013: outras cores nas ruas .....	536
9.3	Cartografia dos principais atores humanos coletivos que compuseram as Jornadas de Junho .....	542
9.4	Jornadas de 2013: produção de subjetividade e Guerra Híbrida? .....	574
9.4.1	E depois de junho? .....	584
9.4.2	Os desdobramentos das Jornadas de Junho como elementos indicativos de uma possível Guerra Híbrida .....	605
	Considerações Finais .....	618
	Referências Bibliográficas .....	635
	APÊNDICE A - Referências midiáticas para cartografia das categorias.....	648

# 1 Introdução

Dez anos depois da realização de uma das maiores mobilizações sociais presenciadas pelo Brasil, as Jornadas de Junho de 2013, observa-se uma explosão de textos que se dispõem a analisar e apresentar algumas respostas tanto a respeito da composição, quanto dos desdobramentos do levante. Ainda bastante controversa e sujeita a diferentes narrativas, as Jornadas brasileiras têm sido, ao longo desses últimos anos, uma pedra no sapato do campo progressista que, de alguma forma, percebe-se culpado pelo Golpe<sup>1</sup> estabelecido sobre a Presidenta Dilma em 2016. Assim, buscando compreender os desdobramentos daquelas onda de manifestações, bem como a forma como foram gestadas, vários intelectuais, artistas e ativistas, que, em sua maioria estiveram envolvidos nas insurgências, se dispõem a debater o evento. Entretanto, o que se observa de forma geral, é uma tendência a narrativas que, em um primeiro momento se apoiavam no teor da festividade potente dos atos e que, posteriormente, se contentam com a imagem de uma apropriação realizada por grupos conservadores sobre as manifestações inicialmente legítimas e espontâneas - o que acabou levando à composição política polarizada e destrutiva vivenciada pelo país até o ano de 2022. Entretanto, aproximando-me da leitura destes materiais, além daqueles tantos produzidos no calor das Jornadas, sem um distanciamento histórico para sua análise, tenho percebido a necessidade de complexificação deste debate trazendo elementos mais diversos, diferentes perspectivas, narrativas e atores para um mesmo campo de investigação, visando ampliar a rede que atravessa pensamentos e ações imbricados nas Jornadas em busca de novas e multiplicável controvérsias.

Esta tese é fruto de uma investigação que vem sendo desenvolvida, desde 2018, junto ao *Grupo de Pesquisa Indisciplinar* sob orientação da Professora Natacha Rena. A primeira fase de análise teve como desdobramento a dissertação *Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008*<sup>2</sup>, publicada em 2019. Naquela ocasião, a pesquisa sobre as insurgências que tomaram o mundo no ciclo de lutas de 2011 foi iniciada com um estudo específico dos casos do 15M realizado na Espanha em 2011, do *Occupy Wall Street* de Nova Iorque, também em 2011, e das Jornadas de Junho de 2013 ocorridas no Brasil. Como debate teórico foram investigados conceitos como o de neoliberalismo, globalização, revolução, reforma, contra-conduta, insurreição e levante, que subsidiaram, por exemplo, a escolha dos termos levantes e

---

<sup>1</sup> Segundo a definição de Álvaro Bianchi, em *O que é um golpe de Estado?*, de forma sintética, o golpe de Estado pode ser definido como uma mudança institucional que é promovida por uma fração do aparelho do Estado, com uso de recursos excepcionais que não compõem as regras usuais do jogo político.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://files.indlab.net/producao-ind/dissertacoes/maira-ramirez-nobre.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

insurreições para designar os movimentos analisados. Desta forma, foi possível também, modificar e aprofundar o modo de olhar para tais eventos dando origem à proposta aqui apresentada. Se naquela ocasião nos colocamos a pensar, a exemplo de Georges Didi-Huberman (2017), o motivo pelo qual os sujeitos se sublevam, aqui, a pergunta foi aprofundada com base em um questionamento a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011b) quando os autores se perguntam o que leva as pessoas a não se sublevarem frente à inúmeras injustiças. Sobrepondo tais questões, indaga-se porque, ainda que com motivos latentes para revoluções diárias, a população se insurge com pouquíssima frequência. Quais seriam possíveis gatilhos que levam levantes a eclodir em determinados momentos e não em outros? O que envolve a formação de um levante? Quem são os principais atores envolvidos nos levantes e quais os dispositivos mais utilizados para sua propagação e organização? Seria o sujeito multitudinário mais contaminado pela potência insurgente? Quais os possíveis movimentos de produção, reprodução, repressão e apropriação do capital frente à esta potência? Estes são alguns dos inúmeros problemas que atravessam este texto que, diferentemente do que o antecedeu, foca de forma mais latente na experiência brasileira pensando ao final, seus desdobramentos. Tendo em vista a extensão da investigação, optou-se que os demais levantes que compuseram semelhante ciclo de lutas, fossem analisados com foco na compreensão das Jornadas, indicando pontos de contato, distanciamentos, possíveis influências e relações entre os acontecimentos. Não sendo construída uma leitura específica focada em cada um dos casos.

Para o desenvolvimento desta investigação, optou-se pela mobilização e possível atualização do conceito de multidão, propondo um atravessamento com o pensamento a respeito do que se entende por Guerra Híbrida. Estas diferentes concepções delineadas sobre algumas mobilizações sociais contemporâneas serão debatidas em paralelo com uma análise a respeito das Jornadas de Junho, visando, justamente, uma leitura complexa do acontecimento que viaja da filosofia à geopolítica pousando sobre a cidade e suas inúmeras questões emergentes desde a formação das metrópoles.

No início do século XXI, os autores Michael Hardt e Antonio Negri lançaram um livro denominado *Multidão: guerra e democracia na era do Império*<sup>3</sup>. Era o segundo de uma trilogia iniciada por *Império*<sup>4</sup>, escrito em meados da década de 1990 e publicado em 2000, e que chegaria ao final com a publicação, em 2009, de *Bem-estar Comum*<sup>5</sup>. Na trilogia, uma concepção complexa da organização mundial contemporânea, globalizada e em constante estado de guerra, é

---

<sup>3</sup> Título original em inglês: *Multitude*.

<sup>4</sup> Título original em inglês: *Empire*.

<sup>5</sup> Título original em inglês: *Commonwealth*.

atravessada pela aposta na construção de uma nova realidade e, conseqüentemente, de uma outra e real democracia<sup>6</sup>, a partir daquilo que se entende como *comum*<sup>7</sup>. No caminho entre a univocidade imperial e a multiplicidade que compõe o espaço do comum, encontra-se a multidão. Multidão esta entendida como o motor imperial que, se de um lado, é produzida e vampirizada expandindo multidimensionalmente o poder do Império, de outro, constitui-se como a única potência capaz de tensioná-lo até seu rompimento.

É aí, neste enlace complexo de atuação da multidão, que se situa esta tese. Entre a otimista (mas não ingênua) aposta biopolítica multitudinária, em seus infinitos atravessamentos, desejos e estratégias geopolíticas, em suas paixões contagiantes, em seus desdobramentos controversos e as inúmeras questões que emergem a partir da experiência vivenciada nos acontecimentos que se propõem multitudinário. Depois de dezessete anos de lançamento do conceito, estaria na hora e seria possível atualizá-lo?

A multidão como conceito, pensamento, estratégia e aposta atravessou a construção de grande parte dos movimentos que compuseram o ciclo de lutas que se instalou mundialmente após a crise do capitalismo de 2008 e foi, para muitos dos artistas e intelectuais fomentadores dos levantes, um estímulo para acreditar progressivamente naquelas ações. A influência foi tão latente que no livro *Declaração: isto não é um manifesto*, Negri e Hardt (2016) reivindicam que o adjetivo “multitudinário” seja utilizado para caracterizar este momento insurgente global. Entretanto, apesar da viralização de levantes que atravessaram o mundo por aproximadamente 3 anos (entre 2011 e 2014), em nenhum dos casos observados a hipótese biopolítica multitudinária se desdobrou em um fortalecimento significativo desta potência e, tampouco, na emergência de algum rastro de horizonte do comum.

Quando, no expoente brasileiro dos levantes multitudinários - as Jornadas de Junho de 2013 -, observa-se não apenas uma frustração no processo de constituição de um mundo melhor, mas também um retrocesso político, econômico e social<sup>8</sup> pautado sobremaneira no fortalecimento

---

<sup>6</sup> A busca por uma democracia real se tornou um dos principais *slogans* do movimento 15M ocorrido da Espanha em 2011 que será abordado no platô 9.1 *O ciclo de lutas como aposta multitudinária*. A centralidade deste debate para o levante pode ser percebida, também, pelo nome de um dos principais atores atuantes nas manifestações: o *Democracia Real Ya (DRY)*.

<sup>7</sup> O *comum* não é público nem privado. É aquilo que pertence à multidão e, em gestão estatal, por exemplo, acaba escapando dela e não sendo designado a ninguém. A concepção do comum parte, então, de um governo da multidão de fato democrático que permita gestão daquilo que a pertence.

<sup>8</sup> Após as manifestações que tomaram as ruas em 2013, observa-se uma tendência à implementação de um caos social e político no país que se estendeu por todo o ano de 2014, marcando a progressiva perda de governabilidade da Presidenta da República. Naquele ano, a reeleição de Dilma Rousseff se deu em meio a inúmeras tensões que já anunciavam o agravamento dos entraves políticos. Em 2016 o Golpe de Estado pareceu inevitável. A desaceleração do crescimento observada ao longo dos anos anteriores, transformou-se em uma crise progressivamente agravada (principalmente após a eleição, em 2018, de Jair

de um reacionarismo radical, o conceito multidão acaba sendo colocado em xeque e, sobre ele, emergem inúmeros questionamentos. Ademais, quando, nesse mesmo contexto, observa-se diversos atravessamentos complexos e controversos na composição do levante, tais como a presença massiva de uma classe média despolitizada, a negação aos partidos e à política tradicional, a substituição dos movimentos sociais clássicos por ativistas, bem como uma multiplicidade de pautas sobrepostas e controversas guiadas por uma impossibilidade de diálogo com as instituições governamentais, novamente se faz perceber a necessidade de investigar e, quem sabe, repensar, a constituição multitudinária como uma aposta biopotente.

É na esteira destes questionamentos que se insere a tese aqui apresentada, cujo objeto se atém a uma problematização da constituição da multidão, olhando de forma mais aprofundada para os eventos relativos às Jornadas de Junho de 2013 - por se tratarem do exemplar braileiro destes levantes. Sendo a multidão simultaneamente um conceito e uma aposta na emergência de novos sujeitos políticos, sua análise se configura tanto sobre um terreno teórico, quanto sobre a experiência na seara insurgente que atravessa o mundo a partir dos anos 1990. As Jornadas de Junho de 2013 aparecem, então, como um acontecimento no qual aprofunda-se a investigação tendo como base os principais eventos ocorridos na composição do levante (utilizando fortemente a linha do tempo produzida ao longo da dissertação), uma série de categorias de análise criadas a partir da construção teórica de cada platô desta tese e uma análise de narrativas de diferentes grupos midiáticos a respeito das manifestações<sup>9</sup>. Entre formação conceitual e prática subversiva, a multidão se constrói como um fio condutor que atravessa e costura os múltiplos caminhos que se desdobram multilateralmente neste registro de pensamento.

De antemão, atenta-se ao fato de que o que se desenha com este fio não tem como direção final a comprovação ou não de determinada hipótese, nem mesmo a busca por uma resposta sólida a respeito de uma possível e certa aplicação do conceito de multidão aos eventos analisados. Pelo contrário! Um possível equívoco seria a tentativa de enquadramento de conceitos na realidade, aplicação forçada do pensamento no evento, tendo em vista que o conceito, como bem lembram Deleuze e Guattari (1992) é, antes de tudo, uma potência, uma multiplicidade. Assim, o que interessa aqui, é a realização de uma cartografia na qual problemas se multiplicarão em mais problemas, numa composição de virtualidades na qual a (pretensa)

---

Bolsonaro e a pandemia iniciada em 2020). Desemprego, dívidas, fome e miséria tornaram a assolar um Brasil cujo posicionamento frente às dinâmicas globais foi tornando-se cada vez mais apagado e subserviente. Este tema será mais bem abordado a seção 9.4 *Jornadas de 2013: produção de subjetividade e Guerra Híbrida?*

<sup>9</sup> Este aprofundamento analítico para o acontecimento brasileiro será realizado no último Platô da tese: 9 *Jornadas de Junho de 2013 e a multidão no Brasil*.

verdade não se coloca como finalidade, e que, no limite, nem entra muito em questão. Nesta cartografia, conforme poderá ser observado no platô *2 Método* em sequência, o que importa está no meio, por onde começamos e para onde nos direcionamos, no meio de todas as coisas que se abrem, deslocam e multiplicam rizomaticamente.

Tem-se, então, como objetivo geral desta tese, investigar o conceito de multidão e seus desdobramentos enquanto realização de uma aposta biopolítica, indicando diferentes perspectivas e atravessamentos que incidem sobre este pensamento por meio do desenvolvimento de uma rede progressiva de problematizações. As Jornadas de Junho de 2013 entram, então, como principal insurgência multitudinária a ser analisada.

Já os objetivos específicos podem ser considerados: (i) compreender as bases filosóficas que subsidiaram a concepção dos conceitos de Império e multidão, bem como os contextos (geo)políticos, econômicos e sociais em que se inserem estes pensamentos; (ii) criar, por meio da base teórica, categorias analíticas que direcionam a investigação das Jornadas de Junho; (iii) pensar possíveis agrupamentos midiáticos gerando uma análise de narrativas sobre as Jornadas que possibilitem uma compreensão geopolítica do contexto da insurgência; (iv) levantar possíveis atualizações necessárias e cabíveis também ao conceito de Império enquanto composição primordial da aposta multitudinária; (v) compreender o papel da produção de subjetividades enquanto ferramenta para fabricação de insurgências; (vi) apresentar a cidade e a questão urbana como parte fundamental na construção das lutas sociais emergentes nas últimas décadas do século XX pensando como o debate a respeito dos espaços públicos acabou se tornando central para as multidões; (vii) perpassar a composição dos movimentos sociais e suas teorias compreendendo as mudanças que ocorreram ao longo do tempo até se chegar em uma forma compatível ao devir multitudinário; (viii) atravessar os principais movimentos sociais brasileiros (focando nos urbanos) a partir da construção de sua luta desde o final do século passado, chegando nas Jornadas de Junho como o levante mais importante da atualidade e utilizando as categorias destacadas como uma das facetas de análise; (ix) investigar alguns desdobramentos deste levante para o cenário (geo)político, econômico e social nacional. Para subsidiar esta investigação será realizado um extenso debate em torno de diversos conceitos caros a este trabalho, formando uma rede de pensamentos interconectados, múltiplos e, em alguns momentos, controversos, que se desdobrarão em categorias e subcategorias de análise que conduzirão o olhar sobre os acontecimentos multitudinários.

## 1.1 O conceito de multidão

Primeiramente é preciso saber que todo conceito é uma multiplicidade composta por inúmeros componentes que se agenciam em uma superfície de contorno irregular. É por isso que “de Platão a Bergson o conceito é questão de articulação, corte e superposição. É um todo, porque totaliza seus componentes, mas um todo fragmentário. É apenas sob essa condição que pode sair do caos mental, que não cessa de espreitá-lo, de aderir a ele, para reabsorvê-lo.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 27). Destaca-se, assim, que todo conceito remete a um problema e este problema se faz estritamente necessário para que haja sentido no conceito. Não se trata, por outro lado, de perguntas que os conceitos podem responder, mas de problemas que se desdobram na pluralidade de sujeitos, suas relações e a forma como se agenciam estes conceitos. Conceitos são sempre agenciados e multiplicados mediante os problemas - nunca criados do nada e para o nada. Nem mesmo a filosofia cria conceitos deslocados dos problemas. Isso não significa que eles não tenham uma história, eles as têm, mas que esta história se desdobra em ziguezague, cruzando, por vezes, outros conceitos e outros problemas. “Num conceito, há no mais das vezes, pedaços ou componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos. Não pode ser diferente, já que cada conceito opera um corte, assume novos contornos, deve ser reativado ou recortado.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 29-30).

Nessa esteira de problemas se multiplicando, os conceitos permeiam, em Deleuze e Guattari (1992), a existência de um outro mundo possível, que possui uma realidade própria em si mesmo. É que cada conceito possui um devir que advém, justamente, de sua relação com conceitos adjacentes. Eles se acomodam, superpõem e coordenam seus contornos e problemas, em uma mesma filosofia, ainda que em diferentes histórias. Assim, um conceito “bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outras maneiras, mas que constituem outras regiões do mesmo plano”, não de forma a substituí-lo, mas criando uma encruzilhada de problemas que “se alia a outros conceitos coexistentes.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 30). Além disso, cada conceito tem componentes que também podem ser tomados como conceitos, levando o “universo” dos conceitos ao infinito e sua possível criação sempre ao meio, não havendo ponto zero, nem origem. Estes componentes acabam se tornando inseparáveis no conceito, ainda que distintos e heterogêneos, e contribuem para a formação de uma cadeia de conceitos, uma cadeia de devires conceituais que se conectam. “São essas zonas, limites, ou devires, esta inseparabilidade, que definem a consistência interior do conceito.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 32).



O conceito não é uma intenção sendo, portanto, incorporal. Ele não é uma essência ou uma coisa, mas um acontecimento. E por ser acontecimento que se move e remolda no tempo, não pode ser forçosamente encaixado como ponto de compreensão ou razão de uma coisa. É um ato de pensamento “operando em velocidade infinita.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 33). Por fim, o conceito é absoluto e relativo. Absoluto pela condensação que opera, lugar que ocupa e condição que impõe ao problema; e relativo a seus próprios componentes e a outros conceitos, ao plano que o limita e aos problemas que supõe resolver. “É absoluto como todo, mas relativo enquanto fragmentário” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 34) não sendo, em nenhum dos termos, discursivo. Ele não é proposicional nem advém de uma intenção, se move em coordenadas externas entrando, livremente, em ressonâncias não discursivas, em pontes trêmulas e desvios.

O conceito da multidão é uma aposta. A multidão pode ser compreendida como um novo ser social emergente no contexto do Império, uma nova carne, amorfa, que ainda não constitui um corpo, mas que, em algum momento, no encontro das singularidades, ganhará um contorno. Resta saber que contorno será este. Se por um lado ela pode se organizar como corpo social global do capital, por outro, Hardt e Negri (2012, p. 209) acreditam na possibilidade das “singularidades comuns se organizarem autonomamente através de uma espécie de 'poder da carne'”. Poder este capaz de atravessar e transformar a sociedade criando um novo mundo. Ao final, o conflito que se estabelece atualmente seria, então, entre essas duas formas que o corpo social da multidão pode assumir e os autores constroem seus argumentos direcionando para a possibilidade vigorosa da formação do comum.

Para entender a multidão, como este corpo controverso e em disputa, é preciso, em primeiro lugar, compreender o que é este “tal” Império, no qual a multidão é forjada enquanto nova carne social. O conceito de Império foi criado após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em alinhamento com a ideia cunhada por Francis Fukuyama (1992) de *fim de história*, no qual o período de conflitos teria acabado, dando início a uma nova fase na qual haveria um governo único condicionado pelo capitalismo. O Império representa, então, esta univocidade mundial à qual todos os indivíduos e nações estariam submetidos. As nações, na verdade, tenderiam, no seio do Império a, cada vez mais, se enfraquecerem e dissolverem, sendo a globalização elemento fundamental neste processo de unificação em escala planetária. No Império, os poderes Estatais passam a ser substituídos por agências multinacionais e as soberanias, outrora exercidas pelas nações, se colocam ao cargo de instâncias supranacionais.

Entretanto, de acordo com Hardt e Negri (2014), a gestação do Império antecede a queda do Muro de Berlim. Já no período após a Segunda Guerra Mundial, principalmente mediante a

conformação do acordo de Bretton Woods, agências multilaterais, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), foram criadas como instrumentos fundamentais para a emergência de um governo global unificado. Mesmo sentido, mas agora no âmbito das insurgências, os levantes dos anos 1960 e, principalmente Maio de 1968, são fundamentais para a conformação subjetiva desta nova ordem mundial na qual a imaterialidade, a criatividade, a fluidez, a flexibilidade e novos comportamentos sociais assumem destaque nos processos de produção capitalísticos<sup>10</sup>.

Nesse mesmo período é possível, também, observar uma modificação muito significativa na produção do pensamento de modo geral. Filósofos como Michel Foucault e Gilles Deleuze se apresentam na esteira de 68 como revolucionários do pensamento, que passa a ganhar novos rumos a partir de então. Herdeiros de Friedrich Nietzsche (1844 - 1900), estes pensadores formam a base filosófica de Hardt e Negri e, desta forma, os pilares para a sua leitura da realidade, bem como para a constituição do conceito de multidão. Junto a eles se encontra Guattari, grande parceiro de Deleuze, com o qual vai adentrar o debate no campo das subjetividades - entendendo-as como produzidas - e das singularizações - elemento que possibilitaria a construção biopotente da carne social da multidão.

É esta dupla, cujo pensamento está imerso em devires e complexidades, que apresenta no livro *O Anti-Édipo* (2011b) um elemento fundamental para um dos principais embates sobre a multidão: se ela se localiza no seio do poder do Império, do qual nada escapa, suas ações seriam sempre delineadas nesta lógica imperial ou sua potência criativa seria, em algum momento, capaz de tensioná-lo, ainda que, posteriormente, fosse cooptada pela poderosa força de mutabilidade do Império? Ou, nas palavras de Pelbart (2011, p. 23) "que capacidade social de produzir o novo está disseminada por toda parte, sem estar essa capacidade subordinada aos ditames do capital, sem ser proveniente dele nem depender de sua valorização?"

Essas são questões que lançam o pesquisador para um fluxo de pensamentos e indagações repetitivo ao infinito. Entretanto, a partir do momento em que Deleuze e Guattari (2011b) anunciam a realidade do capital como uma *quase causa*, os autores demonstram que o capitalismo (neste momento análogo ao Império) apresenta-se tão totalizante que, muitas vezes, pode sim ser tido como a causa de várias ações a ele aparentemente contrárias, sejam esquizofrênicas ou multitudinárias. Entretanto, os filósofos lembram que no "quase" reside a

---

<sup>10</sup> Utiliza-se, neste texto, o conceito de produção capitalística porque, de acordo com Guattari (2001), os modos de produção capitalísticos têm como característica uma não atuação exclusiva no que se entende pelos valores de troca, que são de ordem do capital e das semióticas monetárias. Eles se concentram também em um controle da subjetivação.

possibilidade do desvio, da ruptura e da linha de fuga que poderia ser representada pela imagem da biopotência da multidão.

Nesse contexto, as forças vivas presentes por toda parte na rede social deixam de ser apenas forças passivas à mercê de um capital insaciável, e passam a ser consideradas elas mesmas um capital, ensejando uma comunalidade de autovalorização. Em vez de serem apenas objeto de uma vampirização por parte do Império, são produtividade imanente e expansiva que o império se esforça em regular, modular, controlar. A potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção de novos desejos, é cada vez mais a fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo. (PELBART, 2011, p. 23)

Deslocando um pouco do campo do pensamento e adentrando o campo da economia, a herança dos anos 1960 é sentida na década seguinte com o fim do acordo de Bretton Woods, a emergência do padrão Petro-Dólar - que, de alguma forma, mantinha a hegemonia dos EUA sobre o mundo - e a crise do petróleo, de 1973. O novo padrão criativo e imaterial também contaminou a produção em todas as suas esferas, chegando ao que o geógrafo David Harvey (2008a) chamou de *acumulação flexível*. Em sequência, mais que a criatividade e a imaginação, a alma e a própria vida, se tornaram, assumidamente, ferramentas do capital com a emergência do *neoliberalismo* sendo utilizadas, a partir de então, de forma muito mais refinada e declarada. Enquanto *razão de mundo*, conforme colocado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo atua sobre as mais diversas escalas da vida: do Estado à esfera mais individual de cada sujeito. Com um uso excessivo de estratégias de produção de subjetividade, este novo sistema molda tudo a seu favor, inclusive as pretensas resistências a ele direcionadas.

As resistências ao neoliberalismo, de forma geral, configuram-se também como resistências à globalização, principalmente a partir dos anos 1990. Até então, as disputas travadas durante a Guerra Fria compunham, também, os campos insurgentes e revolucionários. Ainda que, muitas vezes, abordassem questões de caráter local, a bipartição, inclusive narrativa, acabava influenciando os motins. Entretanto, com o fim da URSS esses levantes passam a se configurar de outra forma, agindo localmente, mas vislumbrando e tangenciando o terreno global. Nesse contexto de totalização imperial, as manifestações, ainda que com temáticas específicas de cada território, invariavelmente apresentavam questões inerentes a outras localidades ou vinculadas à elementos de interesse mundial, como, por exemplo, críticas ao sistema de dominação capitalista, mais especificamente ao seu viés neoliberal, responsável por uma desigualdade socioespacial abismal, que viaja desde as micro até as macroescalas. Assim, Hardt e Negri (2012; 2014) começam a perceber nessas lutas, uma semente do devir multitudinário que

poderia se configurar em um novo corpo de resistência capaz de romper a supremacia imperial e modificar os rumos do mundo.

De Los Angeles a Porto Alegre, passando por Chiapas e Seattle, os autores observaram uma nova conformação da ação social na qual a comunicação interna e externa apresenta-se fundamental. Conformação esta balizada na aposta em uma “outra globalização”, ou seja, em uma subversão nos usos da tecnologia, principalmente da internet, para a articulação de uma possível revolução global.

Alguns anos mais tarde, mais precisamente a partir do final de 2010, dois anos após a crise do capitalismo de 2008, emergiu no mundo um ciclo de lutas cujo caráter multitudinário apresenta-se muito mais forte. Conceituados por Manuel Castells (2013) como *movimentos sociais em rede* e por Maria da Glória Gohn (2014b) como *novíssimos movimentos sociais*, os levantes que emergiram neste período apresentavam um caráter inovador: a potência tecnopolítica. Articulando redes e ruas, entre estratégias de comunicação viralizada na *internet* e a experiência corporal das ocupações, tais insurgências foram posteriormente reivindicadas por Negri e Hardt (2016) como de fato multitudinárias. Características vinculadas à uma pretensa espontaneidade, à sobreposição difusa de narrativas, à volatilidade, à ausência aparente de lideranças, bem como à capacidade de articulação em rede, são fundamentais para essa caracterização. Movimentos como a Primavera Árabe (2011), o 15M (Espanha, 2011), *Occupy Wall Street* (Nova Iorque, 2011), Parque Gezi (Turquia, 2013), Jornadas de Junho de 2013 (Brasil, 2013), Euromaidan (Ucrânia, 2013) e outros como os que ocuparam Grécia e Israel, compõem esse ciclo de lutas global. Entretanto, ainda que configurem um ciclo e apresentem muitas características comuns, tais eventos são compostos por singularidades e é preciso olhá-los crítica, cuidadosa e separadamente para compreender um pouco o que significa esse caráter multitudinário, suas diversas manifestações, suas ciladas e potências e, no limite, a forma como, atravessados por questões geopolíticas, acabam configurando-se de maneiras muito distintas em diferentes territórios.

Dessa forma, ao atentar-se especificamente ao levante brasileiro (2013), é preciso que o olhar atravesse diferentes elementos e se multiplique temática e temporalmente. Sabe-se que é impossível contemplar as Jornadas em sua totalidade sendo, portanto, necessário escolher algumas perspectivas sobre as quais se pretende observá-la. No caso desta tese, o olhar a respeito de 2013 se constrói a partir de cinco pontos principais que se atravessam e multiplicam em demais problemáticas, sendo abordadas transversalmente. O primeiro deles diz respeito à construção dos movimentos sociais de modo geral para, posteriormente, focar nas transformações sofridas pelos movimentos nacionais desde a década de 1970, atravessados

diretamente pela pauta da Reforma Urbana, bem como da participação social. Busca-se compreender, então, como se construiu, após a redemocratização brasileira, a relação entre Estado e sociedade civil, principalmente no que tange às questões relativas à cidade que, posteriormente, se fizeram fundamentais para a eclosão das Jornadas. Desse fio surge o segundo olhar lançado sobre o levante, no qual se observa a situação urbana brasileira daquele período, que surge como tema as principais reivindicações e atores que compuseram esta luta. O terceiro ponto diz respeito à situação econômica brasileira, bem como à sua posição no jogo de poder mundial, pensando nas estratégias geopolíticas adotadas pelos governos daquele contexto e analisando a latente situação de crise de democracia e representatividade que assolou todo o mundo e influenciou diretamente a composição do ciclo de lutas aqui analisado. Já o quarto olhar se deita sobre as principais narrativas proferidas por diferentes mídias (divididas por grupos de influência geopolítica) a respeito do levante, analisadas por categorias levantadas ao longo da composição teórica desta tese. Por fim, investiga-se alguns possíveis desdobramentos das Jornadas pensando seus impactos no cenário político, econômico e social nacional. Esta é uma pesquisa que utiliza uma análise transescalar e, portanto, considera-se que qualquer luta local possui direta ou indiretamente conexões nacionais e globais, seja a partir de atores envolvidos, de narrativas compartilhadas globalmente ou do modo de desenho dos levantes.

Por fim, é preciso destacar que estes pontos não são distribuídos de forma homogênea nem sequencial ao longo do texto, mas são abordados em diferentes momentos compondo as temáticas consideradas centrais para desenvolvimento da proposta de investigação aqui estabelecida, buscando, assim, atravessar o debate a respeito do conceito de multidão por meio de um debruçar-se sobre as Jornadas de Junho de 2013.

A produção de subjetividade atrelada à sofisticada atuação tecnopolítica será, também, um elemento considerado na análise que, posteriormente, olhará para alguns desdobramentos (geo)políticos, econômicos e sociais que, certamente, se relacionam com as maiores manifestações brasileiras dos últimos anos. Dentre estes desdobramentos, será lançado um olhar sobre as ocupações secundaristas, os protestos e as eleições de 2014; a política do segundo mandato do governo da Presidenta Dilma Rousseff; o Golpe de 2016 e a posterior eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República.

Em resumo, destaca-se que esta tese se debruça sobre a multidão tanto em seu viés conceitual, quanto na sua composição como aposta biopolítica, trazendo as Jornadas de Junho de 2013 como a principal insurgência a ser analisada. Inicialmente será realizado um aprofundamento teórico que subsidie o debate, atravessando, de um lado, a formação do Império e da multidão e, de outro, uma introdução à investigação geopolítica trazendo o conceito de

Guerra Híbrida como um possível tensionador da aposta multitudinária. Assim, serão debatidos alguns atritos que se colocam entre estas duas formas de olhar parte significativa dos protestos realizados no século XXI - incluindo o ocorrido em 2013 no Brasil.

O distanciamento entre os conceitos não se dá apenas pelo fato de que um advém da filosofia e outro da geografia política, mas se constitui pela forma distinta de analisar eventos semelhantes - embora, em vários momentos, sejam atravessados por elementos comuns, descritos e analisados sob perspectivas dissonantes. Assim, não objetiva-se definir qual seria a narrativa correta ou o melhor conceito, mas colocá-los frente a frente visando uma compreensão mais complexa do evento analisado.

Por fim destaca-se que a investigação sobre as Jornadas atravessará alguns elementos: (i) a formação e atuação dos movimentos sociais; (ii) as cidades como tema e palco das lutas; (iii) dinâmicas geopolíticas que podem ter influenciado a composição dos protestos; (iv) possíveis influências internacionais no campo progressista nacional; (v) crise na democracia e representatividade; (vi) diferentes narrativas que atravessaram espaços midiáticos distintos veiculando informações sobre as Jornadas; (vi) possíveis desdobramentos do levante. Pretende-se, desta forma, debater a necessidade de atualização do conceito de multidão, diferenciando sua atuação entre os países localizados no centro e na periferia do Império, posto que observa-se uma diferenciação nos antecedentes e, principalmente, desdobramentos dos levantes nas diferentes localidades.

## 1.2 Estrutura da tese

A tese *Territórios desejanter: a multidão nas Jornadas de Junho de 2013* se deita sobre questionamentos e tensões que atravessam o conceito de multidão e se expandem na vivência brasileira de 2013, quando uma explosão instigante tomou as ruas do país. Já em seu título é possível perceber os três elementos centrais a essa investigação rizomática: território, multidão e Jornadas de Junho. Assim, *Territórios desejanter* designa o espaço ocupado pela cidade no cerne das lutas construídas entre os séculos XX e XXI. Do local onde as revoluções se forjam à centralidade das pautas de muitos movimentos sociais - principalmente no que tange às questões relativas à moradia, mobilidade, infraestrutura e ao “direito à cidade”<sup>11</sup> - a cidade representa,

---

<sup>11</sup> O conceito de direito à cidade foi cunhado por Henry Lefebvre no ano de 1968. Para mais informações acessar o artigo *A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios*. Disponível em: [https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05\\_FN1\\_ANAIS%20UB\\_2019\\_FN-5.pdf](https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05_FN1_ANAIS%20UB_2019_FN-5.pdf). Acesso em: 14 de janeiro de 2022.

também, o território em que táticas e estratégias insurgentes se desenham. Entre vielas e largas avenidas, praças, parques e favelas, os movimentos de luta têm a cidade como seu principal local de atuação, lutando nela e por ela. O desejo pela cidade se configura, então, em sua disputa cotidiana entre o capital e a esquizofrenia, sendo continuamente produzido pelo Império, e pelas forças hegemônicas, mas podendo emergir também como parte fundamental da potência multitudinária na busca por linhas de fuga. Diante disso, a multidão aparece na centralidade do título e da análise aqui proposta, sendo o elemento que atravessa e conecta as demais temáticas. São as multidões em seu formato demoníaco, confundindo unidade e multiplicidade, sobrepondo singularidades, aparecendo e desaparecendo como enxames, apavorando com suas monstruosidades, alimentando e tensionando o Império, que configuram o problema central deste pensamento e conectam diferentes nós que compõem a teia aqui proposta. Por fim, as Jornadas de Junho de 2013 são o objeto cartográfico da tese formulado na busca por controvérsias. A análise do evento permeia diversos questionamentos a respeito da multidão tanto no âmbito conceitual, quanto em seu caráter de experimento social.

Além do título, apesar de consciente da dificuldade de representar o pensamento como uma estrutura, apresenta-se, em sequência, o desenho proposto para este trabalho. A tese se estrutura em três partes, sendo as duas primeiras destinadas a uma análise teórico conceitual, enquanto a terceira é uma imersão na multidão brasileira de 2013 buscando compreender seu contexto e desdobramentos, sobrepor narrativas e fazer emergir controvérsias. Ou seja, as duas partes iniciais funcionam como um subsídio teórico para o debate que ocorrerá posteriormente e, de forma mais prática, guardam os temas de referência que, posteriormente, serão utilizados na criação de categorias de análise para que as Jornadas de Junho possam ser compreendidas dentro do espectro teórico aqui proposto.

Para que se faça clara a estrutura proposta para esta tese, é preciso salientar, de antemão, que cada item que compõe o texto, que “naturalmente” seria conhecido como capítulo, não receberá este nome, sendo chamado de platô. Decisão tomada em alusão a Deleuze e Guattari (2011a, p. 15) que justificam o uso desta denominação ao informar que em seu livro os assuntos poderiam ser apreciados de forma independente, não havendo uma hierarquia entre eles - exceto em relação à conclusão -, da mesma forma que se propõe aqui. Entendendo esta tese como uma teia e os temas como nós que se conectam horizontalmente, podendo ser lidos de forma livre e independente, o termo platô parece mais condizente. Destaca-se, entretanto, que a PARTE I apresenta-se, de certa forma, um pouco mais sólida e continuada. A Segunda parte, por sua vez, apesar de ser formada por um encadeamento temático, se constrói com platôs mais livres e fechados em si mesmos. Já a PARTE III é um mergulho cartográfico nas Jornadas de

Junho de 2013, constituindo um processo em que se une teoria e prática, com análise de acontecimentos, desdobramentos, narrativas e controvérsias. A organização geral da tese será apresentada a seguir.

Antes de adentrar a PARTE I, o texto conta com esta *Introdução* e um platô no qual será apresentado o método da pesquisa. Estes elementos encontram-se separados tanto por seu caráter introdutório, quanto pela relevância que o método assume no desenho desta pesquisa, sendo necessário um espaço separado e mais amplo de dedicação que não se confundisse com o desenvolvimento proposto.

A *Parte I - A constituição da multidão: um debate teórico* busca apresentar os principais conceitos que serão trabalhados ao longo da tese contextualizando sua formação. Trata-se de um debate histórico conceitual por meio do qual busca-se compreender tanto as trajetórias teóricas e filosóficas que levaram à constituição da multidão enquanto um conceito, quanto as transições globais de pensamento, economia e vivência que influenciaram a criação da multidão como uma aposta que poderia ser colocada em prática visando mudanças profundas no cenário mundial. Assim realiza-se uma imersão nos principais acontecimentos que se deram entre os anos 1960 e 2000 que puderam contribuir para que Hardt e Negri acreditassem e se propusessem a escrever sobre a possibilidade de emergências multitudinárias. No campo teórico, Deleuze e Guattari serão acionados como principais referências e inspiração para os autores de *Multidão*.

Essa parte se divide em três platôs. O primeiro deles, *3 Rearranjos geopolíticos subjetivos na conformação de uma nova lógica capitalística a partir da segunda metade do século XX*, percorre as modificações no pensamento, na economia, no capitalismo, na resistência e, no limite, na vida, que atravessam o mundo a partir dos anos 1960, trazendo conceitos como *Capitalismo Mundial Integrado (CMI)*, *acumulação flexível*, *globalização* e *neoliberalismo* para, então, ser possível adentrar o debate do *Império* e da *multidão*. Além disso, será realizado um extenso debate a respeito dos movimentos dos anos 1960 e, principalmente sobre Maio de 1968, apresentado na seção *3.4 O florescer da nova esquerda: breve relato sobre o levante francês de 1968*. Já a multidão, conceito central desta tese, protagoniza o platô *4 A legião multitudinária*, que se dedica à apresentação do conceito, seguida de um debate a respeito da tecnologia como elemento potencial na construção da carne biopotente da multidão. Em seguida, o platô *5 Alguns desdobramentos geopolíticos do século XXI: as tensões sobre o Império e as Guerras Híbridas como estratégia de disputa global* é formado por inúmeras problematizações por meio das quais se observa uma possível necessidade de atualização do conceito de Império que, após a emergência da Eurásia, e mais precisamente da China enquanto potência mundial, pode não mais representar a extensão totalizante do poder global. Neste sentido, o platô se aproxima do



debate da geopolítica indicando, inclusive, a importância de incorporar este olhar transescalar à investigação como um todo. Em sequência, a multidão começa também a ser problematizada mediante a compreensão de que no atual quadro geopolítico, guerras silenciosas vêm se travando por meio da produção de subjetividade, da mesma forma que levantes e movimentos de resistência têm sido amplamente utilizados como ferramentas potencialmente bélicas e super refinadas, com a intenção de desestabilizar ou até mesmo derrubar alguns governos.

A *PARTE II - A multidão na cidade* se dedica de forma mais intensa ao debate territorial, trazendo a cidade não apenas como o espaço que abriga as lutas contemporâneas, mas também como elemento central para estas disputas, se consolidando como uma das principais pautas a serem reivindicadas pelos movimentos das redes e das ruas. Em seu primeiro platô, *6 Territórios desejanter: a cidade entre o palco e o centro das lutas*, traça-se um debate a respeito dos movimentos sociais e suas modificações ao longo do tempo, ou seja, da árvore ao rizoma, da fábrica à cidade. Adentra-se, assim, a seara dos novíssimos movimentos sociais e suas bases multitudinárias, compreendendo suas principais características dentre as quais, além da questão urbana, uma crise global de democracia recebe destaque. Desta forma, debate-se, ainda neste platô, questões referentes à crise de representatividade relacionadas com um movimento apartidário ou, em última instância, apolítico, que ganhou força nas vozes da multidão.

Posteriormente, em *7 Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro filantrópica internacional*, aproxima-se do território nacional pensando como têm se articulado as relações entre a sociedade civil e o Estado ao longo dos últimos trinta anos, bem como a preponderância da pauta urbana na constituição de grande parte dos movimentos sociais brasileiros. Observa-se que nos anos 1990 o Brasil estava imerso em um contexto de dominação pela dívida, tal qual descrito por Michel Chossudovsky (1999), e que Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) cumpriam papel preponderante na determinação da destinação da verba nacional, desviando das mãos do Estado a responsabilidade e o direito de ação no âmbito social. Já atualmente, Fundações, também internacionais, têm influenciado diretamente a relação entre a sociedade civil e o Estado financiando grande parte dos projetos e organizações que atuam no âmbito dos interesses sociais. Um dos problemas centrais levantados no platô é se essas estratégias de financiamento configuram uma nova forma de dominação, agora via subjetividades configuradas pelo que Chossudovsky (2010) entende por fabricação da dissidência. Faz-se necessário, então, pensar possíveis interferências dessas dinâmicas (tanto no que tange a relação sociedade-Estado, quanto na atuação do Terceiro Setor mediante forte influência do Império) na eclosão das Jornadas de Junho de 2013.

Funcionando como um platô de transição entre o debate teórico e a cartografia dos levante brasileiro, nas duas últimas seções deste platô, será apresentada uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo *Geopolítica e planejamento Territorial* a respeito da atuação da *Ford Foundation* e da *Open Society Foundation* no Brasil. Trata-se de um experimento cartográfico no qual iniciou-se o rastreamento dos financiamentos realizados por fundações internacionais para representantes do Terceiro Setor brasileiro, visando compreender o impacto dessa dinâmica nas ações realizadas por ONGs e movimentos sociais e investigando a possibilidade de atuação por “dupla-pinça” (ou múltiplas-pinças) por parte do Império. Assim, esse platô anuncia o debate proposto na Parte III, podendo ser visto como propulsor de inquietações para a análise das insurreições brasileiras. Algumas pontuações a respeito das relações entre fundações, financiamentos e as Jornadas de Junho estão indicadas em nota de rodapé ao longo da tese. Busca-se, dessa forma, compreender como essa nova dinâmica sociedade/Estado/capital financeiro internacional, estabelecida a partir da década de 2010 no Brasil, pode ter influenciado na eclosão das Jornadas de Junho de 2013.

Inicia-se, então, a Parte III, na qual se adentrará o terreno das Jornadas de Junho de 2013 pensando sua relação com o ciclo global de lutas que iniciou-se a partir de 2011, o contexto brasileiro externa e internamente em termos sociais, econômicos e políticos e os desdobramentos do levante. Além disso, o processo cartográfico de exploração deste tema será realizado por meio de duas ramificações: análise de narrativas e investigação de atores. Na primeira delas, com base em análises geopolíticas realizadas pelo *Grupo Indisciplinar*, algumas mídias nacionais e internacionais foram divididas em grupos com base em seus principais interesses e blocos de influência, tendo suas narrativas analisadas e comparadas. Já na segunda, foi desenvolvida uma investigação a respeito dos principais atores envolvidos nas Jornadas, selecionados com base em uma Linha do Tempo criada durante a pesquisa de mestrado, que antecedeu esta tese, além dos destaques dados pelas referências bibliográficas.

Por fim, registra-se as *Considerações finais* do texto que contam com inúmeras inquietações que foram emergindo ao longo do desenvolvimento da análise. Neste ponto, preocupa-se mais com o levantamento de questões e controvérsias que com respostas absolutas que poderiam, de alguma forma, acalmar os ânimos exaltados dos pesquisadores e leitores. Sendo condizente com o que será apresentado em sequência como o método da pesquisa, destaca-se que o próprio título *Considerações finais* em lugar do que poderia ser chamado de *conclusão*, deixa claro que a intenção não perpassa o viés da resposta, mas do levantamento de alguns pontos mais relevantes e de inquietações que se tornaram latentes ao longo do

desenvolvimento da tese. Perguntar, mais que responder é, talvez, algo que se busca construir durante todo este trajeto de investigação.

## 2 Método

Quando se trabalha, a solidão é, inevitavelmente, absoluta. Não se pode fazer escola, nem fazer parte de uma escola. Só há trabalho clandestino. Só que é uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, fantasias ou projetos, mas de encontros. Um encontro é talvez a mesma coisa que um devir ou núpcias. É do fundo dessa solidão que se pode fazer qualquer encontro. Encontram-se pessoas (às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, idéias, acontecimentos, entidades. Todas essas coisas têm nomes próprios, mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou um sujeito. Ele designa um efeito, um ziguezague (...). (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 14).

A primeira coisa que é preciso saber sobre a construção desta tese é que ela não é fixa nem fruto do pensamento de uma única pesquisadora, estando em constante fluxo e sujeita à apropriações e desdobramentos em cada encontro, agenciamento e derivação. Acredito que este texto é uma produção quase pluri autoral na qual o EU se permite emergir e desaparecer em uma mesma composição cartográfica atravessada por inúmeros acoplamentos, hibridações e deslocamentos, pautando-se, sobretudo, em encontros de multiplicidade. Trata-se de parte de um fluxo metabólico de diversos corpos conectados e em constante processo de territorialização e desterritorialização, inserido no contexto e na tensão dos Grupos de Pesquisa *Indisciplinar e Geopolítica e Planejamento Territorial*. O desarranjo deste texto é, a priori, o nosso próprio caos e a busca constante por, entre agenciamentos e desvios - entre o fluxo que sai do seio para a boca do bebê - como mais precisamente colocariam Deleuze e Guattari (2011b) - nos encontramos no cerne da construção e da ruptura do pensamento.

Quando começamos a escrever as coisas que cá estão, sabíamos que éramos muitos, não pelo número de mãos e cérebros arranjados, mas porque, tal como anunciam Deleuze e Guattari (2011b), cada um de nós já era vários e isso é muita gente. Para escrever “utilizamos tudo o que nos aproximava, o mais próximo e o mais distante.” (DELEUZE E GUATTARI, 2011b, p. 17). Portanto, formalizo, neste momento, a participação intensa de Henrique Porto e Natacha Rena em parte significativa deste texto, participação esta que, por vezes, se deu de forma literal, sendo impossível determinar de quem deriva cada pensamento ou frase. Danilo Caporalli se fez presente também, ainda que numa ausência textual, mas em toda a formulação do pensamento que se estende de uma constante construção dos últimos quatro anos. Caio Gonçalves e João Paulo Souto se registram nesta construção coletiva de forma direta, no platô *7 Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro filantrópica internacional*, e indireta, no material como um todo, assim como os demais colegas

de ambos os grupos de pesquisa e, mais precisamente, da *Pesquisa Cartografia da percepção popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte*<sup>12</sup>, do grupo de estudos sobre coletivos urbanos e ativismo social e, por fim, do grupo de estudos sobre ONGs e fundações internacionais atuantes no Brasil. Ao início de cada platô, as contribuições diretas dos colegas supracitados são indicadas em nota de rodapé.

Em meio à coletividade, nós - meus muitos e meus companheiros - nos permitimos associar os mais distintos pensamentos, conectando o que, para uma ciência tradicional, jamais poderia ser conectado, e construindo uma cartografia através da sobreposição de diferentes correntes de pensamento, criando uma espécie de rede de multiplicações incontroláveis. Como lembram Deleuze e Guattari (2011a), a pesquisa, da mesma forma que a vida, pode ser compreendida como um rizoma flutuante e múltiplo, capaz de crescer em direções distintas, sobre o qual não cabem unidades ou certezas - e é isso que pretendemos fazer. Assim, cartografamos o movimento do pensamento, das lutas e, por fim, da nossa própria construção enquanto corpo coletivo subjetivo neste país onde o caos estratégico tem se assentado ao longo dos últimos anos.

Olhando para a cartografia que nos atravessa, destaca-se que a inserção direta do Grupo *Indisciplinar* na rede insurgente criada em Belo Horizonte e no Brasil a partir de 2011, assumindo protagonismo em muitos momentos das Jornadas de Junho de 2013, pode ser compreendida como um dos principais direcionamentos para a construção desta tese<sup>13</sup>. Criado em 2012, mas

<sup>12</sup> O blog da pesquisa pode ser acessado pelo link: <https://opbh.cartografia.org/>. Acesso em 27 de julho de 2023. Já o canal no YouTube está disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCMOKBICUjykhjei0tDL-Dg>. Acesso em 27 de julho de 2023.

<sup>13</sup>A produção do Grupo de Pesquisa Indisciplinar pode ser acessada em: [https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina\\_principal](https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina_principal). Acesso em: 07 de fevereiro de 2022. Destaca-se os seguintes materiais de relevância: Cartografias Emergentes e Cultura (RENA, 2015) disponível em: [https://files.indlab.net/producao-ind/livros/Relatorio\\_Cart\\_Emergentes.pdf](https://files.indlab.net/producao-ind/livros/Relatorio_Cart_Emergentes.pdf); Design e Política (RENA; RENA, 2014) disponível em: [http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/DesignPolLivro\\_Final.pdf](http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/DesignPolLivro_Final.pdf); Cidade Eletrônica – Tecnopolíticas do Comum: artes, urbanismo e democracia (BAMBOZZI; RENA; RENA, 2014) disponível em: [http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena\\_Bambozzi\\_Rena\\_ELTKN\\_Cidade\\_Baixa.pdf](http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTKN_Cidade_Baixa.pdf); Processos criativos biopotententes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano (BERQUÓ; RENA, 2015) disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/142646183600Processos%20criativos%20biopotententes%20constituindo%20novas%20possibilidades%20de%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20comum%20no%20territ%C3%B3rio%20urbano%20-%20Natacha%20Rena%20e%20Paula%20Bruzzi.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/142646183600Processos%20criativos%20biopotententes%20constituindo%20novas%20possibilidades%20de%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20comum%20no%20territ%C3%B3rio%20urbano%20-%20Natacha%20Rena%20e%20Paula%20Bruzzi.pdf); Cartografias Indisciplinares: experiência extensionista nas lutas urbanas de Belo Horizonte-MG (FREITAS; LOPES; RENA, 2020) disponível em: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Artigos>; Zona Cultural: urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte (RENA; BERQUÓ; ALVES; GUIMARÃES, 2015) disponível em: [https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Artigo\\_Zona\\_Cultural\\_Urbanismo\\_Neoliberal-VICTOR\\_GUIMARAES\\_BRUZZI\\_RENA.pdf](https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Artigo_Zona_Cultural_Urbanismo_Neoliberal-VICTOR_GUIMARAES_BRUZZI_RENA.pdf); Cidade inventada: táticas do cotidiano constituindo uma multidão de inventos (RENA, 2015) disponível em: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Artigos>; Cartografando os movimentos multitudinários em Belo Horizonte: as Jornadas de Junho e depois (RENA;

com antecedentes potentes, principalmente no âmbito das extensões como o projeto ASAS<sup>14</sup>, realizado na Favela da Serra e o Desejaca<sup>15</sup>, desenvolvido no Jardim Canadá, o *Indisciplinar* pode ser compreendido como um dos expoentes da pretensa construção multitudinária brasileira. A base teórica deleuziana, bem como a aproximação com os conceitos de Império e multidão, forjados por Hardt e Negri (2014; 2012), são presenças latentes na formação não só no pensamento e modo de atuação do grupo, mas também, ou mais precisamente, na construção de uma luta social urbana no contexto contemporâneo como parte de uma aposta multitudinária para a formação do comum.

A combinação entre redes e ruas vem sendo experimentada pelo Grupo em diferentes formatos - que variam da técnica e da estética à mídia - tempos distintos - do mais acelerado ao mais lento -, espaços múltiplos e de forma transescalar. Em meio à tríade ensino, pesquisa a extensão, o *Indisciplinar* tem vivido essa multiplicidade de ações adotando, por vezes, táticas, noutras, estratégias. A diferença entre essas formas de atuação é elucidada por Michel de Certeau (2014) ao associar a primeira à lógica do planejamento, enquanto a segunda se coloca no âmbito da espontaneidade, da ocasião. Tática, que sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz, emergente no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo e determinada pela ausência de poder, se difere da estratégia, que é organizada pelo postulado de um poder. Se por um lado a estratégia se dá em campo próprio, construindo a sua base

---

MAYER; NEVES; SILVA, 2016) disponível em: [https://www.academia.edu/35808472/Cartografando\\_os\\_movimentos\\_multitudin%C3%A1rios\\_em\\_Belo\\_Horizonte\\_as\\_Jornadas\\_de\\_Junho\\_e\\_depois](https://www.academia.edu/35808472/Cartografando_os_movimentos_multitudin%C3%A1rios_em_Belo_Horizonte_as_Jornadas_de_Junho_e_depois); Jornadas de Junho de 2013: geopolítica e territórios (NOBRE; SCHOENELL; PORTO, 2019) disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/jornadas-de-junho-de-2013--geopolitica-e-territorios?lang=pt-br>; A performance dos corpos multitudinários em choque com a propriedade privada do Estado-capital (RENA, 2014) disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST%20EPC%20008%2001.pdf>; Metrópole biopolítica, urbanismo neoliberal e ocupações enquanto resistências biopotentes (RENA; MAYER; CANETTI, 2015) disponível em: <https://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Artigos>; Urbanismo performativo da multidão: ativismo e a invenção de novas espacialidades biopotentes (SÁ; RENA) disponível em: <https://netativismo.files.wordpress.com/2013/11/artigos-gt7-v2.pdf>; Cartografia e a Produção Desejante do Espaço Urbano (TOSTES) disponível em: [https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Artigo\\_Pesquisa-Cartografia\\_e\\_a\\_Producao\\_Desejante\\_do\\_Espaco\\_Urbano-TOSTES.pdf](https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Artigo_Pesquisa-Cartografia_e_a_Producao_Desejante_do_Espaco_Urbano-TOSTES.pdf); site da pesquisa Cartografia das Lutas: <http://lutasterritoriais.indisciplinar.com/>; página da pesquisa Cartografia das Lutas: <https://www.facebook.com/Cartografia-das-Lutas-162965864541512/>; blog Plataforma do Urbanismo Biopolítico: <http://pub.indisciplinar.com/>; página do projeto Urbanismo Biopolítico: <https://www.facebook.com/Urbanismo-Biopol%C3%ADtico-685579858253461/>; página da pesquisa Geopolítica e Cidades: <https://www.facebook.com/Geopol%C3%ADtica-e-Cidades-188051388470360/>.

<sup>14</sup> Materiais sobre o projeto podem ser encontrados em: [https://issuu.com/projetoasas/docs/apostila\\_serigrafia](https://issuu.com/projetoasas/docs/apostila_serigrafia); <https://issuu.com/projetoasas/docs/catalogo1>; <https://issuu.com/projetoasas/docs/catalogo2>. Acesso em 07 de fevereiro de 2022.

<sup>15</sup> Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas em: [https://files.inclab.net/producao-ind/livros/Programa\\_DESEJACA.pdf](https://files.inclab.net/producao-ind/livros/Programa_DESEJACA.pdf). Acesso em 07 de fevereiro de 2022.

relacional com o outro, a tática só existe no outro, sendo este o seu único lugar possível. E por se dar no não lugar, a tática depende do tempo de vigília e espera de oportunidade.

Explicar essa diferença é fundamental pois ela elucida uma mudança de perfil que acometeu o *Indisciplinar* a partir da compreensão de alguns desdobramentos das Jornadas de Junho - evento no qual parte significativa de seus membros estava intensamente envolvida. Ou seja, no contexto de 2013, os indisciplinados tinham suas ações pautadas predominantemente pelo campo da tática, mas, a partir de 2016 essa tendência vai se modificando junto com uma intensa reestruturação daquele corpo coletivo. E isso não se dá por acaso. Enquanto a criação do grupo de pesquisa é atravessada teórica e experimentalmente pelos pensamentos de Deleuze, Guattari, Foucault, Hardt, Negri e outros autores que podem ser enquadrados como pós-estruturalistas, aproximando-se, conseqüentemente, da multidão (notadamente tática), a partir da reconfiguração política e social nacional advinda do Golpe de 2016, a base teórica se amplia incorporando autores marxistas e do campo da geopolítica (não abandonado os anteriores), o que acabou modificando os modos de atuação dos pesquisadores e aproximando-os de uma perspectiva mais estratégica.

Destaca-se, então, que multidão e Império são conceitos que atravessam nossa constituição indisciplinada desde a gênese do grupo, mas que no caso deste texto apresentam-se de forma distinta do que se desenvolveu até aproximadamente 2016. Ou seja, se inicialmente a multidão era vislumbrada como uma grande potência biopolítica, uma esperança, um sonho, e o Império era visto como algo totalizante e inabalável, aqui os conceitos surgem como incógnitas que precisam ser investigadas e, possivelmente atualizadas, principalmente no que tange seus princípios, aplicações e, no limite, um possível processo de declínio. Essa nova leitura se faz pertinente principalmente se observados os desdobramentos e deslocamentos que compõem o contexto imperial e multitudinário após mais de uma década de elucubração dos conceitos.

A nova configuração geopolítica que se estabeleceu no século XXI com a emergência da China a um outro patamar nas disputas globais e os eventos que sucederam as Jornadas brasileiras, acabaram sendo indícios fundamentais da necessidade de revisão do olhar lançado sobre essas teorias e levaram parte significativa dos pesquisadores do *Grupo Indisciplinar* a se indagar a respeito da influência direta de eventos geopolíticos na dinâmica brasileira e, possivelmente, na conformação das Jornadas de 2013. Assim, passou-se a atentar para os múltiplos e, normalmente, invisibilizados, elementos que compunham aquele levante buscando aprofundar sua leitura e enxergar algumas controvérsias inerentes a seu processo. Nesta dinâmica observou-se que o caráter multitudinário das Jornadas não era totalizante, nem mesmo a única forma de observar e debater a insurgência. Em oposição à narrativa de que as ruas foram

tomadas espontaneamente, surgia a possibilidade de que o movimento fosse fruto de uma intervenção internacional, em formato de Guerra Híbrida, que visaria a interrupção de um projeto de desenvolvimento nacional em curso, em favor da manutenção da ordem mundial hegemônica.<sup>16</sup> A partir de então passa-se a questionar os eventos brasileiros do ano de 2013 sob duas perspectivas (não necessariamente opostas, como vai se observar ao longo deste texto): a multidão e a Guerra Híbrida.

Frente a inúmeras inquietações, releituras e criação de novos caminhos, o *Indisciplinar* apresentou uma guinada em sua produção material e imaterial, com parte de seus pesquisadores, voltando-se à transescalaridade como elemento central para a ampliação das possibilidades de compreender os eventos por ele investigados e fazendo uso da potencialidade não binarizante da cartografia como estratégia na busca de complexificar as análises desenvolvidas. Nesse sentido, a geopolítica passou a assumir centralidade no debate promovido pelo grupo e se tornou um dos elementos fundamentais para a composição de uma outra linhagem de pesquisa que originaria, no ano de 2021, o Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial. Esse novo grupo representa uma outra faceta investigativa e propositiva assumida por alguns de seus pesquisadores.

É nessa esteira de transição e movimento intenso, que se encontra esta tese, o que pode explicar a multiplicidade dos elementos abordados e a tentativa de complexificação das análises por meio da transescalaridade, dando destaque à geopolítica como elemento fundamental para a compreensão das lutas sociais, bem como dos interesses que estão em jogo de forma clara ou escusa na configuração de levantes. Assim, entre o território, o urbanismo, a sociologia, a filosofia, a arte e a economia política, se deita o pensamento aqui registrado, que busca a expansão, a complexidade, a associação e a colaboração como estratégia de investigação. Tem-se, então, a cartografia como um método potente (e permissivo) para a elaboração desta pesquisa coletiva e aberta, por meio da qual pensamentos e movimentos diversos se sobrepõem, se embaralham e se hibridizam.

Sabe-se que a cartografia enquanto conceito e método sempre foi inerente à produção do *Grupo Indisciplinar* por meio de sua concepção rizomática, como abordada em Deleuze e Guattari (2011a), e de sua conformação tradicional baseada na elaboração de mapas geográficos. Na aproximação do rizoma, a cartografia não é compreendida apenas “como método da geografia

---

<sup>16</sup> Algumas análises sobre este processo podem ser encontradas no artigo “Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do golpe que eclodiu em 2016 no Brasil” (RENA; NOBRE; BARBOSA; PORTO, 2016) disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/33437>. Acesso em 07 de fevereiro de 2022.



clássica territorial, mas como tática micropolítica cotidiana composta pela ação política; um fazer insurgente, dinâmico, sempre processual e criativo.” (RENA et al, 2016, p. 15). Abdicando da pretensa e ilusória concepção de representação do real, a cartografia se baseia na centralidade do processo, delineando-se na oposição do rizoma/mapa e do decalque. O rizoma, dentro do preceito da cartografia, é um mapa aberto, “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” e não de decalques, “reprodutíveis ao infinito” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 21). Nesse sentido, a cartografia pode ser compreendida como uma “investigação processual, que não pretende representar a realidade, mas, sim, acompanhar ações em curso, mapeando processos a partir das subjetividades em jogo e das temporalidades dos encontros, compondo, assim, uma camada potente de uma realidade a ser apresentada”. (CRUZ; FONTECELLE, 2016, p. 202). Isso porque a ela são incorporadas potências, insurgências e fluxos que conectam pessoas e ações de diferentes esferas.

Cartografias podem agenciar uma enorme quantidade de informação convertida em imagem, espacializando dados advindos da observação da realidade (ou ação na realidade) concretizados em diversos níveis. São capazes de incluir múltiplas configurações espaciais de ordem física, social, política ou econômica e apresentar, assim, a realidade analisada de forma crítica. (SÁ et. al., 2014, p. 175). “Cartografia como máquina, como quer Guattari, que gesta e compõe elementos plurais, singulares, irrepitíveis e heterogêneos, como as ações sociais, políticas, culturais, econômicas, tecnológicas e mentais, e que pode representar e recriar acontecimentos do real.” (FRANZONI; FARIA; RENA, 2016, não paginado).

Entende-se, desta maneira, o cartógrafo como um sujeito político que produz narrativas a partir da composição de mapas (tem-se aqui, o texto como uma espécie de mapa, justamente por sua possibilidade de diálogo, espacialização e sobreposição de informações), tal como os antigos que, ao representarem seus desenhos espaciais, ilustravam os conflitos, medos e místicas que compunham determinado território. É preciso compreender que todo mapa é uma construção social deformada da realidade que traz registros e inclinações derivados das subjetividades envolvidas em seu processo de desenho, o que faz com que tenha, ao final, características atribuídas intencionalmente (ou não) por quem o criou. Desta forma percebe-se a inviabilidade do que se tem por imparcialidade do pesquisador que não se encontra distanciado do objeto pesquisado, mas envolvido na trama, sendo mais um ator da rede. Sujeito e objeto não se diferenciam e o papel abstinente do primeiro e passivo do segundo se misturam criando uma nova configuração ativa e produtiva que delinea o processo aberto da pesquisa. “Nos entendendo não como observadores externos, mas como mais um ator em rede, afetando os fenômenos cartografados, assim como somos afetados por eles.” (LOPES; RENA; SÁ, 2019, não paginado).

Esta assunção prévia da hibridação entre sujeitos e objetos permite lidar com a pesquisa de forma totalmente distinta, afastando-se das famigeradas hipóteses que devem ser comprovadas ou refutadas a todo custo e, agindo a contrapelo do saber hegemônico, apoiando-se no próprio caminho, no processo, como o elemento potente da investigação. “O método não é, portanto, algo auxiliar à atividade de produção do conhecimento, ou um suporte procedimental-guia para testar hipóteses e se alcançar resultados comprováveis. Ao método interessa a própria fenda; numa clara profanação à ideia de *metá-Hódos*, a arma conceitual é *Hódos-metá*.” (FRANZONI; FARIA; RENA, 2016, não paginado, grifo nosso).

Já que uma cartografia não tem por finalidade comprovar ou negar uma hipótese, ela se permite atravessamentos e incertezas e atua como multiplicadora de contradições. Na cartografia o pesquisador deve estar disposto a “se deslocar do lugar de especialista e incluir-se na análise dos jogos do saber-poder que compõem o campo e a realidade observada”. (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 96). Pode-se dizer sobre um processo de desterritorialização, seguido de uma reterritorialização e de outra desterritorialização, no qual o pesquisador está sujeito às ações das forças que geram movimento à rede. É importante lembrar que os rizomas que compõem a cartografia são formados por linhas transversais móveis, forças e vetores sujeitos a diferentes tensões ante o movimento de cada ator. O que antes poderia ser entendido como solução de algum problema, passa a ser visto, neste contexto, como criação de muitos outros, em um movimento de virtualidades, no qual o surgimento de perguntas é muito mais importante que a criação de respostas, já que são essas perguntas as responsáveis pelas incertezas e contradições, enquanto as respostas levariam, para a unidade, o absoluto e até mesmo a verdade.

Nossa tarefa era analisar estados mistos, agenciamentos, aquilo que Foucault chamava de dispositivo. Era preciso não remontar aos pontos, mas seguir e dessemear as linhas: uma cartografia, que implicava numa microanálise, (o que Foucault chamava de microfísica do poder e Guattari, micropolítica do desejo). E nos agenciamentos que encontraríamos focos de unificação, nós de totalização, processos de subjetivação, sempre relativos, a serem sempre desfeitos a fim de seguirmos ainda mais longe uma linha agitada. Não buscaríamos origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegariamos as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras. Não buscaríamos o eterno, ainda que fosse a eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência ou o que Foucault chama de “a atualidade”. (DELEUZE, 1992, p. 109).

De forma mais sistematizada, para desenvolver esta pesquisa cartográfica foram articulados três preceitos fundamentais: (i) a indistinguibilidade sujeito e objeto, sobre a qual muito já dizemos; (ii) a transescalaridade; e (iii) o levantamento de problemas/controvérsias. A transescalaridade está relacionada ao entendimento de que há uma indissociabilidade entre

aquilo que ocorre na escala global e as realidades que emergem com o cotidiano da localidade. Ela se insere na pesquisa como estratégia de complexificação das análises e compreensão mais ampla dos fatos, entendendo-se totalmente reduzidas perspectivas que toquem unicamente micro ou macro escalas. A transescalaridade proporciona que diferentes planos na pesquisa se cruzem, o que permite uma compreensão complexa da atuação dos atores e interesses já que, no âmbito geral, as escalas sempre se tocam.

Ao contrário do que se pode pensar, o mapeamento de desejos não é oposto à estrutura de grandes organizações, empresas e instituições, “esses planos não são contraditórios, como a visão dialética os entendia. Não se colocam em movimento de afirmação e negação, mas coexistem e podem aflorar em contingências distintas, nos encontros efetuados no dia-a-dia, nas orientações, nas assembleias, nas entrevistas.” (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p. 94). Há sempre um fluxo que liga essas experiências, de modo que olhá-las em separado, sem o movimento que as une, acaba levando ao vício do decalque, ao qual a cartografia se opõe radicalmente. Para Boaventura Souza Santos (2016), um estudo transescalar é fundamental, pois ao passo que o capitalismo se apropria das grandes escalas globais que asseguram sua hegemonia, a dinâmica local, onde se dão as disputas de forma mais concreta, é fundamental para as diferentes formas de dominação. Assim, local e global podem, em determinado momento, inverter suas posições a depender dos interesses em jogo já que “a mudança social envolve sempre mudanças de escala”. (SANTOS, 2016, p. 130-131).

Já o papel do pesquisador como um problematizador e não como um sábio apto a responder todas as perguntas, cede a ele o direito, ou potência, de uma inquietação constante que permite complexificar sua percepção e, conseqüentemente, ampliar suas motivações. Cabe a este pesquisador, então, formular problemas sobre problemas que derivam em mais problemas, apostando na multiplicação das problemáticas como a potência da virtualidade e da criação de novos mundos, tal como aponta o filósofo Vilém Flusser (2007). Para criar essa potencialidade problemática multiplicadora é preciso transversalizar: (i) conjunturas históricas (macro e micropolíticas); (ii) experiências diversas e (iii) atores contraditórios, deixando, enquanto pesquisador, se afetar, assim como reconhecer sua parcialidade frente ao processo.

Ao emergirem os problemas aparecem também as controvérsias e a cartografia age, então, no sentido de visibilizar os conflitos. Não se trata, então, da busca pela univocidade (seja ela pretensamente resistente ou hegemônica - sabendo-se da indissociabilidade dessas produções), mas a fim de complexificar ao invés de reduzir aquilo que não é homogêneo, tão pouco perfeito, trazendo à tona o incerto. Quando Bruno Latour em seu livro *Reagregando o Social* (2012) aborda a *quarta fonte de incerteza: questão de fato vs. questão de interesse*, o

autor traz à tona a necessidade de rompimento de um pensamento causal para a emergência da complexidade e, portanto, da controvérsia. “Pois é exatamente com isso que a quarta incerteza quer prosperar: o mapeamento das controvérsias científicas sobre questões de interesse deve permitir-nos renovar de cima a baixo a própria cena do empirismo”. (LATOURE, 2012, p. 168).

Tendo em vista que a cartografia é a construção do “e” ao invés do “ou” que permite sempre somar e sobrepor pontos de vista distintos, ideias fragmentadas e pensamentos soltos, para que se possa compor um fluxo de agenciamentos múltiplos e complexos, nesta tese se apresentam duas formas distintas de cartografar fortalecendo a indissociabilidade entre os aportes teóricos e práticos cuja análise se baseia em semelhante pilar metodológico. De forma geral, serão aplicados preceitos da cartografia para lidar com o mapeamento de atores individuais e coletivos enquanto parte central na composição dos levantamentos e produção de subjetividades insurgentes, bem como na composição das análises teóricas marcadas por sobreposições de diferentes leituras da realidade, propondo diálogos que, certamente, não seriam permitidos às ciências humanas no seu modo de fazer tradicional.

Enquanto uma aplicação da cartografia parte da sobreposição de narrativas teóricas (Partes I e II), a outra faz uso de quatorze categorias analíticas criadas e organizadas a partir destas leituras para um aprofundamento da compreensão das Jornadas de Junho de 2013. O objetivo da análise a partir destas categorias se encontra na anunciação de problemas e de controvérsias, buscando complexificar a compreensão das lutas e fugir de uma possível binaridade analítica. A construção destas categorias e a proposta de análise por meio de uma investigação de discursos para diferentes mídias serão explicadas no platô *8 Percurso Cartográfico* desta tese. Já cartografia dos atores em rede será introduzida ainda na Parte II, mais precisamente na seção *7.5 Aproximação cartográfica da rede financeiro-filantrópica internacional*, e se estenderá com maior intensidade na análise do levantamento e seus principais atores proposta na Parte III desta tese.

Voltando à cartografia como possibilidade de leitura conceitual, destaca-se, de antemão, que a proposta rizomática de leituras abertas e sobrepostas para composição da análise teórica se estende por todo o texto. Objetivando uma compreensão complexa do mundo, observou-se a necessidade de sobreposição de pensamentos pós-estruturalistas e marxistas buscando situar as discussões do primeiro em um ambiente da economia política. Pretende-se, então, construir o pensamento a partir de uma estrutura dinâmica que atravessa formas distintas de olhar para a sociedade, a política, a cidade, a história e a economia.

No intento de reconhecer o viés de contribuição daqueles pensadores mais utilizados neste texto, foram criadas quatro categorias que elucidam a partir de qual perspectiva é lançado

o olhar sobre cada produção. Assim, compreende-se as diferenças, por meio da criação destas estruturas, para que, posteriormente, seja possível gerar atravessamentos entre as várias abordagens. Destaca-se que as categorias criadas não são definidores exclusivos da produção de cada autor, apenas delineiam a perspectiva por meio da qual eles têm sido observados no contexto desta tese. Define-se, então, os seguintes grupos teóricos: (i) leituras geopolíticas, tal qual delineado por Luiz Alberto Moniz Bandeira (2016), Eric Hobsbawm (1995), Michel Chossudovsky (1999; 2010; 2018); (ii) leituras urbanísticas, como as propostas por Ermínia Maricato (2010; 2013; 2015), Raquel Rolnik (2013), David Harvey (2013), Marcelo Lopes de Souza (2002) Carlos Vainer (2011), Erica Rabelo e Marcel Fantim (2018), Pedro Arantes (2006), Evelina Dagnino (2002; 2004), dentre outros; (iii) leituras de base marxista, como as propostas por Domenico Losurdo (2017; 2020), David Harvey (1996; 2008a; 2008b; 2008c; 2013; 2014; 2016), Zygmund Bauman (1999), Elias Jabbour (2019; 2021), Yasmim Ortiz (2021) e outros; (iv) leituras que tendem ao pós-estruturalismo (apesar de muitas delas manterem uma forte base marxista e se enquadrarem entre o estruturalismo e o pós), tal qual abordado por Gilles Deleuze (1992), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992; 2011a; 2011b), Michel Foucault (2001; 2008; 2012), Felix Guattari e Suely Rolnik (2011), Peter Pál Pelbart (2011), Michael Hardt e Antonio Negri (2012; 2014), Antonio Negri e Michel Hardt (2016).

Dentre as seis leituras supracitadas, destaca-se para este texto os pensamentos estruturalista e pós-estruturalista como uma espécie de grandes grupos que se interconectam e que abrigam as referências primordiais das teorias analisadas. Assentado em autores que discorrem a respeito do movimento de transição do mundo observado a partir de meados do século XX, entende-se que a mudança do pensamento latente naquele período encontra-se no cerne do debate aqui proposto. Não se trata de uma oposição entre o estruturalismo e aquilo que o sucedeu, mas da possibilidade de entrelaçamento entre o anterior e o pós que permite a sobreposição de pensamentos de base aparentemente distintas mostrando, ao contrário do que se costuma dizer, que é possível sim propor um diálogo entre os autores marxistas e os pós-estruturalistas.

Sendo Foucault e Deleuze expoentes desta transição do pensamento experienciada a partir dos anos 1960 (ambos negando qualquer possibilidade de enquadramento em alguma das duas correntes) e pilares para a conformação do debate aqui proposto ( fundamentais para as concepções de Império, CMI e multidão, centrais a esta tese)<sup>17</sup>, dedica-se a continuidade da

---

<sup>17</sup> A aproximação com os pensamentos de Deleuze e Foucault auxilia enormemente na concepção da multidão tanto como conceituação quanto como aposta, tendo em vista que, do pós-estruturalismo, são os autores que mais influenciaram Hardt e Negri para a formulação de sua teoria aqui analisada. Compreender

descrição deste método a uma breve apresentação do que se entende por pós-estruturalismo, relacionando-o à corrente que o antecede, o estruturalismo, e apresentando, ainda que inicialmente, o pensamento desses dois autores chave inseridos em tal debate. Desta forma, é preciso saber, de antemão, que o pós-estruturalismo é herdeiro de Maio de 1968, ou seja, se gesta na efervescência e no contraste daquele ciclo de levantes, incorporando para si parte da nova forma de pensar e agir que ali nascia, carregando em suas bases elementos como as supostas espontaneidade e fluidez, e tendo como parte de seu léxico analítico movimentos políticos de resistência e revolução. Sendo esse período parte fundamental das análises aqui propostas, nada mais justo que adentrar o pensamento nascente como introdução para os demais questionamentos.

## 2.1 O pós-estruturalismo

O pós-estruturalismo é pós-marxismo e pós-maoísmo, mas é profundamente devedor de Marx. Todos os pós-estruturalistas aqui tratados<sup>18</sup> insistiram que eles continuam com o espírito da obra de Marx como um movimento de esquerda, como um combate pelos marginalizados, pelos explorados e destroçados. Mas, igualmente, eles resistem a definições fixas da sociedade, das estruturas políticas e dos movimentos revolucionários que provêm do marxismo-leninismo ou do maoísmo. O pós-estruturalismo rompe com o marxismo, mas trabalha com Marx. (WILLIAMS, 2012, p. 39)

Já de início, é preciso reforçar que o pós-estruturalismo não é uma negação do estruturalismo, mas, como o próprio nome nos indica, algo que vem depois e cujas bases se apoiam naquilo que o antecede. Não se trata de um *anti* estruturalismo, mas de um *pós* e, enquanto sucessor, configura-se como um pensamento que pode, dependendo de quando e como, encontrar-se mais próximo ou mais distante daquele que o antecede. Para Deleuze ambos são pensamentos. Não se trata de um método ou de uma forma de conhecimento, mas de pensamentos cunhados em práticas vivas e condições flexíveis. Segundo o autor, até mesmo o estruturalismo que é atravessado por transcendências, pode ser entendido como um fluxo distante de uma identidade fixa.

Apesar de serem, de certa forma, continuados e dotados de semelhanças, tais

---

esta influência em seus pontos fundamentais, mais que ajudar no entendimento da multidão, auxilia na formação de uma visão mais ampla do seu contexto, intencionalidade e proposição de criação.

<sup>18</sup> WILLIAMS, James. Pós-estruturalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. O livro pretende trazer uma reflexão crítica sobre as obras dos principais pensadores que podem ser enquadrados no espectro do pós-estruturalismo: Derrida, Deleuze, Lyotard, Foucault e Kristeva (diferenciando Deleuze dos demais).

pensamentos apresentam, inevitavelmente, distanciamentos, como no caso da relação com os centros e com os limites. Williams (2012) pontua o *limite* como responsável por indicar ser necessário ir além do estruturalismo, já que seu projeto acaba lidando com um conhecimento que só é seguro por envolver as diferenças por uma estrutura - segurança esta que tende a negligenciar a potência perturbadora daquilo que se coloca no limite ou na irregularidade desta estrutura. Se aos estruturalistas interessa o interior seguro, àqueles que os sucedem, este interior não é mais confiável e significativo, de modo que os olhares são lançados às fronteiras externas. Ou seja, o pós-estruturalismo projeta o limite para o conhecimento, gerando rachaduras nas concepções pré-definidas de verdade, bem e mal. Ele não é definido como uma oposição ao interior, mas é essencialmente positivo e encontra-se no fora, sendo “uma versão de uma diferença pura, no sentido de algo que desafia a identificação.” O limite como a linha do fora não é abstrato, apesar de não possuir nenhum contorno, conforme afirma Deleuze (1992). Essa linha não se encontra no pensamento e nem nas coisas, mas no local em que o pensamento toca a vida. O limite encontra-se naquilo mais longínquo que qualquer mundo exterior, mas também mais próximo que qualquer mundo interior, revisando perpetuamente essas (pretensas) distâncias - daí a transescalaridade. O pensamento “vem desse Fora, e a ele retorna; o pensamento consiste em enfrentá-lo. A linha do fora é nosso duplo, com toda a alteridade do duplo.” (DELEUZE, 1992, p. 137).

De forma mais direta, o limite não pode ser apreendido, podendo ser observado por meio de sua função de irrupção e mudança, ou seja, ele não pode ser identificado, mas seus efeitos podem ser rastreados. (WILLIAMS, 2012, p. 13-15). Trata-se de efeitos, de desdobramentos, e não de consequências, porque os limites não se submetem às leis causais, “eles dão forma para algo, ao invés de terem efeito sobre algo”. Assim, o tempo não pode ser visto com linearidade no pós-estruturalismo, como uma linha contínua de eventos, havendo um rompimento no seu sentido, por meio do qual passa-se a falar em desdobramentos que se esparramam em todas as direções, findando, também, com qualquer possibilidade da ideia de origem. Desta forma, o pós-estruturalismo se baseia em uma dedução dos limites que se implicam sobre aquilo que já é conhecido, modificando as percepções sobre algo e questionando qualquer estabelecimento de pureza absoluta. Os princípios têm sua natureza alterada, tornando-se mais flexíveis e, ao final, funcionam como parte de uma prática experimental e não como um limitador para ela. (WILLIAMS, 2012, p. 28). Neste sentido, a concepção de verdade também se modifica e perde a rigidez, sendo posta não mais sobre algo absoluto, mas sobre aquilo que está mudando. No rompimento da rigidez, deixa-se de lado também a dicotomia, de modo que o pós-estruturalismo não é contra ou a favor de algo, mas, no movimento em que se insere, parte da ruptura como

ponto positivo, apoiando-se no poder do limite como fonte de produção.

No sentido de sua abertura e dos fluxos intensos do momento, o pós-estruturalismo dialoga com o inconsciente, mas não necessariamente com uma abordagem essencialmente freudiana do inconsciente. Claro que as pulsões de prazer e morte traçadas por Freud são fundamentais para muitos pensadores pós-estruturalistas, mas a grande maioria deles critica o psicanalista quando essas pulsões são restritas a elementos como gênero e sexualidade, já que isso remete à identidade, contradizendo o viés aberto desta corrente de pensamento.

Para os pós-estruturalistas não existe nenhum estado natural fixo, seja para o inconsciente, a consciência ou o modo de ação coletivo. Observa-se, então, valores antagônicos àquilo que se apresenta enquanto identidade, já que esta ideia prescinde uma fixidez que assenta a vida num processo lógico, permanente, segmentado e “encaixotado”. O movimento dos valores se apoia, então, na resistência à identificação de modo que a ação se inicia na diferença e não no conforto da semelhança evitando o retorno à identidade, compreendido, também, como um retorno à mesmice<sup>19</sup>. (WILLIAMS, 2012, p. 89).

Diz-se, então, de uma estado de fluidez que tenciona preceitos iluministas de liberdade e racionalidade, criticando a definição kantiana de uma razão como meta de um mundo engendrado em um ideal humanista. Claro que não se trata de um pensamento anti-humanista ou irracionalista, mas de uma prática que busca elucidar os problemas que as concepções estritamente humanistas e racionalistas apresentam, independente de seu viés progressista. Traça-se, no pós-estruturalismo, condições de ação que extrapolam a liberdade em favor da abertura, compreendida como uma novidade radical em estruturas fixas e bem definidas. “Ao invés de razão, há processos de pensamento, ao invés de liberdade, há abertura. Razão e liberdade não são descartadas, mas confrontadas a um background mais amplo.” (WILLIAMS, 2012, p. 30).

Um pilar fundamental para a elucubração do pós-estruturalismo, que influenciou diretamente Foucault e Deleuze, é o pensamento do filósofo alemão Nietzsche, para o qual todas as coisas apresentam uma genealogia histórica. Ou seja, tudo se desenvolveu e segue desenvolvendo a partir de lutas, sendo as genealogias entrelaçáveis, de forma que as coisas

---

<sup>19</sup> O debate a respeito da identidade é fundamental para a compreensão daquilo que será debatido posteriormente a respeito dos novíssimos movimentos sociais e das Jornadas de Junho. Apesar de a emergência destes movimentos e a concepção de multidão estar teoricamente ancorada no pensamento pós-estruturalista, observa-se uma tendência de valorização das identidades ao longo da construção das insurgências. Esta é uma controvérsia fundamental que se posta na relação entre os “sem rosto” da multidão e o reforço das identidades marcadas nos movimentos minoritários que, ao contrário do que se esperava, não se fortalecem em sua diferença, mas se excluem progressivamente reafirmando aquilo que não há de semelhante com um caráter de afastamento.



façam parte de um mesmo âmbito, o plano de imanência. “Para os pós-estruturalistas, os valores são necessariamente imanentes e verdades externas abstratas são ilusões.” (WILLIAMS, 2012, p. 30). Um dos principais compromissos com a ideia da imanência é que se trata de um âmbito no qual as coisas ocorrem de forma fluida, não podendo ser muito bem ordenadas e não havendo uma diferenciação entre centro e periferia, na verdade, rechaçando a ideia de um centro ou medida fixa. Ao contrário, este plano varia em função das perspectivas ou, de acordo com Nietzsche, da ausência do fato, em favor das intenções, de forma que a verdade também se flexibiliza, estando relacionada aos discursos e não a uma ordem absoluta. Na perspectiva nietzscheana, deve-se entender as coisas a partir da vontade de poder e as lutas se dão entre diferentes valores e modos de vida, não havendo pensamento alheio a elas.

A ideia de genealogia presente em Nietzsche será fundamental para a composição do pensamento cartográfico em Deleuze, já que parte do princípio da emergência de vozes múltiplas em contraposição a uma verdade unívoca, da mesma forma que a imanência atravessará o pensamento do filósofo francês contrapondo, tal qual Nietzsche, esta concepção à de um possível plano de transcendência. “Em Deleuze, por exemplo, é possível observar uma filosofia da imanência, na qual, em oposição à transcendência, todas as coisas estão conectadas num só mundo e nada pode pretender ser externo e superior”. (WILLIAMS, 2012, p. 94).

Nessa toada, o pós-estruturalismo assenta-se em uma nova concepção de ciência que não se coloca como absoluta. O pensamento se relaciona com a ciência, mas não parte exclusivamente dela, existindo outras forças que o atravessam e permitem uma forma mais profunda de observar a realidade. Ou seja, no pós-estruturalismo, a vida extrapola a ciência e pode ser percebida, também, pelos desejos, atos, desvios e fraturas. Entretanto, não se trata de uma anti-ciência, mas de uma concepção explodida da ciência da qual fazem parte elementos como a arte, a ética e a estética. Encontra-se, assim, na arte, uma centralidade na conformação de tal pensamento, já que ela se configura pela abertura aos mais diversos valores e percepções, permitindo múltiplas e sobrepostas interpretações. Sendo estes também pontos fundamentais para a composição da cartografia proposta como método desta tese.

Precisa-se destacar, ainda, que o pós-estruturalismo, herdeiro do levante de 68, é, em essência, político, atuando diretamente na maneira como seus pensadores e adeptos compreendem o mundo e suas próprias vidas, bem como as relações com o inconsciente. O que não quer dizer que se trata de uma forma fixa de política, mas que permeia a compreensão de que o poder é muito mais amplo do que se pensava até então, adentrando camadas mais íntimas dos seres humanos e suas relações. Trata-se, em grande parte, de uma análise das relações de poder, da geopolítica e, conseqüentemente, do capitalismo, não se atendo exclusivamente aos

terrenos da micropolítica. Ao olhar para estes elementos, refuta-se uma concepção de utopia ou de criação de um terreno ideal para a vida que se furte às massificações capitalistas. Não há uma imagem perfeita de como isso se daria, mas, ao contrário, múltiplas possibilidades de luta e resistência a se construírem nessa disputa de forças por meio, principalmente, das brechas e dos limites. "Por exemplo, se tomarmos os lugares ocupados por um ser humano (seu corpo, sua consciência, sua mente e ideias, alma e coração), os pensadores pós-estruturalistas romperam cada um desses espaços para mostrar como qualquer determinação de um espaço puro, absoluto, não se sustenta." (WILLIAMS, 2012, p. 42).

### **2.1.1 O pensamento e a genealogia em Foucault**

Michel Foucault é conhecido como um filósofo historiador, o que demonstra, mais uma vez, que a proximidade entre diferentes leituras da realidade potencializa as análises, tal como se desenha a aposta metodológica desta tese. O pensamento em Foucault se desenvolve por meio de uma série de estudos históricos que atravessam a sua obra com a intenção de modificar a forma de compreendê-los e relatá-los, deixando de lado a linearidade e movendo-se rumo às possibilidades de abertura. De forma geral, sua obra não se localiza nem em um marxismo tradicional, já que não acredita em um determinismo histórico, nem em uma linha liberal, já que refuta a ideia de sujeitos livres, estando, então, entre o determinismo e a liberdade, entendendo o sujeito como historicamente condicionado, mas atuante em um sistema aberto. Ou seja, seu pensamento tangencia o estruturalismo, abarcando parte de seus desdobramentos que o direcionam ao viés "pós".<sup>20</sup>

Em entrevista realizada em 1992 e publicada no livro *Conversações*, Deleuze aponta que:

---

<sup>20</sup> A relação premente em Foucault entre o estruturalismo e o pós, bem como a possibilidade de sobreposição de análises e a ausência de uma compreensão linear da realidade são elementos utilizados na realização da cartografia aqui proposta tanto em sua base teórica (atravessamento de diferentes pensamentos) quanto na proposição prática de rastreamento de eventos e atores.

Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente que a dos filósofos da história. A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas dissipa em proveito do outro que somos. É por isso que Foucault considera séries históricas curtas e recentes (entre os séculos XVII e XIX). E mesmo quando considera, em seus últimos livros, uma série de longa duração, desde os gregos e os cristãos, é para descobrir no que é que não somos gregos nem cristãos, e no que tornamos outra coisa. Em suma, a história é o que nos separa de nós mesmos, e o que devemos transpor e atravessar para nos pensarmos a nós mesmos. Como diz Paul Veyne, o que se opõe ao tempo, assim como a eternidade, é nossa atualidade. Foucault é o mais atual dos filósofos contemporâneos, aquele que mais radicalmente rompeu com o século XIX (daí sua aptidão para pensar o XIX). É a atualidade que interessa Foucault, o mesmo que Nietzsche chama de o inatual ou intempestivo, isto é *in actu*, a filosofia como ato do pensamento. (DELEUZE, 1992, p. 119).

Tal qual Deleuze, Foucault apresenta severas críticas à ideia de identidade como determinada ou como desejo, apostando na potência da transformação e do movimento que se agencia na tangente das determinações estruturais. “Não é que possamos escapar a arcabouços morais e legais e às exigências deles por identidade; é que a escritura do pensamento não deveria reproduzi-las, mas questioná-las e forçá-las a se abrir.” (WILLIAMS, 2012, p. 158). Essa recusa, chega a atravessá-lo no mais íntimo. Quando em São Francisco, local onde o autor viveu com maior liberdade de experimentação sua sexualidade, foi confrontado com as efervescentes manifestações em favor da luta homossexual. Foucault mostrou-se bastante crítico ao movimento, o que atravessava de forma direta, a valoração de uma identidade específica ali reafirmada. Além disso, pautas voltadas ao acesso a direitos semelhantes aos vivenciados pelos heterossexuais, principalmente relacionados à constituição familiar, como o casamento por exemplo, em nada agradavam o filósofo que acreditava em lutas que rompessem os preceitos éticos e morais da sociedade e não que enquadrassem os excluídos na mesma lógica de dominação.<sup>21</sup>

A partir dessa concepção da história e do pensamento, Foucault elabora uma profunda investigação a respeito da relação *poder e resistência*, tendo transitado de uma *Arqueologia do Saber*, para uma *Genealogia dos Poderes* e, por fim, até uma *Genealogia da Subjetividade*. Segundo Williams (2012), Foucault articula às estruturas de dominação a detenção do saber e as concepções históricas baseadas na imposição de lógicas únicas e transcendentais. Em

---

<sup>21</sup> Novamente destaca-se controvérsias a respeito da questão da identidade que irão atravessar amplamente o ciclo multitudinário de 2011. Nesse caso, a luta gay, por se tratar de uma particularidade do autor, ganha centralidade, deixando ainda mais evidente a forma como a construção dos novos movimentos sociais e, posteriormente, dos novíssimos, tem este como um dos principais pontos de contradição (ou de impossibilidade de assimilação e prática) com as teorias e autores de referência para os intelectuais e artistas imbricados na construção de insurgências.

oposição a essas estruturas, estariam a transgressão, o movimento e, no limite, o prazer. Conhecido como o filósofo do poder, Foucault o concebe nas estruturas e em sua capacidade de determinar identidades, valores e normas. O poder é tido como a rede de determinações históricas da qual é impossível escapar, mas dentro da qual é necessário lutar, sendo então, poder e resistência elementos que compõem o mesmo terreno, se completam e tensionam. É preciso, então, compreender essa simbiose, de forma a conceber uma luta que se desenhará sob as estruturas de poder concebidas não como indivíduos ou lugares, mas como um pano de fundo que condiciona a tudo e a todos.<sup>22</sup>

Para achar uma saída, tudo o que você tem de fazer é se lembrar do reconhecimento básico da natureza do poder explicado por Foucault e, antes dele, por Nicolau Maquiavel: o poder não é uma coisa, mas sim uma relação. independentemente de qual intenso e arrogante pareça o poder diante de você, saiba que ele depende de você, alimenta-se do seu medo, e sobrevive só por causa da sua disposição de participar do relacionamento. Procure uma rota de fuga. Uma delas está sempre aí. A deserção e desobediência são armas confiáveis contra a servidão voluntária." (NEGRI; HARDT, p. 60-61).

À transgressão resta, então, a função de descobrir as brechas existentes na rede do poder ou, como melhor diria Foucault, criar, nesta rede, um labirinto onde seja possível se perder, apagar o rosto, ou seja, a identidade e, portanto, se diferenciar. A metáfora do labirinto não incorpora, entretanto, uma ideia de liberdade tal qual a presente nos manuais corporativos ou nos livros de autoajuda. Foucault desconfia muito deste tipo de discurso, indicando que a concepção de sujeitos livres tende a se organizar em torno de identidades, o que a leva diretamente ao terreno da repressão, fazendo parte de uma rede comercial de produção de subjetividades rasas e manipuladas. Assim, o pós-estruturalismo assume, no pensamento foucaultiano, a função de "desatar a malha do poder" sem cair nas armadilhas de dominação via produção de subjetividade. (WILLIAMS, 2012, p. 160).

Uma das principais brechas construídas pelo filósofo historiador para a dissolução desta malha, ou ao menos, como um elemento capaz de abalá-la, parte da concepção de genealogia que, conforme supracitado, foi criada por Nietzsche e, posteriormente, apropriada e ampliada por Foucault. Em *A Arqueologia do Saber* (2012 [1969]), o autor explora a ideia nietzschiana,

---

<sup>22</sup> Lembrando que Foucault é hoje o principal filósofo que debate o poder, compreender esta relação de aproximação com as resistências, ou seja, entender que a resistência também é poder e que é preciso analisar o jogo de forças que se estabelece entre os nós desta rede, é um dos elementos mais importantes para a aproximação da crítica proposta neste estudo. Isso porque, como será possível observar posteriormente, capitalismo e esquizofrenia também estão muito próximos e se alimentam mutuamente, tal qual multidão e Império. Entender o poder não como algo dual, mas relacional é um dos princípios que auxilia tanto na compreensão da multidão, quanto na complexidade da análise das insurgências e, conseqüentemente, das Jornadas de Junho.

rejeitando “um único e supremo relato correto do desenvolvimento da história” em favor de uma história composta por múltiplos relatos (WILLIAMS, 2012, p. 161). Nesse sentido, Foucault combate a concepção de que os fatos históricos devem ser enxergados como dados que comprovam teses e, assim, corroboram com uma história composta por determinismos e causalidades. Em substituição a essa ideia, o autor propõe que os acontecimentos do passado devem ser vistos como evidências enigmáticas, complexas e multifacetadas que, quando confrontadas com outras séries de eventos e concepções, possam atuar e ressignificar o presente.<sup>23</sup> Em Foucault, a genealogia surge a partir da diferença sendo elemento primordial na constituição da história, cuja composição é inegavelmente descontínua. Não se trata de uma história sobre a qual se desenham vários relatos, nem mesmo de diferentes histórias que resistem a serem agrupadas, mas da existência de interações complexas que negam uma totalidade final. É a diferença que o permite pensar as genealogias como intrinsecamente maleáveis e não determinadas ou fechadas em si mesmas, sendo esta maleabilidade e incompletude que permitem a existência de brechas para a criação e a variação. “A abertura é construída na genealogia” (WILLIAMS, 2012, p. 161) por meio da sobreposição de relatos que interagem, conectam e destoam. Assim, o método foucaultiano pode ser entendido como a busca por ramificações e descontinuidades que se opõem ao estabelecimento de uma nova ortodoxia.

As genealogias podem ser entendidas, então, como descrições da emergência dando-se, sempre, no tempo do presente, onde também opera o poder. Não sendo monolíticas, configuram constelações descontínuas que se postam sobre questionamentos não relativos à forma ou conteúdo, mas ao processo. Assim, as genealogias são compreendidas enquanto sobreposições e rupturas emergentes num caminho que se distancia de uma verdade unívoca, não significando que Foucault simplesmente refute a ideia da existência de fatos, mas que, segundo ele, sua busca por meio de evidências acaba pousando sobre uma falsificação, ou simplificação destes fatos. Falsas simplificações levam a um desencadeamento de ideias causais que reduzem à bestialidade redes inteiramente complexas.<sup>24</sup>

A aposta na descontinuidade advém da ideia de que a continuidade atua na mesma direção da manipulação pela pretensa liberdade individual. Isso porque, neste contexto, o sujeito

---

<sup>23</sup> Lançar, no momento presente, um olhar sobre as Jornadas de Junho, se insere nessa perspectiva de observar um evento localizado no passado buscando uma ressignificação do presente.

<sup>24</sup> Posteriormente, conforme supracitado, Latour (2012) também vai questionar os fatos em favor dos interesses, valorizando-se da sobreposição de narrativas como forma de análise de diferentes eventos sob perspectivas diversas. Neste sentido, a cartografia aqui proposta atua tanto na sobreposição de diferentes teorias, quanto de narrativas distintas a respeito das Jornadas de 2013 que serão debatidas com maior profundidade na seção 9.2.1 *Junho em protesto: a multidão nas ruas brasileiras*.

deposita suas esperanças em suposições pré-determinadas de liberdade condicionadas a sistemas fechados. “Contra o humanismo fundacional, Foucault quer defender uma história em que o humano e a liberdade humana são partes de genealogias emergentes e não independentes. Para ele, esperança e ação estão baseadas em estruturas complexas, e não fundadas externamente na transcendência do sujeito livre.” (WILLIAMS, 2012, p. 167). Nesse sentido, observa-se que o pensamento foucaultiano é, também, um pensamento da imanência que insiste na complexidade das relações internas e critica firmemente concepções transcendentais, ou deterministas de processos históricos, entendidas, no limite, como ações violentas contra a própria história.

Por fim, é possível perceber a obra de Foucault como “exames cuidados de nossos pressupostos dominantes” (WILLIAMS, 2012, p. 183), que visam uma compreensão dos limites do sujeito no que seria uma busca pela verdade e pelo conhecimento. O autor procura, no emergir de várias vozes, uma compreensão complexa da realidade que permita o surgimento de rupturas e controvérsias por meio das quais seja possível atuar. A busca pela transgressão enquanto potência dá ao pensamento do historiador filósofo um caráter progressista focado na emergência das diferenças posta sobre a mesmice das continuidades. Assim, o pensamento do autor fortalece a resistência a falsas generalizações como as que determinam a loucura, a marginalidade, o gênero e a sexualidade. Na trilogia da *História da sexualidade* (1975, 1984, 1984), o autor confronta enunciados históricos no sentido de compor novas e potentes interpretações nesse campo, compreendendo estar no sexo ou na sexualidade o elo entre o corpo e a população. É a partir deste movimento que Foucault inaugura na filosofia uma forma de trânsito entre o corpo (ou a vida) e a história. Os conceitos de biopoder e biopolítica tem grande relevância neste aspecto.

### **2.1.2 Deleuze e a filosofia da diferença**

Enquanto Foucault desenvolveu seu pensamento como um filósofo historiador, Deleuze é descrito pelo brasileiro Roberto Machado (2009, p. 19) como um “historiador da filosofia que ousou pensar filosoficamente”. Em outras palavras, Deleuze, antes de se dedicar a uma produção filosófica conceitual ao lado de Guattari, foi um grande estudioso da arte, da literatura, do cinema e, sobretudo da filosofia, tendo publicado diversos estudos monográficos a respeito de filósofos

específicos<sup>25</sup>. Contudo, sua concepção rejeitava a ideia da filosofia como uma disciplina que reflete a respeito de uma exterioridade, seja ela a ciência, a arte ou mesmo a própria filosofia. Para Deleuze, a filosofia é, sobretudo, “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p.9). Sendo assim, o estudo de Deleuze a respeito de figuras como Spinoza, Nietzsche, Bergson, Kafka e Godard, é sempre acompanhado de uma marca de seu próprio pensamento filosófico.

Assim como Foucault, Deleuze rejeitava a ideia de uma linearidade da história e, no campo da história da filosofia, considerava adequado pensar em uma “geografia do pensamento”, constituída por diferentes “espaços filosóficos” de ideias relacionáveis. “Considerando a história da filosofia de um ponto de vista filosófico, como uma disciplina filosófica, a geografia deleuziana estabelece dois tipos, dois estilos de filosofia, não apenas heterogêneos, mas sobretudo antagônicos”. (MACHADO, 2009, p. 22). Esses dois tipos aos quais Machado se refere seriam, portanto, um “espaço da imagem do pensamento, que é dogmático, ortodoxo, metafísico, moral, racional transcendente”, combatido por Deleuze em favor de um outro espaço “do pensamento sem imagem, que é pluralista, heterodoxo, ontológico, ético, trágico, imanente...” (MACHADO, 2009, p. 26).

Nietzsche é, também para Deleuze, uma forte influência, sendo referência no pensamento a respeito da filosofia da diferença, onde o francês buscou em conceitos como a vontade de potência e o eterno retorno, a afirmação da diferença em detrimento da sua subordinação à identidade. Contudo, conforme identifica Machado (2009, p. 35-36), ao contrário de Nietzsche que “praticamente não reconhece aliados” na história da filosofia, a tarefa de Deleuze foi justamente a de identificar filósofos que se aproximassem do pensamento nietzscheano a respeito da diferença em oposição à representação. Além de Nietzsche, Deleuze buscou em Espinosa conceitos como o de imanência, de intensidade e de univocidade; em Bergson de multiplicidade, de diferença, do virtual e do atual. Assim, se opondo a Platão, Aristóteles, Descartes, Hegel, e a imagem do pensamento, Deleuze constitui, ao lado de Espinosa, Nietzsche, Foucault, Bergson e tantos outros, o espaço do pensamento sem imagem, fazendo-os figurar como atores em seu teatro filosófico, e constituindo um sistema conceitual próprio, robusto e, acima de tudo, inovador.

---

<sup>25</sup> Nietzsche e a filosofia (1962); A Filosofia Crítica de Kant (1963); Proust e os Signos (1964); Nietzsche (1965); O Bergsonismo (1966); Apresentação de Sacher-Masoch (1967); Espinosa e o problema da expressão (1968); Spinoza: Filosofia Prática (1970) (reedição aumentada, (1981); Francis Bacon: Lógica da Sensação (1981); Foucault (1986); A Dobra - Leibniz e o Barroco (1988).

A base filosófica em Deleuze pode ser apreendida neste movimentar que se estabelece entre o estruturalismo e seu pós. Envolvido em uma repetição que torna diferente, Deleuze inaugura parte significativa de seu pensamento no livro *Diferença e Repetição* publicado na França em 1967. Nesta obra, o autor opõe dois sentidos da repetição: a repetição do mesmo e a repetição da diferença. Enquanto na primeira a repetição se submete à identidade, na segunda ela se coloca como uma variação em uma série, sendo refratária à identificação.

O debate sobre o estruturalismo e seu pós, em Deleuze, pode também ser entendido sob esta ótica da repetição do diferente. Para o autor, a estrutura não é compreendida como uma repetição eterna daquilo que um dia se estruturou, como se fosse uma cópia de um objeto externo, ao contrário, ela é a intensidade viva de algo, podendo ser compreendida, surpreendentemente, como uma condição fundamental para que as coisas se transformem. Nesse sentido, o pós-estruturalismo pode ser visto como a estrutura em seu limite do conhecimento, possibilitando intensidade e evolução. A partir do pensamento do autor, compreende-se que o estruturalismo e seu pós não se encontram em oposição, mas, ao contrário, o segundo pode ser compreendido como uma derivação do primeiro que extrapola seus conceitos de representação e de definição da diferença.

Como lembra Williams (2012, p. 89), a estrutura em Deleuze “concerne ao simbólico, sendo o simbólico uma posição ou localidade”, o que não significa que ela seja uma parte específica no espaço atual - já que isso seria ainda referência -, nem mesmo uma parte da imaginação - pois isso manteria os símbolos -, ela é “um estado do espaço de todas as relações”, o que leva à compreensão de que tanto o estruturalismo quanto o pós-estruturalismo lidam com relações. Relações estas que não se colocam entre coisas e ideias, mas entre “diferentes séries de relações” que constituem um espaço próprio independente de ideias e correlatos. As estruturas não têm a ver com símbolos ou significados, mas com o simbólico, ou seja, “um processo em que o símbolo implica um rearranjo de relações em estruturas”, sendo completas no sentido em que essas relações se conectam a outras.

Pensando sobre o estruturalismo, Deleuze o entende, então, como um signo de revolução, de forma que sua obra resiste até o final em um posicionamento específico que a insira em um modelo estruturalista ou pós. Segundo o autor, qualquer distinção determinante sobre estes pensamentos negaria a abertura necessária para um trânsito possível e quase inevitável entre ambos, que advém de um poder de transformá-los sem introduzir oposições ou discontinuidades. “Para Deleuze deve-se resistir aos termos quando eles começam a enrijecer o pensamento.” (WILLIAMS, 2012, p. 107). Isso não significa que o autor parta para uma teoria relativista, não se



trata de uma filosofia onde tudo cabe e tudo é aceito, ao contrário, aborda-se um pensamento que busca resistir a interpretações equivocadas ou superficiais da verdade.

Destaca-se, então, que sob forte influência deleuziana, este texto permite sobreposições, atravessamentos, diálogos e contrapontos entre autores considerados estruturalistas e pós-estruturalistas, percebendo não uma ruptura entre esses mundos do pensamento, mas, ao contrário, pontos de tangência e canais de fluxo. Ou, mais que isso, uma necessidade de compreensão do capitalismo e seus mecanismos num contexto pós-moderno marcado por uma rápida evolução tecnológica e latente modificação em diversas esferas da vida a partir da emergência do pós-fordismo.

Embebido na fluidez dos anos 1960 e na intensa transformação nos modos de vida naquele período, Deleuze não se preocupa em explicar como as coisas são, mas, atenta-se ao seu funcionamento. É nesse sentido que o verbo *ser* perde importância para o autor, que passa a recorrer ao verbo *estar*, o que acaba trazendo diversas dificuldades aos leitores que se dedicam à sua obra. O pensamento deleuziano *está* e, portanto, se modifica e flutua ao longo do tempo e de suas produções. Não cabe, ao estudá-lo, perguntar *o que é* algum de seus conceitos, mas como, naqueles agenciamentos, naquele momento, se dão estes conceitos. “Um filósofo não pára de remanejar seus conceitos, e mesmo de mudá-los; basta às vezes um ponto de detalhe que se avoluma, e produz uma nova constatação, acrescenta ou retira componentes.” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 34). Portanto, declara-se de antemão que, nesta tese, alguns elementos advindos do pensamento deleuziano se assentam em obras específicas, podendo ser completamente distintos quando abordados em diferente contexto. O próprio livro para Deleuze não é um objeto, mas um agenciamento maquínico de corpos sem órgãos<sup>26</sup> que não se dispõe a saciar o ordenamento interno, mas que converge sobre múltiplos “planos de consistência”. Enquanto agenciamento, o livro existe na sua conexão com outros agenciamentos, não devendo-se perguntar o que um livro quer dizer, nem mesmo buscar compreendê-lo, mas saber como ele funciona, “em conexão com o que ele faz ou não passar intensidades, em que multiplicidades ele se introduz e metamorfoseia a sua, com que corpo sem órgãos ele faz convergir o seu. Um livro existe apenas pelo fora e no fora.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 18).

Com a finalidade de destacar alguns elementos do pensamento deleuziano que se apresentarão de forma central nesta tese, foram listadas nove características de sua filosofia a serem brevemente descritas a seguir: (i) a filosofia da imanência, em oposição à transcendência, na compreensão de um plano no qual todas as coisas se dão e sobre o qual não existe fora,

---

<sup>26</sup> O conceito de Corpo sem Órgãos é apresentado na seção 3.1 *O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejante e à esquizofrenia dos anos 1960*.

conforme supracitado; (ii) o sistema de multiplicidade, no qual o autor privilegia o múltiplo em relação ao uno ou ao individual; (iii) a determinação recíproca das diferenças que se opõe à rigidez determinada da identidade; (iv) os pontos de singularidade que se apresentam fundamentais para a concepção pós-estruturalista, tendo em vista que se apoiam, justamente, onde as coisas mudam, levando o foco sempre para os momentos de diferenciação; (v) a sobreposição dos problemas em relações às questões já que, ao contrário das segundas, que se apoiam em respostas, os primeiros se articulam em continuidade, sendo interrelacionados e possibilitando levar as coisas adiante ao invés de resolvê-las; (vi) as tensões como potência, já que são possibilidades de agenciamentos criativos de modificação; (vii) a busca pelo conflito, que coloca dois lados distintos em conexão, permitindo a emergência de novas sensações e ideias; (viii) a concepção de sujeitos nômades atravessados pelos processos de singularidades e individuações, por meio da qual não há uma negação à existência dos sujeitos, mas uma compreensão de que sua pretensão de destaque na história apresenta-se ilusória; (ix) a negação da ideia de origem, já que existe apenas uma “cadeia de simulacros interconectados” da qual nada escapa nem se externaliza, entendendo que as coisas sempre começam pelo meio e é a partir dali que devem ser observadas.

Por fim, o pensamento deleuziano se estabelece sobre a conexão e, portanto, entende-se a necessidade de sempre “pensar com”, na imanência, mergulhando nas longas cadeias de produção que provêm sua filosofia. É preciso compreender que o pensamento tem limites radicalmente diferentes devendo ser uma prática criativa e não um corpo embebido em conhecimento. Ele não pode ser limitado em forma nem conteúdo, não podendo ser determinado enquanto modo de ação ou depósito de pretensas verdades, ao contrário ele é a potência de criar-se em fluxo. De acordo com o próprio Deleuze (1992, p. 119-120), antes de tudo, pensar é ver e falar, contando que o olho não se atenha às coisas onde sempre estiveram, que se eleve até as visibilidades, e que a linguagem deixe de lado palavras e frases alcançando enunciados, criando, assim, o pensamento como um arquivo. Em continuidade, pensar é poder, ou seja, é entender as correlações de forças compreendendo que elas não se reduzem à violência, “mas constituem ações sobre ações, ou seja, atos, tais como 'incitar, induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável”. Assim, forma-se o pensamento como estratégia, como processo de subjetivação que não se dá sobre o sujeito, mas na formação de modos de existência diversos ou, buscando as palavras de Nietzsche, na invenção de outras e diferentes possibilidades de vida. Assim, assume-se, no pensamento, a existência não como sujeito, mas como arte, constituindo o pensamento-artista.

### 2.3 Algumas observações pertinentes aos platôs

A supracitada apresentação da proposta de método aplicada e esta tese aponta a cartografia como uma possibilidade de processo por meio do qual percorre-se diferentes pensamentos e correntes, cruzando, em rizoma, possibilidades múltiplas de investigação. Entretanto, não é apenas por meio da sobreposição teórica e dos caminhos tortuosos e, muitas vezes, imprevisíveis do pensamento que ela se faz presente, compondo também, uma camada de análise de dados apresentada ao final deste material. Ou seja, a cartografia é aplicada em dois momentos com distintos formatos: o primeiro (Partes I e II) se deitando sobre teorias e pensamentos da filosofia ao urbanismo, passando pela sociologia e pela geopolítica, e o segundo por meio de um mergulho nas Jornadas de Junho de 2013 (Parte III), atravessando tanto um viés teórico conceitual do levante, quanto uma análise de seus principais eventos, narrativas e atores.

Assim, inicialmente a cartografia se acopla à investigação teórica possibilitando uma sobreposição de correntes de pensamento distintas visando a complexificação da investigação. Ao final do platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*, apresenta-se um experimento cartográfico a respeito do financiamento do Terceiro Setor trazendo uma pesquisa ainda em andamento de dados sistematizados em diagramas e analisados como parte do processo de investigação. Nessa parte apresenta-se a hipótese da existência de uma rede financeiro-filantrópica internacional que atua fortemente na produção de subjetividades por meio de financiamentos destinados a organizações do Terceiro Setor - principalmente ONGs e coletivos. Esses dados devem ser sobrepostos às informações apresentadas na Parte III, destinada à uma análise das Jornadas de Junho de 2013, na qual é realizada tanto uma investigação teórica quanto uma análise de eventos e narrativas a respeito do levante brasileiro, bem como uma investigação sobre os principais atores envolvidos nessa insurgência. Nesse momento é preciso se atentar às notas de rodapé que trarão informações pertinentes à integração da investigação realizada no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional* com a análise das Jornadas de Junho. Destaca-se, ainda, que as notas se fazem fundamentais nesse texto não apenas por essas informações, mas também porque contemplam inquietações e questionamentos da autora que ocupam tal espaço em razão de uma escolha estilística textual.

Para a realização desse mergulho cartográfico nas Jornadas de Junho foram criadas quatorze categorias de análise a partir de temas de referência retirados das seções teóricas. Será possível observar, ao final de cada seção, a existência de um quadro que apresenta esses temas,

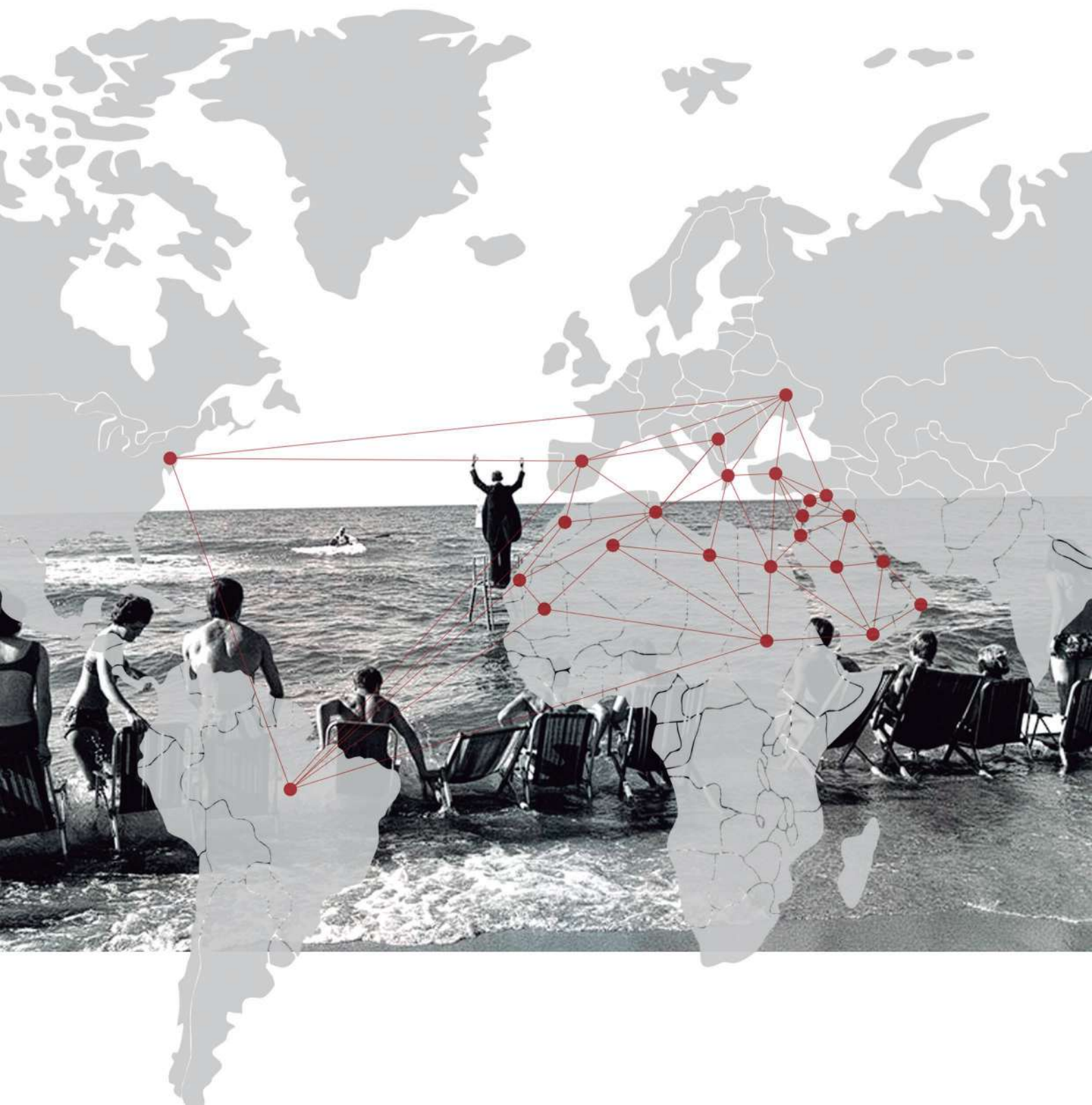
cuja seleção se baseia nos olhares que se pretende lançar sobre a insurgência brasileira a partir da perspectiva teórica lançada por aquela parte da investigação. Posteriormente, quando analisados, organizados e sistematizados, eles darão origem a uma grande planilha cartográfica na qual será possível analisar o levante de Junho a partir das perspectivas teóricas levantadas nesta tese tendo como fonte narrativas advindas de diferentes grupos midiáticos. Por se tratar de uma camada específica e considerando a centralidade do método em sua constituição, optou-se por realizar uma explicação detalhada desse processo apenas no setor desta tese em que será desenvolvido, ou seja, a PARTE III, mais precisamente no platô 8 *Percurso cartográfico*, visando dinamizar e facilitar o entendimento dos leitores.

Posto isso, destaca-se que o método cartográfico que direciona os estudos teórico-práticos desta tese apresenta, como pode ser observado, bases intrinsecamente pós-estruturalistas. Não apenas por sua derivação da concepção deleuziana de rizoma, mas também por outras características como a multiplicidade, abertura, conexão em rede, complexidade, aproximação com a genealogia, compreensão da ausência de uma verdade unívoca e busca pela sobreposição de narrativas, a cartografia se coloca como um léxico potente da composição do pensamento emergente ao longo dos anos 1960, sendo, também, herdeira dos adventos do Maio Francês - fato que a coloca em total consonância com o debate proposto por este texto. Entretanto, observa-se que, justamente estas características, permitem ao método a sobreposição de diversas linhas de pensamento, aproximando historicismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, produções artísticas e muito mais. Nesse sentido, destaca-se a pertinência do estabelecimento de diálogos entre estruturalistas e seus pós, mostrando, de antemão, que os pensamentos não se configuram no antagonismo, mas no desdobramento, ou, como poderia preferir Deleuze, na repetição da diferença. Assim, Deleuze e Foucault são introduzidos enquanto autores ícones que, em nenhum momento se permitiram enquadrar em uma ou outra linha de pensamento, apostando nas contradições e na multiplicidade como sua principal potência. Ainda que pretensamente colocados no âmbito dos pós-estruturalistas, tais autores nunca negaram sua base marxista, ao contrário, a reforçaram em diferentes momentos. No caso de Deleuze, por exemplo, no livro *Conversações* (1992, p. 212), o autor pontua que tanto ele quanto Guattari nunca deixaram de ser marxistas, afirmando não acreditarem em uma filosofia política que se distancia de uma análise do capitalismo. "O que mais nos interessa em Marx é a análise do capitalismo como sistema imanente que não pára de expandir seus próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio Capital." (DELEUZE, 1992, p. 212).

Tanto Foucault quanto Deleuze e Guattari não negam a existência da estrutura, tampouco, como pode ser observado, acreditam em um pensamento que fuja de sua análise, mas no tocante da transescalaridade apostam na aproximação entre as subjetividades e o capitalismo, mostrando que se tratam de um mesmo processo atuante sobre corpos, instituições, sociedades, economia, macro e micropolítica. Assim, na esteira do pensamento desses autores, se constrói a tese, na qual muito do pensamento pós-estruturalista é apropriado visando a complexificação da compreensão do mundo e das coisas, pautada pela multiplicação dos olhares, das escalas e das narrativas.

# PARTE I

## A CONSTITUIÇÃO DA MULTIDÃO: UM DEBATE TEÓRICO



A Parte I da tese consiste em um levantamento bibliográfico teórico conceitual construído a partir da concepção da multidão enquanto teoria e aposta biopolítica. Colocando a multidão no meio, ou seja, partindo do meio, o debate aqui proposto se expande em diferentes direções atravessando importantes referências filosóficas para Hardt e Negri - principalmente o pensamento de Deleuze, Guattari e Foucault, e se inserindo no debate geopolítico para contexto em pauta. As lutas dos anos 1960 (principalmente Maio de 1968) aparecem como elementos fundamentais para a ruptura de um modo de fazer-viver-produzir, para outro essencialmente novo, no qual se gestou a carne social da multidão. Os conceitos abordados nesta parte são fundamentais para a construção do pensamento que “na ponta” chegará a uma cartografia das Jornadas de Junho de 2013.

### 3 Rearranjos geopolíticos subjetivos na conformação de uma nova lógica capitalística a partir da segunda metade do século XX<sup>27</sup>

Os anos 1960 e 1970 foram cruciais para a conformação de uma nova ordem global que vinha se desenhando em escala planetária desde o final da Segunda Guerra Mundial. A realização do acordo de *Bretton Woods* em 1944 e a criação de organizações multilaterais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial podem ser entendidos como o passo inicial deste processo que se fortaleceu alguns anos depois com as insurgências dos anos 1960 e a crise econômica da década seguinte. Essa sobreposição de eventos chave para a configuração de um *novo espírito do capitalismo*, conforme será indicado por Luc Boltanski e Ève Chiapello em livro homônimo ao conceito, indica que o percurso cunhado para tal debate no presente platô parte da sobreposição de eventos de ordem econômica, social e subjetiva, bem como de uma análise transescalar que atravessa questões de ordem local e global.

São muitos os autores que analisam este processo de queda do modelo fordista de produção e organização social em favor de uma reconfiguração mundial do capitalismo baseada em uma nova e mais forte forma de globalização. Conexionista, rizomático, imanente, fluido e flexível são algumas das características para a formação daquilo que Hardt e Negri (2014) vão chamar de Império. Em oposição ao Imperialismo, de fronteiras fixas, Estados-nação fortes e soberanos e territorialidades arraigadas, o Império é marcado por uma nova forma de soberania, agora de ordem global, que controla todo o planeta por meio de suas instituições jurídicas, organizações e corporações transnacionais com uso, sobretudo, de narrativas vinculadas à moral e à justiça. Observa-se, então, que na progressiva imaterialidade que se deita sobre todas as relações, inclusive, ou preponderantemente, sobre a produção, a narrativa ou a “verdade” passam a ser elementos de centralidade na disputa geopolítica em qualquer que seja a escala em que ela se dê. Neste novo contexto, o que se coloca no centro do jogo de poder é a mente e o coração humanos, ou, nas palavras de Margareth Thatcher, a alma. É sobre a alma que se estende o neoliberalismo, defendido pela Primeira Ministra britânica, apresentando, como jamais visto, a extensão subjetiva do controle econômico, político e social em todo o planeta. É como *razão de mundo*, conforme pontuado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) que o neoliberalismo se estende por todas as camadas da vida, demonstrando, assim, sua configuração enquanto

---

<sup>27</sup> Este platô tem como base o texto *Insurgir-se contra o Estado, incidir sobre o Estado: debate sobre as insurgências multitudinárias do século XXI*, de autoria de Natacha Rena, Maira Nobre e Henrique Porto, publicado na Revista Indisciplinar v.8 n.1 *Novos vetores de desenvolvimento*. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1815/361>. Acesso em: 02 de agosto de 2023



biopoder. Neste sentido, há uma imagem totalizante tanto do neoliberalismo quanto do Império, que se estendem como um grande rizoma ocupando cada espaço de vida.

Observa-se, entretanto, que a estreita relação entre capitalismo e subjetividade não foi percebida apenas no correr dos anos 1980, mas já emergia nas percepções de pensadores como Foucault, Deleuze e Guattari. Imersos nos acontecimentos de Maio de 1968, os autores já percebiam a imbricação simbiótica entre capitalismo e resistência, sendo ambos parte de uma mesma configuração de poder de forma a não se confrontarem unicamente, mas se misturarem nas bordas, onde tudo acontece. A extensão dos jogos de poder capitalistas enquanto produtor de subjetividades, inclusive resistentes, é abordada em livros como *Micropolítica: cartografias do desejo*, quando Félix Guattari e Suely Rolnik (2011) retomam o conceito criado pelo primeiro, ainda nos anos 1960, de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), no qual entende-se a máquina capitalística não só como apropriativa, mas também como produtora das possíveis dissidências a ela destinadas, de forma a fagocitar e controlar tudo que, em algum momento, poderia se voltar contra a ordem capitalística - até mesmo o porvir, o ainda não imaginado. Ao criar a potência contra si mesmo, o CMI instaura-se no cerne deste corpo, controlando-o em toda sua vitalidade.

Este platô é, então, destinado a investigar algumas das mais diversas formas de nomear e qualificar esta reconfiguração capitalística emergente ao fim da Segunda Guerra Mundial. CMI, neoliberalismo e Império são alguns dos conceitos que serão abordados ao longo desta breve reconstituição histórico-econômico-subjetiva da segunda metade do século XX. Atentando-se à importância geopolítica subjetiva da catarse dos anos 1960 ela também virá à tona como caminho para rastrear a nova economia do desejo emergente naquele período. Aqui, o método de sobreposição de autores (de base mais estruturalista ou pós-estruturalista) ganha clarividência por meio de um caminho trançado no qual os debates se atravessam. Optou-se, desta forma, por segmentar a análise sem eventos e conceitos, muitas vezes marcados preponderantemente por um único autor ou obra, mas que vão se invadindo na composição geral do platô. Nesta configuração são criados oito seções que poderão ser observadas em sequência: (i) O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejante e à esquizofrenia dos anos 1960; (ii) Capitalismo Mundial Integrado, desejo e produção de subjetividade; (iii) A juventude nos anos 1960 e a emergência de novas subjetividades; (iv) Breve relato sobre o levante francês de 1968; (v) Maio de 68 como elemento insurgente na composição da nova ordem capitalística; (vi) A emergência da acumulação flexível: um olhar histórico-econômico para as transformações da segunda metade do século XX; (vii) Neoliberalismo, dívida e produção de subjetividade; (viii) Império: biopoder e sociedade de controle.

### 3.1 O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejanter e à esquizofrenia dos anos 1960

Na coletânea *Capitalismo e Esquizofrenia* - composta por *O Anti-Édipo* (2011b) e *Mil Platôs* (2011a) - Deleuze e Guattari elaboram uma leitura inédita do sujeito e do social, acometidos pelas intensas transformações do período de contestação da “esquizofrenia dos anos 1960” e, principalmente, de Maio de 1968, do qual ambos fizeram parte. O trânsito entre a vida e a história é tematizado pelos autores que, a partir de suas percepções a respeito do inconsciente, tal como descrito por Freud e Lacan, e do capitalismo, tal como visto por Karl Marx, inauguram chaves de leitura da realidade, criando conceitos que transformariam o mundo a partir de então. Não é à toa que, para muitos, *O Anti-Édipo* é considerado uma sequência de *O Capital* já que aprofunda e aproxima as análises estruturalistas de um vocabulário pós-estruturalista trazendo à superfície do materialismo histórico as subjetividades e suas produções.

*O Anti-Édipo*, tal como definiram Deleuze e Guattari, “pertence ainda a 68” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 9). Em outras palavras, o livro é atravessado e influenciado pelo levante, ao mesmo tempo em que reflete profundamente a intensidade de acontecimentos, contestações e revoluções que marcaram a década de 1960 que, no contexto francês, seriam condensadas pelos movimentos de Maio. Nesse sentido, o livro capta, simultaneamente, as transformações comportamentais, a contracultura e as contestações às instituições familiares e religiosas edipianas; e os grandes movimentos de inflexão do capitalismo e da geopolítica, relacionando-os como um só tema.

O livro parte de uma crítica à edipianização do inconsciente e da sociedade como um todo, em favor de uma leitura do processo do esquizo. Em outro livro *Conversações*, Deleuze (1992) lembra essa totalização do processo de edipianização alegando que Édipo não é algo externo, como uma boneca, sem vida, é uma secreção interna, uma espécie de glândula, contra a qual só é possível se contrapor mediante a luta contra si mesmo. Luta esta que não se apoia na identidade, no ser clibatário, gay ou sem filhos, mas que perpassa a capacidade do desejo por amores não edipianos e, conseqüentemente, a capacidade esquizofrenizada do amor. Assim, para explicar a tensão entre esta edipianização quase totalizante e a linha de fuga esquizo, os autores mobilizam uma série de referências literárias e teóricas - tais como *Memória de um doente dos nervos* (2021) e *Lenz* (2007) - para investigar a esquizofrenia como visão de mundo desprovida da edipianização e demais categorizações as quais procuravam confrontar neste livro. A esquizofrenia seria, portanto, capaz de identificar aspectos das realidades anteriores ao seu enquadramento no triângulo edipiano e, além disso, anteriores à distinção homem-natureza. O

esquizofrênico é, para Deleuze e Guattari (2011b, p. 14), capaz de enxergar a “natureza como processo de produção” e o homem como parte dela.

Na leitura de Peter Pál Pelbart (2011, p. 19-20), a aposta no esquizo se relaciona ao nômade, aquele que está presente e ausente simultaneamente, ocupando e desmanchando um território na medida em que não aceita a dialética da oposição, subvertendo o jogo por estar sempre deslizante em terreno inimigo. É, tal qual o nômade, um “desterritorializado por excelência, fazendo da própria desterritorialização” um território subjetivo.

Entendendo o esquizo como componente flutuante do tabuleiro de forças capaz de alimentar e tensionar os processos do capitalismo, Deleuze e Guattari (2011b) se atentam à visão marxista dos processos de produção para identificar as etapas e as relações empreendidas entre natureza e indústria e, posteriormente, o sujeito, imbricando subjetividade e produção marxista.

É que na verdade - na ruidosa e obscura verdade contida no delírio - não há esferas nem circuitos relativamente independentes: a produção é imediatamente consumo e registro, o registro e o consumo determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção. De modo que tudo é produção: produção de produções, de ações e de paixões; produções de registros, de distribuição e de marcações; produção de consumos, de volúpias, de angústias e de dores. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 14).

A fim de compor essa leitura esquizofrênica da realidade, os autores mobilizam a categoria das máquinas - “Há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 11) - como objetos parciais de uma realidade composta de fluxos e de processos de produção. Assim, as máquinas permitem aos autores estender a compreensão da produção para além da economia política (ou estender a própria economia política) e vislumbrar o inconsciente para além da triangulação edipiana, permitindo “introduzir o desejo no mecanismo e introduzir a produção no desejo”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 39). Buscando formar uma “Psiquiatria Materialista”, Deleuze e Guattari combatem a visão psicanalítica do inconsciente como um “antigo teatro” capaz apenas de representar o mito e a tragédia de Édipo, em favor de um “inconsciente fábrica”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 39). Inaugura-se as categorias das *máquinas desejantes* e da *produção desejante*, como produção que atravessa toda a realidade: “o desejo produz real, ou a produção desejante não é outra senão a produção social”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 48).

A contundente aposta no esquizo é, em mesma medida, uma aprofundada crítica à psicanálise pautada na identificação de uma tendência de edipianização irrestrita e generalizada das relações, reduzindo-as ao pai e à mãe e privando-as de diversas outras questões que as atravessam. Assim, o desejo é lido não como algo que parte do espectro da falta, tal como posto pela psicanálise - marcado pela ausência -, mas por aquilo que excede.

Estudando o vocabulário deleuziano, François Zourabichvili (2004) propõe que o desejo “não é a representação de um objeto ausente ou faltante, mas uma atividade de produção, uma experimentação incessante, uma montagem experimental. (...) ele sofre apenas por ser interrompido, e não pelo fato de o 'objeto' se esquivar cada vez mais.” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 69). O desejo não é algo que vai de dentro para fora, pelo contrário, ele nasce fora e vai de afeto em afeto mobilizando os seres não para si, mas “para as singularidades que eles emitem e que ele destaca.” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 70).

Para Deleuze e Guattari (2011b), o desejo se apoia sobre o real e isso subsidia, em grande parte, a crítica da concepção psicanalítica do desejo pela falta. Podendo ser posicionado sobre os pilares da produção ou da aquisição, o desejo tende a ser acoplado ao segundo espaço, gerando, então, uma concepção idealista que o determina como aquilo que não se possui, ausência do objeto real. Ou seja, sua “própria realidade está numa essência da falta que produz o objeto fantasmático.” Para os autores, a criação de fantasmas foi a forma que a psicanálise expôs o desejo, como se “houvesse um objeto sonhado ao lado de cada objeto real”. Assim, o desejo é colocado como algo que produz a si próprio, separado do real, reduplicando a falta e levando a uma “incurável insuficiência do ser”. Em contrapartida a esta concepção, os autores afirmam que o desejo produz e reproduz o real, não o fantasmagórico. “Nada falta ao desejo, não lhe falta o seu objeto. É o sujeito, sobretudo, que falta ao desejo, ou é ao desejo que falta o sujeito fixo; só há sujeito fixo pela repressão”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 41-43). Desejo e objeto constituem a mesma coisa: a máquina - invertendo, então, a equação psicanalítica desejo-necessidade. Deleuze e Guattari afirmam que não é o desejo que se apoia nas necessidades, mas que as necessidades derivam do desejo, no real que ele produz. “O real não é impossível; ao contrário, no real tudo é possível, tudo devém possível.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 44). Por fim, em oposição à falta, o desejo se coloca sobre o real e o abundante.

Esta compreensão do desejo posto sobre o real permite a Deleuze e Guattari vislumbrar uma não diferenciação entre produção desejante e produção social e, portanto, uma aproximação latente entre o desejo e o capital. Por isso, os autores alertam que, enquanto no pensamento se pousar no distanciamento entre o triângulo capitalista composto pelo dinheiro, pelo ouro e pelo capital, e o triângulo familiar, formado pela libido, pelo ânus e pelo falo, os sujeitos estarão submersos em um passatempo incapaz de tensionar os mecanismos impostos pelo dinheiro. É preciso compreender que a produção social é a própria produção desejante e o campo social é sistematicamente percorrido pelo desejo. “Há tão somente o desejo e o social, e nada mais. Mesmo as mais repressivas e mortíferas formas de reprodução social são produzidas pelo desejo,

na organização que dele deriva sob tal ou qual condição que devemos analisar." (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 46).

Esta forma de leitura do desejo o aproxima da concepção dos autores sobre a esquizofrenia, tida pela não distinção entre o homem e a natureza. De acordo com Deleuze e Guattari, não há uma diferenciação entre sujeitos e objetos, pelo contrário, eles propõem a existência de máquinas que se espalham por toda parte e se acoplam de diferentes formas. "Uma máquina-órgão é conectada a uma máquina-fonte: esta emite um fluxo que a outra corta. O seio é uma máquina que produz leite, e a boca, uma máquina acoplada a ela." (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 11). Máquinas são, então, como apontam Guattari e Rolnik (2011, p. 385), comparáveis às espécies vivas: elas se engendram e emendam, "fazendo aparecer novas linhas de potencialidade". Seja qual máquina for, teórica, técnica, social, estética, desejante etc, ela se agencia a outras máquinas, o que recebe o nome de *agenciamento maquínico*. As máquinas desejantes, segundo Deleuze e Guattari (2011b, p. 468) "constituem a vida não-edipiana do inconsciente." Elas são máquinas binárias, de regime associativo, cuja síntese de produção, ou seja, produção de produção, apresenta-se por meio de conexões nas razões de 'e'... 'e'. Isso porque sempre há uma máquina que produz fluxo e outra que corta, sendo que a primeira, certamente, está acoplada à outra sobre a qual exerce a função de corte ou extração. "O desejo não para de efetuar acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados". (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 16).

É nesse ponto de compreensão da realidade como processo de produção, como constante acoplamento, desarranjo e rearranjo das máquinas desejantes, em que os autores identificam a formação de uma "identidade produzir-produto" no enigmático conceito do *Corpo sem Órgãos* (CsO). O CsO seria, portanto, o "terceiro tempo na série binário-linear", formada primeiro pelo produzir, depois pelo produto e, finalmente, pelo corpo pleno, improdutivo e inerte, que se define pelo próprio movimento. "O corpo pleno sem órgãos é produzido como Antiprodução, isto é, ele só intervém como tal para recusar toda tentativa de triangulação que implique em uma produção parental". (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p. 28). Como lembra Deleuze (2002) em livro destinado ao pensamento de Francis Bacon, o corpo não é um organismo, pelo contrário, os organismos são inimigos do corpo. "O corpo sem órgãos opõe-se menos aos órgãos do que a essa organização de órgãos chamada organismo." (DELEUZE, 2002, p. 33). Nas palavras de Pelbart "criar para si um corpo sem órgãos, encontrar seu corpo sem órgãos é a maneira de escapar ao juízo." (PELBART, 2011, p. 49).

A concepção de corpo sem órgãos (CsO) em Deleuze e Guattari bebe na descoberta de Antonin Artaud, abordando o corpo "lá onde ele se encontrava, sem forma, sem figura."

(DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 20). Ele é pleno, improdutivo, estéril ou, como colocam Guattari e Rolnik (2011, p. 328), “marca o grau zero das intensidades”. Pois o desejo, como deseja a vida, deseja também a morte. “As máquinas desejanter só funcionam desarranjadas, desarranjando-se constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 20) e o CsO, como lugar de insatisfação com sua organização, é também o lugar dos desarranjos.

Apesar de uma tendência a relacionar o CsO ao esquizo numa perspectiva da potência da desorganização e reorganização constante dos agenciamentos maquínicos, da experiência extrema do desejo (ZOURABICHVILI, 2004, p. 32), ou até mesmo de sistemáticas negações, como em *Bartleby* de Melville (2017), Deleuze e Guattari (2011, p. 23) alertam que “o capital é, sem dúvida, o corpo sem órgãos do capitalismo, ou melhor, do ser capitalista”. E não se trata apenas do dinheiro, mas da produção de mais-valia vinculada à forma como o CsO produz a si próprio. “(...) é no capital que se engancham as máquinas e os agentes, de modo que seu próprio funcionamento é miraculado por ele.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 23). Surge então, nos autores, um entendimento muito caro a este texto, no qual o capitalismo é posto como uma *quase causa* das mais diversas produções. Deleuze e Guattari (2011b) recorrem a Marx para mostrar como a consciência inicial dos capitalistas posta sobre a oposição entre capital<sup>28</sup> e trabalho<sup>29</sup> - sendo o primeiro responsável por extorquir mais-valia do segundo - vai se perdendo no momento em que começa a se instaurar “um mundo perverso enfeitado”. Por meio da leitura marxiana, os autores lembram que a medida em que a mais-valia<sup>30</sup> se desenvolve no sistema capitalista fazendo crescer a produtividade do trabalho, tem-se a impressão que “as forças produtivas e as

---

<sup>28</sup> Daniel Fufeld (2003, p. 82) e Emery Kay Hunt (1986, p. 218) abordam a dificuldade de definir de forma fiel o que seria o “capital” na visão de Karl Marx, pois seu modelo teórico é longo e complexo. Segundo Fufeld (2003, p. 84) Marx via o capitalismo como sendo um sistema gigantesco por meio do qual o tempo de trabalho empregado, primeiro é transformado em lucro, e, de lucro, em capital. Enquanto o tempo de trabalho pertencia ao trabalhador, o capital seria propriedade do capitalista. Hunt (1986, p. 238), por sua vez, lembra que o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção social definida, relativa a uma formação histórica da sociedade. Em referência à Marx o autor afirma que o capital é o meio de produção monopolizado por certa parte da sociedade, em que a força de trabalho humano é um produto e as condições de trabalho são independentes desta mesma força de trabalho, e que portanto, o capital aparece cada vez mais como uma força social cujo agente é o capitalista.

<sup>29</sup> Para Marx a base da sociedade está no trabalho. É pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói e transforma a sociedade. É também pelo trabalho que o homem começa a produzir seus meios de vida tanto materiais quanto imateriais. “O trabalho é um processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 1985, p. 202).

<sup>30</sup> A mais-valia é a diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o valor dessa força de trabalho, ou seja, o valor total criado no processo produtivo (VC) é constituído pelo equivalente do valor pago pelo capitalista ao trabalhador sob a forma de salário que, na terminologia de Marx, é o capital variável (v) e pela mais valia (s), pelo que a mais-valia é dada pela seguinte expressão:  $s = VC - v$ , sendo v o que Marx denominou como capital variável, consubstanciando o valor da força de trabalho e que se expressa no salário pago, em termos monetários. A mais-valia é a origem do lucro.

conexões sociais do trabalho parecem destacar-se do processo produtivo e passar do trabalho para o capital. Assim o capital se torna um ser bastante misterioso, pois todas as forças produtivas parecem nascer no seio dele e lhe pertencer." (MARX, 1942, p. 1435, *apud* DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 23).

Deleuze e Guattari (2011b, p. 24) lembram que o CsO "se assenta sobre a produção desejanste, a atrai e apropria-se dela". Improdutivo que é, o CsO funciona como uma superfície na qual a produção de desejo é registrada, "de modo que as máquinas desejanstes parecem emanar dele no movimento objetivo aparente que as reporta a ele." Neste sentido, o CsO é essencial ao capitalismo, pois constitui esta superfície de registro que "atribui a si própria todas as forças produtivas e os órgãos de produção, e que opera como quase causa comunicando-lhes o movimento aparente do fetiche<sup>31</sup>." Passa-se então da lógica de produção, para um processo de produção e registro - a reprodução não ocorre da mesma forma que a produção, como já alertava Deleuze no livro *Diferença e Repetição*. Assim, as conexões produtivas deixam as máquinas e passam a ocupar o corpo sem órgãos, onde se engancham a outros vários pontos de disjunção e se submetem a outras leis, criando novas redes de síntese.

Entende-se, então, que apesar do aparente distanciamento, capitalismo e esquizofrenia não são opostos, pois ambos se encontram nos arranjos, rearranjos e desarrajos maquínicos na superfície do corpo sem órgãos. Trata-se de um mesmo sistema de desorganizações pulsantes. Nada está fora, não há dualismo ou maniqueísmo. Pelo contrário, o capitalismo, em todo momento, se abastece da potência esquizofrênica como seu produtor e reproduzidor. Remetendo ao conceito de poder de Foucault, pode-se compreender isso melhor, pois tudo é poder, em uma só esfera estão postas diversas forças, as ditas resistentes ou hegemônicas. Assim como no mesmo caos, nas mesmas máquinas, em junções, disjunções e acoplamentos, capitalismo e esquizofrenia se encontram. Entretanto, apesar de ser possível pensar o esquizo como o motor capitalístico, é preciso compreender que ele também é seu limite, sendo o único capaz de tensioná-lo até uma possível ruptura. O capitalismo "não para de se aproximar do seu limite, que é um limite propriamente esquizofrênico. É com todas as suas forças que ele tende a

---

<sup>31</sup> A análise do fetichismo da mercadoria conclui o primeiro capítulo de *O Capital*. "É apenas a relação social determinada dos próprios homens que assume aqui a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar uma analogia, daí devemos escapar para a região nebulosa do mundo religioso. Aqui os produtos da cabeça humana parecem dotados de vida própria, relacionando-se uns com os outros e com os homens em figuras autônomas. Assim se passa no mundo das mercadorias com os produtos da mão humana. Isto eu chamo de fetichismo, que adere aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias, e que é inseparável, portanto, da produção de mercadorias." (Marx, 2006, p. 69-70)

produzir o esquizo como o sujeito dos fluxos descodificados sobre o corpo sem órgãos - mais capitalista do que o capitalista e mais proletário que o proletário." (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 52). Assim, o fluxo capitalista encontra-se entre o estímulo e o corte das forças esquizos, deixando-se tensionar rumo à mudanças, mas movendo-se antes do rompimento.

Entre tensões e estímulos, capitalismo e esquizofrenia se encontram na propulsão da ordem Imperial que vai se configurando durante a segunda metade do século XX e se consolida ao fim da Guerra Fria. A conjunção do biopoder, da sociedade de controle, da produção de subjetividade, da descodificação dos fluxos esquizo, etc. produziram um cruzamento sem precedentes entre forças hegemônicas e resistentes. Dessa forma, a configuração de um capitalismo imanente - para Deleuze -, Império - para Hardt e Negri - ou Capitalismo Mundial Integrado (CMI) - para Guattari e Rolnik -, como regimes de apropriação da produção desejante, é acompanhada também por transformações evidentes na forma de organização da sociedade e de compreensão das lutas.

Conforme indica Pelbart (2011), a configuração imperial não pode ser observada por um viés verticalizado unilateral, tendo em vista que, ainda que *vampirizadas*, as subjetividades não formam massas amorfas e passivas, mas uma conjunção de forças de vida. Forças essas que, em sua potência criativa, afetiva e pulsante, podem ser compreendidas tanto como uma reserva inesgotável a ser explorada pelo capital, quanto como aquilo capaz de atravessá-lo e levar além. Em resumo, é a tensão entre capitalismo e esquizofrenia que Deleuze e Guattari estabelecem uma rigorosa análise do capitalismo avançado como regime de produção social que, ao invés de enquadrar o desejo e os fluxos esquizo, os estimula e captura como sua própria matéria prima de uma "economia do desejo". "Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia." (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 53).

Por fim, a passagem das décadas de 1960 e 1970, período histórico no qual a obra aqui analisada se situa, representa um momento elucidativo dos movimentos que Deleuze e Guattari buscam descrever. As contestações desterritorializantes às instituições familiares, religiosas e estatais, a aflorante criatividade comercializada do movimento da contracultura e a simultânea flexibilização e dinamização do capital marcam um período de *esquizofrenização* do capitalismo como regime de produção social. Biopolítica, produção desejante e sociedade de controle seriam, dentre outros, conceitos definidores para a compreensão das transformações mundiais a partir de então.



**Quadro 1 - Tema de referência seção 3.1 O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejante e à esquizofrenia dos anos 1960**

**TEMA DE REFERÊNCIA**

- Capitalismo como quase causa
- Produção de desejo.

Destaca-se nesta seção alguns elementos que serão fundamentais para a análise dos acontecimentos multitudinários, como, por exemplo, a compreensão da esquizofrenia em um campo de tensão entre a produção capitalística e a linha de fuga. A ideia de *capitalismo como quase causa*, compõe este quadro ao indicar a possível totalidade da força capitalística que domina e produz de forma ampla todas as manifestações da vida, o que inclui os movimentos insurgentes. Inerente aos itens anteriores, a compreensão do *desejo como algo produzido* introduz o que será posteriormente abordado enquanto produção de subjetividades.

Fonte: Produzido pela autora

### **3.2 Capitalismo Mundial Integrado: desejo e produção de subjetividade<sup>32</sup>**

A ordem capitalística é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica. Ela incide nos esquemas de conduta, de ação, de gestões, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto, etc. Ela incide nas montagens da percepção, da memorização e na modelização das instâncias intra subjetivas - instâncias que a psicanálise reifica nas categorias de ego, superego, ideal do ego, enfim, naquela parafernália toda.

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se transa, como se fala, e não para por aí. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro - em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 48 - 51).

O conceito de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), cunhado por Guattari ainda nos conturbados anos 1960, surge como alternativa crítica a uma visão esperançosa da *globalização*, entendida, pelo pensador, como um termo genérico que omite o real viés dominador da ordem capitalística. Posteriormente, o filósofo debateu o tema no livro *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo* (1977) que conta com prefácio e tradução da psicanalista Suely Rolnik, companheira de Guattari na escrita de *Micropolítica: cartografias do desejo* (2011) - criado ao longo de uma viagem pelo Brasil - quando, novamente, o conceito de CMI vem à tona. Segundo os autores, o capitalismo seria mundial e integrado por ter colonizado e simbiotizado todo o planeta com o objetivo de que nenhum Estado e nenhuma atividade humana se furtassem ao seu

<sup>32</sup> A análise sobre o CMI teve como base principal o livro *Micropolítica: cartografias do desejo* escrito por Félix Guattari e Suely Rolnik.

domínio. Nesse sentido, há uma ênfase no desejo e na subjetividade como elementos que assumem papel tão fundamental para o funcionamento capitalístico quanto a própria economia (GUATTARI; ROLNIK, 1977). Ou seja, a ação do CMI se dá por meio de uma ‘dupla opressão’ que passa primeiramente pelos campos econômico e social, chegando a instalar-se na produção de subjetividade. Por meio dessa nova configuração capitalística “uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 47-48). Observa-se, então, uma progressiva importância das máquinas (tal qual entendidas por Deleuze e Guattari) no processo de produção contemporâneo e é justamente por meio desses agenciamentos maquínicos de produção de subjetividade que se mantém o controle despótico sobre as produções sociais exercido pelas castas poderosas do sistema capitalístico, as elites do Norte-Global.

As máquinas ganham uma importância cada vez maior nos processos de produção. As relações de inteligência, de controle e de organização social estão cada vez mais adjacentes aos processos maquínicos; é através dessa produção de subjetividade capitalística que as classes e castas que detêm o poder nas sociedades industriais tendem a assegurar um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e vida social. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 48).

Ao abordar o controle quase totalizante do CMI, Guattari e Rolnik (2011) questionam a relação estabelecida entre sujeito e subjetividade, propondo inverter a ideia primeira de que a subjetividade está atrelada à natureza humana e passando a compreendê-la como uma “natureza industrial” que é fabricada e consumida por diferentes máquinas que podem estar localizadas em determinado território ou, tal qual estimulado pelos processos de globalização, serem transnacionais. “Em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 33). Trata-se da existência de uma *economia produtiva do desejo* vinculada, sobretudo, a mecanismos de tecnologia e informação, que foi percebida pelas “forças sociais que administram o capitalismo” ao compreenderem a centralidade da produção de subjetividade na contemporaneidade. Isso porque, todas as informações recebidas, seja pelos núcleos familiares e sociais, seja pelos meios informacionais, são “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social, e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 35).

O desejo é visto, então, como um modo de produção ou de construção de algo, e não como uma energia indiferenciada. Ele se dá enquanto formação coletiva não sendo, tal qual

postulado pela psicanálise, algo secreto, mas uma energia que atravessa todo o campo social, podendo ser compreendido como uma vontade de viver, de amar, de criar e de inventar uma outra sociedade. Entretanto, a ordem social capitalística leva a uma disciplinarização dos fluxos de desejo num processo de castração. “É o CMI em sua desterritorialização que produz essa figura bestial do desejo” que precisa ser dominado, antagonizando o que seria um “desejo-pulsão, desejo-desordem, desejo-morte, desejo-agressão” a um desejo submisso, centralizado e organizado balizado pelo discurso de evitar uma “violência generalizada”.

É muito mais a produção de subjetividade capitalística [do que a liberdade do desejo] - que desemboca em devastações incríveis em nível ecológico, social, no conjunto do planeta - que constitui um fator de desordem considerável, e que, aí sim, pode nos levar a catástrofes absolutamente definitivas”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 262).

Se torna mais simples compreender essa *economia coletiva do desejo* quando passa-se a entender que seu alcance não se dá apenas na esfera das superestruturas, mas, ao contrário, localiza-se naquilo que Marx chama de infraestrutura produtiva, sendo as subjetividades essas matéria-prima para evolução das forças produtivas. Segundo Guattari e Rolnik (2011) há uma espécie de *agenciamento coletivo de enunciação* que não corresponde nem a uma entidade individual, nem a uma entidade social predeterminada. Ou seja, os processos de subjetivação não são concentrados em agentes individuais nem coletivos, são duplamente descentrados, localizando-se entre a escala infra-humana - do desejo, da produção de afeto, valor, ideias - e extra-pessoal - onde articulam-se os sistemas maquínicos, econômicos, sociais, etc. Assim, Guattari e Rolnik (2011) lembram que o lucro do capitalismo advém, basicamente, de um processo de produção subjetivo relacionado à produção social e material. Existe, para os autores, uma economia coletiva de agenciamentos que leva a construção do que eles entendem por *subjetividade capitalista*, análoga ao CMI. As subjetividades criadas no CMI não estão ligadas apenas ao controle das relações sociais, mas atuam sobre qualquer produção dos sujeitos, ou seja, todo e qualquer fenômeno de relevância ocorrido na contemporaneidade está relacionado ao desejo e à subjetividade produzida em escala planetária. Se pensadores marxistas progressistas, muitas vezes, não compreenderam a importância da produção de subjetividades enquanto motor social, o mesmo não se deu com “as forças sociais que administram o capitalismo hoje”, tendo em vista que elas compreenderam a centralidade da subjetividade enquanto um tipo de produção mais essencial que a extração de petróleo ou produção de energia. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 34). Isso porque, as subjetividades não são meros registros ideológicos, mas algo que se assenta sobre o coração dos indivíduos e em todas as suas atuações.

Segundo Guattari e Rolnik (2011), o CMI faz uso da produção de subjetividade como elemento base da dominação capitalística totalizante por meio de três estratégias centrais: a culpabilização, a segregação e a infantilização. A primeira delas parte da imposição de uma imagem de referência, um líder<sup>33</sup>, um modelo a ser seguido que gere um padrão de atuação do qual, aqueles que se desviarem, ou seja, não enquadrarem na forma a eles imposta, sentem-se mal frente a esta decepção. A segregação atua em sentido semelhante, ou seja, também pressupõe a subordinação a quadros de referência imaginários, o que acaba levando a uma intensa fragilidade frente a processos manipuladores. A ideia é que, para fazer parte do grupo social, seja preciso incorporar, ainda que na extrema artificialidade, sistemas de hierarquização e disciplinarização.

Já a infantilização, talvez a mais intensa forma de dominação subjetiva capitalística, atua na incapacidade de produção autônoma de pensamento, organização da vida e ação. Neste processo, os equipamentos coletivos e culturais, com destaque para a mídia, acabam recebendo centralidade, pois constituem os braços da dominação. Como lembram os autores, o que é produzido pela subjetividade capitalística e veiculado pela mídia e pela família não são ideias apenas ou modelos de identificação - tal como postula a psicanálise por meio da tríade edipiana -, nem mesmo transmissões de significados por enunciados significantes, mas são “essencialmente, sistemas de conexão direta entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 78).

É preciso, então, adentrar-se ao terreno da cultura - principalmente da cultura de massas - como um elemento fundamental para a propulsão das forças capitalísticas subjetivas. Para tanto, Guattari e Rolnik (2011) debatem a origem do termo cultura buscando, entre seus distintos sentidos - que vão desde a imagem da cultura como um valor de distinção social, até a cultura como coletividade e identidade - a identificação da origem e da conceituação daquilo que se entende por cultura de massa ou, conforme preferem colocar os autores, *cultura mercadoria*. A cultura de massas produz “indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas

---

<sup>33</sup> Atualmente, a criação de um líder aparece de forma controversa. Em muitos casos, as elites globais (nestes termos aquelas que representam o poder imperial) são altamente críticas à existência de lideranças seja pela enunciação de indivíduos imbecilizados, como em casos recentes vivenciados pelo Brasil e EUA, seja pela narrativa latente de um poder despótico realizado por estes mesmos sujeitos ou aqueles que não se enquadram em uma definição específica de democracia, como o caso da Venezuela e da China, por exemplo. Em contrapartida, o Imperialismo segue ovacionando a imagem do líder, que pode ser exemplificada pelos mesmos supracitados casos brasileiro e estadunidense. Há, portanto, uma disputa em relação à posição das lideranças que funciona como uma das características que determinam as disputas geopolíticas contemporâneas. Destaca-se, ainda, a incorporação das resistências à ideia dos “não líderes” que será fundamental na concepção das ações multitudinárias.

hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão - não sistemas de submissão visíveis e explícitos, como na etimologia animal, ou como nas sociedades arcaicas ou pré-capitalistas, mas sistemas de submissão muito mais dissimulados.” Esses sistemas não são interiorizados pelos indivíduos - como apostaria a psicanálise - por uma subjetividade esvaziada que deve ser preenchida, mas, ao contrário, por meio de uma subjetividade produzida. Ou seja, a subjetividade não pode ser entendida como uma espécie de recipiente a ser preenchido por coisas exteriores que se interiorizariam ou internalizariam, já que essas “coisas” - das quais pode-se citar a linguagem, a mídia (como modo de semiotização coletiva) e a relação com a cidade - atuam sobre a “própria sigmática da subjetivação inconsciente”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 43). A subjetividade é produzida não somente sobre os indivíduos, mas sobre a sociedade como um todo, numa espécie de produção de subjetividade social que se coloca sobre todos os níveis da vida - mas principalmente sobre o inconsciente - apoiando-se, sistematicamente, no consumo. “A meu ver, essa grande fábrica, essa poderosa máquina capitalística produz, inclusive, aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 22).

Para os autores, a produção dos meios de comunicação em massa, associada à produção de subjetividade capitalística leva ao surgimento de uma cultura cuja vocação se dá na universalidade, sendo um elemento primordial na construção de uma “força coletiva de trabalho” e de uma “força coletiva de controle social”. Com essa pretensa totalidade, a cultura globalizada incorpora as brechas, as margens e as diversas subjetividades que podem, em algum momento, escapar ao CMI, não só tirando delas uma possível potência resistente, mas incorporando-as como elemento fundamental para o bom funcionamento da máquina capitalística. O que se observa não é apenas uma tolerância a essas “ações à margem”, mas que, muitas vezes, elas são produzidas pelo próprio CMI que, assim, consegue fagocitar novos territórios subjetivos. “Tudo isso parece ser muito bem calculado.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 26). O desvio é sobrecodificado antes de ser vivido, sendo moldado pelo espectro subjetivo de forma que, caso haja um atravessamento dos limites impostos pelas forças capitalísticas, o indivíduo é tido como alguém fora da realidade ou normalidade social, sendo considerado louco, marginal ou incapaz.<sup>34</sup> Observa-se, atualmente, uma estratégia do CMI de produzir “diversidade” atuando diretamente

---

<sup>34</sup> A atuação das mídias como ferramentas potentes de produção de subjetividade será primordial para a análise dos acontecimentos multitudinários, compondo uma das subcategorias analíticas vinculada à comunicação e à cultura. A comunicação enquanto categoria analítica adentra tanto o âmbito interno das manifestações, como esse papel central na produção de narrativas e subjetividades insurgentes e, em grande parte, sujeitas e manipuladas pelos interesses do CMI.

sobre as culturas locais que resistem e impondo os limites aos quais o conceito de “diversidade” deve se atrelar.

Neste sentido, os autores rechaçam a ideia de diferenciação entre a cultura popular e a cultura erudita, pondo em xeque, inclusive, a existência de qualquer uma delas e afirmando haver uma única cultura que controla os diversos planos: a *cultura capitalística*. “É uma cultura sempre etnocêntrica e intelectocêntrica (ou logocêntrica), pois separa os universos semióticos das produções subjetivas.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 31). Ou seja, é impossível se falar de uma cultura proletária ou popular sabendo que há procedimentos de produção, reprodução e reapropriação realizados pelos diferentes sistemas capitalísticos. Da mesma forma que o capital é um “modo de semiotização” que possibilita a existência de um equivalente geral para as produções econômicas e sociais, a cultura funciona como esse mecanismo de equivalência geral no que tange às produções de poder.<sup>35</sup> “As classes dominantes sempre buscam uma dupla mais valia: a mais valia econômica, através do dinheiro, e a mais valia de poder, através da cultura-valor”, que são complementares, constituindo, juntas, uma terceira categoria de equivalência, “o poder sobre a energia, a capacidade de conversão das energias umas nas outras - os três pilares do CMI.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 31). Entretanto, ao passo que se entende que o processo de dominação capitalístico se deite sobremaneira nas subjetividades, observa-se que a única forma de tensioná-lo também se dá na esteira dos desejos, sendo necessário compreender que a luta social não se estende, apenas, ao campo da economia política, mas também no da economia subjetiva. “Todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade capitalística.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 59)

A forma como o indivíduo convive com essas subjetividades produzidas e controladas pode variar entre a alienação/opressão e a criação. Ou seja, ou numa submissão geral do indivíduo à subjetividade aceitando-a tal como lhe é entregue, ou na forma de apropriação por meio da qual há uma mudança desta subjetividade imposta gerando processos de singularização. Isso não quer dizer que as transformações sociais geradas por este segundo modo de relacionar-se com as subjetividades produzidas se dão estritamente no campo individual. Ao contrário, há uma necessária distinção entre processo de singularização e individualidade, sendo a segunda o “o efeito da alienação destes processos.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 165). Assim, o processo

---

<sup>35</sup> Partindo-se da diferenciação entre os grandes grupos geopolíticos (em constante movimento) apontada nesta tese, destaca-se que cada um utiliza seus sistemas a fim de controlar o social, sendo a cultura um mecanismo de dominação utilizado de diferentes modos. Existem várias formas de operar no capitalismo que são ativadas de diversas maneiras vislumbrando a produção de subjetividades.

de singularização da subjetividade só é possível por meio de agenciamentos de distintas dimensões.

Para Guattari e Rolnik (2011) o que vai caracterizar o processo de singularização é o fato de ele se autodeterminar. Ou seja, sua capacidade de captar diversos elementos da vida produzidos por todos os tipos de referências e se tornar independente frente à dominação global posta nesses processos de enquadramento e manipulação. Assim, os diferentes processos de singularização devém recusa à subjetivação capitalística. Observa-se, então, que para além de uma disputa com um inimigo global transcendente, o processo de singularização é marcado por uma negação que advém do próprio sujeito e seus aliados sobre os desejos neles produzidos e latentes. Ou seja, a singularização se deita sobre aquilo que Guattari e Rolnik (2011, p. 142) chamam revolução molecular, “uma atitude étnico-analítico-política” na qual os antagonistas não podem ser visualizados e marcados como numa rubrica, havendo relações de segmentaridade e complementaridade, onde simultaneamente os indivíduos podem ser aliados ou inimigos de algo, de alguém, ou de si mesmos. Os autores explicam a diferença entre esta proposta de revolução e aquela que se desencadeia sob o léxico das lutas de classes. A aposta na primeira deriva da compreensão de que no atual espectro totalizante da ordem capitalística os movimentos resistentes não devem ser compostos apenas pelas minorias, mas por diferentes indivíduos ou grupos imbricados na modulação subjetiva e que, a fim de singularizar, devem se mover contrários à estas modulações. É uma espécie de sobreposição entre uma atuação na esfera da economia política com outra que advém da economia subjetiva, sem que, de modo algum haja uma negação da existência das classes nem da necessidade de uma análise estratégica de forças, mas que a ela se acrescenta este outro e cada vez mais ativo platô: a subjetividade. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 162).

Neste sentido, há uma modificação do espaço de atuação do sujeito que não se coloca em oposição a algo, nem mesmo no centro de uma atuação transcendental dicotômica, pelo contrário, ele orbita nas bordas e nos espaços de tensionamento. "O sujeito se estende sobre o contorno do círculo de cujo centro o *eu* desertou. "Eis porque a identidade é essencialmente fortuita, de modo que cada uma deve percorrer uma série de individualidades para que a fortuidade desta ou daquela torne todas necessárias." (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 36).

Deleuze e Guattari (2011) são contrários às ideias de identidade<sup>36</sup> e unidade. Para os autores, apenas a multiplicidade, enquanto substantivo que supera o múltiplo e o UNO, é capaz

---

<sup>36</sup> O debate a respeito da identidade é fundamental para esta tese. Isso não se dá apenas em relação às pautas identitárias que se tornaram uma crescente - ainda que de forma incoerente - nos movimentos multitudinários. Ele se refere, também, e de forma oposta, à problemática dos “sem identidade” que ocupam

de dar conta da produção desejante. Não se acredita na unidade nem na totalidade, nem mesmo na origem ou na dialética, para os autores, deve-se pensar em totalidades ao lado. “E se encontramos uma totalidade ao lado das partes, ela é um todo dessas partes, mas que não as totaliza, uma unidade de todas as partes, mas que não as unifica, e que se junta a elas como uma nova parte composta à parte.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 62).

Neste sentido, é preciso pontuar que, como ressaltam Guattari e Rolnik (2011), identidade e singularidade são elementos completamente diferentes. Enquanto a singularidade aborda a existência, a identidade é posta como conceito de referenciação, de circunscrição da realidade. Deste modo, “a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 80). O processo de singularização não tem a ver com um nome, uma tipologia, um enquadramento, mas com o modo como todos os elementos que constituem o ego se articulam entre si determinando a forma como se senta, respira, gesticula, fala ou silencia. Apesar dos elementos sociais que atravessam essa existência e, de alguma maneira, a conformam numa base social possibilitando as interações, como é o caso, por exemplo, da linguagem, os indivíduos experimentam esses elementos de formas distintas e totalmente singulares.

Assim, Guattari e Rolnik (2011) pontuam que, tal qual a cultura, o conceito de identidade lhes parece um tanto quanto reacionário. Isso porque, quando utilizados, ambos conceitos reificam, ainda que sem intencionalidade, modos de representação de subjetividades que contradizem a ideia da multiplicidade, não permitindo compreender as controversas e infinitas possibilidades de composições que atuam sobre as mesmas supostas identidades, reduzindo os indivíduos às mercadorias que compõem o campo capitalístico. Assim, a ideia, por exemplo, de uma identidade cultural, atua como uma forma de territorialização subjetiva, uma autodefinição de um grupo que determina seus modos de subjetivação nas mais diversas esferas da vida social. Observa-se, assim, que tal noção acaba gerando “implicações políticas e micropolíticas desastrosas, pois o que lhe escapa é justamente toda a riqueza da produção semiótica de uma etnia, de um grupo social, de uma sociedade.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 85).

Neste movimento de crítica à concepção de identidade, que acaba caindo em um padrão de interesse capitalístico e, conseqüentemente, na ideia de unidade, os autores recorrem a uma

---

as ruas ao longo dos acontecimentos multitudinários. O uso de máscaras, recorrente em diversas ações, principalmente por grupos como os *Black Blocs*, pode ser um sintoma de algo ainda mais profundo: a ausência de um rosto de destaque nas manifestações. Este elemento que, por um lado, reforça a característica multitudinária de ausência de liderança e espontaneidade dos protestos, pode, por outro lado, mascarar algumas lideranças que confortavelmente se escondem seja nas redes, seja nas ruas. Assim, com amplas possibilidades de leitura, a identidade será uma das principais subcategorias de análise sendo abordada sob estes mais diversos pontos de vista.



oposição entre o termo e o que chamaria de processos transversais, que podem ser compreendidos como devires subjetivos que se instalam através dos indivíduos e dos grupos sociais. Trata-se de projetos de subjetivação que não são estáticos e, portanto, não existem em si mesmos, mas no movimento. É nestes processos que se deita a potência da travessia que conduz às estratificações e às multiplicidades. Ou seja, quando falamos em identidade, estamos nos referindo a um bloqueio desse movimento, uma espécie de decalque numa única cena, em perspectiva unívoca que, congelada, leva a perda todos os demais e múltiplos agenciamentos em constante transmutação. É impossível, então, pensar em uma forma de unificação, mas em espaços de encontro, passagem e comunicação que é posta entre questões minoritárias, “devires-criança e devires-poéticos.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 86). Neste sentido, Deleuze (1992) aborda a impossibilidade de uma definição absoluta com o uso do verbo *ser*. Segundo o autor, há um equívoco primário em afirmações como “eu sou isso, eu sou aquilo” que, baseadas em preceitos psicanalíticos apoiam-se em definições, no mínimo, contestáveis. “O problema não é ser isso ou aquilo no homem, mas antes o de um devir inumano, de um devir animal: não tomar-se por alma, mas desfazer a organização humana do corpo, atravessar tal ou qual zona de intensidade do corpo, cada um descobrindo suas próprias zonas, e os grupos, as populações, as espécies que os habitam.” (DELEUZE, 1992, p. 21).

É a partir da concepção de atravessamentos móveis que Guattari e Rolnik (2011) recorrem ao conceito de *micropolítica*. A micropolítica aponta para esta possibilidade de atuação na travessia e no desejo. “A micropolítica é exatamente tentar agenciar as coisas para evitar que aconteça aquilo que falei muitas vezes: um processo de singularização de um grupo de homossexuais acarretar, em algumas circunstâncias, a reificação de um devir-homossexual individual.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 92). É um modo de agenciamento que possibilita que uma singularização se acople a outra enquanto potência, e não a neutralize, fazendo com que seu encontro não gere um retorno a “pseudoentidades molares”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 93).

A micropolítica, enquanto análise das transformações do desejo no campo social, é o encontro da transescalaridade, ou, em outras palavras, o local onde o nível molar cruza com aquele entendido como molecular. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 149). Isso porque não se pode dizer de apenas dois modos de análise (de um lado a subjetividade e de outro a realidade material), mas de uma extensão múltipla da problemática relacionada a “n” processos de subjetivação que “flutuam” nos agenciamentos e nos momentos. Sendo os agenciamentos, justamente essa articulação entre os diferentes platôs da subjetivação. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 155). Para os autores, as lutas sociais podem ser, de fato, eficientes se forem

simultaneamente molares e moleculares. Citando Deleuze, Guattari e Rolnik (2011) afirmam que a pretensa diferenciação entre estes dois platôs pode caracterizar uma armadilha fatal, pois frequentemente (ou talvez sempre) o molar se instaura e domina o molecular.

É por essa necessidade transescalar que os autores afirmam que os processos de singularização não podem ser atribuídos a um platô macro ou microsocial e nem mesmo à esfera do individual, diferenciando do que poderia ser compreendido por singularidade. Mas há um cuidado em não evidenciar tais processos enquanto possibilidades estabelecidas de “resistência”, tendo em vista que neles também podem se assentar toda forma de modelização e recuperação. “Toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularização no próprio nível de onde eles emergem,” buscando, de alguma forma, frustrar “sua recuperação pela produção de subjetividade capitalística - seja pela grande rede dos equipamentos coletivos, seja por estruturas (...) de reapropriação pela ação militante.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 152). Neste sentido os autores trazem à voga a possibilidade inquestionável de a militância também ser modelizada de forma extremamente opressora. É por isso que há uma preocupação do desenvolvimento do trabalho em diversos níveis possibilitando a existência de relações variáveis, móveis e não dicotômicas, rechaçando, por exemplo, a lógica binária de verdadeiro ou falso. “A questão, portanto, não é se devemos ou não nos organizar, e sim se estamos ou não reproduzindo os modos de subjetivação dominante, e isso em qualquer uma de nossas ações cotidianas, inclusive de militância e nas organizações” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 203) sabendo, apesar disso, que existe uma imensa capacidade modeladora e recuperadora das forças capitalísticas das quais sempre será necessário se furtar e, quando impossível, se reinventar.

As armadilhas da organização capitalística se deitam sobre as resistências há muito tempo e foram anunciadas e desdobradas nos pensamentos de autores caros a análise proposta nesta tese como Guattari, Deleuze e Foucault, todos presentes nas efervescências de Maio de 1968, cuja experiência foi fundamental para suas análises a respeito do capitalismo, da esquizofrenia, da micropolítica, da revolução molecular, do desejo e do poder. Sendo assim, o próximo item desta análise se dedicará a uma leitura das efervescências dos anos 1960, chegando, posteriormente, aos acontecimentos de Maio.

**Quadro 2 - Temas de referência seção 3.2 *Capitalismo Mundial Integrado: desejo e produção de subjetividade***

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Produção de subjetividade (culpabilização, segregação, infantilização);
- Cultura (linguagem, vestimenta, mídia, relação com a cidade);
- Identidade (pautas e referências).

Sendo o CMI uma dupla opressão que perpassa inicialmente os campos econômico e social, se estendendo à *produção de subjetividade*, caracteriza-se nesta seção, tal item como toma de referência a ser considerado ao longo da avaliação dos acontecimentos multitudinários em pauta. Entende-se, mediante a leitura do texto, que esta produção como elemento da dominação capitalística totalizante, atua por meio de três estratégias tidas, então, como subcategorias analíticas: a *culpabilização*, a *segregação* e a *infantilização*.

*Cultura* e *identidade* também aparecem como estratégias de *produção de subjetividade*, sendo também. Enquanto a *cultura* se associa à linguagem, às vestimentas, à mídia e à relação com a cidade, a *identidade* será avaliada por meio de pautas, relacionadas, primordialmente às pautas identitárias, e às formações de grupos buscando referências centrais para os levantes.

Fonte: Produzido pela autora.

### 3.3 A juventude dos anos 1960 e a emergência de novas subjetividades<sup>37</sup>

'Cair fora' era realmente uma débil noção do que se passava em Haight-Ashbury e no resto dos Estados Unidos nos anos 60. As duas operações essenciais eram a recusa do regime disciplinar e a experimentação com novas formas de produtividade. A recusa aparecia numa ampla variedade de disfarces, e proliferou em milhares de práticas diárias. Era o estudante universitário que experimentava LSD, em vez de procurar emprego; era a jovem que não queria casar e constituir família; era o 'inepto' trabalhador afro-americano que se moviam em ritmo 'CP' (colored people), rejeitando o trabalho de todas as maneiras possíveis. O jovem que recusava a repetição mortal da sociedade-fábrica inventou novas formas de mobilidade e flexibilidade, novos estilos de vida. Movimentos estudantis forçaram a atribuição de um alto valor social ao saber e ao trabalho intelectual. Movimentos feministas que expuseram o conteúdo político das relações 'pessoais' e disseram não à disciplina patriarcal elevaram o valor social do que tradicionalmente era considerado trabalho de mulher, que envolve alto conteúdo de trabalho afetivo e diligente e baseia-se em serviços necessários à reprodução social. Todos os movimentos e toda contracultura emergente acentuaram o valor social da cooperação e da comunicação. Essa transvaloração em massa dos valores de produção social e produção de novas subjetividades abriu caminho para uma poderosa transformação da força de trabalho. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 295).

Os anos 1960 podem ser entendidos como um período de catalização de uma série de modificações que vinham ocorrendo após a Segunda Guerra Mundial. Como pode ser observado

<sup>37</sup> Esta seção está baseada no pensamento de Eric Hobsbawm expresso no livro *A era dos extremos*, cujo foco se estende, primordialmente, sobre os EUA, a cultura e os costumes. A próxima seção, que contará com uma análise específica sobre Maio de 1968 trará uma abordagem diferenciada tendo como base

nos subitens anteriores, trata-se de um período de intensa efervescência política e social, além de uma ampla produção artística, filosófica e literária, a exemplo da potência do encontro de Deleuze e Guattari que, segundo os próprios autores em muito se conecta à esquizofrenia daqueles tempos. Herdeira dos chamados *anos dourados* (HOBSEAWM, 1995), quando os países desenvolvidos viveram um ciclo virtuoso vinculado, principalmente, ao fortalecimento do fordismo e à formação de Estados de bem-estar social, a década de 60 é um marco de virada na história mundial, principalmente pelas mudanças sociais e culturais que a acometeram. Naquele período, certamente pela necessidade de marcar as modificações estruturais emergentes, a palavra de ordem era *após*, utilizada, comumente, com o prefixo *pós*. “O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa.” (HOBSEAWM, 1995, p. 282-283). Esse prefixo, associado a quase tudo que nascia, era uma espécie de anúncio de uma possível vida após a morte ou, nas palavras de Hobsbawm (1995), a experiência real do fim da Idade Média.

A metáfora do fim do período medieval é proposta pelo autor como fortalecimento da afirmação de que a principal mudança que acomete a segunda metade do século XX é o fim do campesinato, advindo de um intenso processo de industrialização e urbanização em todo o mundo, confirmando a previsão marxista. Ao lado desta mudança, mas também a ela associado, encontra-se, de forma até mais universal, o crescimento do acesso à educação básica e das reivindicações de ampliação das educações secundarista e superior. A educação primária universal era aspirada pela grande maioria dos governantes, levando a um salto na alfabetização em quase todos os países, com destaque aos comunistas, muitos dos quais afirmavam ter liquidado o analfabetismo em seus territórios. (HOBSEAWM, 1995).

O crescimento do número de estudantes, bem como o acesso de mais pessoas aos pensamentos advindos da filosofia e das ciências sociais, foi um importante motor para a formulação de grande parte das reivindicações dos anos 1960. Hobsbawm (1995) lembra que neste período os estudantes haviam se transformado em uma inédita força coletiva, política e social, insurgindo-se ao longo de todo o globo. Como aponta o autor, os grupos jovens são mais propícios à motins, alegrias e desordens, sendo as paixões revolucionárias muito mais comuns aos 18 que aos 35.

A juventude como emergente ator político, vale lembrar, era formada, preponderantemente, por indivíduos nascidos após o início dos anos dourados, ou seja, jovens cuja vida em muito se diferenciava da geração de seus pais e que experimentaram, em sua

---

principal o pensamento de Alain Badiou e os filmes *O Fundo do Ar é Vermelho* de Chris Marker e *Morrer aos Trinta Anos* de Romain Goupil.

trajetória, vários privilégios advindos do ciclo virtuoso, estando distantes de situações como a vida campesina, o trabalho infantil e a fome. O afastamento da realidade desses jovens da experimentada pela geração de seus pais, agravado pela intensa presença de mulheres nas universidades e, conseqüentemente, nas manifestações, acaba sendo um dos elementos mais marcantes no que tange o surgimento de uma estratificação social advinda dos protestos.

Como se pode imaginar, a emergência da crescente massa estudantil ao cenário político e social levou não só a vários embates com as gerações que os antecederam, mas também com as instituições que não se encontravam, em nenhum espectro, preparadas para recebê-los. Manifestações que, muitas vezes, conforme pode ser observado em Maio de 68, se iniciaram com uma revolta contra a Universidade, acabavam se transformando em uma recusa a qualquer autoridade. Uma curiosidade apontada por Hobsbawm (1995) é que a insurreição que tomou escala mundial se dava frente a inegáveis problemas de uma sociedade que em muito tinha melhorado nos anos que antecederam os motins e que o ímpeto para este novo radicalismo se dava, em grande parte, por grupos não afetados por intensas insatisfações socioeconômicas.<sup>38</sup> Esse fator, que distinguia o movimento dos anos 60 daqueles que o antecederam, dava aos jovens insurgentes a possibilidade de reivindicar por questões mais amplas na busca por mudanças sociais mais profundas. Além disso, a inexistência de uma liderança forte e catalisadora dos desejos, caracterizava-se como elemento social inédito. Com exceção da China, onde a imagem de Mao centralizou a ideologia emergente, influenciando significativamente outros países, nas demais localidades o que se observava era lideranças (quando haviam) exercidas pelos próprios pares. Como lembra Guattari, Maio de 1968 pode ser entendido como um expoente deste “novo jeito” de fazer política e organizar-se politicamente: grupos se articulavam sem que ninguém os delegasse e apareciam com projetos de atuação. A ideia de um secretário, por exemplo, pertencia ao passado e a decisão perpassava assembleias e voluntários. “Estou falando aqui de uma outra lógica, inteiramente diferente dessa: propomo-nos fazer algo, e se funciona, tudo bem; se não funciona, também tudo bem, pois podemos eventualmente fazê-lo de um outro jeito, uma outra vez.” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 147).

É preciso ressaltar que, salvo alguns movimentos populares, como as greves francesas que ocorreram em paralelo a Maio (que independente da proximidade temporal, em quase nada coincidiram com as manifestações estudantis), de forma geral, os movimentos operários pouco se mobilizaram no período. O retorno à ocorrência mais intensa de levantes das classes operárias industriais se deu apenas por volta das décadas 1980 e 1990, quando os avanços alcançados ao

---

<sup>38</sup> É interessante destacar a semelhança deste aspecto com o que ocorreu no Brasil ao longo das Jornadas de Junho de 2013.

longo dos anos dourados caíram vertiginosamente frente à aceleração do neoliberalismo, levando a uma situação econômica e social inaceitável. Entretanto, as manifestações operárias que seguiram a esse momento, tenderam a se diferenciar paulatinamente (primeiro nos países centrais e depois no periféricos) daqueles movimentos que antecederam o ciclo virtuoso de meados do século, isso porque, algo se tensionaria (ainda que não rompesse) em todo o espectro social, modificando elementos fundamentais que compunham a massa operária. Elementos estes vinculados, preponderantemente, ao aspecto da coletividade.

Voltando aos inflamados anos de 1960, a ausência da classe operária nas manifestações urbanas pode ser entendida como algo derivado da “combinação de um boom secular, pleno emprego e uma sociedade de autêntico consumo de massa [que] transformou totalmente a vida dos operários nos países desenvolvidos, e continuou transformando-a.” (HOBSBAWM, 1995, p. 301). Isso não ocorreu, em um primeiro momento, por uma falta de identificação de classe entre os operários, que, como será pontuado a seguir, tinham um modo de vestir e um gosto musical que influenciaram diretamente a juventude inflamada daquele tempo. O período de apaziguamento político se deu muito em virtude da compreensão dos avanços econômicos e sociais que colocavam esse grupo de indivíduos em locais inimagináveis para seus pais.

A abordada diferenciação geracional e a inevitável disputa entre pais e filhos, que pareciam muito mais distantes em termos culturais e de pensamento do que os anos que de fato os afastavam, são elementos que devem ser observados quando se objetiva entender a reviravolta da segunda metade do século. Isso porque, conforme supracitado, mais que uma revolução social, o que estava sendo colocado em jogo naquele momento, eram aspectos culturais que conformavam a vida de todo o ocidente. Entende-se, então, a família como elemento central no que tange a compreensão desta irrupção, que encontrava-se questionada em sua estrutura mais profunda: o sexo. “A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970.” (HOBSBAWM, 1995, p. 317).

A nova juventude, sexualmente livre e politicamente autônoma, era guiada por *slogans* demasiadamente ousados advindos, claramente, de quem ainda não tinha se deparado com as limitações da vida real. “Nenhum adulto poderia ter idealizado os slogans confiantes, mas patentemente absurdos, dos dias parisienses de Maio de 1968, nem do ‘outono quente’ de 1969: ‘tutto e súbito’, queremos tudo e já.” (HOBSBAWM, 1995, p. 318). No contexto das ilusões passageiras e, notadamente marcada pelo cinema dos anos 1950, com astros como James Dean e por figuras icônicas do rock - Buddy Holly, Janis Joplin, Brian Jones, Rolling Stones, Bob Marley,

Jimi Hendrix, dentre outros -, a juventude dos 60 e dos 70 tinha como herói, não mais os ícones da Revolução de 1917, mas o artista que vivia e morria jovem por sua própria liberdade. Uma espécie de eterna estada no espectro da ilusão. E não demorou para os fabricantes dos bens de consumo detectarem este padrão.

A cultura juvenil tornou-se dominante entre as economias de mercado desenvolvidas por duas razões principais. A primeira diz respeito ao local ocupado por esses jovens como massa concentrada de poder de compra; já a segunda se relaciona às aceleradas mudanças tecnológicas que acabavam dando a este grupo imensas vantagens sobre os mais velhos. Esses dois fatores foram fundamentais para uma outra característica inerente à esta cultura; seu caráter internacionalista marcado, dentre vários elementos, pelo *jeans* e pelo *rock*. As músicas, muitas vezes não traduzidas, indicavam uma hegemonia massiva dos Estados Unidos na cultura popular mundial de grande influência no que tange a formação de um estilo de vida padrão. A criação e a propagação desta cultura de massa não era uma novidade, já que, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, era possível detectar a forte influência do cinema norte-americano em todo o cenário ocidental. Entretanto, após o surgimento da televisão, a indústria americana perdeu um pouco da sua dominação neste cenário representando, na década de 1960, cerca de um sexto de toda a produção cinematográfica mundial. (HOBBSAWM, 1995, p. 321). Fato é que os EUA jamais conseguiram expandir seu poder de influência via televisão, tendo no rádio, nos discos e nas fitas sua principal fonte de dominação subjetiva. Outras estratégias de disseminação (ou dominação) cultural se dava por meio dos contatos internacionais, do turismo entre os jovens, das redes mundiais de universidades, da moda, dentre outros, dando origem a uma cultura jovem global concentrada no estilo de vida norte-americano.

Hobsbawm (1995) destaca que tal propagação cultural a nível planetário não seria possível em nenhum outro tempo e que a extensão do alcance da educação e, principalmente, o surgimento de inúmeras novas universidades e as relações estabelecidas em seus alojamentos, foram elementos centrais para a disseminação e fortalecimento deste modo de vida. A cultura revolucionária e a cultura de massas se encontravam num mesmo celeiro estadunidense retroalimentando o mercado de massas da música popular e da indústria da moda. De modo geral, conforme Hobsbawm (1995), a cultura jovem foi, ao mesmo tempo informal e antinômica, tendo em vista que, apesar de uma exigência à individualidade com o mínimo de restrição externa, a uniformidade da moda era imposta de maneira jamais vista.

É preciso pontuar ainda, que, como abordado pelo autor, a base dessa moda propagada a nível global não se dava mais nas altas costuras e no luxo das classes burguesas, mas em um padrão das baixas classes urbanas não só pelo *jeans* que ocupava progressivamente o espaço

outrora incorporado pela moda parisiense, mas também pelas músicas e até mesmo pela linguagem. Em meados de 1950, por exemplo, irromperam em várias gravadoras dos EUA um grande número de representantes da música negra e pobre, em sua maioria vinculados ao rock e ao blues. Ainda neste período, rapazes e moças “respeitáveis” começaram a incorporar o uso de palavrões nas suas conversas e o teatro levou o termo *fuck* para o fluxo das rádios. (HOBBSAWM, 1995, p. 235). Fato é que essa guinada para o popular dos gostos da classe média e alta no mundo ocidental desenvolvido (e até mesmo em alguns países periféricos como é o caso da ascensão do samba no Brasil) pode ou não estar relacionada com a posterior migração de parte significativa destes estudantes para o cenário político. Entretanto é preciso destacar que mesmo com a substancial influência intelectual (principalmente das ciências sociais e filosofia) aos advenços do período, os desejos expressos não se vincularam a um projeto de tomada de poder ou a contestação de leis repressivas para toda uma sociedade. Ao contrário, seus objetivos estavam muito mais relacionados a desejos individuais. “Eram anúncios públicos de sentimentos e desejos privados.” (HOBBSAWM, 1995, p. 236). Ainda que se tratasse de uma manifestação coletiva, o que estava em jogo eram elementos de cunho subjetivo por meio dos quais o pessoal pudesse atuar de forma mais direta no espectro político. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 327), o que se buscava era uma “ilimitada autonomia do desejo humano” marcado por um mundo de individualismo levado ao limite e associado, paradoxalmente, às bases da nascente sociedade de consumo de massa. Em resumo, a revolução cultural, para Hobsbawm (1995) pode ser compreendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade ou, em outras palavras, o rompimento de parte significativa das tessituras que ligavam os homens às velhas texturas e convenções sociais.



**Quadro 3 - Temas de referência seção 3.3 A Juventude dos anos 1960 e a emergência de novas subjetividades**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Cultura (roupas, música, cinema, linguagem);
- Identidade;
- Formação de um ciclo insurgente (ciclo global de lutas).

Esta seção apresenta a *cultura* como elemento de disseminação global e atuação direta na composição da *identidade* dos grupos insurgentes. Assim destaca-se como elemento atuantes no âmbito da cultura as roupas, a música, o cinema e a linguagem.

Observa-se, ainda, que a cultura globalizada que atravessa o vocabulário insurgente é um dos elementos que compõem a formação de um *ciclo global de lutas* no período em questão. Esta ideia de ciclo global insurgente se relaciona diretamente com os acontecimentos multitudinários emergentes após a crise do capitalismo de 2008, sendo a integração global conectada de manifestações uma das categorias de análise a ser destacada em relação às Jornadas de Junho de 2013 a serem cartografadas na Parte III desta tese.

Fonte: Produzido pela autora.

### **3.4 O florescer da nova esquerda: breve relato sobre o levante<sup>39</sup> francês de 1968<sup>40</sup>**

A França dos anos de 1960 vivia um período conturbado. Durante o governo de De Gaulle (1959-1969), o país passou por uma rápida modernização econômica que alterou substancialmente sua estrutura social. O acelerado crescimento da indústria, gerou investimento em educação de semelhante vetor, principalmente entre 1962 e 1968. De acordo com Badiou (2012), e seguindo a movimentação global, este movimento levou a criação de universidades de massa e “uma ampla fração da pequena burguesia progressista (isto é, tentada a se unir ao proletariado, em razão de sua exclusão do poder) teve acesso ao ensino superior, exercendo uma pressão cada vez mais forte sobre seu academicismo servil”. (BADIOU, 2012, p. 28).

<sup>39</sup> <sup>39</sup> De acordo com Nobre (2019), Maio de 68 pode ser considerado um levante por apresentar características que o diferenciam de processos revolucionários como, por exemplo, o curto tempo de duração e a multiplicidade das pautas, em sua maioria distanciadas dos debates de classe.

<sup>40</sup> Este texto tem como base parte do artigo *68 e Depois* publicado na Revista Cadernos Benjaminianos de autoria de Maíra Ramirez Nobre, Natacha Rena e Danilo Caporalli em 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/15461>. Acesso em: 01 de janeiro de 2021. Este texto traz as narrativas de dois filmes *Morrer aos Trinta Anos*, de Romain Goupil e *O Fundo do Ar é Vermelho*, de Chris Marker como ferramentas para compreensão dos eventos de Maio de 1968. Tendo em vista que esta tese tem por objetivo um cruzamento de narrativas formais com o uso de debates acadêmicos, parte dos relatos cinematográficos foram incorporados a esta nova versão do texto que conta com algumas alterações de conteúdo e redirecionamento de questões.

Em termos gerais, o país se encontrava em um momento econômico e social favorável, de modo que o intenso fluxo de mobilizações foi uma surpresa, não só para a direita, mas também para parte da esquerda, que não via mais potencial revolucionário nos operários, principalmente tendo em vista as conquistas advindas dos *anos dourados*. Entretanto, 1968 se revelou como uma das mais importantes efervescências do século XX.

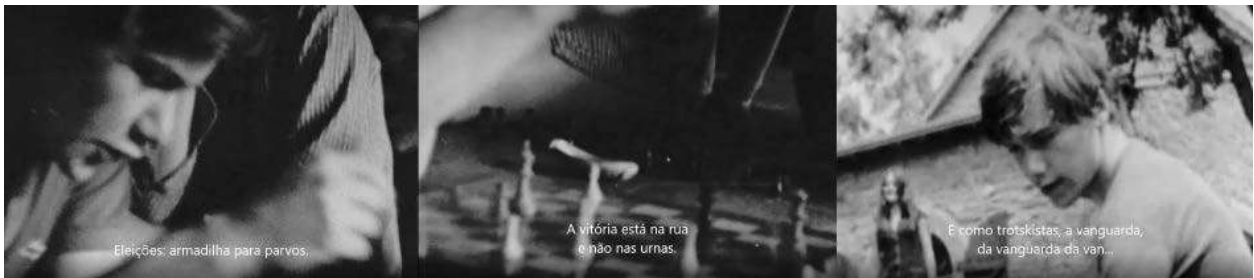
Esse processo se iniciou alguns anos antes e, já em 1966, aconteceu a primeira manifestação em Paris que denunciava a oposição dos estudantes franceses à Guerra do Vietnã. No ano seguinte o estudante Benno Ohnesorg foi morto em Berlim pela polícia alemã e as manifestações germânicas ecoaram na França. Em 1968 houve outro atentado a um estudante alemão, desta vez Rudi Dutschke, assassinado com dois tiros na cabeça disparados por um simpatizante da extrema direita. (NOBRE; RENA, 2018). A morte de Rudi influenciou diretamente os levantes franceses, como apontado por Romain Goupil em seu filme *Morrer aos Trinta Anos*. Recanati - personagem principal do filme - havia, há pouco, viajado para Berlim onde conheceu o alemão. “De repente o drama, Rudi Dutschke é atingido a tiro por um fascista. Nesse dia, sentimos isso como o assassinato de um dos nossos. Imediatamente, mobilização geral”. (MORRER, 1982).

Observa-se, então, que o contexto global influenciou diretamente a eclosão do Maio de 1968. Dentre estes eventos, Alain Badiou (2012) destaca o movimento chinês. Isso porque Mao Tsé-Tung e o Livro Vermelho ocupam lugar fundamental na história da maioria dos conflitos mundiais ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970. Ao longo das manifestações francesas era possível observar, muitas vezes, os jovens erguendo o Livro com uma conotação de admiração quase religiosa. Chris Marker, em seu filme *O Fundo do Mar é Vermelho*, por sua vez, coloca ao lado da Revolução Cultural (1966-1976), a Guerra do Vietnã (1955 - 1975) e a Primavera de Praga (1968) como atores geopolíticos fundamentais para inflamar as insurgências em todo o planeta. Houve ainda levantes em outras regiões do mundo, como na Itália e na América Latina. A Revolução Cultural Chinesa, como reforço ao ideal comunista e aos princípios do PC chinês, teve como ícones as imagens de Mao e do Livro Vermelho, que reverberaram progressivamente entre os movimentos libertários do período. A Guerra do Vietnã, por sua vez, pode ser entendida como um dos principais propulsores das lutas ao redor do mundo, tendo em vista que diversos jovens se posicionaram contra a covardia dos EUA. Isso sem contar o fim inesperado que contou com a vitória dos vietnamitas. Segundo Hardt e Negri (2014) este evento é um símbolo de desejo por liberdade do povo do Vietnã como expressão de sua realidade camponesa e proletária simbolizando um exemplo de resistência para o resto do planeta. Os autores argumentam, ainda, que a Guerra representa um ponto de virada na história do capitalismo contemporâneo

justamente por se tratar de um evento que se põe no centro de diversos levantamentos de escala mundial. Por fim, a Primavera de Praga ocorrida no mesmo ano do marcante levante francês, trouxe um momento no qual o povo tcheco reivindicava uma mudança em alguns elementos do movimento comunista ali instaurado.

Em meio a esta década de pensamentos efervescentes que tangenciavam positiva e negativamente a imagem do comunismo, surgiu a possibilidade de criação de uma “nova esquerda”. Uma espécie de alternativa à esquerda tradicional, muito combatida pelo que se entendia da postura dos líderes soviéticos. Emergia-se, ali, um grupo de composição social diversificada que não defendia o pensamento de Marx, nem mesmo se dizia socialista. A possível libertação destas “amarras” dependia, então, de uma mudança de posicionamento não só político, mas também ético sexual, propondo uma subversão capaz de, ao mesmo tempo, fazer livres a sexualidade e a agressividade reprimidas. Esta nova esquerda via as ruas como o principal espaço de manifestação. Os membros da Juventude Comunista Revolucionária (JCR), por exemplo, eram, em sua maioria, anti-maoísta, anti-stalinista, antifascista e identificados com Trotski, como indicado por Goupil. (FIGURA 1).

**Figura 1 - Traços comuns a Goupil, Recanati e membros da JCR. Morrer aos trinta anos**



Fonte: Morrer aos trinta anos (1982). Organizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

Neste contexto global de levantes, o caso francês apresenta alguns pontos específicos e, por vezes, mais complexos. Marker (1998), de acordo com Júlia Fagioli (2017), coloca duas importantes questões ao final da primeira parte do filme (*As mãos frágeis*): (i) o quadro francês no período de eclosão da revolução era estável, a França não vivia uma crise econômica, de forma que a insurgência dizia mais de uma crítica à existência social do que a realidade da sociedade naquele momento; (ii) os motivos que levaram a população a se sublevar estavam relacionados a questões globais, não a pontos internos do país. Ainda assim, universidades,

escolas, fábricas e ruas foram tomadas por cartazes com dizeres revolucionários e libertários, seja no âmbito social, seja no individual. Sob o som das guitarras elétricas, Marx, Trotski, Pelloutier, dentre outros pensadores, ganharam visibilidade junto a ideias autonomistas e de contraconduta que buscavam a liberdade dos corpos e das mentes (FIGURA 2).

**Figura 2 – Cartazes na França de 1968. O fundo do ar é vermelho**



Fonte: O fundo do ar é vermelho (1998). Organizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

O pronunciamento de Daniel Cohn-Bendit apresentado por Marker (1998) nas duas últimas versões do filme<sup>41</sup> traz a perspectiva de um dos maiores líderes do movimento a respeito do que havia se passado na França naquele momento. Esta fala foi realizada dez anos após Maio e deixa claro que, para Cohn-Bendit, 68 estava morto e que o levante era, na verdade, frágil ou, em outras palavras, uma “utopia revolucionária”.

João Moreira Salles (2017), autor do filme *No Intenso Agora*<sup>42</sup>, quando questionado a respeito de sua relação com Maio de 68, aponta que o levante não alcançou suas finalidades primeiras, mas conquistou outras coisas. De acordo com ele, os principais objetivos eram

<sup>41</sup> O filme *O Fundo do Ar é Vermelho* apresenta quatro versões publicadas respectivamente nos anos 1977, 1988, 1993 e 1998.

<sup>42</sup> A partir da descobertas de registros caseiros, realizados por sua mãe, dos movimentos de 1966 na China, 1968 na Tchecoslováquia e na França, João Moreira Salles propõe uma leitura sobre a intensidade daqueles levantes, das inflamações bem pessoais, bem como das relações políticas e sociais estabelecidas na efervescente década de 1960.

derrubar o Governo de De Gaulle e mudar o sistema, o que não ocorreu. Por outro lado, questões que tangenciavam estas pautas centrais, como é o caso da expansão dos discursos sobre as liberdades individuais – principalmente sexuais – e a relação com a arte, ficaram marcadas. “As pautas que acabaram se impondo, das minorias, das mulheres, da liberdade sexual, não eram explicitamente o que a garotada reivindicava”. (SALLES, 2017).

Maio de 68 foi construído por diferentes bandeiras e grupos, dentre os quais era possível identificar artistas, estudantes e operários. Os últimos, associados a manifestações que se davam, de modo geral, em paralelo às realizadas pelos estudantes e artistas, iniciaram seus protestos frente aos impactos econômicos e sociais advindos de uma recessão mundial que chegou na França em 1967. Após o rápido desenvolvimento ao longo do ciclo virtuoso, as indústrias, principalmente de aço e tecido, viram seu crescimento estagnar, levando a uma mobilização sindical fortemente reprimida pela polícia. As reivindicações dos operários estavam relacionadas a questões locais e imediatas, como salários mais justos, fim das demissões e defesa dos direitos dos trabalhadores em uma escala mais ampla. (NOBRE; RENA, 2018).

As manifestações estudantis, por sua vez, se iniciaram em 1968, na Universidade de Nanterre, recém fundada por De Gaulle, e tinham como pautas centrais o acesso ampliado à universidade, a melhoria do ensino, a permissão de que homens e mulheres frequentassem os mesmos dormitórios e a reivindicação por mais liberdade política e social. Dos fatos importantes que tocam tais manifestações pode-se citar: (i) 22 de março – ocupação do prédio administrativo da Universidade de Nanterre; (ii) 12 de abril - marcha em solidariedade a Rudi Dutschke, em Paris; (iii) 03 de maio – confronto entre policiais e estudantes visando a desocupação do campus que levou a mais de cem discentes feridos; (iv) 10 e 11 de maio – Noite das Barricadas, na qual o Quartier Latin foi tomado por dezenas de milhares de pessoas. (FIGURA 3).

E de repente, numa bela noite de primavera, nessa cidade que na véspera se achava calma e próspera, vimos barricadas, vimos carros em chamas, vimos burgueses nas janelas aplaudindo estudantes e insultando a polícia. Vimos aparecerem inscrições que se tornariam lendárias: “Sob os paralelepípedos, a praia”, “É proibido proibir”. Vimos a polícia perseguir manifestantes até dentro das casas, um prêmio Nobel acusando o ministro da Educação no rádio, e pelo rádio, justamente, toda a cidade e o país acreditaram que sua história estava se fazendo pelos choques ocorridos numa única pequena rua do Quartier Latin. (O FUNDO, 1998, apud FAGIOLI, 2017, p. 45).

**Figura 3 – Noite das Barricadas**



Fonte: O fundo do Ar é vermelho (1998). Organizado pelo Grupo de Pesquisa *Indisciplinar*.

Goupil narra alguns destes eventos e seus antecedentes em 1968:

2 de fevereiro. Manifestações pela vitória do Vietnã. 7 de fevereiro. Ao lado dos maoístas, contra um comício fascista em Mutualité, vimos as primeiras bombas lacrimogêneas. Éramos convocados para um lado, aparecíamos às centenas noutro. E no 20 de março, uma manifestação organizada pela CVN, ainda mais radical que as outras, porque também ela era semi-clandestina. Ninguém nos passeios um minuto antes. De repente, centenas no meio da rua. Uma vitrine partida, bombas de tinta. (...) 1 de maio de 68. A CGT opõe-se à entrada dos estudantes na manifestação. Dei de cara com um estudante da minha antiga célula do PC. Cumprimentei-o. (...) Ainda não éramos os raivosos, mas já os provocadores, os esquerdistas. 2 de maio. A faculdade de Nanterre é encerrada. 3 de março. A Sorbonne é fechada. Reencontros no Quartier Latin. 4 de maio, sábado. Reunião de urgência do pessoal dos liceus sob a presidência de Michel Recanati. (MORRER, 1982).

Diante deste quadro, no qual grupos distintos de manifestantes tomavam as ruas francesas, uma questão se colocou: como integrar as lutas estudantis e operárias? Em teoria, rechaçava-se a universidade burguesa em busca de uma formação de intelectuais dispostos a lutar conjuntamente com o proletariado e não em vias contrárias ou paralelas e tal convergência deveria ser feita “não através das negociações entre dirigentes sindicais mas na rua, nos confrontos com a polícia”. (BERNARDO, 2008, p. 26). Entretanto, no filme *No Intenso Agora*, Salles indica que houve apenas um encontro entre os dois grupos e esse ocorreu sem que houvesse hibridação de seus membros. As imagens, que não registram cumplicidade, mostram os operários no alto e os estudantes na rua, separados não só pela estrutura de um edifício, mas também pelas pautas, alianças e ideias que defendiam.

Apesar de não ter sido possível a associação total dos movimentos observa-se ajuda mútua em alguns momentos. Os professores e estudantes secundaristas, por exemplo, pararam as práticas formais em grande parte das escolas (liceus) de Paris e ofereceram atividades aos filhos dos grevistas nestes espaços. Até mesmo a polícia aderiu ao movimento em certo

momento, lançando uma nota em 13 de maio na qual repreendia o posicionamento de não diálogo adotado por De Gaulle. O general, aparentemente, não tinha mais controle sobre as manifestações e fez alguns pronunciamentos, nos quais o objetivo era conter o levante, afirmar seu posicionamento, dialogar com o Partido Comunista, com os sindicalistas em geral – destaque para a Confederação Geral do Trabalho (CGT) – e com os apoiadores de George Pompidou (Primeiro Ministro da França no período) e ameaçar os manifestantes com uma forte repressão policial. Em decorrência destas declarações, principalmente as veiculadas pela rádio em 30 de maio, houve uma marcha na qual dezenas de milhares de apoiadores do governo (número de pessoas superior ao atingido em qualquer ato contrário a De Gaulle) foram às ruas, enrolados em bandeiras francesas. Tratava-se de cidadãos de classe média, chefes aposentados, pensionistas e outros indignados com o momento do país.

Era o declínio do levante de 1968. Ao conseguirem parte das reivindicações, os operários não mantiveram a mobilização por muito tempo e esvaziaram as assembléias enquanto voltavam às fábricas. Já no início de junho, observou-se o fim dos movimentos grevistas que levou a um aumento da força do Estado e, conseqüentemente, das repressões. Fato que pode ser observado por um massacre ocorrido em 11 de junho que resultou em um alto número de feridos e detidos. No dia seguinte as manifestações foram proibidas no país e as universidades ocupadas por policiais.

Diante deste quadro de manifestações e disputas que compuseram o levante, Badiou (2012) detecta a existência de quatro diferentes Maio: (i) o estudantil; (ii) o operário; (iii) o libertário; (iv) o que não terminou em 1968, que serão explicados a seguir. Logo nas primeiras páginas do livro, o autor indica que o debate a ser estabelecido se despojará sobre o fracasso da *década vermelha*, momento em que mais bandeiras vermelhas foram erguidas, mas que, em contrapartida, decretou o que ele entende por derrocada do comunismo. Em Maio de 1968, observa-se um movimento de ruptura de parte da esquerda com o Partido Comunista e com os sindicatos, principalmente o CGT, ou seja, com a “velha esquerda”, em direção à formação de uma “nova esquerda”. Ao analisar este movimento, o que Badiou (2012) pretende é, em certo sentido, semelhante ao proposto por Marker (1998) : politizar a história associando o ocorrido no passado e a situação presente.

O primeiro Maio anunciado por Badiou (2012), o Estudantil, pode ser entendido como uma revolta da juventude universitária e secundarista munida de duas principais forças: de um lado a ideologia e o símbolo marxista, representados pela ideia de revolução, de outro, a aceitação da violência anti-repressiva. De acordo com o autor, este é o Maio mais espetacular, aquele do qual se fala com maior frequência, sendo relacionado, em geral, com força, juventude e rebeldia. Foi

o responsável pela maioria das imagens e expressões que vêm a mente dos que pensam o evento, sejam elas de barricadas, manifestações e confrontos com a polícia, sejam de ironia e irreverência como nas frases “abaixo o realismo socialista, viva o surrealismo”; “o álcool mata, tomem LSD”; “a barricada fecha a rua, mas abre a via”; “dez horas de prazer já”; “proibido não colar cartazes”; “trabalhador: você tem 25 anos, mas seu sindicato é de outro século”. (FIGURA 4).

**Figura 4 – Maio estudantil**



Fonte: *Morrer aos trinta anos* (1982). Organizado pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

O segundo Maio, conhecido como Maio Operário, foi construído pelos trabalhadores das indústrias francesas e contou com a maior greve geral da história da França. Foi pautado por termos presentes nos movimentos da esquerda clássica sendo estruturado nas grandes fábricas com apoio dos sindicatos, principalmente da CGT, e ficando conhecido como a “última grande greve da Frente popular”. Para Badiou (2012), esse Maio pode ser entendido por meio de três elementos centrais: (i) o início das greves ocorreu fora das instituições tradicionais, tendo como impulsionadores, em sua maioria, jovens operários ainda não inseridos nas grandes organizações sindicais; (ii) a ocupação das fábricas foi uma estratégia recorrente do movimento, que, apesar da herança das greves de 1936 e 1947, apareceu de forma mais ampla - quase todas as fábricas foram tomadas por bandeiras vermelhas; (iii) houve, por quase dois anos, sequestros de patrões e confrontos com a polícia.



Ao terceiro Maio, Badiou (2012) dá o nome de Maio Libertário. Ele está relacionado ao primeiro, já que os jovens são seus atores centrais, entretanto, pensando em pautas e antagonismos, apresenta diferenças fundamentais. Suas reivindicações principais estão ligadas às mudanças de costumes, novas formas de relação amorosa, liberdade individual, movimento das mulheres e emancipação homossexual. Este Maio foi formado primordialmente por jovens intelectuais e artistas atuando majoritariamente na esfera da produção artística cultural, criando, assim, uma nova ideia de teatro, uma outra maneira de discursar e se posicionar frente ao público, uma diferente concepção/execução de ação coletiva e transformações intensas na produção cinematográfica. Trata-se também de “um componente particular de Maio de 1968, que podemos chamar de ideológico e que, apesar de cair algumas vezes no anarquismo esnobe e festivo, faz parte do tom geral do evento”. (BADIOU, 2012, p. 20).

Badiou (2012) alerta que, apesar dos perceptíveis atravessamentos entre os três Maios apresentados, eles tratam, em seu cerne, de elementos muito diferentes que revelam conflitos significativos entre as bases manifestantes. Ainda que inseridos no que se entende por esquerda, o autor anunciou disputas intensas entre a esquerda clássica, o esquerdismo político – essencialmente trotskista e maoista – e o esquerdismo cultural – em sua maioria anarquista. Para o autor, tais contradições deram a 68 um tom de contrariedade que superou uma concepção de “festa unificada”. Algumas dessas disputas são exploradas por Goupil (1983) quando, por exemplo, apresenta os questionamentos e a ruptura de parte significativa dos jovens com o PC e a CGT, elucidando o crescimento da “nova esquerda” ou do “esquerdismo” em um caminho diferente do trilhado pela esquerda clássica de seus pais.

Há ainda um quarto Maio, que Badiou (2012) considera fundamental para a compreensão não só do levante, mas de sua relação com o presente, já que, de acordo com o autor, foi determinante para a construção política do futuro. Trata-se do Maio que atravessa os outros três, como uma aproximação, ou, quem sabe, um alinhamento de continuidade. É o mais difícil de se entender dentre os quatro, justamente pelo alongamento temporal e pelos rebuliços políticos que causou até o ano de 1978. “Fala-se dele como ‘década de 1968’, e não como ‘Maio de 1968’.” (BADIOU, 2012, p. 20). A principal questão relativa a este momento é a transformação da concepção política. A década de 1960 põe fim, de acordo com Badiou (2012), à velha forma de se fazer e pensar política, levando a uma busca desesperada ao longo dos anos 1970/80 por uma nova política. A pergunta que rege o Quarto Maio é: “O que é política?” (BADIOU, 2012, p. 34).

Pode-se dizer que o advento de Maio ainda estava imerso num contexto da velha esquerda, principalmente em termos linguísticos, até mesmo por parte daqueles que o

questionavam. Entretanto, observa-se apontamentos que foram se intensificando ao longo do tempo, de interrogações acerca do léxico da luta de classes, dos partidos e das organizações de massa, ainda que se mantivesse a bandeira vermelha como principal símbolo. “Sustento sem nenhuma dificuldade que a unidade de Maio de 1968, para além de suas contradições veementes, foi a bandeira vermelha (...). Por volta do fim do mês de maio de 1968, ela podia ser vista até nas janelas dos apartamentos de uma fração da burguesia”. (BADIOU, 2012, p. 35). Entretanto, observa-se um desuso de tal símbolo com o término do levante. Neste sentido, Badiou (2012) coloca a quase impossibilidade de, nos dias de hoje, bandeiras vermelhas serem hasteadas. “Maio de 1968 apresenta uma ambiguidade fundamental entre o começo e o fim do uso desta linguagem”. (BADIOU, 2012, p. 35). A década de 1968 foi o momento em que tal símbolo foi se apagando, juntamente com os inúmeros questionamentos levantados sobre a legitimidade das “organizações históricas da esquerda” como os sindicatos, os partidos e líderes políticos, a estrutura dos movimentos sociais e até mesmo a forma como se davam as greves. Observa-se uma crítica profunda à democracia representativa naquele momento.

Houve enfim, e talvez sobretudo, uma crítica radical da democracia representativa, do quadro parlamentar e eleitoral, da “democracia” em seu sentido institucional e constitucional. E, principalmente, não podemos nos esquecer de que a palavra de ordem final de Maio de 1968 era: “Eleições, armadilha para imbecil!”. E não se tratava de um simples arrebatamento ideológico, havia razões precisas para essa hostilidade contra a democracia representativa. Depois de um mês de uma mobilização estudantil, operária e popular sem precedentes, o governo conseguiu organizar eleições e o resultado foi a Câmara mais reacionária que já se viu! Estava claro para todo mundo que o dispositivo eleitoral não é apenas, e nem mesmo principalmente, um dispositivo de representação: ele é também um dispositivo de repressão dos movimentos, das novidades, das rupturas. (BADIOU, 2012, p. 35-36).

O Quarto Maio de Badiou (2012) é, então, a criação de uma nova concepção política independente da visão clássica. Trata-se, para o autor, de um uso das organizações e símbolos clássicos, pondo fim às próprias instituições, ou conforme a leitura chinesa por ele citada, “a bandeira vermelha contra a bandeira vermelha”.

Extrapolando a leitura de Badiou (2012), cabe ressaltar alguns pontos fundamentais no que tange o aspecto político, agora não mais ideológico, mas estrutural, que acometeu a França já nas eleições seguintes ao advento de Maio. Elas foram responsáveis pela formação de uma câmara reacionária como o país jamais havia presenciado. Diante do movimento revolucionário observou-se um rearranjo burguês que buscava a manutenção de sua hegemonia frente às classes populares, rejeitando a luta de classes e sendo hostil ao povo.

Abaixo será apresentado o Quadro 4 que resume as principais características presentes nos quatro Maio indicados por Badiou (2012).

**Quadro 4 – Os Quatro Maio de Badiou em *A Hipótese Comunista* (2012)**

Os quatro Maio de Badiou	Principais atores humanos	Pautas centrais	Lugar simbólico
1º Maio - Estudantil	Jovens universitários e secundaristas	Ampliação do acesso à universidade, melhorias de ensino, liberdade política e social	Sorbonne
2º Maio - Operário	Operários das indústrias francesas	Nenhuma demissão a partir daquele momento, aumento salarial e defesa dos direitos dos trabalhadores	Fábricas de automóveis (destaque para Billancourt)
3º Maio - Libertário	Jovens artistas e intelectuais	Liberação sexual, novas formas de relacionamento amoroso, liberdade individual, emancipação das mulheres e dos homossexuais	Ocupação do Teatro Odeon
4º Maio (que não acabou) - A década de 1968	Transversal aos outros três Maio, buscava a participação de todos os atores, ainda que compreendendo suas complexidades	Participação política, rompimento com as velhas estruturas da esquerda	Toda a França

Fonte: Produzido pela autora.

**Quadro 5 - Temas de referência seção 3.4 *O florescer da nova esquerda: breve relato sobre o levante francês de 1968*****TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Disputa entre diferentes esquerdas;
- Surgimento de uma nova esquerda;
- Tempo (duração do acontecimento);
- Desdobramentos.

Esta seção apresenta alguns elementos importantes para o desenvolvimento da pesquisa sobre as Jornadas de Junho de 2013 que será realizada na PARTE III. Em relação aos temas de referência, observa-se em maio de 1968 uma intensa disputa entre o que se entende por velha esquerda - representada, sobretudo pelo Partido Comunista e pelos sindicatos - e a emergente nova esquerda - relacionada, preponderantemente ao Trotskismo e ao culturalismo, por meio da qual a arte e as liberdades individuais passam a ganhar destaque no contexto das lutas. Assim, tanto a *disputa entre esquerdas*, quanto o *surgimento de uma nova esquerda*, passam a compor os temas de referência desta seção que, posteriormente, serão desmembrados em categorias e subcategorias.

Ademais, é importante observar que as considerações a respeito do movimento insurgente francês levam em conta acontecimentos dados ao longo dos anos que o sucederam, de modo que a *duração do levante*, bem como seus *desdobramentos*, também compõem este quadro.

Fonte: Produzido pela autora.

### 3.5 Maio de 68 e a composição da nova ordem capitalística

O capitalismo retomou muitos aspectos da crítica formulada contra ele nos anos 60-70, e os incorporou ativamente, construindo assim um poderoso revide para uma crise não só de credibilidade, mas também econômica que enfrentou com a onda de Maio de 68. Forjou-se, assim, um novo espírito do capitalismo com ingredientes vindos do caldo de contestação ideológico, político, filosófico e existencial dos anos 60. (PELBART, 2011, p. 96).

O filósofo húngaro-brasileiro Pelbart, em seu livro *Vida Capital* (2011), ao comentar *O Novo Espírito do Capitalismo* de Boltanski e Chiapello (2009) traz o movimento de Maio de 1968 na França como importante ponto de inflexão na lógica capitalística vigente. A emergência de pautas como autonomia, autenticidade, criatividade, liberdade, bem como uma crítica profunda às hierarquias, traduz uma modificação no cenário tradicional das lutas sociais. Os movimentos dos anos 1960 se recusavam à hierarquia e à burocracia típicas de instituições como partidos, sindicatos e, no limite, do próprio Estado. Via de regra, sua organização era coneccionista, horizontalizada, aberta e rizomática.

Segundo Pelbart (2011), a centralidade assumida pelas pautas que tomaram a cena dos levantes daquele período condiz com o movimento descrito por Boltanski e Chiapello de incorporação deste mesmo vocabulário insurgente (autonomia, liberdade e, sobretudo, criatividade) aos novos manuais corporativos e, portanto, ao próprio funcionamento do capitalismo a partir de então. O objetivo desta incorporação não era somente ir de encontro aos valores emergentes de 68, mas constituir uma alavancagem do próprio capitalismo capaz de “mobilizar nos seus trabalhadores esferas antes inatingíveis.” (PELBART, 2011, p. 96).

A centralidade da arte como elemento reivindicatório, bem como a emergência da criatividade, foram fundamentais para a formação desta nova ordem capitalística. Isso porque, integrantes dos processos de produção e reprodução do capital, ou parte de uma composição esquizo, as subjetividades latentes de 1968 acabaram tendo uma dupla ação no terreno do capitalismo: de tensionamento e de motor. Inevitavelmente nascidas no berço da produção capitalística, as movimentações geradas ou apropriadas por este modelo, acabaram transcendendo o território das ruas e invadindo setores mais conservadores como a família e os mais diversos tipos de instituição e, inclusive, os meios empresariais. Assim, as reivindicações por um trabalho cada vez mais autônomo, horizontalizado, criativo e, até mesmo, afetivo, levaram a uma reconfiguração técnico-científica do modo de produção em curso. A vitalidade do trabalhador passava a ser parte fundamental do processo de produção que se tornava, cada vez mais, flexível e descentralizado. “De repente os aspectos mais humanos do homem, seu potencial, sua criatividade, sua interioridade, seus afetos, tudo isso que ficava de fora do ciclo

econômico produtivo, e dizia respeito antes aos ciclo reprodutivo, torna-se matéria prima do próprio capital, ou torna-se o próprio capital." (PELBART, 2011, p. 99). A "libertação" do homem reivindicada em diferentes territórios na década de 1960, se transformou na libertação capital que rompeu as fronteiras que o imobilizavam se expandindo em direção a um ciclo produtivo que tinha como elemento central a alma de cada homem. Amplia-se, assim, um dos principais elementos da tradição intelectual e política do liberalismo no que tange à localização da criação como elemento centrado no desenvolvimento empresarial. Ela passa a se estender à população na ideia de cooperação dando forma a um híbrido composto por mercado, empresa e sociedade, no qual o último elemento acaba sempre sendo fagocitado pelos dois primeiros.

Nesse sentido, Hardt e Negri (2014, p. 168) lembram que "muitos conceitos caros aos pós-estruturalistas encontram perfeita correspondência na ideologia do capital corporativo e do mercado mundial." Isso porque, a ideologia primeira do capitalismo se encontra apoiada em uma lógica antiessencialista, sendo, mobilidade, diversidade e heterogeneidade elementos que potencializam essa base antifuncional. O mercado se apropria das diferenças na ideia de "quanto mais melhor!" vendo na criatividade e na multiplicidade um aporte fundamental para sua ampliação. "Não é de se surpreender, portanto, que o pensamento pós-modernista e seus conceitos centrais tenham florescido nos vários campos de prática e teoria próprios do capital, como *marketing*, organização gerencial e organização de produção. O pós-modernismo é, com efeito, a lógica de operação do capital global." (HARDT; NEGRI, 2014, p. 169).

Conforme aponta Pelbart (2011), ao longo dos anos 1960 os chefes de *menagers* passam a ter como principal modelo artistas revolucionários. Neste sentido, as reivindicações de cunho trabalhista e libertário presentes no levante francês foram traduzidas, pelo autor, nos conceitos de *crítica social* e *crítica artista*, demonstrando uma diferenciação entre os dois espaços de manifestação. A primeira delas se refere à "denúncia da exploração e na reivindicação por mais justiça e igualdade", enquanto a segunda é baseada "na denúncia da alienação, da hierarquia, do autoritarismo, da burocracia, da massificação, numa reivindicação de autonomia, de liberdade, de espontaneidade, de criatividade". (PELBART, 2011, p. 101). Para Pelbart (2011), um componente importante da crítica artista era a contestação ao que chamavam de "rigidez hierárquica" de instituições como a família, a Igreja, o Estado e até, os partidos e sindicatos. É justamente neste ponto em que se situa a alavancagem capitalista, engendrada a partir da incorporação destas mesmas críticas, substituindo o controle verticalizado pelo autocontrole, mais atrativo aos jovens trabalhadores. "Cria-se uma nova forma, liberada e 'libertária', de fazer lucro, que inclui a realização pessoal, a livre associação, etc. Capitalismo de esquerda, que na

França, ao menos, mas também em outros países, conta com a colaboração ativista de antigos militantes de 68.” (PELBART, 2011, p. 102).

Neste sentido, observa-se também uma modificação no perfil da militância que se perpetua pelos anos seguintes. Ao contrário do que se observava na primeira metade do século, ela passou a concentrar-se em ações instantâneas, sem uma preocupação com um projeto de modificação social de longo alcance. “Concentrou-se em ações diretas destinadas a aliviar o sofrimento dos infelizes, num refluxo para microanálises e passou a privilegiar estratégias de ação conforme a outras exigências, não totais.” (PELBART, 2011, p. 102-103). Os militantes, por sua vez, passaram a se associar de forma mais fluida em ações conjuntas independentes de partidos políticos ou sindicatos.

Assim, a liberação dos desejos perpetrada pelos levantes dos anos 1960 não deu fim ao capitalismo, mas funcionou como motor para seu desenvolvimento de maneira cada vez mais fluida e lucrativa. De alguma forma, pode-se entender este como um processo inerente ao sistema, tendo em vista que crises e recomposições ajustadas aos novos perfis e configurações sociais são os principais elementos da mutabilidade que o sustenta há anos como sistema global. Isso porque, capital e desejo assumem uma relação quase simbiótica, por meio da qual a *crítica artista*, oposta à hierarquia e ao controle institucional tradicional, se colocou como uma engrenagem em uma nova forma de controle cada vez mais descentralizada e horizontalizada.

Inaugura-se, então, aquilo que Pelbart (2011) chama de *capitalismo imanente* ou capitalismo *rizomático*. A ideia de imanência recorre de uma concepção nietzscheana que diferencia os planos de transcendência e de imanência, indicando a mudança de uma lógica de poder que deriva verticalmente do sobrenatural, para a concepção de um plano de univocidade “que conhece apenas as longitudes, latitudes, as velocidades e as hecçidades”. (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 326). Trata-se de um plano de caos ou um plano de natureza no qual ocorre um fluxo de pontualidade de diversas ordens: perceptiva, afetiva e intelectual, onde reinam delírio e indiferença submersos em fluxos de todo o tipo. Uma “decodificação generalizada” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b) inerente às sociedades capitalistas que aborda um relaxamento das formas prontas de compreensão de vida após a Segunda Guerra Mundial. “Esse fato, não psicológico mas de civilização, deixa sem defesa face à ordinária desmedida do afluxo de dados ao qual somos entregues, e o homem moderno é como que tomado de vertigem - fascinação e náusea.” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 77). No mesmo sentido, o *capitalismo rizomático*, faz referência ao conceito deleuziano de rizoma, exposto com mais afinco no livro *Capitalismo e Esquizofrenia 2 - Mil Platôs v.1*, no qual, ao lado de Guattari o autor realiza um paralelo entre a biologia e a análise social. Trata-se de “cadeias semióticas de toda natureza [que] são aí conectadas a modos de

codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signo diferentes, mas também estatutos do estado de coisas.” (DELEUZE; GUATTARI; 2011a, p. 22).

Como lembra Pelbart (2011, p. 112) as mudanças do capitalismo e do trabalho em direção à criatividade, à imaginação e à conectividade, que distanciam o tempo imanente da repetição do automático abordada em *Os Tempos Modernos*, de Charles Chaplin (1936), levam à criação de um capitalismo que nega a repetição tediosa em favor de uma “alegria da cooperação” connexionista. Este novo padrão emergente nos anos 1960 caracteriza-se pelo formato rizomático no qual cada ponto se conecta a qualquer outro, sendo possível adentrar por qualquer lado e percorrer qualquer sentido. Um rizoma não possui início ou fim, crescendo e transbordado pelo meio “sem remeter a uma unidade ou derivar dela”, ou seja, uma multiplicidade. (PELBART, 2011, p.215-216). Assim é possível apontar que o autor avança no debate a respeito do CMI trazendo a produção do caos como produção de subjetividade e não somente o controle social realizado sobre a produção cultural.

Para Pelbart (2011, p. 90) “a sociedade aparece como uma imensa solução fluida na qual se difundem, se diluem, se mesclam e se confundem substâncias psicoquímicas de cores diferentes.” Esses fluidos de diferenças são o tempo todo mediados, movimentados e atravessados por fluxos de diversas naturezas: econômicos, culturais, religiosos, midiáticos e cibernéticos. A intensa sobreposição de fluxos compõe o que Franco Berardi (Bifo) chamou de *Neuromagma*. Analisando a obra de Bifo, Pelbart (2011) coloca que a incorporação da inteligência na lógica do capital e o protagonismo cada vez maior da produção cultural e da publicidade no capitalismo (sobretudo a partir da década de 1970) fizeram com que o espaço de discussão e deliberação a respeito da vida pública pudesse ser cada vez menos restrito à política e ao que se idealizou como democracia. Em substituição, emerge um espaço de formação de opiniões e de composição do “intelecto geral” composto por fluxos semióticos, publicitários, políticos e comunicacionais. Torna-se impossível dissociar a política dos diferentes fluxos que formam este fluido, “as forças cegas do neuromagma estão em condições de dominar a totalidade da sociedade.” (PELBART, 2011, p. 92).

Conforme colocado anteriormente, Pelbart (2011) observa que o período pós-68 se caracteriza como espaço fundamental para a composição desta nova forma fluida, flexível, connexionista e mutável do capitalismo, assentada sobre o Neuromagma. É a partir desse funcionamento do capitalismo, baseado no reconhecimento e direcionamento dos fluxos neurais e semióticos, que tornou-se possível a incorporação de demandas militantes na própria estrutura do sistema capitalista, tais como a flexibilidade, a liberdade, a conexão, etc. A capacidade de

encontrar em um mesmo campo seus obstáculos e suas soluções, fazem do capitalismo cada vez mais *imane*nte; ao mesmo tempo, a ênfase na conexão, na troca, na horizontalidade, na rede e no fluxo, o fazem cada vez mais *rizomático*.

O viés conexcionista e fluido que configura a imagem do capitalismo rizomático se apoia em uma organização mundial que se fortalece com o fim da Guerra Fria. O esforço hegemônico da produção de consensos, de um pensamento único, deu-se em torno do lema da *globalização*, que, conforme coloca Bauman (1999), naquele momento, passa a ser divulgado como palavra chave e “senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros”. (BAUMAN, 1999, p. 7). Nesse sentido, a concepção de uma “irreversibilidade do capitalismo”, apontada por Samir Amin (2018)<sup>43</sup> como base para o conceito de globalização, possibilitava a dispersão da ideia de que o desenvolvimento e a superação dos problemas das nações dependia apenas de uma *abrir-se* mais, *conectar-se* mais e aceitar mais as normas do sistema vitorioso. Portanto, essa globalização vista como um “destino irremediável do mundo” opera como a esperança para alguns e a infelicidade para outros (BAUMAN, 1999, p.7).

**Quadro 6 - Temas de referência seção 3.5 Maio de 68 e a composição da nova ordem capitalística**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Apropriação capitalística das pautas insurgentes;
- Disputa entre esquerdas.

Esta última análise sobre o levante de 1968 apresenta a formação de um novo sujeito histórico marcado por uma forma diferente de vida em consonância com uma outra conformação capitalística que passa a se estabelecer pelo mundo a partir de então. Ao passo que anteriormente se apresentou o capitalismo como um produtor dos modos de vida, o conceito aqui extraído pensa a forma como algumas pautas insurgentes passam a ser produzidas e apropriadas pelo capitalismo. Trata-se de narrativas como flexibilidade, criatividade, fluidez e horizontalidade. Assim, o sujeito insurgente passa a ser, também, um modelo de marketing para o próprio capitalismo. Destaca-se novamente a *disputa entre esquerdas* como tema de referência a ser analisado na produção de categorias.<sup>44</sup>

Além disso, a questão das disputas entre as esquerdas abordada na seção anterior, volta a aparecer com destaque no presente texto, reforçando o papel desta subcategoria de análise.

Fonte: Produzido pela autora.

<sup>43</sup> Entrevista dada por Amin ao Instituto Tricontinental de Pesquisa Social - instituição internacional, orientada pelos movimentos populares, focada em estimular o debate intelectual para o serviço das aspirações do povo”. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/sobre/>. Acesso em 07 de junho de 2019.

<sup>44</sup> Observa-se certa dificuldade de análise objetiva desta categoria que impede uma determinação entre aquilo que é produzido e o que é apropriado pelo capitalismo (acredita-se que ambos os movimentos se constroem simultaneamente). Portanto, apesar da compreensão desta como uma possível categoria pertinente ao texto, ao formatar o quadro final da cartografia, ela acabou sendo suprimida.



### 3.6 A emergência da acumulação flexível: um olhar histórico-econômico para as transformações da segunda metade do século XX

Além da reconfiguração política relacionada aos eventos de Maio, a *década de 1968* é marcada por grandes mudanças econômicas e geopolíticas a nível global ligadas ao contexto da Guerra Fria. A disputa entre, de um lado, o Pacto de Varsóvia e os representantes do que se chamou de *Socialismo Real* e, de outro, o bloco formado pelo o que hoje se conhece como a OTAN e as instituições de Bretton Woods, motivou eventos políticos e econômicos paradigmáticos.

Os acordos de *Bretton Woods* (1944) foram responsáveis pela criação de novas normas e instituições - a exemplo do FMI e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), futuro Banco Mundial - que promoveriam uma reordenação das dinâmicas econômicas no pós-guerra. De acordo com David Harvey (2008a), os acordos foram responsáveis pela transformação do dólar em moeda-reserva mundial, vinculando à política monetária norte-americana todo o desenvolvimento econômico global. Paralelamente, o significativo montante de investimentos americanos na reconstrução do continente europeu, fez com que os EUA assumissem uma posição de credor mundial com grande poder de barganha política.

Entretanto, como lembra Bandeira (2016, p. 518), o volume de gastos e importações dos EUA, motivados pelas guerras empreendidas no Vietnã, Camboja e Laos, bem como pela corrida espacial, fez com que a emissão de dólares nos governos de Lyndon Johnson (1963-1969) e Richard Nixon (1969-1974) fosse crescente. Assim, o financiamento da supremacia militar dos EUA sobre seus oponentes passa a ser lastreado pela expansão progressiva da emissão monetária, de forma que a paridade estabelecida entre o valor do ouro e do dólar (28,35g para US\$35) tornou-se cada vez mais fictícia. Esse movimento levou o presidente Nixon, em 15 de Agosto de 1971, a suspender unilateralmente a conversibilidade firmada em Bretton Woods (evento conhecido como *Choque Nixon*) visando conter a inflação. Dois anos depois, com o agravamento da crise, o governo Nixon optou por instituir definitivamente a livre flutuação das moedas, sepultando o sistema Bretton Woods. Com isso, o dólar firmou-se como divisa fiduciária e moeda de reserva de diversos países, garantindo um poder político ainda maior às instituições financeiras norte-americanas, na medida em que os EUA mantinham-se como único país capaz de emitir dólares e, portanto, financiar seus próprios déficits. (BANDEIRA, 2016, p. 519).

Harvey (2008a) explica que a alta da inflação no início dos anos 1970 (alvo das medidas supramencionadas) é fruto de uma crise do próprio sistema fordista, pouco adaptável para os

padrões de consumo do momento. O autor observa que “havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes.” (HARVEY, 2008a, p. 135). Dessa forma, a adoção do câmbio flutuante representou uma medida de liberação de estruturas fixas, capaz de garantir ao capitalismo ocidental a superação dos problemas acumulados no decorrer das décadas anteriores. Observa-se, neste ponto, uma coincidência semântica entre a renovação capitalística e as palavras de ordem de Maio de 1968: rigidez X flexibilização; verticalidade X horizontalidade; concentração X dispersão; repetição X criação; liberdade X firmeza. Aquilo que Pelbart (2011) denomina de *capitalismo imanente* ou *rizomático* vai ser abordado por Harvey (2008a) sob o título de *acumulação flexível*.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008a, p. 140).

Contudo, a superação dos problemas acumulados no fordismo estava atrelada a uma condicionante geopolítica fundamental. No início da década de 1970, o acordo firmado entre, de um lado, Jack F. Bennett e Henry Kissinger (representando o governo Nixon), acompanhados de poderosos representantes de Wall Street e da City de Londres<sup>45</sup>, e de outro, o rei Fayçal ibn ‘Abd al-‘Azīz Āl Su‘ūd e a *Saudi Arabian Monetary Agency* determinou que os negócios do petróleo fossem feitos somente em dólar e posteriormente reinvestidos em títulos do Tesouro dos EUA, garantindo o financiamento dos déficits norte-americanos. Em 1975, este acordo foi expandido para as demais nações pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), fazendo nascer - em substituição ao recém sepultado padrão dólar-ouro - o chamado *Petro-dólar*. Assim, o lastro do dólar passa a ser garantido pela demanda por petróleo, uma vez que “o país que necessitava comprar óleo tinha necessariamente de obter dólares e tomar empréstimos de curto prazo aos bancos da Europa e dos Estados Unidos.” (BANDEIRA, 2016, p. 520).

No mesmo período, em consequência da guerra árabe-israelense, os países árabes (sob liderança de Egito e Síria), descontentes com o apoio do Ocidente a Israel, impuseram um boicote

---

<sup>45</sup> Bandeira (2016, p. 520) cita a presença de Sir Sigmundo Warburg, Edmond Rothschild, Jocelyn Hambro, dentre outros banqueiros que compõem a elite financeira do Norte-Global.

elevando o preço do barril de petróleo de US\$3 para US\$12. O episódio gerou enormes prejuízos, do lado ocidental, e grandes lucros por parte dos árabes, porém, não foi capaz de impedir a consolidação do Petro-Dólar. Os embargos foram suspensos em 1974, após negociações mediadas pelo mesmo Henry Kissinger, com isso, o novo padrão monetário manteve sua vitalidade, porém, atrelada ao posicionamento da Arábia Saudita como ator geopolítico. Assim, as relações favoráveis entre os EUA e os países produtores de petróleo passam a ser uma condição para a sustentação do novo modelo hegemônico.

(...) os petrodólares converteram-se em um dos alicerces do poder econômico dos Estados Unidos, reforçado ainda por outro choque do petróleo em 1979, enquanto os países da América Latina, Ásia e África atacavam-se em profunda crise de endividamento externo. Conforme salientou Richard Benson, ex-economista do Chase Manhattan Bank, o nível de prosperidade dos Estados Unidos, e não em pequena medida, estava a depender dos massivos déficits, que os governos faziam nas relações comerciais com outros países, ao importar US\$ 3 trilhões (1972), sem que realmente pagassem os bens que adquiriram. Os bancos centrais desejavam aceitar os acervos em dólar como investimentos, entretanto a única coisa que tinha valor na economia moderna era o óleo! (BANDEIRA, 2016, p. 521).

Entrementes, a repentina escassez de petróleo no ocidente causou grande impacto, não só na vida da população, mas também na própria organização da economia ocidental incorporando aos processos produtivos a preocupação com redução de gastos energéticos e renovação tecnológica. (HARVEY, 2008a, p. 136). Essa renovação deu-se de maneira cada vez mais profunda, alterando a dinâmica de produção global. Observou-se, sobretudo nos países desenvolvidos, um grande crescimento do setor de serviços, bem como a implantação de novos conjuntos industriais em regiões até então subdesenvolvidas. Neste contexto, o capital, dotado de mais flexibilidade e mobilidade, atribuiu aos empregadores maior poder sobre o trabalho, possibilitando o deslocamento das atividades produtivas em busca de, ao mesmo tempo, mão de obra barata (garantida por altos índices de desemprego estrutural) e capacidades logísticas e tecnológicas, levando ao enfraquecimento do poder sindical (HARVEY, 2008a, p. 140-141). Este enfraquecimento acabou sendo aproveitado pelos patrões para a imposição de regimes de trabalho cada vez mais flexíveis.

Deleuze (1992) também discorre a respeito da transferência do setor produtivo material para os países de Terceiro Mundo, destacando que a nova função do bloco hegemônico se concentra na venda de serviços e compra de ações.

(...) atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada, com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia, do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados ou compra peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que ele quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. (DELEUZE, 1992, p.223-224).

Esse novo sistema de produção é articulado por uma amálgama do sistema financeiro, progressivamente integrado, tecnológico e inovador. Como descreve Deleuze (1992, p.224), as fábricas deixam de ser “espaços analógicos”, convergentes para um proprietário central, para se tornarem “figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes”. Assim, a alocação das fábricas deixa de representar um símbolo de desenvolvimento, uma vez que a produção material está quase integralmente associada a serviços financeiros e ao endividamento das nações subdesenvolvidas. Michel Chossudovsky aponta que a receita gerada pelas exportações dos países subdesenvolvidos era cada vez mais destinada para o serviço da dívida. “Por volta de meados dos anos 80, os países em desenvolvimento tinham se tornado simples exportadores de capital para os países ricos.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 37).

Dentre os países subdesenvolvidos que se industrializaram durante a formação do regime de acumulação flexível, destaca-se o caso da China. Trata-se de um contexto geopolítico e econômico particular devido, não só à experiência socialista, mas também às características de um Estado milenarmente consolidado. Neste sentido, as reformas econômicas empreendidas por Deng Xiaoping, a partir de 1978, e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) permitiram “uma reorganização geográfica da grande indústria localizada na América do Norte e no Japão que se deslocaram para a China”, como pontua Elias Jabbour (2019, p. 33). Estas variáveis, pouco consideradas em uma análise do contexto geral do período, ganham um novo significado se observada a atual posição ocupada pelo país no cenário geopolítico, debate que será retomado posteriormente neste artigo.

Enquanto isso, no ocidente, durante a década de 1970, o novo sistema pós-fordista da acumulação flexível tornava-se cada vez mais robusto. Por sua vez, o bloco soviético, cuja economia baseava-se em grande medida na produção industrial, foi aos poucos perdendo sua vitalidade econômica. Com isso, o modelo “ocidental” - cada vez mais próximo de sagrar-se vitorioso - consolidou-se como um receituário político-econômico. O principal marco desta iminente “vitória” viria a ocorrer apenas em 1991, quando a queda do Muro de Berlim levou as ex-repúblicas soviéticas e a própria Rússia a submeter-se às reformas econômicas ocidentais.

**Quadro 7 - Temas de referência seção 3.6 A emergência da acumulação flexível: um olhar histórico-econômico para as transformações da segunda metade do século XX**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Relação entre crise e insurgência;
- Situação nacional;
- Desdobramentos.

Esta seção traz uma análise histórica dos principais acontecimentos mundiais que atravessaram o mundo após os anos 1970, compondo o movimento de trançagem entre as análises insurgentes filosóficas e aspectos de ordem econômica global. Observa-se, desta forma, a necessidade de pensar a *relação entre momentos de crise nacional ou global com os acontecimentos multitudinários*. Essa análise contempla, então, uma compreensão ampla da *situação nacional* de cada localidade onde emerge a insurgência, adentrando questões sociais, econômicas e de relação internacional. Não se trata apenas das crises que os antecedem ou atravessam seu período de emergência, mas também daquelas que sucedem os levantes surgindo como elementos centrais na análise de possíveis *desdobramentos*.

Fonte: Produzido pela autora.

### **3.7 Neoliberalismo, dívida e produção de subjetividade**

As supracitadas mudanças no paradigma global foram acompanhadas e, de alguma forma, promovidas, pela emergência de um agressivo conservadorismo nos países centrais. A ascensão de Margareth Thatcher à Primeira Ministra do Reino Unido (1979-1990) e de Ronald Reagan a Presidente dos EUA (1981-1989) é parte fundamental neste processo que, apesar de observada por muitos como uma ruptura política no período pós-Guerra, é colocada por Harvey (2008a) como uma consolidação daquilo que já vinha se delineando ao longo dos anos. As altas inflacionárias e a estagnação da capacidade fiscal dos países centrais designaram sérios problemas para o Estado de bem-estar social. O progressivo enfraquecimento deste modelo de Estado, associado a um ataque direto ao salário real, iniciados com a crise econômica de 1973, ganharam novo contorno nas mãos dos neoconservadores, transformando-se “numa virtude governamental”. (HARVEY, 2008a, p. 158). Entretanto, o destaque dado a estes dois líderes mundiais não se restringe à política interna implementada em seus países, mas é pautado pela marcante disseminação de um novo modelo de governança reconhecido como *neoliberalismo*. “(...) o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

O neoliberalismo é para Laval e Dardot (2009) uma nova razão do mundo, para Harvey (2012), uma hegemonia discursiva incorporada ao cotidiano, para Hardt e Negri (2001, 2005, 2009), um aparelho Imperial de desterritorialização que incorpora o mundo inteiro. De fato estes autores avançam no debate que lança o neoliberalismo para fora do simples entendimento de que ele seria apenas um estágio avançado do liberalismo que recusa a presença do Estado como limite ao capital. Mas talvez, o mais interessante é que para todos eles, além dos processos de tomada do Estado pelo mercado, da privatização dos bens públicos, de precarização das leis trabalhistas, de políticas econômicas de austeridade, o neoliberalismo é um modo de atuação do Estado-capital na construção de novas subjetividades atravessadas pela noção de empreendedorismo individual e competitividade em diversos níveis da vida, incentivando assim, a competição por uma melhor posição econômica e social, induzindo o mundo inteiro a um comportamento empresarial e corporativo, seja como modelo de gestão governamental, seja como modo de vida cotidiana. (RENA, et al., 2018, p. 220-221).

A diversidade de definições sobre o neoliberalismo é um indício da esfera totalizante de sua atuação que, de acordo com Dardot e Laval (2016), se constrói sobre três pilares: o Estado, o mercado e a sociedade civil. Ou seja, mais que um sistema econômico, o neoliberalismo é um modo de governo e de produção individual, tendo como característica central seu caráter mundial de atuação vinculado, diretamente, aos processos de globalização.

No que se refere à Thatcher, o período de seu governo na Inglaterra foi marcado por uma progressiva redução da relevância do Estado na salvaguarda de garantias econômicas e sociais, representando um verdadeiro desmonte do Estado de bem-estar social preexistente<sup>46</sup>. A implementação destas medidas visava a superação da inflação, o crescimento econômico e a ampliação dos lucros, funcionando como resposta à crise fordista de acumulação de capital, diante da qual a Primeira Ministra afirmava não haver alternativas se não a via neoliberal. A famosa frase *There is no alternative* (TINA), proferida por ela em 1979, é tida como *slogan* do surgimento do que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) entendem como uma *nova razão de mundo*. Tratava-se da construção de um argumento biopolítico que, atuando sobre esferas públicas e privadas, nas mais variadas escalas, garantiria o exercício de poder sobre vidas e populações de forma a assegurar a preponderância da lógica de mercado sobre as políticas dos Estados. Desta forma, Thatcher e Reagan estão relacionados, segundo Dardot e Laval (2016), não apenas ao amplo desenvolvimento do neoliberalismo, mas também ao rompimento da social-democracia, criticando de forma severa a “propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas,

---

<sup>46</sup> Foucault lembra que o Estado de bem-estar social na Europa se desenvolveu para fazer frente às Revoluções Comunistas que vinham ocorrendo no leste do continente.

especialmente em matéria de direito trabalhista e a representação dos assalariados”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189).

Destaca-se, aqui, que, como lembram Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é, tal qual gostariam os liberais, a dissolução do Estado em favor de um mercado forte e amplamente atuante. Ao contrário, trata-se da manutenção de um Estado forte, mas voltado aos interesses mercadológicos em oposição à ações de seguridade social. No mesmo sentido, Hardt e Negri (2012, p. 218-220) indicam que, a imagem de muitos defensores da ordem mundial vigente referente a um capitalismo desregulado é facilmente refutada quando observado, por exemplo a reunião de Davos na qual políticos de Estados-nação dominante se encontram com “burocratas das instituições econômicas internacionais” determinando as configurações primordiais do sistema econômico global. “Em termos gerais, a reunião demonstra a velha lição de que não pode existir nenhum mercado econômico sem ordem e regulamentação políticas.” Se a ideia de livre mercado, em algum momento designa uma atuação autônoma e espontânea, esta regulamentação estabelecida por instituições transnacionais demonstra a inexistência absoluta de qualquer possibilidade de livre mercado. Isso implica em uma conclusão óbvia: aqueles que propõem a existência de um mercado isento, na verdade, reivindicam uma outra forma de controle político. O que interessa não é determinar um Estado fraco ou forte, nem a atuação ou não das forças institucionais, mas como este Estado vai intervir no mercado e na economia.

Assim, para que fosse possível implementar este novo paradigma mundial, sabia-se ser necessário não apenas reestruturar o capitalismo dando fim às bases fordistas, mas mudar de forma geral o governo global subordinado-o à “racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190).

Como lembra Harvey (2008a, p. 154) a acumulação flexível inerente a este processo posteriormente floresceria como neoliberalismo que “procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia.” Em resumo, o que estava sendo proposto era a implementação de um sistema no qual a economia atuasse livremente e o Estado se pusesse em favor dos interesses do mercado à revelia das questões de ordem social. Para que este modelo funcionasse, seria necessário, então, um programa de redução de impostos de empresas privadas, diminuição de gastos públicos, privatização de empresas estatais, restrição da proteção estatal, controle do crescimento da massa monetária para controle da inflação, austeridade fiscal, fortalecimento da moeda, desregulamentação dos mercados e do trabalho. Ou seja, o que na social-democracia representava um intervencionismo estatal, no neoliberalismo significa a liberalização do mercado, mas com uma forte presença de uma regulação estatal que flexibiliza os processos restritivos da social-democracia. Ao governo cabe, então, cuidar das regras

jurídicas e comportamentais e criar leis de vigilância, situações e indivíduos adeptos e incentivadores das lógicas do mercado.

Portanto, estamos muito bem embasados para falar, nesse sentido, de uma 'estratégia neoliberal': entenda-se o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191).

Na esteira do abordado por Deleuze (1992) como um processo de empresariamento generalizado, Dardot e Laval (2016) trazem a importação dos modelos de gestão e organização das empresas para as esferas pública e pessoal. Ao Estado foi incorporada uma palavra fundamental: governança<sup>47</sup>. “Nesse momento, tornou-se a principal categoria empregada pelos grandes organismos encarregados de difundir mundialmente os princípios da disciplina neoliberal, em especial pelo Banco Mundial nos países do Sul.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 275).

A associação do Estado à gestão privada levou à modificação, também, dos grupos com os quais a instituição intensificou articulação. Passaram a atuar em parceria e avaliar a governança estatal, credores internos e investidores externos, o que seria impensável para um lógica de Estado soberano. Esta nova composição, de acordo com Dardot e Laval (2016), levou a várias concessões de autoridade às entidades privadas chegando, em alguns casos, ao que os autores chamaram de “co-produção público-privada das normas internacionais”.

---

<sup>47</sup> Porto e Rena (2018) lembram que o termo governança foi cunhado pelo Banco Mundial. “Sob a alegação de que a pobreza e os demais problemas sociais das cidades do terceiro mundo eram fruto da “má administração” por parte de seus governantes, foram propagadas diversas técnicas e modelos de governança (que muito se assemelham com os adotados no setor privado). (PORTO e RENA, 2018). Em documento intitulado Governance and Development, de 1992, o Banco Mundial define governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”, ou seja, “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”.



Hoje são os imperativos, as premências e as lógicas das empresas privadas que comandam diretamente as agendas do Estado. Isso não quer dizer que as empresas multinacionais sejam todo-poderosas e organizem unilateralmente o “definhamento do Estado” nem que o Estado seja um simples “instrumento” nas mãos das multinacionais, segundo um esquema marxista ainda bastante difundido. Isso quer dizer que as políticas macroeconômicas são amplamente o resultado de decisões públicas e privadas, embora o Estado mantenha certa autonomia em outros domínios - mesmo que essa autonomia tenha sido enfraquecida pela existência de poderes supranacionais e pela delegação de inúmeras responsabilidades públicas a um emaranhado de ONGs, comunidades religiosas, empresas privadas e associações. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 278).

A aplicação do receituário neoliberal no contexto dos países em desenvolvimento tem como principal marco o Consenso de Washington (1989), no qual foram elencados dez pontos<sup>48</sup> que deveriam ser seguidos para alcançar um suposto desenvolvimento diante da explosão da dívida destes países. Para Immanuel Wallerstein (2003, p. 18) foi este consenso o responsável pelo fim do ideal desenvolvimentista no ocidente e início da globalização apoiada, em grande parte, pelas atividades de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), visando tirar dos Estados periféricos o direito de interferir no livre fluxo de capital.<sup>49</sup>

Estas instituições desempenharam um papel fundamental no surgimento daquilo que Chossudovsky (1999) denomina *dominação pela dívida*. Segundo o autor, as IFIs se consolidaram como as responsáveis por “supervisionar as economias nacionais por meio de deliberada manipulação das forças do mercado”. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 11-12). Essa supervisão era efetuada pela imposição de medidas como privatizações, aberturas das contas de capital e desregulamentação dos mercados, destruindo a capacidade dos países em desenvolvimento de comporem suas próprias políticas industriais voltadas para o crescimento e, com isso, garantindo a hegemonia econômica de algumas nações pela manutenção da pobreza de outras.

---

<sup>48</sup> As regras do Consenso de Washington de 1989 eram: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual.

<sup>49</sup> Este é um importante ponto de diferenciação entre liberalismo e neoliberalismo. Ao passo que no primeiro deseja-se o não controle dos fluxos de capital, no segundo a governança estatal controla estes fluxos com muito mais rigor.

A expansão das exportações desses países baseia-se na diminuição do poder de compra interno. A pobreza é um item introduzido no lado da oferta. Os mercados emergentes são abertos à custa da substituição simultânea de um sistema produtivo preexistente; pequenas e médias empresas são empurradas à falência ou obrigadas a produzir para um distribuidor global; empresas estatais são privatizadas ou fechadas; agricultores independentes são empobrecidos." (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 12).

Para Chossudovsky (1999, p. 37), o valor exorbitante das dívidas e a inflação crescente em parte significativa dos países em desenvolvimento, levou muitas nações a contraírem empréstimos com as IFIs. Estes empréstimos eram dotados de “condicionalidades” responsáveis por submeter suas políticas macroeconômicas à agenda dos credores. Entretanto esta adesão não garantiu que as dívidas diminuíssem, pelo contrário. Entre 1970 e 1980, o total pendente da dívida de longo prazo dos países em desenvolvimento cresceu sete vezes, enquanto de 1970 até 1996, o valor da dívida total destes países multiplicou-se em trinta e duas vezes. O aumento progressivo da dívida leva a um vínculo cada vez maior entre os devedores e as IFIs, tornando os primeiros praticamente obrigados a aceitar as condicionantes impostas pelas segundas. Os países que se recusassem a seguir os ditames do chamado Programa de Ajuste Estrutural (PAE) estavam sujeitos a uma série de dificuldades colocadas por parte das IFIs como o bloqueio do crédito de curto prazo. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 43).

Dentre as condicionalidades impostas pelas Instituições Financeiras a “redução da pobreza” ganha bastante destaque. Isso porque, por meio de um discurso humanista e bem intencionado, as IFs acabam por garantir três movimentos muito estratégicos: (i) retirar das mãos do Estado parte significativa das medidas voltadas à seguridade social transferindo-as à outros grupos, em sua maioria representantes do Terceiro Setor<sup>50</sup>; (ii) manter o país em uma situação controlável de pobreza, assegurando a estabilidade da condição hegemônica dos grupos que representa; e (iii) evitar sublevações sociais. Neste sentido e olhando preponderantemente para o último elemento supramencionado, observa-se que por meio da criação e disseminação de

---

<sup>50</sup> Marcelo Lopes de Souza (2003, p.145) define Terceiro Setor como “uma expressão de inspiração norte-americana, que recobre um conjunto de atividades teoricamente sem fins lucrativos, mas de utilidade pública, desenvolvida por entidades filantrópicas ou organizações não governamentais (ONGs).” Partindo deste princípio, mas ampliando e atualizando sua compreensão para um macro cenário, faz-se uso do conceito para qualificar grupos representantes da sociedade civil que se articulam, no contexto neoliberal, direta e predominantemente com representantes do capital financeiro transnacional. Destaca-se, nesta tese, algumas ONGs que passam a representar diretamente os interesses do capitalismo global em território nacional. Este assunto será abordado com maior profundidade no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*, que trará, também, um debate a respeito do que ocorreu no Brasil quando Fernando Henrique Cardoso intensificou e expandiu o neoliberalismo com medidas vinculadas à uma submissão pela dívida como, por exemplo, a criação da Lei Bresser e a diminuição da atuação do Estado em questões de interesse social e consequente ampliação do número e influência das ONGs.

narrativas há uma imposição subjetiva orquestrada por estas instituições sobre as diferentes populações. É neste momento que emerge o terceiro pilar do neoliberalismo anunciado por Dardot e Laval (2016), a sociedade civil que, tal como o Estado, começa a incorporar aspectos empresariais.

Vale ressaltar, ainda, que a ideia de dominação pela dívida trazida por Chossudovsky (1999) a partir de uma análise macroescalar, se consolida, também, nas escalas mais íntimas. Como lembram Negri e Hardt (2016), um dos principais perfis assumidos pelo homem contemporâneo é o endividado. Segundo os autores, a rede de segurança social migrou de um processo de bem-estar para um endividamento generalizado como meio de satisfazer as necessidades sociais. Neste sentido, Deleuze (1992) associa à imagem deste homem endividado a situação de submissão enquanto sujeito de controle social. Além disso, quando o Estado abdica do seu papel social, a população deixa de ser beneficiária e passa a ser consumidora. “Essa prioridade que se dá à dimensão da eficiência e ao retorno financeiro elimina do espaço público qualquer concepção de justiça que não seja a de equivalência entre o que foi pago individualmente pelo contribuinte e o que foi recebido individualmente por ele”. (DARDOT; LAVAL, p. 319). Assim, os indivíduos passam a ser tratados como procedimentos de vigilância, restrição, punição e responsabilização, a ponto de a compreensão do que é um sujeito político ser alterada substancialmente.

Pensando nessa abrangência do neoliberalismo sobre a escala dos sujeito, é importante lembrar que, ao descrever esse paradigma, Thatcher deixa claro que não se trata apenas de uma estratégia econômica, mas que o que está em jogo é uma dominação do capital sobre as almas (ORTIZ, 2021, p. 25). O neoliberalismo não é somente destruidor de regras, de instituições e de direitos, é também produtor de certos tipos de relações sociais, de certas maneiras de viver e de certas subjetividades. Com o neoliberalismo em ação mais efetiva desde os anos 1980, o que está em jogo, segundo Dardot e Laval (2016), é a própria existência humana, seus comportamentos e relacionamentos com os outros e consigo mesmos.

Apropriar-se de (ou produzir?) termos e conceitos centrais aos interesses sociais e até mesmo inerentes a um léxico aparentemente de resistência - como o supracitado caso de apropriação do vocabulário insurgente de Maio de 68 - tornou-se elemento central do receituário neoliberal. De acordo com Byung-Chul Han (2018) o neoliberalismo fagocita os indivíduos por meio de discursos que os agradam e, aparentemente, se aproximam de preceitos de resistência, justiça social, autonomia e liberdade atuando no sentido de uma transferência de responsabilidade para os indivíduos.

Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração imposta por outros, ao contrário, é possível que os explorados se solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. Esta é a lógica que fundamenta a ideia marxista da 'ditadura do proletariado', que pressupõe, porém, relações repressivas de dominação. Já no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos. (HAN, 2018, p. 16).

A produção estratégica de depressão é também abordada por Dardot e Laval (2016) ao falarem sobre uma eterna frustração gerada por esta razão de mundo. Segundo eles, o sujeito neoliberal ou sujeito empresa, deve ser sempre estimulado a consumir ao mesmo tempo que se encontra insatisfeito com o que possui, ou seja, deve estar submetido ao que os autores chamam de dispositivo de desempenho e gozo, governado pelo prazer e pela dor. "O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ganhar, ser bem-sucedido". Portanto, "exige-se do novo sujeito que produza 'sempre mais' e goze 'sempre mais' e, desse modo, conecte-se diretamente com um 'mais-de-gozar' que se tornou sistêmico". (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 353-355). Neste sentido, Bauman (1999) aponta que para a existência de bons consumidores não importa a sensação da necessidade satisfeita, mas a promessa dos desejos ainda vindouros, sendo necessário que eles sejam mantidos sempre alerta e expostos a novas tentações, sempre excitados e, ao mesmo tempo, frustrados e insatisfeitos. Portanto, junto ao gozo vem a dor da eterna frustração que também é produzida formando aquilo que Dardot e Laval (2016) entendem como *patologia da insuficiência* que, muitas vezes, se transforma em depressão. Entre o consumo e o gozo, a dor reverbera de forma mais profunda a produção de subjetividade neoliberal.

"Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Foram criados sujeitos empreendedores de si mesmos que, por si mesmos, tratarão de reproduzir e ampliar as lógicas de competição.

Desse modo, injunge-se o sujeito a conformar-se intimamente, por um trabalho interior constante à seguinte imagem: ele deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: *Economics are the method. The object is to change the soul* [a economia é o método. O objetivo é mudar a alma]. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331).

Dardot e Laval (2016) apontam que até mesmo o que se entende como domínio próprio foi modificado dentro da lógica neoliberal. Ele não diz mais de uma rigidez e linearidade, mas, ao contrário, de uma flexibilidade e capacidade de adaptação. Espera-se de cada indivíduo autonomia e determinação, para que seja capaz de desenvolver “estratégias de vida”. Neste ponto, o que se encara como sucesso na carreira, se confunde com sucesso na vida, o que faz com que valha a pena arriscar. O risco é um dos pilares da empresa de si mesmo e foi, também, apropriado por uma lógica comercial. Isso porque os indivíduos são ensinados a competirem entre si, não podendo contar com mecanismos públicos de solidariedade. Os autores alertam que a forma como as coberturas sociais foram reduzidas por parte dos governos permite que se compreenda esta mercantilização como uma estratégia. O avanço do neoliberalismo acaba com a lógica coletiva, destruindo estruturas como a família e as classes sociais e promovendo um processo amplo de individualização e solidão. Neste contexto, o que antes seria crise social, se transforma em crise individual de responsabilidade não mais do Estado, mas de cada sujeito. Como aponta Deleuze, “A empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexprimível como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo.” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Como lembra Pelbart (2011, p. 97), na contemporaneidade, o ideal é que o indivíduo seja cada vez mais leve, maleável e flexível. Tendo o máximo de mobilidade para que seja possível fazer “conexões úteis”, o máximo de navegabilidade e informações, “a fim de poder antenar para os projetos mais pertinentes, com duração finita, para o qual se mobilizam as pessoas certas, e ao cabo do qual estão todos novamente disponíveis para outros convites, outras propostas, outras conexões.” Empreendedor não é mais quem cria uma família e acumula capital, mas aquele capaz de deslocar-se. Citando Negri, o autor aponta que no contexto atual é a alma do trabalhador que se coloca a trabalhar e esta alma se cansa como um corpo por não possuir

“liberdade suficiente para a alma”, nem mesmo salário suficiente para o corpo.” (PELBART, 2011, p. 24).

Percebe-se a existência de uma estratégia de disputa de significados, no sentido de que as expressões dos desejos, ideias e subjetividades dos indivíduos são constantemente coletadas e torcidas para servirem a um receituário político-econômico. Neste sentido, a prevalência do discurso sobre a verdade, expressa em Nietzsche, descrita por Foucault (2001), é bem compreendida pelas forças hegemônicas. Entende-se a disputa pela narrativa como algo central nesta nova configuração capitalística que opera, sobremaneira, nas subjetividades. Sendo assim, é inegável a sagacidade das forças hegemônicas ao incorporarem discursos originalmente (ou aparentemente?) contrários a elas, atrelando-os à seus ideais e mantendo sua dominação sobre todo o globo.

Após duas décadas de vigência, desde a queda do muro de Berlim e até o início do século XXI, o novo modelo político-econômico-social acumula um sucesso absoluto, tendo ocasionado: (i) o colapso de seu elemento antagônico (o bloco soviético); (ii) a consequente consolidação de uma unilateralidade geopolítica e militar; (iii) a disseminação de suas normas a nível global; e (iv) o auto-declarado fim da história.

#### TEMAS DE REFERÊNCIA

- Produção de subjetividade neoliberal (vocabulário empresarial);
- Disputa de significados e narrativas;
- Financiamento.

Ao passo que anteriormente considerou-se necessário analisar algumas pautas insurgentes apropriadas pelo neoliberalismo, nesta seção observa-se um movimento de hibridização entre o pensamento neoliberal e algumas narrativas proeminentes em movimentos de esquerda, tais como empoderamento e empreendedorismo, compondo, assim, o tema *produção de subjetividade neoliberal*. Assumir a lógica e o vocabulário empresarial para a vida, apresenta-se como um importante elemento de dominação subjetiva traçado, muitas vezes, por meio de uma estratégia de *disputa de significado das narrativas*. Na mesma toada, observa-se, no contexto neoliberal, um processo de *financiamento* da vida, das pautas, das organização e das ações insurgentes de modo geral, sendo este, mais um elemento das categorias de análise propostas.

Quadro 8 - Temas de referência seção 3.7 *Neoliberalismo, dívida e produção de subjetividade*  
Fonte: Produzido pela autora.

### 3.8 Império: biopoder, biopolítica e sociedade de controle

O império está se materializando diante dos nossos olhos. Nas últimas décadas, a começar pelo período em que regimes coloniais eram derrubados, e depois em ritmo mais veloz quando as barreiras soviéticas ao mercado do capitalismo mundial finalmente caíram, vimos testemunhando uma globalização irresistível e irreversível de trocas econômicas e culturais. Juntamente com o mercado global e com circuitos globais de produção, surgiu uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando - em resumo, uma nova forma de supremacia. O Império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 11).

A ideia de um fim da história é colocada por Fukuyama (1992) como uma celebração destes movimentos geopolíticos e econômicos que levaram a uma estabilidade após os anos de Guerra Fria. O argumento estava baseado na noção hegeliana de que, com o fim de processos históricos de mudança, a humanidade chegaria a um equilíbrio marcado pela ascensão do liberalismo e da igualdade jurídica. Este entendimento é um dos componentes que embasa a proposição de Hardt e Negri (2014) do conceito de Império, entendido como um novo modelo político e econômico supranacional, resultante de uma gradual e inevitável consolidação do paradigma dominante, e não mais de transformações históricas. “Dito de outra forma, o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da História, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.14-15). Segundo os autores, a aplicação aparentemente superlativa do termo Império não é, contudo, uma metáfora, mas um conceito. Eles identificam que o Império seria caracterizado pelo exercício de um poder sem limites geográficos, marcado pela dissolução das fronteiras e o conseqüente governo de todo o mundo “civilizado”. Entende-se aqui que as fronteiras e a soberania dos Estado-nação estariam enfraquecidas pelos processos de globalização dos mercados e da produção, o que criaria espaço para uma governança supranacional pautada na aceleração das conexões, na descentralização, na velocidade e na produção de afetos. Entretanto, o declínio da soberania dos Estados e a emergência imperial, não simbolizam o fim de todo e qualquer modelo soberano. As transformações contemporâneas deram continuidade ao controle político permeado por mecanismos reguladores da produção econômico-social. O que emerge neste contexto é uma nova forma de soberania composta, preponderantemente, por organismos nacionais e supranacionais geridos por uma única lógica.

A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (HARDT; NEGRI, 2014, p.12-13).

É preciso ressaltar que este âmbito de desfronteirização imperial não se dá apenas sobre o território, mas age em um sentido de totalização do poder que funciona em todos os registros da ordem social. A atuação do Império, portanto, se dá na direção de criação de um novo mundo no qual a própria natureza humana é forjada. O governo imperial se estabelece sobre a vida como um todo e, embora sua lógica seja formada pela guerra, seu discurso se apoia em uma paz permanente e alheia à História. Assim, pode-se entender que a soberania do império se baseia na margem, onde as fronteiras são flexíveis e as identidades são fluidas. Trata-se de uma forma especial de poder soberano que, posta sobre o limite, a margem, atual como “última instância”, apoiando-se sobre a “incondicionalidade definitiva do poder que pode exercer”. O Império emerge como uma máquina de altíssima tecnologia construída para controlar o evento marginal”, intervindo, quando necessário, “nas avarias do sistema”. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 58).

Hardt e Negri (2014) lembram que a composição da ordem imperial se apoiou em uma ampla instabilidade geopolítica estabelecida sobre a modernidade ao longo de toda a sua existência. O estopim da situação de crise e internacionalização moderna pode ser reconhecido, segundo estudiosos, em diferentes momentos que se estendem desde a época napoleônica. Mas o fato é que ao término da Primeira Guerra Mundial e com o surgimento da Liga das Nações Unidas, tanto a instabilidade, quanto a emergência de uma nova ordem internacional já estavam estabelecidas. Desta forma, a criação das Nações Unidas (ONU)<sup>51</sup> ao fim da Segunda Guerra Mundial, simbolizou apenas uma consolidação e ampliação desta ordem. “As Nações Unidas, na realidade, podem ser vistas como o auge desse processo constitutivo, uma culminação que ao mesmo tempo revela as limitações do conceito de ordem internacional e aponta para além dela, rumo a um novo conceito de ordem global.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 22). Esta nova ordem seria responsável por promover um regime de igualdade jurídica entre os diversos Estado-nação, compondo um espaço de mediação e resolução de conflitos capaz de impulsionar o

---

<sup>51</sup> A sede ocupada pela ONU após sua criação foi estabelecida em um terreno doado pela família Rockefeller em Nova Iorque.



desenvolvimento e o “bem da humanidade”<sup>52</sup>. Contudo, a distância entre a conceituação deste projeto e as estruturas materiais que vieram, de fato, a se consolidar, configura o espaço propício para o surgimento do Império. Em outras palavras: a ONU - da sua criação, no pós-guerra, até os anos de Guerra Fria - deixa de funcionar como um espaço de mediação entre Estados-Nação independentes para se tornar a configuração jurídica de um poder *supranacional* enviesado. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 23).

O Império atua não mediante o uso do direito à força, mas com base na capacidade de demonstrar e exercitar esta força a serviço de uma suposta paz. É neste contexto que a atuação tendenciosa das Nações Unidas, acoplada progressivamente à máquina imperial, age por meio da legitimação das chamadas *guerras justas*. Tradicionalmente este conceito apresenta um processo de banalização da guerra traduzido pela celebração de disputas de cunho cada vez mais ético. Apesar de remontar à tradição bíblica, a ideia de guerras justas passa a ser utilizada novamente, segundo Hardt e Negri (2014) a partir da Guerra do Golfo - primeiro grande conflito militar após o fim da União Soviética. Este conflito, referendado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, inaugura a série de intervenções militares dos EUA e aliados em territórios de grande relevância geopolítica e economicamente estratégicos. Entretanto, os autores lembram que as investidas nem sempre se explicam por interesses econômicos específicos e que até mesmo as batalhas travadas em territórios ricos em petróleo, como o caso do Afeganistão e do Iraque, têm como finalidade primeira, não necessariamente o lucro em termos de capital, mas a manutenção das estruturas de poder. Nesse sentido, uma das principais funções das forças militares é assegurar o bom funcionamento do mercado mundial e as divisões de trabalho e poder no corpo político global. "A 'guerra justa' é efetivamente apoiada pela 'polícia moral' assim como a validade do direito imperial e seu funcionamento legítimo são apoiados pela necessidade e pelo exercício contínuo do poder policial." (HARDT; NEGRI, 2014, p. 56).

Essa tendência a uma unilateralidade do poderio militar, associada à legitimação de incursões deste tipo por um órgão pretensamente “neutro”, aponta à constituição de um *direito de polícia* como prerrogativa do Império. Em outras palavras, o Império assume o poder excepcional de definição das demandas por intervenções militares, e de mobilização de instrumentos para este fim.

Atuando como “polícia do mundo”, o Império desempenha as funções da “prevenção, da repressão e da força retórica destinadas à reconstrução do equilíbrio social”. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 34). Os diversos conflitos ao redor do planeta deixam de ser enxergados como “ameaças

---

<sup>52</sup> Hardt e Negri (2014) mencionam a relevância de Hans Kelsen como intelectual por trás da concepção jurídica das Nações Unidas.

externas” para se tornarem parte da jurisdição do Império, de quem espera-se ser capaz de resolvê-los. Ao mesmo tempo, é o “sucesso” na resolução destes conflitos e a produção de consensos no entorno deles que garante a expansão e manutenção do poder geopolítico imperial. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 33).

Não é por acaso que os autores recorrem ao termo *polícia* para caracterizar esta forma de ação. No livro *Segurança, Território e População* (2008), Foucault vincula o surgimento desta instituição à enunciação da biopolítica. Como a própria etimologia da palavra indica, a polícia é aquela que faz companhia à cidade (*polis - cia*), tendo sido criada com a função de um controle populacional relativo à contagem do número de habitantes de determinadas localidades. Desta forma, a polícia exercia um poder ligado diretamente à manutenção da vida ou cálculo da morte, ou seja, o cerne do modo de atuação biopolítico.

Sabendo que os conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder, bem como a ideia deleuziana de sociedade de controle são fundamentais para a compreensão do Império, nas próximas páginas, este texto se dedicará a uma breve apresentação da concepção de poder para tais autores. Partindo deste aporte teórico conceitual, o texto retornará a debater o Império apresentando outras características fundamentais para o estabelecimento e manutenção desta nova ordem mundial.

Segundo Pelbart (2011, p. 55), o termo biopolítica é mencionado por Foucault pela primeira vez em uma conferência ministrada no Rio de Janeiro, em 1974, intitulada *O Nascimento da Medicina Social*, que pode ser encontrada no livro *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2001). Naquela ocasião, Foucault explica que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. (...) O corpo é uma realidade biopolítica.” (FOUCAULT, 2001, p. 80). Mais tarde, em *História da Sexualidade I* (2012b), o autor elabora como, a partir do século XVIII, enxerga-se a “entrada da vida na história - isto é, entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder - no campo das técnicas políticas.” (FOUCAULT, 2012b, p. 154).

A sucessão histórica elaborada por Foucault para defender este conceito está subsidiada por uma argumentação cronologicamente anterior de que a passagem do século XVII teria produzido a transição de um poder soberano para um poder disciplinar. Para Foucault, as transformações deste período teriam provocado o nascimento de um poder destinado a “produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las”. Neste contexto, a prerrogativa da morte em defesa do soberano dá lugar à morte em defesa de um Estado, de uma população.

Quando se diz que o soberano possui direito de vida e de morte, o que se quer afirmar, no fundo, é que ele pode fazer morrer e deixar viver, de modo que, tanto a vida quanto a morte não se encontram no âmbito da natureza ou do acaso, mas são parte do poder político. Assim, o súdito não possui plenos direitos nem vivo, nem morto, ele é uma espécie de corpo neutro que, em virtude do soberano, poderá viver ou morrer, com possível tendência à morte. À medida em que o soberano pode matar, ele exerce direito sobre a vida. Entretanto, aquilo que começa a emergir ao longo do século XVIII não é uma forma de superação ou substituição da soberania, mas algo que a completa, atravessa e modifica levando a seu inverso: o poder de fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, 1999, p. 286-287). O primeiro direcionamento para esta nova forma de poder que se estabelece sobre a vida, é dado pelas sociedades disciplinares<sup>53</sup>, nas quais, as técnicas de poder se encontravam excessivamente centradas no corpo individual, sua distribuição espacial e os mecanismos de visibilidade que garantiam a vigilância. Tratava-se daquilo que Foucault (1999) chama de tecnologia disciplinar do trabalho ou poder disciplinar.

De acordo com Hardt e Negri (2014), na sociedade disciplinar o comando social é estabelecido por meio de uma rede difusa de dispositivos que produzem e regulam costumes, hábitos e práticas produtivas. As instituições disciplinares como as fábricas, escolas, prisões e hospitais, colocam a sociedade para funcionar assegurando a obediência às regras instituídas sobre o campo social. “O poder disciplinar se manifesta, com efeito, na estruturação dos parâmetros e limites de pensamento e prática, sancionando e prescrevendo comportamentos normais e/ou desviados.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 42). Entretanto, ao contrário do que se pode imaginar, Foucault reitera que o poder disciplinar não atua de forma transcendente, mas se localiza no plano de imanência. Ou seja, a disciplina não é posta por uma voz externa que dita o que deve ou não ser feito a partir de uma noção hierarquizada tal como posto por Hobbes em *Leviatã* [1651], mas uma espécie de “compulsão interna indistinguível da nossa vontade, imanente à nossa própria subjetividade e inseparável dela”. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 351).

Nas sociedades disciplinares, segundo os autores, o controle ainda não havia alcançado uma totalidade de atuação sobre os indivíduos e suas relações, não tinha sido capaz de consumi-los completamente e nem mesmo de organizar totalmente suas atividades, deixando estável a relação entre o poder e o indivíduo. Entretanto, durante a segunda metade do século XVIII, Foucault (1999) avista algo novo no horizonte do poder que transcende esta lógica da disciplina posta sobre os corpos. Mais uma vez, não se trata de uma tecnologia que supera ou exclui a

---

<sup>53</sup> As sociedades disciplinares foram criadas no período de industrialização quando os corpos eram moldados e controlados por instituições como escola, fábricas e hospitais para enquadrar-se no que se impunha como forma correta de vida baseada no trabalho e na otimização da produção.

anterior, mas que atua em outro nível, em outra escala e é auxiliada por mecanismos bastante distintos. Essa nova relação entre poder e sociedade abre espaço para a gestão da vida enquanto espécie, raça e população, entendidas por Foucault (1999) como componentes da biopolítica. Nesse sentido, a demografia, a habitação coletiva, a saúde coletiva e a própria organização das cidades e da produção passam a ser elementos cruciais para a organização do capitalismo, baseado agora em um poder de causar a vida e devolver à morte. (FOUCAULT, 2012b, p.150-153).

Assim, é ainda na segunda metade do século XVIII que, segundo Foucault (2001), se estabelece um problema de unificação do poder urbano, ou seja, em muitas cidades, ou ao menos nas grandes, sentiu-se a necessidade de organizar o corpo urbano de modo homogêneo e bem regulamentado. Como pano de fundo estavam várias razões das quais se destacavam as econômicas. O surgimento e o crescimento das indústrias que fizeram da cidade um espaço não apenas de mercado, mas também de produção, fez necessário que se estabelecesse uma regulação padronizada e “coerente”. Além disso, o crescimento da classe operária no interior dos centros urbanos acabou levando a diversos tensionamentos políticos. As diferenças cada vez mais marcantes entre os ricos e a plebe, levaram a diversas agitações e sublevações sociais, o que demonstra uma inversão significativa no espaço e na forma das mobilizações populares, visto que, até o século anterior, a maior parte das sublevações estava concentrada no campo. As revoltas do final do século XVIII não eram mais camponesas, mas realizadas por uma plebe em vias de se proletarizar. “Daí a necessidade de um poder político capaz de esquadrihar essa população urbana.” (FOUCAULT, 2001, p. 86). É neste momento que o medo e a angústia frente a cidade passam a ser gestados. O autor recorre a um filósofo do período, Pierre-Jean-Georges Cabanis, para demonstrar como e quando os homens se reúnem, seus costumes se alteram e, conseqüentemente, sua saúde se modifica. Surge, então, um medo das fábricas, dos aglomerados urbanos, das aglomerações populacionais, das casas sobrepostas e em iminente desmoronamento, dos esgotos e das epidemias. À medida que o tecido urbano se forma, o pânico se amplia, bem como a necessidade de realização de políticas de controle sanitárias e sociais. Este controle se estabelece preponderantemente por meio de dois modelos de intervenção da medicina social: a lepra e a peste. A exemplo do leproso que ao longo da idade Média era expulso para o exterior de seus muros, a população adoentada era enviada às periferias no sentido de uma higienização urbana. Por outro lado, a medicina de controle da peste não se dava sob a estratégia da exclusão, mas em processos de individualização, no qual os indivíduos eram vigiados um a um, levando a sociedade para um lugar de esquadrihamento dividido e inspecionado. A doença se transforma em um fenômeno da população por meio do qual a morte

se faz permanente, se introduzindo sorrateiramente na vida, corroendo-a, enfraquecendo-a e diminuindo-a. (FOUCAULT, 1999, p. 286).

Tem-se, portanto, o velho esquema médico de reação à lepra que é de exclusão, de exílio, de forma religiosa, de purificação da cidade, de bode expiatório. E o esquema suscitado pela peste; não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente; não mais um modelo religioso, mas militar." (FOUCAULT, 2001, p. 89).

A medicina deixa de ser um controle direto dos homens e seus corpos, dedicando-se às coisas: a água, o ar, as composições e, por fim, a vida e o meio de existência. A biopolítica se apoia, então, em um conjunto de processos que perpassam análises das taxas de nascimento, fecundidade, reprodução e óbitos. A população é vista como um problema ao mesmo tempo político, científico e de poder e a biopolítica passa a atuar numa esfera global para o seu exercício de controle social. É o poder de fazer viver e de determinar como viver evitando riscos e prolongando a vida, privando-a das eventualidades, dos acasos e dos acidentes, é o "limite da extremidade do poder" que não se estabelece mais sobre a morte, mas sobre a mortalidade. (FOUCAULT, 1999, p. 286).

Lembrando que o nascimento da biopolítica não diz de um fim da disciplina, mas de uma sobreposição de poderes que se estabelecem em diferentes escalas, observa-se a emergência de um outro poder que se deitou tanto sobre o indivíduo corpo quanto sobre o homem espécie. Esta nova tecnologia de poder tem como objeto e objetivo a vida e é intitulada biopoder, consolidado, segundo Foucault (2012b) por duas vias: a disciplina, no âmbito somático, e a biopolítica, no âmbito molar. A disciplina seria responsável pela adaptação do ser humano às condições de produção e funcionamento desejadas para esta nova sociedade, ou seja, atuava por meio de uma "anátomo-política do corpo humano" que tinha nas instituições disciplinares mecanismos de docilizar e disciplinar os corpos a fim de garantir a sua inserção controlada no aparelho de produção. Enquanto isso, a biopolítica se encarregaria da gestão da vida coletiva, como população ajustada aos processos econômicos, controlando elementos biológicos como a longevidade, a natalidade, a mortalidade, etc. (FOUCAULT, 2012b, p. 151-152). Na medida em que a primeira age sobre a multiplicidade dos homens relativa à soma das individualidades que devem ser controladas, a segunda se apoia nessa multiplicidade como uma massa global que é afetada por processos inerentes à vida. Assim, Foucault descreve a formação de uma sociedade disciplinar, regida por um biopoder, como condição para para o funcionamento do capitalismo.

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido às custas da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2012b, p. 153).

Neste sentido, Hardt e Negri (2014), a partir de Foucault, abordam o biopoder como uma forma de regulação inerente à vida social. Contudo, os autores identificam no conceito das Sociedades de Controle<sup>54</sup>, criado por Deleuze em seu texto *Post-scriptum sobre a sociedade de controle*<sup>55</sup>, a condição para uma extensão totalizante do biopoder na sociedade, como base para a formação do Império. Pelbart (2011) lembra que, segundo os autores de *Império*, apenas a sociedade de controle é capaz de adotar o contexto biopolítico no seu terreno exclusivo de referência. Isso porque, nesse modelo de sociedade é aplicado um controle que “invade a profundidade das consciências e dos corpos da população, atravessando as relações sociais e as integralizando.” (PELBART, 2011, p. 82). De acordo com Hardt e Negri (2014, p. 352), na transferência da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, o colapso dos muros institucionais marcaram um aplainamento, uma horizontalização, dos circuitos de controle. Ou seja, o exercício imanente da disciplina ainda está presente e, mais que isso, se estende de forma rizomática pelos incontáveis caminhos e mecanismos subordinados ao controle. Os autores apontam, ainda, que neste processo, as forças sociais que subsidiam o capitalismo encontram-se em uma correlação cada vez mais intensa e coesa, compondo um processo de fortalecimento jamais visto dos mecanismos deste sistema. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 352).

Segundo Deleuze (1992), as sociedades disciplinares teriam atingido seu ápice na primeira metade do século XX, sendo instituídas nos grandes meios de confinamento, ou seja, locais onde seria possível “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares.” (DELEUZE, 1992, p. 219). A partir daí, Deleuze (1992) afirma que, conforme anunciado pelo próprio Foucault, este modelo teria entrado em declínio junto à crise dos meios de confinamento, perpetrada pelas “novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitaram depois da Segunda Guerra mundial”. Para Deleuze (1992, p. 215-216) as sociedades de controle já não são exatamente disciplinares, não funcionam com base no confinamento, mas em um “controle contínuo e comunicação instantânea”. Isso não significa o fim das prisões, escolas ou hospitais, mas indica que tais instituições encontram-se em crise e, em resposta a isso, o que tem sido

---

<sup>54</sup>O conceito aparece no “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle” (1992), publicado pela primeira vez em 1990.

<sup>55</sup> O texto foi publicado, em 1992, no livro *Conversações*, de Gilles Deleuze.

implantado, “são novos tipos de sensações, de educação, de tratamento.” Em substituição a uma disciplina que se pode gerir apenas na “duração de um sistema fechado”, as sociedades de controle estariam sendo constituídas pelas “formas ultra rápidas de controle ao ar livre”. (DELEUZE, 1992, p.220). Enquanto os confinamentos propostos pela disciplina podem ser entendidos como moldes, o controle se firma como modulação autodeformante que se reconfigura a cada instante. Neste contexto, as empresas ocupam o lugar e o papel das fábricas impondo um estado de perpétua instabilidade. “A empresa introduz o tempo todo uma rivalidade inexplicável como sã emulação, excelente motivação que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo.” (DELEUZE, 1992, p. 221). Neste novo regime, o símbolo da produção na sociedade disciplinar, representado por máquinas energéticas, seria substituído pelos computadores, dotados de uma linguagem cifrada. O essencial não é mais uma assinatura ou um número, mas uma cifra, ou seja, uma senha.

A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro – que servia de medida padrão -, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. (DELEUZE, 1992, p. 221).

Surge, assim, uma sociedade similar a uma empresa que só tem gerentes, na qual o marketing se anuncia como instrumento preponderante de controle. Nessa sociedade, o homem docilizado dá lugar ao homem endividado e os pobres se tornam demasiadamente numerosos para o confinamento, de modo que o controle não se estabelece apenas na dissipação das fronteiras, mas na “explosão dos guetos e favelas”. Desta maneira, mecanismos já superados de poder soberano podem voltar à cena em formas distintas de exercício da morte. (DELEUZE, 1992, p. 224-225). Essa hipótese deleuziana condiz com algo já enunciado por Foucault (1999, p. 310) quando o autor anuncia um desencadeamento do poder assassino na sociedade previdenciária e regulamentadora estabelecido, nesta reconfiguração, não apenas pelas mãos do Estado, mas de grande parte da sociedade. Um exemplo disso seria a condição do racismo que perpetra o direito de morte ao longo de toda história, não modificando sua estrutura mediante as mudanças na forma de exercício de poder, mas configurando aquilo que, posteriormente, Achille Mbembe (2018) abordará sob o conceito de *necropolítica*<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Abordado em livro de nome similar, *necropolítica* é um conceito que designa, na esteira do pensamento foucaultiano, uma possibilidade de exercício de poder em países periféricos que se deita sobre a morte.

Voltando ao tema da sociedade de controle, Pelbart (2011) afirma que ela se configura com base em mecanismos de controle mais difusos e flexíveis, móveis e imanentes, atuando de forma direta sobre corpos e mentes sem precisar de mediações que outrora se faziam necessárias, como as instituições disciplinares. A principal ferramenta para exercício do controle é a comunicação por meio da construção de redes de informação que internaliza no próprio sujeito um estado de “alienação autônoma”. (PELBART, 2011, p. 81). Reforçando esta ideia, Hardt e Negri (2014), apontam que na sociedade de controle, a extensão do biopoder para além das instituições disciplinares ocorre mediante a ‘democratização’ dos mecanismos de controle “cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprio do mando são assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.42). Isso porque, o exercício e a manutenção deste poder totalizante só é possível mediante um controle integral da vida abraçado pelos indivíduos. A sociedade é, então, por iniciativa própria, imersa nas estruturas de poder, sendo regida e reagindo “como um corpo só”. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 44). O poder passa a ser exercido através de máquinas atuantes sobre os cérebros por meio da formação de redes de comunicação e informação. “A fonte da normatividade imperial nasceu de uma máquina, uma nova máquina econômica-industrial-comunicativa - em resumo, uma máquina biopolítica globalizada.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 59).

De acordo com Hardt e Negri (2014) a globalização só alcançou tamanha amplitude mediante a importância da comunicação. Para os autores, a comunicação organiza o movimento de globalização estruturando-o em redes e determinando sentido e direção do imaginário que compõem as conexões comunicativas. E não se trata, como muitos acreditam, de uma atuação transcendente, mas imanente no sentido de ser firmada no interior das relações produtivas e sociais. A mediação é fagocitada pela máquina produtiva. “O poder enquanto produz, organiza; enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade. A linguagem medeia que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 51).

Analisando o conceito de Império como a conjunção de biopoder e sociedade de controle, Pelbart (2011) aponta que, nesse contexto, o poder deixa de ser apenas restritivo para encarregar-se positivamente da produção e reprodução da vida. De certa forma, não se trata de uma novidade, tendo em vista que já em Marx a submissão do trabalho ao capital era anunciada e, posteriormente, ampliada nos estudos da escola de Frankfurt quando se coloca, também, uma submissão da cultura e da *bios* social a estes ditames. Contudo, Pelbart (2011) afirma que o pensamento de Foucault e Deleuze observado por Hardt e Negri (2012), aponta para uma



submissão da economia, da cultura e da *bios* social não unificadas, mas que direcionam para a criação de pluralidades indomesticável. Ou seja, não se trata mais de uma massificação a ser disciplinada, mas de multiplicidades individuais (auto)controladas.

Observa-se, então, que o poder imperial não é exercido apenas sobre a economia, ou sobre a acumulação a nível global, mas ele tem a capacidade de se aprofundar, enraizando e dominando os mais profundos aspectos da sociedade mundial. As normas de regulação global são, portanto, estabelecidas nas profundezas da máquina imperial, no “coração da produção social”. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 60). Há, então, um meio de dominação imperial, chamado por Hardt e Negri (2014) de *éter* (ou *éter democrático*), que se assenta sobre uma produção e reprodução de subjetividades. “A administração das comunicações, a estruturação do sistema educacional, e a regulamentação da cultura aparecem hoje, mais do que nunca, como prerrogativas soberanas” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 368), entretanto, tudo isso “se dissolve no *éter*”. A comunicação não se encontra subordinada à soberania, ao contrário, muitas vezes a soberania aparenta se subordinar a um articulado sistema comunicacional.

Juntas, numa espécie de concerto ou convergência de várias formas de poder no Império, a guerra, a política, a economia e a cultura tornam-se afinal uma maneira de produzir a vida social em sua totalidade, e portanto uma forma de biopoder. Ou, expressando-nos de outra maneira, poderíamos dizer que no Império o capital e a soberania tendem a se sobrepor completamente.

Uma vez reconhecida essa convergência do biopoder, podemos ver que a soberania imperial é completamente dependente dos agentes sociais produtivos sobre os quais governa. Na realidade, a relação política de soberania torna-se cada vez mais semelhante à relação econômica entre capital e trabalho. Assim como o capital depende constantemente da produtividade do trabalho e portanto, embora seja antagônico, deva garantir sua saúde e sobrevivência, assim também a soberania imperial depende não só do consentimento como da produtividade social dos governados. Os circuitos de produtores sociais constituem o sangue que corre nas veias do Império, e se eles viessem a recusar a relação do poder, esquivando-se dela, ele simplesmente desmoronaria sem vida. A trilogia cinematográfica *Matrix* interpreta essa dependência do poder. A *Matrix* sobrevive não só por sugar a energia de milhões de seres humanos incubados, mas também por reagir aos ataques criativos de Neo, Morfeu e dos partidários de Sion. A *Matrix* precisa que sobrevivamos. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 419).

Para finalizar é preciso lembrar que “a teoria da constituição do império é a teoria do seu declínio.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 393).

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Relação entre o local e o global;
- Comunicação;

Sendo o conceito de Império fundamental para a compreensão da multidão como novo sujeito biopolítico, dedicou-se esta seção à análise desta nova ordem mundial que se configura por uma associação entre o biopoder e a sociedade de controle. Com formato totalizante, o Império tem como uma de suas principais características o rompimento das fronteiras em um processo que atravessa de um lado o fortalecimento da localização e, de outro, a exacerbação da globalização. Neste sentido, traça-se como tema de referência a *relação entre o local e o global*, vinculando-a especificamente às pautas defendidas pelas insurgências (pautas que tangenciam o poder imperial, como críticas ao capitalismo, ou pautas de referência territorializada). Para que esta integração seja possível, os autores destacam a importância da *comunicação*, e seu processo de evolução que apresenta as mídias e, principalmente, a internet, como viabilizadores e potencializadores da nova conformação mundial que potencializa grandes sistemas de influência e dominação global.

Quadro 9 - Temas de referência seção 3.8 *Império: biopoder, biopolítica e sociedade de controle*  
Fonte: Produzido pela autora.

#### 4 A legião multitudinária<sup>57</sup>

(...) desde a Antiguidade, o pensamento político baseia-se nas distinções entre o uno, o pouco e o muito. A multidão demoníaca rompe com todas essas distinções numéricas. Ela é ao mesmo tempo um e muitos. O número indefinido da multidão ameaça todos esses princípios da ordem. É coisa do demônio. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 187).

A queda do Muro de Berlim e os acontecimentos geopolíticos subsequentes motivaram não só análises a respeito da nova configuração capitalística, com a exploração de conceitos como os supracitados neoliberalismo e Império, mas também a criação de apostas em possíveis formas de reversão deste quadro, fomentadas por forças que viessem “por baixo”. Frente a totalidade e irreversibilidade dos fenômenos identificados como globalização, emergiu, entre as pujanças denominadas de resistência, a necessidade de repensar a luta a partir deste contexto, utilizando-se dele em favor de suas pautas. Essa possibilidade de subversão da lógica de globalização, ganhou vários nomes, como *globalização por baixo*, *antiglobalização*, *alterglobalização* ou, para Milton Santos<sup>58</sup> (2000) e Hardt e Negri (2012), *outra globalização*. Termos que designam processos globais de resistência ao estágio avançado do neoliberalismo mundialmente difundido.

Tomados de certa esperança, Hardt e Negri (2001, p. 15) indicam que apesar da amálgama de destruição e opressão que compõe o Império, os sujeitos não devem se deixar tomar de saudosismo por outros e anteriores modos de dominação<sup>59</sup>. Isso porque a transição para o Império e a globalização ofereceria novas possibilidade de libertação pautados, notadamente, na desconstrução da ideia da globalização como elemento unívoco e homogêneo, observando-a em suas mais diversas camadas e esferas tornando-se possível adentrar suas entranhas a fim de reorganizá-las, canalizando-as para novos objetivos. Assim, a multidão, força criadora do Império, poderia, também, constituir-se como gestação de um Contra-Império ou, em

---

<sup>57</sup> A introdução deste platô foi baseada no texto do artigo *Insurgir-se contra o Estado, incidir sobre o Estado: debate sobre as insurgências multitudinárias do século XXI*, escrito por Natacha Rena, Maíra Nobre e Henrique Porto. A abordagem exposta em sequência, cuja base é o livro *Multidão: guerra e democracia na era do Império* (HARDT; NEGRI, 2012) é de autoria própria.

<sup>58</sup> Milton Almeida dos Santos (1926 - 2001) foi um geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário brasileiro. É considerado um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX, sendo responsável por uma renovação da geografia ocorrida nos anos 1970 e se destacando dos estudos de urbanização do terceiro mundo e globalização.

<sup>59</sup> Os autores veem, apesar dos inúmeros problemas, o Império como um passo à frente dos modelos que o antecederam e negam qualquer possibilidade nostálgica de desejo de retorno à lógica de Estado-Nação buscando proteção contra o capital global. Se colocando em paralelo com Marx que afirmava ser o capitalismo um passo necessário e mais refinado no processo histórico, os autores defendem que, além de melhor, o Império representa um aumento no potencial de libertação social.

outras palavras, numa organização política alternativa capaz de subverter e reconfigurar os fluxos e intercâmbios globais. Ou seja, Hardt e Negri (2014) vêem, no seio do Império (ao qual não cabem as definições de dentro e fora) forças que seriam capazes de levá-lo à ruptura. De maneira análoga à concepção de Deleuze e Guattari de uma esquizofrenia como limite do capitalismo, a multidão é proposta como uma forma de organização social que compõe e tensiona o Império.

De acordo com a leitura dos autores, todas as revoluções e movimentos intensos de revolta, inspirando desejos de mudança e liberdade, apontaram no sentido da internacionalização e globalização das relações, superando o modelo nacional e colonial. A luta do proletariado, por exemplo, se baseia em uma integração global e supranacional que pode ser vista como precursora, neste sentido, da experiência multitudinária. Parte-se da união de todos os trabalhadores do mundo, na formação de uma identidade com base na sua constituição enquanto trabalhadores e não em sua nação. "A solidariedade internacional era realmente um projeto para a destruição do Estado-nação e a construção de uma nova comunidade global." (HARDT; NEGRI, 2014, p. 68).

A partir desta concepção de que a luta inicialmente operária e suas diferentes configurações funciona como precursora dos movimentos de globalização e formação do Império, os autores apresentam três ciclos fundamentais que se iniciam com (i) a criação da Primeira Internacional em 1848 - intensificado nas décadas seguintes com a formação de organizações políticas e sindicais socialistas, chegando a seu ápice com a Revolução Russa de 1905 -; (ii) da Revolução Soviética de 1917, que incitou uma progressão internacional de lutas; e (iii) a onda que se iniciou com a Revolução Chinesa e consolidou a disseminação mundial dos levantes de 1960.

Para os autores, esses ciclos internacionais de luta são o principal impulsionador para o desenvolvimento das instituições de capital. "O internacionalismo proletário, anticolonial e antiimperialista, a luta pelo comunismo, vivos nos mais poderosos eventos internacionais dos séculos XIX e XX, antecederam e prefiguraram os processos de globalização do capital e o nascimento do Império." (HARDT; NEGRI, 2014, p. 70). Assim, os autores afirmam que a emergência do Império "é uma resposta do internacionalismo proletário". Nesta afirmação há uma inversão de sujeitos por meio da qual o capitalismo deixa de ser produtor e se torna produto (ou apenas um consumidor) daquilo que foi produzido nas vísceras das lutas. Para o desenvolvimento da hipótese desta tese, apoiada na ideia deleuziana do capitalismo como quase causa, esta concepção apresenta-se, no mínimo, controversa ou passível de ser refutada, ainda que seja fundamental compreender como as forças, mesmo que dicotômicas atuam de forma conjunta.

Apesar deste viés precursor ilustrado pela luta operária e pelos supracitados ciclos, que seriam, na visão dos autores, totalmente ativos na reconfiguração do capital, foi apenas junto à sua última onda - aquela marcada pelos anos 1960 e que, notadamente se distancia da causa operária - que se configurou uma mudança intensa e mais abrangente tanto na organização global, quanto na dinâmica do capital por meio da constituição do Império. Assim, de acordo com Hardt e Negri (2014, p. 62) seria possível ver na formação desta ordem global e de suas redes, a *resposta* (grifado no original) a diferentes lutas que se constituíram ao longo da modernidade em oposição às vigentes máquinas de poder. “A multidão exigiu o nascimento do Império.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 62)<sup>60</sup>.

Dando sequência ao debate conformado entre a globalização e as lutas sociais, os autores lembram, tal como aponta Bauman (1999), que no seio deste novo momento de integração mundial, encontra-se uma controversa relação que se coloca entre local e global. Para o sociólogo, ao mesmo tempo que existe uma possibilidade jamais vista de superação das barreiras espaço temporais, posto que, com a *internet* é possível, em segundos, deslocar-se para os espaços mais longínquos, há um processo de territorialização que torna a localidade uma espécie de prisão na qual muitos estão fadados a viver.

Ou seja, existe, na era globalizada, uma tensão entre o local e o global que também se expressa em meio às lutas sociais. Para Hardt e Negri (2014, p. 63-65) a posição localista adotada por diversos movimentos apresenta-se simultaneamente falsa e prejudicial, já que, tende a abordar a questão de forma precária, tendo como base uma falsa dicotomia entre local e global. Aposto-se numa ideia de que o global produz homogeneização, enquanto no local a diferença seria preservada. Entretanto, este tipo de leitura acaba levando a um foco exacerbado nas relações e experiências da localidade, deixando de lado qualquer possibilidade de análise transescalar e, portanto, atacando, na maior parte das vezes, um inimigo “errado” ou menos expressivo em termos de consolidação e exercício do poder. Assim, os autores defendem que o inimigo, de fato, é o Império e que, além de não alcançá-lo, estas estratégias tendem a invisibilizar que no interior do sistema global encontra-se, justamente, a força para derrubá-lo. “Deveríamos abandonar, de uma vez por todas, a busca de um lado de fora, de uma perspectiva que imagine pureza para as nossas políticas.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 63-65).

---

<sup>60</sup> Neste ponto os autores corroboram com a ideia anteriormente citada de um processo híbrido de constituição das forças emergentes, principalmente nos anos 1960, por meio da qual Império e multidão são gerados de forma simbiótica e dependente. Retira-se, assim, uma imagem de pureza e heroísmo derramada sobre tais eventos, com destaque para Maio de 68, e potencializa-se, na contradição e multiplicidade, a compreensão deleuziana do “capitalismo como quase causa” que interrompe qualquer tentativa limitada de busca por uma origem ou causa, bem como de definição dos processos como exclusivamente produtivos ou apropriativos (pelo capital) como se essa distinção fosse possível.

No âmago do Império emerge não uma nova racionalidade, mas atos racionais distintos que “recusam a ordem hegemônica, propõem linhas de fuga e forjam outros itinerários alternativos.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 67). A multidão se configura, então, como um ator muito diferente do proletariado não apenas no modo de agir, mas também nos ideais, objetivos e concepções. Neste sentido, a multidão, no ocidente, opõe-se ao povo (associada à lógica da luta proletária), que se representa como uno e indissociável do Estado. “Não falamos dos muitos como se fala, abstratamente e à distância, de um Uno enquanto uniformidade — “pretume humano”. A multidão é uma multiplicidade que compreende inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma “identidade única.” (RENA, 2015, p. 36).

Além disso, conforme expõe Pelbart (2011) “a multidão, na sua configuração acentrada e acéfala, no seu agenciamento esquivo, também pode ser vista como oposto da massa.” (PELBART, 2011, p. 26). Se, por um lado, a massa se move em uma direção, tem um destino que expressa a igualdade entre seus entes, a multidão não tem destinação prévia, sendo preciso se atentar aos heterogêneos desejos. Ou seja, em sua configuração múltipla, a multidão se distingue do povo por não incorporar nenhum tipo de tendência a determinações e identidades nativistas e nacionalistas e, das massas, por não ser doutrinada e conduzida por narrativas totalizantes. Ao passo que o povo carrega em si uma imagem de unicidade ou redução das inúmeras diversidades populacionais a uma identidade unívoca, a multidão se compõe nas diferenças internas que não se anulam, mas caminham ao lado, opondo-se diretamente à ideia de identidade. Enquanto o povo atua na direção da soberania, a multidão é incapaz de governar. Ela é composta por um conjunto de singularidades, da diferença que se mantém diferente. A massa, por sua vez, também se distancia do povo pela impossibilidade de redução à unidade, e da multidão porque, apesar de composta por sujeitos distintos, não carrega em si a premissa da diferença e da singularidade, mas, ao contrário, da indiferença e anonimidade. Os componentes da massa são passivos e incapazes de agir por si, precisando ser conduzidos e, por isso, estando totalmente suscetíveis à manipulações externas. Em contrapartida, a multidão mobiliza sujeitos ativos que agem, com suas singularidades, em direcionamento àquilo que têm em comum. Se o povo pode ser caracterizado como componente de uma única cor e a multidão se expressa enquanto multicolorido, nas massas as diferentes cores se misturam e achatam gerando um cinza amorfo.

A multidão também não é uma religião, já que não está submissa a dogmas, nem prevê hierarquias. Nem mesmo pode ser pensada como um parlamento, por não necessitar de reguladores que a limitem; e nem como um exército, já que não apresenta um alvo direto que deve ser abatido. Mas, como lembra Rena (2015, p. 37), pode ser entendida como uma máquina

de guerra - segundo a concepção deleuziana e guattariana. A multidão não é uma classe identitária, nem mesmo possui uma margem fixa, ela é a potência do estar com, do fazer circular e compartilhar afetos, perpassando todos os espaços. Por fim, não se trata de um ente das tradições e costumes ou da cultura popular, por estar sempre sujeita a transformações e por sobrecodificar importantes camadas simbólicas, constituindo um vetor de afetos, linguagens e devires.

Assim como o aristocrata subversivo, a multidão nada tem de seu a salvaguardar senão sua potência constituinte e criadora. Ela não aponta para um tólos, para comunidades ensimesmadas, para divindades ou para um Estado. Ela não conforma partidos, classes e não compreende a idolatria. Seu tempo é o próprio devir, a criação. Ela emerge de uma conjunção de espíritos livres, e por isso a vontade de potência (ou o instinto de liberdade) é nela um elemento constituinte. Sua multiplicidade diz não à linearidade histórica, porque é uma conjunção de desejos menores multidirecionais. A multidão nunca é a estabilidade, o Leviatã, o contrato, o projeto, e sim a vida, o próprio devir múltiplo dos criadores. Ela é afeita a desterritorialização e suspende o assalto de suas riquezas na medida em que continuamente recoloca em fluxo sua criação." (RENA, 2015, p. 186-187).

Assim como se vê no esquizo um nomadismo como recusa da identidade, a multidão parte de uma aposta na *multiplicidade*, conforme concebida em Deleuze e Guattari (2011a; 2011b) como formação de um corpo social que não mais se apoia na concepção de massa, mas na formação de um caldo biopolítico no qual sobressai a diferença. É possível observar nesta aposta da multiplicidade estabelecida por Hardt e Negri (2012), diálogo intrínseco com a ideia de singularização proposta por Guattari e Rolnik (2011) abordada na seção 3.2 *Capitalismo mundial integrado: desejo e produção de subjetividade* desta tese. Assim, a multidão pode ser compreendida em Hardt e Negri (2012) como uma rede aberta e em expansão, na qual as diferenças possam ser expressas de forma livre no direcionamento para uma vida em comum.

A multidão é composta de um conjunto de singularidades - e com singularidades queremos referir aqui a um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade, uma diferença que se mantém diferente. (...) A multidão, contudo, embora se mantenha múltipla, não é fragmentada, anárquica ou incoerente. (...) A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que têm em comum. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 139-140).

Pelbart (2011) aponta que o conceito de Multidão é elaborado a partir de uma inversão do sentido pejorativo do biopoder e da biopolítica, considerando que no "corpo biopolítico coletivo" estariam localizadas a produção e reprodução da vida em um "misto de inteligência, conhecimento, afeto, [e] desejo". (PELBART, 2011, p. 83-84). O autor identifica que o próprio Foucault teria intuído a respeito desta possível inversão. Entretanto, foi apenas em Deleuze que

tal proposição ganhou maior robustez. Deleuze foi o responsável por elucidar que o *poder sobre a vida* acabaria contraposto ao *poder da vida*. Esta potência da vida equivale, em Pelbart (2011), à biopotência da multidão.

Resta o fato incontestável que a potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, afetação recíproca, produção de laço, capacidade de invenção, que é cada vez mais a fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo, debora a axiomática capitalística. Pois é também o lugar onde se gestam novas modalidades de insubmissão, de rede, de contágio, de inteligência coletiva, a exemplo dos engenheiros de informática que desenvolvem programas socializados gratuitamente, burlando as regras do copyright, ou de cientistas se rebelando contra o patenteamento de invenções por parte das multinacionais. Portanto, mesmo que o poder abrace a vida como um todo, intensiva e extensivamente, no avesso dessa integralização exaustiva aparece a potência biopolítica, a biopotência da multidão na sua desmesura. (PELBART, 2011, p. 84).

Para Pelbart (2011) a emergência multitudinária biopotente é marcada por uma modificação na forma de construção das lutas sociais contaminadas pela realidade rizomática imperial. Nesse sentido, as lutas que se opunham a este novo desenho de dominação deveriam ser intrinsecamente fluidas e desestruturadas, favorecendo uma lógica da imanência, da livre associação, dos fluxos criativos e desejanteres em oposição à estrutura rígida e verticalizada das organizações tradicionais militantes.

Frente à aposta multitudinária, Hardt e Negri (2012; 2014) vislumbram nas lutas que emergiam no contexto da formação do Império um caráter biopotente. Para os autores, trata-se do surgimento de uma nova qualidade de movimentos sociais que ao cruzar pautas de cunho econômico, político e cultural, incidiria sobre elementos da própria vida sendo, por consequência, biopolíticos. Atenta-se para o fato de que não se trata de um ciclo de lutas, mas da semente de um porvir, no qual novos espaços públicos e experiências de comunidades poderiam ser criados. Para os autores, os movimentos, apesar de localizados, com pautas relacionadas à questões específicas apresentaram, invariavelmente, elementos que tangenciavam problemáticas globais, atacando a constituição imperial em sua generalidade. A Praça Tiananmen (1989), a Revolta de maio de Los Angeles (1992), as greves francesas (1995) e sul-coreanas (1996) são expoentes citados pelos autores, por meio dos quais é possível realizar essa associação local-global. Em Los Angeles, por exemplo, apesar do foco em questões raciais e territoriais, pode-se observar um repúdio ao movimento pós-fordiano. Em Chiapas<sup>61</sup>, por sua vez, às questões específicas relacionadas à representatividade frente ao Estado Mexicano, era somada uma crítica iminente ao regime social imposto pelo Nafta. Por fim, as greves de Paris, de cunho trabalhista,

---

<sup>61</sup> A Revolução Zapatista realizada em Chiapas (1994) será abordada de forma mais aprofundada na seção 9.1.1 *A Multidão em gestação: insurgências entre 1990 e 2007*.



reivindicavam uma nova concepção do que é público, criticando, também, o projeto de globalização capitalista.

Os autores ressaltam que por serem circunscritas a suas realidades e enfrentamentos locais, essas lutas seriam impedidas de “viajar horizontalmente” de modo a formar um ciclo global de contestações à autoridade imperial. Em vez disso, as lutas seriam forçadas a uma “expansão vertical”, capaz de tocar questões críticas na escala do Império e, por isso, seriam embriões de uma luta biopotente em busca de uma alternativa real. Nesse sentido, Hardt e Negri (2014, p. 75) colocam a necessidade de fortalecer a comunicação e reconhecimento mútuo entre estes movimentos, produzindo uma linguagem cosmopolita e, principalmente, o reconhecimento de seu inimigo comum: a autoridade imperial. Talvez o levante ocorrido em Seattle<sup>62</sup>, nos EUA, em 1999, tenha sido um dos primeiros passos na direção de lutas inerentemente globais. As manifestações, conhecidas como “batalha de Seattle” foram realizadas como forma de oposição à realização da cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) na cidade, tendo como objetivo paralisar as negociações, buscando dismantelar a agenda neoliberal. As passeatas eram identificadas com o movimento antiglobalização e defendiam a pauta de uma *revolução global*. Além disso, aprofundando uma tendência inaugurada pelos Zapatistas em Chiapas, o levante norte-americano passa a utilizar a *internet* como forte elemento de luta, fundando, naquele momento, uma articulação entre redes e ruas, muito cara aos movimentos vindouros.

Ou seja, há dois elementos centrais na configuração das lutas multitudinárias que as tornaram, segundo a aposta dos autores, de fato potentes: o reconhecimento do Império como o grande inimigo e a realização de uma ampla e eficiente comunicação que permitisse a realização de agenciamentos potentes em rede. Entretanto, existiu, já na concepção do livro *Império*, a compreensão de Hardt e Negri de que essas lutas têm suas intensidades específicas e, sendo imanente aos processos de desenvolvimento do poder imperial, se configuram como parte dos próprios métodos de globalização. De forma que o Império, invariavelmente irá atuar ativamente em suas configurações enfeitando-as, tornando-as passivas e as moldando. Reconhecendo-as, assim, não necessariamente como inimigos, mas como “oportunidades de recalibrar os próprios instrumentos do Império.” (HARDT; NEGRI, 2014, p.78). Assim, o Império pode ser explicado pela metáfora da água de duas cabeças que surgiu durante a dominação Austro-húngara. Mas aqui, elas não olham para fora, olham para dentro e se atacam.

---

<sup>62</sup> A Batalha de Seattle (1999) será abordada de forma mais aprofundada na seção 9.1.1 *A Multidão em gestação: insurgências entre 1990 e 2007*.

A primeira cabeça da águia imperial, é uma estrutura jurídica de poder constituído, construído pela máquina de comando biopolítico. O processo jurídico e a máquina imperial estão sempre sujeitos a contradições e crises. Ordem e paz - os ilustres valores que o Império propõe nunca podem ser alcançados mas, apesar disso, voltam a ser propostas continuamente. (...) A contínua ampliação do Império e a constante pressão para aderir cada vez mais de perto à complexidade e profundidade do reino biopolítico forçam a máquina imperial, quando ela parece resolver um problema, a criar continuamente outros. (...) A outra cabeça da águia imperial é a multidão plural de subjetividades de globalização produtivas e criadoras, que aprenderam a navegar nesse mar imenso. Elas estão em movimento perpétuo, e formam constelações de singularidades e eventos que impõem contínuas reconfigurações globais no sistema. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 79).

Entretanto, é necessário alertar as limitações desta metáfora, tendo em vista que ela coloca as duas cabeças da águia em pé de igualdade, mas no caso da relação Império-multidão, existem descontinuidades hierárquicas, por meio das quais a multidão é submetida à máquina imperial e coloca-se continuamente em tensão pelo “novo Leviatã”. Neste processo de tensionamento, Hardt e Negri (2014, p. 80) apostam na possibilidade de uma inversão da força das cabeças e a multidão, por meio de sua potência criativa que sustenta o Império, seria capaz de sobrepor-se a ele. Em resposta, o Império, como um vampiro, sobrevive de sugar a produtividade multitudinária reduzindo constantemente sua força revolucionária.

Seria preciso, então, atravessar o Império e sair do outro lado. Mas seria isso possível? Na configuração desta incitação, Hardt e Negri (2014, p. 226) recorrem à Deleuze e Guattari, sustentando que mais eficiente que resistir ao capitalismo seria acelerar seus processos avançando, cada vez mais rápido sobre os movimentos de mercado, descodificação e desterritorialização. Deste modo acredita-se que o Império poderia ser de fato questionado e levado a extremos que superam seus limites de atuação em dado momento. Assim, retorna-se à aposta de intensificação e apropriação dos processos de globalização criando uma “contra-globalização” associada ao um “contra-Império”. A razão primeira da associação global incide no fato de que propostas realizadas de forma isolada e que não se sustentem em uma batalha contra o “grande inimigo” estariam fadadas a se tornar uma espécie de gueto<sup>63</sup>.

Na esteira do pensamento do Império como totalidade e como grande inimigo, os autores apontam a necessidade de “ser contra” sempre e em todo lugar. Contra todo posicionamento político (eles incluem até mesmo a democracia como possibilidade nesse arcabouço),

---

<sup>63</sup> Diante desta concepção, acredita-se, conforme será indicado adiante (mais intensamente no platô 7 *Participação Social e Desenvolvimento Territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*), que o império conduz as lutas a estes modelos, ou até mesmo, as produz, com o intuito de manter-se sempre resguardado de mobilizações que, de fato, se oponham ao seu poder.

posicionando-se de forma permanentemente ativa e combativa. Isso porque, recorrendo à Deleuze (quando o mesmo se aprofunda nos dizeres de Wilhelm Reich), não faz sentido perguntar contra o que as pessoas se revoltam, sendo que exploradas cotidianamente, há sempre algo que suscite revolta, mas, ao contrário, porque elas não assumem este posicionamento a todo tempo.<sup>64</sup> Sendo, portanto, necessário, delinear de forma “correta” quem seria o alvo desta indignação constante e, concomitantemente, organizar as forças nômades desejosas no sentido de construção de uma nova maneira de viver no mundo. "Aqueles que são contra, enquanto escapam das coações locais e particulares da condição humana, precisam também tentar continuamente construir um novo corpo e uma nova vida." (HARDT; NEGRI, 2014, p. 234). Constitui-se, assim, em Hardt e Negri, o comum como a criação máxima da potência multitudinária.

Para atuar na multidão em direção ao comum é necessário um corpo bárbaro (como Indicaria Nietzsche) e incapaz de se adaptar à vida familiar, à disciplina fabril, às normas sexuais. Um corpo que não se submete e encontra-se em constante recusa. Um homem produzido pela arte e pelo conhecimento, ou, como bem diria Spinoza (citado por Hardt e Negri - 2014, p. 236) “um corpo poderoso produzido pela mais alta consciência inspirada no amor”. Não se tratando, assim, de uma mera e vazia recusa, mas da mais latente capacidade produtiva (no âmbito mais criativo que isso possa alcançar) da multidão.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Tendo em vista a necessidade e justificativa plausível de movimentos “contra” constante, acredita-se ser necessário questionar porque, em determinados momentos há este movimento de indignação e, em outros, de gravidade superior, permanece a apatia. O Brasil configura-se como caso icônico neste contexto se pensada a amplitude das manifestações de 2013 e o silêncio duradouro dos protestos ao longo dos anos de governo Bolsonaro. Esta inquietação será posta de forma mais latente ao longo da PARTE III desta tese.

<sup>65</sup> Esta concepção leva a questionamentos importantes a respeito dos eventos que os autores, no livro *Declaração*, instituem como multitudinários. Destacando particularmente os eventos de Junho de 2013, a serem abordados na PARTE III desta tese, busca-se, no íntimo das manifestações, os corpos pulsantes a criarem o comum. Não excluindo a camada festiva, afetiva e inventiva, mais precisamente carnavalesca dos atos, questiona-se a sobreposição constante das negativas e da contestação difusa e vaga sobre a criação de novos modos de vida. Não excluí-se, de modo algum intensos e inegáveis impactos existenciais que a participação naquela experiência gerou em muitas pessoas, entretanto, pensando a construção do comum em seu âmbito (único) e eminentemente coletivo, torna-se necessário perguntar a respeito desta produção em meio ao que aparentemente configuraria uma multidão.

### Quadro 10 - Temas de referência seção 4 *A legião multitudinária*

#### TEMAS DE REFERÊNCIA

- Tempo;
- Intensidade;
- Estrutura;
- Liderança;
- Diversidade;
- Amplitude de pautas;
- Apropriação do espaço;
- Integração entre o local e o global;
- Táticas;
- Estratégias;
- Referências.

Apesar de se tratar de uma introdução ao platô, a apresentação da multidão enquanto conceito e aposta traz várias informações pertinentes à análise complexa e controversa que se pretende realizar acerca das Jornadas de Junho. A raiz da multidão posta entre a dominação imperial e a possibilidade de uma linha de fuga, relaciona diretamente este platô ao debate entre capitalismo e esquizofrenia proposto na seção 3.1 *O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejante e à esquizofrenia dos anos 1960* - apresentada como um primeiro passo para a compreensão da produção desejante, fundamental para a realização da cartografia dos levantes multitudinários.

Dentre as pistas encontradas para a composição dos temas de referência emergentes na seção, destaca-se, primeiramente, a multidão como um enxame, trazendo diretamente o *tempo de duração dos protestos, sua intensidade, sua estrutura e a presença ou ausência de uma liderança clara* como elementos que devem ser observados. A *diversidade* (que irá compor os temas de referência da próxima seção) atravessada por uma *amplitude de pautas* (marcada por sobreposições e atravessamentos da diferença), também se tornam referências importantes. Além disso, Hardt e Negri (2012) destacam as novas e inventivas experiências de *apropriação do espaço* como um dos principais elementos que configuram as ações multitudinárias - elementos estes que aparecerão de forma mais evidente enquanto tema de referência na seção 6.2.3 *Ocupar para manifestar: a atuação dos coletivos contemporâneos na composição das lutas sociais*. Retoma-se, ainda, a supracitada importância da *integração entre o local e o global* como elemento central dos movimentos multitudinários, que viajam tanto horizontalmente quanto verticalmente, reforçando sua referência. Por fim, destaca-se a necessidade de se atentar às *táticas e estratégias* que configuram as ações multitudinárias. Existem estratégias ou somente táticas? Neste sentido, as *referências* entram em ação como subcategorias configurando atores humanos individuais e coletivos que influenciam, de forma mais direta, as decisões a serem tomadas ao longo dos levantes.

Fonte: Produzido pela autora.

#### 4.1 A aposta multitudinária como projeto do comum

O conceito de multidão, central a este texto, foi criado por Hardt e Negri (2012 [2005]) em livro homônimo, parte da trilogia que se inicia com *Império* (2014 [2000]) e finaliza com *Bem-estar Comum* (2009 [2009]). Tendo em vista que tanto a formulação do conceito quanto possíveis atualizações são o fio condutor desta tese, dedica-se a seção atual a um debruçar-se sobre o

livro *Multidão: guerra e democracia na era do Império* para que, posteriormente, seja possível abordar desdobramentos acerca de sua concepção.

O livro *Multidão* conta com três grandes capítulos, (i) *Guerra*; (ii) *Multidão*; e (iii) *Democracia*, divididos (cada um deles) em três subcapítulos e aborda, como apontam os próprios autores, não só a multidão como uma aposta biopolítica conceitual de tensionamento do Império, ainda que com todas suas controvérsias, mas como uma possibilidade real de ruptura dessa ordem por meio de uma ação “demoníaca” da multiplicidade legionária como fim de um agenciamento uno. “O projeto da multidão não só expressa o desejo de um mundo de igualdade e liberdade, não apenas exige uma sociedade global democrática que seja aberta a inclusiva, como proporciona os meios para alcançá-la.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 9).

Para explicar um dos principais pilares da ordem imperial na qual se insere a multidão, o conceito de guerra como algo inerente à modernidade e contemporaneidade e, mais que isso, impedor da democracia, é agenciado como realidade inquestionável. A guerra é entendida por Hardt e Negri (2012) como estado essencial e permanente do Império funcionando como seu principal instrumento de domínio sendo, portanto, global e indeterminável. A democracia, por sua vez, tida como frustrada no contexto imperial e neoliberal, aparece como um horizonte para a multidão por meio da construção do comum.

Tendo a guerra como o primeiro elemento a ser debatido no livro, ressalta-se que a emergência do Império fez modificar a configuração deste fenômeno, diferenciando-o da forma como era dado na modernidade. A dissolução das fronteiras nacionais em favor da construção de uma soberania global é elemento fundamental para a compreensão de uma modificação no perfil, por exemplo, das guerras civis que, hoje, não podem mais ser percebidas no restrito contexto e espaço dos Estados nacionais. Deu-se fim à ação do direito internacional em relação às guerras e, atualmente todos os conflitos realizados com o uso de armas ao longo do planeta, “sejam frios ou quentes - na Colômbia, em Serra Leoa, ou em Aceh, entre israelenses e palestinos, entre indianos e paquistaneses, no Afeganistão e no Iraque -, devem ser consideradas como guerras civis imperiais, mesmo quando verifica-se o envolvimento de Estados.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 22). Entretanto, não é certo que todos estes conflitos, em suas localidades, sejam elementos de mobilização do Império, mas o que os caracteriza como parte dele é sua emergência no seio do sistema imperial global “condicionando-o e sendo por ele condicionado”. Assim, as guerras, ainda que localizadas, não podem ser encaradas como únicas e nem percebidas de forma isolada, mas analisadas frente à constelação formada pelos diversos

conflitos de ordem planetária que, invariavelmente se relacionam em diferentes graus.<sup>66</sup> (HARDT; NEGRI, 2012, p. 22). “No lugar dos combates totais em larga escala, as superpotências

---

<sup>66</sup> Até a atualidade a ONU realizou aproximadamente 70 “Missões de Paz” em todo o mundo, podendo-se listar: 1956 a 1967 - Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I); 1958 Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNOGIL); 1960 a 1964 - Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC); 1962 a 1963 - Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas em Nova Guiné Ocidental (UNSF); 1963 a 1964 - Missão de Observação das Nações Unidas no Iêmen (UNYOM); 1965 a 1966 - Missão de Observação das Nações Unidas para a Índia-Paquistão (UNIPOM); 1973 a 1979 - Segunda Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF II); 1988 a 1990 - Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas no Afeganistão e Paquistão (UNGOMAP); 1988 a 1991 - Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Irã e Iraque (UNIIMOG); 1988 a 1995 - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM); 1989 a 1990 - Grupo de Assistência à Transição das Nações Unidas (UNTAG); 1989 a 1992 - Missão de Observação das Nações Unidas na América Central (ONUCA); 1991 a 1992 - Missão Avançada das Nações Unidas no Camboja (UNAMIC); 1991 a 1995 - Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL); 1992 a 1993 - Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (UNTAC); 1991 a 2003 - Missão de Observação das Nações Unidas para Iraque e Kuwait (UNIKOM); 1992 a 1994 - Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ); 1992 a 1993 - Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I); 1992 a 1995 - Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR); 1993 a 1994 - Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL); 1993 a 1994 - Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda-Ruanda (UNOMUR); 1993 a 1996 - Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR); 1993 a 1995 - Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II); 1993 a 1996 - Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH); 1993 a 2009 - Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG); 1994 a 1996 - Operação das Nações Unidas para Restauração da Confiança na Croácia (UNCRO); 1994 a 1994 - Grupo de Observação das Nações Unidas na Faixa de Aouzou (UNASOG); 1994 a 2000 - Missão de Observadores das Nações Unidas no Tajiquistão (UNMOT); 1995 a 1999 - Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas (UNPREDEP); 1995 a 2002 - Missão das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina (UNMIBH); 1996 a 1998 - Administração Transitória das Nações Unidas para a Eslavônia Oriental, Baranja e Sirmia Ocidental (UNTAES); 1996 a 1997 - Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH); 1996 a 2002 - Missão de Observadores das Nações Unidas em Prevlaka (UNMOP); 1997 a 1997 - Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA); 1997 a 1999 - Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA); 1997 a 2000 - Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH); 1998 a 1999 - Missão de Observação das Nações Unidas em Serra Leoa (UNOMSIL); 1998 a 2000 - Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINURCA); 1999 a 1999 - Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET); 1999 a 2002 - Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET); 2000 a 2008 - Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE); 1999 a 2010 - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO); 2002 a 2005 - Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (UNMISSET); 2012 a 2012 - Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS); 2004 a 2007 - Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB); 2004 a 2017 - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH); 2006 a 2012 - Missão Integrada das Nações Unidas em Timor Leste (UNMIT); 2007 a 2010 - Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e no Chade (MINURCAT); 2003 a 2018 - Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL); 2004 a 2017 - Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI); 2005 a 2011 - Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS); 2007 a 2020 - Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID); 2017 a 2020 - Missão das Nações Unidas para Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH); 1948 até a atualidade - Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO); 1949 até a atualidade - Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Índia e Paquistão (UNMOGIP); 1964 até a atualidade - Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz no Chipre (UNFICYP); 1974 até a atualidade - Força das Nações Unidas de Observação da Separação (UNDOF); 1978 até a atualidade - Força Provisória das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); 1991 até a atualidade - Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO); 1999 até a atualidade - Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK); 2010 até a atualidade - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO); 2011 até a atualidade - V=Força Interina de Segurança das Nações Unidas para

começaram a se envolver em ações policiais de alta intensidade, como o envolvimento americano no Vietnã e na América Latina e dos soviéticos no Afeganistão." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 66). A guerra torna-se, então, uma condição geral de violência letal enquanto potencialidade cotidiana, estando posta, conforme indicado por Thomas Hobbes e citado por Hardt e Negri (2012), não necessariamente nos combates diretos, mas em sua constante iminência. Trata-se de um clima de guerra, ou, recorrendo ao vocabulário dos autores, de *um estado de guerra global* que torna indistinguível os momentos de guerra e paz, ou melhor, no qual a paz habita o terreno utópico de uma narrativa imperial dominadora. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 23).

A emergência da ONU tem papel fundamental nesse processo (predominantemente) discursivo da concepção de paz. Na Liga das Nações Unidas a ideia de paz perpétua foi instaurada como justificativa para a dissolução dos Estados-nação (naquele momento responsabilizados pelos constantes atos de guerra e disputas territoriais) em direção a um mundo globalizado no qual o rompimento das fronteiras asseguraria uma configuração pacífica em todo o planeta. Entretanto, tal discursividade não se tornou realidade. Ao contrário, o que se observa hoje é um terreno de indistinguibilidade entre guerra e paz, no qual o direito internacional foi solapado e a guerra instaurada como estado perpétuo. Enquanto o antigo direito internacional se baseava em uma estrutura de nações soberanas, e defesa dos povos, a “nova justiça imperial” objetiva “a destruição dos direitos e da soberania dos povos e nações, através de práticas jurídicas supranacionais.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 53). Mesmo sendo notória a atuação enviesada do direito internacional enquanto ferramenta de domínio de parte dos Estados-nação, o que é posto aqui não é um saudosismo dessa postura, mas a denúncia de que a chamada justiça global, embora apoiada sobre um discurso de “bem universal”, segue fomentadora das hierarquias mundiais e dos interesses imperiais. Segundo Hardt e Negri (2012), enquanto esta estrutura jurídica mundial se apoiar nas determinações da ONU e demais instituições multilaterais, as bases hierárquicas de dominação global não serão minimamente abaladas.

Os autores entendem a configuração da guerra no contexto imperial como uma outra guerra mundial que desconhece qualquer limite espacial e temporal. Quando, por exemplo, os EUA declaram guerra ao terrorismo, fica claro que tal determinação se estende a toda e qualquer população que, aos seus olhos, pratique alguma atividade terrorista. Além disso, tal modelo de guerra não tem fim, pois implica um exercício contínuo de poder, sendo impossível que haja

---

Abyei (UNISFA); 2011 até a atualidade - Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS); 2013 até a atualidade - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA); 2014 até a atualidade - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA).

algum vencedor, existindo, apenas, uma experiência diária de violência. É neste sentido que recorre-se ao supracitado conceito de guerras justas que se ampara numa visão pré-definida de justiça para universalizar a guerra mediante a determinação do que é o “mal” e incorporação deste conceito de “mal” a um inimigo pré e estrategicamente definido. Ou seja, neste contexto, a conceituação de justiça acaba se amparando em um discurso estratégico de moralidade e deixando de lado as determinações jurídicas internacionais.

Um dos principais expoentes deste modelo de guerra, que provavelmente o tenha instaurado em sua configuração estabelecida no século XX, foi a Guerra Fria. Isso porque este confronto pode ser compreendido como uma nova tecnologia de enfrentamento na qual vários conflitos de baixa intensidade eram estabelecidos por todo o mundo. O que faz desta Guerra um modelo de “guerra justa” não é a possibilidade de destruição das “ameaças soviéticas”, mas sua capacidade de contê-las. Neste contexto, então, entende-se a expansão da guerra justa não mais como, tradicionalmente, um evento com cunho moral, mas um movimento de discurso moralizante por meio do qual é possível manter um constante estado de guerra. Estado este que, para alguns autores, determina a derrocada do Estado de bem-estar social em favor de uma configuração de tolerância zero na qual, ao contrário dos discursos liberal moderno e neoliberal, qualquer tipo de liberdade civil e social é substituído pela guerra geral. A violência, nestes casos, passa a ser tolerada enquanto exercer um papel de interesse à ordem imperial. No momento em que deixar de proporcionar a ordem, a violência perde sua legitimidade. Fica claro, então, que a manutenção do Império depende não apenas do constante estado de guerra, mas também da existência permanente de um inimigo.

Recorrendo ao pensamento foucaultiano, Hardt e Negri (2012) afirmam que o discurso da “paz universal” como elemento constituinte da situação bélica permanentemente iminente, acaba levando a uma nova configuração das guerras que, cada vez mais silenciosas, são alocadas tanto sobre os sistemas econômicos mundiais, quanto sobre o mais íntimo do homem, atuando, inclusive no âmbito da sexualidade. Ou seja, como braço modelador da máquina biopolítica imperial, a guerra se transforma em um agenciador da própria vida sendo um dispositivo inerente a todas as relações de poder e técnicas de dominação, envolvendo ou não, direta ou indiretamente, a morte. Destaca-se que o caráter biopolítico da guerra alcançou um momento ímpar com o desenvolvimento das tecnologias bélicas nucleares (mais precisamente no dia 26 de maio de 1972), por meio das quais não se colocava mais em jogo a vida de determinados povos ou nações, mas a existência de todo o planeta. Assim, numa administração biopolítica extrema, a morte assume um lugar jamais visto.



Esta guerra imperial do biopoder encontra-se, inegavelmente, imersa em uma série de condicionantes econômicas (tal qual todas as guerras) e atua em uma ampliação na produção industrial tanto de caráter material quanto imaterial, chegando ao ponto de que hoje o controle militar se estabelece quase que totalmente por meio de tecnologias de informação. Na guerra inserida no contexto do biopoder, os soldados não estão incumbidos apenas de matar, mas precisam dominar subjetivamente as populações conquistadas estabelecendo normas jurídicas, políticas e de segurança a serem cumpridas. E, nesse sentido, as novas tecnologias aparecem como dispositivos fundamentais. É por meio delas que as estratégias avançadas de guerra estão se colocando num ponto de "descorporização", ou seja, os militares munidos de armas e tecnologias, têm conseguido atacar seus oponentes a distâncias cada vez maiores sem perder seu poder de precisão e letalidade. Assim, a guerra torna-se "virtual do ponto de vista tecnológico e incorpórea, do ponto de vista militar". (HARDT; NEGRI, 2012, p. 73). Instaura-se, então, aquilo que pode ser entendido como guerra assimétrica, ou seja, um conflito desigual no qual, enquanto os soldados das potências mundiais - cujo principal exemplo pode ser amparado nos EUA - se lançam a uma disputa sem corpos, seus oponentes estão corporalmente presentes para o exercício da morte. Essa assimetria é fundamental para a manutenção do estado generalizado de guerra, já que, apenas um dos grupos envolvidos têm motivo para pleitear o fim do conflito. "Que incentivo terá um poder para pôr fim a uma guerra quando não chega a sofrer com ela?" (HARDT; NEGRI, 2012, p. 76). Esta nova configuração das guerras, invisível e silenciosa, corrobora diretamente com aquilo que se entende por guerras não convencionais, ou seja, conflitos de baixa intensidade que se encontram numa "zona cinzenta" entre a guerra e a paz. As missões atribuídas aos militares alternam entre fazer a guerra e fazer a paz, manter a paz, impor a paz ou construir uma nação - e às vezes é com efeito difícil saber a diferença em cada uma delas." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 83).

A principal estratégia deste tipo de guerra é, então, um controle totalizante sobre a vida exercido pelas nações dominadoras. Entretanto, existem registros de países mais vulneráveis que tiveram sucesso nos conflitos assimétricos, sendo, a guerrilha, historicamente, a forma mais comum de alcançar a vitória nessas situações. Um expoente de sucesso nesses conflitos não convencionais é o Vietnã que, em 1975, levou os EUA a uma drástica derrota. Ao opor-se à estratégia cinzenta de sobreposição entre guerra e paz, os vietnamitas adotaram outra estratégia, também cinzenta, composta por uma hibridação entre componentes militares e civis. Nesta forma associativa e de configuração rizomática, qualquer um pode ser um "soldado" e por isso a guerra se faz genérica e o conflito se apoia não mais no âmbito militar, mas biopolítico, modificando

profundamente as estratégias de organização e ação que passam a se desenhar sobre a estrutura de uma rede quase invisível e, portanto, difícil de ser destruída.

De forma geral, a configuração do bloco comunista durante a Guerra Fria era, em si, um elemento inovador, já que, para os EUA, tratava-se de um inimigo híbrido que contava com características arbóreas representadas pelos Estados comunistas como a URSS, China, Cuba e pelo Vietnã, e também rizomáticas, simbolizadas pelos diversos partidos, sindicatos, exércitos revolucionários e outras organizações. "A rede comunista era potencialmente ubíqua, mas ao mesmo tempo fugidia e efêmera." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 87).

Atualmente é possível ver uma forma ainda mais refinada deste tipo de organização: a rede terrorista, que encontra-se totalmente desterritorializada, realizando investidas inesperadas e invisíveis. As redes podem estar ativas e, em qualquer momento, desaparecer no ar, para que depois voltem com uma aparência completamente distinta da inicial. "A rede disseminada pode ser concebida como um enxame de abelhas ou um formigueiro - uma multiplicidade aparentemente amorfa que pode atacar de todos os lados num único ponto ou dispersar-se no ambiente, tornando-se quase invisível." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 88-89).

Assim, fica claro que as forças revolucionárias modificaram seu modo de atuação ao longo do século XX perpassando um modelo militar centralizado, posteriormente uma configuração guerrilheira, para então adentrar o terreno das refinadas e aprofundadas configurações rizomáticas. O rizoma aparece, então, como um definidor dessa nova forma potencialmente (e não necessariamente) resistente, chamada multidão. E é, justamente, este desenho uma das principais características que a diferencia de outras resistências como as configuradas pelas ações do povo e da massa. Acrescida à multiplicidade inerente à multidão, esta diferenciação acaba se tornando fundamental para que seja possível entender em que se configura esta aposta biopolítica realizada por Hardt e Negri (2012).

Não é à toa que, adentrando o terreno conceitual da multidão, os autores se preocupam em distingui-la do povo e da massa, pois, assim, conseguem mostrar o distanciamento entre o conceito por eles gestado e a concepção de classe operária. Diferenciando-se tanto em termos de contexto histórico, entre o fordismo e o pós-fordismo, quanto em uma perspectiva que tangencia uma disputa entre formatos e ideologias distintos. Assim, a multidão é entendida como uma classe composta por todos os trabalhadores, sejam industriários ou não, enquanto a classe operária não apenas se distingue dos proprietários do capital, mas se restringe ao grupo vinculado à produção fabril, afastando-o dos demais trabalhadores, gerando categorias diferenciadas e incomunicáveis de sujeitos atuantes marcadas pela amálgama incompatibilizante da identidade. A multidão, enquanto conceito aberto que se enquadra na realidade de um mundo

globalizado que tende à imaterialidade, se assenta sobre os vários tipos de produção, seja ela econômica, social ou de formas de vida. E, por isso, a multidão é composta pelos mais diversos indivíduos ou grupos sociais, sendo articulada nos agenciamentos coletivos, criativos e pulsantes da nova configuração de sujeitos sociais que a compõem.

É preciso explicar, entretanto, que essa tendência contemporânea a um trabalho imaterial, marcado pela produção de conhecimento, imagens, informações e afetos, não significa o fim das produções materiais. Não quer dizer que inexistam uma classe operária industrial trabalhando em máquinas, que o trabalho agrícola tenha se findado e, nem mesmo, que a proporcionalidade desses trabalhadores tenha reduzido em escala mundial. O que quer dizer é que, ainda que os trabalhadores imateriais representem uma porcentagem significativamente inferior no campo da produção, eles ocupam um espaço de tendência a expansão e, mais que isso, de transformação profunda tanto nas relações de trabalho, que agora também se inserem em uma configuração de redes e rizomas, quanto nas sociais. Pensando a interferência direta entre esta forma de trabalho e a esfera íntima da vida, tangenciando elementos como a dissolução do tempo de dedicação e a indistinguibilidade entre estes dois elementos (trabalho e vida), observa-se que esta configuração pode ser também compreendida como a esfera biopolítica do trabalho, na qual a produção e a reprodução se dão constantemente sobre a subjetividade. Esta reconfiguração do trabalho é, também, elemento fundamental para o surgimento da multidão como essa nova (possível) força revolucionária.

A atual recomposição global das relações sociais, a hegemonia do trabalho imaterial e as formas de tomada de decisão baseada em estruturas de rede modificaram radicalmente as condições de qualquer processo revolucionário. A tradicional concepção moderna da insurreição, por exemplo, definida basicamente nos numerosos episódios ocorridos entre a Comuna de Paris e a Revolução de Outubro, caracterizava-se por um movimento da atividade insurrecional das massas para a criação de vanguardas políticas, da guerra civil para a construção de um governo revolucionário, da construção de organizações de contrapoder para a conquista do poder de Estado e da abertura do processo constituinte para o estabelecimento da ditadura do proletariado. Essas sequências de atividades revolucionárias são inconcebíveis hoje em dia, ocorrendo em contrapartida uma redescoberta da experiência da insurreição, por assim dizer, na carne da multidão. Pode ser que a atividade insurrecional não se divida mais nessas etapas, desenvolvendo-se simultaneamente. (HARDT; NEGRI, 2012, p.103-104).

De acordo com Hardt e Negri (2012) essa mudança no modo de insurgência tem suas bases nos já abordados acontecimentos dos anos 1960 e, principalmente, em 1968, concomitante às supracitadas modificações nas estruturas mundiais de trabalho, sociedade e economia. O rápido processo de urbanização é primordial neste contexto e as novas condições pós-fordistas acentuavam progressivamente suas características de produção biopolítica, não só pela

observada conquista no campo das subjetividades, mas também por compreender a necessidade de criação de novos circuitos de comunicação e formas sociais de interação.

Para os autores, a multidão, herdeira dos anos 1960, mas presente de forma mais significativa a partir da década de 1990, coloca a resistência em um diferente patamar pautado, sobremaneira, na conectividade e na flexibilidade. Os movimentos característicos deste período, como a Revolução Zapatista ou as Batalhas de Seattle, podem ser vistos como uma semente daquilo que pretensamente se configuraria a partir dos anos 2000, com a composição de um corpo pleno articulado em rede que direcionaria, segundo tal aposta, em uma reconfiguração da democracia em vistas para um novo projeto caracterizado pelo comum.

Entretanto, apesar de considerar o surgimento da multidão no seio do Império, ou seja, no final do século XX, e sua maior manifestação no ciclo de lutas de 2011, destaca-se que tanto conceitual, quanto imaginativamente, a multidão vem sendo criada desde a emergência das metrópoles. E é exatamente isso que Rena (2015, p. 33) traz quando afirma que “de Spinoza a Deleuze, de Rousseau a Marx, de Nietzsche a Heidegger, de Bataille a Nancy (...) de Wordsworth a Thelwall, de Balzac a Baudelaire, de Dostoiévski a Drummond” o pensamento moderno foi forjado em constante confronto com a multidão e a “consustanciação entre a singularidade e a pluralidade que ela suscitou”. Trata-se, a cabo, de um rompimento com a dicotomia proposta e vigente desde Descartes que trazia, de um lado as comunidades e suas universalidades colapsadas (que deram origem às concepções do povo e o Estado) e, de outro, as individualidades que tendiam a ser achatadas em processos intensamente egóicos (bases das ideologias liberais).

Rena (2013, p. 34) lembra que desde os anos setecentos muitos foram os criados de obras artísticas, filosóficas e literárias que abordavam as multidões e seus comportamentos, mas quase nenhum deles a concebeu como algo além de um excesso no qual as singularidades se diluem transformando-se, notadamente e progressivamente em massas, seja de consumidores, seja de funcionários submetidos a um trabalho maquínico de produção. Até mesmo aqueles que, como Marx, pensaram grandes blocos de pessoas reunidas de forma positiva, ou seja, como a possibilidade da formulação de ações cooperativas, ainda se assustaram com a capacidade de manipulação das massas por princípios místicos e transcendentais, aos quais, costumeiramente, atribuem novos modelos de opressão. Recorrendo ao pensamento de Nancy, Rena (2015) destaca que sempre houve uma dificuldade na elucubração do pensamento sobre as comunidades que, de forma geral, permaneceu “secreto” ou “suspensão”.

Seguindo o debate das multidões e sua formação na modernidade, Rena (2015) acessa Paolo Virno para explicar que, naquele período, havia uma batalha entre a concepção de Estado

criada por Hobbes e a multidão abordada em Espinosa que marcava, já naquele momento, a oposição entre povo e multidão. Assim, em Spinoza, a multidão é abordada como uma pluralidade que se mantém assim na ação coletiva, sem tornar-se Uno. Já em Hobbes e seu desprezo à multidão, o que ocorre é uma investida do Estado contra ela compreendendo, na pluralidade que não se unifica, um dos maiores perigos para a supremacia do poder, ou, em outras palavras, para o Estado, detentor do monopólio das decisões políticas. “Fora dos contornos do Estado — e portanto do Povo e da Nação —, a multidão para Hobbes somente poderia ser a própria legião demoníaca cujo caos, autodestruição e perecimento conformaria o único tólos imaginável.” (RENA, 2015, p. 35).

É nessa esteira de pensamento que Hardt e Negri - estudiosos de Spinoza, Nietzsche, Deleuze, Bataille, dentre outros - elucidam que a demonização dos muitos, já vem acontecendo há tempos, desde o Novo Testamento, onde o diabo se denomina legião por ser vários e um ao mesmo tempo. O conceito da multidão, então, se apoia sobre a ideia de uma multiplicidade irreduzível na expressão da diferença e, portanto, não é uma unidade dispersa e fragmentada. É dessa confusão entre o sujeito singular e o plural que deriva a compreensão da multidão como uma legião demoníaca que, em número indefinido, põe em xeque todas as ordens estabelecidas.

Entretanto, a confusão entre singular e plural não se restringe à contenda entre Jesus e o diabo, mas é também uma questão central no debate a respeito da soberania, tendo em vista que desde a antiguidade o pensamento político baseia-se na ideia da existência do uno e do muito. A multidão, em sua faceta legionária, rompe com as determinações numéricas e sua indefinição coloca em risco os princípios da ordem.

Semelhante aos pássaros de Hitchcock, mas muito mais refinada, a atuação rizomática multitudinária é essencialmente criativa e racionalizada, composta por uma inteligência altamente qualificada. Inteligência esta que, contrariamente à concepção ficcional, não se constrói sob uma mente individual, mas se estabelece no campo essencialmente social, da mesma forma que um cupim, quando sozinho, não apresenta uma inteligência elevada, mas seu enxame constitui um “ sistema inteligente sem controle central.” (HARDT; NEGRI, 2012, p.131). O que não significa que os membros da multidão precisem abdicar de suas potências e criatividade individuais, mas, ao contrário, manter-se distintos em uma inconformidade identitária que, por meio de agenciamentos coletivos de cooperação e comunicação, constrói um poder de atuação refinado subsidiado na conexão da multiplicidade.

A imagem do enxame em sua diversidade que compõe a ação conjunta, atua no sentido anti identitário proposto por Deleuze e Guattari (2011a; 2011b) e por Guattari e Rolnik (2011). Em se tratando do enxame multitudinário em que muitos e um se desfazem, o que se observa é uma

ode à “não identidade” - quando se trata de referências territoriais e nacionais - que, por vezes, se revela controversa ao observar que muitos movimentos identitários ganham forma e força ao longo das diversas manifestações tidas como multitudinárias. Entretanto, a ausência de rostos, ou o rosto amorfo da multidão se materializa várias vezes no uso de máscaras e corpos totalmente disfarçados, a exemplo do grupo *Anonymous*, muito presente nas manifestações, e dos *Black Blocs* que, não raras vezes, tomam a cena dos levantes multitudinários. A dicotomia que atravessa a (não) identidade acaba por conformar, muitas vezes, ações propositadamente caóticas que atuam no sentido de desestabilização político-social implicada em uma impossibilidade de diálogo entre os representantes do poder instituído, principalmente o Estado, e os insurgentes. O que reflete, diretamente, a concepção do comum como uma aposta que nega, simultaneamente o Estado e o mercado<sup>67</sup>.

“A multidão, contudo, embora se mantenha múltipla, não é fragmentada, anárquica ou incoerente.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 139). A multiplicidade na multidão não é a soma das diferenças, mas a existência de um devir diferente. “Um devir diferente daquilo que você é!” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 444). Esta configuração não se estabelece na construção de uma soberania ou de um corpo de poder, mas de uma forma coletiva capaz de governar. “Em vez de ser um corpo político como uma parte que comanda e outras que obedecem, a multidão é carne viva que governa a si mesma” (HARDT; NEGRI, 2012, p.140). E não se trata de um tipo de governo acoplado, necessariamente, a uma obrigação do poder. Ao contrário, o que move a multidão é o seu direito à desobediência e à diferença. É nesse sentido, pelo desvio da singularidade que se transforma em força, que a multidão se torna capaz de romper o Império e governar a si mesma.

Tendo em vista sua possibilidade de articulação e criação de um autogoverno, a multidão pode ser, conforme supracitado, entendida como uma classe. Entrementes, não se trata das teorias tradicionais da classe econômica que contrapõem a unidade e a pluralidade, ou seja, não é essencialmente uma concepção marxista que direciona todas as formas de trabalho a um sujeito único; nem mesmo um pensamento liberal que se funda numa multiplicidade irrevogável das classes sociais. O que a teoria de Hardt e Negri (2012) constrói é a possibilidade de ambivalência destes pensamentos no sentido em que tanto há uma dicotomia inegável entre capital e trabalho, quanto existe, na contemporaneidade, uma incontável profusão de diferentes classes pautadas não só por questões econômicas, mas também por outras que hoje poderiam

---

<sup>67</sup> A ideia do “nem nem”, que se refere à uma negação simultânea destes atores humanos coletivos, retornará à cena na seção 6.2 *Nem Estado nem Mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre a democracia e a crise de representatividade*.

se enquadrar no quesito das identidades. Assim, os autores refutam a possibilidade de escolha entre as teorias marxistas e liberais buscando, então, uma sobreposição entre unidade e pluralidade e afirmando que a classe, ao extremo, se define pela luta à qual se dispõe. "Nesse sentido, a função de uma teoria de classes é identificar as condições existentes de uma potencial luta coletiva e expressá-las como proposta política. A classe é na realidade um desdobramento constituinte, um projeto." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 144).

Para além da imagem da multidão como enxame e legião, os autores recorrem ao vampiro como uma metáfora da configuração deste novo corpo demoníaco e monstruoso. Isso porque, desde Drácula de Bram Stoker, o vampiro ameaça a estrutura social e familiar, principalmente no que tange sua excessiva sexualidade, seu desejo insaciável na busca indiscriminada por homens e mulheres ou, mais além, sua capacidade reprodutiva alternativa à ordem "natural". "Novos vampiros surgem da mordida tanto de vampiros machos quanto de vampiros fêmeas, formando uma raça eterna dos que não morrem." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 252). O monstro vampiresco é capaz de levar toda a ordem social ao colapso e, ainda que permaneça na marginalidade, possibilita que os demais se reconheçam também na sua monstruosidade por seus desvios sexuais, anomalias morais e patologias familiares. Assim, monstro a monstro é formada uma nova rede alternativa à organização social.

Mais uma vez, é Spinoza quem mais claramente prevê essa natureza monstruosa da multidão, concebendo a vida como uma tapeçaria na qual as paixões singulares tecem uma capacidade incomum de transformação, do desejo ao amor e da carne ao corpo divino. Para Spinoza, a experiência da vida é uma busca da verdade, da perfeição e da alegria de Deus. Spinoza mostra-nos como podemos hoje, na pós-modernidade, reconhecer essas metamorfoses monstruosas da carne não só como um perigo, mas também como uma possibilidade, a possibilidade de criar uma sociedade alternativa.<sup>68</sup> (HARDT; NEGRI, 2012, p. 253).

Nesse sentido de composição progressiva da rede monstruosa multitudinária, destaca-se que o conceito de multidão se configura enquanto uma aposta - a crença em um porvir que emergiria em meio à legião - e, assim, se forma não como uma análise da maneira de atuação das massas, mas como um direcionamento daquilo que ainda pode se estabelecer. E é justamente na sua capacidade legionária, na confusão do uno e do múltiplo, que reside uma das principais potências da multidão como uma "mosca na sopa", ou melhor, um enxame de moscas

---

<sup>68</sup>Apesar desta Primeira Parte da tese se voltar para a apresentação dos conceitos, de forma que as problematizações e controvérsias passarão a ocupar o texto posteriormente, é preciso destacar uma pergunta incômoda que tem atravessado todo este processo de escrita: o que, de fato, constituiria esta "sociedade alternativa" e como se viabilizaria a existência do comum? A pretensa ação de desorganização multitudinária precisaria, em algum momento, se reorganizar na construção deste novo mundo. O espaço entre o caos e a utopia ainda me parece um tanto quanto nebuloso.

contra o Estado. O caráter demoníaco, traz, consigo, duas características implacáveis, de um lado a sua multidimensionalidade de multidirecionalidade, sendo imprevisíveis seus próximos passos e os rumos que serão tomados, de outro, a ausência de rostos é um importante impulsionador de atitudes mais radicais. "a violência dos sentimentos das multidões aumenta ainda mais, sobretudo nas multidões heterogêneas, devido à ausência de responsabilidade." (LE BON, 2018, p. 52). A certeza da impunidade acaba tornando possíveis, na coletividade, atos que na individualidade jamais ocorreriam. Assim, quando a multidão se reúne nos sem rosto, marcados pela heterogeneidade, ela cria um espaço de difícil penetração sendo, por isso, considerada demoníaca.

Recorrendo novamente à imagem do enxame, o que ocorre aqui é que na sua multiplicidade, grandiosidade numérica e intensidade de ação, a multidão confunde o predador em movimentos conjugados como dança<sup>69</sup>. A multidão produz uma coreografia composta por singularidades pluralizadas de difícil compreensão por parte do inimigo acostumado a uma leitura dicotômica das relações. Por isso, mais que a anonimidade dos sem rosto trazidos por Le Bon, na contemporaneidade, esta multidão, muitas vezes, recorre às máscaras e pinturas, tomando seu corpo pelo ator dançarino que atravessa a plateia se confundindo, o tempo todo, com os muitos que ali o assistem.

Mais que isso, em Rena (2015, p. 47-54) a multidão pode ser caracterizada por um "bando" uma "trupe". Em um belíssimo excurso realizado na tese *Comunidades essenciais, legiões demoníacas: multidão, literatura e riqueza comum*, o autor recorre a Jorge Amado trazendo os Capitães de Areia como exemplo de um Brasil menor (tal qual apontado por Cocco em *MundoBras*) manifesto pela ação de um bando que, vivendo em um trapiche, promove pequenos Golpe, assaltos e desestabilizam os cidadãos. Naquele local vivem mais da metade das crianças da cidade, "uma legião de crianças sem futuro". Mas, se em algum momento tratou-se de crianças abandonadas, no contexto do trapiche, os capitães formavam um grupo de almas inquietas atravessado por uma espécie de amor e afeto. Há naquela formação uma efervescência de singularidades não reduzidas à transcendência da moral ou do soberano, apesar da existência de um líder, Pedro Bala. A liderança advém não de forma imposta, mas de uma admiração da trupe e da capacidade de agenciar a rede mantendo-a singular e horizontalizada. "Como os chefes indígenas estudados por Pierre Clastres nas Américas, o líder lidera apenas na medida em que não garante soberania alguma." (RENA, 2015, p. 49).

---

<sup>69</sup> Acrescenta-se aqui uma visão intensa de Nietzsche quando, para além das diversas passagens de ode e crítica à multidão, o filósofo acrescenta que ela dança.



A forma de organização do grupo, ou seja, a rede horizontalizada e cooperativa das relações, a vida afetiva e subversiva, bem como a produção de riquezas comuns, faz com que os Capitães se delineiem multidão. Nos trapiches não há Nação nem Estado, nem soberania, nem escola, nem família, mas há uma potência de afetos e saberes expressos, dentre outras formas pela figura do Professor, um ladrão e colecionador de livros de história que partilhava seus conhecimentos com os companheiros multitudinários. Assim, cada singularidade estendida às demais é respeitada enquanto tal por aquilo que soma ao coletivo. Ali, os indivíduos se formam por meio de relações afetivas e comunitárias, oferecendo a segurança do estar junto e a alegria do produzir comum. Há, em sua conformação orgânica a abertura à diversidade, sendo compostos por “gays, heterossexuais, meninas que querem ser homem, inventores que fazem do crime uma arte, que fazem da arte um crime, negros, brancos, ateus, crentes, ricos embora pobres, conquistadores embora rejeitados, alegres embora tristes.” (RENA, 2015, p.50). Em seu ócio, juntos, encontram a potencialidade da criação. Sem família ou autoridade, vivem uma vida difícil porém de liberdade.

Rena (2015) destaca que atribuir a eles o título de multidão, não se dá apenas pelos furtos que lhes asseguram a sobrevivência, mas pela vida nômade comum que os atravessa extrapolando a normalidade capitalística e suas subjetividades moldadas. Os capitães desafiam o Império por sua própria existência subversiva, criativa e, jamais, aceita pelos padrões. Ao contrário, oferecem contra a rigidez reprodutora de moldes, uma produção de riqueza comum das singularidades em ação conjunta. Sem rosto, estes indivíduos não trazem identidades nem ovacionam um chefe, entorpecem a cidade com seus desvios e a enlouquecem em sua anormalidade de meninos/homens livres. “Esta é, nomeadamente, a própria voz da potência social criadora do mundo e das resistências diante de sua opressão. Ela é, em suma, a voz da multidão.” (RENA, 2015, p. 52).

Herdeiros de Deleuze e Guattari, Hardt e Negri (2012; 2014) e Negri e Hardt (2016) apostam na formação deste novo sujeito político múltiplo, buscando nele a potência esquizo do nomadismo e do distanciamento da ideia de “eu”. A carne biopotente que poderia se formar a partir da multidão tem no sombrio nascente da desterritorialização esquizo a sua principal potência já que, só assim, seria possível um distanciamento da edipianização social. Só o vampiro, ao romper com a família, o enxame sem rosto, ou o próprio demônio, seriam capazes de criar um novo múltiplo. É do caos, do disforme, do desierarquizado, do sombrio e não identificável que vislumbra-se a emergência dessa nova forma incontável de experimentar a vida que se multiplica infinitamente. Enquanto rizoma, a multidão se encontraria em um processo inevitável e infundável de expansão para todos os lados. Cabendo então, não uma pergunta no

sentido da conceituação direta do que é a multidão, mas daquilo que ela pode vir a ser, o que, a princípio, se conformaria em meio àqueles que recusam a todo e qualquer tipo de dominação.

Para a progressiva formação da potência multitudinária, o ponto de partida de Hardt e Negri (2012, p. 247-248) é uma associação entre produção de subjetividade e produção do comum em “uma relação simbólica em forma de espiral”. Ou seja, a subjetividade produzida pela comunicação e pela colaboração daria origem a novas formas destes mesmos elementos, originando novas subjetividades. Ao passo que, esse movimento contínuo de subjetividades produzidas e produtoras geraria um elemento mais complexo no espiral metamorfoseando o corpo multitudinário em um corpo comum essencialmente livre e democrático. Corpo este que, nas palavras de Spinoza reproduzidas por Hardt e Negri (2012), seria composto por diferentes indivíduos aumentando progressivamente a heterogeneidade. De cada singularidade emerge a vida da multidão que se conecta e atravessa várias outras multidões com infinitos pontos de intersecção. As condições de produção e reprodução da vida social da multidão se constroem nos constantes encontros e comunicações dos corpos por meio dos quais, as singularidades em contato produzem a vida em comum. A multidão “é uma espécie de carne social que se organiza num novo corpo social”. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 463).

Neste sentido, a multidão apresenta um aspecto unificador traduzido pela busca por uma nova forma criativa e afirmativa de vida que, apesar de sabidamente sujeita aos ditames e interesses do capital e do biopoder, é capaz de desterritorializar e reterritorializar na conformação de uma riqueza biopolítica comum. Rompendo com a dicotomia possível dessa relação de submissão e tensão ao Império, Hardt e Negri (2012, p. 147) destacam que a multidão é formada por aqueles que, embora sob o domínio do capital, se recusam continuamente a dobrar-se para ele.

Assim, a multidão se configura enquanto uma aposta na constituição do comum, buscando contagiar aqueles que potencialmente podem aderir ao enxame. Não se trata, então, de uma ontologia ligada a um projeto de pleno e exclusivo confronto às autoridades e explorações, mas da (re)criação constante de riquezas comuns postas sempre à partilha. Sendo um sujeito político coletivo, multiplicador e desdobrante capaz de se associar para produzir o comum. Trata-se, então, de uma rede aberta e expansiva em constante construção.

Ela funcionaria, então, como os rizomas expressos por Deleuze e Guattari (2011a), escrevendo sempre a n-1, nunca plantando, mas sempre picando, sendo continuamente múltiplo e agenciando-se na multiplicidade. De forma geral, toda multidão conforma um rizoma composto por corpos associados em rede e em constante fluxo. Mas não necessariamente todo rizoma é uma multidão, sendo necessário sorte para que o rizoma alcance o platô da materialidade

histórica e da política. Como lembrou Negri em palestra proferida em 2005, o mais difícil não é ser multidão, mas fazer , construir a multidão e o comum.

O comum é formado, então, por meio de um interesse geral que não se torna abstrato na composição de um Estado, sendo inerente à cooperação biopolítica das singularidades. Trata-se não mais de uma concepção do público como elemento de regimento institucional, mas como algo democraticamente gerido pela multidão, ou, de maneira mais genérica, por todas as “formas cooperativas e comunicativas de trabalho”. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 268). Desenha-se assim, sob a perspectiva do comum, uma nova soberania democrática que permitiria a reprodução da própria multidão caracterizando uma “passagem da Res-pública para a Res-communis.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 268). A produção das relações sociais em uma mesma rede de criação e colaboração tem um valor não só econômico, mas político e é por meio dela que se faz viável a constituição de uma nova sociedade na qual seria possível conceber uma democracia “absoluta”.

Para conceber esse novo espaço biopolítico, onde tanto o público quanto o privado serão aniquilados, é preciso compreender de forma distinta do que se tem hoje as ideias de planejamento e de desenvolvimento. Sabe-se que estes conceitos apresentam, na contemporaneidade, certo descrédito, representando (principalmente o desenvolvimento feito da forma como o é) uma situação de extrema desigualdade e privação das partes subordinadas. Assim, destacando a impossibilidade de manutenção deste padrão, Negri e Hardt (2016) indicam que este cenário mudaria significativamente de figura se pensado sob uma perspectiva na qual o comum coloca-se em centralidade. Trata-se de uma mudança estrutural no pensamento por meio da qual o desenvolvimento passa a não ser sinônimo de crescimento, mas de igual partilha da riqueza comum. Ou seja, seria preciso pensar em redes de distribuição de acesso visando uma real democracia nos usos tanto no tempo presente, quanto no futuro.<sup>70</sup>

Encerrando o livro *Multidão*, Hardt e Negri (2012, p. 439-440) recorrem ao amor como sentimento político, e não romântico, como uma das principais ferramentas para a construção do comum. Para os autores, atualmente as pessoas não conseguem compreender esta dimensão estritamente necessária do amor: a política. E seria justamente ela o elemento faltante para que se pudesse compreender o poder da multidão. Se atualmente o entendimento do amor se restringe ao “claustrofóbico” espaço familiar das relações burguesas, como bem lembram os

---

<sup>70</sup>Destaca-se que a concepção de comum apresentada parte exclusivamente de uma leitura de Hardt e Negri diante da qual é preciso se questionar se, em países periféricos, esta lógica de distribuição sem crescimento seria possível. Indaga-se a respeito da pobreza, da geração de renda e de emprego. Seria viável promover uma política igualitária que não fosse pela via do desenvolvimento/ crescimento econômico do país? Se sim, como se construiria esta política? Ela se configuraria na realidade ou apenas enquanto uma aposta utópica?

autores, tornando-se uma instituição privada, seria preciso retomá-lo na sua esfera explosiva, alegre e apaixonante do encontro. Não haveria, neste pensamento, uma concepção metafísica do amor, de forma que até mesmo a relação amorosa entre a divindade judaico cristã e a humanidade seria uma expressão e uma encarnação do “projeto material político comum da multidão.”

Neste sentido dos encontros e das paixões como forma política do amor é preciso observar os levantes, as revoltas e as insurreições como elementos cruciais para a configuração do comum. Em cada um dos momentos de articulação das lutas, o comum emerge em sua conduta, controvérsias e performatividade e se revela nos hábitos, vestimentas e na comunicação. Resgatando o escritor Jean Genet, Hardt e Negri (2012) apontam, por exemplo, que o estilo posto entre as roupas, o vocabulário e o gestual era o que caracterizava de forma mais ativa os Panteras Negras. Já nos Zapatista a configuração do comum se enunciava no cruzamento entre a imagem de Emiliano Zapata, a herança da guerrilha camponesa e a mitologia local, fazendo nascer uma nova maneira de vida que dava forma e era anunciada pelo movimento. O mesmo pode ser observado em várias outras revoltas que compuseram o século XX, tal como o anunciado na seção 2.3 *Algumas observações pertinentes aos platôs*, onde percebe-se que tais lutas não influenciam estritamente a si mesmas, mas “viajam horizontalmente” atingindo outras manifestações de diferentes localidades proporcionando um agenciamento insurgente comum. Nesse sentido, é possível observar a tendência histórica à formação de ciclos globais de lutas nos quais as revoltas e seus símbolos se espalham como “ervas daninhas” por meio da comunicação e da prática de desejos comuns. “Revoltas de escravos espalharam-se pelo Caribe no início do século XIX, revoltas de operários industriais disseminaram-se pela Europa e a América do Norte no fim do século XIX e no início do século XX e as lutas guerrilheiras e anticoloniais brotaram na Ásia, na África e na América Latina no meado do século XX.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 277). Em cada um desses ciclos de lutas o comum é mobilizado em escala planetária disseminando estratégias de combate e formas de vida.

O ciclo de 2011, brevemente apresentado na Parte III desta tese, representa, segundo Negri e Hardt (2016), o principal momento de ação multitudinária na constituição do comum. Para os autores, “ao longo de 2011 (...) diversas lutas sociais não só abalaram, como começaram a construir um novo senso comum.” (NEGRI; HARDT, 2016, p. 10)<sup>71</sup>. Estas lutas que, na visão dos autores, combateram as injustiças do neoliberalismo e, no limite, a supremacia da propriedade

---

<sup>71</sup> A construção do comum neste contexto será abordada de forma mais direta na seção 9.1 *O ciclo de lutas como aposta multitudinária*.

privada, não eram socialistas, sendo, na verdade, compostas por poucos ou quase nenhum movimento social clássico. Na verdade, elas questionam tanto as instâncias privadas quanto as propriedades públicas submetidas ao controle estatal visando, desta forma, uma gestão multitudinária da vida e da cidade. (NEGRI; HARDT, 2016).

Assim, os autores vislumbram o ciclo multitudinário de lutas de 2011 como uma preparação de terreno para a constituição de uma nova sociedade pautada pela igualdade, liberdade, sustentabilidade e acesso livre ao comum. As práticas políticas experienciadas por estes movimentos, como as assembleias e ocupações, funcionariam como um guia de ações para o futuro, que se tornaria efetivável mediante a produção de novas subjetividades cada vez mais desejosas de uma experiência real de democracia. "Os movimentos estão redigindo um manual de como criar e viver numa nova sociedade." (NEGRI; HARDT, 2016, p. 136).

É com esta aposta que Negri e Hardt (2016) encerram seu livro *Declaração: isso não é um manifesto* - o que hoje pode soar um tanto quanto inocente ou equivocados. Ao observar alguns desdobramentos em relação ao caso brasileiro de levante deste ciclo, por exemplo, pode-se sentir um misto de desilusão e raiva - principalmente entre aqueles que seguiram a aposta proposta pelos autores. E é este um dos motivos para que, nesta tese, debata-se a necessidade de atualização e, até mesmo, de revisão da aposta biopolítica no sujeito multitudinário. É claro que, independente deste final, já em *Império* Hardt e Negri (2014) demonstram a complexidade deste novo sujeito social e não refutam a possibilidade de uma total subordinação aos ditames imperiais por parte da multidão. Mas talvez não se trate única e exclusivamente disso. Desta forma, é preciso destacar nesta seção intermediária de debate do objeto desta tese, a sua relevância enquanto leitura não dicotômica da realidade, bem como o papel fundamental de uma atualização na análise dos movimentos que foram, ao longo do tempo, dando forma à carne multitudinária, tal como será realizado na Parte III deste trabalho.

**Quadro 11 - Temas de referência seção 4.1 A aposta multitudinária como projeto do comum**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Ciclo de lutas;
- Relação global das insurreições (pautas, táticas, referências, influências, mídia, internet);
- Sujeito social do levante (povo X massa X multidão);
- Diversidade + multiplicidade (pautas e atores);
- Identidade
- Liderança;
- Espontaneidade;
- Estrutura
- Referências;
- Pautas
- Táticas
- Desdobramentos.

A aposta multitudinária está diretamente relacionada à criação de um *ciclo de lutas* no qual os levantes se articulam globalmente por meio, primordialmente, da mídia e da internet. Observa-se, neste contexto, uma *relação global entre as insurreições* que se influenciam direta e indiretamente. Isso pode ser observado por meio de diversos elementos que se repetem em diferentes eventos, momentos e localidade, tais como *pautas, táticas e referências*. Além disso, o *sujeito social* que compõe o levante, também se configurará como um tema de referência, já que há uma diferenciação em Hardt e Negri (2012) entre povo, massa e multidão.

A *identidade* aparece, mais uma vez, como um elemento crucial a ser analisado nas manifestações. A controvérsia iminente entre o fortalecimento das pautas identitárias e o “sem rosto” multitudinário se torna central para esta tese. Retomando os conceitos gerados na seção anterior, observa-se também neste momento, a *multiplicidade* e a *diversidade* como elementos chave a serem observados por meio, principalmente, dos diferentes atores humanos individuais e coletivos que compõem o levante, bem como das *pautas* por eles abordadas. Recorre-se, ainda, à supracitada problemática em relação à *liderança e/ou espontaneidade* dos protestos.

Além disso, a *estrutura* do enxame em sua unidade dispersa e fragmentada precisa ser observada. Se o enxame, ao contrário do povo, não é uno, mas múltiplo, a subcategoria das *referências* será contraposta (ou complementada) pela investigação acerca de possíveis sujeitos de destaque nos protestos bem como de possíveis articulações estratégicas vinculadas à emergência dos levantes.

Por fim, tendo em vista que a aposta multitudinária visa a construção de um novo mundo pautado por uma “nova e real democracia” e assimilado pela concepção do comum, retoma-se, aqui, a necessidade de observar os *desdobramentos* das ações multitudinárias como categoria de análise.

Fonte: Produzido pela autora.

## 4.2 Tecnopolítica e a produção de subjetividade na era digital<sup>72</sup>

Desde a perspectiva do sistema-rede, a tecnopolítica pode se redescrever como a capacidade das multidões conectadas, dos cérebros e dos corpos conectados em rede, para criar e automodular a ação conjunta. A tecnopolítica pode abarcar o ciberativismo à medida que se limita à esfera digital. Sem dúvida, em seu sentido pleno, tecnopolítica é a capacidade coletiva de utilização da rede para inventar formas de agir que podem partir do universo digital, sem, contudo, esgotar-se nele. (TORET; @DATANALYSIS 15M, 2013, p. 20-21. tradução da autora).

É inegável que a transformação mundial que o mundo presenciou a partir da segunda metade do século XX, que atravessa os diversos platôs da vida, está diretamente relacionada a dois elementos essencialmente interligados: a globalização e a aceleração do desenvolvimento tecnológico potencializada pela criação da internet. Como lembram Hardt e Negri (2014, p. 288-290) as modificações tecnológicas ocorridas ao longo dos anos 1970, “com sua arremetida rumo à racionalização automática”, direcionaram a produção ao extremo de sua eficácia levando, então, à uma mudança da própria composição do proletariado, em direção à supracitada multidão. Assim, Império, globalização, tecnologia e multidão são elementos que compõem um mesmo processo e que, invariavelmente se tensionam e potencializam. Desta forma, a presente seção vai se dedicar a um aprofundamento na questão tecnológica visando compreender como seu desenvolvimento acelerado, principalmente durante o último quarto do século passado, influenciou significativamente a nova configuração política, econômica e social global. Para além disso, é notória a forma como dispositivos tecnológicos - agora dando destaque à *internet* e, principalmente à redes sociais - são fundamentais na intensificação dos processos de produção de subjetividade e na criação de novos campos de dominação imperial. Por último, e não menos importante, destaca-se o papel destas plataformas na construção das lutas sociais que pretensamente compõem a aposta multitudinária.

Destaca-se, então, na concepção do conceito de tecnopolítica um elemento central para o rastreamento de tais elementos. Cunhado pelo psicólogo espanhol Javier Toret<sup>73</sup> e com debate

<sup>72</sup> Parte da investigação exposta nesta seção é baseada em texto presente no artigo *Entre redes e ruas: tecnopolítica dos novíssimos movimentos sociais* de autoria de Maíra Nobre, Jéssica Borges e Natacha Rena. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26328>. Acesso em: 25 de dezembro de 2021.

<sup>73</sup> Textos produzidos pelo autor sobre tecnopolíticas e 15M: (i) *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida* - disponível em <https://tecnopolitica.net/es/content/tecnopol%C3%ADtica-la-potencia-de-las-multitudes-conectadas-el-sistema-red-15m-un-nuevo-paradigma>; (ii) *Tecnopolítica del 15M: la insurgencia de la multitud conectada* - disponível em: <https://tecnopolitica.net/es/content/tecnopol%C3%ADtica-del-15m-la-insurgencia-de-la-multitud-conectada>; (iii) *Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M* - disponível em: <https://tecnopolitica.net/es/node/14>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

disponível no texto *15M: Acontecimento, emoções coletivas e movimentos na rede*, a tecnopolítica foi um conceito essencial para pensar antes, durante e depois, os acontecimentos do movimento dos Indignados ocorrido na Espanha em 2011<sup>74</sup> (caracterizado como laboratório tecnopolítico daquele ciclo de lutas).

Na esteira da crítica realizada por Guattari a respeito da forma estritamente positiva e mascarada que o conceito de globalização vinha sendo utilizado em meados do século passado, Bauman - três décadas após a análise do francês para a conceituação do CMI - expressa em seu livro *Globalização: as consequências humanas* (1999), a concepção de que a globalização continuava sendo um conceito “de moda” sobre o qual se debruçava certo encantamento, um misticismo que garantia a ela o “poder de desvendar os mistérios presentes e futuros”. Entretanto, independentemente das críticas que sejam estabelecidas sobre as narrativas que englobam o conceito, na concepção de Bauman (1999) trata-se de um fenômeno irreversível que acomete a todos.

Para adentrar, ainda que de forma introdutória, o terreno do debate acerca da globalização é preciso, de antemão, indicar que existe uma disputa no que tange sua definição e, principalmente, suas origens. Se alguns autores como Samir Amin (2018)<sup>75</sup> entendem que os processos globalizantes iniciaram no seio das grandes navegações e intensificaram com as colonizações, outros, principalmente de origem oriental, vêem nas conquistas do Primeiro Império Chinês, marcado aproximadamente entre os anos II a.C. e XX d.C, o embrião da globalização concatenado nas conquistas de outros povos e consequente troca e apropriação cultural. Entretanto, atualmente há uma tendência maior para o entendimento de que o surgimento ou, ao menos, a intensificação da globalização, se deu sobre um terreno muito mais recente. Santos (2000), por exemplo, ao dividir os processos de trocas culturais em três momentos que se distinguem primordialmente em relação a questões de ordem técnica/tecnológica, (i) mundialização; (ii) internacionalização; (iii) globalização; situa o conceito aqui investigado no tempo da contemporaneidade. Para o autor, ao passo que a mundialização existe desde os homínídeos, a internacionalização surge com a formação do mercantilismo e do capitalismo modificando a relação com os objetos de troca. Já a globalização se situa no período marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, estando estritamente relacionada ao surgimento e à incorporação das novas tecnologias, principalmente de informação, que modificam as relações

---

<sup>74</sup> O levante será abordado com maior profundidade na seção 6.2 *Nem Estado, nem mercado: o ciclo de lutas do comum, o debate sobre democracia e crise de representatividade*.

<sup>75</sup> Entrevista ao *Instituto Tricontinental*. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/sobre/>. Acesso em 07 de junho de 2019.



de tempo e espaço - fenômeno ao qual Harvey (2008a) dá o nome de *compressão espaço tempo*.

A relação entre globalização e este outro entendimento de tempo e espaço está, para Nancy Fraser (2002) relacionada a um novo modelo de capitalismo que dialoga intensamente com os conceitos de neoliberalismo, CMI e Império analisados no platô *3 Rearranjos geopolíticos subjetivos na conformação de uma nova lógica capitalística a partir da segunda metade do século XX*. Segundo a autora é fundamental que se entenda a transição do capitalismo fordista para o pós-fordista simultânea a transformação de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento, construída após a Terceira Revolução Industrial, cujo principal pilar é a tecnologia da informação.

É importante perceber que o processo de globalização está intrinsecamente relacionado à mobilidade e aceleração. Elementos que atuam no meio físico, mas que se aloca primordialmente sobre a distribuição das informações. Para Bauman (1999), quando o fluxo de informações se separou do movimento de quem as portava e dos objetos, houve uma diferenciação das velocidades, por meio da qual as informações se tornaram muito mais rápidas que os corpos e, até mesmo, que o conteúdo do qual eram compostas. Isso se deve, de maneira geral, ao surgimento, em um primeiro momento, dos computadores e, posteriormente, da internet.

Neste sentido, é possível pensar o advento da internet, o grande desenvolvimento tecnológico, a globalização e os demais contingentes que atravessam este período, como elementos favoráveis ao processo de aceleracionismo proposto por Deleuze e Guattari e incorporado por Hardt e Negri (2012) na composição da aposta multitudinária. Retomando este debate observa-se que, na concepção dos autores (cuja referência marxiana se apresenta latente sob o viés aqui abordado), mais que opor-se ao capitalismo, seria preciso acelerá-lo para que se alcançasse um ponto em que ele não fosse mais capaz de responder às demandas colocadas, levando-o a ruptura. Pensando, então, em termos de multidão, se apropriar não apenas dos processos de globalização, mas também dos tecnológicos, utilizando seus mecanismos em favor da construção do comum, seria uma das principais estratégias possíveis para as lutas contra o Império.

A empolgação apresentada por Hardt e Negri (2012; 2014) no uso da *internet* como mecanismo de constituição e fortalecimento da multidão era comum a vários outros entusiastas que viam, nesse processo, inúmeras e abertas possibilidades, novos e potentes mecanismos de organização social e, até mesmo, de construção de modelos democráticos alternativos aos "reais". Por sua possibilidade de construção em rede pautada pela ação dos indivíduos, a internet, muitas vezes, era concebida como um espaço neutro, passível de receber e disseminar diferentes narrativas.

Não há como negar que *internet* e redes sociais têm sido instrumentos fundamentais para a constituição de processos globais de diferentes ordens, podendo estar voltados aos interesses hegemônicos ou contra-hegemônicos (mas não em grau de paridade). Atualmente, a *internet* é um dos principais mecanismos utilizados para a construção de narrativas, formação de opiniões e, conseqüentemente, produção de subjetividades, o que a torna um elemento central para compreender as relações sociais e comerciais contemporâneas de escala local e global. Mas será que, de fato, se trata de um ambiente neutro?

Os primeiros passos para o surgimento da *internet* são datados do período da Guerra Fria marcado, de modo geral, por um avanço tecnológico jamais visto. Havia, naquele momento, uma necessidade emergente de descentralização dos processos de comunicação e armazenamento de dados pautado no sucesso advindo do massivo investimento em tecnologia bélica realizado ao longo da Segunda Guerra Mundial. Criou-se, então, a Arpanet com o intuito de que os Países Aliados pudessem se comunicar de forma mais direta planejando suas ações conjuntamente, ainda que em cenários caóticos gerados por ataques nucleares. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 32). O projeto da Arpanet é incorporado também nos terrenos universitários como importante ferramenta de cooperação, possibilitando o desenvolvimento coletivo de pesquisas, coisa que, outrora, era impossível. Um exemplo dessa cultura dos trabalhos colaborativos está na Usenet, que foi criada por estudantes como um fórum de discussões sobre o sistema operacional Unix - utilizando a linha telefônica para conectar computadores ponto a ponto - e acabou por se tornar uma das primeiras redes de conversação digital em grande escala. (CASTELLS, 1999 *apud* MALINI e ANTOUN, 2013, p. 19).

Em seguida, o ano de 1984 foi marcado por intensas transformações no contexto de criação e evolução da internet. Neste período, os militares deixaram a Arpanet de lado e criaram a Milnet, expandindo o acesso à rede para além das finalidades bélicas ou universitárias. Endossando este processo de expansão do acesso à *internet* em gestação, Tom Jennings, um programador anarquista e ativista gay, possibilitou, naquele ano, que um usuário comum operasse de sua casa uma comunidade digital, os *Bulletin Board System* (BBSs), tornando os grupos de discussão mais personalizáveis, sem as restrições de servidores comuns da Usenet. Por fim, a *Free Software Foundation* foi criada por um grupo de ativistas liderados por Richard Stallman se contrapondo à propriedade do software em favor do compartilhamento do conhecimento e da coletivização da produção de programas de computador. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 41).

É neste contexto que se inicia a noção de ciberespaço associado a um ativismo virtual, ou seja, um local onde é possível criar campanhas, vazar informações sigilosas, produzir um

debate teórico e até mesmo coordenar ações coletivas contrárias a determinado sistema. De forma geral, o ciberativismo, ativismo online ou ativismo digital, é uma forma de ativismo realizada via *internet* que é considerada, por muitos autores do ramo, como uma inovação no terreno da participação política, tendo em vista que, com o uso de computadores, os indivíduos conseguem uma mobilização mais rápida frente às causas defendidas. Inicialmente ele era baseado na lógica de uma espécie de guerra de informação, na qual produzia-se uma contra-narrativa ante aos discursos preferidos por quem detinha o acesso aos meios digitais.

Os fóruns de discussão articulados na Usenet e nos BBSs se tornaram arena para diversas organizações sociais, que passaram a articular ações diretas de forma mais rizomática e menos hierarquizada. Assim, alguns programadores ativistas que reivindicavam o software livre, criaram redes de colaboração para desvendar, através de engenharia reversa, o que estava por trás dos códigos dos programas proprietários. A partir daí eles implementaram versões para livre distribuição, consulta e modificação. Além disso, costumavam divulgar informações maliciosas quando as encontravam, como o que ocorreu quando Richard Stallman levou a público que uma das versões do Windows enviava à Microsoft o que foi instalado no computador de seus clientes. (STALLMAN, 2002, p. 117). Além dos ciberativistas da produção de software, emergem outros hackers que conquistam e quebram redes, como o *Cult of Dead Cow*, que criou um programa chamado Back Orifice capaz de invadir o *Windows NT*, mostrando, assim, que o sistema operacional da *Microsoft* não era seguro como a empresa o vendia. (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 45-46).

Similarmente ao que Malini e Antoun (2013) chamam de hackers de código, os hackers de narrativa utilizam as tecnologias da comunicação, principalmente a partir da difusão dos grupos de discussão nos anos 80, para produzir uma mídia menos concentrada e mediada. Por um lado, os movimentos sociais organizados encontram mais meios para construir mídias populares oferecendo uma voz contra-hegemônica, ainda que na mesma lógica um-muitos dos rádios, jornais e canais de televisão tradicionais. De outro, em um antagonismo a toda forma de mediação, ciberativistas apostam em uma comunicação em rede, com conversas muitos-muitos possibilitadas pelos grupos de discussão.

O lançamento, em 1991 do *World Wide Web* (WWW), criado por Tim Berners Lee, acabou fomentando mais disputas nas redes. A WWW é o pontapé inicial para que se forme uma topologia em teia que reúne, em um só local, todo o material dos grupos de discussão que encontrava-se disperso. Este movimento leva ao surgimento de uma guerra em rede (*netwar*), que foi conceituada pela primeira vez por Arquilla e Ronfeldt (1993 apud MALINI e ANTOUN, 2013, p. 68). Essa definição foi feita em oposição à ideia de guerra do controle (*cyberwar*),

também formulada por eles, que se refere a uma luta de alta intensidade de base militar fortemente tecnológica travada pelos Estados-nação. A *netwar* seria uma disputa de baixa intensidade empenhada por grupos organizados em rede com uso das novas tecnologias, muitas vezes contra o Estado. Segundo Malini e Antoun (2013, p. 57) esses grupos articulavam atores de diferentes locais do globo que, conectados, trabalhavam coletivamente, sendo mais um elemento significativo para a dissolução da efetividade da geolocalidade do poder global e das redes de regulação.

Na esteira deste pensamento, Sergio Amadeu da Silveira (2016) defende que as redes digitais são tecnologias cibernéticas, ou seja, atuam por uma via dupla que articula comunicação e controle. Isso porque, na contemporaneidade, as disputas de poder são totalmente dependentes da *internet* como meio de profusão de narrativas que as subsidiem, atuando diretamente sobre a esfera da opinião pública e tornando-se essencial para o estabelecimento do controle social. E, até mesmo a camada da livre associação e conexão que era atribuída a este espaço, tem sua legitimidade e veracidade questionadas, tendo em vista que, na configuração atual, o sistema de algoritmos se encarrega de uma seleção e ordenamento das informações retirando das plataformas a possibilidade de uma articulação de fato democrática.

Embora Arquilla e Ronfeldt (2001 apud MALINI e ANTOUN, 2013, p. 68) pareçam apostar que a guerra em rede é sempre exercida pelas forças de baixo, sejam elas ativistas ou terroristas e criminosas, não é difícil imaginar que os Estados ou outros grupos de poder, como aqueles diretamente vinculados ao Império, teriam também meios e interesse para atuar na rede de forma invisível. Essa possibilidade é ilustrada pelo medo que, de acordo com Silveira (2016), alguns membros do Estado chinês e da NSA têm de que a ausência de controle sobre a *internet* ameace a soberania nacional de seus países. Corroborando com esse sentimento, há vários exemplos de influência da rede nos comportamentos sociais, como nos levantes do novo ciclo de lutas urbanas pós crise de 2008 e até mesmo em eleições, como o caso de Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil, e é difícil determinar com clareza as intenções, os atores e os resultados indiretos dessa influência.

No plano econômico, há dois aliados importantes das políticas da internet: as operadoras de telecomunicação e a indústria *copyright*. As primeiras fazem pressão com a finalidade de maximizar seu lucro através da cobrança por velocidade e tipo de acesso. Já a segunda age para “bloquear o compartilhamento de arquivos digitais que não gerem divisas para os detentores dos direitos de bens simbólicos.” (SILVEIRA, 2016, p. 347). Esses dois setores, muitas vezes em parceria com grupos de interesse, atuam no sentido de destruir o princípio de neutralidade da rede. A quebra desse mecanismo permite que atores chave - donos da infraestrutura ou de

plataformas de destaque na *internet* - interfiram sobre os dados enviados e recebidos, selecionando as informações que serão passadas e até mesmo bloqueando-as quando acharem necessário. Esse controle da circulação pode acontecer para excluir conteúdos específicos ou privilegiar determinados veículos. No primeiro sentido, está a curadoria de dados realizada por plataformas como o *Google* e o *Facebook*. Ao passo que o primeiro seleciona o que aparece em suas buscas, a respeito do segundo tem sido divulgado que as informações que aparecem no *feed* de notícias de cada usuário são escolhidas a partir de uma análise de perfil individual. Além desse filtro, páginas e conteúdos considerados impróprios são apagados da plataforma. “A remoção de publicações ocorre, aparentemente, por motivos morais, pelas preferências comportamentais de seu criador, mas existem exclusões por razões políticas.” (SILVEIRA, 2016, p. 349). Já em relação à priorização de determinados canais, destaca-se a tentativa de uma restrição dos espaços de interação, auxiliando no controle dos fluxos informacionais. Isso pode ser observado nos planos de *internet* móvel cada vez mais comuns que oferecem acesso ilimitado a veículos como o *Whatsapp*, enquanto todo o resto da circulação da web fica restringida a uma quantidade de dados, o que limita a possibilidade do usuário de conferir a veracidade das informações recebidas por sua rede de contatos.

Silveira (2016, p. 349) analisa os números de utilização do *Facebook* e do *Youtube* (que no momento do desenvolvimento de sua investigação eram as plataformas de interação social mais utilizadas no Brasil) e afirma que as redes sociais ocupam atualmente o espaço do debate político que nos séculos XVII e XVIII era vivido nos cafés e nas reuniões comensais, gerando uma “nova abordagem da política e do poder”, havendo, assim, possibilidade de participação de sujeitos que outrora encontravam-se apartados do debate político. “Essas conversações não são, a priori, favoráveis à esquerda ou à direita, apesar de beneficiarem o senso comum, que, em geral, reproduz ideias-força do sistema capitalista.” (SILVEIRA, 2016, p. 348). Assim, torna-se preocupante a estratégia supracitada do *Facebook* de selecionar o conteúdo a ser acessado por seu usuário, já que a rede influencia pessoal e politicamente aqueles que a utilizam. Observa-se, então, que a *internet* não é um espaço tão livre quanto se diz ser. Apesar da aposta de uma possível reversão dos processos de globalização de forma a favorecer os movimentos sociais, que ganhou espaço no pensamento insurgente no final dos anos 1990, tal inversão não é um processo simples, apesar do intento em fazê-la ao longo da gestação e ação da multidão.

Primeiramente é preciso ressaltar que, como o próprio nome indica, a organização das redes (*internet* de forma geral e redes sociais) é a mesma da multidão, conformando-se como rizomas que atuam por múltipla capacidade de conexão. A rede é o próprio modelo de organização da multidão. Entretanto, atualmente esse modelo não se relaciona apenas à camada

da técnica, mas está introjetado ao próprio paradigma da produção imaterial e, conseqüentemente, se configura como um espaço de estratégia para a formação da multidão.

Se, como aborda Foucault, o modelo dos séculos XIX e XX está circunscrito à disciplina notadamente marcada pela estrutura das fábricas, atualmente, observa-se um surto vertiginoso das redes que chegam a todas as partes, desde organizações militares a movimentos sociais, modelos empresariais, estruturas fisiológicas e sistemas de comunicação. As narrativas e as informações têm sido, cada vez mais, produzidas e disseminadas em rede.

Aparentemente, no século XXI, as ficções científicas não são mais necessárias na criação de distopias nas quais possibilidades tecnológicas outrora inimagináveis apareçam como mecanismo reais e totalmente possíveis. Carros voadores não geram menor impacto na população, da mesma forma que *Os Jetsons* podem ser vistos sem grande espanto. Até mesmo algumas propostas bastante incômodas de *Black Mirror*, não se afastam muito das possibilidades já existentes de controle e manipulação dos corpos, desejos e subjetividades por meio das inovações tecnológicas. Há quem diga que até mesmo as distopias perderam espaço no cenários das inventividades, posto que de distópica basta a realidade.

Por mais contemporâneo que pareça esse cenário, é preciso perceber que não se trata de algo iminente recente (ainda mais se pensada a modificação na percepção do tempo advinda do próprio processo de desenvolvimento tecnológico), mas de novas técnicas de biopoder que, principalmente a partir do Império, têm evoluído cotidianamente e intensamente. “O ciberespaço alterou os modos de produção, as formas de circulação, as estratégias de consumo e compartilhamento da informação. Mais do que isso, a engenharia da informação distribuída pelas inteligências coletivas conectadas.” (LÉVY, 1999). O controle se estende sobre a sociedade em quase sua totalidade, contando com apenas um dispositivo (o telefone celular) que carrega todos os dados pessoais e bancários, os desejos, os segredos, os amores, a rede de afetos, a localização, os principais trajetos, os espaços preferidos, os gostos... uma ampla gama de informações. Como lembra Rena (2015, p. 256) o que importa na heteronomia social na contemporaneidade, em que o cyber já se estabeleceu como sistema de controle, não são apenas as barreiras físicas que se faziam presentes outrora, mas as linhas de conexão virtual que desenham o movimento de cada, corpo, objeto ou dado e se estabelecem como uma espécie de modulação que, rapidamente viaja do local para o global. Mas, segundo o autor (a partir da linhagem de Hardt e Negri) é justamente nesses espaços que os movimentos antagonistas podem articular diversos conflitos com o comando central, sequestrando e desterritorializando as informações e, até mesmo, o próprio sistema. Assim, configura-se um ativismo eletrônico baseado na lógica que as “as informações se querem livres” prenunciando um livre e imediato

acesso de toda imagem, linguagem e conteúdo que devem poder não somente ser lidas, mas também compartilhadas por qualquer pessoa. Se existem projetos como o PRISM - programa de vigilância gerido pela *National Security Agency* (NSA), há também a possibilidade de serem retirados do ar por atores como Edward Snowden - que o fez em 2013 quando era funcionário da CIA. Essa atuação de Snowden, bem como a criação de espaços de sabotagem como o *Wikileaks* traduz, para Rena (2015, p. 257) a possibilidade de criação de contra-estratégias ao controle utilizando-se de dispositivos semelhantes. Haveria, então, a viabilidade de criação de vetores ainda inimagináveis de subversão. Ou seja, cria-se um limiar confuso e conflituoso de disputa entre o Império e a multidão pautado pela narrativa de mais democracia e comunicação aberta.

É neste sentido que a aposta multitudinária da globalização por baixo se apoia, com a possibilidade de reverter o biopoder em biopotência. Conforme supracitado, havia, no contexto de emergência da multidão, um grande entusiasmo com o uso das tecnologias como mecanismos de fortalecimento das ações insurgentes. Já em Chiapas (1994) e, com mais intensidade em Seattle (1999), as novas tecnologias se tornaram expoentes na configuração das manifestações. Fato que foi progressivamente avançando até um momento de grande intensidade vivenciado pelos Indignados espanhóis em 2011. O viés conexionista e flexível possibilitado pela *internet* é um dos principais elementos que aproxima estes movimentos de uma concepção multitudinária viabilizando, como jamais visto, uma articulação de lutas urbanas em nível global.

Como será possível observar na seção 9.1.2 *A Multidão em Ação: ciclo de lutas de 2011*, o levante espanhol é conhecido como um grande momento de experimentação das possibilidades de articulação de afetos em rede que, posteriormente, se estenderiam para as experiências de ocupação das cidades. Conforme pode ser observado pelas constatações de Toret (2013), o *Twitter* foi a principal rede utilizada pelos Indignados e foi fundamental para a organização de diferentes grupos que se articularam de forma política frente à situação vivida pela Espanha em 2011. A leitura do autor aponta para uma intensa produção de afetos que atingiu uma camada ampla da população que, até então, não apresentava vínculos coesos com o debate político, estando distantes de movimentos sociais e sindicatos. Ou seja, o uso desse dispositivo possibilitou que diferentes sujeitos se implicassem com os processos ali debatidos, ainda que (ou principalmente por) estivessem narrativamente distante do circuito representativo do poder, como os partidos políticos. Entretanto, foi deste mesmo movimento que não apoiava ninguém para os pleitos nacionais e municipais, que emergiram novos e significativos partidos como o Podemos e o Partido Vox, além das plataformas municipalistas *Ahora Madrid* e *Barcelona en Comú*.

Castells (2013) aponta que o ambiente de comunicação afeta diretamente a construção e o significados das mensagens, atuando sobre a produção de relações de poder na sociedade.

Ao possibilitar a participação de vários usuários simultaneamente, processos de intersubjetividade são desenvolvidos e novos discursos, propostas e repertórios são criados. Ou seja, emergem, no plano da sociedade civil pautas e debates que afetam os cotidianos das populações. Entretanto, isso não é positivo a priori, tendo em vista que as próprias mídias podem atuar em processos de produção, apropriação e subversão da opinião pública, utilizando-os em favor de grupos e interesses difusos.

Apesar da ciência de que o uso das redes como instrumento de articulação e mobilização amplia a capacidade das ações coletivas, João Telésforo e Edemilson Paraná (2014, p. 134) destacam que esses processos também atravessam grandes desafios. Isso porque a facilidade de mobilização alcançada com o uso desses dispositivos, não assegura semelhante facilidade para a formação de redes e organização dos grupos. Observa-se, por meio de vários estudos, que a *internet* tende a colocar as pessoas em contato apenas com o que concordam e as redes sociais fortalecem essa característica por meio de direcionamentos controlados pelos algoritmos. Ou seja, *Google*, *Facebook* e *Instagram* podem atuar num sentido de anular ou fomentar mobilização de acordo com determinados interesses, direcionando a formação de redes e disseminação de conteúdos.

Neste sentido, é possível observar uma discordância dos autores da supracitada posição de Silveira (2016) pois consideram equivocada a leitura de que redes sociais como o *Facebook* funcionariam como gigantescas assembleias. Isso porque não se trata apenas da garantia de presença de um grande número de pessoas, mas também da qualidade do que se espera como participação. Destaca-se, de antemão, que os ambientes em que supostamente se estabeleceriam essa participação por meio de tais dispositivos são completamente distintos daqueles em que comumente ocorrem conselhos e assembleias. Ou seja, essas redes, tomadas tanto pela lógica do espetáculo, quanto pela ausência de necessidade de tomadas de decisão concretas, acabam instaurando uma forma de (não) participação que, por si só, não é capaz de promover tessituras de sujeitos políticos coletivos, que extrapolem a afirmação da individualidade e da identidade (o que parece é uma tendência de ocorrer o oposto).

Na perspectiva de Rena (2015) a cibercultura não realizou ainda seu sonho de criação de um espaço radical de invenção que se colocasse como possibilidade real de contraposição ao poder da TV e das mídias hegemônicas (acrescenta-se, neste sentido, as plataformas de streaming). Cada dia se torna mais claro que as plataformas aparentemente livres são, na verdade, dispositivos de intenso controle e que, muitas vezes, as ações resistentes nelas agenciadas acabam se mostrando elementos emblemáticos e controversos - como é o caso das



Jornadas de Junho no Brasil. Neste sentido, o autor aponta que para muitos a *internet* não foi apenas uma decepção, mas ela, de fato, “deu errado”.

Esta é a opinião de Peter Sunde, ativista hacker e cofundador da plataforma de trocas de arquivos digitais The Pirate Bay; Sunde recentemente declarou ainda: “não sou pessimista, sou realista. Nós criamos a melhor infraestrutura, descentralizada, e a primeira coisa que fizemos foi construir um sistema super centralizado sobre ela, o que é muito bizarro. Depois, centralizamos tudo nas mãos de algumas companhias em um só país [os EUA], que não tem um histórico de bondade com qualquer um que esteja além de suas fronteiras. (RENA, 2015, p. 257-258).

Na esteira deste pensamento, começa a ficar evidente uma relação muito próxima entre a *internet* e a sociedade de controle que, como lembram Cava e Coco (2013, p. 95) é um regime comunicacional, ou seja, ocupado por sistemas de comunicação multidirecionais. É possível navegar quando e por onde quiser, mas sempre é preciso que esta navegação se dê por meio de determinados aplicativos que possuem caminhos pré-determinados mais ou menos escondidos. Assim, a ultra conexão é permitida, porém controlada. Todos os conteúdos da *internet* estão, de fato, conectados entre si, mas cada vez mais são mediados pelo *Google* que passa a exercer controle sobre disseminação e acesso. “Uma mediação que define prioridades, campos inteiros de percepção e imantação de sentido, registrando as passagens e modulando os níveis de acesso”. (CAVA; COCCO, 2014, p. 95). Da mesma forma, as pessoas podem e tendem a se conectar cada vez mais, porém esta conexão também é mediada por plataformas controladas por outras pessoas, como o *Facebook*, o *Instagram* e o *Twitter*, por exemplo. Deste modo, ao contrário do que pensam vários ativistas que utilizam das redes como principais mecanismos de organização e difusão de ideias, a ultraconexão não garante o sucesso de suas ações. Na verdade, ela não representa nenhum sinal de formação de resistências, sendo necessário disputar por dentro qualquer possibilidade de uso destes dispositivos visando a desestruturalização de circuitos hegemônicos.

Tem se tornado cada vez mais evidente a forma como todas as redes se articulam por meio do controle de afetos, de interesses, de consumo e, inevitavelmente, de ações coletivas. Esta afirmativa fica bastante clara na análise realizada por Korybko (2018) a respeito do Facebook. O autor lembra que, em 2012 Brett Van Niekerk e Manoj Maharaj escreveram um artigo denominado *As mídias sociais e o controle da informação*, onde afirmam que o *Facebook*<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Sabe-se que atualmente no Brasil o *Facebook* não tem sido a principal plataforma de uso, entretanto, pertencendo ao mesmo dono do *Instagram* (plataforma em destaque atualmente) - Mark Zuckerberg - entende-se que há semelhantes intenções e mecanismos aprimorados, mas que seguem com a mesma finalidade de controle, venda de dados e obtenção de lucros.

se tornou sinônimo de *Web 2.0* gerada pelo usuário, tendo destaque na organização dos levantes multitudinários. Visto que esta rede lida com as percepções de engenharia social, os autores atestam que se trata de uma ferramenta com grande potencialidade para a realização de operações psicológicas, demonstrando como as organizações de inteligência podem encontrar informações valiosas sobre potenciais sujeitos a serem manipulados conforme seus interesses, por meio da análise dos perfis nesta e em outras redes sociais.

Entretanto, é preciso lembrar que a mineração de dados não é uma estratégia inovadora nem surpreendente, já que o próprio *Facebook* acompanha, armazena e traça o perfil de gostos de seus usuários visando direcionar publicidades específicas para cada interesse. Ao mesmo tempo em que é absurdo se pensadas as possibilidades de rastreamento, controle e manipulação realizadas pela plataforma, torna-se absolutamente naturalizado o fato de que os próprios usuários das redes sociais disponibilizam as informações necessárias para que seus perfis psicológicos sejam traçados por meio das postagens, acessos, amigos, grupos dos quais fazem partes, eventos pelos quais se interessam, buscas e curtidas. A partir daí, cabe às Agências de Inteligência apenas utilizar-se do *Big Data* para organizar os perfis psicológicos, podendo atuar diretamente e de forma facilitada sobre as subjetividades utilizando-as a seu favor - o que, na leitura de Korybko (2018), se dá na formação de Revoluções Coloridas e Guerras Híbridas em países alvo. “Essa teoria pode justificar até mesmo as explicações de segurança dadas pela China e outros países para banir o *Facebook*.”

Neste sentido, é preciso ressaltar que as organizações de inteligência não são atores passivos às informações advindas das mídias sociais, empregando de forma ativa esse meio para suas operações de engenharia social. Korybko (2018, p. 56) lembra que Niekerk e Maharaj documentam como as Forças Armadas dos EUA estavam usando o *soft power* Persona para criar dez contas de mídia social marionete por pessoa, conseguindo ampliar sua influência psicológica para um grupo muito maior. O objetivo registrado para a realização destas ações passava pela geração de consenso para assuntos controversos a respeito do governo norte-americano, entretanto, de acordo com a leitura dos autores, havia uma finalidade escusa no sentido de instigar protestos populares.

Korybko (2018, p. 56) segue sua análise afirmando que estudos recentes confirmam a teoria de que mecanismos de atuação nas redes sociais são utilizados na formação de protestos em países sobre os quais os EUA querem ampliar sua influência ou derrubar governos. Recorrendo a noticiários da *Russian Television* (RT), o autor afirma a existência de um experimento secreto realizado pelo *Facebook* - denominado *Evidência experimental do contágio emocional em larga escala através das redes sociais* - no sentido de estudar as possíveis

emoções transmitidas pelo uso da plataforma. A conclusão é que as emoções ali depositadas se espalham de forma contagiosa pela rede de usuários interligados, “aumentando assim o poder de uma organização de inteligência para fabricar uma mente de colmeia a nível social.” (KORYBKO, 2018, p. 57). Não tardou a descobrirem que esta experiência secreta estava ligada a um núcleo de ação do Pentágono, chamado *Iniciativa de Pesquisa Minerva do Pentágono* - projeto que oferece subsídio a pesquisadores que estudam a relação entre as mídias sociais e os motins realizados pela sociedade civil.

O autor em questão, Jeffrey Hancock, descreve-se na página da Universidade de Cornell como interessado nas “dinâmicas psicológicas e interpessoais das mídias sociais, fraude e linguagem” e já recebeu fundos da Minerva para conduzir pesquisas tais como “Modeling Discourse and Social Dynamics in Authoritarian Regimes” (Discurso modelador e dinâmica social em regimes autoritários) e “Known Unknowns: Unconventional Strategic Shocks in Defense Strategy Development” (Desconhecidos conhecidos: choques estratégicos não convencionais no desenvolvimento da estratégia de defesa). A Universidade de Cornell já cooperou com a Iniciativa Minerva para prever “a dinâmica de mobilização e propagação dos movimentos sociais” e desejava “prever a ‘massa crítica [ponto de virada]’ da agitação e reviravolta sociais estudando suas ‘pegadas digitais’ com base em uma série de eventos. (KORYBKO, 2018, p. 57).

Na sequência, Korybko (2018) lembra que a Agência de Pesquisa Avançada de Defesa (Darpa) do Pentágono investe milhões de dólares para financiar outras pesquisas semelhantes vinculadas ao Programa de Mídias Sociais e Comunicações Estratégicas (SMISC). O texto publicado pela RT apresenta uma citação da Darpa, afirmando que o programa “busca desenvolver ferramentas para apoiar os esforços de operadores humanos no contra-ataque a campanhas de desinformação ou fraudulentas com informações verdadeiras.” No sentido de finalizar o debate do uso do *Facebook* como dispositivo de controle e dominação por parte dos EUA por meio de operações psicológicas que possibilitam a atuação em territórios de interesse, o autor afirma que tal citação revela que, mais que a determinação inicial de instrumento de defesa, o Darpa, por meio da SMISC, pode ser usado como incitador de mobilizações para um público específico utilizando-se de mídias sociais.

Atualmente, a criação de outras plataformas como *Instagram*, *YouTube*, *Twitter*, *GoogleMaps* e *WhatsApp* potencializa ainda mais a utilização das tecnologias em favor das modulações de comportamento e formação de enxames. Recorrendo às Revoluções Coloridas<sup>77</sup> como importante exemplo no qual o estas plataformas foram utilizadas como mecanismo do governo dos EUA para a instituição de levantes locais em países estratégicos, Korybko (2018, p.

---

<sup>77</sup> Um debate mais amplo sobre as Revoluções Coloridas será abordado na seção 9.1.1 *A Multidão em gestação: insurgências entre 1990 e 2007*.

62-63) apresenta a dinâmica do usos das redes na construção das insurgências. Segundo o autor, o *Facebook* recrutava apoiadores dos interesses estadunidenses permitindo a criação de grupos fechados de ativistas para que suas estratégias pudessem ser discutidas de forma coletiva. Quando concretizado este primeiro processo de tomada de decisões, passava-se a utilizar o Google Maps como plataforma para que se delineasse as rotas dos protestos, localizando as áreas públicas com maior potencialidade para receber as manifestações - predominantemente praças e parques. Durante os atos, esta plataforma era utilizada na criação de rotas de fuga e estratégias espaciais para as ações. Estas informações, junto a outras, eram enviadas pelo *Twitter* alcançando os insurgentes de forma rápida e eficaz. Por fim, o *YouTube* entrava como o principal canal de divulgação dos vídeos realizados nas manifestações formados, exclusivamente, pelas narrativas dos ativistas. Posteriormente este conteúdo era postado no *Facebook* e no *Twitter*, ampliando a rede de acessos. Nesta toada, as *hashtags* entram também como importante estratégia na organização das informações, auxiliando no acesso e recuperação veloz do conteúdo divulgado. Para o autor, o objetivo desse sistema era viralizar as Revoluções Coloridas, ganhando projeção internacional (principalmente no Ocidente) e abrindo espaço para intervenção dos EUA e outros governos - principalmente sob narrativas pautadas nas ideias de liberdade e democracia.

. A despeito da análise geopolítica proposta por Korybko (2018) para o caso das Revoluções Coloridas (que, independentemente de haver ou não interesse de outros países, se espalha enquanto mecanismo para os diferentes atos multitudinários), o que se observa com esta análise é uma atuação política conjunta que atravessa redes e ruas. Ou seja, apesar da supracitada importância das redes para a configuração dos movimentos sociais contemporâneos, o ciberespaço não pode ser analisado em detrimento da sua interação com o espaço urbano, tendo em vista que os fluxos não se restringem aos meios virtuais, mas se dão, também, nos espaços físicos. Desta forma, Doreen Massey (2008) lembra que o ciberespaço depende da fixidez espacial para existir, ou seja, de campos materiais onde se possa estabelecer a infraestrutura necessária para sua funcionalidade. No mesmo sentido, Castells (2013), lembra que o espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais, ou seja, a forma concreta de suporte dos processos desenvolvidos na sociedade informacional. Assim, o espaço não aparece como reflexo da sociedade, como é comumente caracterizado, mas como sua expressão, delineando em sua fisicalidade o que é vivenciado nos espaços virtuais, bem como a essência das transformações experienciadas por meio da cultura digital. Neste sentido, Massey (2008, p. 113) aborda que o ciberespaço é muito mais que um mediador, mas um local de intensa conectividade e criação de relações que se estendem para o espaço físico das cidades.

Mesmo participando deste espaço da cibercultura, os mais diversos tipos de pessoas, muitas vezes, acabam se apartando da segurança propiciada pela experiência digital e passam a ocupar os espaços públicos das cidades - pelo menos foi o que ocorreu com grande intensidade durante o ciclo de lutas multitudinárias. Configura-se assim, a potente aposta tecnopolítica como um mecanismo de apropriação e debate das cidades, seus rumos e questões que atravessam redes e ruas. De acordo com Gohn (2017, p. 78), inevitavelmente os protestos superam o ambiente virtual que é utilizado como um meio e não um fim. Há múltiplos processos de subjetivação na formação dos sujeitos que ocuparão as ruas, podendo-se destacar, para além das formação realizadas no ambiente digital, as decisões tomadas na intensidade do momento e atravessadas por diferentes atores.

Se o conceito de tecnopolítica foi elaborado em um momento em que se via a *internet* como uma ferramenta pujante para o estabelecimento das lutas multitudinárias, atualmente observa-se controvérsias frente a esta aposta. Por outro lado, assumir uma narrativa totalitária de exclusiva dominação sobre os dispositivos tecnológicos pode se configurar um exercício perigoso que tende a uma perdição paranóica. Desta forma, resta um olhar sobre a relação tecnologia-política que se constrói não de maneira totalitária ou maniqueísta, mas, ao contrário, observando a tecnologia como uma “caixa de ferramentas” (buscando a definição deleuziana) que possibilita os mais diversos usos.

Atualmente, a tecnopolítica pode ser compreendida de forma não dicotômica, abarcando tanto o desenvolvimento de novas maneiras de controle e dominação quanto de resistência e subversão. “Os agenciamentos sociotécnicos emergentes possibilitam inauditas estratégias de disputa sobre o uso de tecnologias e a agregação de atores heterogêneos que visem a criar, a reforçar ou a reverter formas de dominação ou exploração, ou mesmo fazer florescer modos de existência e/ou organização.” (BRUNO, *et. al*, 2018, p. 7-8). Para GOHN (2010, p. 150), “a *internet* tem sido o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais. Ela possibilitou a criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos que nunca se encontraram fisicamente de fato.” Segundo a autora, um grupo que se identifica em rede, começa a se mobilizar e a se organizar estrategicamente, para se encontrar fisicamente.

**Quadro 12 - Temas de referência seção 4.2 *Tecnopolítica e a produção de subjetividade na era digital***

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Internet;
- Redes sociais;
- Comunicação;
- Referências;
- Ciclo global de lutas;
- Influências (pautas, táticas, estratégias, modo de ocupação do espaço, discurso).

Dando destaque à *internet* e, principalmente, às *redes sociais* como elementos fundamentais para a composição dos levantes multitudinários, atuando ativamente em seus processos de comunicação tanto interna quanto externamente, apresenta-se esses dois temas de referência para a presente seção e relacionadas diretamente com a *comunicação*. A existência destes elementos é um dos principais pilares para a viabilização da configuração de um *ciclo global de lutas* - outro conceito supramencionado - por meio do qual os levantes se *influenciam* mutuamente através de *pautas, referências, táticas, estratégias*, modo de ocupação do espaço e narrativas que podem apresentar notável similaridade.

Fonte: Produzido pela autora.

## 5 Alguns desdobramentos geopolíticos do século XXI: as tensões sobre o Império e as Guerras Híbridas como estratégia de disputa global<sup>78</sup>

Com o lançamento do livro *Império*, já debatido nesta tese, Hardt e Negri (2014) apostaram que, findada a Guerra Fria, se consolidaria uma nova ordem global que seria hegemônica e universal, dando cabo a um grande período de instabilidade histórica pautado pelas disputas travadas entre os Estados-nação. Entretanto, após mais de duas décadas de lançamento do livro, observa-se algumas contradições frente a esta aposta mediante a emergência de um novo agenciamento geopolítico global, que vem desestabilizando a unidade imperial e abrindo caminhos para diferentes formas de organização mundial que se tensionam com o centro de dominação ocidental.

O galopante desenvolvimento chinês põe a prova uma ordem mundial que vinha sendo gestada e efetivada desde o fim da Segunda Guerra Mundial e deixa em aberto os rumos do planeta. Sendo assim, neste platô busca-se investigar essa suposta reversão à ideia de *fim da história* proposta por Fukuyama (1992) pensando tanto a emergência de novas conexões, em sua maioria associadas ao Sul-Global por meio de propostas contra hegemônicas, quanto algumas possíveis respostas advindas dos blocos hegemônicos através, principalmente, das chamadas *Guerras Híbridas*, *Guerras por Procuração* ou *Guerras não-convencionais*.

Assim, como introdução aos debates propostos no platô é preciso compreender a importância dos estudos da geopolítica para realização de qualquer análise complexa nos campos da política, da economia e da sociedade ao longo da história, mas preponderantemente, na atualidade.

O geógrafo Fábio Tozi inicia seu texto *Geopolítica, soberania e hegemonia*, publicado pela *Revista Indisciplinar* em 2018<sup>79</sup> com inquietações muito pertinentes ao conteúdo deste platô, e a todos os questionamentos advindos desta tese, de forma mais geral: por que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, no qual a pertinência da Geopolítica e da Geografia Política é inegável, estes temas acabaram sumindo do debate público? E, no limite, por que falar de geopolítica acabou se tornando sinônimo de “teoria da conspiração”?

---

<sup>78</sup> Parte deste texto foi desenvolvida em parceria com o pesquisador Henrique Porto para realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) denominado *A multidão na cidade: insurgências, participação e soberania popular*.

<sup>79</sup> Disponível em: <https://wiki.indisciplinar.com/download/007.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2022.

Antes de adentrar estas questões, que, ao final, poderão indicar teorias igualmente “conspiratórias”, é preciso compreender o que significam os campos do conhecimento formados pela geografia política e pela geopolítica, pensando algumas razões que justifiquem tamanha periculosidade a eles atribuída.

Tozi (2018), recorrendo a importantes autores do campo (BECKER, 1988; COSTA, 1991; DEFARGES, 1994; CASTRO, 2005; BORON, 2014) apresenta a geografia política como uma das partes integrantes dos estudos geográficos que constrói suas análises com o uso de métodos científicos reconhecidos. A geopolítica, por sua vez, não se restringe à um saber teórico conceitual, podendo atravessar tanto o campo da política conjuntural e suas tomadas de decisão, quanto o processo analítico sobre tais fenômenos. “Trata-se, portanto, de compreender a ação agindo nas suas leituras, em dinâmicas que se redefinem constantemente sob o peso das ideologias e do pragmatismo dos agentes envolvidos”. (TOZI, 2018, p. 82).

Ainda em relação à diferenciação entre a geografia política e a geopolítica, Tozi (2018) traz à tona o pensamento de Bertha Becker (1988) pontuando que as distinções entre as ciências devem ser analisadas considerando alguns elementos principais: (i) a velocidade assustadora que o mundo tem se modificado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial; (ii) e a crise que vem sendo experimentada pelas ciências sociais de um modo geral, ao perceberem sua recorrente incapacidade de compreensão das atuais dinâmicas sociais que atravessam tanto as disputas pelo poder, quanto as perspectivas em relação ao porvir. Seria, então, uma associação entre geografia política e geopolítica (e não um esforço de distanciamento entre as duas) uma possibilidade de leitura complexa da realidade contemporânea acompanhando seus fluxos e contradições.

A questão é que o território e a política nunca foram elementos distantes, pelo contrário, apresentam diversos pontos de conexão que são observados atentamente tanto pela geografia política quanto pela geopolítica. Atualmente, esta relação que se estabelece entre política e espaço é, em muitos termos, condicionada por processos de ocidentalização, principalmente no que tange às etapas de unificação dos Estados Nacionais em Estados Territoriais e as disputas provenientes desta dinâmica, marcadas por elementos como colonização, Imperialismo e globalização.

Recorrendo ao etnógrafo e geógrafo Friedrich Ratzel, Tozi (2018) aponta que o espaço assume centralidade nas dinâmicas do campo da política sendo considerado uma espécie de “conexão natural” entre a sociedade e seu Estado. Assim, a fronteira, como espaço de determinação da relação entre Estado, sociedade e território, passa a ser compreendida como uma barreira que permite tanto a proteção de determinado Estado, quanto a diferenciação entre



Estados. Diferenciação esta primordial para a noção de soberania nacional, estabelecida pelo poder de um Estado no interior de suas fronteiras. Observa-se, então, que o espaço se eleva a outra categoria no debate (geo)político podendo ser visto como uma estrutura analítica fundamental para a compreensão dos eventos de ordem nacional e internacional. Citando Wanderley Messias da Costa (1991), Tozi (2018) afirma, então, que a geopolítica pode ser definida como a ação do Estado no espaço.

Entretanto, é possível observar que, se o território assumiu centralidade geopolítica entre os séculos XV e XX, principalmente pela disputas estabelecidas entre Estados, nas quais as fronteiras se faziam primordiais, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, algo tem se modificado nesta relação. Isso porque, com a intensificação dos processos de globalização, a relação entre Estado, fronteira, território e soberania foi radicalmente alterada. Quando Hardt e Negri (2014) estabelecem uma distinção entre o Imperialismo e o Império, é sobre isto que eles estão falando. Os autores demonstram que, se até um momento histórico as relações internas e externas das nações se davam com base, primordialmente, em suas configurações espaciais e disputas territoriais, a partir da globalização e da emergência do Império, um novo modo de soberania (voltada para fora), agora supranacional, cujas fronteiras ou se flexibilizam ou passam a inexistir, é inaugurado e domina o cenário geopolítico da atualidade. Nesta nova configuração “o território não seria mais o porto seguro absoluto, uma vez que a economia, a cultura e a tecnologia conectam o distante e o próximo.” (TOZI, 2018, p. 85). Porém, apesar de uma tendência global e discursiva de um controle supranacional, o que pode ser observado é que, neste “novo mundo”, os EUA, como plataforma do poder imperial, assumem papel protagonista subsidiado por elementos materiais - como seu poderio militar e de suas corporações -, imateriais - como os acordos econômicos condicionantes a partir dos empréstimos -, culturais e ideológicos.

Se a partir de meados do século passado observar as dinâmicas globais se tornou um desafio para as ciências sociais, a situação se agravou consideravelmente quando adentrou-se o século XXI, que pode ser compreendido como a inauguração de um novo período histórico. Neste sentido, Tozi (2018) lembra que, para alguns autores como Samir Amin, Jacques Attali e Pepe Escobar, esta nova fase é marcada, também, por uma intensa modificação nos processos hegemônicos mundiais por meio da qual a soberania norte-americana tenderia a ser ameaçada e os EUA deixariam de desempenhar papel central nas relações geoeconômicas mundiais.

Assim, com o desenrolar das primeiras décadas do século XXI, a prevalência da normatividade imperial sob o comando dos EUA parece cada vez mais tensionada a partir de forças que vêm do oriente. Neste sentido, Tozi (2018) promove um debate a respeito dos sentidos de hegemonia (entendida enquanto projeção de soberania sobre o restante do mundo) na

contemporaneidade. Segundo o autor, a concepção ocidental de hegemonia, liderada pelos EUA no período do pós-guerra e, sobretudo, com a globalização, estaria sendo colocada em xeque “em face aos avanços dos projetos de hegemonia não-Occidentais”. (TOZI, 2018, p. 86).

Depara-se, então, não com o fim da história, mas com um mundo repleto de contradições e tensionamentos que tem levado a questionamentos a respeito da totalidade do poder imperial na contemporaneidade. Visando adentrar este debate, o presente platô é formado pelas seguintes seções: (i) *5.1 As forças que vem do leste: uma possível modificação nas estruturas de poder imperial* - análise das tensões postas sobre o Império mediante o crescimento de países do oriente, principalmente a China, e a criação de arranjos contra hegemônicos; (ii) *5.2 Apostas multitudinárias no sul global como possibilidade de elucubrações de Guerras Híbridas* - investigação de possíveis reações dos blocos dominantes para o tensionamento gerado por este novo arranjo de forças geopolíticas globais; (iii) *5.3 Problematizações emergentes* - amarração do platô com alguns questionamentos pertinentes à Parte I desta tese. Espera-se, com isso, apresentar indícios sobre o desenho desta nova e complexa rede mundial pensando, de forma geral, como os diferentes fios que configuram este rizoma atravessam a realidade brasileira.

**Quadro 13 - Temas de referência seção 5 *Alguns desdobramentos geopolíticos do século XXI: as tensões sobre o Império e as Guerras Híbridas como estratégia de disputa global***

**TEMA DE REFERÊNCIA**

- Dinâmicas e interesses geopolíticos

Ainda que de forma introdutória, a seção indica como é fundamental a compreensão das *dinâmicas e dos interesses geopolíticos* para a realização de análises complexas sobre acontecimentos sociais e políticos dentro do campo proposto por esta tese.

Fonte: Produzido pela autora.

## 5.1 As forças que vem do leste: uma possível modificação nas estruturas de poder imperial<sup>80</sup>

(...) por outro lado, é engraçado pensar que a Europa já está completamente ultrapassada antes mesmo de ter começado, ultrapassada pelos movimentos que vêm do Leste. (DELEUZE, 1992, p. 212).

A série de controvérsias geopolíticas encontradas nos levantes identificados como multitudinários ao longo dos anos 2000 e início da década de 2010 não é gratuita. Conforme apontamos anteriormente, a própria proposição do conceito de Império - e a consequente aposta na multidão - tem bases inevitavelmente geopolíticas. Contudo, em face dos desdobramentos produzidos por estas lutas, é importante pontuar que o referencial utilizado na proposta do Império está, sobremaneira, associado a uma situação geopolítica consolidada nos anos 1990, como resultado dos processos políticos e econômicos ocorridos em escala global descritos na seção anterior. Assim, a queda da União Soviética, a conformação de um unilateralismo militar e econômico centrado nos EUA/OTAN e a expansão do capital financeiro como amálgama da produção da vida são condições para a pertinência de conceitos como Império, CMI e, até mesmo, de Sociedades de Controle. Guattari e Rolnik (1977) apontam, inclusive, que o capitalismo seria mundial e integrado pois teria superado barreiras geográficas antes impostas a ele, como o bloco soviético e a China maoista.

O capitalismo se engajou no caminho de um controle planetário, visando cada indivíduo. Sem dúvida ele chega hoje – com a integração atual da China – ao ápice de sua potência, mas talvez, também, ao ponto extremo de sua fragilidade! Ele desenvolveu um tal sistema de dependência generalizada que o menor grilo em seu funcionamento acabará tendo, talvez, consequências incontrolláveis.

[...]

O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle. (GUATTARI; ROLNIK, 1977, p. 207-211).

Essa integração, ou “simbiose” com o sistema chinês descrita pelos autores parece ser, sobretudo, representada pelas reformas empreendidas por Deng Xiaoping no final dos anos 1970. Desde 1978 o país tem vivenciado um intenso processo de modernização, modificando de forma radical, porém gradual e experimental, a política econômica chinesa, que passou a se abrir

---

<sup>80</sup> Parte desta seção foi realizada em parceria com Henrique Porto e Natacha Rena.

ao mercado externo. De fato a possibilidade assinalada pelo regime chinês de realocação das estruturas produtivas capitalistas, antes localizadas nos EUA, Europa e Japão, para as novas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) chinesas<sup>81</sup>, conformou a evolução do capitalismo mundial de maneira fundamental a partir daquele momento. A “abertura” chinesa a investimentos estrangeiros parecia ser a peça que faltava ao capitalismo ocidental para a conformação de uma mobilidade e uma velocidade absolutas. Harvey (2008c) chega a colocar Deng Xiaoping como um dos grandes nomes do neoliberalismo, ao lado de Thatcher e de Reagan, e seu projeto como um desvio em relação ao caminho maoista. Esse “desvio” seria o berço das insatisfações que levariam ao - conforme o classificaram Hardt e Negri (2014) - multitudinário levante na Praça Tiananmen, em 1989.

Contudo, em face das transformações geopolíticas observadas ao longo das duas últimas décadas, principalmente a partir da experiência chinesa, muitos autores começam a questionar a existência desta ordem “unilateral”. Elias Jabbour (2019), por exemplo, avalia que a proclamação do socialismo de mercado como horizonte do sistema chinês representa não um desvio do projeto maoista, mas uma reorientação a partir das mesmas bases ideológicas aos desafios do momento presente. “O grande sonho chinês é a revitalização de sua cultura, estado e civilização por meio da unidade territorial.” (MAIA; RENA, 2021)<sup>82</sup>. Jabbour (2019) argumenta que, ao invés de seguir o modelo soviético, que degingolava com o abandono do fordismo em escala mundial, Deng Xiaoping optou por orientar o Estado chinês para um papel de planejador, tendo em vista a coordenação e socialização dos investimentos.

De acordo com Jabbour (2019), Deng Xiaoping foi capaz de identificar nas mesmas forças que levaram o Partido Comunista da China (PCCh) ao poder na revolução de 1949 - as camponesas - a oportunidade para alavancar uma grande transformação no país. Essa transformação seria empreendida pela reversão da lógica campo-cidade, rural-urbano, que embasava o modelo soviético, em favor de um papel privilegiado da agricultura, aumentando a produtividade do setor primário, a renda camponesa e, conseqüentemente, a demanda por bens de consumo. A estratégia elaborada por Deng Xiaoping foi capaz de garantir, não só a

---

<sup>81</sup> Criadas pelo governo Deng Xiaoping, as ZEEs são áreas destinadas ao direcionamento da atividade industrial a partir do oferecimento de vantagens para atrair investimentos estrangeiros e alavancar a produção. A iniciativa começou em 1979 com a abertura de quatro ZEEs nas cidades de Shenzhen, Shantou, Zhuhai e Xiamen. O objetivo desta iniciativa era atrair investimento estrangeiro. Foram criadas também leis especiais para essas zonas, que abarcam questões sensíveis como a propriedade dos terrenos e as relações laborais.

<sup>82</sup> Artigo *Dessincronizando o Ocidente: novos valores de desenvolvimento do sul* de Marcelo Maia e Natacha Rena publicado na 23ª edição da Revista Vírus. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=2&lang=en>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

manutenção da legitimidade política do PCCh durante os anos de dissolução do bloco soviético e a crise desencadeada pelos protestos de 1989, mas também a criação de condições para a abertura de um amplo mercado consumidor, uma forte industrialização em “complexos comunais” e a gradual transição do padrão de crescimento baseado no consumo, a um outro, baseado nas exportações e nos altos investimentos, sobretudo a partir da década de 1990. (JABBOUR, 2019, p.76-80).

Assim, enquanto para Harvey (2008c), o socialismo com características chinesas representaria uma adesão ao neoliberalismo, e para Guattari e Rolnik (1977), uma simbiose com o CMI, Jabbour (2019) defende que esta transição teria sido a forma encontrada para escapar ao destino da URSS, considerando a “reconfiguração da divisão internacional do trabalho sob comando da grande finança.” (JABBOUR, 2019, p.79-80). Não que o período “pós-reformas” na China não represente uma integração às cadeias globais de valor, inauguradas pela globalização neoliberal, mas uma inserção soberana neste circuito, garantida por um Estado dedicado a “novas e superiores formas de planejamento”. (JABBOUR, 2019, p. 82). Este processo levou o Estado-nação chinês a um outro patamar geopolítico mundial, tornando-se referência em diversas áreas como o planejamento urbano territorial, o desenvolvimento sustentável, a tecnologia e a inovação industrial. Sob a liderança do PCCh, o país realizou seu objetivo de tornar-se uma sociedade próspera na qual o histórico problema da pobreza absoluta foi superado. (MAIA; RENA, 2021).

Naturalmente, estas características não eximem o sistema chinês de uma submissão ao domínio sobre a produção da vida, ou a um poder global centrado na unilateralidade do capitalismo ocidental, contudo, o caso chinês parece contar com uma série de desvios em relação ao que foi descrito como a dominação imperial. Assim, em muitos aspectos, a possibilidade chinesa de tensionamento e, em alguns momentos, redirecionamento da ordem hegemônica está, na maior parte das vezes, relacionada à uma construção cultural completamente distinta da ocidental que se vincula, sobremaneira, nesta capacidade de reinvenção das lógicas de planejamento. Dentre os principais elementos que compõem esta base cultural diferenciada destaca-se o tempo.

Para Tozi (2018, p. 89), ao lançar os olhos sobre a China e sua civilização, é preciso entender as conjunções que se colocam entre a parcimônia e o pragmatismo, a dedicação e a destreza, e que se configuram como elementos próprios daquela cultura. Jabbour (2021) afirma que desde sua origem a China é um país desenvolvimentista e que seu destaque no contexto global contemporâneo é parte de uma história de enfrentamento de catástrofes naturais e diversas tentativas de invasão. Assim, a unificação territorial, monetária, linguística, bem como a

tolerância religiosa (na qual o confucionismo é entendido como filosofia e não como religião) têm tido papel central neste novo momento geopolítico vivenciado pelo país.

Com uma história milenar e um território vasto, a China vem se destacando pelo investimento em infraestrutura e pelo desenvolvimento de um planejamento urbano capaz de conter a especulação imobiliária e os lucros exorbitantes do capital que acabam gerando intensas desigualdades socioespaciais. Medidas possíveis mediante a manutenção do PCCh no poder que, enquanto um socialismo de mercado (JABBOUR, 2021), permite uma formação e um desenvolvimento econômico peculiar e altamente avançado nos últimos anos.

A saber, enquanto as décadas de 1980 e 90 no ocidente foram marcadas pela desregulamentação dos mercados e a deterioração absoluta das condições de vida, a China elevou sua participação nas exportações mundiais de 0,75% em 1978, para 3%, em 1995<sup>83</sup>, o PIB per capita (por Paridade de Poder de Compra) saltaria de S\$ 250 dólares em 1980 para US\$ 9.040 em 2014<sup>84</sup>, ao mesmo tempo, a quantidade de chineses vivendo abaixo da linha da pobreza extrema passaria de 770,39 milhões, em 1978, para 462,24 milhões em 2000, e chegando a zero, no ano de 2020; e, no mesmo ano, 98% dos vilarejos do país contavam com cabeamento de fibra ótica e conexão 4G<sup>85</sup>. Os dados do salto de qualidade de vida proporcionado à maior população do mundo no período pós-reformas são inúmeros e expressivos. Evidente que por mais que existam contradições com a leitura de uma sociedade cuja amálgama da dívida e da axiomática do capital dominam todas as formas de produção e reprodução da vida - representada pelos conceitos de Império e CMI - existem também aproximações no caso chinês. Isso por que, ao contrário de uma estagnação no modelo fordista soviético, o caminho chinês parece ter sido orientado a uma integração total ao sistema nascente do Império - a ponto de se tornar indispensável - ao mesmo tempo que manteve uma independência política e subjetiva - absolutamente subestimada pelos ocidentais. Essa diferença fundamental se expressa de maneira muito clara no fato de que, enquanto a política ocidental está imersa em crises de representatividade - baseadas, sobretudo, na percepção da identificação das classes políticas com o poder financeiro - a confiança dos chineses no PCCh alcançou os 98% em 2020, conforme levantamento do Washington Post.

---

<sup>83</sup> Dados de MEDEIROS, 1999, p. 96, apud JABBOUR, 2019, p.81

<sup>84</sup> Dados de JABBOUR, 2019, p.73.

<sup>85</sup> Dados do portal governamental chinês, People 's Daily.

Além disso, o diplomata brasileiro Samuel Guimarães<sup>86</sup> (2020) lembra que enquanto a hegemonia ocidental é pautada por uma aposta constante na desconexão com base no unilateralismo e em uma reafirmação contínua do poderio militar, a China atua pela via do apaziguamento, ou seja, procura uma estabilidade interna, bem como a construção de parcerias comerciais baseadas na ideia do “*win-win*” onde todos saem ganhando.

Assim, as transformações geopolíticas empreendidas pelo desenvolvimento do modelo chinês não se restringem apenas à China e ao seu entorno. Os pesquisadores Javier Vadell, Leonardo Ramos e Pedro Neves (2014) argumentam que o desenvolvimento chinês no século XXI estaria conformando uma alternativa (em termos geoeconômicos e enquanto rede de poder global) ao Consenso de Washington, a qual nomeiam “Consenso Asiático”. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2014, p. 92 - traduzido pela autora). Segundo os autores, as reformas empreendidas pela China ao longo das décadas de 1980 e 1990 diferiram bastante daquelas aplicadas nos países africanos e latino-americanos no escopo do Consenso de Washington, figurando uma abertura gradual e controlada pelo Estado ao mercado global, em oposição à “terapia de choque”, recomendada pelo FMI e pelo Banco Mundial. Nesse sentido, a China teria sido capaz, a partir do início do novo milênio, de inserir-se no cenário internacional como uma influência positiva que, além de impulsionar o desenvolvimento de países pobres ou em desenvolvimento a partir da demanda por commodities e produtos primários, estaria criando “novas oportunidades de comércio, investimento em energia e recursos naturais, e de auxílio financeiro e infraestrutural” para estes países. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2014, p. 98 - traduzido pela autora).

Ao contrário do “auxílio” prestado pelo FMI e pelo Banco Mundial ao longo das décadas de 1980 e 1990, os investimentos chineses em países latino-americanos e africanos não são acompanhados de condicionalidades políticas por ajustes estruturais, mas prezam pelo princípio de autodeterminação em uma visão Confuciana de um mundo harmonioso. Assim, em face da decadência ideológica e político-social do Consenso de Washington - enquanto rede de poder Norte-Sul - e do neoliberalismo como razão de mundo, a crescente inserção internacional chinesa e o crescimento associado de nações emergentes estariam aparecendo como um movimento em direção a uma configuração alternativa na rede de poder Norte-Norte, Norte-Sul e, sobretudo, Sul-Sul. (VADELL; RAMOS; NEVES, 2014).

Esse movimento é fortemente evidenciado a partir do início do mandato do presidente Xi Jinping, em 2013. Seu governo tem sido responsável pela formação e/ou fortalecimento de

---

<sup>86</sup> Destaca-se que o diplomata sempre se demonstrou resistente aos domínios do Império, sendo fundamental na constituição de parcerias Sul-Sul no Brasil, como é o caso do fortalecimento do Mercosul durante sua atividade no governo Lula.

acordos comerciais, instituições financeiras e blocos geopolíticos entre nações em desenvolvimento e orientadas em uma perspectiva mutuamente benéfica. “A geopolítica ganha-ganha dos chineses não se trata de um processo de internacionalização para uma nova forma de globalização, mas de um processo intercivilizatório em busca de um mundo onde o futuro seja compartilhado nas relações Sul-Sul.” (MAIA; RENA, 2021, não paginado). Destacam-se, neste processo, a chamada Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative - BRI*, também conhecida como “Novas Rotas da Seda”) e o fortalecimento da Organização de Cooperação de Shanghai (*Shanghai Cooperation Organization - SCO*). A primeira é formada por uma série de acordos comerciais de infraestrutura e logística, envolvendo cerca de 145 países (BRASIL de FATO, 2022)<sup>87</sup>, visando a integração entre as nações da chamada “Eurásia”, bem como uma maior aproximação entre oriente e ocidente, buscando dinamizar as trocas comerciais e logísticas. Simbolicamente, o projeto foi lançado no ano de 2013 em Astana, no Cazaquistão, emblemático ponto de conexão entre China, Rússia e a península europeia. Um de seus principais objetivos se relaciona a um princípio básico da geopolítica: controlar os sistemas de circulação e mobilidade - sejam eles aéreos, marítimos ou terrestres - como estratégia de hegemonia “a partir do controle dos sistemas técnicos territoriais e das etapas do processo produtivo: produção, distribuição, circulação e consumo.” (TOZI, 2018, p. 87). Outro elemento fundamental deste projeto é estabelecer e estreitar alianças estratégicas entre Estados e empresas privadas visando modificar tanto a divisão territorial global quanto a internacional do trabalho. A SCO, por sua vez, é uma organização política, econômica e militar entre países da Eurásia, visando a promoção da segurança destes territórios, assemelhando-se, à maneira como foi organizada a OTAN no ocidente. Em ambos os casos, a China sob Xi Jinping tem se mostrado como o principal articulador geopolítico e geoeconômico da contemporaneidade, sendo protagonizado pelas nações do Sul-Global e driblando parte das determinações estabelecidas na gênese do Império, ao final do século passado.

Outra transformação geopolítica fundamental das últimas duas décadas diz respeito a mais um grande polo da Eurásia: a Rússia. Para Bandeira (2016, p.151-153), os anos 2000 são marcados pela reestruturação do país a partir do governo de Vladimir Putin, após o período de deterioração econômica e social sob Boris Yeltsin, que submeteu a Rússia à “terapia de choque” das IFIs, destruindo rapidamente grande parte do legado da URSS. Segundo o autor, além da desintegração territorial e política da URSS e da expansão sistemática da OTAN nas franjas da Rússia, o período Yeltsin foi marcado por amplo endividamento do país com o FMI e com o Banco

---

<sup>87</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/13/entrada-da-argentina-na-nova-rota-da-seda-levanta-desafios-sobre-integracao-regional-com-china>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.



Mundial, pelo crescimento exacerbado da corrupção e deterioração das cadeias produtivas e, sobretudo, por uma submissão ideológica a Washington. (BANDEIRA, 2016, p.141-143).

Assim, a partir de 1999, a ascensão de Putin à presidência do país representou uma mudança de rumos radical em relação ao que se praticava na década de 1990. Segundo Bandeira (2016, p. 151-152), Putin foi responsável por diversas modificações no cenário russo, dentre elas: (i) aumentar substancialmente a participação do Estado em setores estratégicos da economia, afastando os oligarcas do poder; (ii) reduzir a parcela de cidadãos vivendo sob a pobreza de 40%, em 1998, para 11% em 2013; (iii) retomar o desenvolvimento industrial e militar do país; e (iv) minimizar a importância da dívida pública mediante o massivo acúmulo de reservas de moedas fortes e ouro. Com isso, a Rússia reaveu seu papel preponderante como ator geopolítico e geoeconômico não só na Eurásia, mas em todo o planeta, à medida em que a integração logística e econômica das antigas repúblicas soviéticas com este país voltou a representar uma grande vantagem para ambas as partes, a despeito das contínuas desestabilizações e aliciamentos da OTAN. Além de sua integração à SCO, a Rússia sob Putin protagoniza também, a partir de 2014, a formação da União Econômica Eurasiática (UEE), com mais quatro ex-repúblicas soviéticas (Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Armênia), consolidando-se como protagonista geopolítico, militar e econômico, e grande antagonista do sistema Imperial/OTAN centrado/Atlântico a qual se submeteu brevemente durante a década de 1990. Tozi (2018) argumenta que o advento de iniciativas como a BRI e a UEE representariam a emergência de uma forma de hegemonia (talvez ancorada em elementos culturais tradicionais do oriente) que se baseia na integração comercial e, sobretudo, territorial como ação de hegemonia. (TOZI, 2018, p. 87).

A partir desta perspectiva, torna-se aparente que com o desenrolar das primeiras décadas do século XXI, a prevalência da normatividade imperial tem sofrido ameaças vindas do oriente. Ou seja, na contemporaneidade, há uma intensificação nas disputas por hegemonia global, por meio da qual o poder exercido pelo Império passa a ser tensionado mediante os avanços de projetos não-Ocidentais. E como é possível imaginar, esse tensionamento está constantemente sujeito a contra ofensivas por parte do Império e é ao entendimento desta dinâmica que será dedicada a seção a seguir.

**Quadro 14 - Temas de referência seção 5.1 *As forças que vem do leste: uma possível modificação nas estruturas de poder imperial***

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Interesses (agenciamento e disputas) geopolíticos.
- Conflitos e alianças entre países e blocos globais.

Esta seção e a anterior apontam a pertinência do debate da geopolítica como um estruturador das análises dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos em todo o mundo. Destaca-se assim, como tema de referência que engloba esta parte do platô, os *interesses geopolíticos* em determinada região (diretamente no território ou em suas proximidades), bem como os *conflitos e alianças* de mesma ordem, como elementos centrais a serem consideradas para a análise de todos os acontecimentos multitudinários.

Fonte: Produzido pela autora.

## **5.2 Apostas multitudinárias no Sul-Global como possibilidade de elucubrações de Guerras Híbridas**

Não é de se surpreender que a emergência da Eurásia tenha gerado grande incômodo ao Império. O novo agenciamento, tendo como protagonista a associação sino-russa, tem ameaçado a hegemonia e a unilateralidade global e o Império, obviamente, busca se blindar, reforçar e ampliar a posição de poder que vinha ocupando a partir da última década do século passado. Como se sabe, as estratégias imperiais de conflito não são, e nunca foram, apaziguadoras (apesar de, muitas vezes, carregam narrativas como a busca pela “paz mundial”) e o estado permanente de guerra no qual a configuração imperial está imersa, tem se intensificado pela ampliação tanto de ameaças militares, quanto de ameaças silenciosas. A criação de novas e mais sofisticadas formas de guerra pode ser considerada, neste sentido, invenção, aprimoramento e aprofundamento dos métodos aplicados aos conflitos globais. Dedicar-se, então, a presente seção a uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas atuais de disputa global que envolvem a presença da multidão, debatendo algumas técnicas de guerra não convencionais que têm como objetivo desestabilizar e/ou anular potências emergentes, a fim de manter a dinâmica de dominação mundial da forma como se estabeleceu desde o declínio da URSS.

Tozi (2018) argumenta que o fortalecimento de China e Rússia (como atores geopolíticos) e a progressiva integração da Eurásia, estariam restaurando como elemento fundamental da disputa por hegemonia o chamado “pivot geográfico da história”, (TOZI, 2018, p. 90-91), ou seja,

um território que garantiria a quem o controlasse grande poder frente o restante do mundo. Para compreender do que se trata este pivot, é preciso entender dois outros conceitos bastante caros à geopolítica: *Heartland* e *Rimland*.

Korybko (2018) considera Alfred Thayer Mahan o pai do pensamento geopolítico, responsável pela formação e condução das estratégias de dominação dos EUA que compõem, até hoje, o cenário de disputas globais. Autor de *A influência do poder marítimo na história*, publicado em 1890, Mahan se consagrou por sua compreensão que o domínio estratégico de certas áreas náuticas configuraria, também, a influência em outras regiões, ajudando as potências marítimas a articularem suas estratégias de dominação. Em sequência e, em parte, como resposta a esta proposta, Halford Mackinder publicou, em 1904, o livro *O pivô geográfico na história*, destacando a influência do poder estabelecido em terra e enfatizando o controle do *Heartland* - a Ásia Central - sobre todo o planeta, preconizando a centralidade vivenciada pela "ilha mundo", ou seja, a Eurásia.

O destaque ao controle estabelecido por estas nações é justificado em Tozi (2018) por três razões primordiais: (i) o tamanho dos países e das populações; (ii) a localização estratégica em termos das trocas entre nações e populações; (iii) e o desenho das fronteiras que facilita a existência de rotas e sistemas de trocas. Assim, segundo Mackinder, o Leste Europeu seria a porta para o *Heartland*, de forma que "aquele que controla o Leste Europeu, comanda o *Heartland*; aquele que controla o *Heartland* comanda a ilha mundo; aquele que comanda a ilha-mundo comanda o Mundo." (MACKINDER, *apud* KORYBKO, 2018, p. 20). Destaca-se que o coração da Eurásia - exatamente onde se situam os pontos nodais de iniciativas como a BRI e a UEE - corresponderia à "porção do planeta para onde convergiria o processo histórico, tornando-se um centro das relações sociais e das conexões geográficas em diversos momentos". (TOZI, 2018, p. 90).

Entretanto, mais estratégico que o *Heartland*, seria o *Rimland*, criado por Nicholas Spykman ao visitar e ampliar, em 1994, a ideia de *inner crescent*, de Mackinder. A região figurada pelo *Rimland* (Ásia Menor, Arábia, Irã, Afeganistão, Sudeste Asiático, China, Coreia e Sibéria Oriental, exceto a Rússia - área localizada em uma zona intermediária entre o poder marítimo e o terrestre, conhecida como território anfíbio que cercava a Eurásia) se destaca por seu potencial industrial e vastidão de mão de obra. Aquele capaz de dominá-lo teria o controle do mundo (deslocando a supracitada centralidade do *Heartland*). Esta ideia foi desdobrada posteriormente por Saul Cohen que concebeu o conceito de *Shatterbelts*, ou seja, a concepção de uma grande região estrategicamente localizada e cobiçada pelos governos centrais, da qual fariam parte a África Subsaariana, o Oriente Médio e o Sudeste Asiático.

Já em 1997, Zbigniew Brzezinski, ex-Conselheiro de Segurança Nacional de Jimmy Carter, publicou *O grande tabuleiro de xadrez: a primazia estadunidense e seus fundamentos geoestratégicos*, explicando como os EUA poderiam manter sua dominação sobre a Eurásia utilizando os “balcãs eurasiáticos”, ou seja, o núcleo do quadrilátero estabelecido entre o sudeste europeu, a Ásia Central, parte do sul da Ásia, o Golfo Pérsico e o Oriente Médio. Basicamente, o que o autor fez foi expandir a ideia de *Rimland/Shatterbelt* incluindo países da URSS recém independentes.

Relendo, incorporando e ampliando as teorias que o antecederam, Brzezinski conseguiu compreender os principais fundamentos geoestratégicos relacionados à supremacia dos EUA. A ideia da dominação partia, então, da lógica de implementação de um caos periférico generalizado, por meio do qual fosse possível desestabilizar a Eurásia levando a Rússia a um desequilíbrio e, conseqüentemente, à imobilidade frente aos planos dos EUA. Assim, atualmente, mediante um processo de abertura mundial e reconstituição dos russos junto a seus vizinhos e demais países pertencentes ao Sul-Global, os EUA se vêem obrigados a fazer uso de outras estratégias de desestabilização a serem abordadas em sequência.

Autores como Moniz Bandeira (2016), Andrew Korybko (2018), Piero Leirner (2020) e Yazmin Ortiz (2021) argumentam que movimentos como as Revoluções Coloridas, a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho de 2013 (como discutiremos adiante<sup>88</sup>) seriam motivados por uma disputa por hegemonia, funcionando como estratégias de Guerra Híbrida, guerra por procuração ou guerras não-convencionais, em favor da desestabilização de territórios chave para o poder dominante das elites financeiras globais.

Enquanto Korybko (2018, p. 13) entende por guerras não convencionais “qualquer tipo de força não convencional (isto é, grupos armados não oficiais) envolvida em um combate largamente assimétrico contra um adversário tradicional”, Ortiz (2021) as aproxima muito mais daquilo que o autor vai tratar como Revoluções Coloridas (que antecede, em Korybko, as ações não convencionais, sendo estas ativadas apenas em caso necessário), definindo as guerras não convencionais como o conjunto de atividades desenvolvidas por determinado grupo político voltadas para o desenvolvimento de movimentos insurgentes em territórios inimigos, cuja finalidade é a desestabilização do governo e a tomada de poder mediante estratégias de guerrilha. Para a autora este método de guerra tem se consolidado como uma das principais formas de ação dos EUA para cumprir seus objetivos geopolíticos.

---

<sup>88</sup> Os acontecimentos serão cartografados na PARTE III deste trabalho.

No mesmo sentido se encontram as guerras psicológicas que atuam minando as forças políticas, sociológicas, econômicas e militares de governos por meio de estratégias de dominação e manipulação subjetivas. Segundo Korybko (2018), as operações psicológicas viriam a se tornar a arma operacional dominante nas disputas geopolíticas tendo como objetivo central conseguir que a população do "inimigo" se volte contra seu próprio governo. Para isso, propagandas e notícias televisivas são utilizadas como armas estratégicas e operacionais dos blocos dominantes fazendo parte daquilo que se denomina *guerra de quarta geração*. Esse tipo de guerra foi previsto por William Lind, em 1989, e contava com características como descentralização, fluidez e assimetria, além de uma maior ênfase na guerra de informação e em operações psicológicas. (KORYBKO, 2018). Além das propagandas, são utilizadas teorias científicas que se apresentam como inquestionáveis para promover a consolidação de paradigmas epistêmicos que fundamentam uma lógica cultural visando a construção de uma base ideológica unívoca e estratégica.

Neste sentido, o fortalecimento das ações subversivas, seja por meio das guerras não convencionais ou das guerras psicológicas, muitas vezes, consegue um alcance superior à capacidade de resposta das forças de defesa nacional. Isso porque, suas estratégias de atuação perpassam interações complexas entre diferentes sujeitos sociais, combinando mecanismos de influência cultural, poder econômico e força militar - os três pilares essenciais no que tange às relações internacionais. Assim, a subversão político ideológica tem sido definida como o conjunto de ações que pretende agitar e modificar as consciências individuais, com seus respectivos componentes emocionais, invertendo elementos essenciais para a composição das subjetividades como gostos, valores e ideologias. O objetivo é transformar a consciência social vigente e, a partir de então, tornar as populações muito mais vulneráveis e sujeitas à manipulações.

Ortiz (2021) lembra que o desdobramento das inúmeras fórmulas criadas no lastro das disputas por sentido, tendo sido favorecido, dentre outras coisas, pela legalização da presença de atores governamentais ou não governamentais estadunidenses em outros territórios. Assim, pautas de desenvolvimento global vinculadas sobremaneira às ajudas humanitárias, segurança alimentar, crescimento sustentável, controle climático, democracia e governabilidade, foram fundamentais para a possibilidade de atuação da Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional (USAID) que, naturalmente, age segundo seus interesses, redirecionando as pautas globais para esse sentido.

Da mesma forma operam outras agências vinculadas aos Estados Unidos como, por exemplo, a Fundação Nacional para Democracia (NED) que utiliza principalmente os campos do

conhecimento e as alianças com *think tanks* como ferramentas para atuar sobre imaginários e ideologias políticas de indivíduos de diferentes nacionalidades. Destaca-se, neste sentido, o trabalho das ONGs que, junto aos *think tanks*, visam a construção tanto de lideranças competitivas eleitoralmente, quanto de novas formas de organização e construção de consenso a fim de desestabilizar governos e suas bases políticas supranacionais. Assim, a configuração de uma rede transnacional que relacione estes atores (ONGs e *think tanks*) aponta, também, para a articulação de linguagens e discursos que visem certa homogeneidade política e econômica global sob dominação de um único bloco hegemônico. (ORTIZ, 2021).

Esses atores, bem como vários intelectuais e mídias hegemônicas ou não, encontram-se diretamente relacionados com a construção e divulgação de protestos realizados em diferentes localidades do globo (KORYBKO, 2018). No caso, por exemplo, dos ciclo de lutas multitudinárias do século XXI, a grande maioria deles se colocava favorável à inexistência de partidos políticos e apoiavam bandeiras genéricas e pretensamente universais pautadas por elementos como “liberdade” e “democracia” (sob uma perspectiva ocidental dos conceitos).

Em relação aos levantes que eclodiram nos países periféricos durante esse ciclo, o autor analisa os casos de Síria e Ucrânia como base para criação do conceito de Guerra Híbrida. Korybko (2018) lembra que naquele momento os EUA encontravam-se favoráveis às reivindicações que se espalharam entre os insurgentes e que, em seguida, apoiaram a queda dos governantes daquelas nações. Observando tal movimento, o autor aposta na constituição de uma Guerra Híbrida como tática político-militar dos EUA para intervenção e substituição de governos não alinhados aos seus interesses (geo)políticos e econômicos. Trata-se, ao contrário das disputas militares fronteiriças típicas do Imperialismo (tal como compreendido por Hardt e Negri -2014), de uma guerra indireta na qual os tradicionais conflitos bélicos dão lugar a Golpe sofisticados, sutis, silenciosos e até mesmo invisíveis.

Entretanto, a Guerra Híbrida não é uma estratégia inovadora da contemporaneidade, configurando apenas um processo de aprimoramento de ações milenares<sup>89</sup> que vêm sendo progressivamente valorizadas devido, tanto à compreensão progressiva da grande potencialidade do controle e produção de subjetividades, quanto à amplitude do poderio militar dos EUA e da Rússia que, se utilizado, poderia gerar danos irreversíveis a todo planeta. Desde a Segunda Guerra Mundial, a existência de armas de destruição em massa acabam sendo um limitador a conflitos diretos já que tornam iminente a possibilidade do fim de toda a humanidade.

---

<sup>89</sup> Há mais de dois mil anos, o militar chinês Sun Tzu, em seu livro *A arte da guerra* (2010) havia compreendido a eficiência da guerra indireta, principalmente por permitir vencer um inimigo sem se colocar em risco. (KORYBKO, 2018).

Além disso, apesar do extenso poderio militar dos EUA, a força bélica russa representa uma ameaça a essa pretensa unipolaridade de modo que investidas convencionais contra países como China e Irã acabariam significando um risco altíssimo para os norte-americanos. As guerras indiretas e suas inúmeras possibilidades e estratégias na contemporaneidade têm se tornado, assim, uma boa opção para o desenvolvimento dos combates. Se no passado as guerras eram marcadas por bombardeiros e destruições, para Korybko (2018), a tendência é que no futuro elas se constituam, cada vez mais, por manifestações e insurgências.

As quintas-colunas<sup>90</sup> serão compostas menos por agentes secretos e sabotadores ocultos e mais por protagonistas desvinculados do Estado que comportam-se publicamente como civis. As mídias sociais e tecnologias afins substituirão as munições de precisão guiadas como armas de 'ataque cirúrgico' da parte agressora, e as salas de bate-papo *online* e páginas do Facebook se tornarão o novo 'covil dos militantes'. Em vez de confrontar diretamente os alvos em seu próprio território, conflitos por procuração serão promovidos na vizinhança dos alvos para desestabilizar sua periferia. As tradicionais ocupações militares podem dar lugar a golpes e operações indiretas para troca de regime, que tem um melhor custo benefício e são menos sensíveis do ponto de vista político. (KORYBKO, 2018, p. 12).

O conceito de Guerra Híbrida surgiu para analisar uma relação geopolítica específica: a tensão existente entre EUA e Rússia. Entretanto é possível ampliar sua área de incidência, estendendo-o a outros impasses estabelecidos entre os estadunidenses e o bloco Eurasiático como um todo e, até mesmo, com grande parte dos países do Sul-Global<sup>91</sup>. Assim, as estratégias de guerra indireta têm sido utilizadas progressivamente nas atuais disputas geopolíticas estando, muitas vezes, sob a roupagem de movimentos "pró-democracia".

De forma geral, é possível compreender a Guerra Híbrida como uma combinação entre as Revoluções Coloridas e as *guerras não convencionais*. Seu objetivo é "provocar fragmentação estratégica *de facto* e *de jure* de um Estado a fim de desestabilizar as grandes potências eurasiáticas (Rússia, China e Irã) e prolongar a supremacia estadunidense no supercontinente." (KORYBKO, 2018, p. 91). A fragmentação imposta aos Estados-alvo se dá por meio de táticas

---

<sup>90</sup> Originalmente, a "quinta coluna" se referia ao grupo de indivíduos que agiam em determinado país em favor de uma nação inimiga, principalmente em períodos de guerra. Em casos de guerras internacionais, os membros da "quinta coluna" podiam atuar como espiões ou sabotadores auxiliando o país rival a conquistar os seus objetivos bélicos. Atualmente, esta expressão também é usada para se referir a qualquer pessoa que auxilia no desenvolvimento de atividades clandestinas, relacionadas com espionagem e sabotagem.

<sup>91</sup> É preciso deixar claro que essa definição parte da visão de um autor russo que defende o posicionamento de seu país, levando o conceito de Guerra Híbrida como atividade realizada apenas pelos EUA contra seus inimigos. Entretanto, observa-se, em outros textos, principalmente de autoria ocidental, que atribui-se também à Rússia a realização de Guerras Híbridas em países alinhados aos norte-americanos. Entretanto, ainda que esta estratégia seja utilizada por ambos rivais, é preciso destacar como a atuação subjetiva estadunidense ocorre de forma muito mais intensa e ampla.

materiais e psicológicas que dão origem a um terreno desestabilizado por um longo período. Assim, é criado um “buraco negro” geopolítico intra e extrafronteiriço, atingindo, também, os Estados vizinhos. Assegura-se, desta forma, uma manutenção e ampliação da influência dos EUA capaz de acometer toda a articulação eurasiática.

Assim, o modelo aplicado nas Revoluções Coloridas (a serem exploradas na seção 9.1.1 *A multidão em gestação: insurgências entre 1990 e 2007*) para a criação de mobilizações sociais, que combina complexos estudos psicológicos e tecnologias sociais - como o uso das redes - funciona como uma fagulha na construção de uma situação insustentável de conflito interno. Se elas não forem suficientes para a derrubada dos governos, em sequência aplica-se a guerra não convencional fomentada por grupos de civis como milícias, guerrilhas ou outros movimentos insurgentes, para desestabilizar os Estados nacionais até seu limite. É preciso destacar que, para Korybko (2018), a principal novidade dessa estratégia é que, para ser bem sucedida, é preciso apenas semear o caos e criar forças centrípetas que por si só ameacem a sociedade alvo, não sendo primordial a derrubada de um governo, mas a divisão da sociedade confiando no caos como seu principal aliado. Portanto, os países alvo devem estar constantemente atentos e preparados para as investidas.

Korybko (2018) lembra que uma das correntes de pensamento que mais se aplica à concepção das Guerras Híbridas é a *teoria do caos* criada por Steven Mann e publicada em 1992 no livro *Teoria do caos e pensamento estratégico*<sup>92</sup>, no qual o autor pretendia articular esses dois conceitos aparentemente díspares: caos e estratégia. O autor define o caos como uma “dinâmica não linear” que pode ser aplicável a sistemas com grande número de partes em constante transformação, como as sociedades e as guerras. Para ele, o caos se instala a partir de poucas variáveis: (i) formato inicial do sistema; (ii) estrutura subjacente do sistema; (iii) coesão entre os atores; (iv) energia e conflito dos atores individuais. Estas variáveis foram fundamentais tanto para a implementação das Revoluções Coloridas, quanto para a realização de guerras não convencionais. Por exemplo, o “formato inicial” é importante, para as primeiras, como situação social e, para as segundas, como estrutura física, militar e infraestrutural. O que se aplica, também, para as demais variáveis, tornando-se ainda mais interessante em relação à última “energia e conflito dos atores individuais”. Neste caso, entende-se que para mudar esta energia de conflito, direcionando-a para os interesses específicos de uma parte em disputa, é necessário alterar o *software* existente e, como bem sabem os *hackers*, a melhor forma de fazê-lo é utilizando um vírus bem potente. Assim, Korybko (2018, p.32) questiona “o que é a ideologia senão um

---

<sup>92</sup> MANN, Steven R. Chaos Theory and Strategic Thought. Disponível em: [https://archive.org/stream/1992Mann/1992+mann\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/1992Mann/1992+mann_djvu.txt). Acesso em: 21 de setembro de 2023.



vírus de *software* para seres humanos?” As Revoluções Coloridas seriam capazes de recriar o “próprio vírus” visando a obtenção de novos adeptos a seus motins. “O vírus ‘contamina’ os indivíduos trabalhando para modificar seu sentimento político, e a ideia é que, uma vez que encontre uma ‘vítima’, esse indivíduo então ‘espalhará’ ativamente suas ideias para outras pessoas, causando uma ‘epidemia política.’” (KORYBKO, 2018, p. 32-33).

Quando o caos é disseminado deliberadamente nas relações internacionais como parte de uma estratégia, ele é denominado caos “construtivo”, “criativo”, ou “administrado”. Essa estratégia de implementação de caos foi aplicada, por exemplo, nos eventos da Primavera Árabe - que serão posteriormente abordados -, bem como nos processos de desestabilização aplicados à Síria e ao Iraque. Neste sentido, “a guerra híbrida é o caos administrado”, já que ela se inicia como um vírus que atua sobre o sistema social do Estado-alvo e, caso seus “enxames de vanguarda” não sejam bem sucedidos na derrubada do governo, passa-se, então, a um segundo momento no qual a guerra não convencional, mais ativa e mais dura, toma a frente das ações. O objetivo desta combinação é o caos sistêmico. (KORYBKO, 2018, p. 33).

Combinado à estratégia do caos, os EUA vêm implementando uma outra camada destinada aos conflitos postos no mundo multipolar: “a liderança velada”. Trata-se de uma transferência da ação contra o governo-alvo para Estados parceiros norte-americanos fronteiriços ao inimigo, sendo aplicada quando se trata de um território em que ações diretas e unilaterais estadunidenses poderiam gerar prejuízos aos norte-americanos. Esta estratégia acaba levando à uma guerra por procuração, na qual os EUA assumem uma gestão à distância, determinando, de longe, as ações que devem ser realizadas por seus aliados<sup>93</sup>. Destaca-se, neste sentido, o papel assumido pela Polônia na construção do EuroMaidan que culminou na troca de regime por um curto período de tempo.

Outro conceito fundamental para a constituição das Guerras Híbridas é o de *dominação do espectro total*, presente no filme *Visão Conjunta:2020* lançado pelo Pentágono em 2000, definido como “persuasivo na paz; decisivo na guerra; proeminente em qualquer forma de conflito”. As forças Armadas norte-americanas ainda acrescentam a estes elementos a capacidade dos EUA de, sozinhos ou com aliados, controlarem qualquer conflito militar. Ainda neste sentido, F. William Engdahl (2009) afirma que o objetivo dos EUA é obter dominação total das Forças Armadas convencionais, das armas nucleares, da retórica de direitos humanos, da geopolítica e dos meios de comunicação, o que envolve todos os elementos que podem, em algum momento se tornar armas de guerras convencionais ou não.

---

<sup>93</sup> Esta situação pode ser exemplificada pela guerra realizada entre Rússia e Ucrânia que se iniciou com uma Revolução Colorida e posteriormente se consolidou como uma guerra por procuração.

O autor dedica parte significativa de sua pesquisa para a análise das Revoluções Coloridas e demonstrando como várias ONGs foram utilizadas no sentido de manutenção ideológica dos interesses dos EUA naqueles conflitos e como as supracitadas características da dominação de espectro total (fundamental para a manutenção imperial) se configuram como uma espinha dorsal da atuação externa nesses levantes. Já no caso das guerras não convencionais, seus objetivos vinculados à dominação de espectro total, estão relacionados à conquista de um domínio físico máximo, muito mais relacionado aos campos tradicionais das estratégias militares. Ou seja, enquanto as Revoluções Coloridas atuam em um âmbito intangível, as guerras não convencionais agem sob o espectro do tangível. Ambas as estratégias derivam diretamente das guerras de quarta geração, tendo, portanto, o caos também como elemento estruturante, de forma que interessa aos EUA e demais países que produzem Guerras Híbridas, o domínio sobre este caos. Os governos que utilizam desses mecanismos em seu favor levam os Estados-alvo a uma posição defensiva. “O caos inerente às Revoluções Coloridas e à guerra não convencional se espalha por todo o ‘sistema’ inimigo (...) tal como um ‘vírus’ faz em um computador” com o objetivo de chegar à sua total deterioração, tornando-se necessário reiniciar o sistema. (KORYBKO, 2018, p. 42). Neste contexto, a guerra não convencional entra adicionando um elemento contínuo ao processo que trabalha como um multiplicador de força e desestabilidades até que o objetivo final seja alcançado: a troca do regime.

Destaca-se, também, a existência de manuais para execução das guerras não convencionais criados, conforme citado na seção 3.8 *Império: biopoder, biopolítica e sociedade de controle*, por Gene Sharp com o auxílio de membros do exército estadunidense. Estes textos ensinam métodos e orientações táticas e estratégicas para a obtenção de êxito em conflitos desta natureza. Além de focar na mentalidade geral das Revoluções Coloridas, Sharp indica como convencer pessoas ainda não alinhadas à razão dos protestos a se posicionarem contra o governo vigente a fim de criar uma extensa rede ativista empenhada na realização do Golpe. São, então, indicados 198 métodos de resistência não violenta a serem postos em prática.

É importante lembrar que, ao abordar a conformação do Império, Hardt e Negri (2014) destacam a necessidade de um constante estado de guerra para que a força dominante imperial mantenha sua extensão totalizante de poder. A guerra pode interessar a muitos, mas certamente, não interessa a ninguém mais que ao Império e por isso que a busca pela multipolaridade e consenso apresentam-se tão ameaçadoras. Compreende-se, ainda, tal como anunciado por Escobar (2016) o caos como uma das principais ferramentas de dominação e manutenção da hegemonia imperial, sendo acionado sempre que necessário. O caos (geo)político, urbano,

social, econômico e humano é, então, muitas vezes instalado propositadamente como estratégia de guerra com a finalidade de dominação e poder.

Por fim, Korybko (2018) afirma que é muito difícil prever os desdobramentos advindos da Guerra Híbrida, tendo em vista que se trata de uma estratégia ainda recente e em construção. Entretanto, o autor aponta que apenas os EUA têm conhecimento geral do processo, sendo que a Rússia o reconheceu apenas em 2014, na Conferência de Moscou sobre Segurança Internacional e que China e Irã, diretamente ameaçados pelas estratégias, ainda pouco se manifestam sobre. Os demais países que provavelmente foram ou têm sido alvos do processo ainda se silenciam a respeito. Como é o caso do Brasil que, de acordo com o autor, endossado pelas leituras de Escobar (2018) e Leirner (2020), seria mais um alvo deste tipo de investida estratégica para desestabilização governamental que se inicia com as Jornadas de Junho de 2013 e segue na implementação de um caos ao longo dos anos, no qual o Golpe de 2016 encontra-se como ponto nodal de referência.

**Quadro 15 - Temas de referência seção 5.3 Geopolítica na atualidade: algumas questões**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Participação de atores estrangeiros (ONGs, fundações, instituições e think tanks);
- Pautas;
- Ideologia (vírus/software)
- Mecanismos de influência cultural;
- Mídias como armas estratégicas;
- Disputas por sentido;
- Desdobramentos (caos);
- Redes sociais.

É possível observar que muitas características da multidão estão também presentes nas Guerras Híbridas, de forma que a análise das categorias apresentará pistas de aproximações e distanciamentos entre as duas formas de sublevação (uma pretensamente espontânea e a outra fabricada). A presença massiva de *atores estrangeiros* na conformação das lutas pode ser um grande indício a ser rastreado. A emergência de *pautas* de cunho generalista e universalizantes como democracia, direitos humanos, sociedade aberta, além de temas relacionados à questões climáticas e ambientais de forma geral, podem também indicar um alerta. Além disso, a imagem da *ideologia* como um *vírus de software* que pode ser recriado, formatado e modificado, é uma das expressões mais marcantes da seção e emerge como tema de referência.

Retoma-se, ainda, a recorrente categoria do *desdobramento* como fundamental a esta análise, já que, nas Guerras Híbridas, existe uma tendência à implementação de um caos generalizado levando a um “buraco negro geopolítico” por alguns anos.

Por fim, aponta-se o uso de tecnologias, principalmente, das *redes sociais*, as mídias e demais mecanismos de influência cultural, como armas estratégicas nas disputas de sentido, essenciais para a conformação de Guerras Híbridas.

Destaca-se, de antemão, que não se trata de uma oposição entre multidão ou Guerra Híbrida nem mesmo de um determinismo, apenas da criação de categorias para análise das insurgências que podem transitar entre os dois modos.

### 5.3 Geopolítica na atualidade: algumas questões<sup>94</sup>

Tendo como base a compreensão das novas dinâmicas globais construídas ao término da Segunda Guerra, que levaram à formação de uma outra ordem mundial, baseada na consolidação de uma supremacia internacional de base imperial, coloca-se a reestruturação do cenário geopolítico no século XXI como uma interrogação sobre a univocidade e perenidade desta base hegemônica global. Ao passo que o Império consolidou-se com o fim da URSS e com a criação de uma suposta unilateralidade mundial, arranjos contra hegemônicos de base eurasiática, cuja articulação se apoia em relações proeminentes do Sul-Global, emergem como elementos de tensionamento a esta ordem planetária.

Entretanto, acredita-se não ser apenas a Eurásia um novo bloco que se ergue e se posiciona em disputa com o Império. Tendo como horizonte a diferenciação de Hardt e Negri (2014) entre Império e Imperialismo, é possível perceber que, com a virada do século, algumas características atribuídas ao segundo modelo voltaram a orbitar o cenário geopolítico global. Apoiado na lógica fronteira e no sistema dos Estados-nação, o Imperialismo se apresenta para os autores, como uma lógica superada mediante a emergência da Nova Ordem Mundial. Entretanto, em meio à intensas mudanças geopolíticas que marcam o século XXI e, principalmente, com a emergência da crise do capitalismo de 2008, alguns países acabaram recorrendo a esse modelo como estratégia principal de governo, podendo ser chamados, também, de neoconservadores. A emergência deste grupo ao poder de várias nações, cujas atuações se distanciavam do modo de governança imperial (predominantemente progressista e baseado primordialmente na dissolução das fronteiras em prol da globalização) levou à hipótese que, ressurgindo alguns anos depois, o Imperialismo também configura um bloco geopolítico altamente presente nas disputas por hegemonia global.

Assim, principalmente após a crise de 2008, o que se pode observar é uma composição geopolítica diversificada. Da mesma forma que a crise de acumulação ao final dos anos 1990 provocou algumas anomalias geopolíticas no ideal de globalização neoliberal, a segunda década dos anos 2000 é marcada pelo progressivo fortalecimento das forças imperialistas e eurasiáticas. Trataria-se, então, de um novo contexto de disputas globais marcado predominantemente por

---

<sup>94</sup> Após algumas explanações a respeito dos estudos de geopolítica pertinentes a esta tese, dedica-se a última seção deste platô à apresentação de inquietações e hipóteses que foram emergindo ao longo dos estudos que o compuseram.

três blocos (de referência): o Império (progressista e globalista), o Imperialismo (neoconservador e nacionalista) e a Eurásia - junto à suas zonas de influência<sup>95</sup>.

Nesta hipótese, ao passo que a Eurásia apresenta-se territorialmente bem definida (apesar de parcerias que extrapolam sua base territorial e de constantes investidas imperiais e imperialistas em alguns de seus países membros e colaboradores), os demais países do globo flutuariam entre os dois grupos, a depender da forma de governar que neles se estabelecesse. Destaca-se, de maneira ilustrativa, a política norte-americana que, enquanto nas mãos de Obama (democrata ligado diretamente à rede transnacional do Império), voltava-se muito mais para os preceitos e discursos relacionados à globalização e à ONU - pensando um mundo integrado cujas pautas relacionadas aos direitos humanos eram amplamente proclamadas -, mas, quando ocupada por Trump, assumiu um caráter muito mais territorialista e fronteirista, materializando as contradições aos discursos globalizados em relação aos direitos humanos e integração nacional como, por exemplo, a construção de um muro na fronteira com o México.

É preciso ressaltar que, ao passo que o Imperialismo trabalha a identidade no sentido nacionalista, o Império lida com o identitarismo, ou seja, com as pautas identitárias. Ao contrário da identidade nacional, essas pautas não se restringem às fronteiras, podendo significar elos de conexão global e distanciamentos das questões que envolvem a luta de classe. Assim, independentemente de sua relevância e necessidade política iminente, tais pautas acabam sendo utilizadas, reforçadas ou até mesmo produzidas pelo Império em favor de seus interesses<sup>96</sup>.

Retomando a hipótese dos três blocos em disputa, destaca-se que não é possível estabelecer diretamente os países que compõem cada um dos grupos. A mesma dificuldade se aplica quando dois blocos se aliam em oposição a um terceiro, sendo muito difícil definir suas aproximações e distanciamentos.

O que se observa é que frente à dinâmica geopolítica mundial representantes dos três grupos se destacam e contrapõem, compondo o tabuleiro das disputas hegemônicas globais. Abaixo será apresentado um diagrama (que sempre se encontrará em processo, tendo em vista

---

<sup>95</sup> A hipótese da existência dos três grupos geopolíticos irá atravessar a análise dos acontecimentos multitudinários na medida em que se escolheu diferentes fontes, relacionadas aos diferentes blocos (ou com posicionamentos políticos similares), para a análise dos movimentos. É o caso do uso do El País (Império), da Fox Broadcasting Company (Imperialismo) e da Russian Television (Eurásia).

<sup>96</sup> Não se trata aqui, de forma nenhuma, de uma crítica às pautas, tampouco de uma minoração de sua relevância e pertinência para diversas lutas minoritárias. O que se procura com este adendo é pontuar como produzindo ou cooptando subjetividades o Império (e também os demais grupos, mas em diferentes searas) segue se promovendo e reforçando seu poder.

a dinamicidade das relações globais) que busca demonstrar graficamente esta aposta de existência dos três principais blocos geopolíticos globais. (FIGURA 5).<sup>97</sup>

**Figura 5 - Os três principais blocos geopolíticos em (movimento e) disputa global**



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e adaptado pela autora.

A partir desta análise é possível observar que as articulações Sul-Sul, principalmente de raiz eurasiática, representam um tensionamento à bases imperiais. Tozi (2018) argumenta que existe uma tendência de direcionamento da atuação chinesa, por exemplo, para a realização de parceria com as periferias globais, como a África e a América Latina (claramente fortalecendo as articulações Sul-Sul), indicando que a formação dos BRICS representaria a integração do Brasil nesta disputa por hegemonia, orientada por uma coerência geopolítica estratégica dos países envolvidos.

<sup>97</sup> Mais informações sobre este debate estão disponíveis no texto *Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil* (RENA; NOBRE; BARBOSA; PORTO, 2018, p. 210-243) disponível em: file:///C:/Users/maira/Downloads/1265-220-PB.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022).

Embora existam possíveis leituras dos BRICS traduzindo-os a partir das ideias de Global South ou nas aproximações Sul-Sul, defende-se que a coerência geopolítica dos seus países membros não é mero acaso, e sua compreensão não sucumbe das condições geopolíticas clássicas já mencionadas. Outra interpretação fundamental é aquela de países-monstros, isto é, aqueles países cujos territórios são continentais e a população gigantesca. Não se trata, contudo, de simples soma aritmética, mas da interação vivente entre gente e espaço, e o extremo grau de heterogeneidade e complexidade daí decorrentes. Tal proposta, tributada a Kennan (1993) e recuperada, para pensar a integração externa e a desintegração interna do Brasil, por Ricupero (2000), encontra na configuração dos BRICS a sua realização como cooperação geopolítica global, mesmo que tenha sido pensada, originalmente, para dentro das fronteiras nacionais de tais países-monstros. (TOZI, 2018, p. 91).

É evidente que estas experiências de articulação entre países do Sul-Global não estão isentas de determinadas características da dominação imperial, tal como a prevalência da axiomática do capital sobre a produção da vida. Entretanto, tudo indica que a formação desses arranjos contra-hegemônicos têm tensionando os pressupostos geopolíticos do Império e, portanto, da multidão enquanto sujeito político. Neste sentido, a SCO, os BRICS e a UEE poderiam ser considerados “contra-impérios” ou “outros” impérios? Ou até mesmo se ainda seria pertinente falar em Império, considerando que a prerrogativa da totalidade estaria sendo quebrada por estes atores. Nesse sentido, questiona-se também a pertinência do léxico multitudinário em regiões do globo envolvidas nestes arranjos contra-hegemônicos, sobretudo considerando-se que, justamente no momento em que a ordem imperial começa a ser contestada em termos geopolíticos, as supostas insurgências multitudinárias deixam de centrar-se em um ataque à normatividade imperial e passam a fazer parte de tensionamentos em regiões chave para a articulação de blocos contra-hegemônicos.

Desta forma, os conceitos de guerras não convencionais, guerras psicológicas e, principalmente, Guerras Híbridas, analisados ao longo deste platô, emergem como mais uma camada de informações que compõem a estrutura de algumas ações multitudinárias. Ao passo que as Revoluções Coloridas, a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho (todas a serem posteriormente apresentadas) constituem experimentos a princípio multitudinários nas porções periféricas do globo, questiona-se a possibilidade de sobreposição desta narrativa com aquela que os coloca enquanto investidas estratégias internacionais (os dois últimos como possíveis Guerras Híbridas) para que seja possível pensar os eventos na complexidade que lhes cabe. Sabe-se que, nestes casos, as manifestações não se direcionavam ao centro do poder imperial como em Seattle (ver seção 9.1 *O ciclo de lutas como aposta multitudinária*), por exemplo, onde a globalização e o capital estavam sendo colocados à prova. Ao contrário, o que se estabelece são movimentações contrárias aos governos locais que se apoiam, muitas vezes, em discursos

como “democracia” e “liberdade”. Frente a esta possibilidade, questiona-se o caráter espontâneo destes movimentos em direção a uma possível manipulação dos manifestantes. Sendo a emergência espontânea um dos principais pontos que caracterizam as multidões, tais levantes poderiam de fato se enquadrar neste conceito? Ou seria possível compreendê-los dentro de uma ideia de massa? Se a aposta multitudinária se apoia em questionamentos contra a ordem imperial e os Estados-nação (principalmente) periféricos apresentam-se com ameaça a esta estrutura, investidas de derrubadas destes Estados não se configurariam muito mais imperiais que multitudinárias? Sendo Império e multidão parte do mesmo jogo de poder, não poderia o Império fazer uso da potência multitudinária a seu favor também como mecanismo de guerra geopolítica? Por fim, a configuração rizomática, fluida, conectada, em forma de enxame de tais manifestações não conferiria a elas tanto um formato de guerras de quarta geração quanto de multidão? Assim, não há indicativo, a princípio, para uma resposta dicotômica frente ao problema que ilusoriamente se coloca entre a multidão e a Guerra Híbrida, mas a possibilidade de complexificar a análise multiplicando os olhares sobre os eventos - o que será aprofundado no decorrer da Parte III desta tese, na qual os levantes serão de fato adentrados. Entretanto, de antemão, anuncia-se que este conflito apresenta-se desnecessário, já que jamais será encontrada uma origem ou resposta pura e unívoca frente à origem e causa das insurgências. O que se pretende, então, é apresentar pontos de vista distintos que demonstrem a complexidade constitutiva dos levantes que, indubitavelmente são produzidos, produzem, consomem e reproduzem elementos das mais diversas ordens.

Acredita-se, assim, na composição de uma análise complexa das insurreições contemporâneas como modo de sobrepor diferentes olhares a elas destinados criando um novo horizonte analítico formado pela conurbação entre análises pertinentes à geografia e à historiografia filosófica de Foucault que permeia o pensamento pós-estruturalista. Segundo Ortiz (2018) a disputa de sentido promovida pelas redes e cenário digital, sobreposta à dominações e subversão política e ideológica de base cultural, constituem um princípio para a construção desta análise que engendra geopolítica e biopolítica, num agenciamento intelectual geobiopolítico, atravessando a ação de entes governamentais e não governamentais dominantes e dominados, complexificando, entre subjetividades e manipulações, os olhares sobre as insurgências. Trata-se de um processo que se projeta desde as ações territoriais até às relações internacionais, passando por um entorno macro-social transescalar que se configura no elo estabelecido entre a produção de desejo e as mudanças globais.



# PARTE II

## A MULTIDÃO NA CIDADE



Esta parte é composta por dois platôs independentes que encerram os debates teóricos propostos nesta tese. Na configuração desses espaços de debate, assume-se uma não linearidade temática buscando, desta forma, constituir cada um dos momentos como um platô separado que, conseqüentemente, pode ser lido individualmente. Ao passo que o primeiro 6 Territórios desejantes: a cidade entre o palco e o centro das lutas, aborda a relação entre a cidade, as lutas urbanas e os movimentos multitudinários; o segundo 7 Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro filantrópica internacional, foca na sociedade civil como ator preponderante das lutas sociais e primordialmente urbanas no Brasil, pensando sua articulação com o Estado e o capital financeiro internacional. Ao final deste platô será apresentada uma cartografia realizada pelo Grupo de Pesquisa *Indisciplinar*, a respeito de financiamentos internacionais a representantes brasileiros da sociedade civil. Trata-se, então, de um momento de transição entre as Partes II e III desta tese, tendo em vista que a cartografia como mapeamento de atores, eventos, conflitos e controvérsias começa a atravessar o debate teórico.

## 6 Territórios desejanter: a cidade entre o palco e o centro das lutas

Inicia-se, aqui, a Parte II desta tese, na qual o território passa a assumir a centralidade do debate. Ao passo que a Parte anterior se dedicou a uma apresentação conceitual, aqui esses conceitos serão aproximados do contexto das disputas urbanas, dos movimentos sociais e da sociedade civil, abordados, ainda, de forma predominantemente teórica. Se, na Parte I, realizou-se uma espécie de cartografia conceitual que atravessa a concepção da multidão enquanto aposta configurada entre a filosofia como teoria e como enunciação de um novo sujeito social emergente no contexto imperial, nesta Parte, se recorrerá ao referencial abordado para que seja possível compreender a constituição da cidade enquanto território do desejo.

Os *territórios desejanter*, que compõem o título desta pesquisa encontram, aqui, seu local de expressão e análise, compondo uma investigação que atravessa as subjetividades e os contextos urbanos apresentando a cidade como o espaço onde as lutas se constroem e a vida se desenvolve. Conforme lembra Harvey (2008b), a cidade tem se tornado cada vez mais o lugar onde o homem está fadado a viver e, conseqüentemente, o terreno que determinará importantes elementos para a qualidade de vida deste homem, tornando-se, assim, local e pauta de disputa, sonhos, lutas e reivindicações.

É interessante lembrar, ainda, que a arquitetura e o urbanismo são fundamentais para esse debate. Quando, no final do século XIX, Haussmann<sup>98</sup> estabeleceu seu famoso plano para Paris, um dos intuitos do desenho de vias demasiadamente amplas foi impedir que se construíssem barricadas que auxiliassem mobilizações sociais. Estratégia semelhante foi utilizada no plano de Brasília, onde as distâncias e os amplos espaços defronte os prédios do governo são pedras no caminho de qualquer manifestação. Por outro lado, e ainda na toada do pensamento modernista, quando Le Corbusier<sup>99</sup> afirma “arquitetura ou revolução”, é possível perceber que há uma aposta na cidade como elemento revolucionário.

Não se pode negar que, durante a segunda metade do século XX, a cidade acabou assumindo um protagonismo enquanto espaço reivindicatório das lutas sociais. Em seu livro *Cidades Rebeldes*, Harvey (2014) apresenta a forma como a cidade, constituída como espaço em que as lutas sociais se desenvolvem, logo (principalmente no século XXI) se transforma em uma das principais pautas destas lutas, tendo elementos como habitação, mobilidade,

---

<sup>98</sup> Georges-Eugène Haussmann, largamente conhecido apenas como Barão Haussmann foi responsável pela reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III (1853-1870).

<sup>99</sup> Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier, é considerado um dos arquitetos mais importantes do século XX, sendo um dos grandes nomes do pensamento modernista para a arquitetura.

infraestrutura, lazer e até mesmo o abstrato conceito de “direito à cidade”<sup>100</sup>, como centrais nas disputas travadas por militantes e ativistas.

Buscando adentrar o terreno das lutas urbanas, realizando um paralelo entre a cidade como espaço de controle, mas também de desvio, essa seção será dividida em duas partes. A primeira *6.1 Guerrilhas e movimentos sociais: a composição das lutas e a chegada da multidão* abordará especificamente os movimentos sociais urbanos e sua modificação principalmente após a queda do Muro de Berlim que leva a uma reconfiguração de suas estruturas e práticas. Para tanto, será utilizada a conceituação proposta por Gohn (2014a; 2014b) que diferencia as atuações militantes realizadas nos movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos.

Após compreender a emergência e o caráter dos novíssimos movimentos sociais, o próximo passo será adentrar a seara dos movimentos notadamente multitudinários (NEGRI; HARDT, 2016) que eclodiram após a crise de 2008 abordando, um de seus pontos mais emblemáticos, a crise de representatividade e o debate a respeito da democracia que atravessou narrativa e corporalmente as experiências delineadas em diversos países, o que será apresentado na seção *6.2 Nem Estado nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade*.

Por fim, estes novíssimos movimentos sociais e o ciclo de 2011 serão abordados frente a seu caráter urbano pensando, primeiramente, a abordagem de Harvey (2014) a respeito das Cidades Rebeldes, para que, em seguida, se aproxime da experiência de ocupação das praças a partir de uma leitura de Gohn (2014a).

## **6.1 Guerrilhas e movimentos sociais: a composição das lutas e a chegada da multidão**

Esta seção se dedica a um estudo a respeito da composição das lutas sociais ao longo do tempo, até a emergência da multidão. Assim, inicialmente será abordada uma relação entre as guerrilhas camponesas e o formato rizomático das lutas multitudinárias, sabendo que essas

---

<sup>100</sup> O conceito de “direito à cidade” foi cunhado por Henry Lefebvre e abordado em um livro homônimo lançado em 1968, ou seja, sendo, também, parte do pensamento insurgente da França e do mundo naquele ano. Atualmente é possível observar várias disputas de significados sobre o conceito sendo, muitas vezes, permeado pela tendência a um esvaziamento. É possível saber mais sobre esse debate acessando o artigo *A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios*, de autoria de Maira Nobre, Lygia Lott e Natacha Rena, publicado no *ebook do II Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico* realizado pelo Grupo de Pesquisa *Indisciplinar*. Disponível em: [https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05\\_FN1\\_ANAIS%20UB\\_2019\\_FN-5.pdf](https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05_FN1_ANAIS%20UB_2019_FN-5.pdf). Acesso em: 14 de agosto de 2023.

são típicas das cidades e, predominantemente das metrópoles. Desta forma, será abordada brevemente a incorporação do modelo de guerrilha para o tecido urbano a partir da Revolução Industrial, e sua adequação ao modelo fordista de produção, principalmente mediante a criação dos exércitos populares. Em seguida, tendo os movimentos sociais dos anos 1960 como referência, será observada a modificação nesta estrutura de guerrilha que passa a se “contaminar” com o modo de produção, reprodução e vida, da sociedade neoliberal. Flexibilidade, horizontalidade e policentrismo são elementos que passam a compor o léxico destas lutas. Em sequência, já no contexto do Império, passam a compor a produção biopolítica da multidão pautada, primordialmente, na informação e comunicação atreladas, diretamente, à produção de subjetividade.

Por fim, mas dando continuidade a mesma temática, será proposto um estudo a respeito das teorias dos movimentos sociais, tendo como base, principalmente, a abordagem proposta por Gohn (2014a; 2014b; 2017; 2019). Assim, após introduzir os conceitos de movimentos sociais clássicos e novos movimentos sociais, será possível compreender de forma mais ampla o que a autora chama de novíssimos movimentos sociais, ou seja, aqueles que compõem o ciclo de lutas do qual as Jornadas de Junho de 2013 fizeram parte.

**Quadro 16 - Temas de referência seção 6.1 Guerrilhas e movimentos sociais: a composição das lutas e a chegada da multidão**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Movimentos sociais
- Táticas e estratégias das insurgências
- Estrutura das lutas

Ainda que de forma bastante introdutória, este pequeno texto traz um indicativo a respeito dos estudos e análises que serão realizados em sequência abordando a modificação nas formas de resistência ao longo do tempo. Neste sentido, analisa-se, não apenas as mudanças de *tática*, *estratégia* e *estrutura* das ações insurgentes, como as modificações dos *movimentos sociais* no decorrer da história e, mais precisamente, no século XX.

Fonte: Produzido pela autora.

### **6.1.1 Das guerrilhas camponesas às revoluções rizomáticas globais**

Ao abordar a aposta multitudinária, Hardt e Negri (2012) apresentam uma forma curiosa de organização de luta que, de alguma maneira, inspirou e foi apropriada pelo contexto do século

XXI: a guerrilha - que posteriormente foi adaptada no formato de táticas subversivas predominantemente autonomistas e anarquistas, como o urbanismo de guerrilha. Assim, esta introdução à análise dos movimentos sociais que culminará em uma investigação mais aprofundada sobre as Jornadas de Junho, recorrerá, de forma breve, à investigação histórica proposta pelos autores que busca analisar as movimentações das táticas e das estratégias das lutas ao longo do tempo dentro do espectro das guerrilhas.

Já no primeiro terço do livro *Multidão*, Hardt e Negri apontam alguns momentos em que as guerrilhas foram utilizadas como estratégias para conversão das fraquezas de grupos em desvantagem numérica e bélica, em força de atuação em confrontos militares. Foi o que ocorreu, por exemplo, nos embates espanhóis entre camponeses e o exército napoleônico, ou na derrota sofrida pelos EUA no Vietnã e até mesmo a vitória do povo do Afeganistão sobre os soviéticos.

Essa potencial superioridade dos fracos exprimida em meio aos conflitos assimétricos só é possível quando há um apoio popular e um conhecimento aprofundado a respeito dos terrenos físico e social nos quais se estabelecem os embates. É este conhecimento que possibilita a imprevisibilidade inerente aos ataques guerrilheiros que podem ocorrer de qualquer lugar, em qualquer direção e por meios improváveis. Desta forma, os inimigos encontram-se sempre atentos ou, mais que isso, paranóicos. E é por isso que as guerrilhas só podem ser contrapostas com estratégias para além das militares, fazendo uso de armas sociais, políticas ideológicas e psicológicas. (HARDT; NEGRI, 2012, p.82).

Os guerrilheiros geralmente não dispõem de um território soberano com zonas de segurança, tendo a mobilidade como uma de suas principais características que, facilmente, se transforma em arma, principalmente pela facilidade de operar em território inimigo. Entretanto, o fato, por si só, de ocuparem áreas de floresta, por exemplo, não os garante a segurança necessária, sendo preciso se organizar de forma policêntrica, fazendo uso de uma comunicação horizontal que assegura, muitas vezes, autonomia entre os grupos. Assim, o exército de guerrilha não é um organismo único, mas algo mais parecido como uma alcateia na qual os lobos devem ser caçados pelas forças contra-insurgentes<sup>101</sup>.

Um fato importante é que este modelo de guerrilhas tipicamente camponês é amplamente adaptado no Estado Moderno por meio das guerras civis, que assolam a Europa desde o século XVI, ou seja, basicamente deste a transição para o capitalismo. Assim, observa-se a existência

---

<sup>101</sup> A imagem dos lobos como os sujeitos das guerrilhas faz lembrar a cena proposta por Chris Marker e descrita na seção 3.4 *O florescer da nova esquerda: breve relato sobre o levante francês de 1968*, quando alvejados por tiros de helicóptero alguns lobos morrem e outros permanecem vivos, indicando a continuidade e os novos rumos da luta.

de um significativo legado das guerrilhas camponesas que levou à constituição deste modelo de guerra urbana que foi duramente reprimido em casos como o da Espanha, do México, da Rússia e da Índia. Foram desenvolvidas nestes territórios (e posteriormente incorporados em outros) técnicas de repressão extremamente intensas que, muitas vezes, receberam como resposta a reunião de camponeses armados criando bandos, que posicionavam-se contra reis e colonizadores. Muitos desses bandos acabaram formando exércitos populares como, por exemplo, aquele liderado por Cromwell<sup>102</sup> durante a Revolução Inglesa<sup>103</sup>, os guerrilheiros do sul dos EUA que lutaram contra as tropas britânicas<sup>104</sup> e todas as grandes lutas modernas travadas na América do Sul, Ásia e África contra sua dominação.

Como lembram os autores, "é esta a passagem fundamental para moderna guerra civil: a transformação de forças rebeldes dispersas e irregulares num exército" (HARDT; NEGRI, 2012, p.105), o exército popular. Fato que também foi observado por Friedrich Engels<sup>105</sup>, quando, ao analisar as insurreições alemãs de 1848<sup>106</sup> comentou sobre a transformação dos grupos proletários armados em um exército comunista. Trazendo à tona a vivência de Leon Trotski<sup>107</sup> e dos líderes do exército vermelho, o autor destaca que houve um esforço no sentido de organizar as forças guerrilheiras camponesas sob um comando central e se apropriar de parte de suas táticas para a constituição da guerra na modernidade.

Diante de tal análise, Hardt e Negri (2012, p. 106) reforçam que a formação de um exército popular na atualidade em muitos aspectos corresponde a essa transição da experiência

---

<sup>102</sup> Oliver Cromwell foi um importante militar e líder político inglês. Conhecido por ser um grande e solitário puritano, Cromwell participou da Guerra civil inglesa ao lado dos Parlamentaristas.

<sup>103</sup> A Revolução Inglesa foi um conjunto de guerras civis e mudanças de regime político que ocorreram na Inglaterra, Escócia e Irlanda entre 1640 e 1688. Estas revoluções marcaram a ascensão da burguesia e consolidaram a monarquia parlamentarista na Inglaterra.

<sup>104</sup> Conflito marcado durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos.

<sup>105</sup> Friedrich Engels foi um empresário industrial e teórico revolucionário prussiano, nascido na atual Alemanha, que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo.

<sup>106</sup> As Revoluções de 1848 nos Estados alemães foram uma série de protestos coordenados e rebeliões nos estados da Confederação Germânica e no Império Austríaco. As revoluções salientaram o pangermanismo, enfatizaram o descontentamento popular com a tradicional estrutura autocrática dos 39 estados independentes da confederação, que haviam herdado o território alemão do Sacro Império Romano-Germânico.

Além disso, demonstraram o desejo popular para uma maior liberdade política, junto com políticas liberais, a liberdade de expressão, democracia e nacionalismo. Os elementos da classe média estavam preenchidos com princípios liberais, enquanto a classe trabalhadora buscou melhorias em suas condições de trabalho e de vida. No entanto, a classe média e os componentes da classe trabalhadora foram divididos durante a revolução, e no final, a aristocracia conservadora havia derrotado ambas as partes, forçando muitos liberais para o exílio.

<sup>107</sup> Leon Trótski foi um escritor, intelectual marxista e revolucionário bolchevique, organizador do Exército Vermelho. Após a morte de Lenin se tornou o principal rival de Stalin na disputa pela hegemonia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

camponesa para o trabalho fabril e, conseqüentemente, da transmutação da forma de organização e luta social que se adequa a este novo contexto. O novo proletariado, agora concentrado nas cidades, não tardou em se organizar para a formação de forças militares criando, muitas vezes, os exércitos populares.

Um exemplo significativo desse processo é a marcha de Mao Tse-Tung (1934-1935)<sup>108</sup> que, de um lado atuava na reunião das forças rebeldes dispersas a fim de formar um exército nacional e, de outro, peregrinava por diferentes regiões da China distribuindo grupos revolucionários nos mais diversos locais, garantindo assim, uma dominação territorial por setores que se baseia nas antigas estratégias de guerrilha. A revolução se dava entre a insurreição e a guerra civil, articulando um exército popular revolucionário ao ideal de constituição de uma nova sociedade.

O mesmo havia ocorrido no México, na década anterior, com a criação de um exército da plebe que lutou ao longo da Revolução Mexicana<sup>109</sup>. No sul, aqueles camponeses que acompanhavam Zapata<sup>110</sup> marchavam a pé ou a cavalo, ao passo que, no norte, os aliados de Pancho Villa além de transitarem sobre cavalos, também se deslocavam de trem e, muitas vezes, se instalavam sobre as linhas criando vilas e aldeias. Assim, novamente, a principal estratégia era o movimento constante que permitia com que as forças guerrilheiras outrora isoladas, pudessem se reunir nos exércitos populares<sup>111</sup>. Os autores atestam que, obviamente, este processo não fez com que os camponeses se transformassem em proletários, mas que permitiu

---

<sup>108</sup> Após a criação do PCC, seus líderes logo trataram de estabelecer relações com o Kuomintang, maior partido da China naquele período. Entretanto, quando, em 1925, Chiang Kai-shek assumiu o comando do Kuomintang essa aproximação se rompeu e deu-se início a uma grande perseguição aos comunistas que, para se defender e evitar o aniquilamento total do movimento, optaram por fugir e se esconder nas zonas do interior. Esta fuga, liderada por Mao Tse-Tung, ficou conhecida como Longa Marcha, pois, entre os anos de 1934 e 1935 os comunistas percorreram aproximadamente dez mil quilômetros saindo das regiões de Jiangxi e Fujian para se estabelecer em Yanan.

<sup>109</sup> A Revolução Mexicana, ocorrida de 1910, foi um movimento armado cujo objetivo era instaurar um governo popular e acabar com as imensas desigualdades vividas no país. Após um longo período de ditadura sob as mãos de Porfírio Díaz, os camponeses se rebelaram liderados por Emiliano Zapata e Pancho Villa dando início, em 1914, a um novo governo marcado, dentre outras coisas, pela promulgação de uma Constituição que assegurava importantes direitos à população mexicana.

<sup>110</sup> Emiliano Zapata Salazar nasceu em San Miguel Anenecuilco em 08 de agosto de 1879 e é o principal líder da Revolução Mexicana contra a ditadura de Porfírio Díaz.

<sup>111</sup> É interessante vislumbrar nessa narrativa de Hardt e Negri, como a questão do nomadismo, posteriormente, incorporada pelos autores como um dos princípios da constituição multitudinária, é colocada como uma das maiores potências para criação desses exércitos. O nomadismo, ou seja, o deslocamento e a conexão que se faz não de forma verticalizada, mas horizontalmente e, muitas vezes, com articulações que se assemelham às redes. Nesse sentido vale a leitura do supracitado livro *Vida Capital* de Pál Pelbart, no qual o autor aborda o deslocamento e o nomadismo na compreensão da concepção de multidão, recorrendo, para isso, tanto aos antigos povos chineses, quanto à literatura de Franz Kafka.



que se tornassem um exército moderno, deixando de estar totalmente desconectados tal qual ocorria nas tradicionais guerrilhas camponesas.

Entretanto, é preciso ressaltar que há uma marcante disputa de narrativa a respeito da transformação destes guerrilheiros em um exército. Ao passo que, por parte dos comunistas, existe uma tendência a ver esse movimento de forma positiva, os reacionários, a exemplo de Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz<sup>112</sup>, quando se propõe a analisar as investidas anti-napoleônicas, defendem que os bandos armados jamais deveriam se transformar em exércitos. O autor de *Da Guerra* (1832)<sup>113</sup> se posiciona severamente contra a existência de qualquer educação revolucionária que pudesse levar a um movimento de libertação. No mesmo sentido, mas mais de meio século após o posicionamento de Clausewitz, Carl Schmitt<sup>114</sup> observou a guerra civil a partir de uma concepção telúrica, acabando com qualquer possibilidade modernizadora (ou inovadora) na constituição dos exércitos populares. Schmitt defende que as forças camponesas ao invés de se reunir e agir conjuntamente neste novo contexto, deveriam permanecer isoladas com suas tradições intactas. Este pensamento reacionário impactou várias possibilidades de formação de exércitos populares, como é o caso do movimento liderado por Giuseppe Garibaldi<sup>115</sup> na Itália no século XIX.

Mais adiante, já no século XX, as resistências antifascistas organizadas na Polônia, na Ucrânia, na Rússia, na Itália, na França, na Iugoslávia e em outros países durante a Segunda Guerra Mundial se apoiavam sobre uma lógica de articulação e unificação, contendo, em muitos casos, uma mistura de diferentes elementos, como a luta de classes, o nacionalismo, a defesa às tradições e, em alguns momentos, pensamentos de ordem reacionária. O mesmo se podia observar em guerras de libertação realizadas em países da África e da Ásia. "Por outro lado, o caminho da modernização, em direção a um exército popular unificado, parecia ser a única estratégia disponível para a moderna guerra civil." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 108).

---

<sup>112</sup> Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz foi um importante militar do Reino da Prússia atuando pela primeira vez no exército em 1793, aos doze anos. Posteriormente alcançou o cargo de general sendo conhecido por ser um grande estrategista militar. Clausewitz é também lembrado por sua obra *Vom Kriege* (Da guerra), um livro sobre guerra e estratégias militares, publicado após as guerras napoleônicas.

<sup>113</sup> Principal obra de Clausewitz, *Da Guerra* foi escrito entre os anos de 1816 e 1830 e publicado após a morte de seu autor, em 1832.

<sup>114</sup> Carl Schmitt foi um filósofo, jurista e teórico político alemão. Membro proeminente do Partido Nazista, é considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional do século XX.

<sup>115</sup> Giuseppe Garibaldi foi um general guerrilheiro italiano conhecido como "herói de dois mundos" por sua atuação em conflitos na Europa - sendo considerado uma das principais figuras da Unificação italiana - e na América do Sul - por seu destaque na Revolução Farroupilha, no Brasil, e atuação na marinha uruguaia.

Apesar da categórica afirmação acima, Hardt e Negri (2012) observam de forma cautelosa alguns desdobramentos das conquistas realizadas pelos exércitos populares. Isso porque, conforme já anunciado por Lênin<sup>116</sup>, há uma importante questão que deve ser posta a qualquer intento de ato revolucionário: o que fazer após a vitória?<sup>117</sup> Há uma indicação, portanto, a partir da leitura de Hardt e Negri (2012) que apesar da tendência à horizontalidade de policentralidade, o que se observava de forma prática após as conquistas das guerrilhas era a construção de organizações que seguissem os modelos militares tradicionais, ou seja, verticalizadas e com um centro bem definido.

Assim, os autores indicam que essa transformação das guerrilhas camponesas em exércitos populares, pode ser observada a partir de dois pontos de vista que, de forma geral, coincidem com tendências e problemáticas da modernização. Primeiramente, cabe ressaltar que as guerras e guerrilhas funcionaram como motores fundamentais neste processo de modernização, visto que reformularam as relações de propriedade e produção, reposicionaram as populações nos territórios e funcionaram como processos educacionais. Entretanto, a centralização e a hierarquia inerentes a esses processos, geram questionamentos, por parte de Hardt e Negri (2012, p. 109) a respeito da perda de autonomia de uma parcela dos indivíduos que se encontravam em realidade completamente distinta quando envolvidos nas guerrilhas camponesas.

Ainda assim, o que não se pode negar é que estas modernas guerras de libertação trouxeram, consigo, uma vasta produção de subjetividade, transformando, visceralmente, muitas localidades onde ocorreram, como é o caso do México ou do Sudeste Asiático. Isso porque, em locais de intensa miséria, a formação destes grupos não se baseava apenas na distribuição e ativação bélicas, mas na formação de organismos políticos, sociais e individuais. “Em última análise, o que essas guerras fundadoras realmente produzem, e muitas vezes não são capazes posteriormente de satisfazer, é um grande desejo de democracia.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 110).

Neste sentido, é importante destacar como, para os autores, os anos 1960 - ponto de inflexão fundamental para o debate aqui proposto, conforme é possível observar na Parte I - são

---

<sup>116</sup> Mais conhecido pelo pseudônimo Lenin, Vladimir Ilyich Ulianov, foi um revolucionário comunista, político e teórico político russo que serviu como chefe de governo da Rússia Soviética de 1917 a 1924 e da União Soviética de 1922 até sua morte em 21 de janeiro de 1924. Sob sua administração, a Rússia e em seguida a União Soviética tornaram-se um Estado socialista unipartidário governado pelo Partido Comunista (PCUS).

<sup>117</sup> Este debate é proposto e aprofundado na dissertação *Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008*. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40741>. Acesso em 14 de junho de 2023.

um marco para o renascimento das organizações guerrilheiras, mas agora de forma distinta dos exércitos populares que encontravam-se sob forte ataque teórico e conceitual devido à supracitada tendência de centralização. Dessa forma, a nova incorporação das guerrilhas na lógica social, deixa de lado seu caráter verticalizado típico dos exércitos populares, passando a assumir significativa descentralidade e relativa autonomia.

Nesse contexto de renascimento das guerrilhas, a revolução que mais se destaca é a cubana<sup>118</sup>. Acreditava-se que a novidade trazida por este modelo residia na afirmação da primazia da experiência militar guerrilheira e na recusa de submeter suas forças ao controle de um partido político<sup>119</sup>, sendo este criado apenas após a vitória militar. Além disso, o afastamento de Ernesto Che Guevara<sup>120</sup> após a conquista e seu retorno à luta na Bolívia, seria a confirmação deste distanciamento partidário prévio e da primazia da causa e ideologia frente à composição política tradicional. Assim, o modelo de guerrilha cubano era considerado intensamente libertador, pois, de alguma forma, também se afastava da dominação dos países comunistas centrais, propondo uma experiência única e territorializada, apesar de amplamente alinhada (e não apenas ideologicamente) com as propostas do comunismo. Além disso, a possibilidade da existência de uma vida revolucionária autônoma a exemplo do que foi realizado por Che e de criação de pequenos focos guerrilheiros com números indefinidos de pessoas, atuando de forma relativamente independente dos demais, também são elementos que asseguram este caráter libertário. Assim, o modelo de Cuba coloca-se como menos autoritário, driblando parte significativa das críticas reacionárias que eram postas sobre experiências como as dos exércitos populares. Entretanto, é preciso ressaltar que apesar destas características, havia elementos de centralização (como a ideia defendida por Che e Fidel a respeito da submissão a uma liderança

---

<sup>118</sup> A Revolução cubana ocorreu em 1959, foi liderada por Ernesto Che Guevara e Fidel Castro e tinha como objetivo a tomada de poder das mãos de Fulgêncio Batista limitando as influências estadunidenses sobre a ilha e aproximando seu governo da União Soviética.

<sup>119</sup> De Giap a Ho Chi Minh, de Ju a Mao, de Trotsky a Lenin, sempre havia a subordinação ao partido quando se tratava da formação dos exércitos populares.

<sup>120</sup> Che Guevara, ou Ernesto Guevara de la Serna, foi um revolucionário marxista, médico, autor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar argentino conhecido por sua liderança durante a Revolução Cubana. Após viajar pela América do Sul durante a juventude, registrando as mazelas da exploração capitalista sobre o continente, Che se envolveu com reformas sociais na Guatemala, mas viu uma importante derrota da luta após um golpe realizado contra o presidente Jacobo Árbenz sob influência da CIA e da United Fruit Company. Ainda com um sonho revolucionário para a América Latina, se juntou ao Movimento 26 de Julho, após conhecer Raul e Fidel Castro, se dirigindo para Cuba com a finalidade de derrubar Fulgêncio Batista, acabando com a influência estadunidense na ilha e aproximando seu governo da URSS. Seis anos após a vitória em Cuba, consolidando a Revolução de 1959, Che se empenhou em estender o movimento para outros países, não obtendo sucesso em seus intentos primeiro no Congo-Kinshasa e depois na Bolívia, onde foi capturado e assassinado pela CIA.

única) e a dependência inegável das células de guerrilha à organização base, configurando, assim, uma estrutura que também apresentava importantes traços de centralidade.

Além desse modelo, o contexto foi marcado, também, pela Revolução Cultural Chinesa, um fenômeno social de ainda difícil compreensão. De forma geral, o que se sabe, é que foi um processo de modificações profundas nas estruturas do país quando o próprio Mao<sup>121</sup> convocou a população, e principalmente a juventude, a reivindicar o poder para si. Esta medida distanciaria a experiência chinesa daquela vivenciada pelo bloco soviético de modo geral, posto que simbolizava um ideal de engajamento pleno e livre das massas que fugia a uma controle centralizado. Havia, neste sentido, uma luta contra o autoritarismo e pela constituição de uma experiência profunda de democracia que passou a ser inspiração em todo o mundo.

Essas duas revoluções influenciaram significativamente o ciclo de lutas marcado pela experiência de 1968, quando as insurgências chegaram com mais intensidade aos pontos centrais do poder mundial. Ou seja, a partir desta reconfiguração das guerrilhas, observa-se uma modificação profunda, e em escala global, no modo de insurgir-se. Houve uma tendência de transferência das lutas do campo para os meios urbanos, e dos contextos de produção fabril para a lógica pós-fordista, nas quais os levantes se estruturam em rede e de acordo com os novos padrões de informação. Assim, à medida que a guerrilha urbana se aproximava das produções biopolíticas e se espalhava pelo tecido social, ela passava, progressivamente, a atuar sobre o terreno das subjetividades, principalmente frente às camadas da cultura material e imaterial. O que se colocava em jogo era a conquista de novos corações e mentes por meio da constituição de um outro modelo de comunicação, diferentes formas de interações e de tecnologia social.<sup>122</sup>

Apesar de ter as revoluções cubana e chinesa como referência, esses processos que se iniciaram a partir da segunda metade dos anos 1960 se distanciam daqueles que os antecederam em um ponto fundamental: a relação entre o rural e o urbano. Ao passo que inicialmente as atividades revolucionárias tendiam a se desenvolver no campo, esta nova fase é marcada por uma metropolização das lutas, principalmente aquelas organizadas nas Américas e na Europa.

---

<sup>121</sup> Mao Tse-Tung foi um político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês que esteve à frente da Revolução Chinesa e fundou a República Popular da China, da qual foi líder desde a criação, em 1949, até sua morte em 1976. Após conduzir a Longa Marcha, Mao realinhou o PCCh ao Kuomintang (KMT) para proteger a China dos intentos de dominação japonesa. Com a vitória neste conflito, o revolucionário conduziu o PCCh a uma conquista contra o generalíssimo Chiang Kai-shek do KMT na Guerra Civil Chinesa instaurando o partido no poder desde então.

<sup>122</sup> Apesar de tratada como um modelo, essa nova forma policêntrica de se organizar as guerrilhas não era unânime, posto que maneiras verticalizadas, de lógica militarizada tradicionais, ainda eram comuns, como no caso dos Panteras Negras, da Frente de Libertação Nacional do Québec, dos Tupamaros uruguaios, da Ação Libertadora nacional no Brasil, na Fação do Exército Vermelho alemão e nas Brigadas Vermelhas italianas.

Tal modificação apoia-se, indubitavelmente, na ampliação do cenário urbano mundial, mas também na experiência de revolta africana nos guetos dos EUA, uma referência fundamental.

A organização caótica das guerrilhas camponesas era facilmente adaptada e aprimorada no caos urbano, como se de fato ali fosse o local onde ela sempre devesse se encontrar. Para Hardt e Negri (2012), a cidade é uma selva que recebe em suas entranhas a guerrilha urbana. Os guerrilheiros reconhecem seu terreno capilar e dele se apropriam, unindo-se, dispersando-se, escondendo-se e surpreendendo seus inimigos. Inimigos estes que, apesar de muitas vezes permanecerem os mesmos, vão modificando motivação e objetivos dos ataques que, a cada vez, encontram-se menos focados na tomada do poder e mais na transformação da vida, seja ela coletiva da cidade, seja ela própria de cada identidade. É nesse contexto que emergem uma sequência de projetos instituintes, nos quais a desobediência passa a andar lado a lado com a resistência e a autonomia vai ganhando um espaço cada vez mais amplo.

Essa modificação se enraíza, também, na mudança que ocorre no modo de organização e de produção econômica e social com a emergência do neoliberalismo e do Império - além de todos desdobramentos e atravessamentos expostos na Parte anterior. Assim, o exército dos operários das fábricas que corresponde aos exércitos populares e seus formatos militares, dá lugar a uma organização que corresponde ao modo de vida do proletariado urbano progressista e apresenta tendência à horizontalidade, policentralidade, expansão em rizoma e flexibilidade. Neste contexto, a organização rígida das fábricas dá lugar ao caos urbano, da mesma forma que os sistemas militares organizados se transformam em táticas de luta e sobrevivência em meio à cidade selva. Além disso, o modelo guerrilheiro é imediatamente transformado pelas tecnologias do pós-fordismo. As redes de informação e comunicação começam a traçar os novos rumos dos movimentos e que não apenas se utilizam das tecnologias para os fluxos informacionais, mas também as enxergam como modelos de estruturas que podem ser replicados tendo em vista seu bom funcionamento nas sociedades contemporâneas.

Em certa medida, esses movimentos pós-fordistas pós-modernos completam e solidificam a tendência policêntrica dos anteriores duelos de guerrilha. De acordo com a clássica formulação cubana do foquismo ou guevarismo, as forças guerrilheiras não policêntricas, compostas de numerosos focos relativamente independentes, mas essa pluralidade deve em algum momento ser reduzida a uma unidade, tornando-se as forças guerrilheiras um exército. A ordenação em rede, em contrapartida, baseia-se na pluralidade contínua de seus elementos e redes de comunicação de tal maneira que a redução a uma estrutura de comando centralizada e unificante é impossível. A forma policêntrica do modelo guerrilheiro evolui assim para uma forma em rede na qual não existe um centro, apenas uma pluralidade irreduzível de nodos em comunicação uns com os outros. (HARDT; NEGRI, 2012, p.119-120).

Estabelece-se, então - principalmente após o longo debate proposto na Parte I deste texto, que essa possibilidade de desenvolvimento da luta em rede, que passa a ser forjada no contexto pós-fordista, se desdobra e aprimora na elaboração da aposta multitudinária. Ambos os movimentos se constroem no terreno biopolítico e são atravessados, em momentos e contextos distintos, por novas subjetividades e novas formas de vida. Não é possível afirmar a respeito de uma herança direta entre os modelos, mas não há dúvida que são braços e desdobramentos de um processo semelhante de modificação do cenário global.

Não se nega, entretanto, que forças militares tradicionais também atuem por meio da produção de subjetividades<sup>123</sup>, tendo em vista que o soldado é disciplinado e forjado na submissão tal qual o operário fordista. Porém o que se coloca em jogo, neste momento, é um outro tipo de dominação, que também será entendido, incorporado e aprimorado pelos militares alguns anos depois, principalmente nas primeiras décadas do século XXI - por meio das Revoluções Coloridas e Guerras Híbridas - que se encaixa na composição deleuziana de sociedade de controle. Ou seja, o novo modo de controlar e insurgir, bem como as contra insurgências, se reinventam no cenário imperial trazendo a criatividade, as informações e a comunicação como suas principais bases. O foco, por sua vez, torna-se, cada vez mais interno, ou seja, pautado pela produção de novas subjetividades e formas distintas de vida, deixando de lado os princípios de fato revolucionários.

---

<sup>123</sup> E isso ficará ainda mais claro quando o debate a respeito da possibilidade de elucubração de uma Guerra Híbrida de base militar no Brasil foi realizado. Mais precisamente na seção 9.4 *Jornadas de 2013: produção de subjetividade e Guerra Híbrida?*

**Quadro 17 - Temas de referência seção 6.1.1 Das guerrilhas camponesas às revoluções rizomáticas globais**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Táticas e estratégias de atuação dos movimentos sociais
- Estrutura dos movimentos sociais (horizontais, verticais, rizomáticas)

Este platô apresenta a forma como as guerrilhas foram adaptadas na composição dos movimentos sociais em rede, havendo, portanto, um debate a respeito da *estrutura*, das *formas* e das *táticas de atuação* dos movimentos ao longo do tempo.

Fonte: Produzido pela autora.

### **6.1.2 Os movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do Muro de Berlim**

Durante parte significativa de sua trajetória acadêmica, Gohn estudou e teorizou os modos de atuação dos movimentos sociais no Brasil e no mundo. Dentre sua múltipla obra, será dado destaque, nesta seção, ao livro *Novas teorias dos movimentos sociais*, publicado em 2014. Neste livro a intelectual aborda a conceituação trazida por diferentes autores sobre movimentos sociais, para que, então, alcance uma definição própria.

Gohn (2014b), lembra que para Alberto Melucci (1989, p. 51 *apud* Gohn 2014b), os movimentos sociais precisam ser analisados não a partir de sua retórica e definição conceitual, mas pela forma como atuam no cenário social, bem como por suas relações e sistemas criados interna e externamente. Já para Alain Touraine (1997, p. 79, *apud* GOHN, 2014b), o movimento social deve ser visto como um pretexto moral que coloca-se sobre a sociedade a fim de modificá-la e não como um centro de poder que irá organizá-la e orientá-la. Ou seja, “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural” (TOURAINÉ, 1994, p. 254) que se constitui por meio do encontro dos sujeitos que têm os mesmos oponentes que se unem com a finalidade de modificar de uma estrutura posta.

Charles Tilly (2010, p. 141, 142, *apud* GOHN, 2014b), por sua vez, ainda que pretenda debater o termo movimento social, destaca que sua conceituação não pode ser atribuída a um único teórico ou militante e nem mesmo ser pensada como algo unívoco, de forma que ativistas, militantes, artistas, sindicalistas e críticos devem estar livres para apropriar-se do termo quando e como bem entenderem. Entretanto, o autor alerta para a existência de uma forma de fazer política no Ocidente, que vem se tornando comum, desde o século XVIII, à qual nomeia

movimento social e que carrega três principais características: (i) realização de campanhas e reivindicações coletivas que direcionam-se a determinadas autoridades; (ii) conformação de empreendimentos reivindicativos como reuniões públicas, associações, demonstrações e declarações à imprensa; (iii) representação pública de elementos que trazem luz à causa defendida. Seria, então, essa uma “conformação padrão” dos movimentos sociais na visão de Tilly.

Por fim, destaca-se a definição de Mario Diani (1992, p. 13, *apud*, GOHN, 2014b) que disserta sobre a existência de uma identidade que atravessa articulações criadas e compartilhadas em redes, sendo os movimentos sociais, justamente estas redes de interação informal, composta por uma variedade de indivíduos, grupos ou associações que se articulam frente a um conflito político ou cultural. Haveria, então, uma identidade coletiva compartilhada que delinearía os movimentos.

Após analisar estas e outras possíveis definições de movimentos sociais, Gohn (2014b) apresenta sua própria proposta:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente eles têm os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e acessórias – que se organizam em articuladores e formam redes de mobilização - ; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham as reivindicações. (GOHN, 2014b, p. 14).

Entende-se, portanto, que, para a autora, há uma diferenciação entre *ação coletiva* e *movimento social*, sendo elementos comumente confundidos nas análises contemporâneas quando outros sujeitos entraram em cena e criaram diferentes modos de atuar, inserindo-os, muitas vezes - de forma equivocada-, no léxico das mobilizações sociais. Com a expansão das possibilidades e configurações destas ações, observa-se, também, uma ampliação dos estudos, teorias e categorias deste campo.

A respeito desta distinção conceitual, a autora destaca que o movimento social é mais estruturado, apresenta antagonismos claros e identidades coesas, visando um ideal de sociedade ou, no mínimo, uma reestruturação de certas camadas e definições sociais. Além disso, movimentos sociais sempre teriam liderança, base e assessorias<sup>124</sup>. Assim, "um movimento social

---

<sup>124</sup> Neste momento fica clara a razão pela qual Gohn (2014a) denomina alguns novíssimos movimentos presentes nas Jornadas de Junho de 2013 de organizações movimentalistas e não de movimentos sociais,



é fruto de uma construção social, não algo dado a priori, fruto apenas de contradições” GOHN, 2017, p. 23), sendo composto por uma base militante e não meramente ativista<sup>125</sup> formada por laços de identidade e de pertencimento a determinado grupo organizado.

Dando sequência ao debate a respeito da conceituação dos movimentos sociais, Gohn (2014b) apresenta uma espécie de linha do tempo das diferentes abordagens teóricas que compuseram este debate. A autora lembra que o conceito de movimento social foi cunhado por Herbert Blumer (1949), ainda no século XIX, seguido de uma importante análise, já no século XX, de Ralph Turner e Lewis Killian sobre o comportamento coletivo. Já na década de 1960, David Aberle dividiu os movimentos sociais em diferentes tipos: transformadores, reformadores, redentores e alternativos - atividade totalmente pertinente para o período, tendo em vista que se tratava de um momento de intensa transformação no que tange o desenho dessas lutas. Em 1974, Castells observou que o urbanismo e as questões habitacionais passaram a compor os debates e reivindicações dos movimentos sociais. Seis anos depois, Melucci aproximou tais lutas das relações cotidianas. Já em 1983, Claus Offe diferenciou os velhos dos novos movimentos sociais e, dois anos depois, Scott destacou as pautas identitárias como parte importante das lutas que vinham se construindo.

Além da linha do tempo que destaca alguns pensadores dos movimentos sociais, Gohn (2014b) apresenta as abordagens teóricas que compõem estas leituras. A autora aponta para a existência de três correntes distintas: (i) histórico estrutural; (ii) culturalista identitária; (iii) institucional/organizacional-comportamentalista.

Da primeira corrente fazem parte autores, em sua maioria, marxistas, como o próprio Karl Marx, além de Antonio Gramsci, Henri Lefebvre, Rosa de Luxemburgo, Leon Trotsky, Lenin (Vladimir Ilyich Ulianov), Mao Tse-Tung. Marx, como tronco desta corrente, não teorizou sobre as ações coletivas, mas delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, que precisava ser compreendido para que fosse possível mudar o modo como se estrutura a sociedade. Os estudos subsequentes desta linhagem concentram-se na análise do movimento operário, principalmente das lutas sindicais.

(...) a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do Leste europeu, deixaram como saldo um certo abandono das teorias macroestruturais que enfatizavam a problemática das contradições sociais e viam nas lutas e nos movimentos em geral, e no operário/sindical em especial, um dos fatores de acirramento daquelas contradições (...) As novas referências são os pobres,

---

visto que se distanciam destas características aqui atribuídas. Este debate poderá ser observado na seção 9.3 *Cartografia dos principais atores humanos coletivos que compuseram as Jornadas de Junho*.

<sup>125</sup> A diferenciação entre estes conceitos será abordada a seguir.

excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. A grande tarefa política será incluí-los – tarefa que se desdobrará ao longo da década de 1990 e no novo milênio por meio de políticas sociais compensatórias ou práticas que destacam a justiça social e equidade. (GOHN, 2014b, p. 35).

Já nos anos 2000,

O universo das categorias marxistas fica restrito a alguns autores. Justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos, etc. passam a dar lugar a outras categorias como capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos e laços sociais etc. (GOHN, 2014b, p. 44).

Na segunda corrente, culturalista identitária, estariam inseridos autores como Michel Foucault, Jürgen Habermas, Norberto Bobbio, Hannah Arendt, Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Alain Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe, Alan Scott, Clifford Geertz, Alessandro Pizzorno, Hanspeter Kriesi. Trata-se da construção do que Gohn vai caracterizar como novos movimentos sociais. Os sujeitos envolvidos nas temáticas e nas próprias organizações não estavam na cena pública e não tinham grande visibilidade social, sendo mulheres, jovens, negros, indígenas, etc.

Já a corrente institucional/organizacional-comportamentalista é composta por nomes como Neil Smelser, Paul Wilkinson e John Wilson. Eles analisam as mobilizações sociais segundo uma lógica econômica, onde os fatores tidos como objetivos das ações coletivas são a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias.

Seguindo a análise proposta a respeito das linhagens do pensamento e da ação dos movimentos sociais ao longo do tempo, Gohn (2014) destaca uma modificação significativa a partir da globalização já que o Estado passou a ser deslegitimado e criticado de forma severa perdendo, progressivamente, sua função de controle social que foi se deslocando para o âmbito da sociedade civil e, conseqüentemente, dos movimentos sociais e das ONGs<sup>126</sup>. Nesse sentido, muitos dos movimentos ou ações sociais contemporâneas passaram a não ter mais o universal como horizonte, focando sua atuação em interesses imediatos e direitos específicos dos grupos que representam.

---

<sup>126</sup> A relação sociedade civil-Estado será adentrada sob a ótica dos acontecimentos brasileiros no próximo platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*.

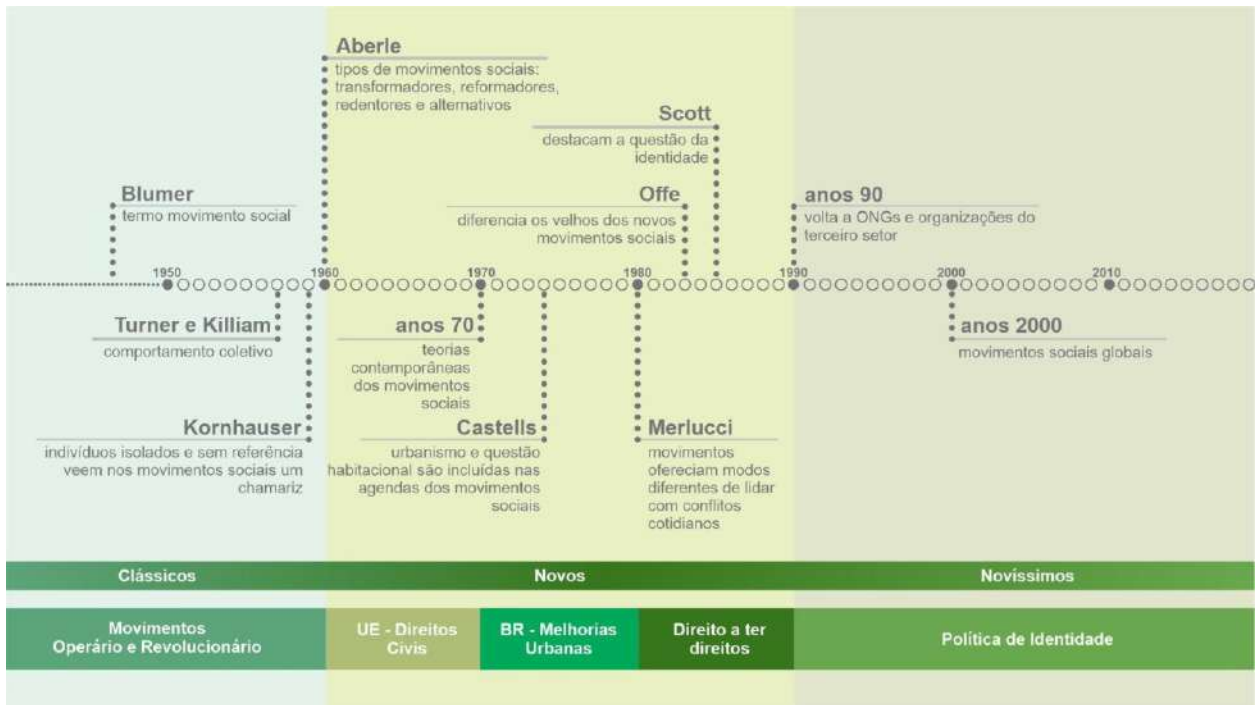
Transformam-se as identidades públicas desses sujeitos – construídas em processos de luta contra diferenciação e discriminação socioeconômicas – em políticas de identidade, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas. Arquetetados e controlados por secretarias do Estado, em parceria com organizações civis – tipo organizações não governamentais (ONGs), que desempenham o papel de mediadores. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero, etc., como partes de uma estrutura amorfa e apolítica. (GOHN, 2014b, p. 13).

Dentre as modificações nas estratégias, organização e configuração dos movimentos sociais, é possível, por meio da leitura de Gohn (2014b), construir uma linha do tempo indicando tais mudanças que, de forma geral, irão categorizar três ciclos. O primeiro deles, que se estende do final do século XIX até aproximadamente os anos 1960, formado pelos movimentos sociais clássicos, vai perdendo força e dando lugar ao que se conhece como novos movimentos sociais, consolidado predominantemente pelas lutas dos anos 1970 e 1980 e que traz o direito a ter direitos como sua principal bandeira. Estes movimentos, progressivamente vão minguando e dando lugar a uma novíssima configuração, na qual a questão identitária ganha a cena. Obviamente não se pode dizer da inexistência de sobreposição destas formas de ação ao longo do tempo e, muito menos, que os modelos anteriores simplesmente se apagaram. É possível afirmar, apenas, sobre uma tendência a tais modificações que será ilustrada pela Figura 6.

Gohn (2014b) diferencia estes três ciclos dos movimentos sociais a partir das seguintes diretrizes:

- a) Movimentos do século XIX e início do século XX - em sua maioria operários e revolucionários;
- b) Movimentos da década de 1960 e 70 - construídos por estudantes e trabalhadores em busca por direitos civis, feminismo, movimentos estudantis, dentre outros - tem como marco Maio de 68;
- c) Movimentos surgidos no Brasil e América Latina nos anos 1970 e início da década de 1980 - contando com ampla participação popular, eram movimentos de resistência à ditadura militar e busca por melhorias urbanas - muitas vezes relacionados às Comunidades Eclesiais de Base e ao sindicalismo. Inclui-se, aqui, aquilo que se entende por novos movimentos sociais;
- d) Movimentos que ocorreram no Brasil após 1988 pautados, principalmente, na participação popular;
- e) Movimentos do início do século XXI, fruto das diversas modificações trazidas pela globalização e pelo neoliberalismo e, em sua maioria, herdeiros dos Zapatistas (México - 1994) e do Movimento de Seattle (1999) - denominados novíssimos movimentos sociais. Estes são herdeiros dos *novos movimentos sociais*, construídos entre os anos 1960 e 1990 na luta pelo direito a ter direitos.

**Figura 6 - Linha do tempo dos movimentos sociais segundo Gohn (2014b)**



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Após uma análise aprofundada das teorias, correntes e modificações dos movimentos sociais, Gohn (2014b) chega à uma categorização própria que os divide em clássicos, novos e novísimos, conforme supracitado. Neste exercício, a autora consegue sistematizar as alterações temporais e teóricas que atravessaram este campo de debate ao longo dos anos.

De acordo com Gohn (2017, p. 20-21) os movimentos sociais clássicos são assim chamados não apenas por serem mais antigos, mas também por fazerem parte da construção da classe trabalhadora, sendo herdeiros da luta por melhores condições de vida e trabalho e também das lutas pela educação. A maioria deles ainda possui uma estrutura semelhante àquela estabelecida no século XX. Apesar de na atualidade também utilizarem-se da *internet* e conexões em rede, o ambiente virtual é apenas uma ferramenta de apoio, não sendo a base de sua constituição social. Sua estrutura é verticalizada com relações mais homogêneas e diretrizes bem definidas e dirigidas entre os pares. Internamente tendem a se organizar por setores ou temáticas, como a questão dos jovens e das mulheres, mas todos os grupos seguem a mesma linha programática determinada em congressos e encontros. Há uma fixidez em uma organização que pouco se modifica ao longo do tempo, partindo, também, de uma lógica de solidariedade interna.

A estes movimentos fazem parte os sindicatos, os sem terra, grupos estudantis e populares/comunitários, organizados, por exemplo, nos bairros, vilas e favelas.

Já os chamados novos movimentos sociais são pautados na luta por direitos e identidades, tendo surgido ao final da década de 1970 e abarcando questões de gênero, ambientais e étnicas. O novo, lembra a autora, é uma constituição histórica advinda da práxis, ele nasce do velho transformando suas estruturas, não sendo, desta forma, fruto daquilo que vem de fora, mas de modificações endógenas que apesar de intensas, não criam algo que nunca existiu. Assim, os sujeitos recriam e ressignificam interpretações já existentes sobre questões que estão em voga mudando a cultura vigente por meio de novos discursos, práticas, imaginários e narrativas. Entretanto, é preciso se atentar ao fato de que o novo não necessariamente denota uma modificação progressista ou um avanço no campo das lutas sociais. Muitas vezes ele pode representar “uma volta a valores passados, um retrocesso em relação às conquistas sociais, um retorno ao conservadorismo, a formas autoritárias, entre outros. É o desenrolar dos fatos, as disputas, as lutas na cena político-social, econômica e cultural que o qualificam. O novo é datado.” (GOHN, 2017, p. 14).

Diferenciando-se dos movimentos clássicos, os novos movimentos sociais são, em sua maioria, formados por jovens de classe média que, em grande parte, possuem maior nível educacional formal. “Os novos movimentos estão localizados na esfera sociocultural e a ênfase de suas atividades é sobre temas como: motivação, moralidade e legitimação.” (GOHN, 2019, p. 78).

Destaca-se, desta forma, que a chegada dos novos movimentos foi fundamental para a constituição de outros significados para a política que passou a se localizar muito mais no cotidiano e na vida urbana, extrapolando o campo do trabalho e de sua representação institucional. “Foucault, Castoriadis, Deleuze, Guattari, e muitos outros, com recortes diferentes, ajudaram a fomentar teoricamente a novidade daquelas ações, demandas como 'novos movimentos sociais'.” (GOHN, 2019, p. 79). Além desses autores, é imprescindível citar a contribuição de Guattari e Rolnik (2011) quando o francês, em viagem pelo Brasil, demonstrou encantamento pelas ações e questionamentos das minorias no cenário nacional que vinham se ampliando com o surgimento e crescimento do Partido dos Trabalhadores - pelo qual o autor também apresentava enorme admiração.

Há, neste contexto, a consolidação da atuação dos novos movimentos sociais no Brasil que tinham como eixo central a identidade cultural. Quando surgiram nas últimas décadas do século XX, eles se organizavam tanto ao redor de questões de gênero, etnia, meio ambiente e cultura, quanto como movimentos populares que se delineavam a partir de demandas sociais

urbanas, como a luta por moradia, transportes, saúde, educação e lazer, se diferenciando, assim, dos movimentos clássicos. Destaca-se, ainda, uma tendência a articulações em redes, principalmente junto a ONGs, mas inseridas nos processos participativos institucionalizados principalmente após a Constituição de 1988.<sup>127</sup>

Novíssimos, por sua vez, é a denominação que se estende à maioria dos movimentos sociais criados ou afirmados a partir da década de 2010, como, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL), o movimento dos secundaristas, o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL). Herdeiros dos novos, estes movimentos também trabalham com a questão da identidade, porém de formas distintas. A passo que os antecessores constituem a ideia das identidades por meio de lutas simbólicas e culturais, visando aquisição e expansão de direitos, os novíssimos criam identidades a partir de pautas que envolvem uma ação, uma experiência real que se desvincula das origens. (GOHN, 2019, p. 124).

Os novíssimos movimentos sociais, herdeiros dos descritos anteriormente, se desenvolvem em um contexto de ampla globalização e neoliberalismo e ganham forma a partir dos anos 1990, se configurando de maneira mais sólida ao longo dos anos 2000 com as Revoluções Coloridas e, posteriormente, com o ciclo de 2011, quando chegam ao seu ápice. Sabe-se, desta maneira, que as Jornadas de Junho de 2013 e demais acontecimentos multitudinários apresentados na Parte III desta tese se encaixam na categoria dos novíssimos movimentos sociais. Entretanto, estes levantes são compostos por múltiplas organizações que não se restringem aos novíssimos, podendo, também, incorporar novos movimentos - com maior frequência - e movimentos clássicos - mais raramente.<sup>128</sup>

O Quadro 18 apresenta as principais características que distinguem os movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos:

---

<sup>127</sup>A aproximação existente entre os novos movimentos sociais e as instituições nacionais é um elemento fundamental para a formação político-social brasileira do final do século XX que constituiu a criação de processos de parceria muito potentes entre a sociedade civil e o Estado, como o Orçamento Participativo. Entretanto, como poderá ser observado no platô seguinte (*7 Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*) essa aproximação entre as pautas da sociedade civil e as ações institucionais foi se modificando ao longo do tempo estando ausente no léxico dos novíssimos movimentos sociais. Estes, ao contrário de ver nas instituições uma possibilidade de articulação para atender suas demandas, optaram por opor-se radicalmente ao Estado, buscando outros caminhos para suas reivindicações.

<sup>128</sup>No caso das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, observa-se a presença massiva dos novíssimos movimentos sociais, como é o caso do MPL, precursor do levante, acompanhada da participação de alguns representantes dos novos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Os movimentos sociais clássicos, por sua vez, estiveram mais distantes deste cenário e, muitas vezes, foram atacados quando tentaram participar dos protestos.

**Quadro 18 - Principais diferenças entre os movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos**

Clássicos	Novos	Novíssimos
<b>Luta de classes</b>	<b>Direito a ter direitos</b>	<b>Pautas diversas</b>
Estrutura semelhante a partidos políticos tradicionais, hierarquizados, centralizados, arbóreos, focados em líderes.	Diferentes sujeitos políticos (ativistas, militantes, lideranças e simpatizantes);	Heterogêneos - representam diferentes correntes e contracorrentes no mundo da política e da cultura;
Herdeiros das lutas por melhores condições de vida e trabalho.	ressignificação da cultura vigente (identidades culturais: território, grupo étnico, religião, gênero);	descentralizados, horizontalizados, rizomáticos;
Organizam-se em congressos e encontros; manifestações, ocupações de fábricas, barricadas	Política de identidades	criação de códigos linguísticos e símbolos.
Identidade Política	Política cotidiana; articulação em rede; processos participativos institucionalizados; manifestos e atos.	Articulam-se entre redes e ruas

Fonte: Produzida pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar e adaptada por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Como será apresentado no platô seguinte, é preciso ressaltar que a modificação no perfil dos movimentos sociais tem grande relação com uma progressiva onda de neoliberalização que leva a uma reestruturação do Estado tornando-o muito mais ativo em relação aos interesses do mercado e omissivo no que tange às políticas sociais (DARDOT; LAVAL, 2016). A transferência de partes significativas das responsabilidades sociais do Estado para o Terceiro Setor levou, nos anos 1990, à criação de inúmeras ONGs em todo o ocidente. Essas instituições tendem a atuar por meio de pautas temáticas que se “territorializam e desterritorializam com temporalidade relativamente efêmera, de acordo com os fluxos de financiamentos disponíveis”. (NEVES, *et al*, 2018, p. 226). Estas ONGs se articulam em redes e organizam fóruns sendo, um dos mais marcantes, o Fórum Social Mundial a ser apresentado no platô 9 *As Jornadas de Junho de 2013 e a multidão no Brasil*.

Da mesma forma que Dardot e Laval (2016) denunciam um empresariamento do Estado e dos sujeitos, esta análise pode se estender às lutas sociais. Com a ampliação do Terceiro Setor, as ONGs passaram a se transformar em importantes ferramentas para angariar fundos para os movimentos de luta sendo, como será apontado posteriormente<sup>129</sup>, comumente financiadas por fundações, bancos, e institutos internacionais. Gradativamente as ONGs foram ocupando e se destacando no campo dos movimentos sociais, o que não necessariamente aponta para uma fusão ou descaracterização “das respectivas estéticas-políticas, mas indica um processo mútuo de contágio de práticas e modos que envolvem o campo da produção neoliberal própria das disputas que envolvem tanto o capitalismo imperial quanto as resistências multitudinárias.”

<sup>129</sup> Esta análise será ampliada no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeira filantrópica internacional*.

(NEVES, *et al*, 2018, p. 227). Desta emulsão entre militâncias e ONGs emergiu um novo sujeito das lutas, cujo léxico político em muito se diferencia do militante que o precedeu: o ativista. O que se observa, a partir de então, é um distanciamento progressivo da sociedade civil mobilizada no campo das lutas de classe, indo em direção ao exercício de um ativismo voluntário. Assim, desloca-se do “militante revolucionário” ao “operário voluntário”, do “cidadão assistido pelas políticas públicas” ao “cliente” desta políticas administradas pelo Terceiro Setor, da “crítica reivindicativa” à “boa vontade da proposta voluntária”. (NEVES, *et al*, 2018, p. 227).

Com o passar do tempo, os militantes (em geral vinculados aos movimentos sociais clássicos) que se organizam de forma verticalizada e centralizada, começaram a dar lugar aos ativistas (que tendem a compor o léxico dos novos e novíssimos movimentos sociais), fluidos, rizomáticos, horizontais, voláteis e dispersos. A luta outrora construída no chão de fábrica, passou a se espalhar pelos terrenos urbanos, os antigos sindicalistas se tornaram os ativistas que ocupam as praças e a luta proletária foi se esvaindo em prol de reivindicações culturais e identitárias. Se, por um lado, os militantes tendem a se articular em torno de um objetivo revolucionário, por outro, os ativistas buscam direitos de todas as ordens. O que indica, de antemão, a existência de diferentes sujeitos sociais na composição destas lutas. Neste sentido, Gohn (2014b) aponta para uma modificação naquilo que anteriormente era tido como uma identidade política, que pautava a luta dos movimentos sociais clássicos, para uma política de identidades, que desenha as pautas dos novíssimos movimentos sociais.

Segundo a autora, esta transição é problemática pois as identidades passam a ser determinadas de cima para baixo gerando também atrito entre os diferentes grupos que se indispunham frente à disputas por verbas e apoios oficiais. Houve, internamente, um esgarçamento da solidariedade anteriormente intrínseca à lógica dos movimentos e, externamente, uma perda no sentido da universalidade e totalidade da luta que passou a se fragmentar e, conseqüentemente, enfraquecer.



Mas a política não foi abolida enquanto prática, foi combatida enquanto representação, pois construíram-se narrativas que confundiam política com políticos, mais políticos com malfeitos na política. (...) As análises do contexto histórico foram sendo marginalizadas. O pragmatismo reinante nas novas abordagens não dá espaço para o resgate de processos sócio-históricos importantes e, as relações sociais são reduzidas a relacionamentos sociais e culturais. Com isso fica difícil apreender e analisar transformações sociais no cenário neoliberal atual, transformações essas que têm levado, dada vez mais, às mudanças nas condições do trabalho, à perda de direitos sociais conquistados, à erosão da capacidade de resolução dos conflitos sociais pelo Estado, e ao questionamento da política partidário-representativa. (GOHN, 2019, p. 62-63).

Continuando uma comparação entre militantes e ativistas, destaca-se, em relação aos objetivos e tendências, que as lutas militantes normalmente se articulam em torno de causas revolucionárias, ou seja, que possuem um grande tempo de duração e envolvem projetos de amplo alcance por meio de redes de permanência e território de ação contínua. Por outro lado, as lutas ativistas se organizam por meio de ações táticas cujos objetivos, mais pontuais, podem ser atingidos de forma rápida e sem grande necessidade de um envolvimento constante, intenso e duradouro. Ou seja, a luta social se volatiliza tal qual a vida no contexto neoliberal. Ela passa a se articular no âmbito do cotidiano com manifestações, em geral, performáticas, que vão do espectro festivo e lúdico a ações violentas.

O militante tem filiações e compromissos coletivos com grupos, movimentos, partidos etc. O ativista não atua em função de causas, muitas vezes de forma individual, não tem pertencimentos fixos, atua mais em coletivos do que em movimentos já consolidados. Estabelece relações horizontais e critica as hierarquias e as relações verticalizadas. (GOHN, 2019, p. 110).

O ativismo se manifesta preferencialmente como espaço de ação dos indignados, basta que se organizem em um levante performático contra algo. Já a militância trabalha, na maioria das vezes, com elaborações lentas, processos que, como as ocupações fundiárias, demandam trabalho cotidiano e constante. (NEVES, *et al*, 2018, p. 232-233).

Enquanto a militância define a vida de um indivíduo, seus ideais, sonhos, constituições sociais, relacionamentos, ambientes... na luta ativista, uma mesma pessoa é capaz de mudar de pauta e objetivo várias vezes ao longo da vida, transitando entre diferentes grupos, ações e motivações de forma pouco comprometida.

Destaca-se, então, que os novíssimos movimentos sociais compõem o corpo social da multidão e apresentam, de forma geral, características ativistas distanciando-se, progressivamente, do léxico estético-político da militância. Assim, Neves *et al* (2018) propõe, a partir de Deleuze e Guattari, um esquema de diferenciações entre militância e ativismo, pautado na ideia de árvore e rizoma mostrando, inclusive, a possibilidade de emergência de “braços”

arbóreos, ou militantes, na rizomática estrutura ativista. Entende-se que, em Deleuze e Guattari (2001a, p. 17-24), a árvore aparece como uma “triste imagem do pensamento que não para de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior” e o rizoma como uma raiz que compreende “linhas de segmentaridades segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc., mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar”. É ainda preciso destacar que “existem estruturas de árvore ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 23). A Figura 7 ilustra essa diferença.

Propõe-se aqui pensar que os esquemas mais ligados à militância, se utilizam de estruturas mais arborescentes, com tendências à unidade rígida, de comportamentos disciplinares mais claros que reproduzem determinadas estruturas hierárquicas, incluindo sistemas normativos, estatutos e regimentos. Em contrapartida, o ativismo possui características do rizoma e conta com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer. É importante dizer que nos rizomas as estruturas não deixam de existir, mas se alteram e reformulam constantemente, produzindo estruturas mutantes e adaptáveis. Mas o que realmente interessa nessa analogia seria o *modus operandi* da militância e do ativismo que, como a árvore e o rizoma se transmutam um no outro se contaminando, enredando coletivos, pautas, e, em diversos momentos, migrando táticas e estratégias militantes em ativistas e vice-versa. (NEVES, *et al*, 2018, p. 230-231).

Figura 7 - Diferença entre Militância e Ativismo, Árvore e Rizoma



Fonte: Neves e Rena (2018) adaptado por Carolina Penna e por Maíra Nobre.

No contexto imperial, em que o trabalho e as lutas sociais de organização nacional e proletária tendem a ser cada vez mais precarizados, vale ressaltar o alerta apresentado por Nancy Fraser em relação às armadilhas do “neoliberalismo progressista” que, muitas vezes, atravessam o campo do ativismo:

Nos EUA, o neoliberalismo progressista é uma aliança entre, de um lado, correntes majoritárias dos novos movimentos sociais (feminismo, anti racismo, multiculturalismo e direitos LGBT) e, de outro, um setor de negócios baseado em serviços com 'alto poder simbólico' (Wall Street, o Vale do Silício e Hollywood). Nesta aliança, as forças progressistas se unem às forças do capitalismo cognitivo, especialmente à 'financeirização'. Embora involuntariamente, o primeiro oferece ao segundo o carisma que lhe falta. Ideias como diversidade e empoderamento, que poderiam em princípio servir a diferentes fins, hoje dão brilho a políticas que destruíram a indústria e tudo aquilo que antes fazia parte da vida da classe média. (FRASER, 2017, não paginado).

Conforme supracitado, apesar da emergência do ativismo em todo o mundo já nos anos 1990, é com o ciclo de lutas de 2011 e, não coincidentemente, com a formação mais consolidada do projeto multitudinário, que as redes ativistas apresentaram-se mais presentes. Os levantes que compuseram o ciclo de lutas que se configurou após a crise do capitalismo de 2008 possuíam diversas características comuns que os aproximam do conceito de multidão. Não é à toa que, no livro *Declaração: isto não é um manifesto* (2016), Negri e Hardt reivindicam o adjetivo multitudinários para caracterizá-los. Com pautas híbridas, e em sua maioria abertas, vinculadas não mais a questões de classe, mas buscando direitos em suas mais diversas formas (direitos humanos, das mulheres, dos negos, dos LGBTQI+, à cidade, dentre outros), este ciclo de lutas é formado por ações ativistas e não mais militantes. Ou seja, os movimentos atuavam de forma descentralizada, rizomática, aparentemente espontânea e que, em sua maioria, não se apoiava na figura de um líder, mas de agenciamentos diversos que se associam e desassociam mediante a existência de interesses comuns.

Destaca-se, ademais, a relevância assumida pelas redes sociais na composição destes levantes que, primeiro se fortalecem em ambiente digital, para depois ocuparem as ruas e praças com as mais diversas palavras de ordem. Entretanto, de acordo com Castells (2013, p. 56) a revolução da *internet* não nega o caráter territorial das lutas, mas, ao contrário, o estende do espaço dos lugares para o espaço dos fluxos. Vale lembrar, ainda, que os principais atores do movimento deixam de ser os tradicionais partidos e sindicatos, cedendo espaço para coletivos autogeridos e, até mesmo, indivíduos que inauguram ali sua participação mais efetiva no debate político. (GOHN, 2014a).

Conforme indicam Hardt e Negri (2012, p. 279), as forças que mobilizam este ciclo global não apresentam em comum apenas a compreensão do neoliberalismo como seu grande inimigo, mas também suas "práticas, linguagens, condutas, hábitos, formas de vida e desejos comuns de um futuro melhor. Em outras palavras, o ciclo não é apenas reativo, mas também ativo e criativo." Os levantes se colocam como uma possibilidade de renovação da democracia buscando um sentido político da coletividade, do estar junto e do comum. Teoricamente, não seriam pautados

apenas por gestos negativos, mas pela crença na criação de um outro mundo possível<sup>130</sup>, o mundo do comum, extrapolando o próprio movimento expandindo-se à toda sociedade.

Para engendrar a proposta da multidão ativa nos movimentos globais em direção à constituição do comum, Hardt e Negri (2012, p. 274) lançam mão da imagem da carnavalização como parte deste novo léxico político que marca um espaço entre a festa e a luta. Estas ações insurgentes seriam atravessadas por danças, batuques e canções compondo uma grande farra nas ruas que miscigena indignação e carnaval<sup>131</sup>. Esta festa, desde os primórdios de sua concepção - na Idade Média - é marcada pela criação de um reino utópico da liberdade que se opõe à estabilidade das celebrações oficiais. O carnaval seria a transcendência que levaria ao futuro na afirmação da diferença, na negação do modelo e na possibilidade de criação de um amanhã maior. No levante, o carnaval da ocupação das ruas e praças demonstraria a subversão e a ampliação da constituição do espaço-tempo por meio de dinâmicas mutáveis, flutuantes e afetivas. "O riso carnavalesco é ambivalente e sarcástico, nega através da crítica cáustica, e afirma por meio da alegria de viver e compartilhar esta alegria." (RENA, 2015, p. 246).

Rena (2015) segue afirmando que a estética carnavalesca não se coloca apenas em relação às insurgências globais, mas também sobre a própria organização em rede que possibilita o diálogo entre diversos sujeitos e suas singularidades. A multidão seria a potência de criação de outras subjetividades. Potência essa que se forma nos gestos criativos dos levantes que variam do apedrejamento a bancos e concessionárias, do pixo em fachadas ícones do capitalismo global, da troca de placas e nomes de ruas e avenidas, das poesias em cartazes, a churrascos feitos nas ruas, fogueiras que tomam centros de quarteirões, projeções de frases e cenas irônicas, e marchinhas que repudiam políticos. "É porque o prelúdio do encontro multitudinário se tornou possível no ciberespaço que a multidão se redescobriu ainda mais efetivamente como tal nas ruas, apesar dos obstáculos que o direito constituído e o capital impõem a sua configuração e criação livre." (RENA, 2015, p. 267-8).

Em meio a ironia, festividade e luta, o que se configura, para Gohn (2019, p. 168) é uma insurgência que não tem a tomada do Estado ou o poder como finalidade, e nem mesmo a participação coloca-se em pauta, as referências sobre cidadania são outras - principalmente autonomistas - e se formam longe das instituições. É a experiência, e não os modelos

---

<sup>130</sup> Ao analisar tais movimentos na Parte III, observa-se que, apesar deste pano de fundo do outro mundo possível que atravessa os devires multitudinários, muitas vezes, o que se observa de forma mais concreta é o processo de negação, sendo a base da inventividade um tanto quanto frágil frente aos processos de concretização das experiências.

<sup>131</sup> Esta característica pode ser observada com grande intensidade quando analisadas as Jornadas de Junho de 2013.

organizados, que define os acontecimentos. A cultura se constrói no cotidiano. Parte-se da ação direta e horizontal, e da experimentação de práticas distantes dos códigos organizacionais.

Mas afinal, quais foram os rumos destas práticas experimentais e inventivas? Na Parte III desta tese, a experiência brasileira será analisada, trazendo parte de suas controvérsias. Além disso, haverá uma aproximação ao vivenciado em outros casos ao redor do mundo.

**Quadro 19 - Temas de referência seção 6.1.2 Os movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do Muro de Berlim**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Militância X Ativismo;
- Tipo de movimento social (clássico, novo e novíssimo)

Ao abordar as mudanças tanto na teoria quanto nas ações dos movimentos sociais ao longo do tempo, esta seção apresenta três temas de referência que devem ser levados em consideração ao analisar os acontecimentos multitudinários. O primeiro diz respeito à sua composição e estrutura, podendo ser *militante ou ativista* e deve ser aplicada tanto à análise dos levantes como um todo, quanto à cartografia de suas principais referências, ou seja, movimentos sociais de destaque nas manifestações. O segundo está relacionado com o *tipo* destas referências. Observa-se que, de acordo com a caracterização de Gohn, todos os movimentos do ciclo de lutas de 2011 são novíssimos, entretanto, é sabido que esta luta é conformada por diferentes atores humanos coletivos, sendo necessário diferenciá-los em relação a seu tipo, ou seja, *movimentos sociais clássicos, novos ou novíssimos*.

Fonte: Produzido pela autora.

## **6.2 Nem Estado, nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade**

Os atuais movimentos sociais inverteram a ordem, tornaram obsoletos os manifestos e os profetas. Os agentes da mudança já afluíram às ruas e ocuparam as praças da cidade, não só ameaçando e derrubando governantes, mas também evocando visões de um novo mundo. Talvez o fato mais importante: a multidão, por meio de suas lógicas e práticas, de suas palavras de ordem e desejos, declara um novo conjunto de princípios e verdades. Como suas declarações podem se tornar a base para a constituição de uma sociedade nova e sustentável? Como esses princípios e verdades podem nos orientar na reinvenção da maneira como nos relacionamos uns com os outros e com o mundo? Em sua rebelião, a multidão deve descobrir a transição da declaração para a constituição. (NEGRI; HARDT, 2016, p. 9).

O ciclo de lutas que emergiu a partir de 2011 é considerado por Negri e Hardt (2016) como de fato multitudinário. Dentre as pautas defendidas pelos grupos que se inflamavam nas ruas de todo o globo, a problemática envolvendo a democracia e a representatividade apareceu de forma

devastadora, sendo um dos principais pilares dos protestos e desdobrando em críticas à política como um todo. As táticas de luta se refinaram, o poder da internet, agora com as redes sociais, apresentou-se muito mais significativo que anteriormente e, às manifestações das ruas, outra camada foi acrescentada: as ocupações nas quais conversas sobre política e arte se davam de forma cotidiana e latente.

Para Cava (2013, p. 15), esse ciclo não era mais composto por uma luta contra a privatização, o mercado ou o neoliberalismo, como os levantes que o antecederam, principalmente a partir dos anos 1990, colocando em embate a ideia do que é público e do que é privado. Trata-se de “uma luta multitudinária que foi diretamente ao coração do público, que não distingue entre estado e mercado, entre a burocracia e o aglomerado de interesses empresariais, financeiros e mafiosos (três interesses que, no fundo, são o mesmo) que também e sobretudo são estado”<sup>132</sup>.

Olhando sob esta ótica fica fácil compreender porque a tal luta multitudinária que se coloca simultaneamente contra o Estado e o contra mercado, eclodiu muito fortemente logo após a crise do capitalismo em 2008. Na compreensão de Cocco (2009) após a queda do muro de Berlin, a rua do muro (Wall Street) também caiu, gerando uma crise financeira sem precedentes que demonstrou a aproximação inevitável entre o mercado e o Estado, o público e o privado. Diante disso, o autor defende que restou à multidão a construção de uma alternativa a estes que seriam os dois lados de uma mesma moeda, “ou seja, à falta oposição entre individualismo e coletivismo: uma alternativa que coloque, como diria Foucault, 'em defesa da sociedade', na imanência constituinte da sociedade, na atualidade do projeto Pierre Clastres de pensar a 'sociedade contra o Estado'." (COCCO, 2009, p. 14). E nesta luta constituiria-se o comum como o novo modelo, a saída à dicotomia (bem pouco dicotômica, na visão dos autores) que se coloca entre o capital e as forças estatais<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> É fundamental pensar a respeito desta hibridação entre Estado Capital, proposta e incorporada pelos moldes neoliberais de forma severamente crítica, entretanto, é preciso se questionar também sobre a propulsão desta narrativa entre os progressistas, principalmente em casos tão enfáticos como a supracitada citação. Já que, assemelhar, ou, mais do que isso, responsabilizar o Estado de forma ainda mais intensa que o capital por danos sociais gravíssimos gerados na contemporaneidade, pode ser um forte golpe contra a própria ideologia progressista, dando espaço para a intensificação de abertura e dominação do capital, sem qualquer barreira do Estado para conter e, até mesmo, sem qualquer estrutura governamental para garantir direitos básicos, como saúde e educação.

<sup>133</sup> Observa-se, novamente, a constituição de uma narrativa unívoca na qual Estado e mercado se confundem, o que demonstra o sucesso do intento neoliberal de submeter as forças estatais aos ditames do capital. Entretanto, tendo em vista que o Império globalista emerge, justamente da destituição de poder do Estado nação, e sabendo-se, neste momento, do fracasso do intento de construção do comum, questiona-se se seguir os preceitos de Clastres, numa via totalmente autonomista, não seria um caminho que quase inevitavelmente levaria ao fortalecimento do próprio Império? Ao analisar a formação desta ordem mundial, emerge um pensamento de que talvez, apenas o Estado (não em seu modelo neoliberal e

Esta seção dedica-se, então, a tal debate, sendo formada por três subseções. Na primeira delas será apresentado, brevemente, o contexto de emergência da crise do capitalismo de 2008 que impactou todo o mundo, sendo um dos elementos cruciais para a eclosão multitudinária em sua norma mais ampla, atravessando diversos países ao redor do mundo. Neste momento será incorporado um debate a respeito da cidade sendo observada como um dos principais espaços de constituição dos levantes contemporâneos e destacando o papel da metrópole na formação da multidão. Posteriormente, a crise da democracia e da representatividade será apresentada e, a partir dela, será possível compreender como as pautas da anti-política e do anti-Estado se estenderam ao debate das redes e das ruas. Fortalece-se, desta maneira, a conformação multitudinária que se oporia tanto ao mercado, quanto ao Estado em favor da emergência do comum. E foi no terreno das manifestações, nas ruas e nas ocupações, que uma série de novas experiências de vida social foram iniciadas indicando, para Negri e Hardt (2016), uma fagulha para a possível construção de uma nova e “real” democracia. Assim, a última subseção apresentada abordará a forma como coletivos de arte e arquitetura se organizaram ao redor do mundo por meio de várias ocupações nas quais outros modos de vida foram experimentados.

**Quadro 20 - Temas de referência seção 6.2 *Nem Estado, nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade***

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Ciclo de lutas
- Crise de representatividade (relação entre soledade e Estado e a democracia como pauta das lutas);
- As redes sociais como espaço de organização das insurgências (táticas e estratégias).

Ainda que inicialmente, esta introdução ao debate a ser desenvolvido nesta parte do platô indica a presença de um *ciclo de lutas*, no qual vários levantes se influenciam e apresentam, em comum, questionamentos sobre a democracia que denunciam uma *crise de representatividade* e os *meios digitais* como espaços fundamentais para a organização das insurgências.

Fonte: Produzido pela autora.

---

submisso ao capital, mas em uma nova forma contemporânea, soberana e popular) atuando junto à uma sociedade civil organizada (e menos submissa aos interesse imperiais que a dominam quase totalmente por meio de financiamentos, como será observado na sessão seguinte) fosse uma força capaz de tensionar o Império, mesmo que atuando em parceria com o mercado.



### 6.2.1 Crise financeira de 2008 e as Cidades Rebeldes

A questão principal que quero discutir aqui é a seguinte: as manifestações urbanas de todos esses movimentos distintos são algo além de meros efeitos colaterais das aspirações humanas globais, cosmopolitas, ou mesmo universais, que não têm nada a ver especificamente com as peculiaridades da vida urbana? Ou há alguma coisa no processo urbano e na experiência urbana - as qualidades da vida urbana cotidiana - no capitalismo que, em si mesma, tenha potencial para fundamentar as lutas anticapitalistas? Se assim for, o que constitui esse fundamento e como pode ser mobilizado e usado para desafiar os poderes políticos e econômicos do capital, juntamente com suas práticas ideológicas hegemônicas e seu poderoso controle das subjetividades políticas (esta última questão é, a meu ver, crucial)? Em outras palavras, as lutas na cidade e sobre ela, bem como sobre as qualidades e perspectivas da vida urbana, devem ser consideradas fundamentais para a política anticapitalista? (HARVEY, 2014, p. 216).

O terreno de emergência da multidão que vinha sendo gestado desde os primeiros anos de dominação imperial foi fortemente impactado e estimulado pela crise financeira de 2008. Iniciada nos Estados Unidos, esta crise teve como principal componente o “estouro” da bolha dos ativos financeiros chamados de *subprime*, forma de ativos que pode ser entendida como a negociação de títulos imobiliários baseados nas hipotecas, que haviam se tornado uma maneira muito popularizada de obtenção de créditos naquele país. Por meio deste mecanismo o mercado imobiliário se tornara cada vez mais atraente, transformando-se em uma fonte aparentemente inesgotável de financeirização. Contudo, com o passar do tempo, a inadimplência com as hipotecas fez com que esses títulos imobiliários fossem transformados em *créditos podres* que serviam como securitização para um imenso mercado especulativo.

Esse processo de financeirização da terra é ilustrativo do modelo de acumulação flexível que vinha se desenvolvendo, sobretudo nos EUA, desde os anos 1970 - conforme ilustrado anteriormente -, e naquele momento encontrou um de seus primeiros limites gerando uma enorme reação em cadeia no sistema financeiro internacional, que levou à quebra de grandes bancos, como o Lehman Brothers<sup>134</sup>. Os efeitos da crise financeira de 2008 foram sentidos em todo o mundo, tendo tido menor relevância em países emergentes, como Brasil, China e Rússia - que atuavam com uma política econômica anticíclica -, e maior impacto em nações altamente integradas aos circuitos financeiros europeus e norte-americanos, porém, com menor

---

<sup>134</sup> Lehman Brothers Holdings Inc. foi um banco de investimento e outros serviços financeiros com sede principal em Nova Iorque, sedes secundárias em Londres e Tóquio e escritórios em todo o mundo, atuando globalmente. Grande parte dos seus negócios estava vinculada ao ramo de capital e venda renda fixa, negociações e gestão de investimentos, tendo como principal negociante o tesouro americano no mercado de valores mobiliários. Em 2008 o banco decretou falência gerando impactos severos na economia mundial.

consolidação econômica, como Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia e Itália - também chamados de PIIGE.

É notável como a raiz da maior crise enfrentada pelo modelo imperial desde a sua formação está justamente na moradia e na propriedade urbana. Enquanto na década de 1960 proclamou-se a “crise do fordismo” a partir da constatação do fracasso logístico da produção de Infraestrutura em massa como meio de escoamento de capital, no século XXI, o obstáculo enfrentado pela acumulação flexível pós-fordista foi a financeirização da propriedade fundiária. O caso do sudoeste norte-americano (onde o subprime teve maior expressão) é elucidativo dos efeitos da financeirização da moradia como base de crédito em uma economia baseada no endividamento. Além disso, um olhar para esta região geográfica evidencia como este modelo foi capaz de produzir, ou intensificar, grandes desigualdades sociais, pobreza e o desalojamento de milhões de cidadãos do país sede dos maiores fluxos globais de capital.

Desta forma, Harvey (2008b; 2014) assinala o quanto a questão urbana é fundamental para a sustentação da economia e como as principais crises do capitalismo têm, como pano de fundo, uma desestruturação do que o autor chama de economia urbana. Segundo sua leitura, a cidade sempre influenciou diretamente as relações econômicas, seja contendo uma possível crise, como com o desenvolvimento do plano urbano de Hausammann, seja levando a um colapso, como a hipoteca americana de 2007.

No caso de Haussmann, Harvey (2008b) lembra que em 1848 a Europa e, principalmente Paris, vivia uma grande crise vinculada à existência de capital excedente e ao alto índice de desemprego. As tentativas de revolta popular não foram bem-sucedidas e Napoleão, autoproclamado Imperador quatro anos depois, visou conter a recessão por meio de um amplo investimento em infraestrutura interna e externa, o que significou uma intensa e controversa reconfiguração urbana de Paris.

A intervenção na cidade gerou um alto nível de estabilização social, devido à absorção de mão-de-obra e de capital ocioso. Isso porque, Haussmann necessitou da criação de novas instituições financeiras e instrumentos de débito que auxiliavam a dissolver o problema do capital excedente estabelecendo um “sistema proto-keynesiano” responsável pelo financiamento de infraestrutura urbana. (HARVEY, 2008b, p. 76). Mas, por outro lado, simbolizou mudanças significativas no modo de vida parisiense, que se tornou a “cidade das luzes”, mediante a expulsão de ampla parcela da população para as periferias, destruição de inúmeros cortiços e ampliação das desigualdades socioterritoriais, para além das relações diretas com a invenção da luz elétrica e com a alusão ao Iluminismo.

Para Rena (2015, p. 167-168) a cidade concebida, travada, desigual e organizada é uma “afrenta a Dionísio e ao livre fluxo” que não permitia mais, ao poeta e ao vagabundo se distanciarem “das amarras da razão”. Essa metrópole corresponde àquilo que Deleuze e Guattari (1997, p. 25) definiriam como um espaço estriado (métrico) que se distingue do espaço liso (vetorial, projetivo, topológico), ao qual se ocupa sem medi-lo. Paris acabara de sofrer um processo de estriamento fazendo ausente qualquer possibilidade de orgia dionisíaca. Entretanto, ainda haveria formas de subverter e sobrescrever Paris, como aborda otimistamente Rena (2015, p. 168) - e talvez, de alguma maneira, isso tenha se dado em 1968.

Voltando ao campo da economia, destaca-se que a estratégia aplicada por Napoleão e viabilizada por Haussmann de contenção de crise por meio do investimento em reconfiguração urbana funcionou por aproximadamente quinze anos e modificou a cidade não só em relação a sua infraestrutura, mas também em relação às novas forma de vida. Porém, em 1868, “o sistema financeiro e a estrutura de crédito, extensivos e especulativos, quebraram” (HARVEY, 2008b, p. 76) - demonstrando que esta estratégia foi bem sucedida por um período específico, retardando a chegada da crise financeira, mas anunciando a necessidade de que iniciativas semelhantes venham acompanhadas por outros métodos que assegurem maior eficiência e durabilidade.

Harvey (2008b) lembra que essa não foi a única vez que crises foram contidas ou retardadas mediante investimentos urbanos. O mesmo ocorreu nos EUA, já nos anos 1940, quando a enorme mobilização para recuperação das cidades no pós-Guerra, garantiu aplicabilidade para o capital ocioso - problema que vinha se estendendo desde os anos 1930. A principal referência para a estratégia era, justamente, o plano Haussmann, analisado em um artigo de Robert Moses publicado no periódico *Architectural Forum* em 1942, que avaliava o ocorrido em Paris, buscando analisar os possíveis equívocos, mas sob uma narrativa predominantemente elogiosa. Assim, foi o próprio Moses que, após a Segunda Guerra, realizou em Nova Iorque algo muito semelhante daquilo proposto em Paris no século anterior. Também dotado de controvérsias, a estratégia aplicada nos EUA sustentou a blindagem contra a crise até aproximadamente os anos 1960.

Depois desse momento e, num contexto de amplo questionamento a respeito do planejamento urbano tradicional, da investida no “progresso” mediante à lógica fabril e da priorização dos automóveis, estas medidas foram duramente criticadas, deixando o terreno central do debate sobre as cidades. Entretanto, questiona-se, neste momento, se a estratégia do presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva para contenção da crise de 2008, principalmente mediante os amplos investimento no Minha Casa Minha Vida e em grandes obras de infraestrutura e rearticulação urbana, como os Grandes Projetos Urbanos (GPUs), poderia ser

observada não como reprodução dos modelos supracitados, mas como a aplicação de mecanismos que utilizaram de estratégias semelhantes no que tange o investimento em obras urbanas com o intuito conter a crise, funcionando como uma medida anticíclica.

Sabe-se, por outro lado, que neste momento (início do século XXI), a relação com a cidade aparece de forma bastante dúbia, sendo que o próprio espaço urbano era tido tanto como o local de eclosão do problema, mediante sua financeirização, quanto de uma possível solução, se pensarmos nessa estratégia de contenção da crise via investimento em grandes obras de infraestrutura e habitação. Há, ainda, uma outra camada atribuída a este espaço que o caracteriza como o local de desenvolvimento das lutas sociais e disputas daqueles atingidos pelo colapso.

Assim, mesmo que múltiplo e contraditório, o que não se pode negar é a intrínseca relação entre crise, ação estatal, ações coletivas e processos de neoliberalização das cidades.

Segundo Harvey (2014), desde os anos 1980 a política urbana neoliberal adotada nos EUA e em quase todos os membros da Europa atuou em um sentido de ampliação das desigualdades socioterritoriais, em um movimento de redução de investimento em periferias e regiões afastadas, estando intrinsecamente relacionada com o modelo contemporâneo de gestão das cidades. Por esta razão há sempre uma luta de classes envolvida explícita ou implicitamente na disputa pela cidade, já que as forças hegemônicas se organizam para se impor em um ambiente urbano formado, em maior parte, por uma população financeiramente desprovida. Frente a essa disputa, o autor anuncia a necessidade de questionar a possibilidade do uso das cidades pelas resistências em favor de suas pautas. “Segue-se, então, uma importante questão política: em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? E se devem fazê-lo, como e exatamente por quê?” (HARVEY, 2014, p. 209). Harvey (2014) questiona se neste caso a cidade ainda se comporta apenas como palco das lutas, ou se ela assume algum protagonismo para a realização de ações resistentes.

Assim, claramente influenciado pela ideia da *Revolução Urbana* e do *Direito à Cidade*, conceitos cunhados por Lefebvre, o autor aposta no urbano como elemento crucial para o fomento das potências contemporâneas. Nessa mesma direção, no livro *Commonwealth*, Hardt e Negri (2009, p. 244) explicitam o papel das metrópoles como lugar primordial da produção biopolítica, apostando nestes grandes espaços urbanos como palco e motor das lutas multitudinárias<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> Como lembra Rena (2015, p. 166) a cidade é o berço da multidão. Recorrendo a Baudelaire, o autor ovaciona seu caráter fragmentário, indefinido e múltiplo que possibilita ao pintor da vida moderna ser um homem da multidão experimentando “novas imagens mais vivas que a própria vida”.

Dentre as contradições supracitadas, é sabido que o planejamento urbano funciona, em geral, como mecanismo de contenção das massas, ou, lembrando Foucault, como um dispositivo disciplinar que atua em um sentido de docilização dos corpos. Essa característica pode ser compreendida, dentre outros muitos contextos, pelo supracitado caso de Haussmann, quando Paris é rasgada por largas avenidas que, para além de favorecer o panóptico, tentam impedir barricadas. Essa constatação, por si só, subsidia a afirmação anterior que coloca o espaço urbano como importante território de lutas e ações coletivas. Rena (2015, p. 207) denuncia que o próprio Haussmann admitiu ter sido sua intenção “assegurar tranquilidade pública com a criação de bulevares” que dessem espaço para circulação nas penas de luz e ar, mas também de militares, criando uma combinação instigante que passa, de um lado pela criação de sujeitos saudáveis, mas de outros, pela indução à submissão destes sujeitos que encontram-se, progressivamente, menos dispostos à revolta.

As características atuais de cada lugar são importantes, e a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas. Da mesma maneira que, nas operações militares, a escolha e a configuração do campo de batalha desempenham um importante papel para determinar quem será o vencedor, é com protestos populares e movimentos políticos nos contextos urbanos. (HARVEY, 2014, p. 213).

Apesar de a ocupação das cidades ser estratégia das resistências há tempos, sendo reproduzida, algumas vezes, pelos movimentos sociais clássicos - quando estes deixavam as fábricas e se concentravam nas ruas em assembleias e atos - e genericamente pelos novos e novíssimos movimentos, Harvey (2014), tal qual Gohn (2014a) reforça que ao longo do tempo houve importantes modificações nas maneiras de mobilização e ocupação destes espaços, questionando-se a respeito da capacidade de maior permanência do ativismo durante as mobilizações no ciclo de lutas contemporâneo<sup>136</sup>. Junto a isso, o autor cita a transição da pauta antiglobalização para uma defesa da alterglobalização, já no início do século XXI, bem como o foco em ações que buscavam atingir as bases do sistema capitalista, como as IFIs, como elementos comuns a essas lutas que acabavam gerando certa unificação internacional. Entretanto, os levantes estavam, também, repletos de controvérsias, como, por exemplo, o financiamento recebido por alguns grupos ativistas advindos de grandes representantes do capital internacional - como poderá ser observado no platô seguinte.

---

<sup>136</sup> Pensando a esse respeito, questiona-se se este outro tempo que é próprio do ativismo, não seria um dos motivos que, mediante um esvaziamento das mobilizações, possibilitam a ocupação dos “vazios” por outras formas de mobilização distintas daquelas que inicialmente se colocaram. O que pode ser fruto tanto de movimentos pré-meditados, quanto de apropriações posteriormente realizadas.

Dotadas de várias contradições, essas insurgências acabaram se tornando uma esfinge difícil de ser decifrada e, se atentar à questão urbana é, para autores como Harvey (2013; 2014) e Maricato (2013), o caminho mais viável para compreender o que vinha ocorrendo. Neste sentido, Paraná (2014, p.140) lembra que é preciso observar o conteúdo das experiências expressas no ciclo de 2011, quando diferentes lutas pelo direito à cidade<sup>137</sup> se encontravam conectadas em vários locais do mundo, o que seria explicado por uma espécie de crise das cidades marcada pela mercantilização e financeirização dos serviços, equipamentos públicos e do próprio território urbano.

Em entrevista a Mariana Siqueira e Natacha Rena publicada na Revista AU em 2015, Harvey, relembando as demandas dos anos 1960 a respeito de liberdade e justiça social, afirmou que a luta realizada naquele contexto, acabou sendo vitoriosa no que tange a liberdade, mas fracassou na sua busca por justiça social. Alguns anos depois, as cidades tenderam a processos de neoliberalização deixando de lado o viés social do planejamento urbano clássico e apostando em estratégias bastante controversas, como o planejamento estratégico. Assim, os processos decorrentes do pós-fordismo, transformaram a cidade em uma grande mercadoria dotada de contradições e desigualdades.

É essa cidade injusta e controversa, mas encantadora e potente, que subsidia e fomenta a emergência dos novos e novíssimos movimentos sociais. De acordo com Harvey (2014), na visão da maioria dos intelectuais marxianos tradicionais, nesse processo de reconfiguração das ações coletivas, a problemática histórica da luta de classes acabou sendo deixada de lado, dando lugar a questões políticas consideradas de “ordem menor”, sendo tratadas como desprovidas de poder revolucionário. “Essas lutas são interpretadas como algo mais voltado para questões de reprodução que de produção, ou sobre direitos, soberania e cidadania e, portanto, não sobre classe”. (HARVEY, 2014, p. 217). Entretanto, o autor aposta que estes movimentos urbanos podem gerar grandes rupturas, já que entende a cidade como um dispositivo muito potente, mas destaca a necessidade de um envolvimento dos movimentos clássicos para o engajamento de uma “real” revolução urbana.

Assim, o autor aponta para a necessidade de construção de uma luta que vá além da questão de classes, mas que não a supere, já que, para pôr fim à questão das classes, é preciso, também, abolir as organizações capitalistas e seu modo de atuação no livre mercado. Para que

---

<sup>137</sup> Um debate a respeito do conceito de direito à cidade está disponível no artigo *A disputa pela direito à cidade: narrativas e territórios*, escrito por Maíra Nobre, Lígia Lott e Natacha Rena e publicado nos anais do *II Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico* em 2019. Disponível em: [https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05\\_FN1\\_ANAIS%20UB\\_2019\\_FN-5.pdf](https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05_FN1_ANAIS%20UB_2019_FN-5.pdf). Acesso em 18 de agosto de 2023.

isso seja possível, é preciso, para Harvey (2014), que haja um entendimento teórico das relações macroeconômicas somada a uma boa tática de organização.

Isso faz parte das grandes disputas que assolam os diferentes campos progressistas presentes no mundo. Enquanto a esquerda clássica tende a defender alguma forma de centralismo democrático, a nova esquerda<sup>138</sup> aposta em princípios de horizontalidade, democracia radical ou na formação de governos dos comuns “que podem funcionar para pequenos grupos, mas são impossíveis de se operacionalizar na escala de uma região metropolitana, para não falar das 7 bilhões de pessoas que hoje habitam o planeta Terra.” (HARVEY, 2014, p. 225).

Até mesmo o venerável Murray Bookchin, com sua teoria do confederalismo, defende categoricamente a necessidade de alguma governança territorial, sem a qual os zapatistas, para tomar um exemplo recente, certamente se teriam deparado com a morte e a derrota: apesar de sua estrutura falsamente apresentada como totalmente não hierárquica e ‘horizontalizada’ eles tomam decisões por meio de delegados e oficiais democraticamente eleitos. (HARVEY, 2014, p.225).

Outros ainda, alerta o autor, tendem a defender pautas identitárias, como estratégia de luta anticapitalista, ignorando a necessidade dos movimentos sociais de se basearem em uma teoria organizacional predominante. Ao contrário, acreditam que a luta é feita de um conjunto dispersos de políticas intuitivas geradas por meio de situações específicas. Ou seja, Harvey (2014) aponta para uma ausência, em escala mundial, da construção de pautas concretas e consensuais na busca por uma reorganização das relações econômicas e sociais. Segue, então, questionando a maneira como o bloco progressista conseguiria alcançar um consenso de luta coeso, com comprometimento, que buscasse alternativas à organização capitalista e levasse aos trabalhadores a possibilidade de decidirem de forma coletiva sobre suas produções.

Assim, para Harvey (2014) é importante compreender que a dinâmica do trabalho não se restringe ao espaço onde ele é exercido. Há uma política de exploração e exclusão que é experimentada muito mais na vida comum que nos ambientes de trabalho. O autor alerta que a urbanização em si é uma produção, o que dá aos trabalhadores o direito de lutar por aquilo que produziram, tratando também a cidade como grande produtora de mais-valia. Na cidade, o que se expressa é um outro tipo de proletariado que, neste momento, é muito mais numeroso que o

---

<sup>138</sup> Entende-se como nova esquerda o campo progressista que surgiu a partir dos anos 1960 e modificou a configuração dos movimentos sociais, criando os novos e, posteriormente, os novíssimos. Trata-se de uma parcela que, de forma geral, coloca as questões de identidades e direitos à frente das lutas de classe, aproximando-se de questões mais globais, como direito internacional e direitos humanos e distanciando-se de debates como o da soberania nacional.

fabril. “Então agora temos de fazer uma escolha: lamentar a perda da possibilidade de uma revolução porque aquele proletariado desapareceu, ou mudar nossa concepção de proletariado, para incluir as hordas não organizadas de produtores da urbanização” (HARVEY, 2014, p. 232), que atualmente tem recebido o nome de precariado<sup>139</sup>. Neste sentido, o autor dá destaque aos trabalhadores da construção civil, já que são os operários cuja mais-valia é explorada visando a construção da urbes, mas se atenta para outros operários como os envolvidos na mineração e no transporte de pessoas e cargas em geral. Segundo ele, caso organizados, estes trabalhadores conseguiram parar o funcionamento das cidades e de fato promover mudanças profundas que atravessariam a questão local e identitária ocupando um quadro mais amplo de modificações.

Neste processo de compreensão aumentada do significado de proletariado é possível perceber melhor, também, a forma como se dá a luta contemporânea, suas possíveis operações e estratégias. Na cidade, as questões de reprodução social, raça, etnia, religião e gênero acabam aparecendo mais claramente e, segundo o autor, refletem e se misturam, em termos gerais, com as questões de classe, exigindo uma análise conjunta mais complexa. A essa análise ele acrescenta, ainda, uma percepção territorial por meio da qual destaca a maneira como as desigualdades e segregações que atingem esses grupos de forma interseccional, afetam, também, a produção urbana, sua lógica de periferização e dinâmica de preços.

A principal inspiração de Harvey neste debate foi Lefebvre que, no livro *La producción del espacio* (2013, p. 113), anuncia que o espaço está em constante disputa, justamente por ser apropriado em fatias territoriais por diferentes classes, sendo então, da luta de classes fundamental para a produção deste espaço e ficando cada vez mais clara ao se observar a configuração da urbes. Assim, concerne-se, a esta luta, papel primordial na disputa pelas cidades, ao contrário do que é posto no contemporâneo, no qual as pautas identitárias têm ganhado espaço sobre a questão de classes. Destaca-se, assim, a necessidade de os movimentos de trabalhadores analisarem as possibilidades geográficas da organização, posicionando-se estrategicamente no território.

---

<sup>139</sup> Precariado é um neologismo do campo das ciências sociais criado para designar uma nova classe urbana que vive sem segurança, ou estabilidade, ou seja, um proletariado altamente precário. Os principais autores que abordam o tema são: o economista britânico Guy Standing; o sociólogo norueguês Arne Kalleberg; o linguista, filósofo e sociólogo estadunidense Noam Chomsky; a socióloga alemã Klaus Dörre; o filósofo austro-francês André Gorz. No Brasil, o debate tem como grande referência o sociólogo Ruy Braga.



A conclusão estratégica é que os sindicatos devem pensar em termos de organização de cidades, e não apenas de organização dos locais do trabalho (ou das indústrias). E organizar cidades só é possível se os sindicatos trabalharem com aliados em blocos sociais metropolitanos. (FLETCHER e GAPASIN, 2008, p. 174, apud HARVEY, 2014, p. 242).

O que resta saber, de acordo com Harvey (2014), é como se organiza uma cidade. Para ele, essa é uma pergunta que exige resposta urgente por parte do bloco progressista, caso ainda se pretenda atuar na luta anticapitalista, apontando a possibilidade do uso do *direito à cidade* como plataforma de luta. Apesar de afirmar e reafirmar o processo de esvaziamento do conceito lefebvriano, o autor o coloca como “um significante vazio repleto de possibilidades imanentes, mas não transcendententes”. Isso não significa que seja irrelevante ou politicamente impotente, dependendo de quem e como conferirá ao significante um significado imanente revolucionário, em oposição ao significado reformista.” (HARVEY, 2014, p. 244).

Apesar de denunciar a cooptação neoliberal da pauta do direito à cidade, Harvey (2014) anuncia que este processo deveria ser visto com ânimo pelos progressistas. Segundo o autor, ONGs e outras instituições internacionais como o Banco Mundial, estiveram presentes, em 2010, no Fórum Urbano Mundial, no Rio de Janeiro, quando investiram na estratégia de tomar para si e ressignificar conceitos vinculados à pauta urbana. O mesmo ocorreu, segundo o autor na UN-Habitat de 2016. Em entrevista a Marc Marti y Mónica Salazar, divulgada pelo Centro de Derechos Econômicos e Sociales em 2014, Harvey comenta que se recusou quando convidado para falar sobre o conceito lefebvriano durante o evento da ONU, já que via nas propostas ali cunhadas, um processo não só de esvaziamento, mas de cooptação do *direito à cidade* para os interesses do capital.

Revisando los documentos de posición respecto al Hábitat III, puede uno ver la posición neoliberal de dicho evento. En términos generales, el Hábitat III es simplemente un encuentro. Algo de acción se podrá evidenciar en Quito, y lo ideal sería colaborar con diferentes grupos y asegurarse que dichos encuentros los involucren a todos. Mi opinión personal es que estamos concentrando nuestros esfuerzos y recursos hacia la construcción de ciudades para invertir en lugar de ciudades para vivir. La satisfacción humana se mide ahora en dinero. Discusiones en torno a la vivienda asequible y a la ausencia de políticas públicas decentes que luchen por ella, a los diferentes derechos de propiedad a parte de la propiedad privada y la identificación de modelos alternativos para el desarrollo, deberían ser algunos de los temas a tratar en el Hábitat III. No se puede seguir validando el modelo neoliberal actual de desarrollo, donde las urbanizaciones privadas son el objetivo ideal, destruyendo a su paso el espacio público y la calidad de vida urbana. (CENTRO DE DERECHOS ECONÓMICOS E SOCIALES, 2014).<sup>140</sup>

Entretanto, mesmo ciente desse processo de cooptação, o autor afirma que, ao contrário do que ocorre por tendência, os ativistas deveriam ver nessa disputa, mais um motivo de fortalecimento da luta, por meio do qual tivessem o direito de reivindicar a cidade que produzem e disputar o conceito e prática do que se entende por *direito à cidade*.

Para o autor, a revolução social esperada, será construída no território urbano e por meio dele, com a disputa de narrativas e conceitos a ele relacionados levando, de alguma forma, aos trabalhadores urbanos o direito de decidir sobre o formato e organização do local que significa não só seu espaço de vida, mas também de produção e reprodução. É nas cidades e, mais precisamente nas metrópoles, que as multidões estabelecem novas formas de sociabilidade, identidades e valores e, justamente por isso, é ali que aparecem a coesão das reivindicações periféricas e dos novíssimos movimentos. “Nestas cidades, portanto, concentram-se tanto as energias do capital, quanto as melhores possibilidades de superá-lo. Elas não são túmulos, mas arenas.” (BRISSENDEN & LEWIS, 2012).

Por fim, destaca-se que Harvey (2014) acredita em uma Revolução Urbana, mas se mostra ciente de algumas armadilhas às quais sua aposta se sujeita:

---

<sup>140</sup>“Revedo os documentos de posicionamento referentes ao Habitat III, pode-se ver a posição neoliberal desse evento. Em termos gerais, o Habitat III é simplesmente um encontro. Alguma ação será evidente em Quito e o ideal seria colaborar com diferentes grupos e garantir que essas reuniões envolvam todos. Minha opinião pessoal é que estamos concentrando nossos esforços e recursos para a construção de cidades para investir ao invés de cidades para viver. A satisfação humana agora é medida em dinheiro. As discussões sobre habitação a preços acessíveis e a ausência de políticas públicas decentes que lutem por ela, diferentes direitos de propriedade além da propriedade privada e a identificação de modelos alternativos para o desenvolvimento, devem ser alguns dos tópicos a serem abordados na Habitat III. Não podemos continuar a validar o atual modelo de desenvolvimento neoliberal, onde as urbanizações privadas são o objetivo ideal, destruindo o espaço público e a qualidade de vida urbana em seu caminho”. (CENTRO DE DERECHOS ECONÓMICOS E SOCIALES, 2018). Tradução da autora.

Mas há um problema de enorme importância nesse cenário cor-de-rosa de desenvolvimento da luta anticapitalista. Como o caso boliviano também demonstra, caso Weber<sup>141</sup> só esteja meio certo, qualquer movimento anticapitalista deslanchado ao longo de sucessivas rebeliões urbanas precisa ser consolidado a certa altura dos acontecimentos, em um nível muito mais alto de generalidade, a fim de que tudo não retroceda, no nível do Estado, a um reformismo parlamentar e constitucional que pode fazer pouco mais do que reconstituir o liberalismo nos interstícios de um prolongado domínio imperialista. (...) Talvez seja isso ou cair no tipo de incoerência que, em Commonwealth, leva Hardt e Negri a detonar o Estado na página 361 só para fazê-lo surgir na página 380 como fiador de um padrão de vida mínimo universal, bem como de um sistema de saúde e educação universais.

Mas é exatamente neste ponto que a questão de como se organiza toda uma cidade se torna tão crucial. Isso exige as forças progressistas do empecilho de estar organizacionalmente presas ao micronível das coletividades dos trabalhadores em luta e das economias solidárias (por mais importantes que possam ser), e nos impõe uma maneira totalmente distinta de teorizar e praticar uma política anticapitalista. (HARVEY, 2014, p. 269 - 270).

Para Harvey (2014), então, o que se deve desenhar, não é um embate ao Estado, traçando outras estratégias que tornem os territórios nacionais cada vez mais fragmentados e fragilizados, mas sim um questionamento sobre qual é o Estado desejado, pensando a fomentação de um Estado em que haja menos influência do capital internacional. A este intento, cabe acrescentar a necessidade de formação de um Estado soberano e popular, com articulação forte com a sociedade civil por meio de uma participação organizada. O autor segue afirmando que, neste sentido, é possível pensar em lutas que combinem a questão da classe com as demandas urbanas. “O cidadão e o camarada podem marchar juntos na luta anticapitalista, mesmo que muitas vezes trabalhem em escalas distintas”. (HARVEY, 2014, p. 271), entretanto isso, só seria possível mediante uma mudança individual e coletiva no sentido de um processo de compreensão desta necessidade de construção de uma sociedade sobre as ruínas da urbes capitalista.

---

<sup>141</sup> Maximilian Karl Emil Weber (1864-1920) foi um intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia.

### **Quadro 21 - Temas de referência seção 6.2.1 Crise financeira de 2008 e as Cidades Rebeldes**

#### **TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Situação nacional
- Movimentos sociais urbanos (clássicos e novíssimos)

Buscando apresentar o contexto de formação do ciclo de lutas de 2011, esta seção reforça a necessidade de compreender a relação entre crise e insurgência. Emergente anteriormente, o tema de referência que aborda a *situação nacional* no momento do levante deve ser compreendida de forma ampla pensando tanto nas crises que o antecedem quanto nas que o atravessam e, até mesmo, naquelas que emergem após as insurgências.

No âmbito das lutas, destaca-se a questão urbana como elemento chave para a disputa contemporânea contra o capital. Assim, trata-se de uma análise a respeito dos *movimentos sociais*, destacando a necessidade de uma interface entre os *clássicos*, os *novos* e os *novíssimos*, que se justifica pela emergência de um novo proletariado também chamado de precariado.

Fonte: Produzido pela autora.

### **6.2.2 Democracia e representatividade em crise: um impulso para as manifestações**

Esse projeto político da multidão, todavia precisa encontrar uma maneira de enfrentar as condições de nossa realidade contemporânea. Seu projeto de amor poderia parecer deslocado num mundo como o nosso, no qual a ordem global baseia e legitima seu poder na guerra, degradando e suspendendo todos os mecanismos democráticos. Essa crise da democracia não é específica da Euro-América ou de qualquer outra região do planeta; a crise de representação e a corrupção das formas de democracia são uma condição planetária, imediatamente evidente em todos os Estados-nação, insuperável nas comunidades regionais de Estados contíguos e violentamente expressa no nível global e imperial. A crise global de democracia afeta todas as formas de governo no mundo." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 439-440).

A chamada crise da democracia tem alcançado centralidade em diversos debates e não é de hoje. A busca por uma “democracia real”, não é exclusiva dos Indignados espanhóis de 2011 e, ainda que com outros nomes, têm atravessado as sociedades em diferentes momentos e contextos. O que parece é que, a despeito das inúmeras conceituações sobre o tema (que não é, ou deveria ser, apenas um conceito), ou até mesmo devido à vastidão de narrativas e disputas de significados e interesses ao redor daquilo que se entende por democracia - tal qual pontuado por Ricardo Mendonça (2018) - a democracia, enquanto teoria e prática, acabou se esvaziando. Como lembra Souza (2002, p. 322), hoje em dia ela se transformou apenas em sinônimo de uma definição ocidental própria daqueles países que se autodeclaram democráticos e que se impõem enquanto modelo inflexível e inadequado a diversas outras localidades. O fato é que, para muitos autores, a verdadeira democracia, ou aquela que se aproxima dos ideais teóricos, nunca existiu

e, talvez, nunca venha a acontecer. Desta forma, o debate sobre democracia acabou tornando-se bastante intenso e a sua busca, um tanto quanto fatigante.

Conforme indica Souza (2012), o que hoje é entendido como democracia, ainda que reconhecidas suas inúmeras falhas e contradições, é apenas o modelo representativo, ou seja, as várias outras formas de exercício democrático acabam sendo deixadas de lado como possibilidade de construção social. Entretanto, mediante uma profunda crise de representatividade que atravessou grande parte do mundo ocidental após o colapso de 2008, o debate a respeito da possibilidade de outras experiências democráticas emergiu lado a lado com o desejo de experimentá-las no seio da própria luta multitudinária. Se no Brasil, durante as Jornadas de Junho de 2013, as dúvidas postas sobre a representatividade levaram a um cenário de intenso descrédito não só com os políticos, mas com a própria política, na Espanha, buscou-se experimentar uma possibilidade de outra democracia durante as acampadas do 15M: a democracia direta, conceito caro aos autonomistas.

Conforme indica Souza (2012, p. 222) diferentes experiências de democracia direta (sabe-se que não há uma fórmula ou formato único para essa vivência) ocorreram em vários momentos da história, mas em sua maioria, de forma efêmera, como é o caso dos soviets - conselhos de operários e soldados russos que permaneceram ativos por algum tempo durante a Revolução e foram sendo gradativamente esvaziados após o crescimento e centralização do Partido Bolchevique. Houve também algumas vivências na Europa, como conselhos de fábricas que ocorreram em diferentes países e a organização autogestionária constituída na Espanha durante a guerra civil. Entretanto, o principal modelo de democracia direta, aquele no qual toda democracia se inspira, mas considera utópico na constituição social e urbana contemporânea, é aquilo expresso em Atenas e outras localidades da Grécia entre 510 a.C. e 322 a.C. Apesar da restritiva concepção de povo que era aplicada à *pólis*, excluindo diversos grupos, como mulheres e estrangeiros, àqueles que restava tal definição, o exercício da cidadania por meio da democracia direta ocorria de uma forma que nunca mais se repetiu.

Os cidadãos decidiam livremente sobre os fins das atividades de política e da vida na *Pólis*, deliberando sobre a paz e a guerra, sobre os acordos comerciais etc... Não havia 'políticos profissionais', uma vez que a atividade política, entendida como a discussão e deliberação em torno dos *fins*, era compreendida como direito e como ocupação de todos, e não como matéria para especialistas. A escolha dos *meios* mais adequados para a consecução de determinados fins, contudo, podia ser delegada a um *expert*: por exemplo, a condução eficaz da guerra era confiada a um comandante reconhecidamente talentoso e experiente. Para a maioria das atividades referentes à administração coletiva, todos os cidadãos eram convidados a participar, sendo que a escolha se dava por sorteio entre os candidatos; somente para aquelas atividades e funções que, nitidamente, exigiam conhecimentos e experiência específicos (comando militar e administração financeira, dentre outras), dava-se a escolha por eleição e não pro sorteio. (SOUZA, 2002, p. 323)

Independentemente do modo de ocupação do cargo (eleição ou sorteio), os mandatos eram geralmente curtos e os responsáveis deviam dar retorno à sociedade constantemente, falando a respeito da realização de suas atividades. As decisões políticas mais significativas eram tomadas em assembleias formadas por cidadãos, chamadas *ecclesia*<sup>142</sup>, que se reuniam regularmente e contavam com a participação de todos aqueles que demonstrassem interesse.

Dentre as experiências de democracia direta vivenciadas em diferentes espaços, observa-se que um dos principais desafios está vinculado às dimensões do território e, principalmente, ao número de habitantes - ou cidadãos envolvidos naquele processo<sup>143</sup>. "Aqui torna-se primordial a questão da escala", já que "a democracia pode ter sido factível nos espaços limitados das antigas cidades-Estados", mas, quando chegam a terrenos maiores, "do tamanho dos modernos Estados-nação" passam a necessitar de "mecanismos de representação: para pequenas populações, democracia; para amplos territórios e populações, representação." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 308).

Assim, no berço do Estado moderno surge a democracia representativa que tinha como base teórica os pensamentos de figuras como Locke e Montesquieu. Trata-se, de um novo

---

<sup>142</sup> A eclésia era a principal assembleia da democracia ateniense na Grécia Antiga. Era uma assembleia popular, aberta a todos os cidadãos do sexo masculino, com mais de vinte e um anos, que tivessem prestado pelo menos dois anos de serviço militar e que fossem filhos de pai e mãe natural da pólis. Tanto no grego, quanto no latim, a palavra *ecclesia* remete à igreja. Segundo o dicionário Antônio Houaiss, *ekklesia*, no grego, são "assembleia por convocação, assembleia do povo ou dos guerreiros, assembleia dos anfitriões, assembleia de fiéis, lugar de reunião ou de uma assembleia, igreja". Já no latim *ecclesia* designa "assembleia, reunião, ajuntamento dos primeiros cristãos, a comunhão cristã, igreja, templo".

<sup>143</sup> Uma curiosidade interessante sobre isso é que havia uma análise proposta por Platão a respeito da democracia grega que atravessava, justamente, a questão demográfica e a extensão territorial. O autor destacava que havia um limite de cidadãos (em torno de 5000) que permitia o exercício da democracia direta. Quando Atenas, por exemplo, ultrapassava este limite, eram criadas novas cidades para garantir a experiência democrática da Pólis. O mais curioso se dá, quando, ao ler *A Sociedade contra o Estado*, de Pierre Clastres, atenta-se ao fato de que as gestões coletivas eram possíveis, em geral, em tribos com número reduzido de pessoas que, novamente, se aproxima do cálculo dos 5000.

conceito de democracia, tendo em vista que a representação era considerada o mecanismo prático tipicamente moderno que tornaria factível o governo republicano nos extensos territórios ocupados pelos Estados-Nação (HARDT; NEGRI, 2012, p. 306). Entretanto, “a representação, diferentemente da delegação, significa alienar poder decisório em favor de outrem” (SOUZA, 2002, p. 325). Isso porque, entende-se a inviabilidade da participação direta de todas as pessoas nas tomadas de decisão, de modo que esse direito acaba sendo delegado a outro cidadão que torna-se, ao menos teoricamente, uma espécie de “porta voz” dos desejos coletivos, podendo tomar decisões em nome dos demais. Porém, para muitos dos que defendem esta dinâmica, mais que inviável, a participação de todos é indesejável tendo em vista que os técnicos seriam pessoas mais aptas à tomada de decisões, pois, supostamente, agiriam com isenção. Neste sentido, Hardt e Negri (2012) indicam que a representação cumpre uma dupla função em relação à multidão visto que, ao mesmo tempo que a aproxima, a afasta do governo. “A representação vale para eles como uma espécie de vacina para proteger dos perigos da democracia absoluta: ela fornece ao corpo social uma pequena dose controlada de governo popular, com isto incluindo-o contra os temíveis excessos da multidão.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 306).

Recorrendo à Rousseau<sup>144</sup>, os autores realizam uma aproximação entre o conceito de soberania expresso pelo filósofo e o de representação, ao definir que somente a vontade geral do povo seria soberana, diferenciando generalidade de totalidade. Neste sentido, o desejo de toda a população representaria uma democracia direta e, portanto, dotada de incoerência e multiplicidade, se aproximando, assim da ideia de multidão, ao passo que o desejo geral se aproxima de uma ideia de unidade, representação e, portanto, da definição de povo. “Esta relação de unidade, transcendência e representação é ilustrada pela diferença entre povo e multidão estabelecida por Rousseau” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 307), já que, para o autor, o povo só é soberano quando unificado, sendo a diferença um de seus principais inimigos, apesar de ser impossível eliminá-la em sua totalidade.

Seguindo a mesma linha de Rousseau de um certo temor a respeito dos impactos da diferença na democracia, James Madison<sup>145</sup> é citado por Hardt e Negri (2012) como um autor que, apesar de definir a democracia a partir da ideia da reunião de um povo que exerce, pessoalmente o seu governo, teme muito a existência de diferenças em meio a este povo, ou

---

<sup>144</sup> Jean-Jacques Rousseau (17712-1778) foi um importante escritor e filósofo francês sendo uma das maiores referências do pensamento iluminista.

<sup>145</sup> James Madison, Jr. (1751-1836) foi um importante advogado e político estadunidense, sendo o quarto Presidente dos Estados Unidos, entre 1809 e 1817. Ele é considerado o "Pai da Constituição" devido ao papel que desempenhou na elaboração e promoção da Constituição e da Declaração dos Direitos.

seja, deseja-o único, afirmando que, mais perigosas que as discrepâncias individuais, são aquelas coletivas que atuam na criação de facções, por exemplo.

Ou seja, existe um certo medo envolvendo o processo de democracia direta que atua, justamente, no âmbito da expressão da diferença. No caso dos federalistas, isso fica bastante claro. Eles concordam que a representação é um grande obstáculo para um exercício democrático de fato e é justamente por isso que eles apoiam tal processo. Hardt e Negri (2012, p. 309) indicam, neste sentido, que as vastas extensões dos Estado-nação, não simbolizam um impedimento para o exercício do governo, mas uma grande vantagem, tendo em vista que os representantes não se encontram nem totalmente próximos dos representados, criando um vínculo direto com o poder, nem totalmente distante, permitindo certos pontos de contato que, de alguma forma, mantém o povo apaziguado.

Apesar de, como alertam os autores, o ato de transferir o poder para o governo, distância do povo o direito de governar, a representação se tornou, já no início do século XIX, não apenas a principal forma de experiência democrática, mas a própria definição de democracia. Ao invés de ser vista como um infortúnio à democracia, ela passou a ser considerada um suplemento essencial ao seu funcionamento.

A partir da leitura de Weber, Hardt e Negri (2012) apresentam a existência de três tipos de representação que variam de acordo com o grau de aproximação entre representantes e representados. No primeiro deles, conhecido como *representação apropriada*, ocorre uma maior separação entre os envolvidos, tendo em vista que os representantes não são escolhidos ou controlados diretamente pelos representados, mas se mantém distante, apenas interpretando seus interesses. Weber optou por denominar assim este primeiro modelo, porque os representantes se apropriaram dos poderes dos representados, mas ele também pode ser chamado de representação patriarcal, posto que pode ser comparado com a representação realizada pelos senhores feudais sobre os camponeses. Em um contexto contemporâneo, essas representações descrevem as formas de atuação de organizações supranacionais como o Banco Mundial e o FMI, por exemplo. O segundo tipo, a *representação livre*, é próprio dos sistemas parlamentares, onde os representados têm alguma relação direta com os representantes, mas seu controle é bastante limitado. Na maioria dos modelos eleitorais, observa-se que os representados apresentam uma distância dos representantes tendo seu grau de escolha e possibilidade de controle muito diminutos, já que tendem a um contato mais intenso de aproximação apenas a cada dois, quatro ou seis anos, quando ocorrem as eleições. Entre os períodos dos pleitos, os representantes agem com grande independência sendo, em geral, pouco cobrados. Por isso, estes sistemas recebem, de Weber, o nome de “livre”, buscando dar ênfase



à autonomia exercida pelos representantes. Entretanto, é preciso destacar que quanto mais livres e autônomos são os representantes, menos são os representados, tratando-se de uma relação inversamente proporcional. Por outro lado, quando os representados exercem total controle sobre os representantes, trata-se, para o sociólogo, de uma *representação instruída*. Este tipo de representação pode ocorrer por meio de eleições mais constantes, ou com maior possibilidade de revogabilidade daqueles eleitos, bem como por meio de processos de decisões populares sobre os orçamentos, como ocorre nos casos dos Orçamentos Participativos (OP). (HARDT; NEGRI, 2012, p. 310-312).

Observando os modelos de democracia representativa apresentados por Weber, é possível perceber que a *representação instruída* tende a ocorrer em casos mais pontuais ou em menor escala, ou seja, aquela que asseguraria um maior grau de apropriação de participação popular é mais restrita. Desta forma, fica ainda mais clara a grandeza do desafio de se pensar uma democracia direta para os tempos atuais. Souza (2012, p. 331) pontua que, obviamente, essa experiência, na contemporaneidade, se daria de forma bastante distinta daquela vivenciada na Idade Antiga. A participação direta de todos, como se dava na *ecclesia*, não é viável nas grandes metrópoles, sendo necessário, em vários momentos, recorrer à delegação - que não deve ser confundida com representação. Acrescenta-se, ainda, a este fato a possibilidade de uso de outras estratégias como a descentralização da gestão - que pode alcançar uma escala muito reduzida, facilitando a participação - e o avanço das tecnologias, que podem ser elementos fundamentais para a realização de espaços amplos e significativos de atuação direta.

Existe uma forte relação entre o pensamento de Souza (2002) e o entendimento de Jürgen Habermas<sup>146</sup> a respeito da democracia que, de acordo com o filósofo, não deve ser entendida apenas em termos descritivos, como um governo da maioria, formado por eleições livres, coalizões partidárias e prescrições normativas. A prática democrática se dá também, fora dos espaços formais, na esfera pública de ambientes como bares, cafés, praças, teatros, escolas e outros espaços de convivência.

Buscando definir o que entendia por processo democrático Habermas trouxe a participação como elemento central para o desenvolvimento de uma cultura democrática. Neste sentido, o autor propôs a criação de um modelo político que integrasse esferas informais (por ele chamadas de espaços da vida) e formais (aqueles institucionais). “A participação, tanto nas esferas públicas informais como nas institucionalizadas é, portanto, um elo importante na

---

<sup>146</sup> Jürgen Habermas (1929) é um filósofo e sociólogo alemão membro da Escola de Frankfurt que dedicou a vida aos estudos a respeito da democracia.

formação da própria opinião pública, campo fundamental de atuação das redes e mídias sociais.” (GOHN, 2019, p. 44).

Gohn (2019, p. 9) argumenta em favor da democracia participativa (que pode ser pensada a partir do supracitado exemplo do Orçamento Participativo) ao apontar que esse modelo apresenta aspectos educativos que advém, justamente, da participação cidadã realizada tanto na esfera pública civil quanto na governamental. Desse processo educativo resulta uma produção de saberes e aprendizados políticos que alcançam não só os participantes, mas também a sociedade como um todo, o que inclui os diversos aspectos ideológicos. Ou seja, estes processos podem reforçar tanto princípios conservadores quanto progressistas.

Apesar de compreender a participação como um dos mecanismos possíveis para um melhor exercício democrático, a autora destaca que ela se coloca sobre uma realidade social ainda não cristalizada, sendo relacional e atuando na construção e nas transformações sociais. Esse caráter de mutabilidade, bem como os diferentes modos possíveis de abordagem a respeito da participação - que pode ser entendida, simultaneamente, como uma categoria narrativa da prática política de atores sociais; uma categoria teórica parte dos estudos a respeito da democracia; e procedimentos institucionais que visam determinadas funções definidas por lei - tornam esse debate bastante complexo. A multidimensionalidade que atravessa a participação, tanto em teoria quanto em prática, faz deste um conceito em constante disputa e, conseqüentemente, bastante esvaziado, fazendo com que as diversas tentativas de definição se tornem tendencialmente escorregadias. Mais que isso, não há consensos quanto aos efeitos esperados dos processos participativos, nem mesmo a respeito de sua relevância.

Disposta a enfrentar o desafio de olhar e questionar os processos participativos, Gohn (2019, p. 16) apresenta três níveis de análise para a participação: o conceitual, o político e o social. O primeiro é um tanto quanto ambíguo e varia de acordo com o paradigma teórico utilizado em sua fundamentação. O segundo, por sua vez, é usualmente associado a processos de democratização, mas pode também ser utilizado como discurso no intuito de gerar integração entre indivíduos isolados em processos que tem como finalidade reiterar os mecanismos de regulação social. Já o terceiro, se desenvolve no âmbito de ações concretas relacionadas com as lutas de movimentos organizados com a finalidade de participar de espaços institucionalizados da esfera pública.

Pensando historicamente a construção da participação, a autora destaca que, de forma geral, localiza-se o surgimento deste exercício ao lado da origem (e do exercício) da democracia, ou seja, na Grécia, onde a participação já assumia o significado contemporâneo de encontro de cidadãos livres debatendo política e deliberando sobre temas de interesse comum. Entretanto,

os estudos a respeito deste assunto só se iniciaram no século XVIII a partir do pensamento de Rousseau e outros teóricos do liberalismo como John Stuart Mill<sup>147</sup> e Alexis de Tocqueville<sup>148</sup>. No século XIX, pensar a respeito da participação ficou em função dos socialistas utópicos, como Robert Owen<sup>149</sup> e Charles Fourier<sup>150</sup>, e dos libertários, a exemplo de Joseph Proudhon<sup>151</sup> e Piotr Kropotkin<sup>152</sup>. Marx e Engels, por sua vez, iniciaram uma tradição analítica da participação e foram seguidos pela maior parte dos autores do século XX, como Rosa Luxemburgo<sup>153</sup>, Antonio Gramsci<sup>154</sup>, dentre outros.

Como lembra Gohn (2019, p. 32), foi a ciência política, ao longo dos anos 1960, que tornou a participação um tema clássico, principalmente a partir dos estudos de Alessandro Pizzorno<sup>155</sup>. Para esse autor, a participação política é uma ação de solidariedade com o outro, que tem por objetivo conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominantes. De forma geral, a participação é entendida como um processo político relacionado e avaliado pelo número e pela intensidade de ação dos indivíduos. Entretanto, a noção de participação pode assumir diferentes

---

<sup>147</sup> John Stuart Mill (1806-1873) foi um filósofo, lógico e economista britânico. É considerado por muitos como o filósofo de língua inglesa mais influente do século XIX.

<sup>148</sup> Alexis-Charles-Henri Clérel (1805-1859), visconde de Tocqueville, mais conhecido como Alexis de Tocqueville, foi um pensador político, historiador e escritor francês que ficou famoso por suas análises a respeito da Revolução Francesa.

<sup>149</sup> Robert Owen (1771-1858) foi um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo, sendo considerado um dos mais importantes socialistas utópicos. Filho de artesãos, Owen chegou a co-proprietário e gerente de uma fábrica em New Lanark onde realizou importantes medidas para a classe trabalhadora, como redução da carga horária de trabalho diária para 10h30, construção de casas para as famílias dos operários, além do primeiro jardim de infância e da primeira cooperativa.

<sup>150</sup> François Marie Charles Fourier (1772-1837) importante socialista utópico, é considerado um dos pais do cooperativismo. O francês era crítico ao capitalismo, à industrialização, ao liberalismo e à constituição familiar baseada no matrimônio e na monogamia.

<sup>151</sup> Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi um filósofo político e econômico francês, membro do Parlamento daquele país e o primeiro grande teórico do anarquismo no século XIX, sendo, também, o primeiro a se autoproclamar anarquista.

<sup>152</sup> O russo Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921) foi um geógrafo, economista, cientista político, sociólogo, zoólogo, historiador, filósofo e ativista político russo. É conhecido por ser um dos principais pensadores do anarquismo, tendo fundado a vertente anarco-comunista.

<sup>153</sup> Nascida em Berlim, Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma filósofa e economista marxista polaco-alemã conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia da Polônia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD).

<sup>154</sup> Antonio Sebastiano Francesco Gramsci (1891-1937) foi um filósofo marxista, escritor, teórico político, jornalista, crítico literário, linguista, historiador e político italiano que escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia, história e linguística. Foi membro-fundador e secretário-geral do Partido Comunista da Itália, e deputado pelo distrito do Vêneto, sendo preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Gramsci é reconhecido, principalmente, pela sua teoria da hegemonia cultural que descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder.

<sup>155</sup> O sociólogo italiano Alessandro Pizzorno (1924-2019) realizou importantes pesquisas sobre sociologia econômica e política, especialmente sobre sindicatos e conflitos de classe.

formatos e interpretações, visto que, conforme lembra Bobbio (1991, p. 888) pode variar de uma simples ação de espectador, até a presença como protagonista do processo. Não é à toa, por exemplo, que, no texto *Uma Escada Da Participação Cidadã*, Sherry Arnstein<sup>156</sup> (2002) descreve oito diferentes degraus da participação indo daquelas mais distantes, até o ponto de uma real autonomia da população (FIGURA 8). Sousa (2002) também aponta diferentes formas de participar, indicando, desde a existência de uma falsa participação até um caminho para a autonomia.

**Figura 8 - Níveis da Escada da Participação segundo Arnstein (2002) e Souza (2002)**



Fonte: Produzido por Ana Isabel de Sá, presente na tese *Orçamentos Participativos, Cidadania e Geoinformação: potencialidades e diretrizes metodológicas a partir da experiência de Belo Horizonte* (2021) e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Gohn (2019, p. 35) aponta que nos processos que envolvem a participação popular há uma articulação direta entre participação e cidadania. Ou seja, em muitos casos, a participação também está relacionada com uma divisão de responsabilidades dentro do governo, possuindo, desta forma, diversas frentes, como a formação de uma linguagem democrática, o acesso à informação, e o estímulo à criação de uma comunicação favorável. Assim, de forma geral, a participação cidadã envolve ações individuais e coletivas que necessitam da formação de redes de comunicação variadas e complexas. Forma-se, assim, um sistema de cidadania ativa, no qual

<sup>156</sup> Sherry Phyllis Arnstein (1930-1997) é um grande referência nos estudos de participação, principalmente por meio da criação do artigo "A Ladder of Citizen Participation".

existem os incluídos (aqueles envolvidos nos processos) e os excluídos (alheios ao processo) sendo, portanto, um terreno marcado por diversos conflitos.

No Brasil, a participação social tem sido um tema fundamental, principalmente a partir dos debates a respeito da Reforma Urbana e será abordada com mais intensidade no platô seguinte. Entretanto, a título de introdução, destaca-se que Gohn (2019) apresenta três fases de participação no país. A primeira, ocorrida nos anos 1960, remonta um cenário que vai da explosão do povo nas ruas à resistência à repressão da ditadura e é marcada por três momentos distintos: (i) participação massiva de trabalhadores e estudantes em greves e protestos antes do golpe militar; (ii) após o golpe, alguns grupos específicos da sociedade desenvolveram resistências localizadas, como greves em Contagem e Osasco, ou o movimento estudantil de 1968; (iii) após o AI 5 houve repressão de todas as formas de participação. A segunda fase, se inicia nos anos 1970 e é composta por um ciclo de resistência à ditadura. Na segunda metade daquela década, ocorreram diversas lutas pela anistia dos exilados e presos políticos, movimentos organizados pelas CEBs e pelo novo sindicalismo, além de organizações mais localizadas, como de mulheres por creches em seus bairros, e cidadãos em geral pelo transporte coletivo ou postos de saúde. Nesse momento, é inaugurado um novo tipo de participação, a popular que se desenvolve em bairros e regiões periféricas, buscando condições mínimas de sobrevivência nas cidades. Novos atores emergem no cenário político, como movimentos populares urbanos, por direitos sociais, culturais e identitários dos grupos organizados que redundaram na criação de movimentos sociais, associações, instituições e ONGs. (GOHN, 2019, p. 71).

Assim, entre o final dos anos 1970 e durante os anos 1980, a democracia participativa que ocorria de forma localizada, se transformou em um modelo ideal para a constituição de uma luta contra-hegemônica. Participar dos movimentos da sociedade civil, era um ato de desobediência e resistência. É neste contexto que, logo nos primeiros anos da década de 1980, inicia-se a terceira fase da participação no Brasil, na qual há um amplo crescimento dos movimentos populares urbanos e das CEBs, além do avanço da luta trabalhista com a criação de diversas centrais sindicais. Entretanto, Gohn (2019, p. 75) observa que os movimentos identitários acabam tendo mais espaço nas mídias, ampliando sua abrangência junto à sociedade e ganhando maior espaço em agendas de pesquisa, como aquelas financiadas pela Fundação Ford<sup>157</sup>. Ou seja, apesar de os protestos mais emblemáticos deste período terem sido aqueles realizados pelas diretas, a fase é marcada pelo fortalecimento do eixo identitário dentre os

---

<sup>157</sup> Análises mais aprofundadas a respeito da Fundação Ford serão realizadas no próximo Platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*.

debates da sociedade civil mobilizada no Brasil. Já a quarta fase se inicia após a promulgação da Constituição de 1988, quando o foco se desloca para ações participativas institucionalizadas. Neste contexto, a autonomia da sociedade civil deixa seu espaço estruturante na luta por uma sociedade democrática, sendo substituída por um desejo de participação junto às instâncias estatais e uma luta pela implementação de políticas públicas.

Já os anos 1990 foram marcados por uma modificação na ideia de participação civil que passou a incorporar não apenas os direitos, mas também os deveres dos cidadãos. Neste novo contexto, a sociedade civil se ampliou e acoplou a sociedade política “colaborando para o novo caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter nos anos 1990.” (GOHN, 2019, p. 87). Cria-se um novo espaço público institucional composto pelos conselhos, fóruns e demais locais de articulação entre representantes civis e o poder público visando o gerenciamento da coisa pública e a melhoria de demandas sociais.

Tendo em vista a dominação pela dívida exercida pelas IFIs neste período - a ser descrita no platô seguinte - observa-se uma conformação aparentemente contraditória que oscila entre a ampliação da participação institucionalizada e as exigências impostas pelos credores internacionais que impactam diretamente na economia e na sociedade e que se dão sem nenhuma possibilidade de influência da sociedade civil. Esse impasse leva vários autores a se posicionarem buscando uma reformulação da democracia vigente. Assim, mesmo com a criação de novos espaços participativos, o século XX chega ao fim com uma demanda de intensificação e ampliação da participação que deveria alcançar um número maior de municípios, ampliar sua intensidade onde já ocorria, além de impactar de forma mais significativa a esfera federal.

Esta demanda de ampliação da participação tinha como finalidade “democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades da administração no sentido de políticas que atendam não apenas a questões emergenciais, a partir do espólio de recursos destinados às áreas sociais” (GOHN, 2019, p. 89). Foi neste contexto que houve um significativo aumento dos espaços de participação ao longo da primeira década dos anos 2000. Como poderá ser observado em sequência, a gestão petista foi, notadamente, a que mais se abriu para uma aproximação forte entre a sociedade civil organizada e o Estado. Entretanto, ainda, sob o governo deste partido, mas já na segunda década do século, o que se observa é uma redução desta interface, marcada por inúmeros questionamentos sobre o modo de governar petista que incluíam

a ampliação da participação institucionalizada vista, muitas vezes, como mecanismo de cooptação de lideranças.<sup>158</sup>

Observa-se, neste período, uma onda de severas críticas a respeito da forma de desenvolvimento da democracia no Brasil e da relação da sociedade civil e do Estado (sob intensas acusações tanto de cooptação, quanto de manipulação e corrupção) que impactaram diretamente a constituição das Jornadas de Junho de 2013. Nesta toada as esferas políticas e, principalmente o político, passam a ser atacados sem ressalvas ou distinções. As ruas se inflamam de jovens que se orgulhavam de sua distância com a política e que negavam qualquer símbolo de representação desta esfera institucionalizada, como camisetas e bandeiras de partidos políticos.

Demonstrando esse processo de insatisfação com políticos e partidos, Gohn (2014a, p.41-42) lembra que pesquisa realizada pelo IBOPE, em São Paulo, no dia 20 de junho de 2013 - ou seja, no calor das Jornadas -, da qual participaram 2002 pessoas, sendo metade de cada gênero, indicando que 89% dos manifestantes alegava se interessar por política (ainda que de forma mediana), mas que 83% não se sentiam representados por nenhum partido; 96% não possuía filiação a partidos e 86%, a sindicatos; além disso 82% não votaria em corrupto (lembrando que corrupção e políticos, naquele contexto, tinham virado praticamente sinônimos).

O movimento expressa uma profunda falta de confiança em toda forma de política e categoria de políticos. Eles querem outro país, onde a ética e a política andam juntas. Querem uma revolução na forma de operar política, não uma reforma ou remendo do que existe, como tem sido proposto por diferentes políticos e noticiado na mídia. Querem mudança na política via atuação diferenciada do Estado no atendimento à sociedade. Não negam o Estado, querem um Estado mais eficiente. Apresentam-se como apartidários e não como antipartidários. Não confiam na política atual nem nos políticos. Não se sentem representados no planeta político institucional existente. Eles não têm canais de expressão, com isso detecta-se também uma crise de representação social desses grupos e uma crise de legitimidade das instituições públicas. A linguagem política dos manifestantes é outra. Seus códigos não se enquadram em planilhas, organogramas, planejamentos, siglas de planos e projetos. (GOHN, 2014a, p. 65).

Este tipo de descrédito, seguido, comumente de ataques mais duros, parte de uma deliberação estreita de que tudo que remete à política é essencialmente ruim, da mesma forma que ser político é algo invariavelmente negativo. A imagem do político como alguém capaz de realizar boas articulações, associações, propostas e atos em prol de uma nação, dá lugar a um

---

<sup>158</sup> Após esta introdução a experiência de participação no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, será abordada de forma mais aprofundada no platô 7 Participação social e Desenvolvimento Territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional.

quadro no qual tudo remete à corrupção e ausência de caráter. E é justamente nesta seara que emerge uma outra imagem entre os possíveis representantes do poder: os empresários, ou seja, aqueles que não são políticos, mas que se metem na política com um discurso não mais de liderar uma nação, um Estado, mas de gerir um país tal qual uma empresa. É neste contexto que a governança<sup>159</sup> - conceito cunhado pelo Banco Mundial num contexto de clara emergência do neoliberalismo - junto à gestão, tomam o lugar da criação de um projeto de país.

Apesar de o descrito acima ser uma plena descrição do caso brasileiro, e que, ao se deparar com estas informações, certamente vários nomes como o de João Dória e Romeu Zema, venham invariavelmente à mente do leitor, é preciso destacar que este momento de crise da política, da democracia e da representação, não é exclusivo do Brasil. Observa-se que, em todos os movimentos que compuseram o ciclo de lutas de 2011, havia uma ampla defesa e aposta em uma gestão horizontal das cidades e países em oposição ao modelo vertical por meio do qual se estruturava a “velha política” e seu modo de operação baseado na representatividade. Assim, a busca por autonomia expressa por esses levantes, configura uma questão global de insatisfação com o padrão instituído de liderança verticalizada e centralizada e existência de “políticos profissionais”.

Neste sentido, e como poderá ser observado na seção subsequente, ao longo dos levantes, marcados, notadamente, por ocupações de espaços públicos, propôs-se a experiência de outros possíveis modelos de democracia que, em sua maioria, se aproximavam dos formatos de democracia direta, sendo ela baseada no voto de maioria ou na busca de consenso. Nestas acampadas e, principalmente, ao longo da experiência espanhola<sup>160</sup>, com o intento de descobrir o que de fato era a tão almejada democracia real (seu principal *slogan* era uma solicitação de implementação imediata deste modelo: *Democracia Real Já!*), foram experimentadas diferentes possibilidades de constituições político democráticas que passavam a elucidar o que, de fato, era almejado pelos cidadãos ali reunidos.

---

<sup>159</sup> Porto e Rena (2018) lembram que o termo governança foi cunhado pelo Banco Mundial. “Sob a alegação de que a pobreza e os demais problemas sociais das cidades do terceiro mundo eram fruto da “má administração” por parte de seus governantes, foram propagadas diversas técnicas e modelos de governança (que muito se assemelham com os adotados no setor privado). (PORTO e RENA, 2018). Em documento intitulado *Governance and Development*, de 1992, o Banco Mundial define governança como “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”, ou seja, “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções”.

<sup>160</sup> O 15M espanhol será abordado na seção 9.1.2 *A multidão em ação: ciclo de lutas de 2011* desta tese, onde a constituição das assembleias será apresentada com maior profundidade.



Entretanto, conforme lembra Castells (2013), apesar do surgimento de alguns partidos políticos a partir de tais experiências (na Espanha importantes partidos como o Podemos e o Partido X, além das plataformas municipalistas Ahora Madrid e Barcelona em Comú surgiram do 15M), o que se observa é um processo de transformações muito mais individuais que coletivas. Se referindo ao *Occupy Wall Street*, o autor lembra que muitas vezes, aquilo que era deliberado nas assembleias era pouco efetivo mesmo para o grupo restrito de acampados, o que demonstra grande fragilidade quando pensando em escalas maiores.

Em resumo, observa-se por meio das manifestações, suas influências teórico ideológicas e suas experiências territoriais, que a democracia representativa encontrava-se afundada em um crise, mas que a democracia direta, ainda representa uma utopia - que apesar de experimentada na Grécia (ainda que com limitações) não conseguiu ser constituída em outros espaços, principalmente após o surgimento e fortalecimento do modelo representativo na modernidade. A possibilidade de sua construção na contemporaneidade, mesmo com desafios, se restringe, até o presente momento, a experiências com pequenos grupos ou comunidades, o que reforça a aposta em processos de descentralização e fortalecimento dos municípios como possibilidades de gestão mais democrática. A democracia deliberativa, por sua vez, que proporia um intermédio entre as duas formas anteriores, poderia ser uma opção plausível, mas ainda encontra-se significativamente frágil e, conforme indica Gohn (2014a, p. 64), acaba caindo, muitas vezes, em arranjos clientelistas. Ou seja, sob os olhos da autora, a democracia como um todo está em crise, havendo, apenas um consenso de que ela é profundamente necessária, visto que ainda não se conhece algo melhor. Entretanto, é possível buscar tanto nas experiências participativas brasileiras dos anos 1990, com destaque para o OP e, porque não, em vivências deste ciclo de lutas contemporâneo, possibilidades para se criar novas e mais virtuosas formas de participar a fim de aprimorar o modelo vigente de democracia.

**Quadro 22 - Temas de referência seção 6.2.2 *Democracia e representatividade em crise: um impulso para as manifestações***

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Crise na democracia representativa
- Participação social

Estes dois temas de referência se articulam quando se observa a *participação social* e suas experiências virtuosas - como é o caso dos Orçamentos Participativos - como uma possível forma de se pensar os rumos da *democracia em crise*, criando um híbrido entre democracia direta e representativa.

### 6.2.3 Ocupar para manifestar: a atuação dos coletivos contemporâneos na composição das lutas sociais

Conforme vem sendo abordado, uma das características mais marcantes dos movimentos multitudinários, principalmente no que tange sua atuação nas ruas, é a realização de ocupações dos espaços públicos. No ciclo de 2011, essa prática acabou se caracterizando como uma onda, configurando-se como uma das principais táticas insurgentes aplicadas por coletivos e demais atores envolvidos nos levantes. Este processo que, notadamente teve emergência marcante durante o 15M, se espalhou como uma tática emblemática no *Occupy Wall Street*, na ocupação do Parque Gezi e, até mesmo nas Jornadas de Junho de 2013 e em alguns de seus desdobramentos, como as ocupações nas escolas realizadas pelo secundaristas entre 2015 e 2016.

Anteriormente, principalmente mediante atuação dos movimentos clássicos e novos, as manifestações eram marcadas por passeatas que começavam e acabavam no mesmo dia e faziam uso da seguinte estratégia: ao mesmo tempo que garantiam o fluxo dos manifestantes em massa com bandeiras e cartazes em importantes vias, provocavam a imobilidade, ou seja, o trânsito de pessoas e veículos nessas ruas, avenidas e seu entorno acabava interrompido ou, no mínimo, impactado pela realização do ato. Já no contexto atual, os novíssimos inauguram, com as ocupações, uma nova e potente forma de protesto que vem complementar os tradicionais atos de rua. Na maioria das vezes, conforme mencionado na seção anterior, durante o ciclo de lutas de 2011 esta estratégia era marcada pela criação de uma espécie de acampamento, no qual os envolvidos experimentavam uma vivência coletiva profunda e, muitas vezes, novas possibilidades de exercício democrático através das vivências cotidianas e realização de assembleias.

Apesar de serem realizadas em diferentes locais, é inegável o fato de que as praças (e alguns parques) foram os territórios que protagonizaram essa prática das ocupações, recebendo, como lembra Gohn (2014a, p. 14), novos atores, os jovens, que faziam uso das tecnologias digitais para organização e realização das ações no espaço público<sup>161</sup>. Entretanto, ocupar praças não é, exatamente, uma novidade. De acordo com Gohn (2014a, p. 90) desde sempre estes espaços são centrais nas cidades para a prática de atividades artísticas, de lazer, administrativas, econômicas e, também, para a realização de protestos e concentrações sociais.

Na Grécia, a praça era um espaço fundamental para o exercício da nascente democracia, enquanto nas cidades medievais ela era o local do comércio e da punição. As cidades coloniais

---

<sup>161</sup> Conforme indicado na seção 4.2 *Tecnopolítica e a produção de subjetividade na era digital*.

herdaram este caráter do “espetáculo” e tinham a praça como a principal área de controle da população e onde se evitava a emergência de insurgências. Já na modernidade, as praças localizadas nas regiões centrais recebiam as edificações de maior representatividade e impacto social, como prefeituras, igrejas, câmaras, hotéis e os casarões das famílias ricas. Nesse tempo, também, formadas por jardins e áreas agradáveis, elas se transformaram em espaço de encontro entre damas e rapazes. Na contemporaneidade, por sua vez, as praças foram se tornando áreas de passagem, além dos principais locais de concentração das massas, realização de discursos e mobilizações da sociedade civil, como é o caso da Praça 7 e da Praça da Estação de Belo Horizonte.

A verdade é que as praças sempre tiveram uma função comum: a de ser palco de manifestações, protestos, reivindicações, marchas, concentrações, ocupações etc., ou seja, “as praças tornaram-se o locus por excelência de espaço público para o exercício da cidadania.” (GOHN, 2014a, p. 90). Assim, no ciclo aqui analisado, praças e parques eram espaços centrais para as lutas, juntamente com as principais ruas e avenidas das cidades. Mas o que diferencia estes locais é, justamente, que os primeiros representam espaços de permanência, sendo apropriados para a realização de ocupações. Para Harvey (2014) a ocupação das praças e seu uso como espaços públicos é mais relevante na realização das insurgências do que a própria comunicação em rede, simbolizando um elemento que possibilita a união de diferentes corpos nas cidades.

A importância do uso dos espaços públicos para a realização de manifestações e atos cívicos de forma geral é destacada por diversos autores. Santos (2007, p. 144) atesta ser impossível imaginar uma cidadania efetiva distante desses locais. No mesmo sentido, Souza (2013, p. 78) aponta que o território, encontra-se sempre em disputa, colocando-se como um campo de forças para as relações de poder. Assim, o autor traz a dimensão política do espaço, tendo em vista que, mesmo que seu papel nas disputas esteja invisibilizado, não deixa de ser central. Em semelhante perspectiva, Hannah Arendt<sup>162</sup> (2007, p. 212), entende a necessidade de territorializar as disputas, visto que é no espaço que os corpos integram de forma mais intrínseca os jogos de poder.

Assim, conforme abordado na seção 6.2 *Nem Estado nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade*, observa-se que o território tende a ser constantemente controlado como forma de conter os corpos que ali se manifestam politicamente, sendo possível dizer que hoje um dos principais braços de exercício hegemônico

---

<sup>162</sup> Hannah Arendt (1906-1975) foi uma filósofa política alemã de origem judaica considerada uma das grandes pensadoras do século XX.

de poder encontra-se, justamente, no controle dos fluxos e da mobilidade. Assim, os atores que ocupam estas áreas públicas, estão colocando seus corpos à disposição das disputas e desafiando partes de uma estrutura a eles imposta<sup>163</sup>.

De acordo com Souza (2009), o ato de se apropriar de um espaço com o objetivo de ressignificá-lo é uma forma de territorialização e o principal mecanismo para que isso ocorra é, justamente, a realização de ocupações. Essas ocupações, para Castells (2013) podem ocorrer por algumas razões: (i) a criação de uma comunidade, ou seja, de redes de solidariedade capazes de potencializar as indignações (principalmente por meio do afeto) transformando-as em luta; (ii) a compreensão de que determinados espaços possuem um poder simbólico, sendo importante o movimento de apropriação por atores distintos; e (iii) a aposta de que as ocupações são capazes de transformar aqueles espaços, criando ambientes de potência política, ou, até mesmo, de vivência do comum.

É possível observar, então, que as escolhas acerca das ocupações e dos locais onde elas se darão não são desinteressadas ou impensadas. Conforme indica Habermas (1968, p. 57), tais determinações estão pautadas por estratégias submetidas a determinadas regras de preferência. Ou seja, estão longe da ideia de espontaneidade ou, até mesmo de certo acaso, que atravessa grande parte das narrativas a respeito dos levantes multitudinários. No caso das Jornadas de Junho, isso fica muito claro - como poderá ser observado com mais propriedade ao longo da Parte III desta tese -, mas alguns discursos sobre o levante tendem a colocá-lo como algo quase acidental. Não que as indignações e os problemas não estivessem postos, mas como se a reunião nas ruas e o gesto de insurgir-se fosse notadamente espontâneo, livre de influências, lideranças ou demais articulações. Entretanto, recorrendo, não apenas ao pensamento de Habermas, mas até mesmo a uma certa obviedade, entende-se que qualquer insurreição que ocorra de forma coletiva contando com um número significativo de pessoas, apresenta importantes estratégias que são pensadas por um grupo de atores. Inegavelmente, trata-se de lideranças que, ainda que horizontalizadas, tomam estas decisões em pequenos grupos pensando tanto nas articulações via redes sociais, quanto nas principais estratégias de apropriação dos espaços, seja por meio de passeatas, pela realização de ocupações ou outros modos de protesto.

Fortemente inspiradas por atores e ações realizadas no 15M, as Jornadas de Junho foram contempladas por diversas e emblemáticas ocupações que se deram em diferentes tipos de espaço, como praças e parques, locais institucionais, como prefeituras e câmaras municipais e,

---

<sup>163</sup> Ainda que estejam a serviço de outras forças e estruturas de poder.

até mesmo, em ambientes mais inusitados, como ocorreu no Ocupa Cabral, que propôs uma instalação logo em frente à residência do ex-Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Trata-se de diferentes experiências que se prolongaram enquanto estratégia por um período posterior a 2013. Nos anos seguintes, houve uma série de ocupações em escolas secundaristas e universidades, que contou, novamente, com a força da juventude<sup>164</sup> como principal articuladora dos atos. Há vários registros destas vivências que contam a respeito da potência de mudança que promoveram nos indivíduos, formando, notadamente, um ciclo inovador de manifestações junto aos movimentos sociais. Entretanto, vale destacar, conforme indica Castells (2013), que, em sua maioria, os impactos foram muito mais individuais que resolutivos frente às reivindicações postas pelos atos.

Na organização destas ocupações havia vários coletivos, principalmente de arte e arquitetura que, no caso brasileiro, atuavam com intensidade desde o início dos anos 2000 - mas com ampliação significativa a partir do final de sua primeira década - que propunham intervenções urbanas muito baseadas no conceito de direito à cidade. Formando um híbrido potente entre festa (notadamente o carnaval) e política, estes coletivos, em sua maioria autonomistas, já vinham atuando no cenário das cidades e propondo novas formas de ocupação do espaço. "Os coletivos e as manifestações são grandes laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a política." (GOHN, 2014a, p.84). Muitas vezes, havia uma associação entre estes grupos nacionais e outros, principalmente latino americanos e espanhóis (em sua maioria envolvidos no 15M) na criação de redes globais que, conectadas, propunham intervenções em diferentes localidades.

Há vários possíveis exemplos deste tipo de experimentação, mas em um campo mais pessoal e, dentro o nicho da arquitetura, é possível destacar a atuação do Grupo de Pesquisa *Indisciplinar*, do qual faço parte - conforme indicado nos platôs *1 Introdução* e *2 Método* desta tese - notadamente envolvido nessa supracitada rede e atuante direto em movimentos como aqueles que ocorriam na região da Estação Central de Belo Horizonte - área em disputa onde se realizava, simultaneamente, um projeto de neoliberalização do espaço, gerido pela prefeitura e com intrínseco viés higienista e intervenções organizadas pelos supracitados coletivos e grupos de extensão que, algumas vezes, contaram com apoio dessa rede internacional na criação de novos espaços e possibilidade de apropriação. Cita-se, também, no seio do ensino de arquitetura, várias propostas realizadas por grupos universitários, em sua maioria relacionados à Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura (FeNEA) que tinham a ocupação do espaço público como

---

<sup>164</sup> O uso político da energia destemida da juventude ocorreu nos séculos XX e XXI em diversos levantes, revoluções e países - da Guerra Vermelha às Jornadas de 2013, passando por 1968 em Paris.

elemento central de sua ação. Um exemplo disso é a participação de Santiago Cirugeda, membro do coletivo espanhol Recetas Urbanas, em um Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura (EREA) realizado em Niterói - RJ, em 2012.

No caso de Belo Horizonte, Rena e Bruzi (2014, p. 312), no livro *Amanhã vai ser Maior*, organizado por Bruno Cava<sup>165</sup>, lembram que, antes mesmo da emergência das Jornadas “as microrresistências e os pequenos devires-revolucionários afetivos, já presentes no centro da cidade anunciando uma revolução continuada, produziam novas formas de ocupar o espaço” realizando grandes aglomerações como é o caso dos Duelos de Mcs, realizados desde 2007 e da ocupação da Praça da Estação, que se iniciou em 2009. Assim, as autoras pontuam que as Jornadas de junho foram apenas uma atualização da atividade dos coletivos que já se entranhava na realidade da cidade e de todo o país. O levante multitudinário encontrava-se em curso e tinha como finalidade não a tomada de poder, mas a criação de resistências bipotentes com base no afeto e na criatividade, “fazendo emergir um campo de singularidades heterogêneas e insurgentes”. (RENA; BRUZZI, 2014, p. 312).

---

<sup>165</sup> Bruno Cava é um intelectual brasileiro formado em engenharia pelo ITA e direito pela UERJ, com mestrado em direito pela mesma universidade. É autor de vários livros e um dos principais escritores e entusiastas das Jornadas de Junho de 2013, na qual esteve presente de forma ativa.

O ativista do Tarifa Zero<sup>166</sup>, Francisco Foureaux<sup>167</sup>, em livro *Junho: potência das ruas* organizado por Alana Moraes<sup>168</sup>, Bernardo Gutierrez<sup>169</sup>, Henrique Parra<sup>170</sup>, Hugo Albuquerque<sup>171</sup>, Jean Tible<sup>172</sup> e Salvador Schavelzon<sup>173</sup>, afirma que:

Diversos são os atores e movimentos mais recentes responsáveis pelo encontro em Belo Horizonte. Mas nesse meu emaranhado de lembranças, é a cultura quem une as pontas dessa teia, ou quem a tece. São de fundamental importância a Praia da Estação, o Duelo de MC's, o carnaval de rua, as #Ocupações, a Família de Rua, o Espanca, o Baixo Baía, Nelson Bordello, os coletivos de cultura em suas diversidades organizativas, a presença das dinâmicas de autogestão, as rádios comunitárias, reprimidas pelo cassetete a mando do comércio do jabá, no final da década de 1990 e início do século XXI. (FOUREAUX, 2014, p. 29).

Além disso, as integrações mundiais estabelecidas entre diferentes coletivos reforçam a composição de um ciclo de lutas conectado. Neste mesmo sentido, Foureaux (2014) destaca que a relação rizomática global que caracteriza este momento histórico pode ser marcada pela realização de um *hangout* entre o Movimento Fica Ficus de Belo Horizonte (no qual o Grupo *indisciplinar* encontrava-se fortemente atuante) e a ocupação do parque Gezi realizada na Turquia. “No dia 9 de junho de 2013, ativistas mineiros e da Turquia, em disputa franca pela forma de ocupação das cidades, das praças e lugares públicos, deram-se as mãos em ocupações simultâneas, conectados via *internet* com o apoio de midiativistas.” (FOUREAUX, 2014, p. 26).

---

<sup>166</sup> O Tarifa Zero é um movimento social voltado para a pauta da mobilidade urbana que reivindica gratuidade para o uso do transporte urbano público. Ainda que de forma menos expressiva que o MPL, o Tarifa Zero e muitos de seus membros estiveram bastante envolvidos nas manifestações de Junho de 2013.

<sup>167</sup> Francisco Foureaux é graduado em história e professor da Universidade Federal de Minas Gerais com mestrado em História da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, 1897 a 2017. Atua nas Comissões de Trânsito e Transporte, no Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e na Agência Metropolitana de Mobilidade, sendo membro da Associação de Usuários de Transporte Coletivo e do Observatório da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte.

<sup>168</sup> Alana Moraes é mestre e doutoranda em antropologia pela UFRJ. Interessada em cosmopolíticas subalternas. Militante feminista e das ruas.

<sup>169</sup> Bernardo Gutiérrez é jornalista, escritor, mídia-ativista e pesquisador de redes. É o autor dos livros ‘Calle Amazonas’ (Altaïr, Barcelona) e ‘#24H’ (Dpr-Barcelona), É o fundador da rede FuturaMedia. net, baseada em São Paulo, e forma parte da Global Revolution Research Network (GRRN) da Universitat Oberta de Catalunya (UOC).

<sup>170</sup> Henrique Parra é sociólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, onde coordena o Pimentalab - Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento: <http://blog.pimentalab.net>.

<sup>171</sup> Hugo Albuquerque é advogado, blogueiro e mestrando em Direito pela PUC-SP.

<sup>172</sup> Jean Tible é diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert e professor de relações internacionais da Fundação Santo André. Autor de *Marx selvagem* (São Paulo, Annablume, 2013).

<sup>173</sup> Salvador Schavelzon é antropólogo. Professor e pesquisador na Universidade Federal de São Paulo. Autor de *El Nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia* (2012, disponível na biblioteca virtual CLACSO). Interessado em cosmopolítica e política pós-republicana, não representacional.

Mais uma vez, destaca-se que, a relação com a cidade encontrava-se como um dos principais platôs de atuação destes coletivos que tinham questões urbanas como pautas centrais e colocava-se amplamente em disputa com o que era conhecido como urbanismo neoliberal, ou seja, processos de intensa influência do capital nacional e internacional nas decisões que tangenciavam o tecido urbano gerando, em sua maioria, impossibilidades ou fragilidades em processos de apropriação daqueles espaços pela população. Neste momento, mais especificamente, a vivência prática e teórica das cidades e estudos do campo, foram importantes elementos que fomentaram, ainda que inicialmente, as manifestações de 2013.

Do ponto de vista teórico, destaca-se, novamente, a influência direta dos pensamentos autonomista e anarquista nestas ações e nos próprios debates que atravessavam os coletivos envolvidos. Segundo Cristhiane Falchetti<sup>174</sup> (2017, p. 12) ideologicamente o autonomismo se localiza dentro de uma tradição libertária e atinge ativistas que aderem à autonomia como princípio básico de suas ações políticas. Este princípio carrega, também, elementos anarquistas e marxistas, misturando fontes de diferentes correntes teóricas e abarcando atores bastante heterogêneos, o que pode ser exemplificado pelo próprio Movimento Passe Livre (MPL) que, internamente, é formado por punks, feministas, professores, artistas, estudantes, trabalhadores e desempregados, em sua maioria jovens, usuários do transporte.

De acordo com Gohn (2019, p. 59), os autonomistas ganharam espaço central dentre as disputas travadas pelos novíssimos movimentos sociais. Isso porque, apesar de sua heterogeneidade e as diversas tendências que acabam abarcando, eles apresentam uma ampla produção teórica e atuação nas instâncias políticas (seja por meio dos movimentos sociais ou por algum tipo de participação institucionalizada). “Eles estiveram presentes nas manifestações estudantis no Chile, em 2011, e no Brasil, em junho de 2013, e nas ocupações de estudantes secundaristas em 2015-2016”, tendo sido responsáveis por recriar utopias e direcionar as expectativas das novas gerações propondo um novo modo de organização social que se coloca como uma via alternativa ao marxismo.

Os movimentos autonomistas apresentam uma relativa rotatividade interna, o que leva a mudanças periódicas em seu perfil. Uma possível identidade destes coletivos encontra-se muito mais na forma de organização (horizontalizada) e de ações, do que em um elemento ideológico. Assim, as motivações para a insurgência se encontram em um descontentamento e uma “indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas

---

<sup>174</sup> Cristhiane Falchetti é formada na área de ciências sociais e administração pública e atua como professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.



estruturas de poder estatal, as prioridades selecionadas pelas administrações públicas e os efeitos das políticas econômicas na sociedade." (GOHN, 2014a, p. 13).

Segundo a autora, nesta onda dos novíssimos movimentos sociais, há uma tendência entre os jovens de se organizarem em coletivos, mas de não se interessarem pelas organizações tradicionais. Isso porque, vêem os movimentos clássicos e novos, como engessados e se sentem particularmente incomodados com as estruturas centralizadoras. Já os coletivos, se apresentam como "agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos". (GOHN, 2017, p. 23). O que se insere na supracitada diferenciação entre ativistas e militantes, posto que os atores envolvidos nos coletivos atribuem, a si mesmos, o primeiro título. Além disso, há uma maior tendência à experimentação livre e, muitas vezes, pouco estruturada, que permite, não só um fluxo mais intenso do indivíduo, mas também mais conexão entre os atores expressa na configuração horizontal e descentralizada.

Os coletivos que compuseram as Jornadas e são citados por Gohn (2014) apresentam, segundo a autora, algumas características principais: são grupos horizontais, com gestão descentralizada e que produzem manifestações com uma estética diferenciada (que os distingue dos movimentos sociais clássicos e dos novos movimentos sociais). Além disso, não há uma liderança central e a autonomia dos participantes é algo fundamental em sua estrutura, não existindo uma lógica de filiação e fidelidade entre ativistas e movimentos. Assim, não havendo uma filiação ao próprio coletivo, não se espera também que haja uma unidade entre estes grupos, de forma que cada um defenda seus interesses, criando não uma massa homogênea de jovens marchando para uma finalidade, mas uma multidão dispersa. Observa-se uma tendência para a existência de pautas muito difusas, agravada pelo fato de que, normalmente, os envolvidos têm mais clareza sobre aquilo que "não querem" e, a partir daí, tentam desdobrar conceitos afirmativos. Por fim, a autora destaca que estes movimentos podem ser entendidos como um dos principais embriões de uma "nova" forma de fazer política que se acreditava emergir naquele contexto das Jornadas<sup>175</sup>.

---

<sup>175</sup> Hoje, nove anos após a publicação deste livro de Gohn, o que se observa é que a nova forma de fazer política expressa por alguns destes coletivos e que ganhou grande repercussão narrativa, em muitos pontos acabou sendo apenas discursiva, ou, de uma forma mais ampliada, não representou mudança estrutural no modus operandi da política nacional, mas, provavelmente, uma intensificação do neoliberalismo no cenário político partidário com um processo de empresariamento destes setores. Além disso, pode-se citar, neste contexto, a emergência de uma nova esquerda que, provavelmente, também compõe este processo neoliberalização ainda que de forma mais discreta. Além disso, muitos ativistas entraram para o mundo da política institucional em partidos progressistas, como, por exemplo, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Abordando esta nova estética construída pelos coletivos, Gohn (2014a, p. 13) destaca que dela desdobram-se outras formas de se manifestar e ocupar as ruas. Agora não mais com bandeiras das organizações, faixas pré confeccionadas ou palavras de ordem, mas com carros de som e batuque, numa lógica muito mais festiva e carnavalesca que emerge em meio a ação ativista<sup>176</sup>.

**Quadro 23 - Temas de referência seção 6.2.3 Ocupar para manifestar: a atuação dos coletivos contemporâneos na composição das lutas sociais**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Coletivos de arte e arquitetura - novíssimos movimentos sociais
- Ocupações urbanas
- Táticas e estratégias de ocupação
- Disputas entre as esquerdas

Esta seção propõe um debate sobre a atuação dos *coletivos de arte e arquitetura* na realização dos levantes presentes no ciclo de lutas de 2011 apresentando seu viés autonomistas e a forma como as *ocupações urbanas* se tornaram um de seus principais eixos de intervenção, configurando uma *tática* inovadora e potente dos novíssimos movimentos sociais.

Além disso, observa-se que a criação e intensificação da atuação dos coletivos demonstra, novamente, um campo de disputa entre os diferentes grupos que atuam no âmbito das ações coletivas, elucidando, um rompimento promovido entre o inovador modo de atuação dos novíssimos movimentos, de base predominantemente anarquista e autonomista, e as estratégias daqueles que os antecederam (clássicos e novos) que traziam, ainda, uma base marxiana fortemente arraigada em seu pensamento e proposta de atuação. Apresenta-se, assim, a *disputa entre as esquerdas* como um tema de referência.

Fonte: Produzido pela autora.

<sup>176</sup> No caso de Belo Horizonte, por exemplo, os coletivos de arte e arquitetura vinculados com as Jornadas de Junho de 2013 são os mesmos que fomentam um renascimento e crescimento impressionante do carnaval da cidade que chega, em 2023, a um dos três maiores do Brasil.

## **7 Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional<sup>177</sup>**

O papel atribuído à sociedade civil<sup>178</sup>, bem como sua dinâmica de organização, atuação e relação com o Estado, têm se modificado ao longo dos anos. Os conceitos de Império (HARDT; NEGRI, 2014) e Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI; ROLNIK, 2011) aparecem como leituras de uma realidade na qual a produção, reprodução e captura de desejos age com grande intensidade sobre a configuração da própria vida, levando o elemento da sociedade civil ao centro das movimentações políticas - desde a sua relação com os Estados nacionais, até as instâncias de dominação geopolíticas.

Entende-se, desta forma, conforme abordado por Boltanski e Chiapello (1999) um novo patamar ao qual a sociedade civil é lançada nos jogos de poder capitalísticos contemporâneos sendo, portanto, elemento central de debate neste platô. A sua interface com o Estado (cada vez mais enfraquecido em sua soberania) e com o capital financeiro global se torna elemento central para o debate da conformação dos territórios brasileiros ao longo dos últimos anos. Como lembram Hardt e Negri (2014, p. 350), durante muitos anos a sociedade civil funcionou como mediadora entre “as forças imanentes do capital e o poder transcendente da soberania moderna.” Citando Hegel, os autores colocam a sociedade civil como um ente mediador que se punha entre a defesa de interesses próprios, pautados por uma diversidade de indivíduos, e aqueles interesses representados pelo Estado, se estabelecendo no diálogo entre os “os muitos (imanentes) e o um (transcendente)”. Segundo os autores a sociedade civil assumia, então, essa dupla via, na qual tornava iminente a soberania estatal moderna, e transcendente a sociedade capitalista, direcionando-a para o Estado, podendo ser entendida como o principal elo entre estes dois elementos e, assim, criando uma tríade que envolve Sociedade, Estado e Capital. Entretanto,

---

<sup>177</sup> Este platô é parte de um trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e tem como base artigo homônimo produzido por Maíra Ramirez Nobre, Henrique Porto, Caio Gonçalves e João Paulo Sauto publicado nos anais do ENANPUR de 2022 sob o título *Participação Social e Desenvolvimento Territorial: da interface sociedade-estado à rede financeiro-filantrópica internacional*. Disponível em: <https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/trabalhos.html>. Acesso em: de agosto de 2023.

<sup>178</sup> Entende-se a sociedade civil conforme a definição de Hegel e descrito em Hardt e Negri (2012, p.328) que a coloca como o terreno de todas as "organizações e instituições sociais, econômicas e políticas que não fazem parte do Estado." A sociedade civil é formada, então, não apenas por indivíduos, mas por grupos sociais tais quais sindicatos, famílias, partidos políticos, grupos cívicos, dentre outros. "Cabe notar que para Hegel, a sociedade civil desempenha o mesmo papel que a representação no pensamento político moderno como um todo: através da sociedade civil, todos os membros da sociedade estão ao mesmo tempo ligados ao terreno político da soberania e do Estado e dele separados." (HARDT; NEGRI, 2012, p. 328-329).

atualmente, a sociedade civil não cumpre mais esse papel de mediação e as estruturas que a definem como os partidos, sindicatos e até mesmo a família, estão à beira de um colapso, o que pode ser compreendido por meio do “declínio da dialética entre o Estado capitalista e o trabalho” que leva, por exemplo ao declínio dos sindicatos e, até mesmo, da própria representação do trabalho. Este definhamento da sociedade civil pode também ser entendido como um importante nó na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, já que as instituições disciplinares que também podem ser compreendidas como parte da sociedade civil estão em plena decadência. “A queda das instituições, o definhamento da sociedade civil e o declínio da sociedade disciplinar envolvem uma suavização do estriamento do moderno espaço social. Aqui surgem as redes da sociedade de controle.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 351).

Nesse momento emerge uma outra forma de representação social que sobrepõe à sociedade civil estabelecendo uma nova configuração de mediação: o Terceiro Setor, representado principalmente por ONGs desvinculadas do Estado. Esse novo representante dos fluxos imanentes não mais os direciona para o Estado, ao contrário, enfraquece o elo estatal que compunha a antiga tríade (sociedade, Estado, capital), estabelecendo um fluxo quase contínuo e sem interrupções entre a sociedade o capital, sendo este capital, muitas vezes, transnacional. Essas ONGs “se diferem do associativismo por um propositivismo que formula ações pontuais.” Elas são caracterizadas “por certa lógica empresarial que faz uso do planejamento estratégico, de ponderações custo-benefício, eficiência, competitividade, autoprodução midiática, e envio de relatórios e indicadores às instituições financeiras.” (NEVES, *et al*, 2018, p. 226).

Tendo em vista a pertinência deste debate a respeito da sociedade civil e dessa possível transição ao Terceiro Setor, bem como suas implicações territoriais, pretende-se compreender, neste platô, a relação entre sociedade civil/Terceiro Setor, Estado, política urbana e mercado e a forma como estes elementos se articularam na realidade brasileira dos últimos trinta anos, entendendo ser este um ponto de implicações transescalares. Em outras palavras, busca-se na compreensão da sociedade civil enquanto ator político, a conexão entre as dinâmicas de poder tanto macro escalares e geopolíticos, quanto as transformações territoriais da micro-escala. Assim, este platô está dividido em seis seções (além desta introdução). A primeira delas, intitulada *7.1 A nova configuração capitalística sob a égide das instituições supranacionais*, retoma o processo de formação e consolidação do Império - agora sob o viés da constituição de organizações supranacionais - em face à relação estabelecida entre sociedade civil, Estado e produção do território. A segunda, *7.2 O Brasil dos anos 1990: entre a participação social e a dominação pela dívida*, traz um debate a respeito da ampliação do papel da sociedade civil, principalmente no contexto urbanístico, como disputa entre um projeto pretendidamente

democratizante e uma dinâmica neoliberal antidemocrática, atravessada pelo endividamento internacional. Em seguida, em *7.3 O Brasil dos anos 2000 e a aproximação entre a sociedade e o Estado*, indica-se uma modificação nessa relação a partir do ciclo de governos progressistas do início do século XXI, marcado pela ascensão do PT à Presidência da República, e suas principais implicações para a participação social. Já em *7.4 O abandono da relação sociedade-Estado e a consolidação de um sistema filantrópico internacional*, traça-se uma leitura do período pós-Golpe de 2016 como um momento de intensificação do vínculo entre sociedade e capital internacional (por meio do fortalecimento de um “Terceiro Setor”<sup>179</sup>) em detrimento da relação com o Estado. A seção *7.5 Aproximação cartográfica da rede financeiro-filantrópica internacional*, por sua vez, apresenta-se os resultados preliminares de uma investigação empírica e em andamento (realizada pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial<sup>180</sup>) que possui a atuação de fundações filantrópicas internacionais no financiamento de entidades da sociedade civil atuantes no país como principal foco de investigação. Por meio da apresentação de gráficos e diagramas, dá-se destaque à atuação das Fundação Ford (FF) e *Open Society Foundation* (OSF) enquanto mantenedoras e parte de uma grande rede de instituições chave nos debates urbanísticos e sociais na contemporaneidade. Por fim, a seção *7.6 Rede Financeiro-Filantrópica Internacional: algumas questões* é uma espécie de amarração do platô na qual, tal qual explicitado pelo título, são levantados questionamentos a respeito da formação de uma rede de financeiro-filantrópica internacional atuante no país (principalmente a partir de produção de subjetividade) que substitui a intermediação sociedade civil-Estado enquanto espaço privilegiado de elaboração de questões caras às lutas urbanas e sociais.

## **7.1 A nova configuração capitalística sob a égide das instituições supranacionais**

Conforme já abordado, a segunda metade do século XX é marcada por uma drástica modificação na configuração política, econômica e social em escala global. Um ano antes da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, instituições multilaterais como a ONU, o FMI e o

---

<sup>179</sup> Diferencia-se “Terceiro Setor” e sociedade civil mediante uma definição mais abrangente para a segunda categoria, incluindo sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc, enquanto a primeira estaria restrita a uma atuação mais próxima de uma lógica mercadológica, englobando ONGs, Fundações e Associações privadas.

<sup>180</sup> O Grupo Geopolítica e Planejamento Territorial (2019) é vinculado à Escola de Arquitetura da UFMG e coordenado pela Professora Doutora Natacha Rena.

Banco Mundial foram fundadas com o intuito de fazer emergir e, posteriormente, gerir uma nova ordem mundial. Hardt e Negri (2014) lembram que o acordo de Bretton Woods, realizado em New Hampshire em 1944 - que deu origem ao FMI e ao Banco Mundial -, foi fundamental para configurar a forma e a substância da administração capitalista do desenvolvimento internacional do pós-guerra. O acordo se baseava em três pilares: (i) garantir a hegemonia econômica dos EUA sobre todos os países não socialistas; (ii) firmar o padrão dólar-ouro assegurando um superávit de exportações dos EUA e consequente financiamento dos demais países capitalistas; e (iii) construir uma relação nos moldes imperialistas entre os EUA e os países subordinados não socialistas. Tratava-se da gestação de um sistema completamente novo no qual o poder passou a ser direcionado às agências internacionais reguladoras. O novo sistema “pode, portanto, ser visto como a face monetária e financeira da hegemonia do modelo do New Deal sobre a economia capitalista global.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 285).

Dentre as instituições criadas neste contexto, Hardt e Negri (2012) apontam o FMI como a ideologicamente mais coerente, já que assume função de regulação monetária internacional preservando a estabilidade de seus mercados financeiros no pós-Guerra, evitando um desastre monetário como o que havia ocorrido após a paz de Versalhes. Assim, a instituição tem por obrigação governar as novas formas de produção social global por meio dos mecanismos financeiros, a fim de forçar os Estados a abandonarem os programas keynesianos em favor de projetos monetaristas. Seu método passa por impor aos países pobres políticas neoliberais como privatizações, gasto mínimo com as questões sociais e redução da dívida pública.

O Banco Mundial, por sua vez, ocupa o outro espectro da atuação imperial. Incumbido de projetos voltados ao bem-estar social, cujo foco principal se dá sobre a fome e a pobreza globais, o Banco tem como função apoiar o desenvolvimento econômico dos países subordinados por meio da emissão de créditos para projetos específicos. Entretanto, observa-se que, ao longo de sua trajetória, a preocupação com a pobreza esteve longe de ser o foco principal e ainda foi se reduzindo progressivamente, já que, mesmo quando atuante nesta direção, as ações desenvolvidas pelo Banco Mundial estão sempre em consonância com os interesses da ordem global. Já a ONU compõe este processo, segundo Hardt e Negri (2014), como uma dobra nas estruturas jurídicas supranacionais direcionando-as a um novo padrão: o global. Apesar de se basear, de alguma forma, em um respeito aos Estados individuais, a Organização atua no direcionamento para um centro supranacional de poder enviesado, o que pode ser entendido, por exemplo, quando observada sua estrutura deliberativa, na qual apenas os países membros têm direito à voto e este se dá de forma “drasticamente assimétrica em relação à população global.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 344).

É preciso ressaltar que o fato de essas organizações multinacionais assumirem funções e estratégias distintas não significa que atuem de forma controversa. Pelo contrário, as ações são unificadas, já que sua legitimidade é posta sob a finalidade da configuração política, ou seja, o “projeto de estabelecer uma ordem liberal para o mercado capitalista global.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 228). Trata-se, então, de três níveis de aparatos regulatórios que agem conjuntamente em direção à formação de uma estrutura combinada de forças capitalistas de mercado e de instituições jurídico-políticas que culminam na manutenção e no fortalecimento do Império. Assim, o FMI garante o lucro por meio da auto regulação das interações capitalistas, o Banco Mundial atua na mediação entre os Estados-nação buscando um consenso em escala mundial, enquanto a ONU simboliza a criação de uma nova autoridade dominante em nível global.

Para Hardt e Negri (2014), ao lado da criação dos poderes supranacionais, encontra-se um projeto de declínio da soberania dos Estados-nação que, de forma alguma, indica o declínio de toda e qualquer forma de soberania. O que ocorre é uma modificação nessa soberania baseada em uma série de organismos nacionais e internacionais submetidos a uma mesma regulamentação. Segundo os autores, o projeto de ordem internacional, contido na formação das Nações Unidas, aos poucos foi dando espaço para o surgimento de um poder supranacional tendencioso, responsável por legitimar “guerras justas”. Hardt e Negri (2014) lembram que a legitimação dessa forma de poder (na qual as subjetividades se encontram cada vez mais em jogo) ocorre não apenas mediante intervenções militares, mas também por meio de outras formas de intervenções, como as morais e jurídicas. As morais são hoje, em sua maioria, praticadas por diferentes entidades que incluem as mídias e as igrejas, mas que se apoiam, sobremaneira, nas chamadas Organizações não Governamentais (ONGs), sobre as quais a narrativa da moralidade é justificada, majoritariamente, pelo seu afastamento do poder estatal, tido como ineficiente e corrupto. Segundo Janaina Duarte<sup>181</sup> (2008, p. 68) o discurso a respeito da crise do Estado - tanto em relação à democracia como um todo, conforme abordado anteriormente, quanto no que tange sua capacidade de gestão social, econômica, urbana e política - é contraposto à ideia de eficiência das ONGs, ampliando a credibilidade de atuação dessas organizações.

Não há uma definição jurídica e nem mesmo linguística (nos dicionários de português) para o termo Organização não Governamental. A única percepção possível ao observar essa denominação é a não pertinência ao Estado, o que, em seu caráter de negativa, não assegura uma definição propositiva. Além disso, há diferenças de entendimento da natureza dessas organizações de acordo com o país em que se inserem. Em alguns, as ONGs abarcam toda a

---

<sup>181</sup> Mestre em Serviço Social pela UFRN.

atuação da sociedade civil, já em outros, como a Itália, o termo refere-se a associações privadas que atuam como ajuda para o desenvolvimento. (ONORATI, 1992).

Originalmente, a expressão Organização não Governamental foi importada das agências internacionais para denominar projetos desenvolvidos nos países periféricos. No eixo hegemônico recebiam o nome de ONGD, acrescentando a letra “d” que designa o termo “desenvolvimento”. Em 1999 o Banco Mundial utilizava-se do termo ONG de forma bastante ampla, referindo-se tanto a organizações intermediadoras de repasse de recursos quanto a movimentos sociais e associações comunitárias. Entretanto, a diretriz 14.70 do Banco apresenta uma definição mais específica delineando “grupos ou instituições que são inteiramente independentes do governo, caracterizam-se sobretudo por objetivos humanitários e de colaboração e não possuem fins comerciais”. (GARRISON, 2000).

Segundo Victor Ferreira<sup>182</sup> (2005, p. 38), provavelmente, o primeiro documento a utilizar o termo Organizações não Governamentais foi a Resolução 288 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, publicada em 1950. De acordo com esse documento, uma ONG seria uma organização internacional que não foi criada por acordos governamentais. Entretanto, com o passar do tempo, essa definição em muito se ampliou, principalmente mediante o vasto crescimento dos modelos, projetos e formas de ação dessas organizações. Segundo o autor, uma definição mais atualizada estaria no sentido de organizações privadas que atuam na produção de bens e serviços públicos.

Hardt e Negri (2014) lembram que as ONGs podem ser consideradas as forças mais importantes da sociedade civil global e que o termo pode designar “qualquer organização que pretenda representar o Povo e trabalhar em seu interesse, à parte das estruturas de Estado (e geralmente contra elas).” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 333). Estas organizações atuam de forma transescalar, ou seja, nas esferas local, nacional e supranacional, reunindo um número enorme de grupos muito diferentes entre si, sendo “ocioso tentar caracterizar o funcionamento desse amplo e heterogêneo conjunto de organizações sob uma definição única.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 334). Na atualidade, tais organizações se destacam como respostas privadas à demandas sociais aparecendo como:

---

<sup>182</sup> Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.



[...] referência no campo das práticas emergentes proliferando-se e também fomentando a cultura das iniciativas autônomas, por fora das instituições governamentais construindo uma antinomia entre eficácia pública e eficácia privada; em certa medida, surgem no cenário político e cultural, ao lado da também revalorizada rede de atividades filantrópicas, a revalorização do privado, do voluntarismo político e do apoliticismo. (MOTA, 2000, p. 102).

No Brasil, o termo tornou-se amplamente conhecido a partir da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro e, a partir de sua evolução, apesar de uma indefinição jurídica e linguística, é compreendido coletivamente como entidades desvinculadas do poder do Estado, sem fins lucrativos e com interesse público, às quais as pessoas aderem mediante identificação pessoal e/ou profissional. (PESSOA; ROCHA, 2003, p. 156).

A chegada com intensidade das ONGs no Brasil nos anos 1990 por meio de uma conferência da ONU não é mera coincidência. Trata-se de um período de intensa expansão dessas organizações em todo mundo que veio acompanhado por uma modificação no seu perfil de atuação coincidente, temporalmente, com a emergência do Império. Para Duarte (2008), a partir desse momento, as organizações se consolidaram como um importante braço de capital de ampla e intensa atuação mundial.

Nas duas décadas que antecederam essa consolidação, as ONGs brasileiras, com suporte financeiro internacional, iniciaram seu processo de expansão, intervindo diretamente no campo político, em posicionamento contrário à ditadura militar. Assim, a despeito dos financiamentos de agências internacionais, atuavam em parceria com os movimentos sociais, “sendo coadjuvante fundamental na relação movimento social/população/Estado”. (DUARTE, 2008, p. 63). Neste contexto, em que a centralidade das ações ainda se colocava sob o comando dos movimentos sociais, as ONGs se acoplavam a estes atores, auxiliando em sua organização interna, na formação de redes com outros movimentos e, principalmente, financeiramente, mediante a transferência de recursos recebidos de agências internacionais. (MONTAÑO, 2003, p. 270-271).

Assim, sutilmente as ONGs vão ganhando espaço junto à sociedade civil brasileira e, nos anos 1990 alcançam maior visibilidade tanto devido à sua expansão numérica, quanto pela inserção na lógica do Terceiro Setor mediante a ampliação da “cooperação” de organizações multilaterais como o Banco Mundial sob justificativa explícita de ampla confiabilidade nas organizações<sup>183</sup>. Entretanto, para além dessa confiabilidade, existe uma mudança interna nas

---

<sup>183</sup> De acordo com Gohn (2003) a partir dos anos 1990 os empréstimos realizados para as ONGs se tornam as principais “despesas” do Banco Mundial. Se entre 1973 e 1988 apenas 6% dos projetos por eles financiados eram realizados por ONGs, em 1993 esse montante se eleva para um terço dos financiamentos, chegando à metade em 1994.

ONGs que passam progressivamente a adequar-se às exigências desses grandes financiadores. Coincidentemente, é também neste momento, que as ONGs assumem grande responsabilidade no que tange a gestão das questões sociais, porém nitidamente afastadas dos debates a respeito da luta de classes. “Tais organizações adequaram-se à lógica do mercado e às exigências das transformações do mundo do trabalho para assumirem, com qualidade, função estratégica no enfrentamento da questão social.” (DUARTE, 2008, p. 64).

O intenso fluxo de capital do Banco Mundial em direção à ONGs que chegou, como lembra Gohn (2003) à metade dos financiamentos realizados pela agência no ano de 1994, denota um grande interesse por parte da instituição em projetos de cooperação que interferem, diretamente, nas escolhas, atuações e dinâmicas das organizações, deixando claro que a narrativa da autonomia, ainda que fosse inicialmente bem intencionada e ancorada em algumas experiências reais, tende a se tornar, progressivamente falaciosa.

Como lembra Petras (1999, p. 45) a expansão da resistência ao neoliberalismo que vinha ocorrendo desde o início dos anos 1980 vêm, coincidentemente, acompanhada por uma intensificação no investimento em ONGs tanto por parte do Banco Mundial, quanto de governos europeus e dos EUA. “As Organizações Não-Governamentais tendem (seus integrantes tendo consciência, ou não) a não ser tão espontâneas e desvinculadas de utilidades para o capital.” (DUARTE, 2008, p. 65). É mediante a ampliação dessa “parcerias” que as ONGs garantem sua atuação expressiva frente à questão social simultaneamente a uma redução da intervenção e da responsabilidade estatal para o mesmo cenário. Ou seja, por meio dessas organizações, o capital se torna uma espécie de “amortecedor” das reivindicações sociais e afasta instituições governamentais do campo de atuação sobre suas próprias populações, havendo uma ampla influência internacional nas questões sociais internas de cada nação.

Destaca-se ainda que, a partir dos anos 1990, estas instituições começam a ocupar o terreno que, anteriormente, era de domínio dos movimentos sociais, consolidando-se enquanto Terceiro Setor. Na visão de Montaño (2003, p. 272) as ONGs possuem mais recursos, espaço nas mídias e apoio que os movimentos sociais e, com isso, conseguem maior credibilidade junto às populações. Se, de um lado, os movimentos sociais (principalmente os clássicos) são sempre alvo de críticas e questionamentos, de outro, as ONGs aparecem tomadas por discursividades positivas, enaltecendo suas iniciativas desinteressadas e voluntárias. Assim, observa-se um processo de terceirização dos movimentos sociais (MONTAÑO, 2003) que os afasta do Estado, tornando as ONGs mediadoras dessa relação. A principal diferença entre esses dois atores - ONGs e movimentos sociais clássicos - é que as primeiras têm sua ação limitada à execução de projetos de curto prazo, sem base política e ideológica consolidada, ou seja, o objetivo de sua

atuação não passa pela luta de classes, subsidiando suas ações pela política de não enfrentamento. (PETRAS, 1999, p. 48).

É preciso ressaltar que esse processo de substituição dos movimentos sociais pelas ONGs vem junto a uma intensa reestruturação dos primeiros, marcada pela emergência dos novos movimentos e, posteriormente dos novíssimos, que foi indicada na seção 6.1.2 *Os movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do Muro de Berlim*. Ou seja, existe um processo de reestruturação da atuação da sociedade civil, principalmente mediante as modificações no cenário do trabalho e a incorporação de narrativas como flexibilidade e horizontalidade - conforme indicado por Pelbart (2011) e elucidado na primeira parte desta tese - que dificulta a atuação de sindicatos e demais movimentos clássicos. "Tudo isso contribui para o processo de desarticulação dos movimentos sociais, promovendo perda de espaço político diante do cenário de reestruturação capitalista." (DUARTE, 2008, p. 68). É necessário, então, compreender a relação existente entre a atuação das ONGs como organizações mediadoras e a perda de direitos trabalhistas no contexto dos anos 1990 que se atrela à disseminação de um discurso de interesse do Império e a manutenção de sua hegemonia. As narrativas de voluntariado e solidariedade, lado a lado com o crescimento das pautas identitárias entram, então, como elementos centrais na fragilização da luta de classes.

As ONGs humanitárias, que têm recebido destaque nos últimos anos, são, de fato, as mais poderosas "armas de paz" da nova ordem mundial. (HARDT; NEGRI, p. 54-55). Atuando em conflitos geopolíticos sem o uso direto de violência e sob a narrativa das guerras justas, esses grupos buscam a defesa dos direitos humanos e a paz universal, delineando arbitrariamente seus inimigos com base nos preceitos morais cunhados pelas próprias organizações. "Dessa forma, a intervenção moral tornou-se a linha de frente da intervenção imperial." (HARDT; NEGRI, 2014, p. 55). Tais ONGs se encontram totalmente imersas no contexto biopolítico da constituição do Império, entretanto, a forma como, aparentemente, as organizações levam uma tendência pacífica à nova ordem, acaba impedindo que grande parte dos pensadores e pesquisadores perceba "os efeitos brutais que a intervenção moral produz como prefiguração da ordem mundial." (HARDT; NEGRI, 2014, p. 55). Vale ressaltar ainda que a intervenção moral, grande parte das vezes, antecede a intervenção militar e, nestes casos, a atuação bélica ganha um caráter de intervenção policial internacionalmente aprovada.

Essas ONGs se estendem largamente no húmus do biopoder; são os extremos capilares das redes contemporâneas de poder, ou (para voltar à nossa metáfora geral) a ampla base do triângulo do poder global. Aqui, neste nível mais vasto e mais universal, as atividades dessas ONGs coincidem com as ações do Império 'além da política', no terreno do biopoder, satisfazendo as necessidades da própria vida. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 335).

Tendo em vista que a legitimação da atuação das ONGs é pautada, preponderantemente, na ausência de participação governamental junto a tais entidades, observa-se que essas organizações se tornam atores fundamentais para a manutenção do Império. Isso porque, como supracitado, a emergência dessa nova ordem global se dá, justamente, mediante um enfraquecimento das soberanias nacionais em direção a um único poder atuante em âmbito mundial. O que, nos países centrais, era entendido como um Estado de bem-estar-social, se transforma em um Estado ausente para os interesses sociais e muito atuante no que tange às demandas do mercado. Fato é que o empresariamento do Estado e da sociedade (parte de um contexto neoliberal), o enfraquecimento das soberanias nacionais e o fortalecimento de ações do Terceiro Setor, fazem parte de um processo único de esvaziamento dos Estados que fortalece a emergência e estabilização da nova ordem mundial.

Esse esvaziamento que se dá, em grande parte, por mecanismos narrativos, morais e subjetivos, acaba impactando os países em toda sua constituição, perpassando questões econômicas, sociais, políticas e, invariavelmente, urbanas, posto que a cidade é o principal local de desenvolvimento da vida na contemporaneidade, abarcando e sendo impactada por esse fenômeno de mudança na constituição global.

O rompimento com a rigidez do fordismo foi, também, um rompimento com os preceitos modernistas de planejamento urbano pautados na universalidade, no zoneamento e na racionalidade. Desde a década 1960 o planejamento urbano modernista, considerado demasiadamente centralizador, vem recebendo severas críticas e a busca pela heterogeneidade, acabou encontrando respaldo nessa nova configuração mundial pautada nas ideias de criatividade e flexibilidade<sup>184</sup>. Assim, as cidades, outrora regulamentadas por um Estado forte, passam por processos de "requalificação" de sua estrutura física e social, visando a criação de outros espaços que as tornassem atrativas às demandas deste "novo mundo" sendo, então, as próprias cidades transformadas em elementos a serem comercializados.

---

<sup>184</sup> Tal qual indicado na PARTE I desta tese, os adventos insurgentes dos anos 1960 introduziram a flexibilidade e a criatividade no léxico político econômico e social mundial, sendo elementos centrais para a conformação do neoliberalismo. Pelbart (2011) lembra que tais discursos, juntamente com outros como o da horizontalidade, atingiram as mais variadas esferas da vida atuando tanto em processos individuais, quanto coletivos.

Harvey (1996) aponta para um processo de empresariamento urbano ocorrido a partir dos anos 1970 nos países de capitalismo mais desenvolvido, que ocupa o lugar do planejamento. Naquele momento, a lógica da gestão empresarial, pautada na eficiência, flexibilidade, objetividade e competitividade, foi incorporada para as cidades e se tornou um consenso de qualidade e desenvolvimento urbano, primeiramente na Europa e, posteriormente, na América Latina. O autor destaca, então, que a ênfase da gestão urbana não está mais na qualidade das cidades, mas na formação de parcerias entre os setores público e privado que leva a um processo de despolitização das questões urbanas. Já Castells e Jordi Borja<sup>185</sup> (1998) afirmam que as intervenções urbanas devem ter como mote central a criação de espaços atrativos para a disputa dos fluxos econômicos globais e locais. Por fim, o empresariamento dos espaços tem determinado o desenvolvimento urbano de modo que os planos estratégicos, que atuam de forma amigável com o mercado (VAINER, 2011) têm ocupado os espaços dos planos diretores e das leis de uso e ocupação do solo, alijando a sociedade civil dos processos decisórios e intensificando as desigualdades sociais.

Para Hardt e Negri (2014) esta configuração global empresarial dos espaços urbanos intensifica sobremaneira suas desigualdades e explicita as intensas segmentações marcadas pelos extremos de riqueza e pobreza que encontram-se territorialmente, principalmente no caso das cidades globais, cada vez mais próximos, gerando cidades fortificadas cujas muralhas asseguram a invisibilidade.

Los Angeles é talvez campeã da tendência que Mike Davis chama de 'arquitetura da fortaleza', na qual não apenas as residências particulares mas também os centros comerciais e os prédios do governo criam ambientes internos abertos e livres com a criação de um exterior fechado e impenetrável. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 359).

Essa nova configuração urbana estaria, em Hardt e Negri (2014), relacionada diretamente com as mudanças sociais advindas dos processos neoliberais e, conseqüentemente, do achatamento do espaço social, do definhamento da sociedade civil e do enfraquecimento das fronteiras nacionais que, de forma geral, potencializam as desigualdades sociais expressas no terreno das cidades. Intensificadas, estas desigualdades tomaram nova forma, ou seja, a supracitada aproximação física entre os ricos e os pobres que, de maneira alguma, corresponde

---

<sup>185</sup> Jordi Borja Sebastià (1941) é um geógrafo, urbanista e político espanhol, professor na Universidade Aberta da Catalunha, onde é responsável pelo Área de Gestão da Cidade e Urbanismo e, desde dezembro de 2012, atua como presidente do Observatório DESC -Direitos econômicos, sociais e culturais- localizado em Barcelona.

a uma aproximação real dessas populações, sendo este distanciamento na proximidade uma das principais características das sociedades imperiais.

**Quadro 24 - Temas de referência seção 7.1 A nova configuração capitalística sob a égide das instituições supranacionais**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Representantes da sociedade civil;
- Referências.
- Movimentos sociais
- Financiamento

Se na seção 6.1.2 os *movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do muro de Berlim* observou-se a necessidade de criar categorias para a compreensão dos tipos de movimentos sociais que compõem os acontecimentos multitudinários, nesse momento, atenta-se aos demais *representantes da sociedade civil* envolvidos nos processos. Destaca-se a necessidade de compreensão da rede das principais *referências* envolvidas nas insurreições, ou seja, atores humanos individuais e coletivos de maior relevância para a formação do evento, buscando, nos coletivos, suas categorização enquanto ONGs, partidos políticos, sindicatos, dentre outros. Nesse sentido, reforça-se na necessidade de compreensão da distinção entre os tipos de *movimentos sociais* (clássicos, novos e novíssimos), conforme indicado no platô anterior.

Por fim, essa seção apresenta um ponto fundamental que será aprofundado na sequência desta tese: a necessidade de rastrear o dinheiro e compreender a formação de uma rede filantrópica de *financiamento* de ONGs e demais iniciativas da sociedade civil organizada. Só assim é possível visualizar, de fato, quais os interesses que existem por trás das ações dessas organizações, bem como a quais senhores elas estão servindo.

Fonte: Produzido pela autora.

## **7.2 O Brasil dos anos 1990: entre a participação social e a dominação pela dívida**

O Brasil não se encontra alheio à realidade de empresariamento urbano. Apesar do crescimento das políticas de participação social - incluindo de forma intensa o debate sobre as cidades - ao longo do período de redemocratização, o que pode ser observado no país, principalmente a partir dos anos 1990, é uma intervenção maciça da agenda neoliberal atuando em duplo sentido. De um lado o mercado mundial - subsidiado, majoritariamente, pela ação das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) - fagocita o Estado. De outro, as instituições da sociedade civil ocupam o espaço esvaziado das ações governamentais sendo financiadas,

preponderantemente, por organizações e fundações vinculadas ao capital financeiro transnacional. Estes dois movimentos produzem, no Brasil, uma crise do planejamento urbano tal qual estabelecido pelos preceitos modernistas. O planejamento passa, então, conforme lembra Souza (2002), a ser progressivamente substituído pela *gestão*.

Na interpretação de alguns, a palavra *gestão* veio bem a calhar com o sucedâneo do termo planejamento. Largamente desacreditado e associado à práticas maléficas e autoritárias na esteira da 'crise do planejamento' que, inicialmente em um plano ideológico, chegou ao Brasil nos anos 80 (...) a própria palavra planejamento deveria, para vários analistas ser banida e, na melhor das hipóteses, substituída por outra. (SOUZA, 2002, p. 45).

A *gestão*, então, significou, para muitos, a imagem de um controle, ao menos aparentemente, mais democrático, que trabalharia com base na produção de consensos, em oposição ao planejamento, mais tecnocrático. Entretanto, Souza (2002) coloca que essa substituição demonstra, no mínimo, uma incompreensão dos conceitos. Segundo o autor, não se trata de termos intercambiáveis, já que além de abordarem referenciais temporalmente distintos, fazem alusão a diferentes atividades. Enquanto planejar remete ao futuro, pensando os desdobramentos de um processo, evitando possíveis problemas e intensificando os benefícios prováveis, gerir reporta a administração de uma situação dentro das realidades expostas no tempo presente. Quando se substitui o planejamento pela *gestão*, o que está sendo posto é a troca de um mecanismo de organização de criação de proposições a longo prazo, por uma ordenação do espaço baseada unicamente em "apagar incêndios", retirando do Estado sua responsabilidade e sua potencialidade reguladora e afastando-o dos processos de desenvolvimento urbano, de modo a ampliar a já estabelecida e iminentemente urgente, esfera neoliberal de organização das cidades.

Esse processo de aniquilamento do planejamento e profunda investida neoliberal sobre a questão urbana nacional não ocorreu de forma unívoca ou sem contradições, tendo sido significativamente atravessado pelo fortalecimento da pauta da Reforma Urbana<sup>186</sup>, a partir dos anos 1970, e pela consolidação de instituições públicas e instrumentos de planejamento territorial em semelhante período. De antemão aponta-se que a ampliação destas pautas é marcada, como lembra Ermínia Maricato (2010), por um incentivo das Nações Unidas mediante a criação do programa ONU-Habitat.

---

<sup>186</sup> A Reforma Urbana é um conceito utilizado predominantemente no Brasil que aborda um conjunto de políticas públicas voltadas a diversos âmbitos da cidade, como habitação, acesso à terra, mobilidade urbana e direito à cidade. O debate se iniciou já nos anos de 1960 com o Governo João Goulart, foi retomado na Constituição de 1988 e ganhou força com a criação do Estatuto da Cidade, em 2001.

Conforme apontam Érica Rabelo<sup>187</sup> e Marcel Fantin<sup>188</sup> (2017), a conferência Habitat I, realizada em Vancouver, em 1976, marca o princípio de uma preocupação a nível global com a problemática dos assentamentos informais. Os autores ainda argumentam que a conferência é realizada em um período no qual prevalecia a centralidade do Estado-nação como agente de transformação do espaço urbano, de forma que as soluções e problematizações colocadas nas discussões estavam, sobremaneira, referenciadas em agências estatais de planejamento territorial. No caso brasileiro, vivenciava-se o período de centralização política sob o regime militar, sendo assim, as diretrizes da conferência foram incorporadas pela criação e pelo desenvolvimento de órgãos públicos de intervenção em áreas de assentamentos informais. Contudo, prevalecia uma perspectiva tecnocrática, fazendo com que esse processo se desse com uma certa distância em relação à crescente mobilização do movimento pela Reforma Urbana no âmbito da sociedade civil.

Mediante o processo de abertura política, este distanciamento aos poucos converteu-se na formação de interfaces entre o poder público e as demandas da sociedade civil, resultando na criação de instâncias de participação social para debate de políticas públicas. Em meados dos anos 1980 a possibilidade de elaboração de uma nova Constituição nacional serviu como catalisador para a recomposição do campo da Reforma Urbana que, naquele momento, ampliou suas pautas demonstrando uma compreensão mais complexa das cidades. Neste contexto foi fundado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), muito atuante no âmbito da formação da Constituinte (SOUZA, 2002, p. 157-158), colocando em voga a reivindicação por “um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades.” (SOUZA, 2002, p. 158).

A conquista dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal<sup>189</sup> de 1988 representou uma significativa vitória do movimento que veio acompanhada das inúmeras e inovadoras experiências de participação cidadã, como é o caso dos Orçamentos Participativos. A cidadania que, anteriormente, fazia parte do léxico dos intelectuais e movimentos sociais envolvidos com a luta por uma nova constituição democrática, aos poucos foi tomando corpo nos discursos oficiais com a formação de redes de atuação da sociedade civil. A participação cidadã é entendida, então, como elemento fundamental para a constituição da democracia nascente.

---

<sup>187</sup> Professora da Escola de Engenharia de São Carlos - USP.

<sup>188</sup> Professor no IAU-USP com doutorado em geociência pela Universidade Estadual de Campinas.

<sup>189</sup> Enquanto o Artigo 182 tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes; o Artigo 183 versa sobre o direito à usucapião urbana.



Entretanto, quando as políticas urbanas começavam a adquirir um caráter mais democrático - a partir da década de 1990 - várias cidades brasileiras foram solapadas pela dinâmica neoliberal, levando a uma mudança nos rumos do planejamento urbano. Importante destacar que os governos que assumiram a nação neste período fortaleceram o neoliberalismo emergente no país, balizados pelas determinações estabelecidas pelo Consenso de Washington (1989). No âmbito das cidades, este processo foi novamente acompanhado por diretrizes produzidas pelas organizações vinculadas à ONU. Conforme apontam Rabelo e Fantim (2017), a conferência Habitat II, realizada em 1996, em Istambul, foi representativa do consenso ideológico emergente no momento, conjugando, de um lado, o anseio pela ampliação da participação social e, de outro, a crescente desconfiança e descrédito com relação à ação estatal (RABELO; FANTIM, 2017, p. 934). Nesse sentido, as diretrizes produzidas pela conferência apontaram em direção a uma ampliação do papel das ONGs enquanto detentoras de responsabilidades sociais, sendo enxergadas como legítimas representantes da sociedade civil e depositárias de uma “eficiência mercadológica”, em oposição à centralização e à burocratização estatais.

Além disso, as políticas internacionais articuladas a instituições como o Banco Mundial, o FMI e seus “Planos de Ajuste Estrutural”, que incluíam intervenções na economia, na sociedade e no território, foram fundamentais para o estabelecimento do que Hardt e Negri (2014) denominam *forma patriarcal de representação* e Michel Chossudovsky (1999) chama de *dominação pela dívida*. Para os primeiros, as duas instituições, consideradas representantes dos interesses globais, apresentam programas de crédito e “operações de socorro monetário” a partir de condicionalidades que determinam suas políticas econômicas e reduzem a soberania nacional. A própria configuração das deliberações realizadas pelas instituições prova sua sujeição aos países hegemônicos, já que os votos são proporcionais às contribuições monetárias (um voto para cada dólar), dando poder desproporcional aos EUA.

Junto às supracitadas instituições multilaterais, Arantes (2006) destaca o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como um importante braço de intervenção do bloco hegemônico sobre as cidades dos países periféricos. A partir dos anos 1980, a atuação do BID e do Banco Mundial nessas localidades deixou de ser realizada com cunho recomendativo, e se tornou uma intervenção ativa, aumentando significativamente o poder dessas instituições naquilo que chamavam de projeto de contenção da crise. “A reforma do sistema habitacional, a descentralização das políticas públicas, a criação de fundos de financiamento onerosos e o ‘ajuste fiscal das cidades’ foram partes importantes das reformas estruturais dos anos 80”

(ARANTES, 2006, p. 66), que levaram a supracitada modificação do modo de produzir cidades, deixando de lado o planejamento e adentrando o terreno da gestão.

Assim, principalmente a partir dos anos 1990, tendo como principal exemplo o modelo de planejamento estratégico catalão, os bancos multilaterais adentraram o terreno das decisões urbanas com grande intensidade, vendendo o “modelo de Barcelona” para a América Latina. Munidos de um vocabulário empresarial, esses agentes defendiam abertamente uma lógica de modificação na gestão das cidades que tendia à uma aproximação entre o local e o global, fazendo, nos territórios do Sul, intervenções pasteurizadas segundo sua “imagem e semelhança”. Tinham portanto, como elemento central da proposta de ajuste urbano, a substituição de um padrão interno, pautado por altos investimentos e diversas modificações estruturais.

Segundo o autor, BID e Banco Mundial apostam em quatro modalidades de acesso ao crédito com a finalidade de produzir cidades financiáveis. A saber; (i) a criação de agências privadas de intermediação financeira; (ii) criação e ampliação de Parcerias Público Privadas (PPPs); (iii) captação de recursos nos mercados nacional e internacional a partir da emissão de títulos; (iv) criação de taxas especiais de emissão de títulos distritais com a finalidade de realização de melhorias urbanas. O objetivo dessas modalidades seria tornar os municípios “auto-sustentáveis” e “auto-financiáveis” no mercado privado, o que é fundamental para os bancos devido à possibilidade de manter e ampliar os “ativos tangíveis” da cidade, ou seja, obras de infraestrutura bastante caras como a criação de estradas, aeroportos e investimento em energia, redirecionando verbas que poderiam ser destinadas a projetos sociais e de combate a pobreza. O que torna ainda mais clara a ideia de que o objetivo das instituições multilaterais, ao contrário das narrativas por elas proferidas, jamais foi minorar a realidade empobrecida dos países periféricos.

Como discurso, as privatizações seriam, então, um modo de envolver fundos privados na gestão das cidades por meio de grandes obras de interesse do mercado, liberando os fundos públicos para a realização de investimentos sociais. Entretanto, o que ocorreu foi o contrário. A realização dessas obras acabou demandando vários subsídios governamentais destinados aos investidores do capital que diluíram as atuações governamentais no âmbito social. “Em resumo, o Banco Mundial [e o BID] substitui em sua agenda o programa de urbanização de baixos padrões (...) em nome de uma urbanização concentrada de alto padrão nos trechos das cidades de interesse do mercado”, ampliando “a base de acumulação do capital”. (ARANTES, 2006, p. 67).

Ainda abordando a atuação das organizações multilaterais Chossudovsky (1999) lembra que o movimento da economia global é regulado por um processo em escala mundial baseado

em medidas que sufocam os Estados-Nação contribuindo para uma redução significativa das atividades econômicas e oferta de emprego nos países periféricos que tem como ator central as IFIs - que constituem uma burocracia internacional atuante em função dos interesses financeiros dos blocos dominantes. "Em outras palavras, uma nova 'divisão triangular de autoridade' surgiu, baseada na estreita colaboração entre o FMI, o Banco Mundial e a OMC para 'vigiar' a política econômica dos países em desenvolvimento." (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28).

De acordo com Harvey (2008a) houve, ao longo das duas décadas que sucederam os movimentos dos anos 1960, um investimento significativo dos Estados capitalistas para recuperar parte do poder que haviam perdido. Essa tendência foi institucionalizada em 1982 quando o FMI e o Banco Mundial se tornaram as autoridades centrais de poder coletivo das nações dominantes sobre as organizações financeiras internacionais. Tal poder tende a ser utilizado "para forçar redução de gastos públicos, cortes de salários reais e austeridade nas políticas fiscal e monetária, a ponto de provocarem uma onda dos chamados 'distúrbios do FMI' de São Paulo a Kingston, Jamaica, e do Peru ao Sudão e ao Egito a partir de 1976." (HARVEY, 2008a, p. 158). Sua atuação frente aos países periféricos se dava sob o princípio de que a manutenção da hegemonia global só seria possível mediante a derrocada dos demais sistemas produtivos. Tal destruição é baseada, segundo Chossudovsky (1999), em um aniquilamento da produção local voltada para o mercado interno, já que a expansão das exportações implica, necessariamente, na diminuição do poder de compra da população local. Os países periféricos são obrigados a substituir suas pequenas e médias empresas por empreendimentos de escala global, além de privatizar suas estatais.

Desta forma, observa-se que a atuação do Império na periferia global se apoia em duas bases principais: a consolidação de mão de obra barata e a busca por novos mercados consumidores. "As barreiras para o movimento de dinheiro e mercadorias são removidas, o crédito é desregulamentado, a terra e os bens do Estado são assumidos pelo capital internacional." (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 13). São formados, então, os chamados monopólios globais, por meio dos quais as grandes multinacionais ocupam os mercados locais. Suas atividades escapam da regulamentação estatal e incluem transações monetárias especulativas e manipuladoras. Nesse processo, a dívida de grandes corporações como os bancos, são transformadas em dívida pública que, para serem pagas, implicam em empréstimos multilaterais e bilaterais por parte dos Estados periféricos. Essa ampliação da dívida pública acaba gerando um ciclo de endividamento tornando os países cada vez mais suscetíveis aos ditames das organizações internacionais, com destaque para o FMI. A situação se agrava mediante ao artigo

1004 do Tratado de Maastricht<sup>190</sup> que determina uma não obrigação dos Bancos Centrais junto aos governos vinculando, necessariamente, a dívida pública aos credores internacionais. Estes “novos empréstimos de rápido reembolso” formam um dinheiro fictício já que, invariavelmente são inferiores ao montante total da dívida, gerando um processo progressivo de endividamento pautado por ameaças de embargos econômicos.

Conforme abordado por Hardt e Negri (2012, p. 352-353) a dominação sobre a dívida configura um mecanismo de manutenção dos “países pobres e suas populações com fome” e que, independentemente das políticas econômicas aplicadas, tais países jamais conseguirão sanar suas dívidas externas e, nem ao menos, os juros, “perpetuando um incontornável ciclo de miséria”. Isso sem contar que, para muitos autores, tais dívidas foram contraídas por meio de manobras ilícitas, funcionando, ao final, como “mecanismo legal de escravização”.

A reestruturação econômica mundial pautada pelas IFIs tira dos países periféricos o direito ao desenvolvimento, e à formação de uma economia nacional forte, tornando-se meras reservas de mão de obra barata e recursos naturais. “A aplicação do 'remédio econômico' do FMI tende a desvalorizar mais ainda os preços mundiais das commodities, porque isso força diferentes países a dirigirem simultaneamente suas economias nacionais para um mesmo mercado mundial.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 30). Assim, o FMI passa a ter um papel político preponderante e usa disso para a aplicação de medidas como a desvalorização da moeda, exigida para a realização de novos empréstimos. Este processo gera muitos impactos sociais, como um aumento imediato dos preços de serviços e mercadorias essenciais que vão de alimentos a medicamentos. Enquanto a moeda desvaloriza e a inflação aumenta em meio a dolarização dos preços domésticos, é imposto pelo FMI um “programa antiinflacionário” que pouco tem a ver com os reais motivos do aumento da inflação, e traz medidas como a demissão de servidores públicos, significativos cortes em programas sociais e desindexação do salário, além da diminuição significativa dos direitos trabalhistas. Em relação aos projetos de desenvolvimento, o Estado passa a não poder destinar seus recursos para a construção de infraestrutura pública, estradas e hospitais, já que esta renda se destina diretamente ao pagamento da dívida. Desta forma, os credores se transformam em intermediários de todos os projetos desta natureza, decidindo por

---

<sup>190</sup> O Tratado de Maastricht foi assinado em 1992 pelos membros da Comunidade Europeia, entrando em vigor em novembro de 1993, quando foi criada a União Europeia e foram lançadas bases para a criação de uma moeda única de circulação entre seus membros: o Euro. O Tratado criou metas de livre circulação de pessoas, mercadorias, produtos, serviços e capital entre seus membros, visando alcançar a estabilidade política dentro do continente.

meio do Programa de Investimento Público (PIP), vinculado ao Banco Mundial, como, quando e onde as obras serão realizadas.

Em relação às áreas sociais, as IFIs insistem no princípio de recuperação de custo e da gradual retirada do Estado dos serviços de saúde e educação básicos, o conceito de estabelecer metas nas áreas sociais está ligado à identificação dos chamados 'grupos vulneráveis'. As medidas de austeridade nas áreas sociais - exigindo uma mudança de programas regulares para programas com metas estabelecidas - tem sido, em grande parte, responsável pelo colapso de escolas, clínicas e hospitais, ao mesmo tempo em que dão uma aparência de legitimidade às instituições sediadas em Washington. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 51).

Ainda segundo Chossudovsky (1999), desde os anos 1980 a “diminuição da pobreza” se tornou um condicionalidade para os empréstimos do Banco Mundial. De acordo com as determinações das IFIs, essa diminuição ocorreria por meio de cortes nos orçamentos voltados à políticas sociais e redirecionamento para uma política de “administração da pobreza” de modo a reduzir as mobilizações sociais gastando o mínimo possível. Os programas de “ajuda” aos pobres preveem a privatização dos serviços de saúde e educação que, muitas vezes, passam a ser realizados por organizações da sociedade civil financiadas por projetos internacionais, a exemplo das ONGs. “Assegura-se, desse modo, uma precária sobrevivência para as comunidades locais, ao mesmo tempo em que se diminui o risco de sublevação social.” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 59).

No Brasil, este processo de dominação pela dívida ocorreu predominantemente nos anos 1990. Como lembra Chossudovsky (1999), a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992) marca o início de uma nova democracia sob controle direto nas instituições de Washington. O Plano Collor, lançado em 1990 pela Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello<sup>191</sup>, levou a um aumento significativo do desemprego e uma queda abismal dos salários reais, além do aniquilamento dos programas sociais. Os credores haviam imposto uma desvalorização do cruzeiro e a inflação passava de 20% mês, fato agravado pela alta das taxas de juros impostas pelo FMI que levaram a dívidas a valores nunca vistos, mas o lucro dos setores financeiros alcançavam um patamar inacreditável. Um dos objetivos de destaque dos credores não era cobrar a dívida, mas garantir que o Brasil permanecesse naquela situação por muito tempo e que a economia nacional e o Estado fossem reestruturados segundo os interesses imperiais. Ainda que o país cumprisse as exigências dos credores, como privatizações e demissão de servidores públicos, o governo estava à mercê dos interesses financeiros internacionais e permanecia na lista dos mais endividados, o que, muitas vezes, significava ter empréstimos negados.

---

<sup>191</sup> Zélia Maria Cardoso de Mello GOMM, economista e professora acadêmica, foi Ministra da Economia durante o governo Collor.

Em junho de 1991 o FMI mandou uma missão para o Brasil chefiada por José Fajgenbaum<sup>192</sup> afirmando que caso o país quisesse novos créditos deveria realizar reformas econômicas que implicariam em emendas na Constituição. Trata-se, segundo Chossudovsky (1999, p. 174), de um “remédio econômico muito mais forte” direcionando a maior parte das receitas nacionais ao serviço da dívida. A Constituição deveria ser alterada nos seguintes pontos: (i) possibilidade de demissão em massa de servidores públicos; (ii) redução drástica dos programas sociais em todos os níveis federais; (iii) alterações na política previdenciária (iv) privatização de ainda mais empresas estatais, agora estratégicas para a economia. No final de 1991 foi assinado um novo acordo com o FMI para o empréstimo de 2 bilhões de dólares, impactando em ajustes fiscais e mais cortes nas políticas sociais.

Ao contrário do que se pode imaginar, a queda de Collor e a sucessiva posse de Itamar Franco (1992-1995) não modificou o cenário nacional. Apesar de promessas de aumento dos salários reais, diminuição dos tributos e mudanças nos programas de privatização, os acordos com o FMI não permitiram sua efetivação. As parcelas do empréstimo foram suspensas e o Brasil voltou a ocupar a lista dos mal pagadores. Em nova visita de José Fajgenbaum, o Ministro da Fazenda Paulo Haddad<sup>193</sup>, que esboçava um novo acordo a ser tratado com o FMI, foi demitido e logo em seguida, seu sucessor Eliseu Resende<sup>194</sup> teve o mesmo destino. Fernando Henrique

---

<sup>192</sup> José Fajgenbaum é um economista argentino com mestrado e doutorado pela Universidade de Chicago. Atualmente é sócio do Grupo Centennial e Diretor da filial de atuação na América Latina, cargo assumido após saída do FMI, órgão ao qual se dedicou por aproximadamente trinta anos. No Fundo, Fajgenbaum passou de economista a Diretor Adjunto, além de ter sido supervisor de missões em países de vigilância, como Brasil, Israel, Rússia e África do Sul e em países parceiros, como o Brasil no início da década de 1990, a República Dominicana, Quênia, Malawi, Peru e Trinidad e Tobago.

<sup>193</sup> Paulo Roberto Haddad (1939) é um economista brasileira formado pela Universidade Federal de Minas Gerais e, atualmente, professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, sendo fundador e primeiro diretor do Centro de desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR/UFMG -1968/1973). Exerceu o cargo de Secretário de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais de 03/79 a 03/82. Secretário da Fazenda do Governo do Estado de Minas Gerais de 03/82 a 03/83. Foi Diretor de Planejamento Econômico da Fundação João Pinheiro de 03/75 a 03/79. Exerceu o cargo de Assessor da Presidência da ACESITA. Foi Ministro da Fazenda do Brasil, durante a presidência de Itamar Franco, de 16 de dezembro de 1992 até 1 de março de 1993. Durante seu tempo no governo federal foi responsável por diversos programas de desenvolvimento dos quais pode-se citar: Programa de Desenvolvimento de Centros Intermediários (cidades-dique); Programas de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Renda; Programas de Desenvolvimento de Comunidades. Além disso, participou da negociação e aprovação de recursos financeiros para a execução de programas de desenvolvimento do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento no KFW (Alemanha) durante a Organização das Nações Unidas.

<sup>194</sup> O paulista Eliseu Resende (1929-2011) é graduado em economia pela UFMG e tem doutorado na mesma área pela Universidade de Nova Iorque. Trabalhou em pesquisas para a Marinha dos Estados Unidos, fundou o Centro de Engenharia Nuclear e o Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade Católica de Minas Gerais, e o Centro Tecnológico do Centro Universitário Newton Paiva. Dirigiu o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais e o DER/MG, para então ser escolhido ministro dos Transportes no governo João Figueiredo, de 15 de março de 1979 a 11 de maio de 1982. Filiado ao PDS, candidatou-se a governador de Minas Gerais em 1982, sendo derrotado em disputa acirrada para

Cardoso (FHC) assumiu o cargo solicitando que esquecessem todas as teorias que havia escrito como sociólogo de renome (que lhe renderam um prêmio ao analisar as classes sociais brasileiras). Com ações contrárias às expostas em seus livros, FHC governou em direção a uma nova fase das dívidas, ainda mais cruel que a anterior. Em 1993 o ministro anunciou cortes orçamentários de 50% na educação, na saúde e no desenvolvimento regional e acenou para o FMI a possibilidade de mudanças constitucionais. Junto a isso, o salário teria uma queda de até 31% em termos reais.

As medidas impostas pelos credores foram um golpe final letal para os programas sociais do Brasil, já em adiantado estado de decadência devido à sucessivas 'terapias de choque'. O FSE foi financiado com cortes do orçamento (implicando transferência de fundos para ele) mediante a eliminação simultânea dos programas regulares do governo e a demissão em massa de servidores públicos. Sua criação representou um importante marco político: foi o fim da soberania na política social, pois daí em diante, orçamentos e estruturas organizacionais seriam monitoradas diretamente pelas instituições de Bretton Woods sediadas em Washington, agindo em nome dos bancos credores internacionais." (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 178).

Em abril de 1994 a dívida brasileira foi reestruturada, foram estabelecidos prazos para a realização das emendas constitucionais e a liberação maciça de recursos do Estado para os credores foi liberada. O "sucesso" das ações junto ao FMI, o apoio midiático para uma campanha milionária e um acordo (verbal) feito com os principais representantes dos interesses comerciais do país que garantia uma estabilidade dos preços ao longo da campanha e consequente baixa inflacionária no período, renderam a Fernando Henrique Cardoso o cargo da Presidência da República nas eleições daquele ano. "A continuidade do 'regime democrático autoritário' estabelecido com Fernando Collor de Mello foi assegurada." (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 179).

Durante o governo FHC a política macroeconômica acelerou o êxodo rural e a pobreza urbana foi intensificada. Os "programas de metas" para "ajudar os pobres" e a privatização da saúde e educação foram colocados como formas eficientes de implementar programas sociais. A pobreza e a fome aumentaram, mas nenhuma relação entre o "remédio do FMI" e este evento foi colocado pela mídia nacional. O Estado foi retirado dos setores sociais e a responsabilidade pela "administração da pobreza" direcionada às ONGs, muitas delas fundadas ao longo da gestão Collor por meio dos "programas de ajuda" internacionais. O Governo FHC cumpriu também um papel preponderante nesse sentido, em 1995 foi colocado em prática pelo ministro Luiz Carlos

---

Tancredo Neves. Após isso retornaria ao cenário político nacional quando ocupou por pouco mais de dois meses, de 1 de março a 19 de maio de 1993 o cargo de ministro da Fazenda durante o governo de Itamar Franco. Em 1994 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais pela primeira vez, reelegendo-se por duas vezes seguidas. Em 2006 foi eleito senador por Minas Gerais, vencendo Newton Cardoso e demais candidatos, com 60% dos votos.

Bresser Pereira o chamado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”. Dentre outras medidas voltadas para a “modernização gerencial” do Estado, o plano instituiu as “Organizações Sociais”, ou OSs, como primeira entidade “de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária”. (Presidência da República, 1995, p. 60).

As OSs foram propostas como forma de diminuir as atribuições do Estado - entendido, pelos neoliberais, como ineficiente - e, ao mesmo tempo, como uma resposta aos anseios por participação popular existentes na sociedade e refletidos na Constituição de 1988, deslocando completamente o sentido da cidadania e da participação para uma perspectiva neoliberal. A instituição das OSs e as demais entidades jurídicas subsequentes (tais como as OSCIPs) provocou um verdadeiro *boom* no número de ONGs no país, que passaram a ocupar cada vez mais funções públicas anteriormente atribuídas ao Estado. Segundo o IBGE, 71,7% das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos estabelecidas no país até 2012 foram criadas entre 1991 e 2010. (IBGE, 2012, p. 30).

Pedro Arantes (2006) argumenta que essa dinâmica aplicada às cidades faz parte do que ele chamou de uma “Agenda Urbana do Ajuste”. O autor pontua que a dominação pela dívida - tal como descrita por Chossudovsky (1999) - funcionava não apenas em nível nacional, mas também aplicada às administrações municipais. Nesse sentido, a falência dos modelos de financiamento estatais (em favor de um empresariamento urbano) levava os municípios a contrair empréstimos com as IFIs, os quais, assim como aqueles adquiridos pelo Governo Federal, vinham repletos de condicionalidades. Segundo o autor, no nível municipal, uma das principais condicionalidades de “governança” era justamente a instituição de mecanismos de participação social, que passavam a receber ingerências das IFIs, sendo enxergados mais como instrumentos de management, do que como interfaces com a sociedade civil.

Para Chossudovsky (1999, p. 181), essa “microdemocracia” instalada pelo Terceiro Setor, sob vigilância das agências de fomento, tinha, também, como finalidade, controlar os movimentos sociais. O autor argumenta que as reformas financiadas pelo FMI contribuíram para um aumento significativo da pobreza no país, bem como para uma polarização social. Além disso, o enfraquecimento do Estado levou à instabilidade das forças armadas, à violação dos direitos humanos e ao aumento da violência urbana. Segundo Chossudovsky (1999), desde o início do governo Collor, o comando do país vinha sendo realizado por um poder paralelo sediado em Washington.

Evelina Dagnino (2004, 2002) interpreta essa “contaminação” da participação social pelas dinâmicas e regras do neoliberalismo como uma *confluência perversa*. A autora argumenta que,



ao longo das décadas de 1980 e 1990, observa-se a vigência de dois movimentos antagônicos no âmbito da sociedade civil: i) um projeto democratizante, baseado na efervescência dos novos movimentos sociais, na instituição de instâncias de participação e nas conquistas da constituição cidadã; e ii) o projeto neoliberal, baseado na demissão do Estado e sua progressiva isenção “de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil”. (DAGNINO, 2004, p. 142). A autora afirma que estes dois projetos aos poucos se entrelaçam a partir de uma disputa de significados, atores e espaços envolvidos nos processos participativos e acabam por corroborar para um fim antagônico ao projeto democratizante, porém, expresso em termos coincidentes. Segundo a autora este processo leva a concepções de “sociedade civil”, “participação” e “cidadania” esvaziadas, baseadas menos na real representatividade frente à população, e mais em uma cooperação técnica e acrítica com o poder público, e na corroboração com as exigências de “ajuste estrutural” impostas pelas agências internacionais financiadoras e reguladoras de muitas dessas organizações da sociedade civil. (DAGNINO, 2002).

**Quadro 25 - Tema de referência seção 7.2 O Brasil dos anos 1990: entre a participação social e a dominação pela dívida**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Dominação pela Dívida
- Confluência perversa
- Financiamento

A concepção de *dominação pela dívida* e de *confluência perversa*, apresentam elementos fundamentais para a compreensão dos processos capitalistas de produção de subjetividade. Ao apontar que as IFIs controlam os investimentos estatais mediante condicionantes impostas aos empréstimos, transferindo responsabilidades sociais para Organizações não Governamentais, Chossudovsky (1999) demonstra a centralidade do poder financeiro na determinação das ações de diferentes atores sociais. Assim, “seguir o dinheiro” se torna elemento fundamental para a compreensão dos acontecimentos multitudinários (da mesma forma que o autor o faz ao analisar o Fórum Social Mundial no texto *FSM: Ativismo social financiado pelo capitalismo global* publicado em 2018<sup>195</sup>). Ou seja, o *financiamento* é retomado, neste momento, como categoria de análise primordial a ser utilizada na Parte III.

Fonte: Produzido pela autora.

<sup>195</sup> Texto disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/fsm-ativismo-social-financiado-pelo-capitalismo-global>.

### 7.3 O Brasil dos anos 2000 e a aproximação entre a sociedade e o Estado

A situação descrita na seção anterior a partir de Chossudovsky (1999), Dagnino (2004), Harvey (1996; 2008a) e Arantes (2006) refere-se, sobretudo, a uma condição política e econômica vivenciada na década de 1990. A captura da participação social e a multiplicação de ONGs como detentoras de responsabilidades públicas são, conforme demonstrado, fenômenos diretamente vinculados à situação econômica do país e à ingerência internacional ocasionada pelo endividamento. Entretanto, ao longo da década de 2000, esse cenário se modificou substancialmente.

Após um período de medidas de austeridade, o Brasil encontrava-se em uma situação de calamidade social ao início do novo milênio. Esse cenário deu fôlego e agregou apoio social à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva que, desde as eleições de 1989, aparecia como principal representante desse movimento de efervescência da sociedade civil, herdeiro do período da ditadura militar. Assim, após a vitória no pleito de 2002, o Governo Lula foi responsável por elevar o Brasil de uma situação de endividamento severo com o FMI, a credor desta mesma instituição em 2005, após saldar a dívida com o Fundo.

Além disso, neste período, o país acumulou reservas cambiais de US\$ 370 bilhões, elemento fundamental para reduzir a vulnerabilidade do país no cenário internacional, inclusive frente à crise financeira de 2008. Aloizio Mercadante e Marcelo Zero (2018) argumentam que o acúmulo de reservas cambiais representou uma importante inflexão macroeconômica em relação ao período anterior, marcado pela crise da dívida externa. Os autores sustentam que as reservas representaram a superação da estratégia de “âncora cambial”, adotada após o Plano Real, que teria levado o país à subordinação às condicionalidades de ajuste estrutural impostas pelo FMI. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p.67).

Este período também foi marcado por uma reorientação nas relações internacionais em busca da formação de arranjos contra-hegemônicos, baseados na cooperação Sul-Sul. O fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul)<sup>196</sup> e a criação da Comunidade dos Estados

---

<sup>196</sup> O Mercado Comum do Sul é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991 a partir da assinatura do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai - membros originários do bloco. A interação regional foi forjada, inicialmente, pela criação de uma zona econômica, agora transformada em união aduaneira, garantindo livre comércio e política comercial comum entre os membros. As origens do Mercosul estão ligadas às discussões para a constituição de um mercado econômico regional para a América Latina, que remontam ao tratado que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) desde a década de 1960.

Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)<sup>197</sup> e da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)<sup>198</sup> foram iniciativas centrais nesse sentido, que possibilitaram o fortalecimento das relações regionais e a elevação das exportações de manufaturas brasileiras. Além disso, destaca-se a formação dos BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul), bloco que reunia cinco das nações mais populosas, com maior extensão territorial e, no momento, com taxas mais expressivas de crescimento econômico em todo o mundo. A iniciativa da formação do bloco veio acompanhada da criação de um banco de desenvolvimento - o chamado New Development Bank (NDB), ou Banco dos BRICS - e da formação de reservas cambiais conjuntas - no Acordo Contingente de Reservas. Essas medidas apontavam no sentido da busca por novos mecanismos de financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento para os países membros (bem como para outros países do Sul-Global) e de blindagem em relação às arbitrariedades do sistema financeiro internacional, preponderantemente controlado pelas instituições sediadas em Washington (BM e FMI). Além disso, os BRICS tiveram papel central na reforma do FMI, que levou à ampliação do poder decisório dos países em desenvolvimento na instituição. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p. 69).

Internamente, no Brasil, a estrutura de financiamento de projetos também alterava-se radicalmente. Com a redução da dependência internacional, os bancos públicos brasileiros assumiram um papel de destaque na propulsão do desenvolvimento nacional. Além da escalada de relevância de bancos de varejo na disponibilização de crédito para a população, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o BNDES tornou-se um verdadeiro motor do crescimento. Em paralelo à criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, o BNDES

---

<sup>197</sup> “A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é um bloco regional intergovernamental composto por 33 países. Foi criada em fevereiro de 2010, na Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe. A CELAC é herdeira do Grupo do Rio e da CALC (Cúpula da América Latina e do Caribe) e assume duas vocações: a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política. Na vertente da cooperação, a CELAC tem promovido reuniões ministeriais ou de alto nível sobre mais de vinte temas de interesse dos países da região, como educação, desenvolvimento social, cultura, transportes, infraestrutura e energia.

Na vertente da concertação política, a CELAC tem demonstrado capacidade de emitir pronunciamentos sobre temas relevantes da agenda internacional e regional, como o desarmamento nuclear, a mudança do clima, o problema mundial das drogas, o caso das ilhas Malvinas e o bloqueio norte-americano a Cuba, dentre outros. O diálogo e a concertação política promovidos por meio da CELAC tem-se manifestado inclusive por meio de intervenções conjuntas no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas e de suas Comissões.” (Ministério da Educação, Governo Federal) Informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20742-comunidade-dos-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

<sup>198</sup> A Unasul é um bloco integrado de doze nações sul americanas – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela (além da participação como observadores de México e Panamá) – criado em 2008, no Brasil, que visa fortalecer as relações comerciais, culturais, políticas e sociais estabelecidas entre os países.

foi responsável pela formação de um “novo padrão de financiamento de longo-prazo” para investimentos em infraestrutura que, ao contrário do que ocorria com os financiamentos internacionais, não impunha condicionalidades políticas e praticava prazos generosos. Com isso, os investimentos em infraestrutura no país cresceram vertiginosamente nas mais diversas categorias (linhas de transmissão de energia elétrica, rodovias, moradia, etc.). Este novo movimento levou o BNDES a um volume de financiamentos superior ao do Banco Mundial. (MERCADANTE; ZERO, 2018, p. 73-76).

Em paralelo às mudanças no cenário macroeconômico e nas relações internacionais, os dois primeiros Governos Lula também se destacaram por uma reviravolta no diálogo estabelecido com a sociedade civil. Desenhado sobre o “tripé” sindicalismo, igreja católica progressista e intelectualidade, o PT refletia as demandas de grande parte dos atores sociais envolvidos no processo de redemocratização, agindo em parceria com importantes movimentos sociais nacionais. Esta relação se evidenciou na realização do Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, em 2001, no qual, apesar das contradições a serem apontadas na seção seguinte, movimentos sociais e ONGs de todo o mundo se reuniram em paralelo a uma cúpula do Fórum Econômico Mundial, como forma de articular as demandas da sociedade civil em oposição às IFIs<sup>199</sup>. O fórum foi essencial na composição da base social que resultaria nos governos petistas.

A proximidade do partido com atores centrais no cenário das mobilizações sociais, acabou possibilitando ao governo Lula a formação de novas interfaces com a sociedade civil, muito distintas daquelas praticadas nos governos Collor e FHC sob recomendação das IFIs. Vale lembrar que o PT foi fundamental para o desenvolvimento de uma série de políticas participativas no âmbito do municipalismo nos anos 1990, tal como o Orçamento Participativo, que se fortaleceriam em vários destes municípios na década seguinte. Enquanto isso, a nível federal, os governos do partido foram responsáveis pela criação de diversos instrumentos legais vinculados à habitação, política fundiária e mobilidade, em grande parte materializados pelo Estatuto da Cidade (2001) e órgãos como o Ministério das Cidades (2003), o conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades. Foram realizadas, 115 conferências setoriais nacionais, 27 fóruns de discussão e formulação de políticas públicas e 15 Conselhos Nacionais, nos quais eram recebidos vários movimentos sociais e diversos representantes da sociedade civil para a discussão de pautas caras à população. A partir deste diálogo, foram instituídas, ainda, várias políticas setoriais, bem como formados ministérios e secretarias dedicados às questões de

---

<sup>199</sup> De maneira contraditória a esta intenção de se opor à agenda neoliberal, Chossudovsky (2018) pontua que o FSM e diversas das organizações envolvidas receberam financiamentos de instituições vinculadas ao capital financeiro internacional, tal como a Fundação Ford, conforme retomaremos na próxima seção.

gênero, raciais, indígena, dentre outras. Esse movimento representou uma ampliação e diversificação das relações institucionais com a sociedade civil em relação ao que era praticado na década anterior.

Maricato e Santos Junior lembram que:

Um dos movimentos de resistência ao neoliberalismo no Brasil diz respeito à promoção de importante processo participativo na formulação de políticas públicas em nível nacional (...) não restam dúvidas que jamais na história desse país a política urbana mereceu um debate democrático tão abrangente como vem acontecendo desde 2003". (MARICATO; SANTOS JUNIOR, 2007, p 1; 8).

Tratava-se da criação da tão sonhada Reforma Urbana. Neste sentido, os autores destacam a importância da participação popular nas tomadas de decisão do Estado, compreendendo os avanços supracitados, como fundamentais no processo da construção de uma nova realidade para as cidades brasileiras. No Conselho das Cidades, por exemplo, houve participação de aproximadamente 2 milhões de pessoas entre lideranças sociais e organizações governamentais e não governamentais. Participação essa que simboliza a inclusão de muitas vozes que estiveram historicamente apartadas do debate político.

Os mecanismos de participação social deliberativa a nível municipal, tais como os Orçamentos Participativos, tiveram um salto quantitativo e respaldo do governo federal no financiamento de empreendimentos. Além disso, muitos dos antigos militantes dos movimentos sociais, que contribuíram com a formação das bases sociais dos novos governos, passaram a fazer parte dos ministérios e secretarias, estando diretamente conectados com os processos decisórios. Entretanto, diversos intelectuais veem essa incorporação dos líderes sociais no governo como um mecanismo de enfraquecimento dos movimentos. Maricato (2007), apesar de reconhecer a amplitude das ações governamentais no sentido de criação de importantes Ministérios e espaços de debate com a sociedade civil, afirma que tais ganhos tendem a ocupar espaço meramente "juridicista" e "institucional" e que, no limite, reforçam o espectro clientelista sempre presente na política nacional. Além disso, a autora questiona a legitimidade participativa nos conselhos, tendo em vista que eram ocupados majoritariamente pelas lideranças dos movimentos, não alcançando uma representatividade real da população brasileira em termos demográficos, raciais e de gênero.

Uma das principais medidas tomadas no sentido da priorização dos municípios e da questão urbana e, por consequência, da participação social, foi a criação do Ministério das Cidades. Esta iniciativa gerou grande entusiasmo entre os intelectuais vinculados ao debate urbanístico, na expectativa de uma aplicação daquilo que tinha sido instituído no Estatuto da Cidade (2001) e formulado ao longo de anos de MNRU. Entretanto, para parte significativa desses

estudiosos, o órgão acabou se tornando insuficiente para conter as diversas problemáticas que solaparam as cidades brasileiras, das quais pode-se citar as inúmeras remoções, a ampliação significativa da segregação sócio-espacial, além do massivo problema de mobilidade ampliado com o chamado *boom automobilístico*. Maricato (2013) aponta que a questão urbana se tornou um ponto de inflexão frente às políticas de desenvolvimento adotadas ao longo da primeira década do século XXI.

Apesar da retomada dos investimentos no saneamento e habitação, apesar da melhoria na distribuição de renda, apesar da febre participativa decorrente da criação de mais de 20.000 conselhos participativos, o impasse da política urbana persiste decorrente especialmente da manutenção persistente do padrão fundiário e da mobilidade excludente. Essas condições estão juntas: o uso e ocupação do solo e a mobilidade. É óbvio. Porque se você tiver um controle do uso e da ocupação do solo, se ele for menos mercadoria, é possível colocar as pessoas mais concentradas. É possível trabalhar com distância dos equipamentos, mas não no reino da especulação. (MARICATO, 2015, não paginado).

Os volumosos investimentos em infraestrutura, mencionados anteriormente, aos poucos produziram um descompasso entre suas inserções territoriais e seu papel enquanto políticas anticíclicas de contenção da crise econômica internacional. Destaca-se o caso do Programa Minha Casa Minha Vida que, criado em 2009, além de ter sido pensado como mecanismo para enfrentar o déficit habitacional, funcionou também como forma de movimentar o setor da construção civil, gerar empregos e combater os efeitos da crise de 2008, ocasionando o que Maricato (2013) chamou de um *boom imobiliário*<sup>200</sup>. A autora observa que, apesar de ocasionar um significativo crescimento econômico, a criação do programa significou o esquecimento do cerne da agenda da Reforma Urbana: a reforma fundiária/imobiliária. Maricato (2013) lembra, ainda, que a desoneração da indústria automobilística somada ao não investimento em melhorias para o transporte coletivo, levou à duplicação do número de automóveis circulando pelas ruas do país e, conseqüentemente, a um caos urbano, principalmente em grandes cidades como São Paulo. A questão da mobilidade, junto aos demais problemas observados nas cidades, foi a faísca necessária para a eclosão do principal levante brasileiro do século: as Jornadas de Junho de 2013<sup>201</sup>.

Apesar dos índices recordes de popularidade dos governos petistas ao final da década de 2000, a progressiva insatisfação de lideranças sociais e intelectuais com as políticas

<sup>200</sup> Conforme apontam Mercadante e Zero (2018, p. 37), “entre 2009 e 2016, foram contratadas 4,5 milhões de moradias, em 96% dos municípios brasileiros (...) Sendo que para as famílias com renda de até R\$1.600,00, onde se concentra o grande déficit habitacional foram entregues 1,7 milhões de moradias.”

<sup>201</sup> Para uma leitura aprofundada de uma relação entre território, geopolítica e as Jornadas de Junho de 2013 ver Nobre; Schoenell e Porto (2019).

implementadas ao longo do tempo vinha gerando fraturas nas bases sociais dos movimentos progressistas. Ao início dos protestos de 2013, muitas organizações da sociedade civil que compuseram os debates e colaborações com os governos petistas - como no FSM ou mesmo na participação de conselhos - se opuseram ao governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), dando corpo às manifestações. Por outro lado, movimentos sociais de base que fizeram parte da formação do PT, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o MST e parte dos sindicatos, se ausentaram inicialmente das ruas abrindo espaço para uma série de novos movimentos e indivíduos que se apresentavam com pautas e estratégias inéditas. Gohn (2014a) argumenta que as manifestações eram compostas majoritariamente por pessoas de classe média que, em grande medida, realizavam seu “batismo na política”.

Contudo, a questão urbana não foi o único tema a mobilizar as ruas em 2013. Dentre as inúmeras bandeiras levantadas, a pauta anticorrupção tomou o cenário nacional mediante a possibilidade de aprovação da PEC 37. Tratava-se da inclusão de um novo parágrafo no artigo 144 da Constituição Federal que restringiria o poder de investigação criminal a policiais federais e civis, impossibilitando a atuação de outros órgãos, como o Ministério Público. Além disso, às vésperas do levante de Junho, o governo Dilma teve um significativo esforço em reduzir a alta taxa de juros praticada no país - elemento considerado (juntamente à apreciação do câmbio) como um enorme gargalo ao desenvolvimento e à industrialização durante o governo Lula. Esse movimento gerou uma forte reação do sistema financeiro, dos setores empresariais e, curiosamente, da classe média, o que acabou por insuflar ainda mais os protestos.<sup>202</sup>

---

<sup>202</sup> As Jornadas de Junho de 2013 serão abordadas de forma mais ativa no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*

**Quadro 26 - Temas de referência seção 7.3 O Brasil dos anos 2000 e a aproximação entre a sociedade e o Estado**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Atores sociais envolvidos;
- Diálogos entre insurgentes e Estado;
- Tipo de movimento;
- Interesses geopolíticos;
- Dinâmicas geopolíticas;

Seguindo a linha de investigação a respeito da participação social no Brasil, esta seção apresenta também alguns temas de referência que podem auxiliar a cartografia dos acontecimentos multitudinários. Parte destes temas já foi observada em outras seções, como uma investigação sobre os *atores sociais envolvidos*, o *tipo de movimento* e os *interesses geopolíticos*. Como novidades da seção, é possível observar a necessidade de se pensar nos *diálogos estabelecidos entre os insurgentes e o Estado*. Há algum tipo de interação entre os grupos? Quais as respostas do Estado às manifestações? Diálogo? Violência? Os insurgentes estão dispostos a esta interação? Essas e outras questões apresentam-se pertinentes para a criação das categorias.

Por fim, aos supracitados interesses geopolíticos, acrescenta-se as *dinâmicas geopolíticas*, pensando, então, as relações estabelecidas naquele momento, o posicionamento do país em nível internacional e as disputas de caráter global.

Fonte: Produzido pela autora.

## **7.4 O abandono da relação sociedade-Estado e a consolidação de um sistema filantrópico internacional**

A intensa participação de ONGs e outras formas de organização do Terceiro Setor nas Jornadas de 2013, abordadas na Parte III, elevou a pauta das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) a outro patamar no cenário nacional. Esse movimento causou grandes impactos no Governo Dilma e na sua relação com a sociedade civil, de forma que, no ano seguinte, a Secretaria-Geral da Presidência da República elaborou um Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). O MROSC, regulamentado pela Lei 13.019/2014 representou a instituição de novas e mais sofisticadas relações entre poder público e OSCs, bem como entendimentos legais e fiscais produzidos no sentido de garantir segurança jurídica para estas organizações. O Marco, de certa forma, atualiza e renova a tendência estabelecida nos governos FHC com a criação das OSs e OSCIPs, no sentido da produção de um ambiente favorável para o crescimento do Terceiro Setor em número e relevância institucional.

A publicação da Lei 13.019/2014 se dá em um momento de grande turbulência política no Governo Federal. Apesar da reeleição de Dilma no pleito de 2014, vivenciava-se um processo de



desaceleração do crescimento econômico e uma sociedade cindida politicamente, na qual sentiam-se grandes reverberações dos movimentos de 2013. Além disso, no plano governamental experienciou-se uma verdadeira paralisação em função da perda de influência do governo no congresso e da crise dos arranjos políticos vigentes. Pouco tempo depois, esse cenário culminou no Golpe de 2016, a partir do qual abandonaram-se os esforços do governo Dilma no sentido de uma reorientação do país para um viés neodesenvolvimentista, em favor da adoção do projeto neoliberal da “Ponte Para o Futuro”, sob Michel Temer. Este processo foi sucedido por uma deterioração das condições sociais, econômicas e de trabalho, corroborando para intensificar a fragmentação social. Como desdobramento, Jair Bolsonaro elegeu-se Presidente no pleito de 2018, dando continuidade ao projeto neoliberal anteriormente proposto. Nesse sentido, a tentativa de reorientação da política econômica e externa, desenvolvida ao longo dos governos petistas, é preponderantemente abandonada. Apesar dos pequenos esforços no sentido do desenvolvimento nacional, o país não retornou a uma situação de endividamento externo, muito em função das reservas cambiais acumuladas. Ainda assim, boa parte dos mecanismos de financiamento internacional contra-hegemônicos, articulados pelo Brasil a partir dos BRICS, dentre outras estratégias, foram minimizados na agenda política nacional.

No governo Temer, a relação com as organizações da sociedade civil, e a participação de forma geral, ganhou outro contorno, tendendo a um retorno do modelo estabelecido nos anos 1990, no qual as políticas sociais se deslocaram das mãos do Estado, sendo pautadas mais diretamente pelos interesses internacionais. Destaca-se, nesse sentido, a tentativa de dissolução de 650 conselhos federais a partir do Decreto 9.759, do governo Bolsonaro, que não atingiu êxito total devido a um posicionamento do Supremo Tribunal Federal que julgou inconstitucional a extinção daqueles instituídos por lei. Outro dado relevante foi a queda do número de Orçamentos Participativos em municípios com mais de 50 mil habitantes de 126 em 2008, para 43 em 2020, conforme levantou Wampler (2022). Ainda para o contexto urbano, pontua-se a gravíssima dissolução do Ministério das Cidades, realizada em 2019, e a consequente suspensão das Conferências Nacionais das Cidades.

Para além do desmonte da participação institucional, o Governo Bolsonaro adotou também uma retórica inflamada em relação à sociedade civil organizada. Respondendo, em grande medida, à radicalização do debate político nacional como um todo, o governo apontava constantemente como inimigos os movimentos sociais organizados e as ONGs. Por outro lado, observa-se, ainda, um Terceiro Setor que se manteve consolidado apesar dos ataques do governo, provavelmente, em função da progressiva regulamentação desta categoria a partir dos anos 1990, como descrito anteriormente. Nesse sentido, enquanto as interfaces sociedade-

estado, que vinham ganhando algum contorno com os governos petistas, deterioraram-se progressivamente, a atuação do Terceiro Setor, tanto de maneira independente do poder público (diretamente em contato com a sociedade), quanto como responsável por funções anteriormente delegadas ao Estado, permaneceu amparada por volumosos financiamentos. De certa forma, vinha sendo criado um nicho de segurança jurídica e garantias financeiras no qual ainda era permitido debater questões caras à sociedade civil<sup>203</sup>.

Se num primeiro momento (sobretudo, durante os governos petistas) vivenciava-se a busca por uma atuação conjunta entre Estado, movimentos sociais, participação institucional e ONGs, a partir da vitória de Bolsonaro no pleito de 2018, observa-se uma oposição radical entre o governo e as demais categorias. Dessa forma, no lugar de uma construção coletiva das questões da sociedade civil, pautada por uma coerência interna inerente a este processo, forma-se formando nichos incomunicantes. Questiona-se, então, se o enfraquecimento do elo Estado-sociedade civil organizada, justificado por uma retórica de soberania nacional, não atuaria em direção oposta criando vulnerabilidades e o conseqüente enfraquecimento do próprio Estado e de sua soberania. Isso porque, observa-se que nesse novo processo, o Estado volta a ser progressivamente suprimido na equação das problematizações e soluções no âmbito da sociedade civil, abrindo espaço para o fortalecimento de relações essencialmente bilaterais estabelecidas entre os financiadores e os movimentos sociais e ONGs<sup>204</sup>. Desta forma, pergunta-se o que de fato esse afastamento significa no âmbito das lutas sociais, tendo em vista que, de maneira geral, o principal (ou único) elo de tais organizações passa a ser aquele com seus financiadores, em muitos casos, grandes fundações globais vinculadas ao capital financeiro transnacional. Se na década de 1990 a dominação se dava pela atuação direta das IFIs sobre o Estado incluindo, estrategicamente, a produção do Terceiro Setor, seria possível dizer, então, em uma forma mais refinada de atuação que centraliza-se não mais na dívida trazendo a sociedade à tira colo, mas que se deita sobre a produção subjetiva como principal mecanismo de poder?

---

<sup>203</sup> Vale ressaltar que os financiamentos internacionais para estas organizações não se iniciam ao final dos governos petistas, mas representam um padrão de financiamento do Terceiro Setor desde sua gênese. Entretanto, o que está sendo pontuado neste momento é um enfraquecimento da participação institucional e um protagonismo atribuído ao Terceiro Setor.

<sup>204</sup> No Brasil, segundo o estudo da Secretaria-Geral da Presidência da República, realizado como parte do processo de formulação do MROSC, a principal forma de financiamento das OSCs são as doações de origem privada, sendo parte significativa delas provenientes da chamada “Cooperação Internacional”, que consiste em agências não governamentais de cooperação, agências governamentais estrangeiras e agências multilaterais estrangeiras (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015, p.127-132).

Nesse sentido, questiona-se também se a participação social não se torna progressivamente restrita àquilo que Harvey (2016) chamou de “filantropia capitalista”, ou seja, uma ação social indissociável da própria atuação empresarial dos entes financiadores das OSCs. O autor faz referência às fundações filantrópicas - como a Fundação Ford, a *Open Society Foundation*, dentre outras - como parte de um “gigantesco negócio”. Isso porque elas representam os “braços sociais” de grandes corporações, nas quais “presidentes de empresas [e] chefes de Estado procuravam respostas com a mão direita para problemas que as outras pessoas presentes na sala tinham criado com a mão esquerda.” (HARVEY, 2016, p. 195).

Questiona-se o enquadramento desse mecanismo naquilo que Chossudovsky (2010) denomina como *fabricação da dissidência*, ou seja, a interferência direta das corporações nos movimentos de luta de forma a controlar suas ações. Segundo o autor, para que seja possível fabricar uma dissidência não é necessário nenhum esforço além de financiá-la. Neste sentido, as elites econômicas, principalmente por meio de suas fundações, fiscalizam e controlam a atuação de várias organizações da sociedade civil que progressivamente têm se tornado dependentes dos financiamentos filantrópicos de forma direta ou indireta. (CHOSSUDOVSKY, 2010, não paginado). Ou seja, essas organizações passam a compor uma rede de filantropia formada por fundações e ONGs espalhadas por várias partes do mundo, na qual circulam financiamentos em diferentes direções, tornando o rastreamento do dinheiro algo desafiador. Desta forma, observa-se que muitos dos ativistas vinculados à organizações da sociedade civil não têm ciência de quem, de fato, os financia e, como lembra Chossudovsky (2010), as ONGs acabam tendo sua manutenção completamente dependente deste tipo de financiamento.

No intuito de ilustrar os mecanismos de fabricação da dissidência, Chossudovsky (2010) traz o Fórum Social Mundial (2001)<sup>205</sup> como um expoente da contradição estabelecida entre ação resistente e financiamento. Herdeiro da Batalha de Seattle (1999), o FSM teve como motivação central o questionamento dos processos de globalização e da conformação de uma nova ordem capitalística. Entretanto, o que grande parte dos ativistas presentes não sabia é que os principais financiadores do encontro eram representantes dessa ordem, com destaque para a Fundação Ford. A contradição entre o financiamento recebido e o mote do movimento leva a questões fundamentais a respeito do intuito e das estratégias das fundações ao depositarem dinheiro naquilo que, de alguma forma, se voltaria contra elas mesmas. O autor aponta para duas estratégias embutidas nesse processo. A primeira diz respeito ao papel ambivalente de grande parte dos líderes progressistas que, devido à sua relação estreita com atores centrais dos redutos

---

<sup>205</sup> O FSM será apresentado na seção 9.1.1 *A multidão em gestação: insurgências de 1990 a 2007*.

internos de poder, acabavam deixando de cumprir partes fundamentais de seus compromissos com as bases sociais que representavam. Já a segunda, diz respeito ao formato do evento que, segundo Chossudovsky (2010) se deu de maneira estrategicamente fragmentada. Isso porque, para o autor, compartimentar a dissidência é um dos principais métodos para que se evite a emergência de um movimento de massa coeso e que de fato possa ameaçar as bases do Império. Ou seja, ao criar diversos Grupos de Trabalho abordando diferentes temas de forma seccionada, o FSM viu seu objetivo primeiro de luta antiglobalização reduzido, naquele momento, a pequenos e ineficientes nichos de discussão. (CHOSSUDOVSKY, 2018).

Assim, cada vez mais, essa *rede filantrópica internacional* encarrega-se da estruturação das diversas formas de ação social, determinando - não com ordens diretas, mas sim a partir de condicionalidades em seus financiamentos - a compartimentalização dos movimentos, os meios de atuação e, no limite, até as pautas. Com isso, o próprio sentido das resistências e do *insurgir-se* é colocado em jogo, imbricando a subjetividade dos atores sociais como um ativo neste complexo e rentável sistema de financiamentos. A partir desta simbiose entre o capital financeiro internacional e as redes da filantropia, questiona-se se a configuração dessa *rede financeiro-filantrópica internacional* não representaria uma avançada face do que Guattari e Rolnik (2011) chamaram de CMI. Ou seja, a complexa compreensão e captura dos métodos e pautas das lutas, a partir dos editais de financiamentos filantrópicos, seriam uma sofisticada peça da “imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 47-48).

**Quadro 27 - Categoria analítica seção 7.4 O abandono da relação sociedade-Estado e a consolidação de um sistema filantrópico internacional**

**TEMAS DE REFERÊNCIA**

- Financiamento;
- Visualização da Rede Filantrópica;
- Atores estrangeiros envolvidos.

Nesta seção é possível observar novamente (agora em caráter mais conclusivo) a necessidade de “seguir o dinheiro” para compreender os mecanismos de dominação e produção de subjetividades e dissidências. Assim, declara-se, mais uma vez, ser preciso contemplar a questão do *financiamento* como compreensão do modo de atuação do capitalismo global frente aos levantes. Junto a esse processo, destaca-se a necessidade de *visualização da Rede Financeiro Filantrópica* a fim de compreender suas dinâmicas, bem como os principais *atores humanos coletivos e individuais* envolvidos, dando destaque, neste momento, aos *atores estrangeiros*.

Fonte: Produzido pela autora.

## 7.5 Aproximação cartográfica da rede financeiro-filantrópica internacional

Observando a grande ingerência da abordada rede filantrópica na organização da sociedade civil e sua posição em relação ao Estado, observou-se a necessidade de uma aproximação empírica com essa realidade visando ampliar e aprofundar a compreensão das dinâmicas de dominação subjetiva e prática de organizações internacionais vinculadas ao Império sobre ações aparentemente resistentes realizadas no Sul-Global. A existência de um grupo de organizações filantrópicas ligadas ao capital financeiro internacional, conforme apontado por Harvey (2016), fomentou o desejo de compreensão da rede à qual essas organizações pertencem e foi um ponto de partida para a realização dessa cartografia experimental. Além disso, a existência de uma fabricação da dissidência através de financiamentos, como coloca Chossudovsky (2010), fortalece a necessidade do rastreamento do capital circulante nessas relações, sendo ele a peça central desse jogo de forças. Assim, mesmo que em fase de investigação, optou-se por apresentar, nessa seção, os resultados preliminares desse processo cartográfico indicando, não só a compreensão da primordialidade de ampliação da investigação para suas bases factíveis, mas também, a reafirmação do posicionamento marxiano da necessidade de compreender as origens dos investimentos para que, assim, seja possível entender do que realmente se tratam as ações.

Em relação ao conteúdo específico dessa tese, destaca-se a presença de diversos atores que, de alguma forma, se realcionaram com as Jornadas de Junho de 2013 e receberam financiamento dessas fundações antes, durante ou depois das insurgências<sup>206</sup>. Além disso, demonstra-se, tendo como base de análise apenas duas fundações (*Ford Foundation* e *Open Society Foundation*) a forma como a rede filantrópica internacional se alastra pelo território Brasileiro produzindo se apropriando das supostas ações progressistas - o que inevitavelmente se apresentará ainda mais impactante quando ampliadas as agências investigadas. Destaca-se, nesse sentido, o supracitado papel assumido pelas ONGs<sup>207</sup> nesse processo que, indubitavelmente amplia e potencializa a atuação da rede. Questiona-se, de antemão, as intenções e os impactos desses financiamentos em larga escala para a realidade dos brasileiros e suas cidades.

Para a realização desse experimento cartográfico foi desenvolvido um método de pesquisa que visa contemplar as indagações geradas a partir desse contexto, buscando o

---

<sup>206</sup> Alguns casos estarão descritos em nota de rodapé ao longo do platô 9 *As Jornadas de Junho de 2013 e a multidão no Brasil*.

<sup>207</sup> Nesse ponto é preciso rememorar o alerta de Hardt e Negri (2014) de que as ONGs, muitas vezes, funcionam como braços do Império.

entendimento dos desdobramentos desse esquema no território brasileiro. Em termos metodológicos, atentou-se ao aspecto da transescalaridade com o objetivo de identificar nas microescalas as reverberações que os grandes movimentos globais transmitem, assim como o inverso. A pesquisa e a sistematização dos dados levantados propõem uma decomposição em camadas do jogo de grandezas que se imbricam na forma de uma complexificação da realidade.

Partindo desse pressuposto, buscou-se traçar um levantamento dos dados disponibilizados pelas organizações filantrópicas que foram consideradas centrais no decorrer da pesquisa acerca dos financiamentos de projetos atuantes no Brasil<sup>208</sup>. Dessas fontes foram colhidas as datas dos subsídios, o montante doado, as localizações dos projetos favorecidos, bem como uma breve descrição da fundação financiadora sobre a destinação dos recursos. Como desdobramento da linha de investigação, os sites das organizações donatárias também serviram de fontes de informação para o estudo. Deles foram extraídos breves descrições de cada organização sobre suas pautas mais predominantes, bem como seus principais antagonistas e instituições parceiras. Outras fontes de financiamento dessas organizações foram ainda registradas, para cruzamento posterior das informações. Todos esses dados foram sintetizados em planilhas, com um modelo desenvolvido durante a investigação, voltado para uma sistematização mais eficaz e posterior confecção de gráficos que permitem a compreensão da relação das organizações estudadas.

Para dar início ao experimento cartográfico a Fundação Ford (FF) foi escolhida, principalmente tendo em vista as denúncias de Chossudovsky (2018) do financiamento realizado para o FSM, sendo indicada como organização ícone tanto na realização da dissidência fabricada, quanto em demais projetos de dominação subjetiva para a criação da rede financeiro filantrópica internacional. A partir de sua análise foi observada uma forte conexão com a *Open Society Foundation*, o que justificou a continuação da investigação por esse caminho. Posteriormente, mas ainda não finalizada, foi iniciada uma pesquisa a respeito da OAK, com a mesma justificativa da escolha anterior. O critério seguirá para a escolha das demais agências.

Tendo em vista que a pesquisa ainda está sendo desenvolvida e conta com um método processual e aberto, destaca-se a possibilidade de realização de alterações ao longo do percurso investigativo. Desta forma, assim como explicitado anteriormente, as análises aqui expostas não correspondem a uma verdade totalizante a respeito das organizações investigadas, mas pistas e questionamentos de um percurso cartográfico constante.

---

<sup>208</sup> Contando que ainda se trata de uma análise em andamento, iniciou-se o processo com duas organizações, mas indica-se continuidade a partir daquelas que forem se destacando ao longo da cartografia.

A partir dos discursos ligados a cada financiamento, presentes nos sites das fundações investigadas, foi criada uma categorização de eixos temáticos que condensa as pautas de atuação e interesses das referidas organizações em 4 grandes grupos: (i) **Sociedade Aberta** - que inclui temas como combate à corrupção, governo aberto, democracia direta, liberdade de imprensa, criação de redes, imparcialidade e participação; (ii) **Direitos Humanos** - que diz respeito a assuntos ligados a liberdades individuais, direito de minorias, defesa de comunidades sub representadas, direito à cidade e desarmamento; (iii) **Política Pública** - que engloba temas como a saúde pública, educação, combate à pobreza e segurança pública; (iv) **Ambientalismo** - com pautas voltadas ao clima, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e descriminalização da maconha, como representado na Quadro 28. Tal estratégia foi implementada pela necessidade de se enquadrar os temas sobre um mesmo molde investigativo, permitindo que os dados pudessem ser diretamente comparáveis, uma vez que cada organização apresenta uma divisão própria de pautas conforme seus ideais. Essa categorização serve como base para o rastreamento do financiamento de narrativas e da identificação do movimento da produção de dissidência ao longo dos anos de atuação de cada fundação. Além disso, o rastreamento desses dados possibilita a identificação das pautas que recebem maior montante de capital em determinados períodos, a regularidade das doações e, ademais, a quantidade de dinheiro injetada em cada frente de ação do Terceiro Setor.

**Quadro 28 - Pautas para análise dos financiamentos das Fundações imbricadas na rede financeiro-filantrópica internacional**

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Sociedade Aberta/ Sociedade Civil/ Open Government/ Cidade Aberta	Combate à corrupção imparcialidade / justiça social
	Governo Aberto rede / articulação organizacional
	Democracia direta / participação modelo de sociedade / cidade
	Liberdade de imprensa
Direitos Humanos / Liberdades Individuais	Indígenas / pautas urbanas defesa de comunidades subrepresentadas
	Feminismo / direito a cidade direito a moradia / direito a terra
	Combate ao racismo desarmamento / cultura
	LGBTQIAPN+ direitos de minorias
Ambientalismo	Clima / Sustentabilidade
	Maconha
Política Pública	Saúde pública
	Educação
	Combate à pobreza Segurança pública

Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Assim, adotou-se enquanto uma “pista” para o início das investigações os apontamentos de Chossudovsky (2018) a respeito do financiamento do Fórum Social Mundial de 2001, que teve a FF como um dos principais mantenedores. Criada em 1936 por Henry Ford e inicialmente ligada à Ford Motor Company, a FF tem usado seu montante para subsidiar diversos projetos de promoção da democracia, redução do racismo e da pobreza. (FUNDAÇÃO FORD, 2021). Entretanto, o perfil de seus financiamentos, mediadores da relação sociedade civil-Estado em diversos países, não distancia a organização dos interesses do capital financeiro internacional. Como lembra Chossudovsky (2018, não paginado), McGeorge Bundy, Conselheiro de Segurança Nacional dos Presidentes John F. Kennedy e Lyndon Johnson (1961-1966) e Presidente da Fundação Ford entre 1966 e 1979, afirma que as ações realizadas pela FF tem como finalidade



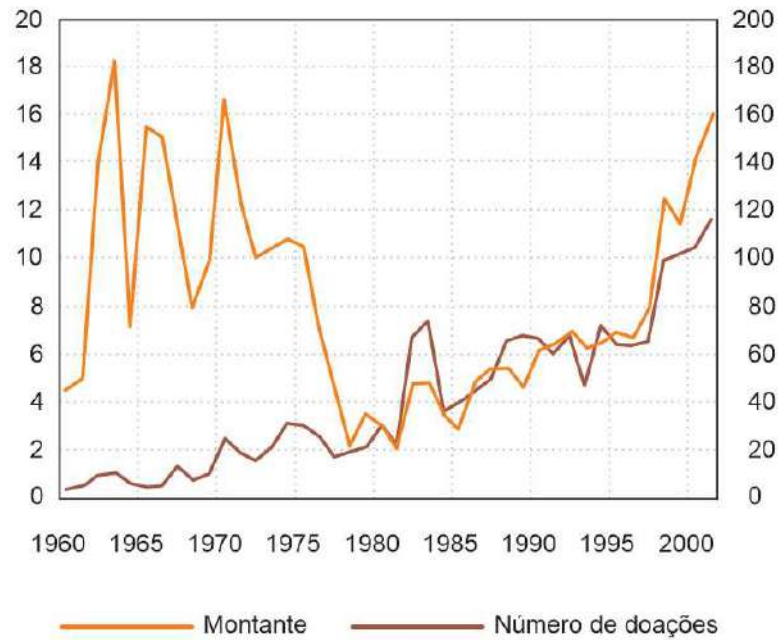
“tornar o mundo seguro para o capitalismo” e, portanto, atuam no sentido de reduzir os conflitos proporcionando “válvulas de segurança aos irados e melhorando o funcionamento governamental”.

No Brasil, a FF iniciou suas atividades em 1962, com a criação do seu primeiro escritório no Rio de Janeiro. A priori a organização mantinha laços estreitos com agentes estatais, financiando projetos ligados à reforma educacional, meio ambiente e saúde reprodutiva. Na época, os alvos de recurso eram as principais universidades e centros de pesquisas públicas do país, como a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que representavam 28 dos 50 maiores donatários de 1960 a 2001, concentrando 72% dos mais de 234 milhões de dólares injetados nesse período. (BROOKE, 2002).

De 1960 ao final da década de 70, o financiamento se mantinha com um alto montante concentrado em poucas instituições. Após um declínio entre 1976 e 1984, houve uma mudança de direção do escoamento de recursos, pois a Fundação se despreendeu das instituições públicas e se voltou às Organizações da Sociedade Civil. Assim, fragmentou-se o volume de financiamentos à medida que reaqueceu exponencialmente a injeção de investimentos, estimulando o desenvolvimento do Terceiro Setor, conforme exposto nos Gráficos 1 e 2.

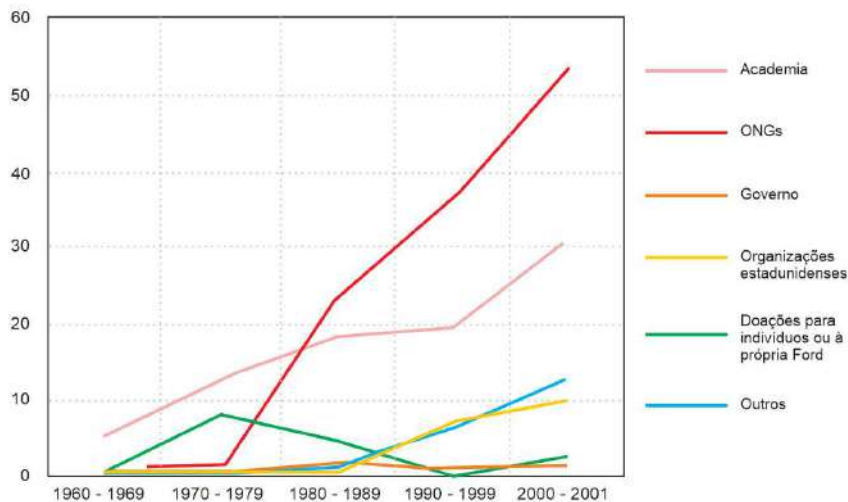
Esse processo de fragmentação dos investimentos se desenha com maior intensidade nas décadas seguintes. Porém, ainda são mantidos laços com os principais centros de pesquisa do país, como da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Fundação Getulio Vargas (FGV), ainda que em menor escala.

**Gráfico 1 - Montante doado x número de doações por ano da Fundação Ford no Brasil (1960-2001)**



Fonte: BROOKE (2002) - adaptado pelos membros do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

**Gráfico 2 - Montante de doações por década por tipo de organização pela Fundação Ford no Brasil (1960-2001)**



Fonte: BROOKE (2002) - adaptado pelos membros do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

No site da FF, é possível encontrar um extenso histórico de todos os seus financiamentos a partir do ano de 2006 no Brasil e no mundo (conforme indicado na Figura 9), o que proporcionou

uma base robusta para a análise não só do montante em circulação no Brasil a partir desse período, mas também de demais detalhes que pudessem mostrar diferentes aspectos dessas doações. Dessa forma, com os dados disponibilizados pela Fundação em seu website, o método descrito anteriormente foi aplicado, resultando na construção de uma série de grafos e diagramas que esquematizam o caráter das transações ocorridas no período entre 2006 a 2019<sup>209</sup>, que serão analisados a seguir.

**Figura 9 - Captura de tela da seção do site da Fundação Ford dedicada ao histórico de financiamentos**

817 grants to 264 grantees totaling \$190,335,675 between 2006 and 2019

About these results | Download these grants | Download all grants since 2006

GRANTEE	YEAR	AMOUNT	REGION	PROGRAM	TOPICS	TYPE
Current Filters CLEAR ALL	'06 - '19	\$0 - \$30,000,000	1 of 11 regions	9 of 9 programs	12 of 12 topics	3 of 3 types
ABPN - Brazilian Association of Black Researchers	2009	\$200,000	Brazil	Beyond Current Program Structure	Education and scholarship	
ABPN - Brazilian Association of Black Researchers	2013	\$99,775	Brazil	Beyond Current Program Structure	Civil and Human Rights; Education and scholarship	
ABRASCO - Brazilian Association of Black Researchers	2006	\$761,480	Brazil	Beyond Current Program Structure	Education and scholarship; Government policy	

Fonte: ([Grants All / Ford Foundation](#)) adaptado pelos membros do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

A Figura 10 permite um vislumbre das ações da FF ao trazer os nomes das organizações que foram financiadas entre 2006 e 2019. O tamanho do tipo no qual se desenha o nome da instituição ilustra a quantidade de vezes que determinada entidade recebeu recursos - independentemente da quantia. Para além do total doado, a constância do contato entre as instituições brasileiras e a referida estadunidense também é um forte indicativo do interesse internacional nas pautas que tais instituições defendem.

<sup>209</sup> Tendo em vista que a pesquisa se iniciou no ano de 2019, esta foi a data utilizada como referência para análise dos dados e produção deste artigo. Ressalta-se que haverá uma continuidade nos processos investigativos possibilitando novas análises ao longo do tempo.



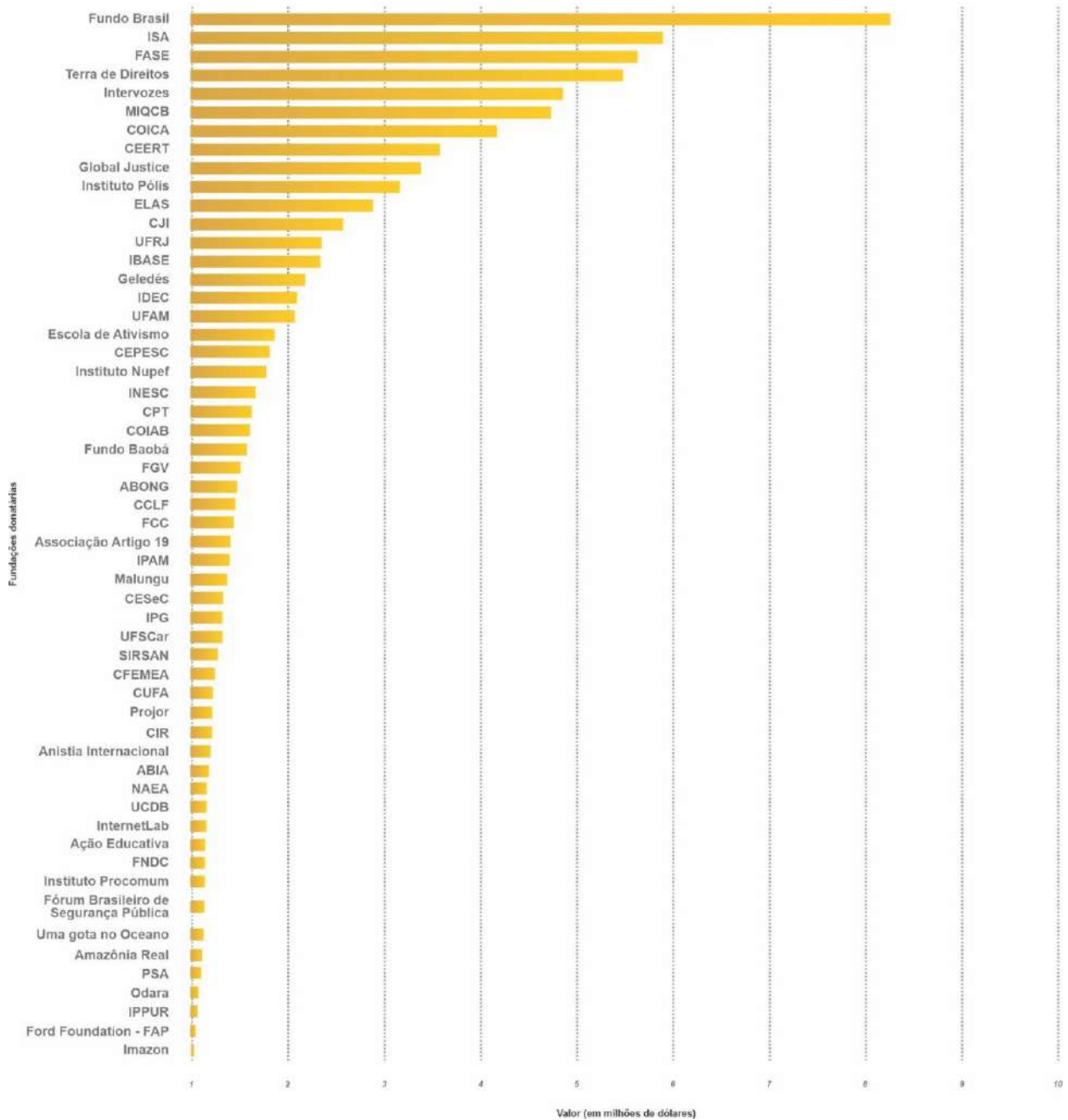
**Figura 11 - Concentração geográfica de investimentos**

Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

Buscou-se, ainda, identificar entre todas as entidades financiadas aquelas que receberam um montante igual ou superior a um milhão de dólares durante o período de 2006-2019. Dessa forma, o Gráfico 3 elucida os maiores donatários (55) e o volume de subsídios recebidos, segundo dados disponibilizados pela própria FF. Vale destacar a perda de protagonismo das instituições de ensino e pesquisas públicas, em decorrência da ascensão de ONGs e, principalmente, das fundações de distribuição.

**Gráfico 3 - Instituições que receberam mais de 1 milhão de dólares da Fundação Ford, levando em conta os financiamentos de 2006 a 2019**

**Financiamentos maiores que 1 milhão de dólares  
Fundação Ford (2006 - 2019)**



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.<sup>210</sup>

<sup>210</sup> <sup>210</sup> As organizações que receberam financiamento da FF entre 2006 e 2019, conforme indicado pelo gráfico acima, serão listadas apresentando o montante recebido seguido de seu site, para que o leitor



Ademais, a divisão de pautas<sup>211</sup> em categorias proporcionou a criação de gráficos que além de ilustrarem as temáticas mais financiadas, permitem um vislumbre dos discursos que a própria FF atrela a cada um dos aportes monetários. De acordo com a categorização adotada pela pesquisa, o Gráfico 4 apresenta a proporcionalidade de financiamento recebido por instituições (até 2019) que defendem cada um dos supracitados grupos de pautas. Dessa forma, observa-se ao longo de todo o tempo uma preponderância das pautas vinculadas à sociedade aberta e aos direitos humanos. Por outro lado, políticas públicas e pauta ambiental apresentam-se menos relevantes durante todo o cenário, com um ligeiro incremento a partir de 2016.

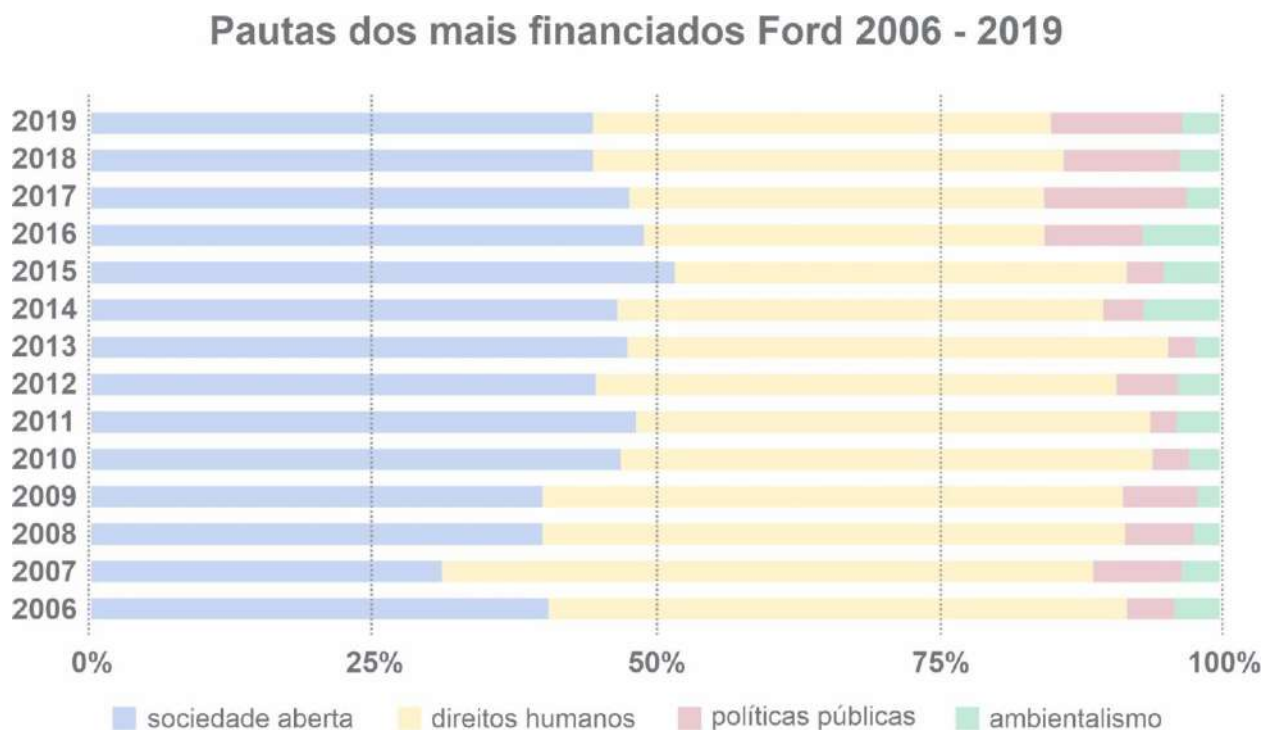
---

possa acessar informações como principais pautas, áreas de atuação, parceiros e demais financiadores: : Fundo Brasil - \$8,121,250.00 <https://www.fundobrasil.org.br/>; ISA - \$5,946,800.00 <https://www.socioambiental.org/>; FASE - \$5,629,047.00 <https://fase.org.br/pt/>; Terra de Direitos - \$5,490,000.00 <https://terradedireitos.org.br/>; Intervezes \$4,790,904.00 <https://intervezes.org.br/>; MIQCB - \$4,730,000.00 <https://www.miqcb.org/>; COICA - \$4,097,534.00 <https://coicamazonia.org/>; CEERT - \$3,518,100.00 <https://www.ceert.org.br/>; Global Justice - \$3,223,695.00 <http://www.global.org.br/>; Instituto Pólis - \$3,114,434.00 <https://polis.org.br/>; ELAS - \$2,951,680.00 <https://fundosocialelas.org/>; CJI - \$2,597,995.00 <https://www.cjifund.org/>; UFRJ - \$2,279,968.00 <https://ufrj.br/>; IBASE - \$2,269,986.00 <https://ibase.br/>; Geledés - \$2,141,873.00 <http://www.geledes.org.br/>; IDEC - \$2,037,180.00 <https://idec.org.br/>; UFAM - \$2,028,074.00 <https://ufam.edu.br/>; Escola de Ativismo - \$1,908,000.00 <https://escoladeativismo.org.br/>; CEPESC - \$1,850,000.00 <https://cepesc.org.br/>; Instituto Nupef - \$1,812,492.00 <https://nupef.org.br/>; INESC - \$1,700,000.00 <https://www.inesc.org.br/>; CPT - \$1,662,611.00 <https://www.cptnacional.org.br/>; COIAB - \$1,638,441.00 <https://coiab.org.br/>; Fundo Baobá - \$1,610,359.00 <https://baoba.org.br/>; FGV - \$1,608,372.00 <https://portal.fgv.br/>; ABONG - \$1,570,000.00 <https://abong.org.br/>; CCLF - \$1,549,948.00 <http://cclf.org.br/>; FCC - \$1,549,860.00 <https://www.fcc.org.br/fcc/>; Associação Artigo 19 - \$1,485,000.00 <https://artigo19.org/>; IPAM - \$1,475,992.00 <https://ipam.org.br/pt/>; Malungu - \$1,447,287.00 <https://malungu.org/>; CEsEC - \$1,400,000.00 <https://www.cesec.org.br/>; IPG - \$1,393,000.00 <http://www.ipg.org.br/carta/lan/br/>; UFSCar - \$1,391,186.00 <https://www.ufscar.br/>; SIRSAN - - \$1,333,699.00 <http://www.sindicatouraldesantarem.com.br/>; CFEMEA - - \$1,300,000.00 <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/>; CUFA - \$1,275,000.00 <https://cufa.org.br/>; Projor - \$1,267,811.00 <https://www.projor.org.br/>; CIR - \$1,264,906.00 <https://www.cir.org.br/>; Anistia Internacional - \$1,245,000.00 <https://anistia.org.br/>; ABIA - \$1,227,153.00 <https://abiaids.org.br/>; NAEA - \$1,199,987.00 <http://www.naea.ufpa.br/>; UCDB - \$1,197,473.00 <https://site.ucdb.br/>; InternetLab - \$1,197,000.00 <http://internetlab.org.br/pt/>; Ação Educativa - \$1,181,094.00 <https://acaoeducativa.org.br/>; FNDC - \$1,176,581.00 <https://www.fndc.org.br/>; Instituto Procomum - \$1,174,975.00 <https://www.procomum.org/>; Fórum Brasileiro de Segurança Pública - \$1,169,759.00 <https://forumseguranca.org.br/>; uma gota no oceano - \$1,160,000.00 <https://umagotanooceano.org/>; Amazônia Real - \$1,142,870.00 [amazoniareal.com.br](http://amazoniareal.com.br/); PSA - \$1,130,000.00 <https://saudeealegria.org.br/>; Odara - \$1,100,000.00 <https://institutoodara.org.br/>; IPPUR - \$1,087,870.00 <https://ippur.com.br/>; FAP - \$1,065,647.00; Imazon - \$1,004,871.00 <https://imazon.org.br/>.

<sup>210</sup> Destaca-se que, muitas vezes, as organizações financiadas apresentam mais de uma pauta, sendo todas contempladas na análise das proporcionalidades.

<sup>211</sup> Destaca-se que, muitas vezes, as organizações financiadas apresentam mais de uma pauta, sendo todas contempladas na análise das proporcionalidades.

**Gráfico 4 - Proporção das doações anuais em relação às pautas pré categorizadas na pesquisa. As porcentagens foram obtidas analisando as descrições fornecidas pela Ford em relação a cada financiamento**



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

As Figuras 12, 13 e 14 representam nominalmente as pautas defendidas pelas organizações que receberam os financiamentos de acordo com as descrições obtidas em seus próprios sites.<sup>212</sup> Além disso, as pautas são categorizadas em cores, segundo a mesma divisão exposta anteriormente. Vale ressaltar que foram produzidas nuvens referentes a todos os anos de 2006 a 2019, entretanto, encontram-se aqui reproduzidas apenas as dos anos mais emblemáticos para as análises: (i) a do ano de 2006 (NUVEM DE PALAVRAS 2) - o período mais antigo no que se refere aos registros da Ford; (ii) a do ano de 2013 (NUVEM DE PALAVRAS 3), que além de estar próximo à metade do período estudado, ainda representa um ano de importantes mudanças no cenário político brasileiro devido ao acontecimento das Jornadas, e, por fim (iii) a do ano de 2019 (NUVEM DE PALAVRAS 4), quando se inicia a pesquisa e, portanto o último ano incluído nos dados levantados.

<sup>212</sup> Nas nuvens de palavras (FIGURAS 12, 13 E 14) as instituições analisadas foram as que receberam mais de um milhão de dólares e as cores escolhidas estão de acordo com a categorização das pautas.



Figura 12 - Financiamentos realizados pela Fundação Ford em 2006



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Figura 13 - Financiamentos realizados pela Fundação Ford em 2013



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Figura 14 - Financiamentos realizados pela Fundação Ford em 2019



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Ao analisar essas Nuvens de Palavras observa-se algumas tendências de modificação de pautas e narrativas dentre as principais reivindicações do Terceiro Setor apoiadas pela FF.<sup>213</sup> Assim, serão apresentadas, nesse momento, as inquietações mais latentes advindas desta etapa da cartografia. A primeira delas é, assim como observado no Gráfico 4, a prevalência em todos os anos levantados dos temas relacionados a “Sociedade Aberta” e “Direitos Humanos”. Ademais, observa-se, entre as nuvens de 2006 e 2013, um aumento da diversidade das pautas, indicando a continuidade da tendência observada de fragmentação dos financiamentos. Enquanto isso, entre 2013 e 2019, observa-se uma diversificação das categorias levantadas, com maior presença dos temas “Políticas Públicas” e “Ambientalismo”. Nas três nuvens é possível identificar uma grande presença da palavra “Direito”; um declínio progressivo da palavra “Desenvolvimento”; um crescimento de “Cidade” em 2013; uma ampliação de “Mídia”, “Rede” e

<sup>213</sup> Sabe-se que a amostra de apenas uma fonte de financiamentos é insuficiente para que sejam tomadas conclusões substanciais sobre o processo como um todo, entretanto, tendo em vista a relevância e a amplitude dos financiamentos advindos da FF, entende-se que, a partir dessa análise inicial, seja possível levantar inquietações e questionamentos que irão se multiplicando com o desenrolar cartográfico e a investigação de outras organizações que compõem a rede financeiro filantrópica internacional, trazendo pontos de luz à pesquisa como um todo.

“Digital” em 2019; e uma escalada de relevância de palavras como “Gênero”, “Raça”, “Mulheres”, etc.

É possível observar que, tanto as organizações, quanto as pautas financiadas pela FF tem boa dispersão territorial e representam grandes pólos de discussão de temas caros à sociedade civil e ao debate urbanístico na atualidade. Esse fato é elucidativo da dinâmica apontada anteriormente da criação de um “ambiente seguro” no âmbito do Terceiro Setor para organização da sociedade civil em detrimento da participação institucional. Nesse sentido, observa-se a emergência de algumas questões. A maior restrição de pautas no ano de 2006 poderia indicar uma certa coesão entre a atuação da sociedade civil e a ação governamental, conforme hipótese levantada neste texto? A prevalência neste mesmo ano de palavras como “Desenvolvimento”, “Acesso”, “Pública”, “Assistência”, etc, pode ser entendida como parte desta coesão? No mesmo sentido, a redução significativa da pauta “Desenvolvimento” nas duas nuvens seguintes pode ser entendida como um sintoma de modificação do discurso da sociedade civil que deixa de lado temas vinculados à soberania nacional, ao trabalho e à industrialização, voltando-se para questões majoritariamente identitárias, ambientalistas e relacionadas aos direitos humanos e à sociedade aberta? Já no caso de 2013, a emergência de “Cidade” no ano das Jornadas de Junho confirmaria a hipótese da questão urbana como um dos principais pontos de inflexão política relacionados ao levante? Naquele mesmo ano, a ampliação significativa do número de pautas pode ser um fenômeno relacionado aos novíssimos movimentos sociais que tendem a aumentar em número e diferenciação as pautas identitárias e por direitos, já presentes nas reivindicações dos novos movimentos? Além disso, o crescimento do número de narrativas vinculadas a políticas públicas a partir do ano do Golpe de 2016 poderia indicar um fortalecimento de uma lógica de substituição do Estado por parte do Terceiro Setor?

Em um sentido mais amplo, o que se pode pensar a respeito da preponderância de “Direitos” em todas as nuvens? Sabe-se que, conforme abordado anteriormente, a conformação do Império em Hardt e Negri (2014) é pautada preponderantemente por mecanismos jurídicos e morais. Esses mecanismos se fazem valer tanto pela ação direta de instituições supranacionais, quanto por estratégias de produção de subjetividade, para as quais, a consolidação de narrativas passa a ser uma ferramenta fundamental. Está sendo experimentado um tempo de juridificação da vida que pode ser facilmente exemplificado, no caso brasileiro, com questões como o aumento progressivo da importância do Poder Judiciário. Questiona-se, então, se a reverberação dessas pautas ao longo dos anos por organizações financiadas diretamente por mecanismos transnacionais, não poderia ser compreendida como um direcionamento para a formação de uma univocidade global em torno de uma mesma concepção de democracia, direito e sociedade. Seria

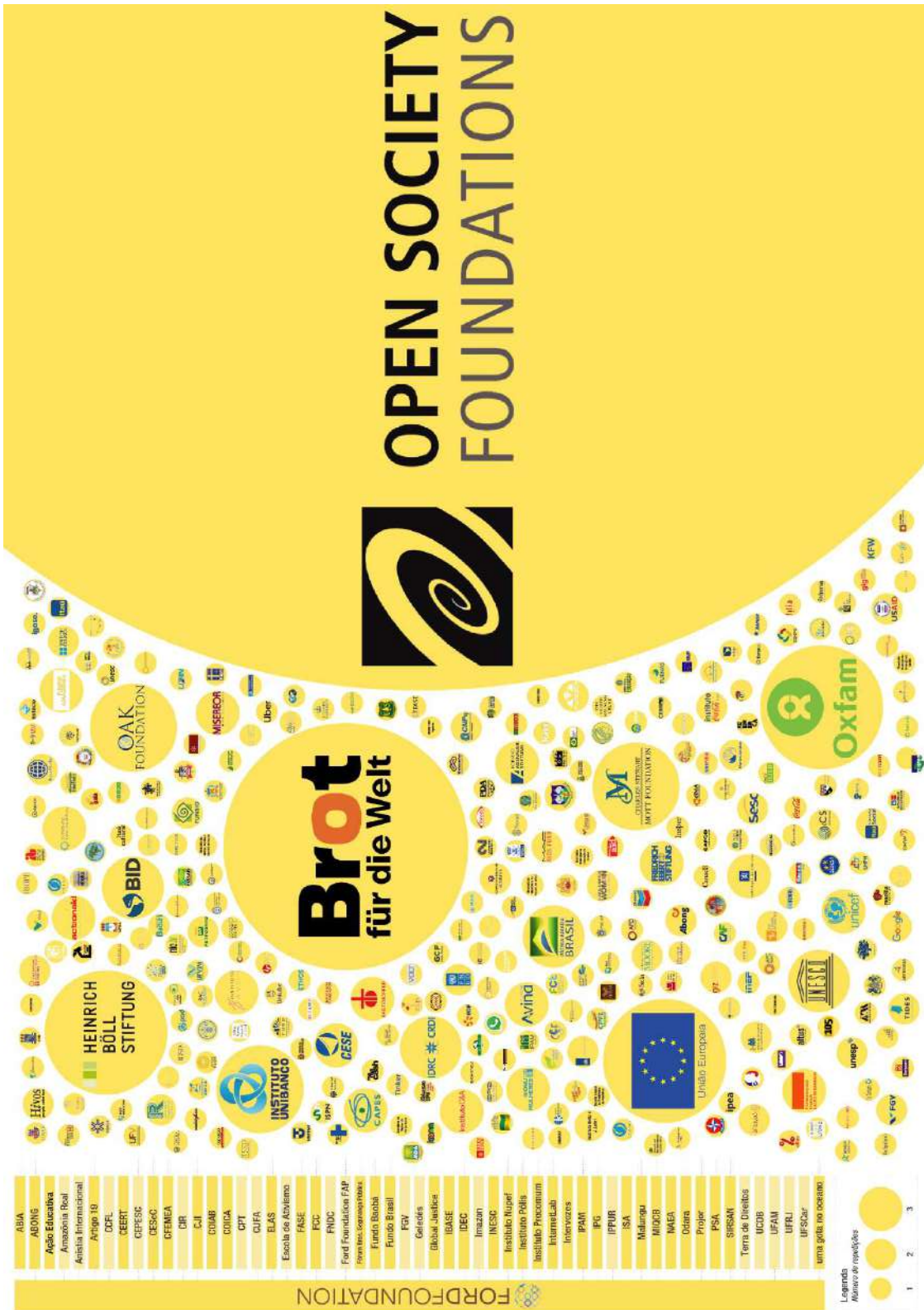
esse um indício de uma consonância com valores emergentes nas lógicas globais de dominação consolidadas na década de 1990? Além disso destaca-se, no seio dos movimentos sociais, a consolidação do “direito a ter direitos” como o principal elemento reivindicatório a partir dos anos 1970-1980 com a emergência dos novos movimentos. Seria essa a camada subjetiva fundamental para a conformação dessa justiça internacional que rege o Império com base, predominantemente, nas narrativas dos “Direitos Humanos” que subsidia, por exemplo, as inúmeras ações coordenadas pela ONU “em nome da paz”?

A presença dessas inquietações compõe passos iniciais da cartografia em desenvolvimento, tendo em vista que a possibilidade de construção de um léxico global único só faz sentido se a produção de subjetividades for pensada como uma ferramenta de construção de narrativas a serem propagadas por diferentes atores organizados em rede. Nesse sentido, não se faz suficiente investigar apenas os fomentos realizados por uma Fundação, mas compreender a complexa rede de financiamentos filantrópico-internacional que se forma por meio de um fluxo financeiro multidirecional. Fez-se necessário, então, olhar um pouco mais de perto como se forma este sistema, a fim, não só de compreendê-lo em sua complexidade, mas também de obter indicativos sobre qual seria a próxima Fundação a ser investigada.

A exposição dos dados da FF em seu website permitiu não só a construção de uma tradução gráfica sobre o seu próprio comportamento, mas representou um importante passo na descoberta de mais partes que compõem a rede de filantropia internacional. O registro das outras instituições para além da FF que em determinado momento financiaram alguma das organizações donatárias - denominadas de acordo com o método de instituições “co-financiadoras” - resultou também em um produto diagramático (FIGURA 15). Mais que uma coincidência de financiamentos, o produto demonstra uma confluência de interesses frisados pelos co-financiamentos, fortalecendo e desenhando com mais clareza a rede de filantropia internacional. A escala dos círculos representa a quantidade de financiamentos em comum que determinada instituição tem com a FF.



Figura 15 - Co-financiamentos da Fundação Ford. A escala dos círculos representa a quantidade de financiamentos em comum que determinada instituição tem com a Fundação Ford



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

Observa-se a existência de uma série de outras fundações filantrópicas globais que co-financiam projetos amparados pela Ford (*Open Society Foundations, Brot für die Welt, Heinrich Böll Stiftung, Oxfam, Oak Foundation*, dentre outras), demonstrando a "redundância" na atuação destas organizações. Além disso, é possível perceber, ainda que em menor escala, a presença de agências governamentais estrangeiras (USAID, União Europeia, Embaixada da Noruega, dentre outros), IFIs (BID), instituições ligadas ao mercado financeiro ("Fundação Itaú Social", "Itaú Cultural", "Itaú", etc.) e mesmo organiza es filantrópicas e ONGs nacionais como co-financiadoras da FF. Em alguns casos, ONGs que recebem financiamento da FF co-financiam ao lado desta funda o outros projetos amparados por ela. Este movimento elucida a organiza o rizomática desta rede filantrópica que, por mais que conte com nós "maiores", não funciona a partir de um fluxo unidirecional. Naturalmente, salienta-se o protagonismo na rede apresentado pela *Open Society Foundation (OSF)*, fundada pelo bilionário húngaro George Soros, que acabou direcionando o percurso cartográfico para a investiga o desta funda o.

George Soros nasceu em 1930, na Hungria, onde enfrentou junto a sua família (de origem judaica) as arbitrariedades da ocupa o nazista entre 1944 e 1945. Após emigrar para a Inglaterra (e, posteriormente, para os EUA), Soros se inicia na carreira de investidor, criando um dos fundos de investimento mais relevantes de todo o mundo, tendo sido inclusive o responsável pela quebra de algumas bolsas de valores na década de 1990. Como resultado de sua afinidade com o filósofo alemão Karl Popper, Soros cria em 1993 a OSF que, segundo a defini o do próprio site da funda o, reflete os valores expressos por Popper em seu livro *Open Society and Its Enemies*:

Nenhuma filosofia ou ideologia   o árbitro final da verdade, e as sociedades apenas podem florescer quando permitem a governança democrática, a liberdade de expressão e o respeito aos direitos individuais - uma abordagem que está no cerne do trabalho da *Open Society Foundations*. (*Open Society Foundation*, 2021. Traduzido pelos autores).

Essa abordagem reflete, em grande medida, valores inerentes   consolida o Imperial, no sentido da consagra o das democracias liberais capitalistas como regime social "vitorioso" ao final do século XX. Segundo alguns autores, a OSF   responsável por investir em diversos grupos ativistas envolvidos com levantes responsáveis pela reconfigura o geopolítica do mundo no pós-guerra fria. A exemplo, Bandeira (2016) indica uma rela o direta entre a Funda o e a Revolu o Laranja e o Euromaidan, ocorridos na Ucrânia (2005, 2014), responsáveis por aproximar o país do espectro político e militar da União Europeia e da OTAN em detrimento da Rússia. Além desses exemplos, tendo em vista a complexa rede filantrópica de investimentos, há

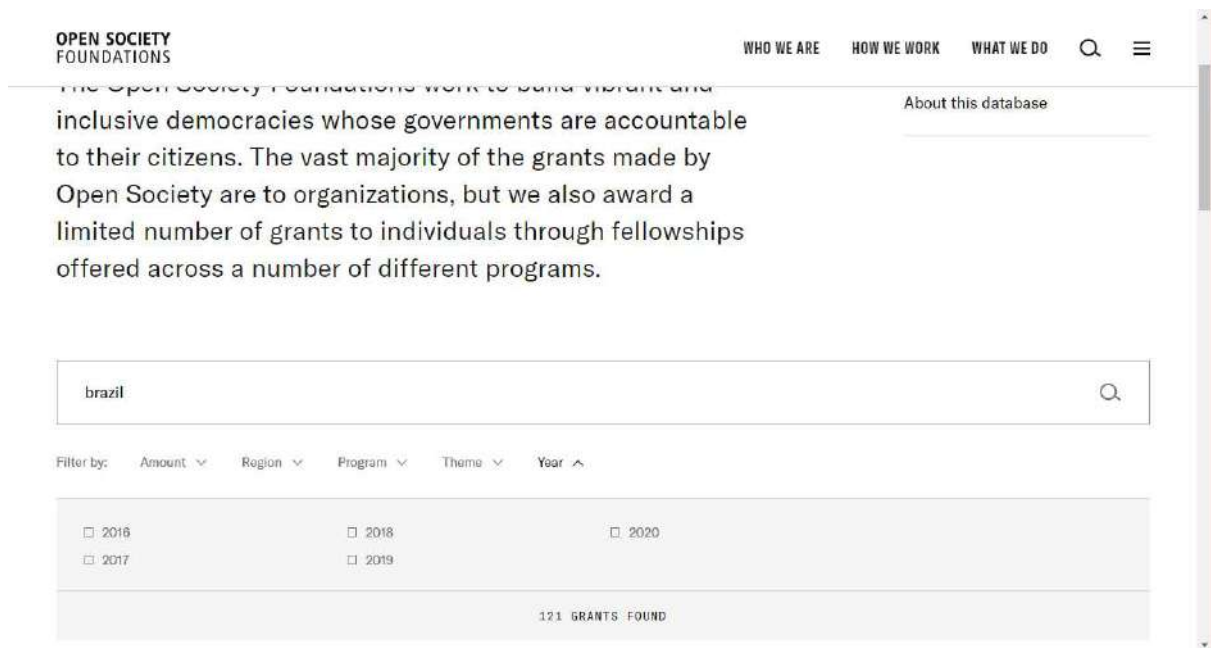
indícios de financiamentos indiretos da OSF a grupos relacionados a outros levantes do tipo, como o *Occupy Wall Street*.

A posição de Soros enquanto grande especulador do mercado financeiro e filantropo é bastante elucidativa da simbiose estabelecida entre estes dois meios. Teria a filantropia um papel complementar à finança enquanto projeto de poder e modelo de sociedade? Qual o significado político da afirmação destes “valores democráticos” pelas mesmas mãos que comandam os centros do poder financeiro imperiais? Como pode ser observado pela análise das pautas propagadas pela FF, os discursos defendidos e financiados pela OSF compõem e fortalecem um léxico político, econômico e social unívoco no sentido de propagação de um modelo hegemônico de democracia.

A partir deste modelo de atuação, a OSF chega ao Brasil no ano de 2014, tendo sido responsável, desde então, pelo amparo de diversos grupos envolvidos com as Jornadas de Junho ocorridas no ano anterior, contando, inclusive, com o co-financiamento extensivo da FF para tanto. Por esses motivos, foi iniciada uma investigação a respeito da OSF a partir do método exposto neste trabalho e já aplicado à FF..

Assim como a FF, a *Open Society* disponibiliza publicamente uma relação das doações feitas pela empresa. No entanto, de forma contrária aos princípios básicos da OS de uma governança transparente e democrática, a relação publicada no site da fundação apenas traz à tona financiamentos feitos em um pequeno recorte temporal, compreendido entre 2016 e 2020.

**Figura 16 - Captura de tela da página de financiamentos feitos pela *Open Society***



Fonte: <https://www.opensocietyfoundations.org/> <sup>214</sup>

**Figura 17 - - Informações acerca de cada doação feita pela OSF**

▼ <b>Associação Legisla Brasil</b>	2020	\$60,000
Description	Theme	Referring Program
to support the Grantee's work with new parliamentarians	Democratic Practice	Latin America Program
	Term	Region
	18 months	Latin America and The Caribbean
	Funder	
	Open Society Policy Center Inc.	

Fonte: <https://www.opensocietyfoundations.org/> <sup>13</sup>

Com os dados da fundação em mãos, o método descrito neste artigo sobre a investigação da Ford foi aplicado, resultando na construção de uma série de gráficos e diagramas semelhantes

<sup>214</sup> Disponível em:

<[https://www.opensocietyfoundations.org/grants/past?filter\\_keyword=brasil&grant\\_id=OR2019-59891](https://www.opensocietyfoundations.org/grants/past?filter_keyword=brasil&grant_id=OR2019-59891)>. Acesso em 06 de Dez. de 2022



aos produzidos para a FF. Dessa forma, as informações obtidas seriam essencialmente similares àqueles encontradas anteriormente, servindo para posterior comparação entre a Fundação Ford, *Open Society* e demais organizações internacionais encontradas diante dos desdobramentos da pesquisa.

Apesar do papel preponderante assumido na Figura 15, que apresenta a OSF como principal ator na rede co-financiadora da FF, observa-se que, tendo chegado no Brasil oito anos após esta fundação, a *Open Society* realizou um número significativamente menor de financiamentos. A Figura 18 apresenta as organizações brasileiras ou internacionais que atuaram em território brasileiro, que receberam doações entre 2016 e 2020 da Fundação<sup>215</sup>, das quais destaca-se a Associação dos Direitos Humanos em Rede - o que significa um importante indício a respeito das principais pautas financiadas pelos donatários. Em destaque também está o Fundo Brasil, que se configura, mais uma vez, como importante *hub*, atuando no sentido de redistribuição do capital, o que dificulta significativamente este processo de rastreio. O Instituto Sou da Paz e a Anistia Internacional são, também, importantes grupos de intersecção entre os financiamentos da FF e da OSF.

**Figura 18 - Fundações financiadas pela Open Society entre 2016 e 2020**



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

<sup>215</sup> Da mesma forma que explicado anteriormente a respeito de semelhante gráfico produzido para a FF, o tamanho do tipo indica o número de vezes que a organização recebeu financiamentos e não necessariamente o montante adquirido, isso porque, acredita-se que a quantidade de conexões entre os atores é um importante indicativo das relações estabelecidas entre eles.

Outra camada necessária à investigação se dá de forma territorializada, buscando compreender se há e quais são os locais de maior fluxo de investimento da Fundação. Objetiva-se, assim, rastrear tanto possíveis interesses em determinadas regiões, quanto os pontos no país em que o Terceiro Setor tem sua atuação mais consolidada e relevante. Assim, a Figura 19 exposta a seguir, apresenta marcações correspondentes em escala de tamanho e cor ao número de doações realizadas para as instituições da América Latina que têm projetos em território brasileiro. Ao contrário da FF, que teve uma quantidade pouco significativa, mas ainda assim existente, de doações internacionais, dentre os financiamentos da OS no recorte estabelecido pela pesquisa esse tipo de financiamento não foi registrado. Entretanto, nota-se que, assim como no caso da Ford, apesar de um espraiamento por praticamente todas as capitais e regiões do país, o sudeste do Brasil, sobretudo o eixo Rio-São Paulo, concentra a grande maioria das instituições donatárias, provavelmente pelo papel das duas cidades enquanto catalisadoras do mercado, da produção midiática, e de parte dos movimentos reivindicatórios do país.

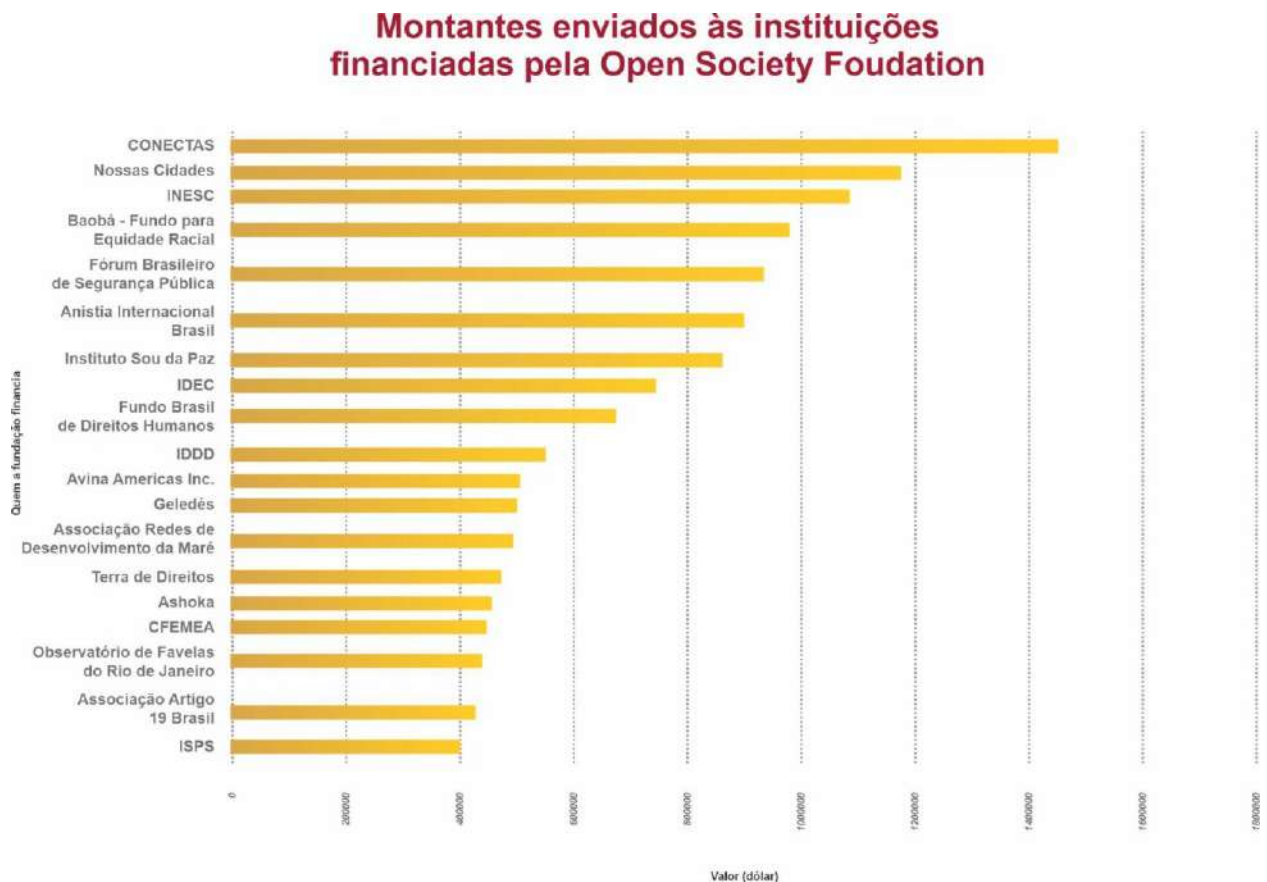
**Figura 19 - Concentração geográfica de investimentos na América Latina por país, e no Brasil por Unidades da Federação**



Fonte: elaborado pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

Em relação à distribuição de capital, tendo em vista que a OSF possui muito menos instituições donatárias certamente devido a seu menor tempo de atuação no Brasil, foi estabelecido um gráfico que conta com aquelas que receberam um montante superior a 400 mil dólares (GRÁFICO 5), diferenciando-se daquele aqui exposto em relação à FF que destacava apenas aquelas que receberam montantes superiores a um milhão de dólares. A Associação dos Direitos Humanos em Rede se destaca mais uma vez, ocupando, agora, não apenas o posto daquela que mais recebeu doações em número de vezes, mas também como a beneficiada com maior montante de capital, totalizando um milhão e quatrocentos e cinquenta e nove mil dólares. Recebendo um montante um pouco inferior, igual a um milhão cento e noventa e sete mil quatrocentos e oitenta e dois dólares, encontra-se a Nossa Cidade, deixando claro que essa rede de financiamento atua diretamente no planejamento urbano nacional.

**Gráfico 5 - Montantes enviados às instituições financiadas pela OSF**



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.<sup>216</sup>

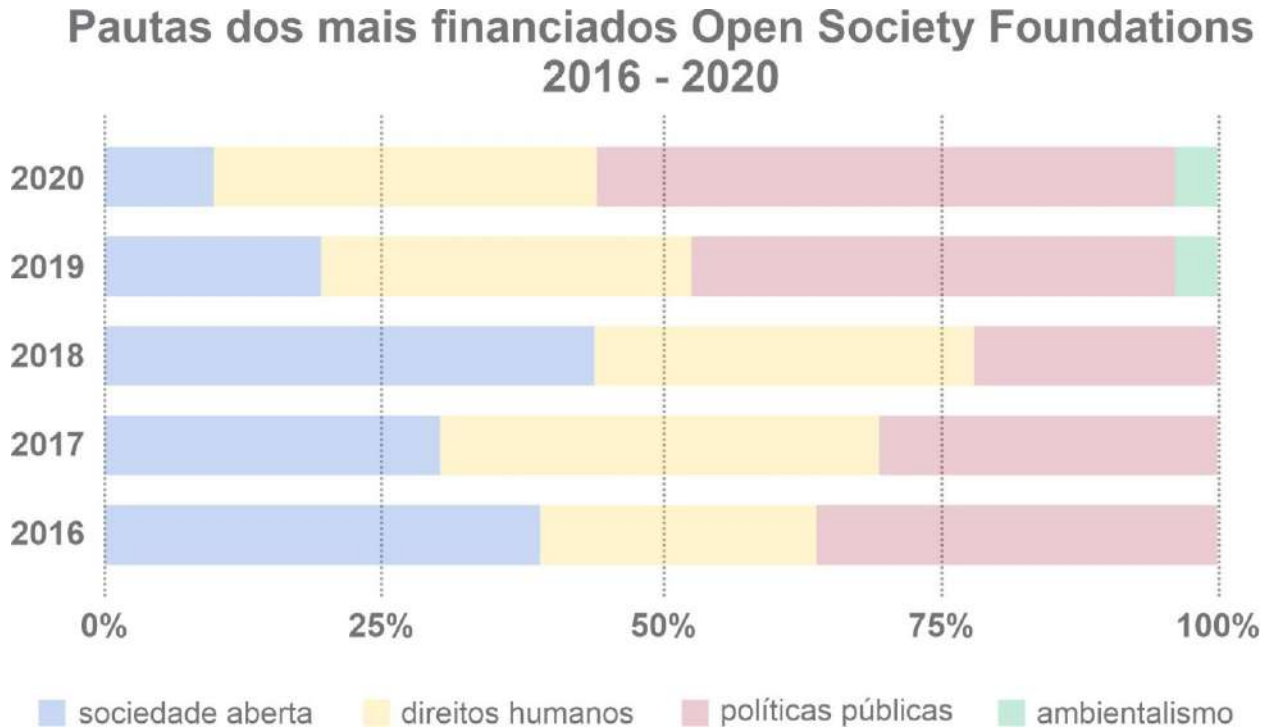
<sup>216</sup> As organizações que receberam financiamento da OSF entre 2016 e 2020, conforme indicado pelo gráfico acima, serão listadas apresentando o montante recebido seguido de seu site, para que o leitor

Em relação às pautas mais financiadas pela OSF é possível observar um movimento bastante interessante expresso no Gráfico 6. Ao passo que inicialmente as políticas públicas encontram-se como elemento de grande importância para a Fundação, a partir de 2016 percebe-se um decréscimo expressivo nestes investimentos - movimento contrário àquele observado nos gráficos da FF. Por outro lado, a temática da sociedade aberta, que dá o nome à Fundação, inicia-se como elemento principal de financiamento, reduzindo significativamente até o ano de 2017 e voltando a assumir protagonismo a partir de 2018, movimento diametralmente oposto ao realizado pelas pautas vinculadas aos direitos humanos. A questão ambiental não se apresenta significativa em relação aos financiamentos desta fundação, aparecendo apenas nos anos de 2019 e 2020.

---

possa acessar informações como principais pautas, áreas de atuação, parceiros e demais financiadores: Anistia Internacional Brasil - \$975,000.00 <https://anistia.org.br/>; Ashoka - \$450,000.00 <https://www.ashoka.org/>; Associação Artigo 19 Brasil \$420,000.00 <https://artigo19.org/>; Associação Direitos Humanos em Rede (Conectas) - \$1,499,200.00 <https://www.conectas.org/>; Associação Redes de Desenvolvimento da Maré - \$499,000.00 <https://www.redesdamare.org.br/>; Avina Americas Inc. - \$509,820.00 <https://www.avina.net/pt/avina-americas-3/>; Baoba – Fundo para Equidade Racial - \$999,995.00 <https://baoba.org.br/>; Brazilian Forum on Public Safety (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) - \$987,915.00 <https://forumseguranca.org.br/>; Brazilian Institute for Consumers Defense (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC) - \$763,000.00 <https://idec.org.br/>; Centro Feminista de Estudos e Assessoria - \$445,000.00 <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/>; GELEDES – Instituto da Mulher Negra - \$500,000.00 <https://www.geledes.org.br/>; INESC-Instituto de Estudos Socioeconômicos - \$1,132,884.00 <https://www.inesc.org.br/>; Institute in Defense of the Right to Defense (IDDD) - \$905,595.00 <https://www.fundobrasil.org.br/en/projeto/right-defense-institute-iddd-sao-paulo/>; Instituto Sou da Paz - \$1,028,500.00 <https://soudapaz.org/>; ISPS - Instituto Sao Paulo Sustentavel - \$400,000.00 [http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=2&Destino=InstituicoesTemplate&CodigoInstituicao=8408&Instituicao=Instituto-Sao-Paulo-Sustentavel](http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp?Pag=2&Destino=InstituicoesTemplate&CodigoInstituicao=8408&Instituicao=Instituto-Sao-Paulo-Sustentavel;); Nossas Cidades - \$1,197,482.00 <https://www.redenossascidades.org/>; Observatorio de Favelas do Rio de Janeiro - \$425,000.00 <https://observatoriodefavelas.org.br/>; Terra de Direitos - \$470,260.00 <https://terradedireitos.org.br/>; Visao Mundial - \$433,409.00 <https://visaomundial.org/>.

Gráfico 6 - Variação de pautas financiadas pela OSF por ano



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial e adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre.

Tal como realizado na investigação a respeito da FF, foram criadas nuvens de palavras com as principais pautas financiadas pela OSF de 2016 a 2020. É possível perceber que em 2017 houve uma significativa queda na diversidade das pautas investidas pela OSF que cresce, vertiginosamente, no ano seguinte. Se comparadas às nuvens de palavras relativas às ações da FF, destaca-se uma presença muito mais significativa das pautas relacionadas à política pública, questionando-se, novamente, se esse fato condiz com um momento de intervenção (mesmo período em que houve uma ampliação dessa pauta no caso da FF) e possível apropriação de tais pautas pelo Terceiro Setor, retirando-as das mãos do Estado. Além disso, é de se surpreender que, apesar do nome relacionado à sociedade aberta, não haja uma preponderância maciça deste tipo de narrativa, sendo observada uma quase equivalência em relação à política pública e direitos humanos que variam em relevância ao longo do tempo. Novamente as palavras “Direitos”, “Justiça” e outras a elas possivelmente associadas, apresentam-se com grande visibilidade ao longo dos anos, sendo acompanhadas por “Democrática”, progressivamente destacada nas nuvens de palavras que seguem a partir de 2017. A presença significativa desses conceitos reforça a supracitada hipótese de um processo de juridicização das reivindicações sociais







Figura 23 - Financiamentos realizados pela OSF em 2019



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

Figura 24 - Financiamentos realizados pela OSF em 2020



Fonte: Produzido pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.



Por fim, foi feito, novamente, um gráfico de co-financiamentos para que a pesquisa pudesse ter sequência (FIGURA 25). Observa-se, conforme esperado, que a Fundação Ford se enquadra como grande parceira da *Open Society Foundation*. Ainda com destaque na composição desta rede financeira filantrópica internacional encontra-se a OAK Foundation, o BID<sup>217</sup>, o Instituto C & A, a Avina, a Coca Cola, dentre outros. Pensando a repetição da OAK como uma fundação expressiva na rede tanto da FF quanto da OSF, determinou-se que esta seria a próxima a ser investigada, entretanto, os resultados, ainda em andamento, não serão expostos neste trabalho, tendo em vista que, além de não finalizados, o intuito desta tese não é traçar a rede por completo, mas apresentá-la enquanto uma realidade para a qual deve-se olhar com cuidado.

---

<sup>217</sup> Destaca-se a presença do BID como grande nó nessa rede sendo fundamental questionar, tal qual exposto nas seções anteriores deste platô, seu papel de interjeição no território nacional, seja por meio do financiamento de grandes obras de infraestrutura - tal qual vinha ocorrendo de forma significativa desde os anos 1990 - atuando como braço fundamental do Império, seja através de importantes mecanismos de produção de subjetividade vinculados à estratégia de doações para organizações do Terceiro Setor.



## 7.6 Rede Financeiro-Filantrópica Internacional: algumas questões

Com a consolidação desta rede filantrópica como principal meio de financiamento de OSCs, é preciso questionar-se acerca do atual papel assumido pelas ações protagonizadas pela sociedade civil organizada, observando se, progressivamente, elas não tendem a se restringir àquilo que Harvey (2016) chamou de “filantropia capitalista”, ou seja, ações indissociáveis da própria atuação empresarial dos entes financiadores. Isso porque, cada vez mais, esta rede filantrópica internacional atua diretamente na estruturação de iniciativas sociais por meio das condicionantes impostas às doações ou aos termos presentes nos editais de fomento. Com isso, o próprio sentido das resistências e do insurgir-se é colocado em jogo, imbricando a subjetividade dos atores sociais como um ativo neste complexo e rentável sistema de financiamentos.

Tendo em vista que o Império atua sobre diferentes frentes das quais, na contemporaneidade, a produção de subjetividades tem se destacado, tornando os indivíduos peças fundamentais para as dinâmicas de dominação capitalísticas, observa-se uma tendência de que a sociedade civil e os diferentes sujeitos que a compõem se transformem na verdadeira matéria prima das dinâmicas e disputas (geo)políticas. Nesse sentido, a presente seção buscou apontar diferentes movimentos elucidativos da articulação transescalar entre subjetividades, participação social e dominação capitalística. Nos anos 1990, fica evidente a conexão entre a dominação pela dívida exercida pelas IFIs em escala nacional e a disputa de significados pela participação social na política urbana, entre um movimento democratizante e um discurso neoliberal. Enquanto isso, a partir dos anos 2000, observa-se uma mudança de paradigma perpetrada pela superação do endividamento internacional do país na macroescala e pelo fortalecimento de articulações sociedade-Estado em uma série de mecanismos de desenvolvimento territorial ao mesmo tempo virtuosos e controversos. Por fim, ao longo da década de 2010 (preponderantemente após o Golpe de 2016), enxerga-se um aprofundamento inédito na tendência apresentada nos anos 1990 de exclusão do Estado dos principais espaços de movimentação da sociedade civil, delegando essa conexão transescalar ao que denomina-se aqui de Rede Financeiro-Filantrópica Internacional composta não apenas por IFIs - como é o caso do BID - como se dava nos processos de dominação pela dívida, mas também por Fundações - a exemplo da FF e da OSF-, agências governamentais estrangeiras - como a USAID e a União Europeia-, além de instituições ligadas ao mercado financeiro - a exemplo da Fundação Itaú Social.

É preciso destacar que agências internacionais estão presentes no território brasileiro desde meados do século passado intensificando-se e modificando suas estratégias de atuação

ao longo dos anos. A participação da FF em terreno nacional por meio do FSM, bem como a potencial influência desta e outras agências no levante de 2013, demonstra que os mecanismos de influência direta do capital sobre as subjetividades nunca deixaram de ser ativos e, pelo contrário, podem ser compreendidos como um elemento fundamental para a conformação de vários movimentos de luta ao longo do território nacional. Destaca-se, então, que a supracitada ênfase em um possível abandono da relação Estado-sociedade civil em favor do fortalecimento de uma rede filantrópica internacional mediante as políticas do governo Bolsonaro compõem apenas mais uma camada deste processo. Questiona-se, desta forma, se a articulação estabelecida pelos governos petistas de forte inserção do Estado na dinâmica sociedade-capital não seria, de algum modo, uma exceção frente ao processo global na tentativa de minimizar os impactos da atuante rede internacional no cenário social brasileiro.

A pertinência desta rede como categoria analítica na atual quadra histórica é evidenciada pela absoluta centralidade das pautas e instituições (abordadas nesta seção) para o desenvolvimento de ações no âmbito da sociedade civil e no debate urbanístico. Ainda assim, levanta-se um questionamento: estas pautas e organizações alcançam relevância devido aos financiamentos obtidos, ou obtêm os financiamentos por serem relevantes? Na realidade, a questão não pode ser respondida, uma vez que ambos os movimentos fazem parte de uma única dinâmica: a captura e produção de pautas, narrativas, desejo e métodos, realizada pelas Fundações internacionais sobre as lutas sociais. Contudo, talvez seja possível identificar uma padronização do léxico adotado por essas lutas sob uma lógica política “vitoriosa” nos marcos da democracia liberal sustentada pelas instituições supranacionais. Além disso, é evidente que o financiamento destes pontos nodais do debate público representa um grande movimento de registro dessas lutas e, no limite, uma fabricação da dissidência por parte dessas organizações financeiro-filantrópicas.

Tendo em vista a centralidade da comunicação no contexto imperial (HARDT; NEGRI, 2012), observa-se que a propagação destas pautas entre grupos ativistas funciona como um elemento motivador da propulsão cada vez mais extensa de determinadas narrativas. Apesar de se compreender a legitimidade de grande parte das pautas investigadas, indaga-se a respeito do vínculo estabelecido com agentes internacionais diretamente ligados ao capital financeiro transnacional. Quando Chossudovsky (2018) questiona o financiamento da FF ao FSM, por exemplo, ele não está deslegitimando os ativistas atuantes naquela ocasião e nem mesmo a pertinência das pautas defendidas, mas colocando em xeque o controle estabelecido pela Fundação sobre essa dinâmica mediante seu financiamento. No mesmo sentido, no caso das Jornadas de 2013 e outros projetos atuantes no cenário nacional - como aqueles inúmeros

listados nos Gráficos 3 e 5 -, estes financiamentos tendem a ser direcionados para pautas e movimentos que têm legitimidade e credibilidade dentre a população, não sendo canalizados na direção de problemáticas absurdas ou irreais. Ou seja, busca-se a produção, apropriação e direcionamento de movimentos imbricados em um processo coerente e potente de mobilizações em direção a interesses específicos dos jogos de poder imperial. Acredita-se que a estratégia principal seja inscrever-se no cerne da produção desejante hibridizando o que seriam os “desejos legítimos da multidão” com os interesses do capital, formando, assim, um único e indiscernível bloco<sup>218</sup>.

Em outras palavras, a partir de um desejo de uma classe média criativa por um aprofundamento democrático e uma afirmação dos comuns urbanos, por exemplo, engendra-se um ataque a um governo popular e empenhado em conciliar a democracia e o desenvolvimento - como foi o caso das Jornadas de Junho durante o Governo Dilma. Algo ocorre neste processo para deslocar a identificação do Império, da “monarquia militar norte-americana, aristocracia global de multinacionais e IFIs” (HARDT; NEGRI, 2010), para chefes-de-Estado desenvolvimentistas no Sul-Global. Ao mesmo tempo, algo ocorre no sentido da interdição das possibilidades de uma multidão ampla, dos pobres desejantes associados a um projeto popular e democrático no Estado, em favor de uma multidão de classes médias empenhadas na criação de uma democracia global (muito próxima dos modelos liberais).

Além disso, é evidente que o financiamento destes pontos nodais do debate público representa um grande movimento de registro destas lutas e, no limite, uma fabricação da dissidência por parte destas organizações financeiro-filantrópicas. Nesse sentido, inquieta-se com a possibilidade de que a fabricação das dissidências represente uma intervenção geopolítica direta perpetrada via rede financeiro-filantrópica internacional. Isso porque, preponderantemente, tanto as instituições financeiras quanto as filantrópicas envolvidas nesta rede têm uma vinculação direta com um bloco de poder geopolítico específico: aquele vitorioso ao final da Guerra Fria, representado pelos países, corporações e organizações componentes do Império.

Talvez estes mecanismos de captura e produção do desejo, atravessando a dimensão criativa e rizomática do capital global, tenham sido subestimados pelas lutas na aposta multitudinária. É possível também que, em face dos rearranjos geopolíticos do novo século, os desejos da multidão por uma outra globalização e por uma radicalização democrática tenham

---

<sup>218</sup> Essa hibridação entre a produção desejante capitalística e o que discursivamente seriam os desejos “legítimos” da multidão é, ao final, a clarificação de que não há e nem se pode buscar essa imagem de desejos “puros”, mas sempre entendê-los como parte dessa dinâmica de disputa, apropriação e produção. Modifica-se, assim, o modo de ver a multidão, compreendendo-a, de uma só vez, como esse corpo componente, potente, atuante e contraditório do Império.

sido incorporados pelo capital em favor de suas próprias agendas buscando, inclusive, uma intensificação da dominação imperial. Pode ser, ainda, que a apropriação e o redirecionamento dos métodos multitudinários tenha sido a ferramenta encontrada pelo Império de combater justamente as experiências já iniciadas de uma outra democracia e de uma outra globalização, constituídas a partir dos desejos da multidão.

Fato é que, esse processo parece, em muito, se aproximar do que Deleuze e Guattari colocaram como uma produção desejante sobre a qual “se assenta” o capital que, por sua vez, se apresenta como sua “quase causa” em um movimento duplo de produzir e se apropriar de seu sobreproduto. (DELEUZE, GUATTARI, 2011b, p. 22-23). Da mesma forma, esta simbiose entre o capital financeiro internacional e as redes da filantropia parece representar uma avançada face do CMI. (GUATTARI; ROLNIK, 2011).

Por fim, pensando essa “quase” totalidade da dominação imperial é preciso questionar, no âmbito do urbanismo e das análises socioterritoriais, qual o impacto deste processo de afastamento do Estado (nacional e em suas demais representações) dos espaços de formulação de elementos caros à sociedade civil em função de uma preponderância significativa das forças imperiais por meio da criação dessa rede financeiro filantrópica internacional. Com o enfraquecimento da participação institucional e o enclausuramento da sociedade civil no âmbito do Terceiro Setor, abre-se mão da possibilidade de construção de uma agenda urbanística comum e coerente entre sociedade e Estado. A atuação direta da sociedade civil no território, acaba se restringindo à dois espectros: de um lado intervenções a nível local agenciadas por uma população precarizada que luta cotidianamente por direito a uma vida digna, e, de outro, por ações fragmentadas determinadas, em grande parte, pelas agendas das fundações internacionais mantenedoras. Já em maior escala, os projetos urbanos acabam, também, nas mãos de grandes financiadores internacionais, como o BID e o Banco Mundial, dando sequência ao empresário urbano latente dos anos 1990. De forma geral, facilita-se a ocupação dos espaços decisórios pelo poder financeiro, opõe-se cada vez mais a sociedade civil organizada e o poder público, e cria-se diversos empecilhos para se imaginar um Estado que represente um projeto de desenvolvimento e soberania popular.<sup>219</sup>

---

<sup>219</sup> Destaca-se que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito de 2022 pode simbolizar uma reviravolta nesse processo. Entretanto, tendo em vista que o desenvolvimento desta tese se deu apenas até meados de 2023, não foram incorporadas análises pertinentes a este novo cenário. O que se pode celebrar, entretanto, é o retorno não apenas de uma esperança na rearticulação das forças existentes entre sociedade civil e Estado, mas de movimentações reais nesse sentido como a retomada de Ministérios outrora cancelados, a presença da participação popular e do crescimento dos Orçamentos Participativos como proposta de governo, além da criação de alguns mecanismos para essa participação, como é o caso do Plano Plurianual Participativo (PPA).

# PARTE III

JORNADAS DE JUNHO DE 2013: A MULTIDÃO EM AÇÃO?





Se a multidão se gesta como aposta dos pensadores Hardt e Negri (2012; 2014) e Negri e Hardt (2016) no início dos anos 1990, é no ciclo de 2011 que ela ganha forma. Ainda que a forma fugaz do enxame de abelhas, cupins e formigas, anunciado pelos próprios autores, os movimentos que deram corpo aos levantes “viajam” horizontalmente, contaminando populações de diferentes lugares do globo e, em alguns casos, apresentam o tensionamento do Império enquanto horizonte. Negri e Hardt (2016) vêem nesse novo ciclo, a emergência de uma potência que questiona a democracia inexistente, buscando a emergência do que seria uma nova (ou real) experiência democrática constituída juntamente à construção do comum.

Quando os autores escrevem a respeito do Império, sua totalidade e univocidade, eles explicam que dentro deste Império reside a multidão. Sendo a multidão, então, a potência criativa que alimenta e move as forças imperiais e, ao mesmo tempo, a única capaz de, em algum momento e de alguma forma, romper o potente campo energético de poder imperial. Entende-se, assim que, a priori, a relação Império e multidão é controversa e não seria simples compreender a emergência da legião como força transformadora em um contexto no qual absolutamente nada é dicotômico. Portanto, não será questionado aqui se as Jornadas de Junho foram ou não um levante multitudinário, tendo em vista que a força social do Império, tensionando-o ou não, é a multidão. O que se pretende fazer é refletir se, dentro da definição da potência multitudinária enquanto capacidade revolucionária, essa insurreição brasileira, apresentariam um caráter mais intensamente multitudinário ou, se, em algum momento, se configurariam mais aproximadamente de movimentos de massa ou, no limite, de Guerras Híbridas. De forma alguma está em jogo uma pretensa pureza da multidão que, em sua multiplicidade, não pode ser defendida por isso ou aquilo, mas uma preocupação de que, em meio ao jogo conceitual, a caracterização enquanto evento multitudinário atravesse um processo de romantização que não permita perceber as questões complexas e nada maniqueístas que se colocam em disputa.

A multidão não é boa nem ruim, é uma força! Muitos dos desdobramentos dos levantes aqui analisados apresentam-se tão controversos quanto o que se poderia esperar de eventos dessa natureza. Destaca-se, então, que não se trata de uma análise pura e simples a partir de resultados óbvios, como uma tendência à emergência de grupos reacionários em todos os países em que os levantes se instalaram que, muitas vezes, chegaram ao poder de fato. Nem mesmo do fortalecimento de uma utopia banal das mudanças individuais que se estabeleceram entre as acampadas, nas quais as pessoas envolvidas, de alguma forma, conseguiram experimentar outros modelos de democracia, numa espécie de sonho que durou algumas semanas. Seria raso demais. Tão raso quanto analisar as influências internas X externas ao levante de forma pura e simples, pensando que as viagens de informações e corpos entre as redes digitais e as ruas



(várias pessoas se deslocaram de outros países para aprender estratégias revolucionárias e levar ao seu território, enquanto outra se mobilizaram para “ajudar” os protestos em outras localidades) seriam, em si, positivas, ignorando, por exemplo, que entre as conexões externas existem as influências de chefes de Estado em territórios estrangeiros estratégicos.

Por outro lado, reduzir tudo à Guerra Híbrida como resposta essencial para as manifestações é uma totalização no mínimo perigosa que anula denúncias fundamentais, realizadas preponderantemente em escala local e que atravessaram os protestos - tão perigoso quanto acreditar na pretensa espontaneidade multitudinária que dá certo caráter de “bondade” e “pureza” aos movimentos. O que interessa é que tudo isso atravessa as revoluções urbanas em rede desde sua gestação enquanto embriões multitudinários, nos anos 1990, e que afeta, em diferentes intensidades e formas, cada território no qual emerge. A multidão é complexa e, ao contrário do que se pode imaginar, pode se aproximar muito mais de uma massa (de manobra) que do povo. Talvez o que seja mais claro em todos esses exemplos é que, as multicores podem, em alguns pontos, chegar, mais ou menos ao cinza, mas se distanciam diametralmente da cor onipotente do povo, ou do pretume, como chamaria Peter Sloterdijk (2002). Povo este que, conforme será visto na análise a respeito das Jornadas de Junho de 2013, tende a ser rechaçado das ruas nos “democráticos” levantes multitudinários.

Olhando para os movimentos que se configuram com a queda do Muro de Berlim e a emergência da pretensa univocidade imperial, observa-se, de antemão, o fortalecimento da teia enquanto configuração interna e comunicação externa. Os Macacões Brancos, por exemplo, estiveram presentes no México e em Seattle, da mesma forma que os Zapatistas compuseram a Batalha de Seattle e que esta Batalha inaugurou um ciclo de lutas antiglobalização que se espalhou por todo o mundo, chegando ao Brasil, em 2001.

A rede que se configurou tendo como mote uma revolução global, ou uma globalização por baixo, estava se formando e ganhando adeptos e a *internet* passou a se configurar como um elemento central de articulação dos movimentos sociais interna e externamente, funcionando como esse fio invisível que conecta todo o mundo. Entre distopias, utopias e heterotopias, a tecnologia começou a mostrar as múltiplas possibilidades de uso, que, neste momento, ainda se vinculavam, por um lado, a um susto com os avanços rápidos e intensos e, por outro, à construção de um sonho, à possibilidade de articulação global contra o capital e ao nascimento de uma nova democracia. A cidade, por sua vez, que assume papel fundamental entre as pautas dos novos movimentos sociais, principalmente na América Latina, durante as décadas de 1970 e 1980, acaba se tornando, também, um elemento de manifestação em outras partes do mundo, como, por exemplo, quando emerge o Reclaim Street em Londres.

É neste contexto de levantes emergentes que tomam os anos 1990, entre redes e ruas em paixão e tensão, que Hardt e Negri (2012) lançam suas fichas na aposta de um novo mundo, o mundo do comum, que pode surgir em meio a esse caos de controvérsias e potências das ações multitudinárias.

Por outro lado, é no desdobramento deste mesmo período, que as Revoluções Coloridas criam um cinturão em torno da Rússia<sup>220</sup> (KORYBKO, 2018) demonstrando a existência de uma nova e mais qualificada forma de guerra, na qual, os movimentos sociais, as ONGs e as pautas à princípio humanitárias, como democracia e direitos humanos, podem ser utilizadas como estratégias de destruição de Estados inimigos do Império. Em meio ao debate a respeito de uma globalização (por cima ou por baixo), esse evento demonstra como os interesses nacionais ainda estão em jogo e como, em vários momentos, podem utilizar de insurgências aparentemente biopotentes como poderosas armas de destruição de nações consolidadas. A multidão enquanto conceito emerge na controvérsia global, mas localizada no “centro” do Império e, talvez, com olhos pouco atentos e críticos àquilo que se dá em sua periferia.

Quando, alguns anos mais tarde, a multidão atinge o que poderia ser entendido como seu ápice, algumas características do conceito de Hardt e Negri (2012) se potencializam significativamente. Conexões cada vez mais rápidas em rede, alcançando locais mais longínquos e atuando como uma pandemia que viraliza em tweets, grupos e postagens, configuram manifestações aparentemente espontâneas, que alcançam nichos cada vez maiores e mais heterogêneos gerando experiências nunca vistas de ocupações e de novos modelos democráticos.

Críticas locais que se articulam em nível global, ou até mesmo ataques diretos ao capitalismo, suas instituições financeiras e modos de ocupação emergem na mesma intensidade que novas paixões se espalham entre os cabos das redes, os olhares, os sorrisos e as balas de revólver nas ruas. Bibliotecas abertas em praças e assembleias efervescentes aumentam a esperança de que nessa nova democracia a arte teria mais espaço. Por outro lado, Estados oprimidos e fracos, policiais violentos contra manifestações não violentas, ou ações violentas dos *Black Blocs* contrárias à espaços representativos do grande capital, compunham um imaginário de que as insurgências cresciam e se fortaleciam frente à covardia dos governos. Tudo isso veiculado entre narrativas de “baderna” e “reivindicações legítimas” que levaram ao surgimento de novas mídias, dessa vez, autônomas e autonomistas. Além disso, a cidade, o local onde a vida se desenvolve, ou o espaço onde ela tem se desenvolvido cada vez mais precariamente,

---

<sup>220</sup> As Revoluções Coloridas foram situadas na Sérvia (2000), Geórgia (2003), Azerbaijão (2005), Ucrânia (2005), Quirguistão (2005) e Bielorrússia (2006), tangenciando o território russo.

vem à cena com sua falta de moradia, equipamentos de saúde e de educação e as desigualdades sociais que ela escracha em um desenho espacial marcadamente desigual. Era só isso? Não! Era muito mais que isso, e era muito mais que isso de formas diferentes em cada localidade.

Enquanto na maior parte dos países que participaram da Primavera Árabe as motivações locais relacionadas a narrativas a respeito de uma não adequação a um pretexto modelo unívoco de democracia (democracia esta impossível no contexto imperial, conforme colocado por Hardt e Negri - 2012), apresentam-se no cerne dos discursos hegemônicos como motivação primordial da eclosão dos levantes; o bloco dos movimentos ocorridos em países centrais, marcado, principalmente pelo 15M e pelo OWS, carrega uma crítica mais verticalizada ao capitalismo financeiro global e seus impactos locais como o desemprego, os problemas de moradia, a dívida pública e alguns desdobramentos como a dissolução de modelos Estatais que priorizavam a sociedade em detrimento das empresas e dos bancos. Nesse sentido, ao apontar o levante de Nova Iorque como aquele cujo caráter multitudinário se apresenta de forma mais latente, é preciso compreender que territorialmente essa aposta faz muito sentido, tendo em vista que ele se assenta no seio do Império. O mesmo ocorre com a compreensão do 15M como laboratório tecnopolítico no qual são gestadas várias experiências de outros modelos de globalização.

Trata-se de movimentos localizados territorialmente em países cuja tensão global, historicamente, não se dá no seu formato mais cruel e que, quando as controvérsias do capital emergem, como a alta dos desempregos e a crise habitacional, este modelo é imediatamente contestado.

Enquanto isso, no caso da Primavera Árabe, o aparente desinteresse com questões de ordem global e o enfoque na representação política nacional se converteu muito rapidamente em uma ampla pressão do Império tensionando radicalmente o jogo geopolítico. Isso levaria a duas outras questões. A primeira delas se relaciona à possibilidade de, tendo sido cunhado por autores europeus e norte-americanos, o conceito de multidão se aplique com maior facilidade à países próximos ao centro imperial. A outra diz respeito a um desdobramento fundamental que se repete nos diferentes levantes do ciclo de lutas de 2011 e que, ao contrário do esperado pelos autores, não é a criação do comum, mas o fortalecimento de grupos conservadores, em sua maioria reacionários e a fragmentação dos partidos progressistas, levando a um conseqüente enfraquecimento das tais redes progressistas. Diante desta dinâmica é preciso pensar a respeito das implicações de tais ações e se de alguma forma (aparentemente não) se trataria de um tensionamento real na ordem imperial.

Mas, o que mais interessa neste debate é a forma como esse levante atravessa e se posta sobre as Jornadas de Junho de 2013, o levante brasileiro que compôs esse ciclo multitudinário

de lutas em escala global. Assim, esta parte final se dedica especificamente à insurgência que tomou as ruas do país por aproximadamente um mês, mas que não terminou por ali, trazendo diversos e importantes desdobramentos que impactam o país até hoje.

Para que possa ser realizada esta análise, será percorrido um processo que passa pelos movimentos que antecederam o levante chegando, posteriormente, à sua investigação propriamente dita. Ao passo que as demais insurgências serão brevemente apresentadas a partir de uma perspectiva teórica, a análise das Jornadas será um pouco mais aprofundada. Para além da bibliografia de referência será realizada uma comparação entre narrativas expostas por diferentes grupos de mídia criados a partir de anos de pesquisa em geopolítica, desenvolvida pelo *Grupo Indisciplinar* e pelo *Grupo Geopolítica e Planejamento Territorial*, a fim, não apenas de confrontar leituras diversas, mas de desvelar interesses inerentes a esses múltiplos atores, muitas vezes, invisibilizados. Para além disso, será realizada uma investigação sucinta a respeito dos principais coletivos envolvidos na formação deste levante, buscando cartografar esses atores, seus interesses, narrativas, formações de grupo, e, obviamente, controvérsias. Por fim, dedica-se um espaço para análise da realidade brasileira nos anos que seguiram ao levante, pensando possíveis desdobramentos e influências que as ruas podem ter tido sobre o futuro do país.

## 8 Percurso cartográfico

Ao longo das Partes I e II desta tese, desenvolveu-se uma cartografia que perpassava a produção teórica sobrepondo autores e narrativas distintas (entre o estruturalismo e o pós estruturalismo a partir de uma proposta de sobreposição de pensamentos e conceitos baseada no “e... e... e” deleuziano<sup>221</sup>.

A partir de agora se propõe um mergulho nas Jornadas de Junho de 2013, dando continuidade ao processo cartográfico, e ampliando os percursos possíveis de desenvolvimento da investigação. Dessa forma, a cartografia será baseada em uma análise aprofundada do levante que perpassa tanto um arcabouço teórico, quanto o desenvolvimento de uma investigação a respeito de eventos, atores e narrativas relacionadas a ele. Assim, entremeada a um debate conceitual, será realizada uma cartografia por meio da qual serão analisadas narrativas apresentadas por diferentes grupos midiáticos (divididos a partir da supracitada análise geopolítica)<sup>222</sup>.

No intuito de delinear essa cartografia, a partir da investigação teórica realizada nas duas Partes anteriores desta tese, foram criadas categorias e subcategorias a fim de orientar o olhar a ser lançado sobre o levante. Essas categorias foram organizadas em um quadro preenchido com informações advindas de diferentes fontes. Para realização desta proposta, foi criado um método baseado em: (i) extração de temas de referência - advindos dos platôs (PARTES I e II) e destacados nos quadros ao final de cada seção teórica; (ii) organização e sistematização desses temas para a criação de categorias e subcategorias; (iii) elaboração de um quadro geral a partir de uma reorganização dessas categorias e subcategorias aprimorando o que havia sido proposto no ponto anterior; (iv) definição da paleta de cores da planilha para que as categorias pudessem ser destacadas ao longo do texto da Parte III realizando uma correspondência entre o levantamento de dados e os elementos teóricos-conceituais; (v) definição das fontes a serem utilizadas dividindo-as em grupos a partir de interesses e alinhamentos geopolíticos; (vi) preenchimento da tabela a partir da coleta de informações; (vii) adequação das categorias mediante os dados coletados; (viii) criação de uma tabela resumo com os principais resultados de cada campo; (ix) reordenação da tabela para melhor acesso dos leitores às informações; (x)

---

<sup>221</sup> Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p.17).

<sup>222</sup> Platô 5 *Alguns desdobramentos geopolíticos do século XXI: as tensões sobre o Império e as Guerras Híbridas como estratégia de disputa global*.

observação das controvérsias e realização de debates a respeito dos elementos mais marcantes<sup>223</sup>.

A seguir, o método cartográfico aqui experimentado será descrito de forma mais detalhada.

Pensando que as PARTES I e II deste material são compostas por trinta e uma seções, mas que nem todas possuem os quadros com temas de referência, pois podem conformar espaços de introdução e conclusão dos debates criados, foram gerados vinte e quatro quadros com um ou mais temas. Esses quadros foram comparados e sistematizados, e durante esse movimento, observou-se duas coisas: (i) há vários pontos de interseção entre elementos abordados em diferentes platôs; (ii) trabalhando esses temas de referência seria possível extrair categorias e subcategorias a serem utilizadas na sistematização de dados, indicação de características, elementos para comparação e busca de controvérsias presentes no levante.

O processo de organização dessas referências para criação das categorias está exposto no quadro abaixo (QUADRO 29) no qual cada seção aparece seguida dos temas que dela emergiram. Sobrepondo, atravessando e reorganizando estes componentes criou-se o Quadro 30 dotado de quatorze categorias divididas em diversas subcategorias.

**Quadro 29 - Relação entre as Seções e os Temas de Referência**

SEÇÃO	TEMAS DE REFERÊNCIA
3.1 <i>O Anti-Édipo como breve introdução à produção desejante e à esquizofrenia dos anos 1960</i>	Capitalismo como quase causa Produção de desejo
3.2 <i>Capitalismo Mundial Integrado, desejo e produção de subjetividade</i>	Produção de subjetividade (culpabilização, segregação, infantilização); Cultura (linguagem, roupa, mídia, relação com a cidade); Identidade (pautas e referências).
3.3 <i>A juventude nos anos 1960 e a emergência de novas subjetividades</i>	Cultura (roupas, música, cinema, linguagem); Identidade; Formação de um ciclo insurgente (ciclo global de lutas).

<sup>223</sup> De antemão, é preciso destacar que a cartografia é um método processual que contou com importantes alterações e desvios ao longo de seu desenvolvimento. Ou seja, ela foi se (re)desenhando enquanto era realizada e as categorias foram sendo rearranjadas durante a investigação. Neste sentido, será possível observar que algumas das categorias indicadas nos quadros ao final de cada seção não compõem a última versão da base cartográfica. Entretanto optou-se por mantê-las nos quadros ao final de cada seção respeitando a centralidade do processo para o desenvolvimento cartográfico.

3.4 O florescer da nova esquerda: breve relato sobre o levante francês de 1968	Disputa entre esquerdas; Surgimento de uma nova esquerda;; Tempo (duração do acontecimento); Desdobramentos.
3.5 Maio de 68 como elemento insurgente na composição de uma nova ordem capitalística	Apropriação capitalística das pautas insurgentes; Disputa entre esquerdas.
3.6 A emergência da acumulação flexível: um olhar histórico-econômico para as transformações da segunda metade do século XX	Relação entre crise e insurgência; Situação nacional; Desdobramentos.
3.7 Neoliberalismo, dívida e produção de subjetividade	Produção de subjetividade neoliberal; Disputa de significados e narrativas; Financiamento.
3.8 Império: biopoder, biopolítica e sociedade de controle	Relação entre o local e o global (rompimento das fronteiras); Comunicação.
4 A legião multitudinária	Tempo; Intensidade; Estrutura; Liderança; Diversidade; Amplitude de pautas; Apropriação do espaço; Integração entre o local e o global; Táticas; Estratégias; Referências.
4.1 A aposta multitudinária como projeto do comum	Ciclo de lutas; Relação global das insurreições (pautas, táticas, referências, influências, mídia, internet); Sujeito social do levante (povo X massa X multidão); Diversidade + multiplicidade (pautas e atores); Identidade; Liderança; Espontaneidade; Estrutura; Referências; Pautas; Táticas; Desdobramentos.
4.2 Tecropolítica e a produção de subjetividade na era digital	Internet; Redes sociais; Comunicação; Referências; Ciclo global de lutas; Influências (pautas, táticas, estratégias; modo de ocupação do espaço, discurso).

<i>5 Alguns desdobramentos geopolíticos do século XXI, as tensões sobre o Império e as Guerras Híbridas como estratégia de disputa global</i>	Dinâmicas e interesses geopolíticos
<i>5.1 As forças que vem do leste: uma possível modificação nas estruturas de poder imperial</i>	Interesses (agenciamentos e disputas) geopolíticos; Conflitos e alianças entre países e blocos globais.
<i>5.2 Apostas multitudinárias no Sul-Global como possibilidade de elucubração de Guerras Híbridas</i>	Participação de atores estrangeiros (ONGs, fundações, instituições e think tanks); Pautas; Ideologia (vírus/software); Desdobramentos (caos); Mídias como armas estratégicas; Mecanismos de influência cultural; Disputas de sentido; Redes sociais.
<i>6.1 Guerrilhas e movimentos sociais: a composição das lutas e a chegada da multidão</i>	Movimentos sociais; Táticas e estratégias das insurgências; Estrutura das lutas.
<i>6.1.1 Das guerrilhas camponesas às revoluções rizomáticas globais</i>	Táticas e estratégias de atuação dos movimentos sociais; Estrutura dos movimentos sociais (horizontais, verticais, rizomáticas).
<i>6.1.2 Os movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do Muro de Berlim</i>	Militância X Ativismo; Tipo de movimento social (clássico, novo e novíssimo).
<i>6.2 Nem Estado, nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade</i>	Ciclo de lutas; Crise de representatividade (relação entre soledade e Estado e a democracia como pauta das lutas); As redes sociais como espaço de organização das insurgências (táticas e estratégias).
<i>6.2.1 Crise financeira de 2008 e as Cidades Rebeldes</i>	Situação nacional; Movimentos sociais urbanos (clássicos e novíssimos).
<i>6.2.2 Democracia e representatividade em crise: um impulso para as manifestações</i>	Crise na democracia representativa; Participação social.
<i>6.2.3 Ocupar para manifestar: a atuação dos coletivos contemporâneos na composição das lutas sociais</i>	Coletivos de arte e arquitetura - novíssimos movimentos sociais; Ocupações urbanas; Táticas e estratégias de ocupação; Disputas entre as esquerdas.
<i>7.1 A nova configuração capitalística sob a égide das instituições supranacionais</i>	Representantes da sociedade civil; Referências; Movimentos sociais; Financiamento.
<i>7.2 O Brasil dos anos 1990: entre a participação social e a dominação pela dívida</i>	Dominação pela dívida; Confluência perversa; Financeirização.



7.3 O Brasil dos anos 2000 e a aproximação entre a sociedade e o Estado	Atores sociais envolvidos; Diálogos entre insurgentes e Estado; Tipo de movimento; Interesses geopolíticos; Dinâmicas geopolíticas.
7.4 O abandono da relação sociedade-Estado e a consolidação de um sistema filantrópico internacional	Financeirização; Visualização da Rede Filantrópica; Atores estrangeiros envolvidos.

Fonte: Produzido pela autora.

Ao visualizar os temas de referência indicados pelas seções, foi dado início ao processo de análise, sistematização e organização, para que fosse criado um quadro de categorias e subcategorias (QUADRO 30). Assim, realizou-se um agrupamento temático a fim de sistematizar as informações a serem buscadas otimizando o processo de análise do levante.

A construção deste quadro de categorias, que funciona como um dispositivo cartográfico, tem como objetivo fazer emergir, para, posteriormente, analisar, problemas e controvérsias que auxiliem na realização de uma compreensão mais múltipla e complexa dos acontecimentos daquele contexto. Em síntese, as categorias utilizadas e suas respectivas cores (que marcarão todas as vezes que essas palavras aparecerem no texto) são: (i) **dados gerais**, que contemplará informações amplas a respeito do levante como data e periodicidade dos protestos, número de manifestantes, perfil dos manifestantes e locais das manifestações; (ii) **geopolítica**, contemplando dinâmicas e interesses geopolíticos, a relação entre a insurgência e a situação política, econômica e social do país, além de uma análise sobre possíveis financiamentos internacionais recebidos por grupos envolvidos no levante; (iii) **subjektividades**, contemplando as seguintes subcategorias - culpabilização, segregação e infantilização, cultura e vocabulário neoliberal; (iv) **levante**, que contará com uma análise sobre intensidade, identidade, liderança e espontaneidade, diversidade e multiplicidade, táticas e estratégias, estrutura, referências e sujeitos sociais presentes no levante; (v) **atores humanos**<sup>224</sup>, sendo estes nacionais e internacionais, individuais e coletivos; (vi) **pautas**, apresentadas com as subcategorias temas e antagonistas; (vii) **ciclo de lutas**, que abordará a influência entre os levantes que compõe o mesmo ciclo, no caso o de 2011; (viii) **comunicação**, atravessando tanto as narrativas hegemônicas quanto as insurgentes trazendo relatos de policiais, ativistas e jornalistas; (ix)

<sup>224</sup> A pesquisa sobre os atores humanos deriva do método cartográfico criado pelo Grupo de Pesquisa *Indisciplinar* tendo como principais referências as obras de Deleuze e Guattari e de Bruno Latour. Latour, em seu livro *Reagregando o Social* (2012), apresenta a existência de atores humanos e não humanos como base de análise de acontecimentos. Neste caso, além de a categoria de “atores não humanos” não ser utilizada, os atores humanos irão se dividir entre individuais e coletivos.

**espaço**, contando com as subcategorias táticas e estratégias de ocupação, e ocupações urbanas; (x) **esquerdas**, abordando as relações políticas entre grupos distintos da esquerda, bem como o surgimento de uma “nova esquerda”; (xi) **movimentos sociais**, apresentando como subcategorias a diferenciação entre os movimentos ativistas e militantes, bem como a classificação entre tipos de movimentos - clássicos, novos e novíssimos; (xii) **Estado**, pensando possíveis respostas do Estado às manifestações, bem como os diálogos estabelecidos entre este ente e os grupos insurgentes; (xiii) **desdobramentos**, quando se irá analisar alguns acontecimentos que sucedem o **levante** e podem ser a ele associados.

Abaixo segue o Quadro 30 criado com as categorias, subcategorias, uma breve explicação sobre o que será investigado e palavras-chave.

**Quadro 30 - Categorias analíticas para análise das Jornadas de Junho de 2013**

CATEGORIAS ANALÍTICAS	SUBCATEGORIAS ANALÍTICAS	Descrição	Palavras-chave
Dados gerais	Tempo, manifestantes e locais	Indicar os dados gerais do levante como locais e datas de ocorrência, duração e perfil dos manifestantes envolvidos.	data; periodicidade; duração; local; número de manifestantes e perfil dos manifestantes.
Geopolítica	Dinâmicas e interesses geopolíticos	Mapear as relações internacionais e os interesses em determinados territórios como estratégias de manutenção da hegemonia global. Será analisada, também, a formação de grupos internacionais em diversos âmbitos como possíveis estratégias para a disputa por hegemonia global.	interesses geopolíticos; relações internacionais; formação de grupos de atuação internacional; disputa por hegemonia global.
	Situação nacional	Apresentar a situação do país em termos econômicos, urbanos e sociais, no momento em que se iniciaram as manifestações. Analisar como estavam as relações internacionais do país naquele contexto. Investigar possíveis interesses internacionais que possam ser correlatos aos atos. Analisar de forma geral estes pontos pensando tanto no momento de eclosão da insurgência quanto nos desdobramentos.	crise e insurgência; situação social no momento do levante; situação econômica no momento do levante; relações e interesses internacionais no momento do levante.

	Financiamento	Investigar possíveis financiamentos internacionais para a criação de pautas locais caras aos movimentos sociais.	financiamento internacional; ONGs; fundações; rastreamento do dinheiro; filantropia; rede financeiro-filantrópica internacional; dominação ideológica; dupla pinça.
Subjetividades	Culpabilização, Segregação e infantilização	Cartografar a incapacidade de produção autônoma de pensamento e ação (ocorre muitas vezes por meio da dominação cultural e midiática) e se houve subordinação a quadros de referência imaginários. Fragilidade e manipulação, pensar sistemas de hierarquização e disciplinarização.	subordinação; referência; hierarquia; ausência de autonomia.
	Cultura	Buscar possíveis influências culturais do período e criação de um "novo modelo" cultural.	linguagem; roupa; mídia; relação com a cidade; cinema; música; sistema educacional
	Vocabulário neoliberal	Investigar a incorporação de termos empresariais pelas lutas sociais.	empoderamento; empreendedorismo;
Levante	Intensidade	Intensidade do movimento	peças envolvidas; quantidade de manifestações; divulgação nacional; divulgação internacional; violência; repressão; articulação global; repercussões.
	Identidade	Buscar a identidade simbólica do levante e os principais símbolos apresentados.	pautas identitárias; "sem rosto"; máscaras; símbolos recorrentes.
	Liderança e espontaneidade	Identificar os principais atores envolvidos e possíveis lideranças. Análise a respeito de possível espontaneidade na emergência das ações.	pretensa; aparente; velada; existente; inexistente.
	Diversidade e multiplicidade	Mapear a diversidade de atores e pautas envolvidos na luta.	Ator Humano Coletivo; Ator Humano Individual; pautas.

	Táticas e estratégias	Mapear táticas e estratégias de ação realizadas pelos atores coletivos envolvidos.	táticas; estratégias.
	Estrutura	Compreender a estruturação do levante como um todo, e também dos principais atores coletivos envolvidos.	horizontal; vertical; rizomática; em rede.
	Referências	Identificar os AHI e AHC que se tornaram ícones do movimento ou por representarem uma liderança naquele momento, ou por serem figuras de destaque em outros contextos (lutas sociais, filmes, músicas, propagandas, dentre outros)	AHC; AHI; liderança; referência.
	Sujeito social	Analisar os levantes e atores envolvidos indicando momentos, grupos e narrativas que os aproximem dos conceitos de povo, massa e multidão.	povo; massa; multidão.
Atores humanos	Atores nacionais	Cartografar os principais Atores Humanos Individuais (AHI) e Coletivos (AHC) nacionais que participaram das manifestações.	AHI; AHC; movimentos sociais; ONGs; Estado partidos; sindicatos;
	Atores internacionais	Cartografar os principais atores humanos individuais (AHI) e coletivos (AHC) internacionais envolvidos no levante.	AHI; AHC; ONGs; Estados, Fundações; Instituições; Agências.
Pautas	Temas e narrativas	Cartografar as principais pautas que aparecem no levante. Contra o quê?	cidade; política; direitos humanos; democracia; sociedade aberta; antipolítica; apartidário; crise de representatividade; identitarismo.;
	Antagonismos	Contra quem?	Contra
Ações coletivas	táticas e estratégias de ocupação	investigar as principais táticas e estratégias utilizadas na associação entre redes e ruas.	redes e ruas, tecnopolítica.

Ciclo de Lutas	Influência entre os levantes	Levantar as referências, influências, similaridades e conexões com outras insurgências do mesmo ciclo (pautas, estratégias, táticas, associação entre redes e ruas, estrutura, conexão entre atores e demais elementos que possam emergir nas análises).	integração global dos levantes; influências; pautas comuns; táticas e estratégias semelhantes; ações conjuntas; referências entre levantes.
	Relatos das mídias oficiais	Analisar o posicionamento e a influência da mídia na formação e evolução do levante.	Produção de narrativas, discursos midiáticos, opinião pública.
	Narrativa dos representantes da Segurança Pública	Identificar as narrativas proferidas pelos membros da Segurança Pública a respeito dos eventos.	Narrativas policiais.
Comunicação	Mídia, internet, redes sociais e fala dos manifestantes	Mapear as principais estratégias e meios de comunicação utilizados pelos movimentos.	TV; Jornal impresso; filmes; documentários; rádio; sites; jornais online; podcasts; streamings; vídeos; blogs; wiks; <i>Facebook</i> ; <i>Twitter</i> ; <i>Youtube</i> ; <i>Whatsapp</i> ; <i>Instagram</i> ; criação e disseminação de hashtag; criação de eventos; criação de comunidades.
Espaço	Táticas/estratégias de ocupação	Identificar as principais estratégias de apropriação do espaço público. Mapear estratégias e locais de apropriação/ocupação.	mapeamentos; local escolhido para manifestação; local escolhido para ocupação; forma de apropriação (manifestação, ocupação, ações "violentas", dentre outros)

	Ocupações urbanas	Mapear os espaços escolhidos para ocupação, critérios utilizados para a realização desta escolha, além dos atores que se destacaram ao longo dos movimentos de ocupação.	desenhos; mapeamentos; proposições; setorização.
Esquerdas	Sem Partido	Identificar o contexto e impactos da emergência de movimentos apolíticos e apartidários.	apolítico; apartidário; sem bandeira
	Ataques a partidos e grupos da esquerda tradicional (disputa entre esquerdas)	Identificar os ataques realizados contra a esquerda tradicional. Apresentar a construção de uma disputa entre diferentes grupos que se identificam como de esquerda.	esquerda clássica; nova esquerda; trotskismo; stalinismo; anarquismo; autonomismo; internacionais comunistas; internacional progressista.
	Emergência da Nova esquerda	Analisar o contexto, impactos e atores envolvidos no surgimento da nova esquerda.	<i>new left.</i>
Movimentos sociais	Militância X Ativismo	Diferenciar movimentos militantes dos movimentos ativistas, assim como suas formas de ação.	militância; ativismo.
	Tipo de Movimento (analisando aqueles que compõem o levante)	Diferenciar os movimentos sociais clássicos, novos e novíssimos e suas formas de ação.	movimentos sociais clássicos; novos movimentos sociais; novíssimos movimentos sociais.
Estado	Relação entre os manifestantes e o Estado	Compreender como se deu o diálogo entre manifestantes e Estado, as ações de repressão e as respostas às demandas requeridas pelos insurgentes.	Estado; relação entre manifestantes e Estado; repressão; diálogo.
Desdobramentos	Desdobramentos	Visualizar reverberações na vida dos sujeitos envolvidos, impactos em nível nacional, mudança na economia e nas dinâmicas geopolíticas globais.	reverberações; controvérsias; questionamentos; atritos; acontecimentos.

Fonte: Produzido pela autora.

Após a criação deste quadro, foi realizado um exercício de organização das mídias a serem utilizadas no desenvolvimento dessa cartografia, das quais seriam extraídas as narrativas a respeito de cada uma das subcategorias indicadas. A partir dessa definição foi possível preencher o quadro com as informações coletadas, conforme poderá ser observado posteriormente.

## 8.1 Seleção de fontes de informação, sistematização e análise de mídias

Tendo sido criadas as categorias analíticas, iniciou-se uma investigação das fontes que seriam utilizadas na coleta de informações, bem como possíveis formas de leitura e organização dos dados e locais de busca, a fim de construir um material consistente. Observou-se, assim, que as referências bibliográficas utilizadas para investigação das Jornadas de Junho trariam apontamentos importantes para sua análise e indicariam alguns pontos de controvérsias, mas que não seriam suficientes na construção de uma investigação robusta. Em paralelo às leituras, já vinha se configurando uma aproximação com as redes sociais, wikis e fontes de informações produzidas pelos próprios participantes do **levantante**, devido à compreensão da esfera tecnopolítica como primordial para a construção destes eventos na contemporaneidade. Posto isso e compreendendo, por meio do método cartográfico aplicado às pesquisas do *Grupo Indisciplinar* de diferentes formas, a necessidade de se sobrepor narrativas e mapear controvérsias, observou-se, conforme indicado por diversos estudos realizados sobre o **ciclo de lutas** de 2011, que uma análise de diferentes mídias seria fundamental para a compreensão dos **levantantes** que ocorreram no período e investigação das categorias criadas.

Antes de adentrar o terreno analítico das mídias, é preciso compreender a sua importância e a posição que ocupam nas dinâmicas sociais contemporâneas. Conforme indica Ignacio Ramonet<sup>225</sup> (2013), há, ultimamente, uma tendência de confusão a respeito do que é informação e do que é **comunicação**, sendo necessário diferenciar os termos para que se evite equívocos interpretativos.

---

<sup>225</sup> Ignacio Ramonet é um jornalista e sociólogo espanhol que foi diretor da redação e presidente do comitê diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* entre 1990 e 2008, dirigindo, atualmente, a edição do jornal na Espanha. Foi também colaborador do jornal *El País* e atualmente é consultor da *Telesur*, rede de televisão pan-latino-americana criada em 2005 na Venezuela, com o propósito de se contrapor à hegemonia das grandes redes privadas de TV, tais como *CNN* e *Univision*. Em 2002, foi um dos fundadores da ONG *Media Watch Global*, e da sua versão francesa, *Observatoire français des médias*. Além disso, escreveu vários livros sobre geopolítica e mídia, analisando o papel da comunicação nos processos de globalização e faz parte do grupo que organizou o FSM junto à Added, Chico Whitaker, e outros.

Se, por um lado, a **comunicação** está diretamente relacionada com a instituição emissora da narrativa, nas palavras do autor, a informação é um fato que ocorreu. Assim, essa confusão entre os termos se dá, justamente, porque as informações são emitidas por instituições que apresentam interesses na composição de suas narrativas. Questão que nos remete à teoria ator-rede (TAR) quando Latour (2011) indica a submissão dos fatos em relação aos interesses. Neste sentido, observa-se que a informação passa a ser, invariavelmente, revertida em **comunicação**. De acordo com Ramonet (2013, p. 34) essa transformação tem ocorrido porque o sistema midiático tem desenvolvido duplo papel: legitimar o ideário de globalização transformando-o em um discurso homogêneo e se portar como um “agente econômico”.

Assim, é possível compreender a mídia como um conceito e também um discurso, um instrumento de poder e porta-voz desse poder. Pensando em termos conceituais, ela pode ser definida como um agrupamento de diversos meios de **comunicação** (jornais, revistas, televisão, rádio, internet, dentre outros) que tem como finalidade a transmissão de informação e conteúdo. Além disso, as mídias funcionam como dispositivos para as disputas de poder em escala local e global, sendo parte fundamental das formações de grupos geopolíticos em tensão. Tendo em vista que estes conteúdos são utilizados como canais de comunicação e, muitas vezes, publicidade, a mídia pode passar a ser enquadrada como um discurso. A publicidade, intrínseca à ela, é essencial para a sua função de agente de construção e transmissão de tendências e valores.

Para Castells<sup>226</sup> (1999), as mídias são atores fundamentais dos mercados nas cidades e cotidianos, já que vive-se com e pela mídia. Essa atuação direta sobre a vida explica o fato apontado por Ramonet (2013, p. 62) de que grandes jornais (que aqui podem ser compreendidos como um exemplo de mídia cuja realidade a ser apontada se estende às demais) não tem como finalidade principal o lucro com a venda de seus exemplares, mas o ganho de influência na construção de um projeto ideológico, de um projeto político e de um projeto político dominante.

Essa capacidade da mídia de influir sobre a vida, pode fazer dela um dos principais dispositivos de biopoder atuando diretamente sobre a produção de desejos e **subjetividades**. Na seção 3.7 *Neoliberalismo, dívida e produção de subjetividade* tratou-se a **comunicação**, a narrativa e a produção de **subjetividades** enquanto elementos fundamentais para a emergência

---

<sup>226</sup> Manuel Castells (1942) é um sociólogo e professor universitário espanhol, ministro de Universidades do governo da Espanha desde 2020. Foi professor da *Universidade Paris* entre 1967 e 1979, lecionando, inicialmente na sede de Nanterre, local onde, em 1968 eclodiram as manifestações do Maio francês que serão abordadas no platô 3 *Rearranjos geopolíticos subjetivos na conformação de uma nova lógica capitalística a partir da segunda metade do século XX*. Também coordena no IN3 em Barcelona, onde vários estudos a respeito do 15M foram desenvolvidos em parceria com intelectuais fortemente ativos no movimento, como Javier Toret (2013).



e manutenção do neoliberalismo. Ramonet (2013, p. 64) afirma que essa vitória neoliberal não seria completa se os derrotados não estivessem convictos e felizes com a posição que vinham ocupando sem, muitas vezes, perceber a dominação sob a qual estavam submetidos.

Nesse contexto de produção de **subjetividade** e consolidação de uma pretensa verdade a partir da sistemática afirmação de certas narrativas, a mídia se coloca como o principal ator e reafirma sua influência constantemente. De acordo com Gumercindo Dorea (2002), a mídia tem o poder de simular e criar uma imagem específica que tende a conduzir a “desejabilidade” urbana, sendo determinante nas ações e percepções que se dão no e sobre o território. Com a emergência, na atualidade, das chamadas “mídias alternativas” que, de certa forma, buscam disputar narrativas com aquelas consideradas “hegemônicas”, o poder da mídia sobre os sujeitos acaba se tornando ainda mais evidente. As redes sociais, por sua vez, também têm entrado nesta concorrência - ainda que de forma não assumida, já que se apropriam da narrativa de liberdade, da horizontalidade e da “democracia” - reafirmando a máxima de que a **comunicação** e a publicidade são os principais mecanismos de dominação via processos de subjetivação.

A influência exercida pela mídia é tão significativa que ela é conhecida como o quarto poder, imagem que surgiu na França, ao longo da Revolução de 1789, quando os meios de **comunicação** foram designados como “os olhos dos cidadãos”, sendo incumbidos de fiscalizar os outros três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Surge, aí, a imprensa de massa, responsável por fazer soar a “opinião pública”. Entretanto, a partir desta definição, emerge também uma questão: se o quarto poder é o responsável por fiscalizar os outros três, quem poderia controlar este quarto? A resposta, à princípio, seria ninguém, já que a emergência do poder midiático seria, inicialmente, a consolidação de um “contrapoder”. Porém, o que se deu não foi exatamente como indicado e a mídia se consolidou como este quarto poder que, na maioria das vezes, atua em função dos outros três ou como mecanismo de interesses hegemônicos (ou que “vem de cima”) em detrimento de algum poder que, ainda que parcialmente, “emergisse do povo”. Ramonet (2013, p. 66) afirma, então, que o poder midiático, por não ser questionado por outros poderes, não seria democrático, colocando-se fora de qualquer possibilidade de crítica.

Entretanto, o autor vê na *internet* a possibilidade de surgimento de um quinto poder que surgiria com o intuito de questionar o poder midiático. Para Ramonet (2013), a mídia digital e as redes sociais, com sua progressiva influência, tentariam ressignificar o conceito de opinião pública mediante a possibilidade de aglutinação de olhares diversos. Na esteira deste pensamento, Castells (2013, p. 414) aponta a *internet* como uma rede interativa de **comunicação** que seria capaz de fomentar uma nova forma de **comunicação** entre os diferentes. Entretanto, não é exatamente isso que se observa. Como está melhor explorado na seção 4.2 *Tecnopolítica*

e a produção de subjetividade na era digital, a aposta direcionada a uma rede pretensamente neutra e a emergência de uma democracia digital, não tem se consolidado ao longo dos anos. Ao contrário, o que se observa é que o desejado “contrapoder” se insere também em uma lógica de dominação hegemônica sob comando de determinadas plataformas que, inevitável e invariavelmente, são criadas em favor de interesses expressivos nas mais diversas esferas do poder e suas inerentes disputas.

Ainda acreditando no viés democrático e libertário da internet, alguns autores como Bruna Guterman, em sua tese *A Cidade Maravilhosa É A Que Luta: disputas discursivas e territoriais na cidade olímpica*, acreditam na possibilidade de existência de uma mídia das massas, ou seja, hegemônica (como quarto poder) sendo defrontada por uma mídia da multidão expressa pelas relações em rede que se configuram nos espaços digitais e físicos.

Entretanto, tendo em vista o entendimento latouriano sobre a existência de interesses para além dos fatos, e a abordagem cartográfica subsidiada pelo confronto de narrativas, coloca-se como hipótese neste texto, a existência de um número maior de grupos midiáticos (incluindo a comunicação via internet) em disputa que atuam em favor de diferentes interesses geopolíticos. É neste sentido que, indo ao encontro do que foi expresso na seção 5.3 *Geopolítica na atualidade: algumas questões*, vinculada ao platô de inquietações geopolíticas, buscou-se sobrepor a camada relativa à análise midiática à hipótese de existência de três principais grupos geopolíticos<sup>227</sup> que encontram-se em constante movimento e disputa: o Império, o Imperialismo e a Eurásia. Como foi possível observar na seção supracitada, esses grupos não são fixos, mas encontram-se em constante movimento, de modo que esta aposta na formação de redes foi viabilizada por uma análise a respeito das características primordiais expressas pelas mídias no recorte temporal que se pretende investigar (entre os anos de 2008 e 2016) sendo divididas entre nacionais e internacionais.

Por meio da realização de grupos de estudos, pesquisa e investigação cotidiana da atuação de diversas mídias, foi possível observar um direcionamento constante para pautas de fundo neoconservador, progressista, ou de apoio aos interesses eurasiáticos (representados por nações como Rússia e China; países do Oriente Médio, como Irã e Síria; dentre outros que apostam na emergência de um mundo multipolar baseado na formação de redes). Assim, cruzando essa sistematização de tendências ideológicas com a análise tanto teórica quanto prática dos movimentos geopolíticos contemporâneos, foi possível correlacionar as tendências

---

<sup>227</sup> Essa hipótese foi elaborada ao longo dos últimos cinco anos de pesquisa junto aos grupos *Indisciplinar* e *GeoPT*, por meio da realização de grupos de estudo, cartografias e amplas análises dos cenários e dinâmicas geopolíticas.

narrativas com a atuação dos supracitados blocos. Obteve-se como resultado a visualização das formações de grupos midiáticos que podem ser caracterizados como: [Império Progressista Globalista](#), [Imperialismo Neoconcervador Nativista](#) e [Eurásia Sino-Russa](#). Da mesma forma do que foi realizado em relação às categorias, optou-se por indicar no texto a existência desses três grandes grupos sempre que foram citados, a fim de realizar uma ligação entre o debate teórico conceitual e a cartografia das categorias a partir da análise midiática. Portanto, sempre que tais blocos forem referenciados eles aparecerão com seu nome em destaque de acordo com a cor atribuída a cada um deles.

Ao analisar as diversas mídias que atuam com narrativas de tendência progressista, foi possível perceber controvérsias entre seus posicionamentos, apesar da característica geral (progressistas) que os aglutina. Dessa forma, o grupo “[Império Progressista Globalista](#)” foi subdividido entre aqueles atores cujas tendências, apesar de “progressistas”, inclinam a uma defesa narrativa explícita dos interesses hegemônicos do Norte-Global e aqueles cujo discurso se apoia sobre uma interlocução insurgente. É preciso observar, nesse sentido, uma tendência de atuação do [Império](#) a partir daquilo que se entende por “dupla pinça”, ou seja, uma estratégia de dominação que funciona tanto de “cima para baixo” quanto de “baixo para cima” (ou múltiplas pinças, quando as estratégias de dominação advêm de diversos lados), criando e/ou fazendo uso dos discursos “dissidentes” a seu favor. E, mais que isso, tendo em vista que a multidão se situa no seio do [Império](#), as chamadas “mídias multitudinárias” que agora compõe o subitem das mídias “[imperiais progressistas de defesa das insurgências](#)”, não poderiam ser apartadas da base totalizante imperial, conforme argumentam os próprios Hardt e Negri (2012; 2014).

Além disso, observou-se a necessidade de incluir para análise das categorias as narrativas voltadas aos interesses do [Estado](#) vigente ao longo da realização das Jornadas, acrescentando, desta forma, o “grupo” “[Defesa do Governo Dilma](#)”<sup>228</sup> que subsidiará as declarações advindas de representantes do poder, plataformas oficiais e mídias cujo discurso era predominantemente voltado aos interesses estatais no período em recorte.

A respeito das mídias relacionadas aos interesses [euroasiáticos](#) é preciso, de antemão, anunciar uma dificuldade de acesso tanto às páginas quanto às informações específicas sobre o levante posto que, ao menos aparentemente, muitas delas não relataram o ocorrido enquanto outras encontravam-se bloqueadas no território brasileiro no momento de desenvolvimento dessa etapa da cartografia, como é o caso do *Sputnik*. Assim, as informações coletadas para esse bloco

---

<sup>228</sup> Apesar de não se tratar de um bloco geopolítico, mas sendo um dos grupos midiáticos selecionados para análise, sempre que algo relativo a governo, sua defesa ou suas narrativas aparecer no texto será indicado com o uso da cor [verde](#).

mediático advém, predominantemente de três fontes: o Pravda (mais utilizado), o Russian Television (RT) e o Global Research que, apesar de canadense, apresenta características de defesa dos interesses eurasiáticos. Os canais chineses, em sua maioria, são de difícil acesso quando utilizadas ferramentas ocidentais, como o *Google*. Quando era possível entrar em suas páginas o que se observa, de forma geral, é uma ausência de informações a respeito das Jornadas de Junho publicadas no ano de 2013, o que pode estar relacionado com o perfil assumido pelo país no cenário internacional que se apresenta menos tensionador do que o russo, por exemplo.

Na sequência será apresentado o Quadro 31 no qual as mídias a serem analisadas estão organizadas de acordo com os grupos indicados. Ressalta-se, por fim, que o preenchimento do quadro de categorias (QUADRO 32) se dará a partir desses grupos e não por cada mídia separadamente. Para tanto, foi realizada uma base de dados com as informações, links e fontes utilizadas. Destaca-se que algumas mídias apresentam-se em mais de um grupo, o que nos permite observar uma variação discursiva e de alinhamento geopolítico (apesar de concentrar-se notadamente em uma defesa de interesses hegemônicos). Acredita-se que esta variação pode ser sintoma tanto de uma atuação via “dupla pinça”, quanto dos movimentos geopolíticos constantes que indicam a dinamicidade do jogo global, conforme argumentado.

**Quadro 31 - Mídias divididas por blocos de interesse geopolítico para a cartografia das categorias**

Ocidente			Eurásia Sino-Russa	Defesa do Governo Dilma
Imperialismo Neoconservador Nativista	Império Progressista Globalista			
	discurso com tendência hegemônica	discurso de defesa insurgente		
Mídias Nacionais (acesso do texto em português)				
Globo	Globo	The Intercept Brasil		Pronunciamentos dos representantes dos governos
Estadão	BBC Brasil (origem inglesa)	Fórum		Mídias governamentais

	El País Brasil (origem espanhola)	CartaCapital		Brasil 247
	Folha de São Paulo	Opera Mundi		
	GGN (origem francesa)	Outras Palavras		
		Mídia Ninja		
		Le Monde Diplomatique		
<b>Mídias Internacionais</b>				
ABC	The Economist	Instituto Tricontinental	Sputnik (russo)	Pronunciamentos dos representantes dos governos de outros países.
Fox	BBC	Democracy Now	RT (russo)	Mídias governamentais aliadas.
The New Yorker	El País	Open Democracy	Pravda (russo)	
	Times	The Guardian	CGTN (chinês)	
	New York Times	The Intercept	Xinhua News (chinês)	
			One World	
			Strategic Culture	
			Global Research (canadense)	
			Multilateralismo	
			The Cradle (Libanes)	

Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

A partir da formação do quadro base das categorias (QUADRO 30) seguido dessa definição das mídias a serem utilizadas, foi criado um quadro padrão (QUADRO 32) no qual as informações deveriam ser inseridas. Inicialmente optou-se pela criação de uma base a partir de colunas que seria apresentada com o seguinte cabeçalho:

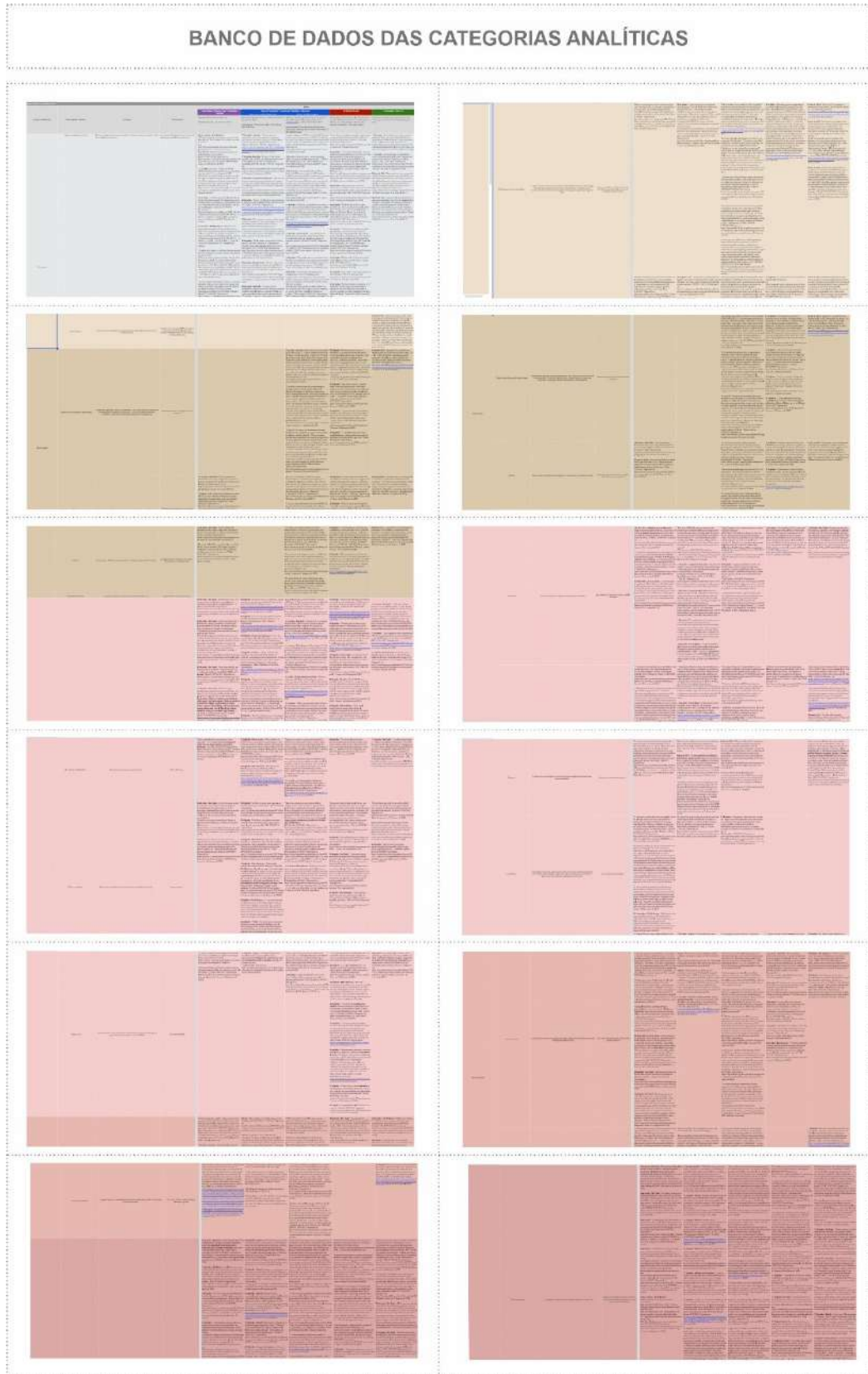
Quadro 32 - Modelo para inserção das informações entre as categorias e as mídias

JORNADAS DE JUNHO DE 2013					
	Mídias				
Categorias Analíticas Subcategorias Analíticas	Ocidente			Eurásia Sino-Russa	Defesa do governo Dilma
	Imperialismo Neoconservador ou Nacionalista Nativista	Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo			
		discurso com tendência hegemônica	discurso de defesa insurgente		
Nesta parte serão listadas as categorias e subcategorias para que possam ser preenchidas com as informações de cada grupo midiático (formados pelas mídias listadas) na coluna correspondente.	<p><b>Nacionais:</b> Record, Estadão, SBT, Veja</p> <p><b>Internacionais:</b> ABC, Fox, The New Yorker</p>	<p><b>Nacionais:</b> Globo, BBC Brasil, El País</p> <p><b>Internacionais:</b> Brasil, Folha de SP, Época, UOL., CBN</p> <p><b>Internacionais:</b> The Economist, BBC, El País, Times, New York Times</p>	<p><b>Nacionais:</b> The Intercept Brasil, Fórum, CartaCapital, Opera Mundi, Mídia Ninja, Quebrando o Tabu, Anarquista.NET, Le Monde Diplomatique Brasil</p> <p><b>Internacionais:</b> Instituto Tricontinental, Democracy Now, Open Democracy, The Guardian, The Intercept, Le Monde Diplomatique.</p>	<p><b>Internacionais:</b> Sputnik (russo), RT (russo), Pravda (russo), CGN (chinês), Xinhua News (chinês), One World, China Daily, Strategic Culture, Global Research (canadense), The Cradle (Libanes)</p>	Pronunciamentos dos representantes dos governos, Mídias, governamentais, Brasil 247, EBC, Agência Brasil

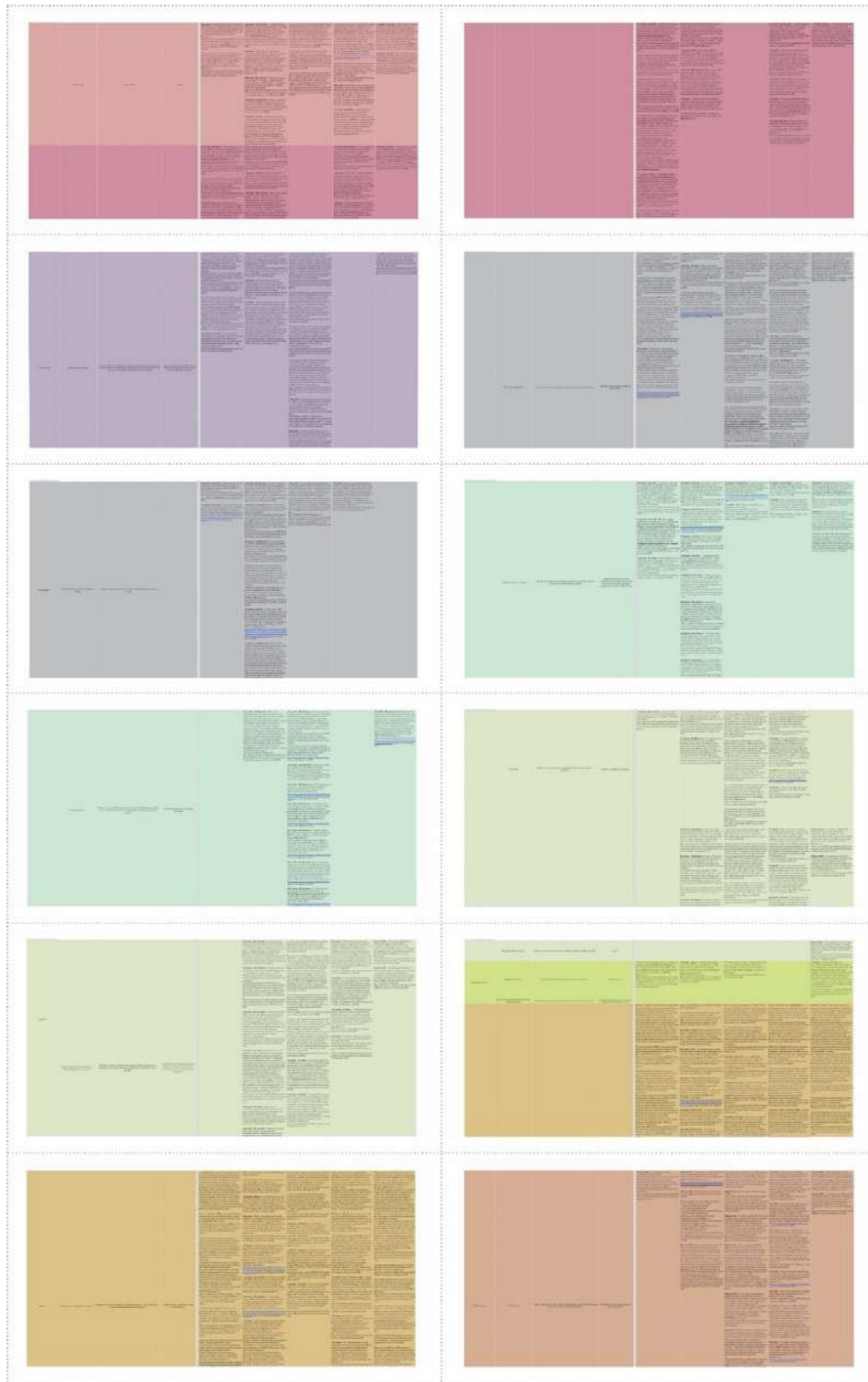
Fonte: Elaborado pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial.

Dessa forma, desenhou-se um quadro que combina as categorias geradas com os grupos midiáticos para receber, posteriormente, as informações advindas desta etapa do percurso cartográfico. Criou-se, então, um amplo banco de dados (formado por uma pasta para cada **levante**, subdividida em uma pasta para cada formação de grupo indicada, composta por pastas temáticas) que foi fundamental para o desenvolvimento da investigação. Em posse dessas informações foi possível preencher o quadro com as narrativas extraídas das diversas notícias consultadas, citando-as de forma direta e, posteriormente, indicando as fontes utilizadas. Tendo em vista a extensão desse documento, optou-se por não anexá-lo à tese, sendo apresentada a Figura 26 como ilustração.

Figura 26 - Imagem ilustrativa do banco de dados da cartografia das categorias







Fonte: Produzida por Carolina Penna e Maira Nobre

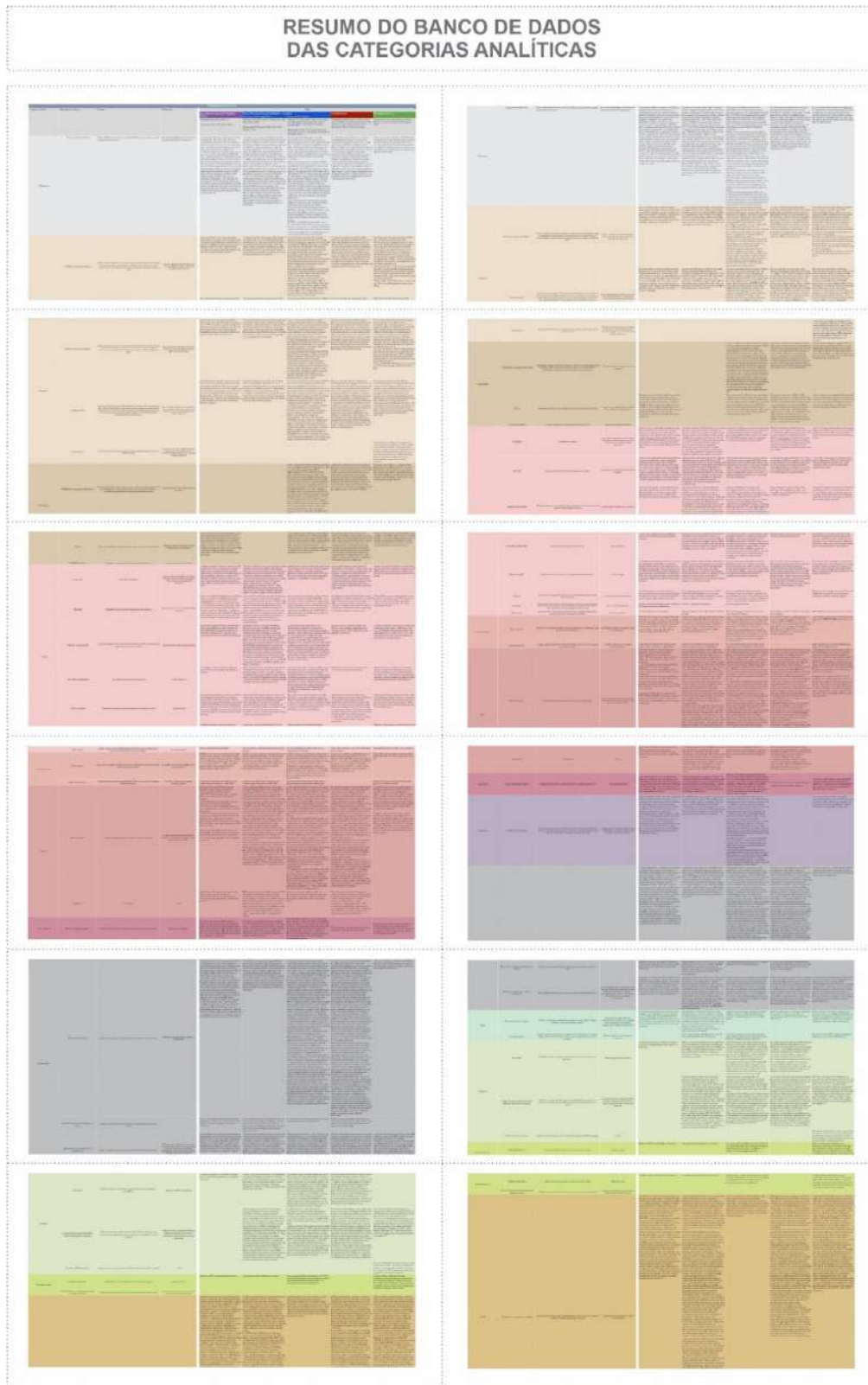
O banco de dados criado para análise das mídias apresenta diversas reportagens de diferentes fontes, buscando o acesso amplo às informações que possibilitaria uma posterior seleção mais precisa daquelas a serem utilizadas<sup>229</sup>. Em posse desse grande número de informações, passou-se para etapa de sistematização, análise e compilação dos dados gerando, três derivações de quadros que demonstram o percurso cartográfico realizado. A última versão dos quadros síntese está ilustrada a seguir (FIGURA 27). Trata-se de um resumo final para cada uma das células que posteriormente foi utilizado para a realização das análises apresentadas adiante, quando o leitor terá acesso, na íntegra, às informações presentes nesse quadro<sup>230</sup>.

---

<sup>229</sup> As referências utilizadas nessa etapa estão disponíveis em *Referências midiáticas para cartografia das categorias*.

<sup>230</sup> Optou-se por apresentá-lo apenas como imagem, neste momento, devido à sua extensão e posteriormente, na seção 9.2.1 *Junho em protesto: a multidão nas ruas brasileiras*, ele será apresentado na íntegra, porém particionado para que seja possível analisar separadamente cada uma de suas subcategorias.

**Figura 27 - Imagem ilustrativa do banco o quadro resumo da cartografia das categorias**



Fonte: Produzida por Carolina Penna e Maíra Nobre

Após o preenchimento do quadro síntese, observou-se que, mesmo se tratando de um resumo, o grande número de colunas tornaria o texto bastante fragmentado, dificultando a leitura. Dessa forma, optou-se por uma rearticulação da planilha que passou para o formato apresentado a seguir (QUADRO 33). Nele, como é possível observar, em cada uma das subcategorias listadas haverá o preenchimento em linha das informações relativas a todos os grupos midiáticos, possibilitando uma leitura mais fluida da síntese dos dados realizada ao longo do processo de investigação.

**Quadro 33 - Modelo de preenchimento do quadro resumo das categorias para análise**

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
<b>CATEGORIAS ANALITICAS</b> Subcategorias analíticas		<b>Mídias</b>  <b>OCIDENTE</b>  <b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> <b>Nacionais:</b> Record, Estadão, SBT, Veja <b>Internacionais:</b> ABC, Fox, The New Yorker  <b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b> <b>- Discurso com tendência hegemônica</b> <b>Nacionais:</b> Globo, BBC Brasil, El País Brasil, Folha de SP, Época, UOL., CBN <b>Internacionais:</b> The Economist, BBC, El País, Times, New York Times  <b>- Discurso de defesa insurgente</b> <b>Nacionais:</b> The Intercept Brasil, Fórum, Cartacapital, Opera Mundi, Mídia Ninja, Quebrando o Tabu, Anarquista.NET, Le Monde Diplomatique Brasil <b>Internacionais:</b> Instituto Tricontinental, Democracy Now, Open Democracy, The Guardian, The Intercept, Le Monde Diplomatique  <b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> <b>Internacionais:</b> Sputnik (russo), RT (russo), Pravda (russo), CGTN (chinês), Xinhua News (chinês), One World, China Daily, Strategic Culture, Global Research (canadense), The Cradle (Libanes)  <b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> <b>Nacionais:</b> Pronunciamentos dos representantes dos governos, Mídias, governamentais, Brasil 247, EBC, Agência Brasil

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, a critério de exemplo, apresenta-se o formato final do quadro que será exposto por partes mais adiante. O Quadro 34 ilustra a forma como serão dispostas as informações usando como exemplo a primeira categoria/subcategoria utilizada na planilha - dados gerais, tempo, manifestantes e locais - (ainda sem a importação das informações).

**Quadro 34 - Exemplo de preenchimento do quadro resumo das categorias para análise**

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</p> <p>Informações</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo, Otacentrismo</p> <p>- Discurso com tendência hegemônica</p> <p>Informações</p>
		<p>- Discurso de defesa insurgente</p> <p>Informações</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Informações</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Informações</p>

**DADOS  
GERAIS**

Tempo, manifestantes e locais

Fonte: Elaborado pela autora.

Devido à extensão desse quadro (quando exposto em sua totalidade) - ainda que se trate de um resumo - optou-se por apresentar suas informações na íntegra, porém de forma fragmentada, ao longo da seção 9.2 *Jornadas de Junho de 2013: contexto e controvérsias* na qual serão debatidas especificamente as informações advindas desta cartografia.

Logo após a realização dessa etapa da pesquisa (na supramencionada seção), outro braço do rizoma cartográfico será expresso por meio da investigação dos principais atores envolvidos na insurgência brasileira - realizada na seção 9.3 *Cartografia dos principais atores humanos coletivos que compuseram as Jornadas de Junho*. A seleção desses atores foi realizada a partir de um cruzamento entre as informações coletadas na cartografia das categorias e as referências bibliográficas mais utilizadas nesta parte da tese.

Para fins de método, é preciso ressaltar que alguns perfis do *Facebook* e *Twitter* foram “monitorados” em um processo “netcartográfico” com o intuito de reconhecer as principais manifestações e narrativas de coletivos de resistência compondo a análise teórica do levante, sem serem enquadrados como fonte para as categorias.

Para finalizar, apresenta-se a estrutura que compõe a PARTE III desta tese. A seção 9.1 *O ciclo de lutas como aposta multitudinária* busca inserir o debate do levante brasileiro na constituição multitudinária global apresentando as principais insurreições a ela pertinentes: (i) *A multidão em gestação: insurgências entre 1990 e 2007*, ou seja, os levantes ocorridos dentro 1990 e 2007; e (ii) *a multidão em ação: ciclo de lutas de 2011*, destacando alguns dos principais acontecimentos do ciclo de 2011 no qual as Jornadas se inserem. Para o desenvolvimento desse processo foi utilizada uma revisão bibliográfica, não lançando mão da cartografia das categorias. A partir daí, a seção 9.2 *Jornadas de Junho de 2013: contextos e controvérsias* é formada por um arcabouço teórico a respeito tanto da situação brasileira durante a eclosão do levante, quanto de uma análise dos principais acontecimentos que o compuseram. Nesse momento será apresentada a cartografia das categorias por meio da exposição das partes que compõem o quadro síntese apresentado anteriormente (FIGURA 27) seguidas de uma análise a respeito de cada uma das categorias. Dando continuidade ao processo cartográfico, mas agora retornando às bases teóricas, desenvolve-se, em 9.3 *Cartografia dos principais atores humanos coletivos que compuseram as Jornadas de Junho*. Nesse sentido, destaca-se a existência de uma ampla base de dados a respeito de um número muito maior de atores envolvidos que contempla tanto **Atores Humanos Coletivos (AHC)**, quanto **Atores Humanos Individuais (AHI)**. Entretanto, em virtude da extensão desta tese, bem como da profundidade complexa dessas informações, optou-se por divulgar apenas uma parte da pesquisa desenvolvida. A escolha daqueles que iriam ser expostos aqui se deu mediante três critérios: aqueles que se destacaram na análise das categorias; aqueles mais imbricados com temáticas urbanas; aqueles mais citados e analisados pelas principais fontes bibliográficas utilizadas ao longo do recorte de pesquisa apresentado neste trabalho.

Dando sequência à investigação, agora tomando a face mais questionadora da cartografia, inicia-se um processo repleto de perguntas a respeito do que foi levantado sobre as Jornadas de Junho. Assim, a seção 9.4 *Jornadas de 2013: produção de subjetividade e Guerra Híbrida?* é formada por uma análise de alguns mecanismos de fomentação do levante a partir de processos de produção de subjetividade atravessada por uma leitura a respeito da possibilidade de o levante brasileiro ser fruto de uma Guerra Híbrida conforme afirmado por alguns autores como Escobar (2017), Leirner (2022) e Korybko (2018). Nessa seção também serão abordados os principais desdobramentos das insurgências de Junho.

## 9 As Jornadas de Junho de 2013 e a multidão no Brasil

As Jornadas de Junho de 2013 são o **levante** brasileiro que compõem o **ciclo de lutas** global que se iniciou em 2011 com a Primavera Árabe. As manifestações se inserem, geopoliticamente, em um contexto controverso. Internacionalmente, o momento de eclosão dos protestos era marcado por uma crise do capitalismo global que levou à formação de diversos movimentos de caráter multitudinário espalhados rizomaticamente à nível mundial, ocupando parte significativa das **subjetividades** potencialmente insurgentes. Internamente, observa-se um quadro controverso no qual o crescimento econômico e a criação de políticas anticíclicas para contenção da crise mundial se contrapunha a uma série de ações governamentais que impactavam negativamente parcela substancial da população. Havia um contexto de frustração de grande parte dos líderes sociais e intelectuais com a forma de governar petista que, em alguns momentos, tinha cedido à investidas do capital financeiro internacional e, em outros, ou de forma mais geral, não alcançado a utopia construída por um percentual significativo de membros deste grupo que acreditava em mudanças sociais e políticas mais profundas. Além disso, observa-se que, no âmbito municipal, havia, em parte do país, uma tendência à criação de políticas alinhadas aos interesses neoliberais e dissociadas das propostas participativas anteriormente cunhadas, o que acabou levando a articulações locais de resistência encabeçadas por atores que, posteriormente, se tornaram centrais na composição das Jornadas.

Assim, as Jornadas de Junho de 2013 se assentam entre a contagiante festividade multitudinária, embebida por paixões alegres; a controversa situação nacional, na qual desenvolvimento econômico e demandas sociais compunham quadros, em alguns momentos (ou ao menos aparentemente) antagônicos; as possíveis investidas internacionais com a finalidade de aniquilar uma emergente potência que se associava geopoliticamente com o “perigoso” e crescente bloco eurasiático; e inúmeras outras questões de cunho econômico, político e social, que variam da escala mais próxima à mais distante.

A multiplicidade do **levante** é incalculável e analisá-lo em sua totalidade seria uma pretensão, no mínimo, arrogante. Isso, sem contar que, em cada território no qual se inseriu, 2013 teve uma cara e uma luta mais direta, sendo herdeiro de inúmeros movimentos locais que já vinham se estabelecendo ao longo dos anos, mas que, inegavelmente, apresentavam um ponto em comum: *é a questão urbana, estúpido!* como bem lembra Maricato (2013) em texto assim intitulado. Em Belo Horizonte, por exemplo, a preparação da região central para a Operação



Urbana Consorciada (OUC) ACLO<sup>231</sup>, compunha uma política ultraneoliberal gestada pelo ex-prefeito Márcio Lacerda, responsável, ainda, pelo declínio quase fatal de políticas de participação social como o Orçamento Participativo, outrora potentes na cidade.

Em São Paulo, por sua vez, é possível observar que o caos urbano marcado, principalmente, pelo grande número de automóveis nas ruas e as más condições do transporte coletivo, foi cedendo espaço para uma situação de calamidade agravada, também, pelas políticas neoliberais de restrição de acesso aos espaços públicos, como é o caso do Parque Augusta e do Largo da Batata. Já no Rio de Janeiro, as remoções em função dos megaeventos, bem como a crueldade da ação policial nas vilas e favelas, ganharam visibilidade jamais vista, ocupando espaço central nos debates de grande parte dos movimentos sociais locais. Já em 2012, com a ocorrência da Rio +20 “o exército foi acionado para ‘controlar’ territórios específicos, com intuito de ‘apaziguar’ possíveis conflitos urbanos” (GUTERMAN, 2017, p. 129-130). Em paralelo a este evento ocorreu a Cúpula dos Povos<sup>232</sup>, um significativo encontro de movimentos sociais e ONGs que realizou diversas denúncias sobre ações governamentais e pode ser entendido como um fomentador insurgente daquilo que ocorreria no ano seguinte. Em abril de 2013, em meio a uma crise de representatividade que atravessava o governo federal e o estadual do Rio, o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, reclamando do atraso das obras para realização da Copa, fez uma declaração polêmica “menos democracia às vezes é melhor para se organizar uma Copa do Mundo”.

Além das questões locais, que se citadas ocuparão um terreno considerável desta tese, políticas federais pretensamente sociais, mas também com forte viés econômico, como o MCMV<sup>233</sup>, que alcançaram diversos municípios, receberam severas críticas - advindas predominantemente de técnicos e acadêmicos - em relação à sua qualidade e forma de

---

<sup>231</sup> Mais informações a respeito desse tema podem ser encontradas no artigo *#NãoVaiTerNovaBH: linhas de fuga na produção da cidade neoliberal* de autoria de Janaina Pinheiro, Josiane Alves, Brenda de Castro e Natacha Rena. Disponível em: [nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=en](http://nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=en). Acesso em 08 de setembro de 2023.

<sup>232</sup> A Cúpula dos Povos foi um evento paralelo à Rio+20, organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países. O evento aconteceu entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo. O evento foi gerido pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira (CFSC) e contou com a participação ativa de membros da sociedade civil e movimentos sociais de vários países, entretanto o acesso aos nomes das organizações envolvidas não é tão simples. Sabe-se que o Planeta Fêmea recebeu grande destaque ao longo do encontro, ao mesmo tempo que a Universidade Nômade foi muito atuante.

<sup>233</sup> Apesar de se tratar de uma política social, o Programa Minha Casa Minha Vida foi uma das medidas anticíclicas utilizadas pelo segundo governo Lula para assegurar um giro interno de capital fomentado pela construção civil e ampliação das obras de infraestrutura visando o crescimento do país e a contenção da crise de 2008.

implantação. Cada cidade deste país, certamente, possuía algo pelo qual legitimamente valeria a pena lutar e essa fome de mudança foi “viajando horizontalmente” e se sobrepondo ao imaginário insurgente fomentado pelas notícias que circulavam a respeito de **levantes** que se espalhavam por todo o planeta. Assim, para Cava<sup>234</sup> (2013, p. 87) - no mesmo sentido da indagação posta por Deleuze e Guattari (2011b) - "a pergunta certa não é porque se indignam com tanta ênfase. Mas, sim, como não se indignaram, quando sequer o básico é garantido, enquanto a cidade se transforma num playground exclusivo de rico? Como não se indignar o tempo todo?" Na leitura de Silva (2014, p. 75) “a *cidade menor*, criativa, produtiva, alegre, inovadora, de corpos desejanter em expansão” havia se insurgido contra a *cidade maior*, marcada por um autoritarismo individualista, pelos megaeventos e “projetos neodesenvolvimentistas e funcionalistas. A *cidade menor* se insurgiu para afirmar a vida”. Era uma espécie de inspiração acompanhada por uma esperança global de mudança proveniente de um descontentamento generalizado com os padrões contemporâneos do capitalismo.

As Jornadas de Junho foram formadas por tudo isso e por muito mais coisas. Era sim a questão urbana, mas era também a questão tecnológica, subjetiva, multitudinária, **geopolítica**, estratégica, manipulatória e, no limite, quem sabe, a composição de uma Guerra Híbrida. Certamente, inclusive, era bem mais que isso, alcançando pontos que, por enquanto, parecem inacessíveis à esta pesquisa e que, com o tempo, podem ir emergindo através de cada novo **desdobramento** e olhar voltado àquele acontecimento. Assim, o presente recorte a respeito das Jornadas visa uma recuperação da supracitada questão urbana como ponto de inflexão, mas, posteriormente, pretende viajar do território local ao território (inter)nacional atravessando, ainda que de forma inicial, alguns terrenos próprios à **subjetividade**.

## 9.1 O ciclo de lutas como aposta multitudinária

Esta seção se destina à apresentação de 10 insurreições que ocorreram no mundo entre os anos 1990 e 2014 e que, pensando a partir de uma concepção histórica, influenciaram a formação das Jornadas brasileiras. A escolha desses eventos se deu com base na literatura utilizada, ou seja, aqueles citados com maior ênfase nos textos de referência, principalmente nos de Hardt e Negri (2012; 2014) e Negri e Hardt (2016) compuseram esta lista. Como pode ser observado, todos os acontecimentos fazem parte do período histórico que sucedeu a queda do

---

<sup>234</sup> Bruno Cava é ligado à Universidade Nômade, uma rede transnacional composta por intelectuais e artistas que esteve diretamente ligada na realização do 15M e também das Jornadas de Junho de 2013.

Muro de Berlim, em 1989, um marco para a reconfiguração dos **movimentos sociais** - além de ser um momento que inaugura a definitiva emergência do **Império** como potência totalizante no mundo. Entretanto, destaca-se que, para Hardt e Negri (2012), este período é formado por duas diferentes fases: uma que vai de 1990 a 2007 e outra, a partir de 2008. A primeira delas não contempla um ciclo, mas movimentos que apresentam características multitudinálises e vão sendo gestados como preparação ou experimentos para que posteriormente se funde, de fato (na segunda fase), um contexto de lutas da multidão. Este contexto, como pode ser observado na parte anterior, se inicia com a crise do capitalismo de 2008 e atravessa o mundo com os chamados *protestos de 2011*. Destaca-se, a seguir, os **levantes** investigados pertencentes às duas fases. Fase 1: (i) Reclaim the Street (Londres, 1992); (ii) Macacões Brancos (Roma, início dos anos 1990); (iii) Zapatistas (México, 1994); (iv) Batalha de Seattle (Seattle, 1999); (v) Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2001); (vi) Batalha de Gênova (Gênova, 2001); (vii) Revoluções Coloridas (países do Leste Europeu, Balcãs e Cáucaso, início dos anos 2000). Fase 2: (i) Primavera Árabe (países árabes - 2011); (ii) 15M (Espanha, 2011); (iii) *Occupy Wall Street* (Nova Iorque, 2011). Apesar de contemplada por menos **levantes**, a fase dois apresentará uma análise mais aprofundada das insurgências em questão.

### 9.1.1 A multidão em gestação: insurgências entre 1990 e 2007

Esta seção irá abordar aquilo que Hardt e Negri (2012) entendem como um embrião da multidão. Desde a queda do Muro de Berlim até o final da primeira década do século XXI, o que os autores observam são **levantes** que apresentam caráter multitudinário mas que ainda não configuram um ciclo global de lutas. Com reivindicações locais mas que, de algum modo, denunciavam problemas de escala mundial, esses movimentos foram fundamentais para a configuração daqueles considerados pelos autores como, de fato, multitudinários. O marcante uso das redes, a organização rizomática, a aparente ausência de liderança, dentre outras características, são elementos que posteriormente foram apropriados, aprofundados e aprimorados no **ciclo de lutas** de 2011.

De acordo com Gohn (2019, p. 132-133), há uma sintonia enorme entre estes movimentos que inauguraram as lutas globais e as Jornadas de Junho de 2013 e, por isso, é preciso olhar para eles com muito carinho. Trata-se de movimentos precursores daquilo que posteriormente iriam se instaurar e traziam a relação entre a *internet* e as ações de rua, bem como a associação em rede global, como elementos chave em suas construções. Naquele momento já se iniciava uma negação das lutas tradicionais e suas estruturas enrijecidas e verticalizadas. Rompe-se,

além disso, com a imagem das lideranças capazes de negociar com o Estado, já que começaram a ser vistas como frágeis alvos de captura dos interesses institucionais. Assim, “horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, foco na ampliação de liberdade e ampla utilização das redes sociais digitais, são algumas das novidades mais evidentes.” (AUGUSTO; ROSA; REZENDE, 2016, p. 26).

Desta forma, é possível observar que o campo autonomista, apesar de ter herdado algumas orientações advindas do campo socialista, rejeitou suas estruturas. Assim, alguns elementos que passam a ser construídos a partir desse momento e se consolidam com o ciclo de 2011, remetem à formas de organização anarquistas que são contrárias à hierarquia, centralização de poder, representação e liderança. É daí que surge a ideia da horizontalidade e da conexão em redes, além da preferência por ações diretas que não apresentam um viés revolucionário, ou seja, de tomada de poder<sup>235</sup>. Além disso, a relação intrínseca com a *internet* se inicia neste primeiro momento, principalmente em meio à luta Zapatista, realizada no México, e se intensifica nos levantes que sucederam. A partir de então, este mecanismo e, posteriormente, as redes sociais, passam a ser fundamentais para as mobilizações sociais e possibilitam, muitas vezes, a existência de grupos muito heterogêneos de participantes que, em sua maioria, estão desvinculados de organizações tradicionais.

#### **a) Reclaim the Street (RTS) - 1992**

Realizado em Londres, durante a década de 1990, o Reclaim the Street (RTS), em sua busca por reconquistar as ruas - conforme o próprio nome indica - foi um movimento tipicamente urbano que trazia o questionamento do intenso uso de automóveis como sua pauta central - dando continuidade ao debate urbanístico que se iniciou nos anos 1960 e já colocava em xeque a predominância deste tipo de meio de transporte. Nota-se, desta forma, uma outra camada do movimento que se deitava contra a cidade modernista e, conseqüentemente, o planejamento urbano tradicional, posto que esta cidade era vista como uma “máquina capitalista” funcionando para as elites e escravizando os trabalhadores. Sua escala “desumana”, as amplas distâncias e o projeto voltado para o deslocamento pelo automóvel, eram elementos amplamente criticados.

---

<sup>235</sup> Ver a definição de revolução e sua diferenciação de outros conceitos na dissertação *Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2013*, disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40741>.

De cunho anárquico e ecológico, o RTS pode ser considerado um pioneiro na onda que se inaugurou naquele período de críticas à globalização e seu impacto na vida em sociedade. Como principal tática para realização de suas reivindicações, destaca-se a ocupação de **espaços** públicos, principalmente das ruas, por meio de ações diretas e não violentas sendo, muitas vezes, marcadas pela festividade dos atos.

O movimento, que se manifestava contra as rodovias da capital inglesa, teve início, justamente, em uma luta por Twyford Down, na qual um grupo pequeno de indivíduos se reuniu para manifestar contra os automóveis e todo o sistema a eles relacionados - incluindo as rodovias - e a favor de outros modos de locomoção na cidade, como a caminhada, as bicicletas e transportes públicos coletivos baratos e de qualidade. Assim, reconquistar as ruas era retomar seu uso público e limpo. A ideia foi se espalhando por todo o Reino Unido e, inicialmente, focou-se em apresentar os altos impactos sociais e ambientais de todo o sistema relacionado ao uso dos carros. Entretanto, com o passar do tempo, a luta foi se ampliando e acabou tornando-se contra todo o sistema capitalista, tal qual se tornou tendência entre os movimentos do período.

#### **b) Macacões Brancos - década de 1990**

Na Roma de meados da década de 1990, quando partidos e organizações de **esquerda** eram progressivamente marginalizados, surgiu o movimento Macacões Brancos, um Ator Humano Coletivo (AHC) que iria se destacar em **levantes** como a Revolução Zapatista e a Batalha de Seattle. Como lembram Hardt e Negri (2012, p. 334) trata-se do maior expoente entre os movimentos democráticos radicais europeus que emergiram naquele período.

O movimento foi criado quando, nos centros sociais italianos, os militantes se reuniram para pensar os rumos que a sociedade vinha tomando naquele contexto. Apesar do surgimento dos Macacões Brancos se dar apenas em meados dos anos 1990, estes centros ergueram-se ainda nos anos 1970, quando grupos de jovens ocupavam prédios abandonados e criavam locais de gestão autônoma, como cafés, estações de rádio, áreas de leitura ou de concerto, se configurando como os principais **espaços** sociais alternativos na Itália daquela década.

Já nos anos 1980, os locais passaram a ser utilizados pelos jovens - que haviam presenciado a derrocada e as mazelas das vidas de seus pais operários -, como áreas de debate e formação neste novo contexto econômico, político e social global. A experiência, que se espalhou por toda a Europa, tinha na Itália seu principal berço, tendo em vista a intensa luta de classes que se instaurou no país entre os anos 70 e 80. Já na década de 90, com o arrefecimento deste processo, os jovens passaram a identificar e questionar a nova forma de trabalho à qual

estavam sendo submetidos após a derrocada do Estado de bem-estar social europeu. Flexibilidade, mobilidade e precarização do trabalho, faziam parte do contexto pós-fordista e os antigos macacões azuis presentes nas fábricas, passaram a ser substituídos pelos brancos.

Assim, o movimento dos Macacões Brancos, fruto desse novo contexto e da queda dos movimentos tradicionais de esquerda, tinha cunho autonomista e anarquista, indo contra a filiação partidária e a participação em qualquer grupo político estruturado nos moldes clássicos. Eram os “trabalhadores invisíveis, sem contrato e sem identificação.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 335)<sup>236</sup>.

Os autores lembram, que não demorou muito para que os jovens desse coletivo se tornassem experts na organização de festas<sup>237</sup> como raves que se espalhavam pelas grandes cidades. “E os Macacões Brancos associavam a festividade a seu ativismo político.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 336).<sup>238</sup> Era nas ruas que esses atores denunciavam as mazelas da vida e a precarização do trabalho, que se colocavam contra a pobreza e reivindicavam, já naquele contexto, a existência de uma renda mínima que alcançasse a todos.

À medida que o movimento crescia e se espalhava pelas cidades, os manifestantes passaram a se associar com grupos de imigrantes ilegais e de refugiados políticos. E foi nesse contexto que se iniciaram, também, os embates mais intensos com a polícia. Uma importante estratégia mediante essa realidade, foi a criação e exposição de espetáculos que ilustravam a repressão policial, colocando os ativistas “ilegais” como Robocops performáticos por trás de seus escudos e veículos blindados. Assim, de forma também simbólica, os ativistas trajavam joelheiras brancas e capacetes de futebol, transformando seus carros festivos e alegóricos em pequenos tanques de combate. Tratava-se de uma ironia pós-moderna. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 336).

Apesar da intensidade dos atos em território europeu, os autores destacam que a atuação dos Macacões Brancos ganhou outra e muito mais intensa simbologia quando extrapolaram estas fronteiras e se deslocaram para o México, atuando junto à rebelião Zapatista. A globalização havia se inserido no contexto dos movimentos sociais e, juntos, zapatistas e macacões, passaram a investigar novos modos de reivindicar e fazer política. “Assim foi que os Macacões Brancos juntaram-se aos grupos de apoio da revolta mexicana, adotando por sua vez como símbolo o

---

<sup>236</sup> É curioso pensar, a questão da identidade e dos sem rosto neste contexto, que se firmava por meio da invisibilização dos trabalhadores precarizados.

<sup>237</sup> Vale observar como a festa vai se inserindo nos movimentos de forma cada vez mais direta, tornando-se parte fundamental dos atos. Isso não quer dizer que não havia algo de profundamente festivo nos movimentos clássicos, nem que o encontro, naquele contexto, não era altamente celebrado, mas que a festa passa a ter outro caráter, assumindo centralidades nas mobilizações e sendo ela mesma mecanismo de reivindicação. Nas Jornadas de 2013, a festividade carnavalesca é um dos elementos que mais se destacam.

<sup>238</sup> Fica interessante pensar, já na raiz desses movimentos a associação premente entre a festa e a luta, que vai se tornando um dos principais léxicos políticos das lutas que se sucederam.

cavalo branco de Zapata.” (HARDT; NEGRI, 2012, p. 336). Associa-se, neste contexto, a internet, importante dispositivo da luta mexicana à expertise territorial de atuação dos italianos, que viam nas ruas seu principal **espaço** de ironia reivindicatória. Atuava-se, assim, traescaladamente nos territórios nacional, internacional e global por meio de ações “de baixo para cima”.

Após a experiência no México, os Macacões Brancos voltaram para a Europa com um projeto muito mais estruturado que, neste momento, se colocava contra a globalização e o neoliberalismo. Foi neste contexto que emergiram as manifestações em Seattle, e como se pode esperar, os atores italianos se uniram à luta em 1999, aprendendo táticas de desobediência civil e ações não violentas com os ativistas americanos. Estas táticas foram uma maneira de aprimorar e intensificar as já estabelecidas manifestações irônicas e simbólicas italianas e a luta migrou e se estabeleceu em vários outros territórios, como Quebec, Nice, Praga e Gotemburgo.

A última atuação do grupo se deu em Gênova, em 2001, quando se destacou como um dos principais articuladores dos protestos que contaram com mais de trezentos mil militantes. Neste contexto, a reação policial foi mais intensa e a ironia reprimida com violência. Após esta experiência, a decisão tomada pelo grupo foi de desaparecer, acreditando ter passado o seu momento de liderança frente às multidões em formação. Para Hardt e Negri (2012, p. 337), o mais valioso na experiência dos Macacões Brancos foi a criação de novas formas de expressão num novo contexto social e de trabalho, organizando-se em rede e tendo a mobilidade e a flexibilidade (típicas do neoliberalismo), como ferramentas a serem utilizadas em seu favor.

### **c) Zapatistas - 1994**

A Revolução Zapatista, datada de 1994, é conhecida como a principal precursora dos protestos que posteriormente vão se configurar como movimentos que se estabelecem entre redes e ruas. Trata-se de um **levante** que eclodiu no México, mais precisamente na cidade de Chiapas - rica em urânio, madeira e petróleo -, onde foi estabelecida uma resistência ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Foi criado, naquele momento, o Exército Zapatista pela Libertação Nacional (EZLN) formado inicialmente por pessoas de classe média e que, posteriormente, mediante derrotas em conflitos armados, se abriu a demais representantes da sociedade civil, normalmente relacionados a ONGs nacionais e internacionais. A princípio, as estratégias utilizadas pelo grupo se estabeleciam sob a lógica das guerrilhas, mas com a abertura a novos integrantes, foram se modificando tal qual grande parte das narrativas insurgentes. Ao conflito militar armado somou-se o uso de tecnologias de **comunicação**, na mesma medida que passou a se conformar uma nova organização cuja topologia se assemelhava a uma teia de



aranha formada por eixos bem estruturados, hiperconectados entre si e ligados a nós de conexão fraca (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 76).

De acordo com Hardt e Negri (2012, p.123) “os zapatistas são o pivô entre o velho modelo guerrilheiro e o novo modelo de estruturas biopolíticas em rede”<sup>239</sup>, sendo uma importante referência para compreensão de como a transição do fordismo para o pós-fordismo atingiu tanto áreas urbanas quanto rurais, permitindo a conexão de diversas lutas locais em escala global. Assim, os zapatistas basicamente não deixaram de ser um movimento camponês, tal qual suas origens, mas passaram a utilizar a *internet* e as tecnologias de **comunicação** como mecanismos para distribuição de informações e narrativas para o mundo exterior à sua luta, o que permitiu seu alcance transescalar.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional ficou conhecido no início de sua existência devido ao uso original da mídia incluindo comunicações eletrônicas e postagens na internet a partir da Selva Lacandona. Contudo, ainda mais importantes e inovadoras são as redes de comunicação e as verdades políticas criadas nas práticas comunitárias zapatistas de governo autônomo coletivo. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 59).

Além disso, os autores destacam que uma das principais características do movimento é a ênfase dada na criação e na organização de relações horizontais e em rede que se contrapõem às velhas estruturas verticalizadas. Princípio que vai de encontro ao nome que o movimento atribui a si mesmo, posto que, conforme indicado, o EZLN é um exército, organização formada por diferentes patentes, altamente hierarquizada. Entretanto, se observar mais atentamente, percebe-se, que apesar de herdarem muitas características das guerrilhas tradicionais latino americanas - inclusive uma tendência para a hierarquia militar centralizada -, a prática zapatista dissolve essas hierarquias, transformando a própria ironia numa estratégia política. O que fica claro quando, por exemplo, observa-se o principal lema do grupo “comandar obedecendo”, que transmuta as relações hierárquicas tradicionais. No EZLN as lideranças são rotativas e, para Hardt e Negri (2012, p. 124), há um relativo vácuo de poder na região central. “Marcos, o porta-voz principal ícone quase mítico dos zapatistas, tem a patente de subcomandante para enfatizar sua relativa subordinação.” Além disso, o objetivo final do movimento, nunca foi comandar o **Estado**, mas “mudar o mundo sem tomar o poder”.

O consolidado ideal global do movimento pode também ser observado por meio de uma expansão internacional da rede Zapatista que passou a incorporar grupos não só de mexicanos, mas também de pessoas residentes em outros países, como Canadá, Estados Unidos, Itália e

---

<sup>239</sup> Debate apresentado na seção 6.1 *Guerrilhas e movimentos sociais: a composição das lutas e a chegada da multidão*.



Espanha<sup>240</sup>. Essa expansão impactou diretamente as **pautas** por eles defendidas e a EZLN deixou de lado a tomada de poder como mote central de sua luta, incorporando, em seu lugar, questões como direitos indígenas, proteção ambiental, a mulher na política e os direitos trabalhistas (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 80-83). Os meios técnicos para organização e propagação das questões agora em foco também foram modificados, passando a ser fornecidos pelos novos atores envolvidos no **levante**, em especial pela ONG *Association for Progressive Communications* (APC), com sede em São Francisco, mas braços nos cinco continentes. Os principais financiadores dessa ONG são fundações internacionais como a *Open Society* e a *Ford Foundation*<sup>241</sup>. (BISCO JR.; LINO, 2006, p. 3-4).

#### **d) Batalha de Seattle - 1999**

Hardt e Negri (2014) apontam que o **levante** ocorrido em Seattle, nos EUA, em 1999, provavelmente tenha sido um dos primeiros passos na direção de lutas inerentemente globais, configurando-se, assim, como um expoente no processo de gestação das insurgências multitudinárias. Hardt e Negri (2012, p. 278) afirmam que inaugura-se ali um novo ciclo nas lutas e protestos que posteriormente se constituiu em atos realizados em reuniões de diferentes cúpulas representantes do poder global.

As manifestações de Seattle (1999) foram organizadas como forma de oposição à realização da cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) entre os dias 30 de novembro e 02 de dezembro, tendo como objetivo paralisar as negociações, buscando dismantlar a agenda neoliberal. As passeatas eram identificadas com o movimento antiglobalização e defendiam a **pauta** de uma revolução global. O movimento é bastante conhecido por ter, pela primeira vez, atraído a atenção da mídia internacional a respeito do sistema de dominação global que já havia sido denunciado inúmeras vezes e em diferentes locais, mas com pouca repercussão.

---

<sup>240</sup>É fundamental perceber nesse processo de modificação do Movimento Zapatista a partir da integração de novos membros que, dos quatro países citados como locais de origem desses integrantes, três compõem o G7 (EUA, Canadá e Itália), sendo grandes representantes das forças do Norte Global atuando sobre as mobilizações no Sul.

<sup>241</sup> Questões relativas às redes de financiamentos de ONGs e movimentos sociais foram abordadas no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*, que contará, na seção 7.5 *Aproximação cartográfica à rede financeiro-filantrópica internacional*, com uma cartografia destas duas fundações.

De acordo com Francis Dupuis-Déri (2014, p. 53-54), o **levante** realizado em Seattle pode ser conhecido como um movimento transnacional que tinha a antiglobalização como sua principal **pauta**. Chamada também de “movimento dos movimentos”, esta insurreição fomentou manifestações em diversos eventos promovidos por organizações como a OMC, o FMI, o G8, o G20 e a União Europeia, realizando várias ações nas cidades anfitriãs desses encontros de representantes do poder global. Dentre as táticas de luta, destacava-se ocupações das ruas e realização de passeatas encabeçadas por movimentos organizados, como sindicatos e partidos políticos. Em paralelo a essas ações, outros grupos, como os *Black Blocs*, atuavam de forma mais subversiva e, muitas vezes, mais violenta.

Além disso, foi a partir desse movimento que os protestos ocorridos em países latino americanos contra FMI, Banco Mundial e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) passaram a ser vistos com outros olhos e compreendidos coletivamente, como uma só luta contra o sistema, articulando uma mobilização em escala global que, em certa medida, apresentou seu ápice na realização dos Fóruns Sociais Mundiais - como o realizado em Porto Alegre que será posteriormente abordado. Nestes Fóruns militantes, ONGs e intelectuais debatiam questões como a forma presente da globalização e maneiras alternativas de lidar com essa realidade.

Construídos por uma coalizão de ativistas do *Direct Action Network* (DAN), os protestos de Seattle foram organizados de forma semelhante aos realizados em Chiapas. Táticas como resistência pacífica, enxameamento, divisão em grupos por afinidades e afluência de contaminação tanto digital quanto física, foram aplicadas aos dois **levantes** e seguiram como tendência naqueles que sucederam. A organização em grupos, por exemplo, tornou-se uma estratégia comum dos movimentos até hoje, sendo um dos pontos de destaque para a análise de Chossudovsky a respeito do Fórum Social Mundial (FSM) apresentada posteriormente. Estes grupos poderiam ser organizados em células ou agir como flutuantes e se articulavam, de forma geral, sem uma liderança aparente, tendo a coordenação estabelecida por meio de um conselho de porta-vozes que comunicavam as decisões tomadas coletivamente por meio de consulta democrática ou consenso.

Os atores em rede de Seattle decidiram suas **pautas** de maneira dinâmica - variando em relação ao tempo - e pouquíssimo clara, o que, de alguma forma, impactou a sua midiaticização pelas fontes tradicionais que tendiam a cobrir apenas o acontecimento institucional, ou seja, a reunião da OMC, deixando de lado, os protestos que ocorriam do lado de fora da cúpula. Quando havia alguma notícia sobre as manifestações, além do pouco tempo de informações e imagens que apareciam nas periferias das câmeras, a tendência era uma caracterização dos manifestantes como baderneiros. As imagens mostradas eram de depredação e violência, como

a queima de latas de lixo e quebra de vidraças, associando, muitas vezes, as ações aos grupos *Black Blocs*, já que, a maior parte dos “baderneiros”, agia sob vestimentas pretas e rostos cobertos, tal qual propagado pela tática<sup>242</sup>.

A saída para isso foi a criação de uma mídia própria e independente chamada *Independent Media Center* (IMC), conhecida como Indymedia e no Brasil como Centro de Mídia Independente (CMI)<sup>243</sup>, que funcionava de forma colaborativa em regime *copyleft* e baseada essencialmente na internet<sup>244</sup>. Construído a partir do conceito de mídia sob demanda, o IMC se propunha a fazer uma cobertura minuto a minuto dos acontecimentos ligados à manifestação, usando um democrático sistema de edição aberta (*open-publishing*) e atuando como uma câmara de compensação de informações para jornalistas recolhendo e disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos e vídeos em um regime de *copyleft* através de seu website.<sup>245</sup> (MALINI, ANTOUN, 2013, p. 137). Assim, em oposição à narrativa da mídia oficial a respeito dos “baderneiros de preto” em Seattle, o IMC, viralizou na *internet* um cartaz com a foto de um policial vestido de preto projetando sua moto sobre manifestantes ajoelhados em meio à um intenso sombreamento provocado pelo uso de gás lacrimogêneo, trazendo a seguinte frase: “Nós também repudiamos a atitude desses estranhos baderneiros vestidos de preto que usam de violência contra população ordeira e pacífica.”

Após a atuação de sucesso em Seattle, a Indymedia se tornou permanente e se espalhou por várias cidades dos Estados Unidos e do mundo, tendo vital importância em lutas posteriores,

---

<sup>242</sup> Neste momento, observa-se a interessante presença de um ator (ou tática) em Seattle que se repete nas Jornadas de 2013 - os *Black Blocs* - gerando (ou possibilitando) a criação, por parte das mídias, de semelhantes narrativas pejorativas sobre os atos ocorridos nas duas localidades.

<sup>243</sup> Observar a intrigante coincidência da sigla com a de Capitalismo Mundial Integrado, cunhada por Félix Guattari.

<sup>244</sup> O IMC brasileiro, ou seja, o CMI Brasil, foi criado no ano 2000 sendo definido em seu site como “uma rede anticapitalista de produtores/as de mídias autônomos/as e voluntários/as. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente, o CMI procura garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social - que esteja em sintonia com esses objetivos - possam publicar sua própria versão dos fatos. Acreditamos que, dessa maneira, estaremos rompendo com o papel de espectador passivo/a e transformando a prática midiática.” Site do CMI. Disponível em: [www.midiaindependente.org](http://www.midiaindependente.org). Acesso em 05 de maio de 2021. Um dos participantes pioneiros na organização da Indymedia Brasil é Pablo Ortellado, também ligado à rede da Universidade Nômade e um dos bolsistas da *Open Society Foundation*. Seu Vínculo com a OSF se dá mediante o desenvolvimento de uma pesquisa na qual investiga a razão pela qual os movimentos de protestos internacionais tendem a rejeitar governos representativos ao mesmo tempo em que exigem melhoria nos serviços públicos (informação disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/grants/open-society-fellowship>. Acesso em 20 de setembro de 2023).

<sup>245</sup> Observa-se a semelhança da atuação do IMC em Seattle com a da Mídia Ninja - ator a ser cartografado na seção 9.3 *Cartografia dos principais Atores Humanos Coletivos que compuseram as Jornadas de Junho* - no Brasil em 2013.

como o 15M, na Espanha. Assim, surgiram mais de 30 IMCs para acompanhar protestos e denunciar possíveis atos de violência em todo o mundo, uma busca de contraposição às mídias tradicionais por meio da disputa de narrativas<sup>246</sup>. Para Guterman (2017, p. 38) este foi o acontecimento que marcou definitivamente o ciberativismo como importante vertente dos movimentos insurgentes.

#### e) Fórum Social Mundial

Conforme supracitado, a Batalha de Seattle teve grande repercussão e, a partir dela, os movimentos antiglobalização se espalharam mundialmente assumindo temáticas contrárias à realização de cúpulas do FMI, do Banco Mundial, da União Europeia, do G-8, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fórum Econômico Mundial (FEM) - organizações identificadas como importantes centros do poder imperial. O auge deste processo se deu em Gênova (2001) quando cerca de 300 mil pessoas ocuparam as ruas para protestar contra a reunião do G-8 sendo duramente reprimidas pelo governo Berlusconi.

Na esteira desses movimentos foi organizado, em 2001 (meses antes dos protestos de Gênova), o Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre - Brasil, cuja intenção era propor alternativas ao neoliberalismo pautadas por um novo modelo de globalização. O evento ocorreu de forma paralela e em contraponto ao Fórum Econômico Mundial (FEM), realizado em Davos, na Suíça, e pode ser entendido como uma tentativa de organização e institucionalização dos levantes que o antecederam, buscando estabelecer comunicação entre os movimentos sociais e as organizações alvo dos protestos. Esta proposta de interlocução se evidencia mediante a criação de espaços de diálogo entre FSM e FEM durante a realização das cúpulas.

A escolha de Porto Alegre como sede do evento se deu por meio de uma sugestão de Bernard Cassen, editor do Jornal *Le Monde Diplomatique*, devido à repercussão das políticas do Orçamento Participativo vivenciadas no município. O Comitê Organizador do FSM foi formado pelas seguintes entidades brasileiras: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Sob o *slogan* “um novo mundo é possível”, o Fórum reuniu

---

<sup>246</sup> É possível observar nos IMCs uma possível raiz para a criação do Mídia Ninja, importante ator das Jornadas de 2013 que será posteriormente analisado.

aproximadamente 20 mil pessoas de 117 países e diversas entidades, dentre **movimentos sociais**, ONGs e outros.<sup>247</sup>

De acordo com Hardt e Negri (2012, p. 372) há quem observe este acontecimento como um importante exemplo da forma como ONGs e **movimentos sociais** podem ser organizados como um organismo global. Desde este primeiro encontro realizado em Porto Alegre, o FSM vem promovendo, anualmente, reuniões entre representantes da sociedade civil de todo o mundo visando a realização de trocas de experiência, opinião e informações em relação a questões políticas, econômicas e sociais. Assim, o FSM seguiu vivo em sua principal proposta que era a manutenção de diálogo, visto não se tratar de um ambiente que se pretende deliberativo. Seu objetivo, ao contrário, seria justamente a promoção destes encontros da sociedade civil, ou seja, membros não estatais, com a finalidade de gerar orientações que poderiam, posteriormente, ser viabilizadas em termos globais.

Dessa forma, apesar de uma conotação de aproximação com um discurso progressista e antiliberal, principalmente a partir da constituição de sua primeira versão em Porto Alegre, observa-se que, tendo como objetivo principal a abertura para diálogos entre atores não governamentais, nada assegura aos encontros um posicionamento progressista de grande preocupação com questões de cunho social. Nesse sentido, Chossudovsky se destaca como um grande crítico ao FSM, se dedicando à produção de um texto que visa desmascarar questões obscuras relacionadas à organização e à realização do Fórum. Em artigo intitulado *FSM: ativismo social financiado pelo capitalismo global*<sup>248</sup>, publicado em 2018, o autor denuncia uma sequência de fatos que colocam em xeque a legitimidade e, até mesmo, as “boas intenções” do evento.

Partindo da crítica, já abordada nesta tese, a respeito da fabricação de dissidências, o autor questiona quem seria essa tal “**esquerda** mundial” que se une em ações contra o neoliberalismo, mas que, apesar dessa narrativa, tem grande parte de suas ações financiada por grupos representantes do poder neoliberal. Este é o Caso do FSM, cuja viabilidade adveio de volumosos investimentos realizados por uma rede de apoiadores ligados à importantes

---

<sup>247</sup> No dia 25 de Janeiro de 2021, foi publicada uma reportagem na Folha de São Paulo, escrita por Oded Grajew - um empresário israelense, naturalizado brasileiro, forte atuante no Terceiro Setor, ex conselheiro do governo Lula em 2003, quando se tornou um dos principais nomes do “Fome Zero”, conselheiro deliberativo da Oxfam Brasil, além de fundador e presidente emérito do Instituto Ethos ( - contando o processo de criação do FSM como contraponto ao FEM. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/01/20-anos-de-forum-social-mundial.shtml>. Acesso em 08 de setembro de 2023.

<sup>248</sup> Disponível em: <https://iela.ufsc.br/fsm-ativismo-social-financiado-pelo-capitalismo-global/>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

fundações - em especial à *Ford Foundation*<sup>249</sup> - que trazem o mote da democracia e da luta contra o capitalismo, como sua **pauta** central<sup>250</sup>, a despeito de seu posicionamento ultraneoliberal. (CHOSSUDOVSKY, 2018, não paginado).<sup>251</sup>

Como lembra a pesquisadora cubana Yasmim Ortiz (2019) há um árduo trabalho das ONGs e de *think tanks* na elaboração de uma ideologia comum que encontra-se a serviço de interesses neoliberais, sendo em sua grande maioria, financiados e pautados por agências multilaterais como o BID, a USAID e o NED. A autora lembra que essas organizações funcionam no sentido de desestabilização dos governos locais e formação de consenso a serviço da dominação dos blocos hegemônicos.

Entretanto, de acordo com Chossudovsky (2018, não paginado), a maioria dos envolvidos nessas ONGs e **movimentos sociais**, não tem ciência da dominação a que está sujeita. Há uma camada de *think tanks* que funcionam como articuladora das bases, mas a grande maioria dos envolvidos o faz sem se questionar a respeito de interesses escusos e, nem mesmo, dos financiamentos recebidos para a construção e manutenção das ações. Isso pode ser, segundo o autor, elucidado a partir da experiência do FSM, onde a maioria dos participantes não estava ciente dos financiamentos e estratégias de manipulação sendo, segundo sua leitura, enganados pelos organizadores.

Essa enganação não passaria apenas pelos financiamentos, mas pela própria organização do Fórum que inviabilizaria a articulação de qualquer luta contra o **Império**. A distribuição das atividades em workshops temáticos, a separação dos ativistas em grupos, tudo isso seria uma forma de segregar e desarticular aqueles ali presentes. Assim, a luta que inicialmente se daria contra o poder imperial, se dissolveria em subtemas, perdendo totalmente sua forma de articulação unitária.

---

<sup>249</sup> A atuação controversa da *Ford Foundation* como grande filantropa internacional foi abordada no platô 7 *Participação Social e Desenvolvimento Territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional* desta tese.

<sup>250</sup> O uso de pautas universais (a partir de uma visão ocidental) como a democracia e, nesse caso, a luta contra o neoliberalismo, se assemelha à supracitada estratégia de dominação, intervenção e manutenção de estados de guerra, realizada pelo **Império** por meio de instituições multilaterais, como as IFs, o Banco Mundial, o FMI e o BID.

<sup>251</sup> Vale destacar que, conforme colocado anteriormente, o FSM foi idealizado por um empresário que atualmente é diretor da Oxfam Brasil e do Instituto Ethos, Oded Grajew. Salienta-se, também que, conforme a cartografia realizada pelo Grupo *GeoPT* (usando como fonte o site da *Open Society Foundation*) e apresentada na seção 7.5 *Aproximação cartográfica da rede financeiro-filantrópica internacional* desta tese, o Instituto Ethos recebeu da OSF 220 mil dólares entre os anos de 2016 e 2019. A pesquisa revela, ainda, que junto à Fundação Moreira Salles e à Fundação FHC (recebeu 65,700,00 dólares da OFS) o Instituto esteve envolvido na criação de uma rede de ativistas brasileiros vinculados à Escola de Ativismo (os financiamentos recebidos pelo coletivo encontram-se indisponíveis em seu site: <https://escoladeativismo.org.br/escola/>) criada em 2011 e atuante durante os processos de 2013.

O mosaico das diferentes oficinas do FSM, a ausência relativa de sessões plenárias, a criação de divisões dentro e entre os movimentos sociais, sem mencionar no final das contas a ausência de uma plataforma coesa e unificada, servem os interesses das elites corporativas da Wall Street que estão generosamente a financiar o encontro da FSM. (CHOSSUDOVSKY, 2018, não paginado).

Afinal, quem são os financiadores do FSM? Segundo Chossudovsky (2018, não paginado) o Fórum tem sido financiado por um consórcio de fundações corporativas supervisionado por uma gama de doadores relacionados com o tema da “igualdade global”, o *Engaged Donors for Global Equity* (EDGE). Essa organização, que anteriormente era conhecida como *The Founders Network on Trade and Globalization* (FTNG), tem sido fundamental para a organização de vários FSM desde 2001, quando ocupava um importante cargo no Conselho Internacional do FSM. Além disso, nos principais documentos a respeito dos financiadores e apoiadores das organizações de base e movimentos contra o “fundamentalismo neoliberal de mercado” - que incluem o FSM de 2001 -, o EDGE é um dos que recebe maior destaque.

Há, ainda, vários nomes controversos relacionados ao FSM ao longo de sua história, como é o caso de Tom Kruse, representante dos Irmãos Rockefeller que co-presidiu o comitê de programa da EDGE. Na *Rockefeller Brothers Fund*, Kruse era o responsável pela “Governança Global” por meio do programa “Prática Democrática”, através do qual diversas doações são realizadas para ONGs “fortalecendo a democracia na governança global” (*Strengthening Democracy in Global Governance*). Esta atuação chama atenção por sua semelhança com as estratégias e *modus operandi* do Departamento do Estado dos EUA.

A *Open Society* também está atrelada a esse processo, já que, em 2016, tinha um de seus representantes envolvidos no Conselho de Administração da EDGE. Isso sem contar com a participação de *Wallace Global Fund*, um dos maiores fomentadores de ONGs relacionadas à mídias alternativas como a Anistia Internacional, o *Democracy Now* (apoiador, em 2018, da candidatura de Hillary Clinton à Presidência dos EUA) e a Supracitada Fundação Ford, que exerceu grande influência sobre o movimento.

A estratégia dos financiamentos auxilia não só na garantia de um desenho de evento descentralizado que acaba por desarticular os movimentos e as putas, tirando o foco das questões inerentes ao Império, mas também possibilita a cooptação de lideranças das comunidades de base (atitude sobre a qual o Estado é comumente acusado, mas pouco se fala quando advém dos grupos empresariais).

Desta forma, manipulando o ativismo, o “novo mundo possível” torna-se cada vez mais distante.



## f) Batalha de Gênova - 2001

Após a inauguração das manifestações contra cúpulas de representantes do poder imperial em Seattle, o movimento mais marcante que deu sequência a esta onda de amplitude global foi a Batalha de Gênova, realizada entre os dias 19 e 22 de julho de 2001. O alvo, desta vez, foi uma reunião do G8.

De acordo com reportagem publicada pelo *Correio da Cidadania*, em 18 de agosto de 2016 e escrita por Gregório Maestri<sup>252</sup>, o debate realizado pelo grupo dos poderosos não trazia a questão operária como **pauta** o que, de alguma forma, pode explicar a iniciativa dos macacões azuis em protestar. O mês de junho havia sido trágico para os metalúrgicos com a redução de 1200 empregos devido ao fechamento de uma fábrica por militantes de centro-esquerda alegando motivos ecológicos. A Fiom-Ggil, maior sindicato metalmeccânico italiano, havia realizado uma greve geral dia 24 na qual milhares de operários marcharam por diferentes cidades do país. Junto a estas reivindicações, se somaram protestos realizados por desempregados e ex-prisioneiros contra a vida miserável à qual eram submetidos frente às riquezas do capital. Muitos destes operários estariam presentes, posteriormente, nos atos realizados na cúpula do G-8 ao lado de outros manifestantes, dos quais se destacam os *Black Blocs*. Observa-se, assim, uma união de forças entre causas socialistas e anarquistas/autonomistas que se desenrolou naqueles **espaços**.

Entretanto, é preciso destacar que esta união e participação no **levante** não passava pelos meios institucionais. A confederação sindical que reunia os principais grupos de organização operária não aderiu ao Fórum Social de Gênova e nem aos protestos, gerando tensões sobre suas bases. Os partidos políticos também foram atingidos por esta inquietação e o ex-Partido Comunista Italiano (PCI), atual Partido Democrático da Esquerda (PDS), buscando mediação entre membros da cúpula e manifestantes, acabou sendo vaiado nos debates.

Apesar das tensões políticas dentro e fora dos sindicatos, dias antes do encontro em Gênova, os manifestantes já iam se preparando para a realização dos atos. Assim, quarta-feira, dia 18 de julho, foi marcada pela Primeira Marcha Oficial conhecida como “Todos Juntos!”. O que era para ser um ato pequeno, ganhou proporções inesperadas e mais de 50 mil manifestantes de diferentes nacionalidades se colocaram contra as desigualdades capitalistas. O foco deste ato estava no direito dos imigrantes, exigindo sua regularização na Itália, abertura de fronteiras, direitos de solo para todos além do fim do racismo. Na mesma noite, os escritórios da Select em

---

<sup>252</sup> Disponível em: <https://www.correiodacidade.com.br/internacional/31-mundo/11920-19-08-2016-a-batalha-de-genova-3-a-antiglobalizacao-em-branco-vermelho-e-negro>. Acesso em 09 de maio de 2023.



Milão foram incendiados e, nos dias seguintes, falsas ameaças de bombas geram insegurança naquela cidade, além de Bolonha, Gênova, Nápoles, Turim e Roma.

No dia 19 do mesmo mês, Gênova recebeu multidões de manifestantes, em sua maioria membros de **movimentos sociais** e jovens que inauguravam ali seu ativismo. Houve também a chegada de delegações de outros países como França e Irã. A presença de manifestantes brasileiros é algo interessante neste protesto, sendo representados por membros da CUT e do MST que se organizaram para protestar junto a organização internacional de pequenos agricultores Via Campesina. Os *Black Blocs* se destacam entre os grupos que chegavam na cidade marchando ao som de tambores com seus trajes, bandeiras e máscaras negras. A primeira ação mais incisiva do grupo foi o lançamento de garrafas contra os policiais que, ao contrário do imaginado, não reagiram. Os companheiros de manifestação, por outro lado, posicionaram-se contra os atos e foram seus principais repressores.

Apesar do aparente silêncio das forças policiais, o exército criado pelo governo Oliveira ocupou as ruas, as esquinas e os topos de prédios. As tropas, em sua maioria, estavam relacionadas com a OTAN e treinadas para mapear combatentes infiltrados entre civis. O cenário foi marcado, ainda, por defesas aéreas e marítimas, gerando um clima de tensão por toda a cidade.

Horas antes de iniciar o encontro do G8, Fidel Castro dedicou um discurso aos líderes ali reunidos - Silvio Berlusconi (Itália), Jacques Chirac (França), Gerhard Schröder (Alemanha), Vladimir Putin (Rússia), Tony Blair (Reino Unido), George W. Bush (EUA), Jean Chrétien (Canadá) e Romano Prodi (União Europeia) - afirmando que estariam “cada vez mais encurralados no sentido moral e político”. Em paralelo, Bono Vox, Bob Geldof e Jovanotti se direcionaram aos mesmos líderes pedindo que as dívidas dos países pobres fossem perdoadas. Por fim, mas agora se dirigindo aos civis, Mano Chao convocou 100 mil espectadores em Milão a acabarem com a reunião do G8.

Em Gênova, os esgotos foram fechados, os transportes públicos interrompidos e a circulação em parte da cidade, proibida. Foi assim que se iniciou a cúpula e, em meio a tentativas do governo de ofuscar a efervescência das manifestações, as temáticas iniciais a serem debatidas eram relacionadas a questões humanitárias como o combate à pobreza no mundo e investimentos privados como possível solução para a crise mundial de saúde, emprego e educação. Para angariar uma imagem melhor, alguns investimentos seriam enviados com a finalidade de ajudar no combate à AIDS em países africanos. Em paralelo aos discursos humanitários, policiais atuavam violentamente contra os manifestantes.

Assim, apesar da presença massiva de *Black Blocs* e da notificação de atos de vandalismo como queima de carros e depredações de agências bancárias e concessionárias de automóveis, a Batalha ficou conhecida pelas cenas de violência e truculenta ação policial contra os manifestantes, que levou a morte de Carlo Giuliani, de 23 anos. Um policial atirou no jovem de dentro de uma viatura que, posteriormente, passou duas vezes sobre seu corpo. De acordo com a Folha de São Paulo (20/07/2021)<sup>253</sup> foi a primeira vez, desde Seattle, que os protestos contra o capitalismo terminaram em morte.

O encontro de cúpula do Grupo dos 8 começou ontem em Gênova com sangue espalhado pelas ruas da cidade portuária do norte da Itália. O ativista italiano Carlo Giuliani, 23, morreu após ser baleado em confronto com policiais. Até o início da noite de ontem, havia registro de 186 feridos -114 manifestantes, 60 policiais, 10 jornalistas e 2 médicos voluntários. Mais de 70 pessoas foram detidas. Havia ainda a informação, não confirmada às 20h de ontem (hora de Brasília), de que outro manifestante também teria sido morto. (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de julho de 2001).

Além disso, à meia noite do dia 21 de julho, quando já havia terminado o encontro do G8, a polícia realizou uma batida na Escola Diaz alegando que procurava por *Black Blocs*, entretanto, o que ocorreu foi o mais violento ataque de toda a semana. Os prédios da escola estavam abrigando advogados do Fórum Mundial de Gênova e alguns manifestantes que se deslocaram para participar dos atos contra o G8. Além disso, havia sido montada uma base de mídia independente que se encarregava de transmitir os principais acontecimentos dos protestos. Após a realização desta ação os policiais foram acusados de uso excessivo da força, prisão ilegal e de “plantar provas” no local. Já a equipe médica encarregada de atender os feridos, foi acusada de negligência e cumplicidade com as torturas realizadas sobre os manifestantes na noite conhecida como “a noite chilena de Gênova”. Após o fato, o Estado Italiano foi condenado pelos abusos e violência, entretanto, 250 casos foram arquivados alegando impossibilidade de estabelecer responsabilidade a cada policial envolvido nos abusos registrados.

---

<sup>253</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2107200102.htm>.

### g) Revoluções Coloridas

O cenário das revoluções coloridas é sintetizado na dominação social. O movimento é capaz de canalizar um volume de indivíduos grande o bastante para confrontar publicamente o Estado e tentar derrubá-lo. A fim de conquistar adeptos, utilizam-se técnicas ideológicas, psicológicas e de informação. Embora seja preferível que os ideais do movimento sejam a corrente de pensamento dominante, este não precisa ser sempre o caso. As revoluções coloridas não precisam atingir a maioria da população no país ou na capital para que sejam bem-sucedidas. Tudo que precisam é invocar um grande número de pessoas capaz de impor um desafio às relações públicas e à segurança para o governo defensor. (...) A dominação social é obtida uma vez que essa massa crítica é usada contra as autoridades e introduz o desafio caótico que o movimento tanto busca. Assim, as revoluções coloridas tentam ganhar controle sobre aspectos intangíveis, tais como sociedade, ideologia, psicologia e informação. (KORYBKO, 2018, p. 40).

A partir do início dos anos 2000, a série de movimentos anti-globalização baseados, sobretudo, no ataque a instituições chave do neoliberalismo, deu **espaço** a uma outra natureza de movimentos identificados com o modo multitudinário de insurgências. Os adversários dessas novas lutas eram, não mais grandes bancos e corporações transnacionais, IFIs, etc., mas chefes-de-Estado de países situados na periferia do capitalismo ou, ao menos, um pouco mais distantes dos centros de comando do **Império**. Naturalmente há de se levantar o fato de que a estrutura do poder imperial seria intrinsecamente dispersa e descentralizada por todo mundo, não sendo possível identificar um centro e uma periferia. Entretanto, o que se observa nesses casos é um ataque não mais às dinâmicas globais de dominação inerentes aos processos locais, como defenderam Hardt e Negri (2014) em relação aos Zapatistas, por exemplo, mas a questões de representação política, quase sempre sob os lemas de “democracia e liberdade”.

Dentre as lutas que se inserem nesse contexto, um ciclo regionalizado de manifestações se destaca: as chamadas Revoluções Coloridas que englobaram países do Leste Europeu, Balcãs e Cáucaso. Coincidentemente, países geograficamente estratégicos que, além de formarem um cinturão em volta da Rússia, são produtores ou áreas de trânsito de gás e petróleo. Tais Revoluções eram construídas por milhares de pessoas portando símbolos coloridos e, conforme explica Bandeira (2016, p. 345), se baseavam na lógica da não-violência, tal como descrita nos manuais de Gene Sharp, autor do livro *From Dictatorship to Democracy* - uma espécie de ícone no que tange a apresentação de estratégias para realização de revoluções não

violentas. Quando “bem-sucedidos”, estes **levantes** derrubavam chefes-de-Estado ditos autoritários ou semi-autoritários.<sup>254</sup>

As Revoluções Coloridas foram situadas na Sérvia (2000), Geórgia (2003), Azerbaijão (2005), Ucrânia (2005), Quirguistão (2005) e Bielorrússia (2006), tendo tido sucesso na destituição dos respectivos chefes-de-Estado apenas na Sérvia, Geórgia, Ucrânia e no Quirguistão.

Os **levantes** traziam características comuns aos ideais de movimento multitudinários descritos em Hardt e Negri (2014), como a fluidez na organização, a articulação em rede, o uso da internet, a conjugação de diferentes sujeitos políticos, etc., contudo, há de se questionar a real identificação dessas insurgências com o conceito de multidão. Conforme colocado anteriormente, desloca-se o foco das manifestações de temáticas centrais ao neoliberalismo e à globalização em direção a questões de representação política local. Além disso, a confluência de atores próximos a grandes corporações transnacionais nestes movimentos também levanta suspeitas a respeito de seu caráter anti-imperial.

É preciso destacar que as Revoluções Coloridas não necessariamente contribuíram para o estabelecimento de uma democracia nos moldes ocidentais, agindo, de forma mais direta, sobre as linhas de atuação governamental principalmente no que tange a política externa. Muitas vezes, após o término dos **levantes**, o que ocorreu foi uma retirada de apoio e investimento dos atores internacionais, inviabilizando a continuidade de alguns projetos sociais. Neste sentido, é comum em autores como Moniz Bandeira (2016) e Andrew Korybko (2018) a compreensão de que, na verdade, o processo não passa de uma tática para justificar intervenções estrangeiras nos países sede, tendendo a uma desestabilização das instituições locais.

Uma das curiosidades que atrai os olhares sobre estes eventos é a forma como táticas, estratégias e estética se repetem nos diferentes locais e momentos. Esta padronização acaba fazendo emergir questões sobre as origens dos **levantes** e conexões estabelecidas entre eles. Observa-se, por exemplo, que o discurso norte-americano de exportação de um modelo democrático<sup>255</sup> - incorporado também por países europeus - reverbera-se em todas as localidades. Além disso, algumas características eram comuns para todas as Revoluções, tais como: denúncia de possível fraude eleitoral; organização e mobilização da oposição ao regime em exercício; organização da mídia; treinamento de manifestantes com técnicas de protesto;

---

<sup>254</sup> O documentário *Gene Sharp How to Start a Revolution* pode ser acessado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=EKnoUbDlpjo>. Acesso em 08 de setembro de 2023.

<sup>255</sup> O discurso de “promoção de uma democracia” em países cujos governos são ditos autoritários não é algo recente na agenda de política externa dos EUA, sendo forjada ao longo do governo Jimmy Carter (1977-1981).

repercussão e enfoque na resposta repressiva do aparelho estatal; composição uma rede internacional de incentivo aos atores de oposição, etc.

Conforme indicado na epígrafe desta seção, Korybko (2018) destaca que a base dessas revoluções é a disseminação de informações entre a população levando determinadas mensagens que incentivem as pessoas à derrubarem seus governos, ou seja, as relações públicas e, mais precisamente, as propagandas, são o principal dispositivo utilizado neste tipo de investida. Citando Edward Bernays e seu livro *Propaganda*, o autor lembra que um pequeno número de pessoas, em sua maioria “invisíveis”, é capaz de influenciar e orientar as formas de pensar e agir de grandes massas. E é, neste ponto, que o estudo da semiótica e da psicologia das massas torna-se bastante estratégico. A possibilidade de, por meio de uma compreensão do comportamento coletivo, estabelecer um controle sobre as massas, se torna a base para a fomentação e realização das Revoluções Coloridas. Realiza-se um estudo sobre cultura e comportamento de um grupo visando mapear os métodos mais eficazes de atuar sobre suas **subjetividades**.

Ainda citando Bernays, Korybko (2018) enfatiza a importância dos meios de **comunicação** neste processo, principalmente da *internet* e das redes sociais que possibilitam, com facilidade, a associação de pessoas com interesses semelhantes, ainda que distantes, e, conseqüentemente, o planejamento de ações conjuntas. E, além disso, ele acrescenta que essa existência de laços invisíveis criando grupos e associações é o principal mecanismo de organização de um modelo de democracia. Assim, as Revoluções Coloridas unem pessoas de diferentes populações, física e virtualmente, compartilhando ideias semelhantes contra governos e criando um corpo de pensamento simplificado possibilitando a tentativa de realização de Golpes de **Estado**.

Normalmente, este tipo de contaminação de massas em diferentes localidades ocorre por meio do método de abordagem indireta. Ou seja, as “fábricas de consenso” devem realizar um estudo minucioso do seu público alvo muito antes de realizar sua intervenção, o que auxilia na criação de estratégias mais precisas de aproximação. Assim, há uma criação artificial de notícias gerando eventos não lineares e bastante criativos, para que as campanhas de publicidade sejam mais eficientes. Por fim, Korybko (2018) traz a seguinte reflexão realizada por Bernays:

Palavras, sons e imagens realizam pouco, a não ser que sejam as ferramentas de um plano minuciosamente arquitetado e de métodos cuidadosamente organizados. Se os planos são bem formulados e faz-se corretamente, *as ideias transmitidas pelas palavras tornam-se parte integrante das próprias populações*. Quando o público é convencido da racionalidade de uma ideia, ele entra em ação [...] [que é] *sugerida pela própria ideia, seja ela ideológica, política ou social [...] mas esses resultados não acontecem do nada [...] eles podem ser obtidos principalmente pela fabricação de consenso*. (BERNAYS, 1928, *apud* KORYBKO, 2018, p. 47-48).

Em sequência, Korybko (2018, p. 48) afirma que As Revoluções Coloridas, da mesma forma das propagandas, não são espontâneas, mas fabricadas e muito bem pensadas tempos antes de sua aplicação. É a disseminação de informações e ideias contra o governo propagada de forma coordenada o principal dispositivo de fabricação de um consenso em uma parcela determinada da sociedade que, por si mesma, irá se encarregar de disseminá-las em rede. Aqueles escolhidos como mensageiros, ou intermediários das informações, não têm consciência de seu papel, sendo utilizados na criação de uma imagem de apoio unânime ao golpe. Eles funcionam ainda como uma espécie de “escudo humano” para proteger os atores de veras centrais na elucubração do golpe.

O autor segue afirmando que, para que todo este processo seja viável, é preciso que estes mensageiros, ou escudos, incorporem as informações de modo a acreditar que eles mesmos as produziram, gerando a impressão de que os próprios manifestantes chegaram às conclusões que vêm lhes sendo entregues organizadamente. Há assim, a incorporação de uma imagem de falsa espontaneidade que assola grande parte dos motins aparentemente multitudinários, mas essencialmente manipulados. A difusão das informações ocorre, conforme supracitado, em rede, iniciando pelos mais próximos - que muitas vezes sequer imaginariam defender aquelas causas e chegando, principalmente por meio dos aparatos tecnológicos, aos mais distantes. Assim, o "vírus" passa a ocupar a sociedade e propagar-se por conta própria.

Uma característica importante desse modelo de formação de consenso é que ele visa a mente coletiva e não as lideranças e isso ocorre por meio da aplicação da neurolinguística após um estudo sobre valores, visões de mundo e cultura. Os principais dispositivos para essa modulação cerebral são a linguagem, as imagens e as informações disseminadas por meio de ataques semióticos - destaca-se, novamente, que este tipo de fabricação não ocorre de forma linear, ou seja, conta com o caos a seu favor. E é nesse sentido que entende-se a postulação de uma Guerra Híbrida como uma versão armatizada da teoria do caos.

Por fim, destaca-se a importância das redes sociais neste contexto e na formulação das chamadas “guerras em rede”.<sup>256</sup> No caso das Revoluções Coloridas, Korybko (2018, p. 53) afirma que a guerra em rede aplicada a estes **levantes** apresenta duas fases. A primeira delas é o modelo em cadeia que se inicia no exterior mediante a decisão de derrubada de um governo estrategicamente localizado, passando por uma hierarquia administrativa até chegar ao nó do planejamento. Neste momento, começa a ser formada uma rede em estrela na qual os articuladores da Revolução, como quartéis gerais, CIA e Pentágono, começam a fazer um *brainstorm* de métodos para realização de seus objetivos, ampliando a rede e se conectando a outros “nós ativos” que vão viabilizar a prática de suas ideias. Entram em cena, então, os *think tanks* que em geral são nós autônomos institucionais que fornecem informações sobre o país alvo. Já no segundo momento, delineia-se quais serão as melhores estratégias de intervenção subjetiva em cada um dos segmentos sociais. A partir dessa leitura, começam as investidas por meios físicos (normalmente por meio de agenciamentos com ONGs) e virtuais. Os *hubs* que realizarão estas ações nos dois diferentes ambientes podem ou não ser informados de que estão a serviço dos interesses de outro país, o mais importante é que estejam convictos da “necessidade” de desestabilização governamental que será fomentada. A partir desse momento, o autor afirma que a tendência é que surjam “espontaneamente” novos “pontos de contato” (PDCs) com a agência de inteligência estrangeira que está articulando o golpe. A partir daí, o objetivo é aumentar exponencialmente o número de nós, ampliando o alcance da rede. Essa ampliação permite um distanciamento entre os novos nós e os organizadores do ataque, permitindo que, progressivamente, se tornem cada vez mais invisíveis aos olhos de seus “robôs”, de modo que qualquer denúncia sobre sua atuação passe a soar como conspiracionismo. “Se tudo for suficientemente bem organizado e houver um intercâmbio fluido entre entrada e saída (comandos e retroalimentação) trafegando através da rede, então os nós ativos dentro do **Estado**-alvo tornam-se todos ‘uma só mente’ (KORYBKO, 2018, p. 55). Mente esta que, quando ativa passa a ser conhecida como enxame<sup>257</sup>.

---

<sup>256</sup> É muito interessante como, ao ler essa descrição a respeito das estratégias das Revoluções Coloridas, naturalmente lembra-se do caso brasileiro, encontrando semelhanças muito intensas entre as táticas aplicadas aos eventos, o que funciona como um indicativo de parte das análises que serão produzidas ao aproximar de fato dos eventos de Junho de 2013. A respeito disso, é de grande valia assistir à entrevista cedida por Korybko ao *Grupo de Pesquisa Indisciplinar*, para ser exposta no lançamento do livro *Guerra Híbrida: das revoluções coloridas aos golpes*, realizado pelo mesmo grupo de pesquisa no ano de 2019. A entrevista, onde o autor declara abertamente a realização de uma Guerra Híbrida no Brasil, encontra-se disponível pelo link: [https://www.youtube.com/watch?v=X33FaR\\_hTH4](https://www.youtube.com/watch?v=X33FaR_hTH4). Acesso em: 08 de setembro de 2023.

<sup>257</sup> É fundamental perceber a repetição conceitual da imagem do enxame. Tanto nas definições multitudinárias, quanto entre aqueles que defendem a constituição de Guerras Híbridas ao longo destes

A formação do enxame deriva da criação das mentes de colmeia, mediante a intervenção externa com disseminação de informações manipulatórias. O enxame é, então, a própria massa (ou multidão) após formatada, se insurgindo contra os centros administrativos do governo alvo. Segundo Korybko (2018, p. 59), essa mente de colmeia que é criada, pode ser de dois modelos: caso seu comportamento seja passivo, recebe o nome de consciência coletiva; já quando se porta de forma ativa, é conhecida como inteligência de enxame. Ao passo que a consciência coletiva diz sobre o pertencimento a um grupo determinando seus comportamentos, a inteligência de enxame se faz presente quando existe de fato uma ação coordenada contra uma autoridade.

Essa expressão que, como é possível perceber, advém de exemplos biológicos, foi utilizada, inicialmente, para descrever uma inteligência artificial que foi criada tendo como inspiração o comportamento de insetos. Assim, Korybko (2018, p. 60) lembra que apesar de aparentemente amorfos, os enxames tem sua forma estruturada, coordenada e estratégica para que possam ser produzidos ataques. Portanto, continua o autor, acredita-se que a guerra de quarta geração e a guerra em rede tem como pilar a formação de enxames, o que representa a materialização da teoria do caos no espectro social.

Desta forma, Korybko (2018) defende que a formação do enxame é uma das principais táticas presente nas Revoluções Coloridas, tendo tecnologia e redes sociais como principais dispositivos. Citando a análise realizada por William Engdahl (2009) em *Dominação de espectro total: democracia totalitária na nova ordem mundial*, Korybko (2018, p. 61) aponta que, para a realização da Revolução ocorrida na Sérvia, nos anos 2000, a juventude do Otpor! Foi treinada a partir de métodos de guerra criados por Gengis Khan e adaptados às tecnologias de rede modernas.<sup>258</sup> Como novidade, naquele contexto, estava o uso da internet, principalmente de salas

---

levantes, o termo enxame é acionado. Percebe-se, assim, que a leitura sobre as formas, as redes e as táticas se assemelha em ambos os casos, havendo uma diferenciação básica no que tange intenção, liderança e espontaneidade ou manipulação/intervenção externa. Nesse sentido, é preciso lembrar que enquanto Hardt e Negri (2012; 2014) realizam uma aposta, uma proposta, que só se constitui em análise no livro *Declaração*, datado de 2014, Korybko (2018) se propõe a uma investigação a respeito de algo que já ocorreu. Estamos, assim, entre o que seria uma criação ou a formulação a partir de uma tendência, aquilo que ainda pode vir enquanto potência (um devir?) e a investigação do que já foi posto. Ambos apresentando semelhanças incríveis. Cada vez mais acredito que multidão e Guerra Híbrida não são opostos, mas complementares, alinhados, narrativas distintas e ao mesmo tempo altamente próximas sobre um mesmo contexto.

<sup>258</sup> O Canvas, a Revolução ocorrida na Sérvia e sua influência em casos latinoamericanos como o da Venezuela, são temas abordados no artigo *Revoluções coloridas: os golpes do século XXI*, escrito por Natália Viana e disponível por meio do link: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/publica-como-funcionam-as-revolucoes-de-veludo.html>. Acesso em 08 de setembro de 2023. Entretanto, é preciso pontuar uma controvérsia a respeito dessa denúncia: Natália Viana é uma jornalista vinculada à Agência Pública (participando desde sua fundação até atual gestão, como diretora), uma “agência de jornalismo independente” sobre a qual têm recaído diversas críticas e denúncias a respeito de possíveis vínculos com a *Ford Foundation*, com a *Open Society Foundation*, com a OAK dentre outras fundações.



de bate-papo e blogs, além da troca de SMS pelos celulares. As novas tecnologias foram fundamentais para a manipulação das massas contra o governo.

Para além do uso das redes como principais dispositivos de organização e **comunicação**, conforme supracitado, as Revoluções Coloridas contam com outras táticas que são primordiais para sua aplicação, dentre as quais é possível destacar, conforme supracitado, a “não violência”. Sabe-se que Genes Sharp pode ser visto como o grande responsável pelo sucesso das Revoluções Coloridas. Conhecido como “O Maquiavel da não violência”, Sharp descreve detalhadamente como os métodos não violentos podem ser utilizados para desestabilizar autoridades. Isso porque, o norte-americano acredita ter a missão de libertar o mundo do que ele mesmo define como ditaduras autocráticas a partir de padrões ideológicos estadunidenses. Nas palavras de Sharp, citadas por Korybko (2018), destaca-se que “a luta não violenta é um meio muito mais complexo e variado que a violência. Em vez disso, a luta é travada por armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas aplicadas pela população e as instituições da sociedade.” (SHARP, 2010 *apud* KORYBKO, 2018, p. 64).

Após o sucesso de seu primeiro livro *Da ditadura à democracia* (2010 [1993]), Sharp lança sua continuação, em 2003, intitulada *Existem alternativas realistas*, no qual lista 198 métodos específicos de resistência não violenta, dos quais a maioria versa a respeito de técnicas de desobediência em massa. Korybko (2018, p. 66) destaca que a maior parte destas táticas é amplamente utilizada nas Revoluções Coloridas e posteriormente, em eventos como o EuroMaidan e a Primavera Árabe, que serão descritos à frente. “No que talvez não seja uma coincidência, a *Voice of América*, financiada pelo governo dos EUA e antigamente pela CIA, rapidamente deu créditos a Sharp por influenciar os eventos da Primavera Árabe no dia 5 de junho de 2011.”

Além de Sharp, Korybko (2018) denuncia a participação direta nas Revoluções Coloridas de dois outros norte-americanos, desta vez vinculados ao governo dos EUA: John Tefft e Frank Archibald. O primeiro deles, novo embaixador dos EUA na Rússia, ocupou cargos estratégicos anteriormente como o de chefe de missão adjunto na Embaixada dos EUA em Moscou (1996-1999, ou seja, entre a Primeira e a Segunda guerra na Chechênia); de Embaixador dos EUA na Lituânia (2000-2003, período em que o país preparava sua entrada na OTAN e na UE); de conselheiro de assuntos internacionais no *National War College* (2003-2004); de Embaixador na Geórgia (2005-2009, coincidindo com a guerra contra a Rússia, em 2008 que, além da curiosidade óbvia, ascendeu a Geórgia à posição de uma das principais importadoras de armas dos EUA no período); e de Embaixador dos EUA na Ucrânia (2009-2013, período de preparação da Revolução colorida contra Viktor Yanukóvytch). Ou seja, foi figura fundamental nas mudanças

via Revoluções Coloridas realizadas nas periferias soviéticas, apoiando golpe em Yanukóvytch. Trata-se de dois países estratégicos, posto que representam pontos de influência geopolítica dos EUA sobre a Rússia. Além disso, pensando a respeito da rápida substituição da influência russa sobre a Ucrânia, pelos EUA e OTAN, as ações de Tefft contra a Rússia podem ser consideradas de grande sucesso.

Já o segundo, Frank Archibald, foi Chefe do Serviço Nacional Clandestino da CIA (NCS) - setor incumbido de ações secretas - até o início de 2015. Talvez por isso, tenha-se acesso a poucas informações sobre ele, entretanto sabe-se que ele foi conhecido como “o homem das armas” durante a guerra civil Bósnia e que coordenou a missão secreta que ajudou na derrubada do presidente sérvio Slobodan Milosevic. (KORYBKO, 2018, p. 69). Dentre esses fatos, é interessante destacar que o homem que conduziu a primeira revolução colorida de sucesso, foi também aquele que assumiu, alguns anos depois, o NCS, o que indica a possibilidade de relação entre as Revoluções Coloridas e a CIA.

Dessa forma, fica ainda mais factível a hipótese de que as Revoluções Coloridas são fruto de uma estratégia de intervenção internacional, na qual destaca-se o papel central desempenhado por agências governamentais dos EUA, ou próximas à atuação da Central Intelligence Agency (CIA), como a *United States Agency for International Development (USAID)*, a *National Endowment for Democracy (NED)* e seus institutos associados, a exemplo de *George Soros’s Open Society Institute*, *Freedom House* e o *International Center on Nonviolent Conflict*. (BANDEIRA, 2016, p. 313). Agências essas que, muitas vezes, financiam ONGs (a exemplo da *American Enterprise Institute - AEI* -, *National Democratic Institute - NDI* - e muitas outras) com a finalidade de incentivar a promoção e continuação das Revoluções Coloridas. Na Sérvia, por exemplo, o grupo *Otpor!*, um dos atores centrais do levante, foi financiado e treinado pela NED, USAID e *International Republican Institute (IRI)* - vinculado ao Partido Republicano dos EUA. Após o sucesso de suas ações, o *Otpor!* foi responsável por treinar oposições em outros países membros da antiga URSS.

Como lembra Ortiz (2019, p. 22-23)<sup>259</sup>, os EUA se dedicam a expandir sua capacidade de intervenção em sociedades, governos e instituições com a finalidade de regular diferentes territórios não só em uma relação global, mas também em sua ordem local. A criação da *Home Land Security* e das Iniciativas de Segurança, que combinam instrumentos militares e de coerção

---

<sup>259</sup> Esse texto de Yasmim Ortiz foi publicado nos anais do III Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico realizado pelo *Grupo de Pesquisa Indisciplinar*, sendo fruto da transcrição de uma palestra da autora cubana durante evento realizado pelo grupo na Escola de Arquitetura da UFMG. Disponível em: <https://files.indlab.net/producao-ind/livros/Ebook%20Urbanismo%20Biopol%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

econômica tradicionais com o chamado *soft power*, que amplia a capacidade de persuasão por meio da diplomacia, da promoção do modo de vida americano e das redes de **comunicação**, garantem a emergência de um imaginário de que a segurança das nações encontra-se distante de suas fronteiras nacionais, mais precisamente, na subordinação do resto do mundo à hegemonia militar, cultural, política e econômica estadunidense.

Nesse sentido, o caso da Revolução Laranja, na Ucrânia, se destaca. O processo se deu em um contexto de eleições presidenciais entre o candidato representante de ONGs e grupos econômicos de Kiev, Viktor Yushchenko, favorável à adesão do país à União Européia e à OTAN, e o então governador da província de Donetsk (onde há maioria étnica russa), Viktor Yanukovich. Conforme aponta Bandeira (2016), o projeto político de Yanukovich era baseado na reintegração ucraniana nas cadeias produtivas russas, com acordos no ramo de petróleo e gás, exportação de armamentos, instalação de bases militares russas no Mar Negro e adesão à Comunidade Econômica Eurasiática (EurAsEC). A integração cultural e econômica entre Ucrânia e Rússia parecia a saída natural naquele contexto aos problemas econômicos e ao grande endividamento acumulado pelo país em seus menos de 30 anos de independência da URSS. Em oposição, a adesão às instituições da comunidade européia, proposta por Yushchenko, representava uma necessidade de enormes e onerosas adequações institucionais e uma dificuldade ainda maior de vislumbrar um fim da submissão do país à bilionária dívida contraída com o FMI, dotada de severos condicionantes, semelhantes aos descritos anteriormente como um eficaz mecanismo de dominação imperial.<sup>260</sup>

Assim, os protestos da Revolução Laranja foram iniciados entre 2004 e 2005 em prol da anulação da eleição de Viktor Yanukovich sob a alegação de fraude eleitoral. A Revolução contou com forte apoio internacional - foram gastos US\$65 milhões por parte dos EUA (ao longo de dois anos) com organizações que fomentavam **pautas** de interesses ocidentais - resultando na anulação das eleições e na convocação de um segundo pleito, no qual Yushchenko foi vitorioso.

Destaca-se, por fim, que as Revoluções Coloridas, embora inicialmente datadas entre 2000 e 2006 tiveram suas táticas e estratégias apropriadas pelos movimentos que as sucederam, sendo um dos importantes braços para a conformação de Guerras Híbridas. As táticas não violentas e o uso das redes são elementos fundamentais para os movimentos que sucederam a estes e que são fundamentais para o debate que se coloca entre as multidões e as Guerras Híbridas, ou melhor, que, de alguma forma e em diferentes contextos, podem tangenciar as duas conceituações. Assim, a seção seguinte se encarrega de adentrar o que Hardt e Negri (2012) e

---

<sup>260</sup> Debate disponível no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*.

Negri e Hardt (2016) indicam como, de fato, o ciclo multitudinário que teve início com a crise econômica mundial de 2008, afetando diferentes países e contextos a partir de 2011.

### 9.1.2 A multidão em ação: ciclo de lutas de 2011

A multidão gestada ao longo dos supracitados protestos foi, com o passar do tempo e com o vivenciar dessas experiências, ganhando forma - ainda que uma forma bastante complexa e controversa. Ia emergindo uma espécie de carne social mundial que se incomodava com diversas questões, em diferentes momentos e locais. Com a eclosão, em 2008, de uma crise do capitalismo em escala mundial, conforme abordado na seção 6.3.1 *Crise financeira de 2008*, esta carne social acabou por configurar-se em um ciclo global de lutas entendido, por Negri e Hardt (2016), como de fato multitudinário. Este ciclo, do qual as Jornadas de Junho de 2013 fizeram parte, terá três de seus acontecimentos analisados a seguir: (i) Primavera Árabe; (ii) 15M (Espanha); (iii) *Occupy Wall Street* (EUA). A escolha desses eventos para análise se baseou em dois princípios. O primeiro deles diz respeito à influência que estabeleceram sobre as Jornadas de 2013 no Brasil, sendo precursores do movimento e delineando uma forma de fazer insurgente que se reproduziu nas manifestações brasileiras. O segundo é a sua importância para a investigação a respeito da multidão, sendo citados e analisados por Negri e Hardt (2016) como **levantes** multitudinários, sendo a principal referência para o contexto de formação e expansão do ciclo de 2011.

O vínculo entre estes **levantes**, a emergência do **Império** e a crise de 2008 é presente na leitura de Negri e Hardt (2016, p. 21) que atribuem à conformação da nova ordem global uma modificação profunda na vida econômica, social e política das populações, de modo fabricar novas formas de **subjetividades**. Segundo os autores, a hegemonia das finanças e dos bancos acabou gerando: (i) a figura do endividado<sup>261</sup>, ao passo que o controle da **comunicação** e a manipulação das informações, levou ao surgimento dos (ii) mediatizados; (iii) o medo e a respectiva opressão pela suposta segurança, levaram à criação do securitizado e, por fim, (iv) a corrupção formou uma figura bastante estranha e despolitizada, o representado. São esses

---

<sup>261</sup> A imagem do endividado é muito trabalhada por Franco “Bifo” Berardi (2020) e também pode ser vislumbrada o texto *Tempo e Dinheiro* de 2011, disponível em: <https://imediata.org/?p=665>. Acesso em: 11 de setembro de 2023. Bifo é um filósofo italiano que foi parceiro de Negri e outros intelectuais autonomistas, com os quais atuou na Casa Invisible, em Málaga, importante reduto para a formação do 15M. Além disso, trabalhou junto a Guattari no desenvolvimento do pensamento a respeito da esquizoanálise.

sujeitos contemporâneos de **subjetividades** alteradas que conformaram o terreno social sobre o qual a multidão brotou e se espalhou multilateralmente.

A transferência do Estado de bem-estar social para um sistema de endividamento levou a uma intensificação do trabalho e da exploração por meio de uma coação externa que logo se tornou uma pressão no interior de cada indivíduo. O que outrora era uma exploração do trabalhador assalariado, se transformou na subjugação de uma massa de precarizados e endividados. “A dívida exerce um poder moral cujas armas principais são a responsabilidade e a culpa, que podem rapidamente se transformar em objeto de obsessão. (...) O endividamento é uma consciência infeliz, que faz da culpa uma forma de vida.” (NEGRI; HARDT, 2016, p. 23). A dívida omite a produtividade do trabalhador, mas lança luz à sua submissão e, buscando sobreviver, o endividado vende todo o seu tempo de vida.

Já os sujeitos mediatizados sofrem devido à grande exposição à informação e à **comunicação**. Como bem diria Deleuze (1996), lhes falta o direito de não dizer nada. Para Negri e Hardt (2016, p. 27), a **comunicação** voluntária pode ser um mecanismo que alimenta as forças repressivas ao invés de confrontá-las, pois, na lógica deleuziana é preciso silêncio para produzir pensamento, para que se seja capaz de questionar. Assim, a construção da **comunicação** é extrema, excessiva e progressivamente política e as novas tecnologias são fundamentais para a atual produção biopolítica.

Com os smartphones e a rápida conectividade, garante-se que os sujeitos se mantenham constantemente ocupados e trabalhando a todo tempo e em qualquer lugar. Assim, a mediatização é um mecanismo para que trabalho e vida se tornem elementos cada vez mais indistintos, o que acentua o grau de alienação do trabalhador cuja consciência é absorvida pela internet. Há um processo de fragmentação e dispersão da consciência do mediatizado que vai se tornando progressivamente passivo.

Entretanto, Negri e Hardt (2016), apesar de criticarem a situação de alienação do mediatizado, apostam que, de alguma forma, principalmente por meio dos encontros físicos, esses sujeitos seriam capazes de produzir afetos políticos de modo a subverter os mecanismos da **comunicação** contemporânea. Assumindo um paralelo entre a possibilidade de encontro nas cidades e a realidade do camponês descrita por Marx, ainda no século XIX, os autores defendem que, enquanto os camponeses tinham sua capacidade de articulação minimizada quando espalhados pelo campo, devido a ausência de contato entre si, os proletários urbanos possuem a possibilidade de estar juntos no **espaço** físico das fábricas, podendo se organizar politicamente. Daí advém as lutas sindicais e os **movimentos sociais** clássicos que se constituem com a sociedade fabril. Seguindo a mesma lógica da potência do encontro, os autores apostam que as

ocupações que se iniciaram em 2011 podem ser vistas como uma possibilidade de construção de uma verdadeira e forte comunidade de articulação afetiva e política.

(...) no estar junto, uma inteligência coletiva e um novo tipo de comunicação são construídos nas praças ocupadas de 2011 tais como Tahrir, Puerta del Sol e Zuccotti Park, novas verdades foram produzidas por intermédio da discussão, do conflito e do consenso em assembleias. (...) Qualquer um que passou por um desses acampamentos reconhece como novos conhecimentos e novos afetos políticos são criados na intensidade corpórea e intelectual das interações. (NEGRI; HARDT, 2016 p. 59).

Nesse contexto, as redes sociais se tornariam úteis, funcionando não mais como mecanismos de alienação, mas como formas de disseminação de informação que não substituem o estar junto, mas que intensificam a possibilidade do encontro. Esse processo possibilita aquilo que os autores entendem como desmediatização. Não se trata de uma ausência de interação com as mídias, já que os movimentos aqui descritos são conhecidos, justamente, por sua associação pelas redes sociais, mas de uma mudança da forma de se relacionar com elas. Para os autores, isso é possível quando, antes de se portar ativamente nas redes, os sujeitos se tornam singularidades, ou seja, retornam a si mesmos e combatem as formas de dominação ideológica e subjetiva capitalísticas. As singularidades não são a composição de um eu integral e distante do coletivo, mas de indivíduos múltiplos (processo de individuação e não de individualização) que descobrem a si mesmos em relação aos outros. Dessa forma, a **comunicação** em rede se tornaria um processo não individual, como é estabelecido pelos sujeitos mediatizados, mas coletivo, atuando como um coro em operação contínua que constitui o indivíduo em sua coletividade. Como singularidades, os sujeitos ganham novos caminhos e se associam em diferentes formações de grupo, comunicando-se de forma horizontal e rizomática.

Ao falarem sobre os securitizados, Negri e Hardt (2016, p. 33-38) voltam a abordar um lado negativo da *internet* relativo ao controle absoluto que se estabelece sobre as vidas e os corpos, funcionando como um importante dispositivo biopolítico. A situação de vigilância total denunciada por Deleuze por meio das sociedades de controle<sup>262</sup> transforma todos os sujeitos em presidiários que encontram-se constantemente observados e cujas atividades são inteiramente registradas. Como evolução do quadro de controle disciplinar, os indivíduos não são apenas vigiados, mas também funcionam como vigilantes, sempre atentos às atividades alheias nos **espaços** físicos e virtuais. Há uma intensa desconfiança posta sobre o outro e o medo justifica o fornecimento constante de informações pessoais. Há dois personagens dentro da sociedade securitizada, os prisioneiros e os guardas, e cada indivíduo é convidado a exercer os dois papéis.

---

<sup>262</sup> Apresentada na seção 3.8 *Império: biopoder, biopolítica e sociedade de controle*.

Existe uma estratificação social na qual há sempre aqueles acima exercendo controle sobre os abaixo, mas sendo também controlados pelos que os sobrepõem. Há, portanto, um adestramento dos desejos, esperanças e medos sendo, este último sentimento, a principal motivação para que o securitizado realize seu duplo papel. O medo se estabelece tanto sobre as ameaças externas, quanto sobre aqueles que o dominam e se generaliza de forma a paralisar possibilidades de ação de potência.

Os representados, por sua vez, ainda que em meio às supracitadas situações de controle e a uma inegável submissão à dominação imperial, encontram-se constantemente estimulados à participação que se dá por meio da retórica da representação. Um mecanismo que, de acordo com os autores, é uma tendência do poder do Império que age em múltiplos sentidos para manter sua dominação.<sup>263</sup> Indica-se, assim, que, em Negri e Hardt (2016) a representação não é necessariamente um veículo da democracia, mas um obstáculo para sua realização, já que, se torna mais um elemento junto ao endividamento, à securitização e à mediatização que possibilita, a cabo, a subordinação.

Se, em algum momento histórico, principalmente em meio ao trabalho fabril, essa representação pode ser vista como algo positivo e ativo, com as organizações sindicais, por exemplo, atualmente, o governo global tende a dificultar esses processos. Tendo em vista que a ideia de representação se vincula a uma lógica de atuação dos Estados, as instituições mundiais pouco se preocupam se vão ou não representar os indivíduos e a sociedade: seus acordos políticos e comerciais são estabelecidos no interior das estruturas globais, fora de qualquer possibilidade de participação dos Estados e, conseqüentemente, dos sujeitos sociais. Desta forma, os representados deixam de ser participantes ativos na vida política, tornando-se um “produto puro do poder, a casca vazia de um mecanismo de governança que não faz mais referência ao cidadão trabalhador.” (NEGRI; HARDT, 2016, p. 44). Assim, ao modo dos sujeitos supracitados, o representado se vê destituído de seu poder social produtivo (endividado), tendo suas capacidades afetivas retiradas (mediatizado) e sendo submetido à total situação de controle e medo (securitizado), destituído de qualquer possibilidade de troca social associativa, justa e amorosa, bem como do acesso a uma ação política eficaz.

Frente a essa situação, muitos movimentos que emergiram em 2011, tiveram a questão da representação como pauta central experimentando novas formas e possibilidades de atuação política que visavam incluir os cidadãos e seus desejos nos processos de tomada de decisão. *Vocês não nos representam! Que se vayan todos!* Foram denúncias comuns ao longo deste ciclo

---

<sup>263</sup> Um debate mais profundo a respeito da representação foi realizado na seção 6.2.2 *Democracia e representatividade em crise: um impulso para as manifestações*.



de lutas, deixando claro que a questão que movia as multidões não eram apenas políticas, sociais e econômicas, mas constitucionais. “As estruturas representativas e os regimes de governança liberal são todos postos em dúvida.” (NEGRI; HARDT, 2016 p. 64).

Assim, mesmo frente à situação desesperadora dos sujeitos sociais descritos por Negri e Hardt (2016, p. 49), os autores acreditam que eles seriam capazes de se rebelar tornando-se figuras do poder. Apostava-se na possibilidade de uma reversão, um evento possibilitado por um *kairós*<sup>264</sup> subjetivo capaz de romper as relações de poder e subverter os processos que produziam estas formas de subjetivação. Essa possibilidade estaria, então, atrelada a uma percepção das situações de subjugação promovida pelo entendimento do peso da dívida, da hipnose das telas e do claustro em que se transformaram as casas. Assim, a crise do capitalismo e dos indivíduos seria um mecanismo de tensionamento das paixões humanas que, por meio da compreensão dos processos de solidão e despotencialização, geraria sua reversão. A partir daí se mobilizaram as multidões.

Em certos períodos, quando a crise se manifesta severamente, por exemplo, e as pessoas têm de suportar sozinhas, a vontade de resistir surge com força extrema e desesperada. De onde isso vem? Muitos filósofos localizam a origem da vontade na carência, como se, para querer ou agir, a pessoa tenha de estar focada no que está faltando. Contudo, isso não é verdade. A vontade nasce positivamente do impulso de afirmar plenitude, e não carência; o anseio de desenvolver um desejo. (NEGRI; HARDT, 2016 p. 52).

A potência da multidão emerge, então, dessa força viva de aglutinação e de mudança que surge a partir do desejo, do impulso, da vontade positiva que cria paixões. E é assim, que os autores entendem a construção desse ciclo que advém não apenas da crise do capitalismo, conforme supracitado, mas também dos indivíduos imersos nestas situações de contradição.

Mas por que essas lutas compõem um ciclo? Como lembram Negri e Hardt (2016, p. 90) essas insurgências ocorreram em locais distintos e afastados, abarcando diferentes culturas e, conseqüentemente, sujeitos políticos. Algumas delas se portam contra governos ditos tiranos, outras contra o sistema de representação e, há ainda, aquelas que reclamam sobre a dominação imperial denunciando injustiças sociais e econômicas. Entretanto, ainda que aparentemente

---

<sup>264</sup> Na mitologia grega, *kairós* é o deus do tempo oportuno. Enquanto Cronos remete ao tempo calculado, aquele do relógio, *kairós*, diz do tempo vivido. Para a Igreja Católica, o termo remete ao tempo espiritual ou ao “tempo de Deus”. Negri (2003) possui um livro intitulado: *Kairós, alma venus, multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Além disso, Cava (2013) dedica um capítulo de *A multidão vai ao deserto ao Kairós Junino*, analisando as Jornadas de 2013, no qual faz a seguinte declaração: “Estamos no tempo de um próprio e genuíno Kairós: é aqui e agora que os muitos fazem valer plataformas de luta até pouco tempo bloqueadas, tais como: o direito à cidade, a legalização do aborto, a mobilidade urbana ou a luta contra o terror policial, usado como método sistemático de regulação da pobreza.” (CAVA, 2013, p. 68).



distantes, estes **levantes** compõem um ciclo por apresentarem um inimigo comum que se representa por meio dos poderes da dívida, da mídia, da segurança e dos “sistemas corruptos de representação política”. Além disso, o principal elo que as associa está relacionado à semelhança de suas práticas, táticas e objetivos, que se conectam formando um projeto compartilhado.

A ideia de criação de um ciclo, por si só, anuncia que havia muitas coisas em comum entre aqueles **levantes**. Coisas essas que superam a questão temporal (o ciclo se forma entre os anos de 2011 e 2014), e alcançam elementos mais profundos que dizem muito a respeito de seu caráter multitudinário. Castells (2013) aponta que esses **levantes** tornaram-se possíveis pela “superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do **espaço urbano**”. (CASTELLS, 2013, p. 23). Dessa maneira, a conexão entre as redes digitais e o conteúdo intrinsecamente urbano dos problemas sociais e dos **espaços** comuns da grande maioria da população seriam os principais pontos de aglutinação e impulsionamento desses movimentos multitudinários.

Questões locais atravessam o mundo e apresentam seu caráter global. As conexões em rede e as reivindicações dos **espaços** públicos, as ocupações, a formação dos enxames inflamados, as legiões festivas, a arte e a cultura tomando as ruas, o direito à cidade, as **pautas** que vêm do urbano e chegam à críticas governamentais (ou ao capitalismo global), o caos... tudo isso atravessa o ciclo das multidões que se conecta e referencia em vários momentos. O Egito é citado em Barcelona e a Tunísia em Nova Iorque, A Espanha é a grande referência para o **levante** nos EUA e no Brasil - onde ouvia-se palavras de ordem que diziam que *isso aqui vai virar Turquia* - e na Turquia, prestavam solidariedade ao movimento brasileiro. Em Belo Horizonte, foi realizado um streaming entre os dois **levantes** que se aproximaram virtualmente ocupando os mesmos **espaços** por meio de telões de transmissão, e na Praça Taksim foi pregado um cartaz de solidariedade ao movimento brasileiro.<sup>265</sup>

---

<sup>265</sup> Destaca-se a presença massiva de atores espanhóis nos eventos brasileiros. Pablo de Soto (arquiteto criador do hackitectura.net e atuante no 15M), Bernardo Gutierrez (jornalista e mídia-ativista que escreveu em importantes mídias analisadas nesta tese como Al Jazeera, El País e Carta Capital, esteve envolvido e desenvolveu pesquisas a respeito do 15M espanhol, do *Occupy Wall Street* nos EUA, do levante turco e das Jornadas de Junho brasileiras) e Mister Basurama (coordenador do coletivo Espanhol Basurama muito atuante no Brasil no período de gestação das Jornadas de Junho de 2013) tinham fortes vínculos tanto com os eventos realizados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. O projeto Mapping the Commons, que desenvolveu pesquisa em várias cidades do país - conforme supracitado - e do mundo, como Istambul - onde se realizou a ocupação do Parque Gezi -, Atenas - onde se deu o epicentro do levante grego - e Quito, é um exemplo de atuação dessa rede, como pode ser observado em: <https://mappingthecommons.net/en/about/> (Acesso em 20 de setembro de 2023).

Figura 28 - Solidarity posters from Brazil to Turkey and from Turkey to Brazil



Fonte: "International Solidarity with Occupy Gezi" Facebook page. Adaptado por Carolina Penna.

Cada um dessas lutas é singular e orientada por condições locais específicas. A primeira coisa a se observar, porém, é que todas, efetivamente, dialogam entre si. Os egípcios, claro, pegaram os caminhos percorridos pelos tunisianos e adotaram suas palavras de ordem, mas os ocupantes da *Puerta del Sol* também pensaram sua luta como fruto das experiências dos manifestantes da Praça Tahir. Por sua vez, os olhares dos manifestantes em Atenas e Tel Aviv se concentraram nas experiências de Madrid e Cairo. Os ocupantes de Wall Street tiveram todas essas lutas em vista, convertendo, por exemplo, a luta contra os tiranos numa luta contra a tirania das finanças. Podemos achar que estavam iludidos e que se esqueceram ou ignoraram as diferenças de suas situações e demandas. Acreditamos, contudo, que eles têm uma visão mais clara do que a daqueles fora da luta, e que conseguem manter coesa, sem contradição, suas condições singulares e suas batalhas locais com a luta global comum. (NEGRÍ; HARDT, 2016 p. 12-13).

Para muitos, havia algo de dionisíaco naquela onda de catarse política protagonizada por jovens. Uma espécie de despertar coletivo em escala global e o próprio neoliberalismo seria o responsável pela inflamação mundial. João Alexandre Peschanski (2012), por exemplo, afirma que as injustiças sociais e econômicas eram o mote que atravessava e unia aqueles **levantes**, mas que não se tratava apenas disso, em vários lugares, havia revoltas contra regimes

autoritários em busca de liberdade e democracia. Já para Negri e Hardt (2016), a aposta na multidão se consolidava na forma daquele caldo político, na esquizofrenia de Deleuze e Guattari (2011b), no neuromagma de Pelbart (2011) que ia se espalhando por toda a parte contra Estados e mercados, na busca pelo comum. Os autores afirmam que, estando juntos nas acampadas, discutindo, trocando e lutando, os sujeitos parecem ter descoberto o que Espinosa entendia como verdade ativista, a desconstrução total do medo que pode ser alcançada apenas por meio da construção coletiva da liberdade. (NEGRI; HARDT, p. 63-64).

Em relação à sua estrutura, os autores afirmam que os movimentos tendiam a se inspirar nos modelos federalistas, sendo formados por pequenos grupos que se conectavam ao criar projetos comuns. Existia, neste sentido, uma proliferação e respeito às diferenças expressas na possibilidade da dispersão e associação que marca a criação de uma política e ontologia plurais. O pluralismo se combina com a lógica cooperativa e federativa das assembleias criando e experimentando diferentes modelos de democracia em busca do acesso livre e compartilhado do comum e de sua autogestão. Destaca-se, neste sentido, que a tendência à criação de núcleos temáticos estabelecida no FSM se repete na formação destas estruturas.

O formato das assembleias que aconteciam durante as ocupações é mais um importante elemento para o desenho desta estrutura federalista. Em cada local elas se organizavam de maneiras distintas, possuindo suas próprias regras para a tomada de decisão. Mas, em comum, compartilhavam a intenção de modificar as estruturas enrijecidas de centralização do poder em um pequeno grupo de liderança, buscando mecanismos por meio dos quais todos participem em pé de igualdade. “Em outras palavras, a forma da assembleia serve de instrumento para criar um poder legislativo democrático desses movimentos, entre centenas e às vezes milhares de participantes.” (NEGRI; HARDT, 2016 p. 119). Assim, é importante compreendê-las como testes, experiências, possibilidades compartilhadas de outros fazeres democráticos que fogem aos modelos representativos tão amplamente criticados pelos movimentos.

Entretanto, existem diversos questionamentos a respeito da real possibilidade de importação dessas experiências para o campo político ampliado das cidades e nações. Os autores afirmam que muitas pessoas entendem que, tal como se deu com a democracia grega, estas formas de organização funcionam apenas para um grupo limitado de cidadãos. Mas observa-se que ao longo da modernidade foram realizadas diferentes experiências que buscavam forma de expansão da participação, que, mesmo quando não bem-sucedidas, forneciam indícios para a criação de novos modelos. Os conselhos operários em todo o mundo e os Orçamentos Participativos, são exemplos dessas tentativas. Ou seja, os autores acreditam na

possibilidade de que, unindo as mais diversas experiências, se alcance novos modelos democráticos mais amplos, adaptados a suas realidades.

Por fim, é fundamental lembrar que, apesar do entusiasmo apresentado com as experiências que compuseram o ciclo de lutas de 2011, Negri e Hardt (2016) não apresentam-se como apreciadores cegos, incondicionais e acríticos frente aquilo que ali se constituiu. Após um livro dotado de explicações e efusividade, os autores terminam *Declaração* indicando que os “experimentos belos e virtuosos” como foram, não tiveram a força necessária para derrubar os poderes dominantes. Mesmo quando “bem sucedidos”, levando à renúncia de chefes de Estado, não se alcançou de fato o tensionamento total que levaria à ruptura do Império.

Expulse o tirano e o que se obterá? Uma junta militar? O partido governante teocrático? Feche Wall Street e o que se obterá? Um novo resgate financeiro em favor dos bancos? As forças acumuladas contra nós parecem muito grandes. O monstro possui diversas cabeças! (NEGRI; HARDT, 2016 p. 133).

Neste sentido, observa-se que há, na multidão, inúmeras controvérsias e, assim, para muitos, fica claro que, ao menos parte deste ciclo, principalmente no que tange os países da periferia global, o que se estabeleceu foi um aprimoramento das Revoluções Coloridas consolidado na formação de Guerras Híbridas. Ou seja, mais que um fracasso frente ao tensionamento do Império, trataria-se do próprio poder imperial se fortalecendo por meio das ações multitudinárias. Assim, apesar das inúmeras semelhanças entre os eventos, é preciso destacar que sua análise não pode ser assertiva ou totalitária e que diferenças fundamentais poderão ser observadas a despeito da existência de um *modus operandi* comum. A multidão e suas táticas se espalham descontroladamente (apesar da organização notória e inegável do enxame), porém, nem sempre há no horizonte a construção do comum. Desta forma, serão analisados, a seguir, os três movimentos multitudinários supracitados.

#### **a) Primavera árabe**

Os levantes identificados como parte da Primavera Árabe tiveram início com as manifestações na Tunísia, entre 2010 e 2011, quando milhares de pessoas se reuniram para derrubar Zine el-Abidine Ben Ali, no poder desde 1987. Os movimentos foram impulsionados pela viralização de um vídeo da auto-imolação de Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de 26 anos, formado em ciências da computação, que, em protesto à humilhação imposta pelos policiais locais que não o permitiam exercer sua atividade, ateou fogo em seu próprio corpo em frente a um prédio do governo na cidade de Sidi Bouzid às 11h30 do dia 17 de dezembro de 2010. O

vídeo gerou enorme comoção nacional e motivou a organização de inúmeros protestos descentralizados e organizados pelas redes sociais. “Houve outros suicídios e tentativas de suicídios simbólicos que alimentaram a ira e estimularam a coragem da juventude”. (CASTELLS, 2013, p. 25).

A auto imolação de Mohamed Bouazizi não representava apenas um protesto contra os abusos policiais, mas passou a ser entendida como uma crítica ampla ao drama social e econômico que afligia todos os trabalhadores daquele país. Assim, começaram a ocorrer diversas insurgências e diferentes locais do território tunisiano que, apesar da violenta resposta policial, evidenciada pelas 147 pessoas mortas e várias feridas (CASTELLS, 2013, p. 25), tomaram grande proporção chegando a Túnis onde foi exigida a renúncia do presidente: *Ben Ali, dégage!*<sup>266</sup>. A reivindicação seria atendida em breve. Já em 12 de janeiro o general Rachid Ammar se recusou a abrir fogo contra os manifestantes, sendo imediatamente exonerado. Dois dias depois, Ben Ali e sua família fugiram do país e se refugiaram na Arábia Saudita, gerando uma reestruturação política na Tunísia.

Entretanto, essa conquista não garantiu um silenciamento das insurgências, ao contrário, os manifestantes se encorajaram a pressionar para a saída de todos aqueles que estavam envolvidos no comando do regime anterior buscando a elaboração de novas leis eleitorais e pleitos democráticos, além de pedir liberdade política e da imprensa. Aos brados de *Degage!* (Fora!), as manifestações, já espalhadas pelo território nacional, se articulavam entre redes e ruas. A conexão entre a **comunicação** livre em canais como *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* e a ocupação da cidade “criou um híbrido **espaço** público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, prenunciando os movimentos que surgiram em outros países.” (CASTELLS, 2013, p. 25).

No dia 22 de janeiro daquele ano, manifestantes vindos de Sidi Bouzid e Menzel Bouzaiene chegaram à Kasbah, província de Túnis, pedindo a renúncia do governo provisório de Mohamed Ghannouchi que assumira após a saída de Ben Ali e conduzia o país num movimento de continuísmo frente ao governo anterior. Naquele dia, os manifestantes ocuparam a praça do governo, montaram barracas e organizaram um fórum permanente de debates que frequentemente se estendia durante toda a noite. A divulgação das lutas ocorria via redes sociais e por meio de cartazes em diferentes línguas colocados ao redor do **espaço** da ocupação, visando **comunicação** com todo o mundo.

---

<sup>266</sup> Fora Ben Ali!

Independentemente da aparente ausência de lideranças, as assembleias tinham regras que buscavam assegurar o direito de todos à participação de forma educada, pacífica e breve. Visando o bom funcionamento dos debates, havia uma rede de segurança, que além desta função protegia os acampados de violências externas e garantia a ordem internamente. Entretanto, há vários registros de dura repressão policial e, em duas vezes, os manifestantes tiveram que desocupar a praça, retornando respectivamente nos dias 20 de fevereiro e 1º de abril. Em todo o período de acampamento havia a solicitação pela existência de uma “verdadeira democracia”, possibilitada por um novo sistema eleitoral baseado na descentralização e em uma maior independência dos setores periféricos em relação ao governo central.

Uma curiosidade interessante a respeito desse movimento era a presença forte de símbolos nacionais ao longo dos protestos. Eram recorrentes os usos de bandeiras da Tunísia, bem como a reunião da população para cantar o hino nacional (ou partes dele, como aquela que dizia “se o povo um dia quiser viver, o destino terá de responder”). Observa-se, neste sentido, a construção da imagem de uma afirmação da nação contra as formas de atuação daquele governo. (CASTELLS, 2013, p. 26).

De acordo com Castells (2013, p. 27), as manifestações eram compostas por uma ampla e distinta parcela da população tunisiana que unia islâmicos e seculares. Destaca-se, ainda, a presença massiva de jovens desempregados que viam ali uma possibilidade de mudança estrutural nos rumos da nação e, conseqüentemente, em suas vidas. A participação dos sindicatos também foi importante para a disseminação dos atos. Apesar de uma deslegitimação da principal força sindical nacional, a liderança da *Union Générale Travailleurs Tunisiens (UGTT)*, por sua proximidade com o regime, os quadros intermediários articularam uma série de greves a fim de desestabilizar o controle do país. Os partidos políticos de oposição, por sua vez, foram amplamente ignorados pelos ativistas sendo distanciados do movimento. Dentre os líderes que emergiram ao longo dos protestos, destacava-se os jovens distantes da política. Um post no *Facebook* afirmava que: “A maioria dos políticos tem cabelos brancos e coração negro. Queremos pessoas que tenham cabelos negros e coração branco”. (CASTELLS, 2013, p. 28).<sup>267</sup>

Frente à imagem de um governo despótico, Castells (2013, p. 28) se questiona sobre o que haveria possibilitado a realização de uma mudança tão significativa, em curto período de tempo, a despeito das ações policiais. Segundo o autor, elemento fundamental que diferencia

---

<sup>267</sup> É preciso destacar, neste contexto, que apesar da participação de partes de menor destaque dos sindicatos, este grupo e os partidos (mesmo que opositores) estavam afastados das manifestações, o que fortalece a imagem de um distanciamento com os movimentos sociais clássicos e da intensificação do terreno do apartidarismo.



essa luta das que a antecederam foi o papel desempenhado pela *internet* e pela *Al Jazeera* de “desencadear, ampliar e coordenar reviravoltas espontâneas como expressão de indignação, particularmente entre os jovens”. Associa-se a isso a produção afeto por parte da juventude por meio das redes sociais - seu principal **espaço** de manifestação. Para o autor, seria este afeto produzido e disseminado, o grande responsável pela criação de identificações que se propagavam em rede, ativando novos corpos para a luta nas ruas. “Foi na conexão entre as redes sociais da *internet* e as redes pessoais que se forjou o protesto. Assim, a precondição para as revoltas foi a existência de uma cultura da internet, constituída por blogueiros, redes sociais e ciberativismo”. (CASTELLS, 2013, p. 29).

A *Al Jazeera*, televisão por satélite que se encontrava fora do controle governamental, por sua vez, foi fundamental para a ampliação e disseminação da informação produzida por meio dos manifestantes. Além da afirmação das narrativas insurgentes, a rede indicava data e local das manifestações, angariando mais adeptos para os protestos. Segundo o autor, houve uma relação simbiótica entre os jornalistas e os cidadãos que se encontravam nas ruas produzindo vídeos e informações ao vivo que passaram a ser expostas não apenas no YouTube, mas também na *Al Jazeera* que alcançava 40% dos tunisianos que moravam nas áreas urbanas. A televisão chegou a construir um programa de **comunicação** que permitia que os celulares se conectassem diretamente a ela sem uso de equipamentos complexos<sup>268</sup>.

Dentre as redes sociais Castells (2013, p. 29) destaca o papel desempenhado pelo *Twitter*. A *hashtag #sidibouid* foi disseminada na rede e era utilizada como **espaço** de debate e **comunicação** entre os manifestantes. Além disso, os blogueiros aparecem como atores fundamentais disseminando as notícias sobre o **levante** e convencendo seus apoiadores a participarem dos atos.

Assim, Castells (2013, p. 30) destaca três elementos chave que justificariam o fato de a Tunísia representar o berço das insurgências no mundo árabe: (i) a existência de um grupo ativo de jovens com curso superior que estavam desempregados<sup>269</sup>; (ii) a presença de uma forte cultura do ciberativismo; (iii) uma taxa relativamente alta de difusão da internet.

---

<sup>268</sup> É interessante compreender o papel das mídias para a disseminação dos protestos. Este é um dos principais motivos para a realização desta análise de forma mais aprofundada no caso das Jornadas de 2013. Ademais, atenta-se ao fato desta potente articulação que se desenha entre a Televisão e a internet. No caso brasileiro, observa-se a criação da Mídia Ninja e o fato de que muitas de suas imagens acabaram sendo reproduzidas pelas mídias tradicionais, como a TV Globo, por exemplo. Esse caso será apresentado com maior profundidade mais adiante.

<sup>269</sup> Destaca-se que, enquanto a taxa de desemprego na Tunísia chegava a 13,1%, os índices alcançavam 21,1% quando se tratava da população jovem com diploma universitário.

Por fim, destaca-se que as manifestações se mantiveram ao longo de todo o ano de 2011, independentemente dos atos violentos de repressão policial e a manutenção do modelo de poder mesmo após a deposição de Ben Ali. O exército, de forma geral, se colocava em favor dos insurgentes, o que pode representar um importante fato para a sua manutenção na luta. A imprensa também pode ser vista como fundamental para a formulação de novas eleições a serem realizadas em outubro daquele ano que levaram o Ennahda, colisão islâmica moderada, a se tornar a principal força política do país com 40% dos votos e ocupando 89 das 271 cadeiras do Congresso. Seu líder Rached Gannouchi se tornou o Primeiro Ministro, representando um ramo do islamismo que chegara ao poder por meio do novo processo eleitoral.

O movimento realizado na Tunísia desencadeou protestos em uma série de países do Oriente Médio e norte da África, onde, da mesma forma, grandes massas populares reivindicavam a destituição de governantes que entendiam ser autoritários. O Egito foi um dos casos subsequentes mais emblemáticos, onde milhares de pessoas saíram às ruas exigindo a renúncia de Hosni Mubarak. O **levante** foi centrado na ocupação da Praça Tahrir, onde, segundo Castells (2013), os manifestantes gritavam “A Solução é a Tunísia”, fazendo uma alusão à inspiração, conexão e solidariedade entre os movimentos. Após apenas dezoito dias de ocupação da praça, a reivindicação dos manifestantes foi atendida e Mubarak deixou o poder.

Também conhecido como Revolução de 25 de janeiro, o **levante** egípcio demorou apenas 18 dias para alcançar a derrubada de seu líder e os principais motivos para sua emergência, segundo o autor, são questões profundas como o desemprego, a pobreza, o sexismo, a violência policial, a injustiça e a fragilidade da democracia se comparada aos modelos ocidentais. A insurgência foi antecedida, principalmente nos dez anos anteriores, por uma série de protestos de menor impacto político que traziam debates trabalhistas e identitários. Da greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos Mahalla-al-Kubra, realizada em 2008, surgiu o *Movimento da Juventude de Abri*<sup>270</sup> que criou um grupo no *Facebook* atraindo cerca de 70 mil seguidores. Começava ali uma importante atuação nas redes sociais que impactou diretamente a posterior insurreição, visto que alguns de seus líderes e ativistas - como é o caso de Waleed Rashedm Asmaa Mahfouz, Ahmed Maher, Mohammed AdeP - foram atores fundamentais para as manifestações de 2011.

---

<sup>270</sup> A juventude se destaca enquanto ator fundamental em todos os levantes multitudinários desse ciclo. Na Espanha, por exemplo, Juventude sem Futuro era o nome de uma dos principais atores coletivos envolvidos na gestação e ação do 15M. No Brasil, Gohn (2014a) destaca a presença massiva da juventude nas ruas.



Nesta mesma rede social foi criado o grupo *Todos somos Khaled Said*, referenciando um jovem ativista que fora espancado pela polícia até a morte em junho de 2010 num cibercafé em Alexandria, após divulgar um vídeo que denunciava corrupção policial. A popularidade do grupo, criado por Wael Ghonim, jovem executivo do *Google*, e Abdul Rahman Mansour, foi enorme, alcançando dezenas de milhares de pessoas no Egito e no resto do mundo. Junto ao supracitado *Movimento da Juventude de Abril* e outros grupos criados na rede social, o *Todos somos Khaled Said* convocou seus seguidores para uma manifestação contra a violência policial que assolava a vida dos egípcios por muitos anos, a ser realizada no Dia Nacional da Polícia, na porta do Ministério do Interior. Este foi o primeiro passo para a eclosão da revolução egípcia que se consolidou com a inspiração dos protestos que haviam sido realizados na Tunísia - que trouxe esperança e indignação aos ativistas do Egito. Tal qual ocorreu nos protestos aos quais se referenciava, essa insurgência foi marcada por vários atos de autoimolação, principalmente relacionados a manifestações contra o aumento do preço dos alimentos. Após os primeiros quatro suicídios cometidos desta forma, em 18 de janeiro, Asmaa Mahfouz gravou um vídeo em um *vlog* convocando os jovens a protestar na Praça Tahrir no dia 25 daquele mês e solicitando que a informação fosse espalhada com a maior intensidade e velocidade possíveis. Aos que não aderissem à convocação, foi dado o recado de que seriam culpados pela situação do país. O vídeo foi postado no *YouTube* e posteriormente viralizou por todo o Oriente Médio. Junto a ele, a convocação para a ação também ganhou grande reverberação em diferentes redes sociais. Destaca-se, neste momento, as redes dos torcedores de clubes de futebol, principalmente o *al-Ahly* e seu rival *Zamalek Sporting*, que carregavam um histórico de confronto com a polícia e angariaram diversos adeptos para o protesto.

Assim, no dia marcado, dezenas de milhares de pessoas se deslocaram até a Praça Tahrir, local central e simbólico e, a despeito da repressão policial, ocuparam o espaço, transformando-o no nó fundamental para a articulação do levante. Nos dias seguintes a praça foi ocupada por um grupo muito variado de pessoas que incluía a população pobre urbana, mulheres, crianças e minorias religiosas na luta pela renúncia de Mubarak. “Estima-se que mais de dois milhões de pessoas tenham participado das manifestações na praça Tahrir em diferentes momentos”. (CASTELLS, 2013, p. 48). Entretanto, esta articulação popular não foi realizada sem intensa repressão policial, marcada, principalmente pelo ocorrido na sexta feira dia 28. Conhecida como Sexta-Feira da Ira, o dia foi sublinhado pela ampliação da ocupação em diferentes espaços conquistada sob muito sangue e violência por parte dos policiais que levou a vários mortos e feridos.

Apesar da importante e conflituosa ocupação dos espaços públicos, o autor destaca que, mais uma vez, tal qual manifesto na Tunísia, a *internet* assumiu papel de protagonismo para o levante. Neste sentido, o *Facebook* se destaca como principal dispositivo de convocação para as manifestações, o que reforça a hipótese de grande envolvimento da população jovem nos protestos. Além disso, houve um ativo compartilhamento nesta rede e em outras, como o *YouTube*, de vídeos em tempo real. Já o *Twitter* era utilizado na como espaço de comunicação e debate. “Assim, os ativistas (...), planejaram os protestos no *Facebook*, coordenando-os pelo *Twitter*, divulgando-os pelo SMS e transmitindo-os ao mundo pelo *YouTube*.” (CASTELLS, 2013, p. 50). Para o autor o volume de informações produzidas e a velocidade de sua disseminação foram fatores fundamentais para as conquistas advindas daquelas mobilizações.

Em paralelo a isso, destaca-se o papel das redes sociais *off-line* que, por meio de reuniões presenciais, distribuição de panfletos e estratégias de mobilização territorial, alcançaram áreas periféricas e populações com menos acesso aos meios tecnológicos de comunicação. Assim, é importante observar, novamente, o papel central da ocupação do espaço público sendo o local de reunião dos mais diferentes grupos para realização de debates e tomadas de decisão em relação aos rumos das manifestações. Isso sem contar a experiência acumulada de uma forma inovadora - e em construção - de democracia que buscava envolver um amplo número de cidadãos com diversas divergências, num espaço de diálogo igualitário. Foi justamente por esta importância das ocupações, que a praça Tahrir foi diversas vezes esvaziada e reocupada<sup>271</sup>.

Mais uma vez a *Al Jazeera* apresentou-se como ator fundamental para o levante, potencializando a divulgação, o acesso à informação e a mobilização em torno das causas defendidas e do próprio ato de manifestar-se. Tal qual na Tunísia havia uma relação entre o canal e a experiência das ruas que, gravada pelos próprios ativistas em seus celulares, eram transmitidas instantaneamente para um grande número de pessoas por meio da relação estabelecida com a mídia televisiva. Desenvolvia-se, então, uma relação potente entre a mídia social da internet, as redes sociais das pessoas e a mídia tradicional que inflamou ainda mais o ato insurgente. O papel da rede televisiva merece destaque ainda maior quando ela é pensada enquanto um dispositivo de ampliação e propulsão da iniciativa para outros países árabes. Mesmo após a renúncia de Mubarak, quando as mídias ocidentais pararam de noticiar os eventos egípcios, a *Al Jazeera* seguiu dando destaques aos protestos e, assim, influenciando outras localidades.

---

<sup>271</sup> Não é atoa que esse se tornou um espaço de referência para os *Occupies* que ocorreriam posteriormente em diversas partes do mundo.

Vale salientar, que as conquistas insurgentes não ocorrem de forma pacífica e, no caso do Egito, registra-se uma ampla repressão policial, censura à mídia além de bloqueio à internet, visto ser um dos principais canais de **comunicação** e articulação do **levante**. Neste sentido, buscou-se fazer uma “grande desconexão” cortando o acesso à *internet* em todo o país. Já no primeiro dia de protestos a mídia foi censurada e o **governo** tomou medidas para bloquear os sites de divulgação do evento. Dois dias depois mensagens de texto e do celular *Blackberry* foram bloqueadas. Durante a madrugada seguinte, o **governo** bloqueou quase totalmente o acesso à internet, chegando a 93% das redes fora do ar. Entretanto, a maior dificuldade desta iniciativa veio da “vigilância da comunidade global da web, que conta com *hackers*, *techies*, empresas, defensores dos direitos humanos, redes militantes como o *Anonymous*<sup>272</sup>, e pessoas do mundo todo” que tinham a *internet* não só como direito fundamental, mas também como modo de vida. (CASTELLS, 2013, p. 54). Desta forma, as investidas do **Estado** foram fracassadas e os manifestantes egípcios se reconectaram entre si e com o resto do mundo.

É preciso lembrar que, independentemente deste processo, os fluxos informacionais nunca foram totalmente desconectados e o principal ator para manutenção deste quadro foi a *Al Jazeera*. Quando o governo interrompeu a **comunicação** por satélite, outras mídias árabes ofereceram ao grupo o uso de suas frequências. Além disso, métodos mais arcaicos de **comunicação** como *internet* discada, rádio, telefones fixos e fax foram utilizados como mecanismos de informação. No contexto internacional, países como França, Suécia, Espanha e Estados Unidos criaram mecanismos para receberem informações internas do movimento. Um dos principais artifícios utilizados eram ligações internacionais de telefone fixos por meio das quais os receptores das informações as podiam comunicar a voluntários conectados em rede que conseguiam, por meio de outras ligações, repassá-las aos ativistas. “Engenheiros do *Google* e do *Twitter* idealizaram um programa *Speak to Tweet* que convertia automaticamente em tuíte uma mensagem de voz deixada numa secretária eletrônica acessada por telefone fixo.” (CASTELLS, 2013, p. 55). Em seguida a mensagem era encaminhada como tuíte para a *hashtag* do país de onde a chamada havia se originado. “Quando suas contas no Egito foram bloqueadas, o *Twitter* criou uma nova conta - @twitterglobalpr - dedicada ao sistema *Speak to Tweet* naquele país”. (CASTELLS, 2013, p. 55).

A contribuição dos *hackers* - por meio da *Telecomix* - superou a dinâmica dos computadores, criando um programa que recuperava automaticamente mensagens telefônicas

---

<sup>272</sup> Ator que será analisado na seção 9.3 *Cartografia dos principais movimentos que compuseram as Jornadas de Junho*.

advindas do Egito e as repassando para as máquinas de fax, em sua maioria localizadas nas universidades. Destes aparelhos as mensagens eram transmitidas para as ocupações.

Assim, esses mecanismos “arcaicos” utilizados de forma altamente tecnológica, em conjunto, contribuíram para a criação de uma rede multimodal de **comunicação** que mantinha o movimento egípcio em contato com outras partes do globo. Entre os egípcios foi distribuído um manual de **comunicação** que ensinava como utilizar esses canais. Dentro das ocupações, circulavam panfletos impressos com informações que poderiam contribuir para os protestos e para a organização interna dos **espaços**.

Diante dessas estratégias bem sucedidas de driblar os bloqueios, restou ao governo a liberação do acesso à *internet* realizada no dia 01 de fevereiro daquele ano. Essa medida foi tomada após Mubarak anunciar que não tentaria a reeleição em setembro e se sujeitava a uma pressão estabelecida pelos Estados Unidos sob a narrativa de “reestabilização da normalidade”. Diante disso, um membro do Exército apareceu em rede televisiva solicitando que os manifestantes retornassem às suas casas para que o país voltasse a uma condição estável.

Houve, ainda, uma motivação econômica para a liberação das redes, visto que em sete dias de bloqueio a OCDE registrou perda de 90 milhões de dólares, o que representava aproximadamente 4% do PIB do país. Estes dados não contam com os prejuízos que acometeram empresas privadas - muitas delas tiveram seus serviços interrompidos durante o bloqueio. O turismo também foi severamente afetado neste processo, além de uma interrupção ampla de investimentos externos.

Mas o motivo mais profundo da reestruturação foi a sua ineficiência em alteração frente às dinâmicas do movimento, o que ocorreu tanto devido à influência internacional, quanto por causa da já estabilização da rede urbana de **comunicação** que se consolidou com poucos dias de manifestação. “As pessoas estavam nas ruas, a mídia fazia sua cobertura, e o mundo inteiro tomava conhecimento de uma revolução em movimento”. (CASTELLS, 2013, p. 57).

O **levante** trazia, como principais motivações “pão, liberdade e justiça social”. A essas **pautas** iniciais, não tardaram a ser acrescentadas a renúncia de Mubarak seguida de novas eleições. Os responsáveis pelas reivindicações eram, em sua maioria, jovens, muitos deles estudantes universitários. Destaca-se que a maioria jovem representa, também, a realidade do país, visto que  $\frac{2}{3}$  de sua população era composta por pessoas com menos de 30 anos, e grande parte destes, com formação universitária, encontrava-se desempregada. Entretanto, ainda que os movimentos tenham sido mobilizados por uma classe média empobrecida que vislumbrava um ideal ocidental de liberdade, populações urbanas de baixa renda que se encontravam em situação de desespero devido, principalmente, ao alto custo da alimentação, aderiram às

mobilizações. Trabalhadores das indústrias, por sua vez, ainda que com pouco apoio sindical, mobilizaram várias greves que impactaram diversas localidades, com destaque à cidade de Suez, na qual ocorreram diversas ocupações por alguns dias.

Castells (2013, p. 58) lembra que houve relatos de que quando as mobilizações alcançaram, com ainda mais intensidade, os industriais, parte dos membros do Exército ligados ao fluxo de capital internacional se colocaram contra Mubarak e em favor de seus lucros. Diante disso, o pleno apoio ao regime, se encontrava nas mãos de burocratas, policiais, agentes das forças centrais de segurança e informantes do governo. Essas disputas travadas entre as elites foram o principal motivador para a ruptura com Mubarak que levou à sua derrubada. Dada a intensificação do conflito, o Exército não se encontrava mais disposto a sacrificar seus negócios lucrativos em nome do governante, recusando-se, assim, a combater de forma direta os manifestantes e, em seguida, prendendo Mubarak e seus aliados.

Assim, o Conselho Superior das Forças Armadas (CSFA) assumiu o comando do país visando desmobilizar os ativistas e, de algum modo, manter as coisas tal qual já se estabeleciam. (CASTELLS, 2013, p. 59). O ano de 2011 foi, então, marcado por intensos conflitos entre os manifestantes e o CSFA em paralelo à construção de novas eleições que começaram no dia 28 de novembro e se estenderam por várias semanas. Após intensos conflitos, a vitória foi assegurada aos islamitas moderados membros da Irmandade Muçulmana, o que, de modo algum, garantiria a suposta democracia reivindicada nas ruas. Castells (2013, p. 66) lembra que o CSFA utilizou-se da revolução em benefício próprio, agindo de forma ainda mais violenta e repressora do que ocorrera ao longo do governo de Mubarak.

Ainda que contraditória, a insurgência egípcia potencializou mobilizações em todo o mundo árabe que já vinha se inflamando desde os protestos na Tunísia. A partir daí, instituiu-se o Dia da Fúria em diversos países:

7 de janeiro na Argélia; 12 de janeiro no Líbano; 14 de janeiro na Jordânia; 17 de janeiro na Mauritânia, no Sudão e no Omã; 27 de janeiro no Iêmen; 14 de fevereiro na Líbia; 18 de fevereiro no Kuwait; 20 de fevereiro no Marrocos; 26 de fevereiro no Saara Ocidental; 11 de março na Arábia Saudita; 18 de março na Síria. (CASTELLS, 2013, p. 73).

Na Arábia Saudita, no Líbano, no Kuwait e nos Emirados Árabes, as insurgências fracassaram. No Marrocos, na Jordânia, na Argélia e no Omã, os **levantes** foram reprimidos, mas houve algumas concessões por parte dos governos.

Negri e Hardt (2016) afirmam que as manifestações realizadas na Primavera Árabe eram de fato multitudinárias, correspondendo à sua expectativa em relação à criação dessa nova forma de insurgência. Neste sentido, os autores elogiam a descentralização, dinamicidade e capacidade

de conjugação de sujeitos políticos diversos possibilitada por essa forma de organização. (NEGRI; HARDT, 2016, p.14). Contudo, os mesmos questionamentos colocados anteriormente em relação às Revoluções Coloridas se aplicam para este caso. Apesar do argumento de Castells (2013) de que os movimentos árabes seriam a síntese de um “empoderamento popular” contra a cumplicidade entre elites financeiras e políticas, os **desdobramentos** e reivindicações dos protestos parecem distantes das questões de dominação global descritas como estruturantes ao **Império** e à globalização neoliberal. Questiona-se se, da mesma forma que as Revoluções Coloridas, os protestos não podem ter sido utilizados como pretexto para intervenções **geopolíticas** de grandes atores hegemônicos.

No caso egípcio, conforme supracitado, o presidente Hosni Mubarak renunciou apenas dez dias após a reunião de mais de um milhão de pessoas na praça Tahrir, no Cairo. A renúncia de Mubarak foi seguida da eleição de Mohamed Morsi, que seria deposto com apenas um ano de mandato, por protestos que terminaram com um golpe militar, levando ao poder o general Abdul Fattah al-Sisi, que comanda o país até hoje com forte apoio dos EUA. Assim, o movimento dos egípcios motivado, segundo Castells (2013), por um “desprezo a governantes ditatoriais ou pseudo democráticos”, parece ter resultado apenas numa substituição entre “tiranos”, porém com um fundamental realinhamento geopolítico.

Um dos casos mais emblemáticos nesse sentido é o da Líbia. Conforme observa Bandeira (2016, p. 172), o país é formado por mais de 140 grupos tribais, unificados sob um **Estado** nacional pela primeira vez, a partir da ascensão de Muammar al-Gaddafi ao poder, em 1969. Com o início dos protestos no ciclo da Primavera Árabe, em 2011, as duras respostas do regime de Gaddafi e demonstrações de estabilidade frente aos opositores motivaram a declaração do presidente Barack Obama de que “Gaddafi tem que sair”. Com forte apoio do *establishment* americano, aprovação do Conselho de Segurança da ONU e colaboração da França e da Inglaterra, organizou-se um bombardeio da OTAN ao território líbio, que corroboraria para a destituição e assassinato de Gaddafi. Com a destruição do **Estado** líbio, ocasionada pela intervenção estrangeira, Bandeira (2016) aponta que o país foi levado a um estado de constante guerra civil entre os diversos grupos tribais armados pela OTAN, de enorme regressão das condições de vida e do crescimento do fundamentalismo religioso.

O poder estava a rolar pelas ruas de Benghazi, Sirtes, Derna, Misrata e outras cidades, nas quais as brigadas islâmicas e tribos, com as armas supridas pelo OTAN para combaterem o regime de Muammar Gaddafi, pelejavam umas contra as outras, escalando o caos e a sangueira, no vácuo político, criado com a queda de Gaddafi. Disputavam entre si, cada uma contra outra, para conquistar as ricas jazidas de petróleo, da ordem de 48 bilhões de barris (janeiro de 2014), de baixo custo de extração, situadas nas bacias de Sirte (cerca de 80%), Murzuk, Ghadames, Cirenaica, Kufra e Offshore. (BANDEIRA, 2016, p. 175).

Além da influência sobre os países árabes, a fagulha inicial na Tunísia e no Egito acendeu o fogo em lugares mais distantes. Os manifestantes que ocuparam a sede do Poder Legislativo de Wisconsin, nos EUA, em fevereiro e março de 2011, expressaram solidariedade aos seus pares do Cairo e reconheceram seu eco, mas o passivo decisivo começou em 15 de maio (15M), nas ocupações das praças centrais de Madrid e Barcelona pelos indignados. Os acampamentos espanhóis se inspiraram nas revoltas tunisianas e egípcias e levaram adiante suas lutas com o uso de táticas inovadoras. Mesmo antes do desmantelamento dos acampamentos da *Puerta del Sol*, em Madrid, em junho, os gregos assumiram o bastão dos indignados e ocuparam a Praça Syntagma, em Atenas, para protestar contra as medidas de austeridade. Pouco depois, manifestantes montaram barracas no Rothschild Boulevard, em Tel Aviv, para exigir justiça e bem-estar social para os israelenses. No começo de agosto, após a polícia britânica matar um jovem negro, os tumultos irromperam em Tottenham e se espalharam por toda a Inglaterra. Então, quando algumas centenas ocuparam o Zuccotti Park, em Nova York, em 17 de setembro, foi a vez deles assumirem a luta. E, de fato, “suas ações e a difusão dos movimentos nos Estados Unidos e no mundo têm de ser entendidas tendo as experiências do ano como respaldo”. (NEGRI; HARDT, 2016 p. 10-12).

## **b) 15M - 2011**

Ainda no ano de 2011, as tendências formuladas no Oriente Médio e norte da África se expandiram atingindo outros **levantes** pelo mundo, dessa vez, mais próximos às concentrações de poder do **Império**. Com fortes influências da Primavera Árabe e intensificando a relação entre redes e ruas, o 15M, ocorrido na Espanha, é tido como o grande laboratório tecnopolítico desse **ciclo de lutas**. Isso porque, tanto as redes sociais (*Facebook* e, principalmente, *Twitter*) quanto as ruas e praças foram exploradas de maneira inédita para a produção progressiva de afetos insurgentes. Essas duas características, experimentadas ao extremo pelos espanhóis, foram replicadas e adaptadas às realidades vindouras, como o *Occupy Wall Street*, de Nova Iorque, e as Jornadas de Junho brasileiras.



Definido por Javier Toret<sup>273</sup> (2013, p. 133) como “um sistema de rede; mutante, baseado em uma topologia de rede variável, com fronteiras móveis (...) híbrido, cyborg (...) e que constroi e reconstroí movimentos de forma efêmera e subitamente”, o 15M foi composto por manifestações que duraram quase oito semanas e se espalharam por mais de cento e setenta cidades espanholas, tendo como principais territórios de ocupação praças importantes de Madrid (*Puerta del Sol*), Barcelona (Praça Catalunha), Sevilha e Valência. Dentre as **pautas** levantadas pelos jovens indignados estava a demanda por empregos, democracia real e críticas à corrupção. O nome 15M foi dado ao movimento devido a sua data de início: 15 de maio de 2011, “quando uma convocatória feita por redes sociais reuniu milhares de pessoas em sessenta cidades espanholas; muitos deles ficaram acampados em praças públicas. Não foram os sindicatos ou partidos que convocaram as manifestações, foram cidadãos”. (GOHN, 2014a, p. 109). Os ativistas, por sua vez, são conhecidos também como Indignados. Título que, de acordo com Castells (2013), foi propagado pela mídia em decorrência a uma auto denominação dada sob influência de um panfleto de Stéphane Hessel<sup>274</sup> que dizia *indignez-vous!*.

Castells (2013) lembra que as manifestações que ocorreram na Espanha já em abril de 2011 influenciaram diretamente a emergência do levante. Houve, pelo menos, dois importantes protestos, um liderado pelo coletivo *Juventud Sin Futuro*, que exigia direito à moradia, saúde e educação; e outro relacionado mais diretamente à crise habitacional - tema recorrente, já que, ainda em 2010, ativistas envolvidos na campanha *V de Vivienda* se posicionaram contra a execução de hipotecas e o despejo de famílias pobres e de idosos. Assim, ainda que de forma pulverizada, tais antecedentes são parte da composição do 15M que carregava em si uma crítica direta ao capitalismo traduzida por slogans do tipo *Isso não é uma crise, é o sistema*.

Como aponta Gohn (2014a), muito do programa dos Indignados está relacionado com a crise de 2008, que levou a um forte quadro de desemprego no país e foi respondida com o desmonte do Estado de bem-estar social à revelia da opinião da população. Naquela ocasião, o presidente José Luis Rodríguez Zapatero, membro do Partido Socialista Operário Espanhol, reduziu investimentos em saúde, educação e seguridade social, cedendo à pressão de Angela Merkel (Primeira Ministra alemã) e do FMI. A inflação chegara a 3,20%, tendo quase dobrado em relação ao ano anterior (1,80%); as taxas de juros, por sua vez, mantinham-se as mais baixas da

---

<sup>273</sup> Psicólogo e ativista que teve participação central na *Casa Invisible*, em Málaga, e atuou fortemente no IN3, coordenado por Castells.

<sup>274</sup> Stéphane Hessel é um diplomata e embaixador alemão, agente da *Bureau Central de Renseignements et d'Action*, nascido em 1917 que combatia na Resistência Francesa. O fomento à indignação, propagado pelo panfleto *indignez-vous!*, de acordo com Castells (2013) foi mais eficiente na Espanha que na própria França, sendo um dos possíveis propulsores de 15M.



década, como medida protetiva aos bancos; o PIB (31.825.113), apesar de maior que o apresentado no ano anterior (30.763.216), estava muito menor que em 2008 (35.521.869), quando Zapatero foi reeleito (de 2004 - primeira eleição do Presidente - a 2008, esse valor tinha crescido de forma relevante). Mas o dado mais complexo era o de desemprego que, de acordo com Castells (2013), chegou a 22% entre toda a população, sendo de 47% entre os jovens. Já as ações governamentais em relação a contenção da crise não iam no sentido esperado pelos cidadãos, ao contrário, partiam de cortes orçamentários em setores de interesse social. Os passos do governante levaram a uma crise de representatividade marcada pelo questionamento a respeito da dinâmica bipartidarista espanhola, baseada na disputa entre o PSOE e o Partido Popular (PP) - representante da ala conservadora e autointitulado partido de centro reformista. Diante da supremacia no poder central e municipal dos dois partidos, o 15M trouxe, como uma de suas **pautas** centrais, a exigência de implementação de uma política multipartidária.

Entretanto, na configuração do **levante** propriamente dito, antes das temáticas urbanas, sociais e anticapitalistas tomarem as ruas, as manifestações espanholas se construíram e consolidaram em ambiente digital relacionadas, a princípio, a uma motivação igualmente digital. As primeiras interações públicas na *internet* foram veiculadas a partir de debates que tangenciavam a votação da *Lei Sinde* através da hashtag *#NoLesVotes* lançada por blogueiros em crítica aos políticos - principalmente do PSOE e do PP - que aprovaram uma lei impopular (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 221) que criminalizou sites que possuem links para arquivos sob licença *copyright*. A partir de então, foram se formando diversos grupos no *Facebook* para debater questões pertinentes à democracia espanhola, dentre os quais foi criada, pelos jovens de Madrid e Barcelona, a *Plataforma de Coordenação de Grupos Pró-Mobilização Cidadã* que, posteriormente, daria origem ao coletivo *Democracia Real Ya* (DRY). O DRY, que extrapolou os limites das redes sociais - tornando-se um blog e uma rede de emails -, em parceria com o *Juventud Sin Futuro*, é conhecido como o principal articulador dos primeiros protestos do 15M. Protestos esses que, em nenhum momento, deixaram de lado seu caráter tecnopolítico.

Tal qual se observa de forma geral na concepção dos novíssimos **movimentos sociais**, é possível ver que o **levante** baseia sua **comunicação** em plataformas proprietárias, sendo fundamentais os grupos e eventos do *Facebook*, por exemplo. No mesmo sentido, as hashtags utilizadas no *Twitter* desde as primeiras interações, como *#SpanishRevolution*, *#15m*, *#AcampadaSol*, *#YesWeCamp*, *#DemocraciaRealYa* e *#NoLesVotes*, são cruciais para o crescimento e desenvolvimento da rede e, a partir da primeira manifestação, perfis oficiais como o *@acampadasol* começaram a surgir para coordenar as mobilizações. (MALINI e ANTOUN,

2013, p. 228). Ao relatar os estudos realizados pelo *DataAnalysis15M*<sup>275</sup>, Toret (2013) destaca que o uso de diferentes dispositivos tecnológicos foi fundamental para construir a ação política do 15M.

A tecnopolítica do 15M pode ser concebida como um padrão de auto-organização na sociedade em rede, como uma tendência que cruza a inovação política e a inovação tecnológica, que é articulada como apropriação social e política da tecnologia. Nesse sentido, o 15M é um evento físico e pós-midiático pré-vivido no espaço virtual, que se desdobra sequencialmente entre a rede, a rua e a praça, como a retroalimentação entre o fenômeno coletivo na cidade e as redes traçadas no ciberespaço.” (TORET et al., 2013. Traduzido pela autora.)<sup>276</sup>

Assim, mediante os emergentes grupos e debates políticos presentes nas redes sociais, o 15M começou a ganhar forma e, como descrevem Lidia Posada - integrante do DRY - e Pablo Padilla - do *Juventud Sin Futuro* - no documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (2012), passou a buscar as ruas e praças como territórios de expressão. Relacionando os espaços físicos e digitais seria possível alcançar aquilo que Toret (2016) chama de contágio tecnologicamente estruturado via tecnopolíticas que ubiquem redes e ruas.

A decisão de ocupar a cidade no dia 15 de maio foi uma das principais estratégias traçadas pelo movimento e se relaciona com a proximidade das eleições municipais marcadas para o dia 22 do mesmo mês. Já em 02 de março foi realizada a convocatória para a manifestação. Nesta ocasião, jovens envolvidos produziram um manifesto cuja base era o slogan: *Democracia Real Já! Ocupe as ruas. Não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros!*

O apelo não teve apoio de nenhum partido político, sindicato ou associação da sociedade civil e foi ignorado pela mídia. Foi divulgado basicamente pelas redes sociais da *internet*, *Facebook*, *Twitter*, *Tuent* etc. No dia 15 de maio, sem nenhuma liderança formal, mas com uma cuidadosa preparação de manifestações que prosseguiram por semanas, dezenas e milhares de pessoas manifestaram-se em Madri (50 mil), Barcelona (20 mil), Valência (10 mil) e cinquenta outras cidades, pacificamente, sem nenhum incidente importante em parte alguma. (CASTELLS, 2013, p. 88).

Depois desta manifestação, alguns ativistas seguiram até a *Puerta del Sol* onde se reuniram para debater o significado da democracia real à qual buscavam. Na ausência de uma

<sup>275</sup> Esta análise, segundo os próprios investigadores, é fruto de uma inquietude pessoal e intelectual de um grupo de ativistas e investigadores do 15M. Seu desenvolvimento parte de uma combinação de metodologias quantitativas e qualitativas.

<sup>276</sup> “Las tecnopolíticas del 15M pueden concebirse como un patrón de autoorganización en la sociedad red, como una tendencia que cruza innovación política e innovación tecnológica, que se articula como apropiación social y política de la tecnología. En este sentido, el 15M es un acontecimiento físico y post-mediático pre-vivido en el espacio virtual, que se despliega secuencialmente entre la red, la calle y la plaza, como la retroalimentación entre el fenómeno colectivo en la ciudad y las redes tejidas en el ciberespacio. (TORET et. al., 2013).“

resposta comum, esses mesmos manifestantes decidiram, consensualmente, permanecer ali até que chegassem a um entendimento não só a respeito do significado de democracia, mas também do modelo que melhor atenderia às demandas espanholas. No dia seguinte, em Barcelona, inspirados pelo que acontecia em Madrid, jovens se reuniram na Praça Catalunya com a mesma finalidade. Nasceram então as acampadas (acampamentos) espanholas - a exemplo daquelas que já haviam ocorrido na Primavera Árabe.

Nas acampadas, as decisões eram tomadas de forma coletiva, principalmente por meio das assembleias horizontais, e iam desde a organização do espaço local e divisão de tarefas, até os rumos que seriam propostos para a organização política espanhola. Nelas, conforme lembra Castells (2013), decisões gerais eram tomadas já que, em uma estrutura sem lideranças em que cada indivíduo responde por si, temas comuns precisavam ser debatidos de forma coletiva. Entretanto, segundo o autor, esses momentos deliberativos, muitas vezes, eram apenas simbólicos, já que a busca pelo consenso apresentava-se desgastante e, no limite, inviável. No final, as decisões acabavam se estabelecendo de forma individual ou em pequenos grupos. “Cada um representaria a si mesmo, mais ninguém”. (CASTELLS, 2013, p. 102). Ainda assim, as assembleias ocorriam diariamente - exceto quando alguma demanda urgente emergia -, eram moderadas por voluntários e contavam com os manifestantes e transeuntes que se interessassem pelos temas debatidos.

No caso da ocupação da *Puerta del Sol*, havia, nas assembleias, busca pelo consenso após a explanação de diversos argumentos e contra-argumentos. Ou seja, o diálogo não era interrompido enquanto todos não concordassem com as deliberações, o que fazia com que tais processos fossem muito demorados e, por vezes, ineficientes. O modelo de consenso possibilitou que grupos minoritários barrassem parte significativa das propostas. Diante disso, Castells (2013) afirma que, após alguns dias de ocupação, foi cogitada a possibilidade de trocar o modelo de consenso para o de maioria simples, mas a proposta não foi aceita. “A contradição entre deliberação e implementação eficiente de propostas foi abordada criando-se múltiplas comissões que aplicariam as orientações gerais provindas da assembléia em iniciativas específicas”. (CASTELLS, 2013, p. 104). Esses grupos eram responsáveis por temas como a infraestrutura e a segurança do movimento, as pautas a serem debatidas, as ações a serem realizadas e a comunicação interna e externa do levante.

A organização e gestão dos espaços de permanência dos manifestantes nas praças ocupadas eram centrais a estas concepções, sendo o dia-a-dia da acampada um exercício político em si, no qual eram, ao mesmo tempo, divididos de forma horizontalizada os encargos pela gestão do espaço, e decididos coletivamente os destinos do movimento. Assim, as

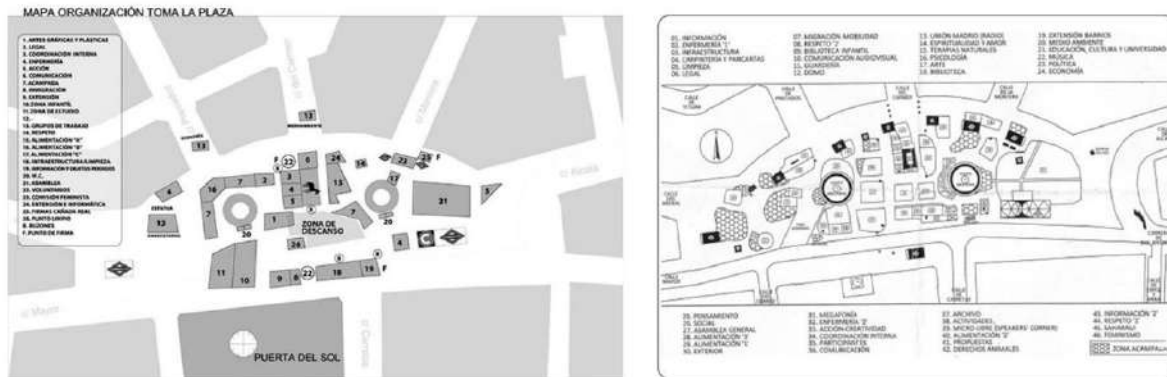
acampadas funcionavam como uma forma de apropriação da dimensão multitudinária da Metrópole Biopolítica como descrita por Hardt e Negri (2012). Castells (2013, p. 161) argumenta que a interação entre a cibernética - de papel central na organização e efetivação dos levantes - e o território urbano produz, nestes novos movimentos, um terceiro espaço chamado por ele de “espaço da autonomia” (também denominado pelos ativistas enquanto Zonas Autônomas Temporárias - ZATs<sup>277</sup>). Assim, o papel das acampadas era, não apenas demonstrar insatisfação frente aos problemas políticos do país, mas também de funcionar como uma usina biopolítica de constituição de alternativas multitudinárias.

Em termos espaciais, a praça foi organizada em setores de forma a atender às demandas dos ativistas. Na mesma direção das demais dinâmicas da ocupação, o desenho do espaço não era estático e ia se modificando frente às necessidades. Na Figura 29, que demonstra dois desenhos de ocupação que foram experimentados em diferentes momentos, é possível observar que havia uma estratégia de ocupação da praça pensando nos fluxos e nas articulações. Ao longo do tempo, outros equipamentos, em sua maioria relacionados à arte, cultura e lazer, foram sendo incorporados no desenho da acampada, o que pode ser exemplificado pela Figura 30 que retrata uma biblioteca infantil construída no local. No documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* é possível observar que estas áreas eram muito utilizadas não só por quem estava integralmente na ocupação, mas por vários outros grupos.

---

<sup>277</sup>*Zonas Autônomas Temporárias* é o título de um livro publicado por Hakim Bey (pseudônimo de Peter Lamborn Wilson) em 1985. Nesse livro, o autor descreve a tática sócio-política de criar espaços temporários que fujam às estruturas formais de controle. Fazendo referências a várias experiências ícones da filosofia, o autor afirma que a melhor forma de criar sistemas não hierárquicos é fugindo dos mecanismos de dominação. Nas ZATs, a informação é elemento chave para que se adentre as brechas dos procedimentos formais. É criado, então, um novo território temporário que atua nas fronteiras das linhas de dominação e que funciona, justamente, por estar arraigado a um momento. Qualquer tentativa de transpor a lógica da temporalidade, pode levar a uma ruptura nos processos de criação.

Figura 29 - Estratégia de ocupação da *Puerta del Sol* (2011)



Fonte: Os mapas do #15M: a arte da cartografia da multidão conectada, adaptado por Carolina Penna. Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Plano-da-Acampada-Sol\\_fig1\\_317893775](https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Plano-da-Acampada-Sol_fig1_317893775)> Acesso em: 19 de setembro de 2013.

Figura 30 - Biblioteca no acampamento da praça *Puerta del Sol*, em Madri, em 29 de maio de 2011



Fonte: 15Mpedia Disponível em: [https://15mpedia.org/wiki/Archivo:FotoSpanishRevolution\\_-\\_bramido\\_-\\_C8F96080-B77C-4BB4-BBFC-37F677E09AE9.jpg](https://15mpedia.org/wiki/Archivo:FotoSpanishRevolution_-_bramido_-_C8F96080-B77C-4BB4-BBFC-37F677E09AE9.jpg). Acesso em: 20 de novembro de 2020.

Além de uma concepção espacial fluida que, em si, trazia características do que os ativistas entendiam por **espaços democráticos**, era preciso que ali se estabelecesse uma vivência política diferente dos moldes tradicionais de forma que fosse possível propor novos rumos para



a democracia espanhola. Tratava-se de uma experimentação cotidiana de novos rumos possíveis que transitava livremente entre as redes e as ruas. Não é à toa, por exemplo, que, apesar dos nomes tradicionais - 15M ou Indignados - o movimento recebeu outros títulos que iam se modificando ao longo do tempo, da modificação das **pautas** e das demandas que emergiam. Novas *hashtags* indicando outras datas de protestos iam surgindo a todo o momento, podendo-se citar, por exemplo, o #19J que convocava para atos contras o Pacto do Euro, no dia 19 de junho daquele ano, ou o o #17S que, viajava internacionalmente convidando os indignados a comporem a primeira manifestação a se realizar em Nova Iorque, parte do *Occupy Wall Street*. Como lembra Toret (2016) as *hashtags* norte-americanas costumavam estar presentes na Espanha antes mesmo de chegar a Nova Iorque. A variação das chamadas e dos nomes demonstra que, da mesma forma que o programa e as **pautas** das manifestações modificam, seu papel dentro da rede também se move, configurando novas e diferentes conexões. Fato que pode ser observado desde os precedentes Zapatistas.

Em relação à **comunicação** digital, o 15M destaca-se no cenário internacional com um uso refinado das tecnopolíticas que renderam ao movimento amplo alcance em termos nacionais e internacionais incluindo, preponderantemente, atores que não estavam envolvidos anteriormente em nenhum projeto político de ativismo ou de militância social. De acordo com Toret, a rede do 15M no *Twitter* passou de 3.403 seguidores nos dias que antecederam a primeira manifestação para 110.198 na fase de maior alcance. Nas ruas, 71% dos participantes não pertenciam a nenhum partido, sindicato, ou **movimento social**, e apenas 6% dos envolvidos não faziam parte de nenhuma rede social. (TORET, 2016). Assim, o 15M também é conhecido como Revolução do *Twitter*.

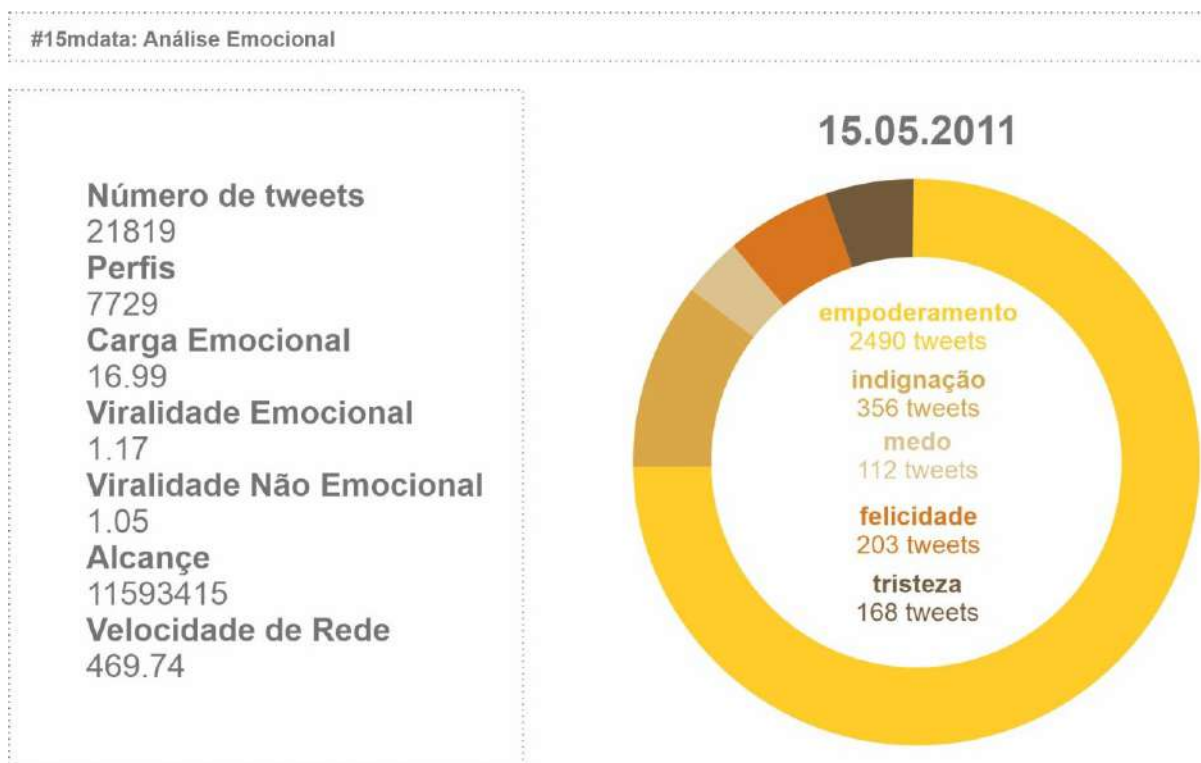
Apesar do amplo alcance conquistado pelas conexões em rede, Toret (2013), referenciando Castells (2013), lembra que só isso não garantiria o sucesso das manifestações. Era preciso uma explosão de intensidade que só seria possível mediante a criação de uma rede de afetos e emoções coletivas a serem compartilhadas e essas emoções estão muito mais relacionadas às questões corporais que deliberativas. Por meio dos fluxos corpóreos as emoções se agenciam, contagiam e propagam numa espécie de rede de transe e paixão. A construção das emoções coletivas emerge de um processo de interação e **comunicação** contínua em que são compartilhadas e se retroalimentam, transformando umas às outras continuamente. (TORET, 2013, p. 70). Talvez aí se encontre a grande força e o grande perigo das revoluções. Os desejos conectados acabam superando a razão tornando-se facilmente manipuláveis<sup>278</sup>.

---

<sup>278</sup> Essa compreensão de possibilidade de controle das massas já encontra-se presente no livro *Psicologia das Massas* escrito por Freud (2011) que aborda a fragilidade a que se inserem grandes grupos reunidos

Para ilustrar a alta carga emocional que envolvia as postagens a respeito do 15M, Toret (2013) analisa os tweets referentes ao dia 15 de maio. É possível observar na Figura 31 que a grande maioria se relacionava à narrativa de empoderamento, apresentando mais que o dobro de carga emocional que postagens sobre outros temas divulgadas na mesma plataforma. O que demonstra uma explosão viral condizente com a agitação social e midiática que vinha se conformando naquele contexto.

**Figura 31 - Visor de la carga emocional el día 15 de Mayo de 2011. Muestra la alta emocional y velocidad de la red el mismo 15 de mayo**



Fonte: Óscar Marín e outros, adaptado por Carolina Penna e Maíra Nobre. Disponível em: <http://assets.outliers.es/15memociones/>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

De acordo com Castells (2013), o que estava se formando em meio a esta intensa rede de afetos era um movimento sem uma ideologia própria ou única. Apesar da participação significativa de ativistas anarquistas, o autor afirma que não seria essa uma base que se pode considerar como ideológica para todo o **levante**. O anarquismo se localizaria apenas em algumas relações estipuladas na rede, sendo essa rede, em sua totalidade, o próprio sujeito da ação, entendido, desta forma, como corpo político coletivo horizontalizado e, em certa medida, livre de

podendo ser facilmente manipulados. O autor lembra que as massas não têm desejo de verdade, pelo contrário elas se alimentam e dependem de ilusões.

hierarquias. Assim, o movimento dos indignados se apresentava contrário à forma tradicional de política ou, nas palavras de Castells (2013), à *realpolitik*.

Entretanto, em registro do ano de 2013, Castells indica que o **levante** não conseguiu consolidar uma nova e eficiente proposta de conformação política a ser seguida. A experiência das acampadas apresentou-se interessante em tempo e escala definidos e não havia possibilidade de estender-se à política nacional e nem mesmo municipal<sup>279</sup>. Por outro lado, a crise de representatividade e o clima de desconfiança com as instituições e o sistema político foi tão intensa ao longo do 15M que não houve, entre os manifestantes, indicação de voto para as eleições municipais e federais a serem realizadas naquele ano. De acordo com Castells (2013), nem mesmo a abstenção ou o voto em branco foram estimulados - apesar de terem aumentado significativamente naquele contexto -, deixando a cargo de cada cidadão a decisão sobre o que fazer no pleito.

Ainda analisando a questão ideológica dos manifestantes, destaca-se que grande parte deles se opunham à ideia de crescimento por crescimento, apoiando-se, principalmente, em **pautas** ambientais e criticando a sociedade de consumo. Mas, mesmo frente a uma crítica comum ao sistema e à compreensão de que o capitalismo financeiro era o responsável pela crise, “não havia consenso quanto ao tipo de economia que poderia proporcionar a todos emprego, moradias e condições de vida decentes, de forma ambientalmente sustentável e eticamente justa”. (CASTELLS, 2013, p. 97). Ainda em 2013, Castells afirma que “a questão mais crítica para o movimento tem sido, contudo, como colocar em prática os princípios da democracia que ele propôs à sociedade em geral”. (CASTELLS, 2013, p. 102). Para o autor, a finalidade primeira do 15M seria a “elevação do nível de consciência de seus participantes e da população como um todo” (CASTELLS, 2013, p. 105) e essa, inegavelmente, foi alcançada, como pode ser observado pelos depoimentos registrados no documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (15M, 2012). Entretanto, os **desdobramentos** em nível municipal e nacional certamente não correspondem com as expectativas da maior parte dos Indignados.

Em 20 de dezembro de 2011, Mariano Rajoy, integrante do PP, assumiu o governo espanhol. Dentre as primeiras medidas tomadas pelo Presidente estava a redução dos gastos públicos e o aumento de impostos com a finalidade de conter o déficit orçamentário, ou seja, dando sequências às políticas de ajustes tomadas pelo governo anterior. Estas políticas tiveram repercussão negativa na economia e provocaram uma segunda recessão vinculada à crise de

---

<sup>279</sup> Indica-se, entretanto, como poderá ser observado posteriormente que, em uma análise de maior prazo, é possível visualizar a criação de importantes partidos políticos, como o Podemos e o Vox, além das plataformas Ahora Madrid e Barcelona en Comú, que impactaram significativamente a política espanhola.



2008, durando mais que a anterior (de 2009) e se estendendo do último trimestre de 2011 até o segundo semestre de 2013. Como consequência, houve um aumento significativo nas taxas de desemprego: de 5,2 milhões para 6,2 milhões de pessoas. Já em abril de 2012, o governo anunciou mais uma redução dos gastos em educação e saúde, totalizando aproximadamente 10 milhões de euros. Em julho, o Ministério da Saúde lançou uma política de co-pagamento dos tratamentos médicos, fazendo com que os cidadãos se responsabilizassem por parte dos gastos com remédios. Mesmo com a tomada de medidas impopulares e que iam de encontro com direitos básicos dos cidadãos espanhóis, em prol de uma melhoria econômica, esta não veio e o prêmio de risco<sup>280</sup> do país superou os 600 pontos básicos.

Junto à conquista da presidência, a vitória do PP em grande parte dos municípios espanhóis apresenta-se como um ponto curioso em relação a possíveis **desdobramentos** do movimento. Para Castells (2013) esses resultados não estão condicionados à uma possível transferência direta de votos do PSOE para o Partido Popular, mas a uma redistribuição deles entre partidos menores - tendo em vista que, com o mesmo número de votos, o PP não teria sido eleito nos dois pleitos anteriores - levando à conclusão de que foi a derrota dos socialistas e não a vitória dos conservadores que ascendeu o partido ao poder. (CASTELLS, 2013, p. 111).

Politicamente, o que ocorreu nas eleições de 2011, realmente não foi apenas uma vitória do PP sobre o PSOE, como supracitado, mas uma quase destruição do partido socialista que dominava o quadro político espanhol desde 1982. Esta crise se agravou quando, em 2014, nem PSOE nem PP alcançaram o resultado esperado nas eleições do parlamento europeu. Por outro lado, partidos menores ou quase insignificantes até 2011 conseguiram resultados surpreendentes, como é o caso do *Podemos*, criado nas acampadas do 15M, que obteve mais de 8% dos votos. O partido chegou a eleger 5 Eurodeputados em 2014 e foi central na composição de duas das mais relevantes plataformas municipalistas espanholas: *Ahora Madrid* e *Barcelona en Comú*. A primeira é uma coalizão com o *Ganemos* que, com o apoio de 9 votos do PSOE, elegeu Manuela Carmena, à frente da prefeitura com 20 *concejales*, dos quais pode-se citar Pablo Soto, Rita Maestre e Guillermo Zapata, atores fundamentais para o 15M. Na capital catalã, por sua vez, o *Barcelona en Comú* guarda conexão com os Indignados através de sua prefeita, que foi porta-voz e uma das fundadoras do *Plataforma de los Afectados por la Hipoteca* (PAH), movimento muito atuante durante e após os acampamentos. É interessante notar que,

---

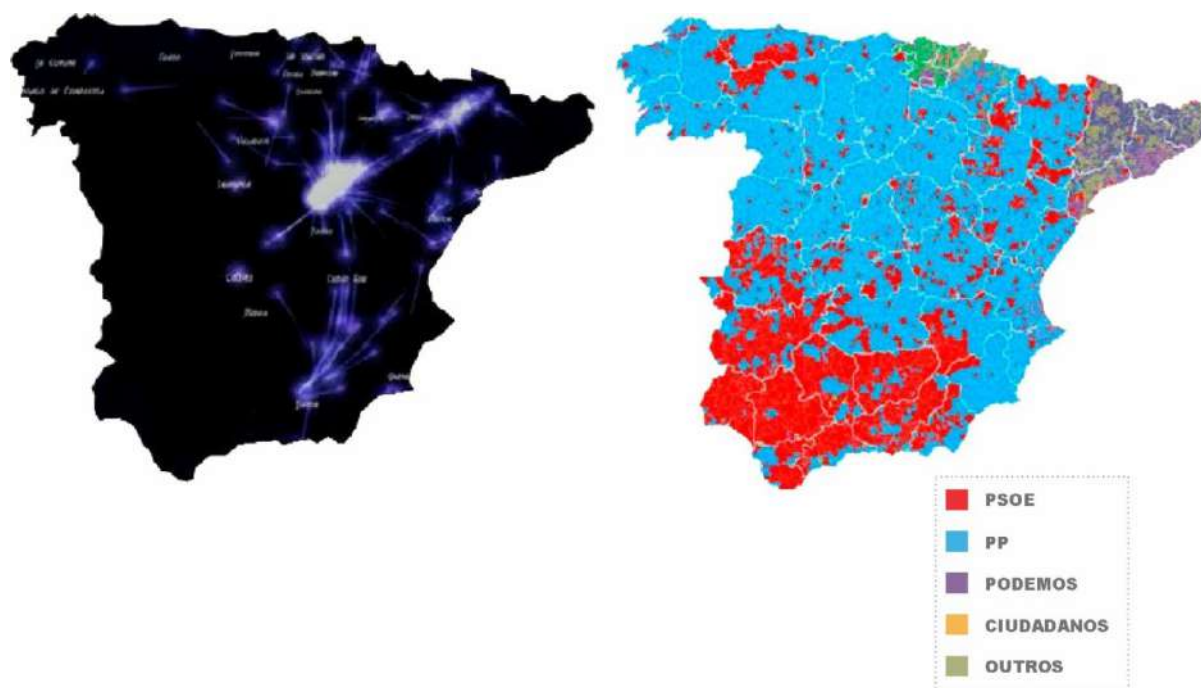
<sup>280</sup> Prêmio de risco é a diferença entre o rendimento de um título público de um país em relação a outro investimento considerado seguro. Ou seja, é o retorno que os investidores esperam receber para que valha a pena expor um investimento a determinado grau de risco. Quanto maior o risco, ou possibilidade de que não haja o pagamento, maior o prêmio de risco.

apesar de fortalecer-se no rechaço às esferas formais de poder, o 15M acaba por criar vias (outras?) de acesso a essas mesmas instituições. Neste sentido o *Partido X*, criado pelas plataformas de *hackers* municipalistas que compunham o 15M, tendo Toret como importante expoente, foge à regra, já que não conseguiu eleger nenhum eurodeputado.

O fortalecimento de partidos menores, como o *Podemos*, contudo, não foi restrito apenas aos grupos insurgentes do 15M. Pela direita, as críticas ao bipartidarismo ocasionaram também no surgimento de uma dissidência do PP, o *Partido Vox*, de extrema-direita, que hoje conta com 4 eurodeputados e 52 dos 350 deputados no congresso espanhol, contra 35 da coligação *Unidas Podemos*.

Em relação às eleições municipais há um elemento muito curioso que deve ser destacado, pois demonstra a potência da atuação tecnopolítica na configuração subjetiva que, inevitavelmente, reflete na configuração política, econômica e social que virá a se estabelecer. No caso espanhol é possível perceber que os pontos de maior concentração de postagens no *Twitter* durante os dias mais intensos das manifestações condizem, curiosamente, com aqueles em que o PSOE perde **espaço** em favor do PP ou de outros partidos emergentes. A Figura 32, abaixo, exemplifica essa relação ao comparar postagens realizadas no *Twitter* no dia 15 de maio, aproximadamente às 19h, com os resultados dos pleitos municipais. Por meio de sua análise, fica evidente que nos locais de maior intensidade no uso das redes sociais em apoio ao movimento dos Indignados, houve, também, uma vitória majoritária do PP, ao passo que, em áreas pouco atingidas pelas dinâmicas das redes do 15M, o PSOE conquistou um número maior de prefeituras.

**Figura 32 - Comparação entre publicações no *Twitter* no dia 15 de maio por volta das 19h e os posteriores resultados das eleições municipais espanholas**



Fonte: Elaborado por Maíra Nobre, adaptado por Carolina Penna.

Além disso, compreende-se que um dos principais **desdobramentos** políticos do 15M foi a formação do chamado municipalismo espanhol, sendo as plataformas *Ahora Madrid* e *Barcelona en Comú*, mencionadas acima, os casos mais significativos. Esses mecanismos são baseadas em um fazer político muito identificado com os ideais multitudinários, com grande usufruto das redes digitais, estruturas de mandatos inovadoras e incorporação de **pautas** da juventude, identitárias e climáticas, ou mesmo mais próxima da realidade da multidão, como defendiam os Indignados, que não estariam sendo atendidas pelo sistema político tradicional.

Por fim, pensando em termos mais amplos e na compreensão dos movimentos de 2011 como um ciclo, observa-se que, ao que tudo indica, apesar de uma coincidência entre as reivindicações por democracia real e soberania popular, os contextos e resultados entre a Primavera Árabe e o 15M foram bastante distintos. Enquanto, no primeiro caso, combatiam-se chefes-de-estado empoderados há décadas em países com independências recentes em relação aos colonizadores europeus, no segundo, os manifestantes opunham-se a um sistema político capturado pelas instâncias de poder da União Europeia e das IFIs e a deterioração das condições de vida ocasionadas pelo declínio do Estado de bem-estar-social europeu. Quanto aos **desdobramentos**, no caso árabe, observaram-se verdadeiras catástrofes humanitárias, enquanto na Espanha obteve-se o surgimento de uma grande fragmentação na política partidária marcada

pelo acúmulo de experiências próximas aos ideais de democracia real defendidos nos protestos, acompanhados pelo fortalecimento de grupos intolerantes e conservadores. Contudo, apesar da distância entre as realidades dos eventos, o modelo surgido na Primavera Árabe parece consolidar-se na experiência do 15M como a forma de luta da multidão: manifestações descentralizadas, sem lideranças aparentes, organizadas e registradas pelas redes sociais, com a ocupação de grandes marcos urbanos como **espaços** de experimentação de uma nova possibilidade democrática.

### **c) *Occupy Wall Street (OWS)* - 2011**

Influenciado pelo **ciclo de lutas** mundial a ponto de inaugurar suas ocupações com uma homenagem à Praça Tahrir, emerge em Nova Iorque um dos **levantes** mais significativos do século XXI, e que carrega em suas manifestações um ataque direto ao **Império** - talvez por se realizar no seio de seu maior expoente, os EUA. O notadamente multitudinário *Occupy Wall Street* (OWS) “é de natureza global e local ao mesmo tempo” conforme aponta Harvey (2014, p. 284). Segundo o autor, ele incorpora os estudantes chilenos contra Pinochet, os manifestantes egípcios pela queda de Mubarak, os indignados espanhóis nas acampadas, os trabalhadores gregos em greve e todas as manifestações que começam a nascer em diferentes partes do mundo como Buenos Aires, Londres, Shenzhen e Mumbai.

Indubitavelmente a crise de 2008 foi fator fundamental para o surgimento da insurgência que contrapunha ideologicamente os “99% da população mundial ao 1% dos detentores de capital” - conforme defendiam os manifestantes. Segundo Castells (2013), a realidade dos EUA frente a crise que levou a centenas de milhares de despejos, milhões de cidadãos saqueados, além de empregos e salários reduzidos, foi fundamental para a emergência dos protestos. O sistema financeiro estava à beira do colapso e os responsáveis por isso eram, para o autor, os administradores do país e sua ganância. Barack Obama, presidente dos EUA naquele momento, pressionado pela crise, agiu tal qual Zapatero, deixando de lado a maioria de suas promessas de campanha e suprimindo diversos direitos sociais em prol da tentativa de salvar a economia. De acordo com Harvey (2014), a crise elucidou à classe trabalhadora a amplitude dos sistemas de exploração, que não podem ser combatidos individualmente, o que justificaria o surgimento de um **levante** que busca tocar as questões imperiais.

A parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976, para 23,5% em 2007. O crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década. O setor financeiro apropriou-se da maior parte dos ganhos de produtividade, com sua parcela dos lucros crescendo de 10% na década de 1980 para 40% em 2007, e o valor de suas ações subiu de 6% para 23%, apesar de ele empregar apenas 5% do total da força de trabalho. Na verdade, o 1% mais rico apropriou-se de 58% do crescimento econômico nesse período. Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2% enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%. O salário de um diretor executivo era cinquenta vezes maior que o do trabalhador médio em 1980 e 350 vezes em 2010. (CASTELLS, 2013, p. 117-118).

Conforme lembra Harvey (2014) o Partido de *Wall Street* é um dos mais influentes dos EUA tendo dominado grande parte do aparato do Estado e do judiciário - o que inclui a Suprema Corte - e se mantendo na presidência há mais de quatro décadas. Indiferenciando Republicanos e Democratas, o que interessa a *Wall Street* é a supremacia do poder financeiro, à qual não há oposição partidária expressiva nos EUA. O poder do capital, financeiro, rentista, imaterial, não produtivo, neste caso, não se expressa apenas pelos privilégios de acumulação, mas inclui a herança de terra por domínio direto e indireto dos recursos e comando do trabalho de quem for necessário.

Neste sentido, o Partido de *Wall Street* adota táticas que em nada se diferem das neoliberais clássicas tendo como princípio central a acumulação do capital a todo custo, o que inclui o saque dos cofres públicos e a ausência de ações estatais em prol de questões sociais. A herança de Reagan, maculou os norte-americanos com a realidade de um Estado desvinculado das questões cotidianas da vida de sua população. Para Castells (2013) mais que os presidentes, Madoff, Wagoner, Nardelli Pandit, Lewis, Sullivan - ocupantes de importantes cargos nos governos Bush, Paulson, Summers, Bernanke, Geithner e Obama - são responsáveis não só pela disseminação destas narrativas, mas pela efetivação destes princípios, afirmando que seria preciso, antes de olhar para a população, salvar o sistema financeiro. Esses discursos, de acordo com Harvey (2014), vinham acrescidos do uso de medidas de vigilância e violência por parte do aparato estatal que restringiam o acesso da população sobre aquilo que é público, incluindo os espaços como parques e praças. Entretanto, vale lembrar que esta violência e controle, ocorrem na ordem biopolítica, por meio de um discurso que convence sobre uma suposta liberdade de ação e expressão, mas que, na realidade, atua de forma amplamente coercitiva. Neste sentido Han (2018) lembra que estratégias de dominação que levam os subjugados a se submeter de forma voluntária, acatando qualquer que seja a argumentação do explorador, são mais efetivas. Segundo o autor, esta técnica se constrói não na direção de obstruir a realização do trabalho, mas de estimular o oprimido a produzir sempre mais. Ela não age por meio da proibição, mas

pelo agrado e satisfação. “Em vez de tornar as pessoas obedientes, tenta deixá-las dependentes. (HAN, 2018, p. 26).

Esse controle silencioso que atravessa as falsas narrativas de liberdade é realizado pelo Partido por meio, principalmente, de uma alta profusão de “opiniões de especialistas submissos”, majoritariamente “empregados nos think tanks e nas universidades por ele financiados, espalhados pelos meios de **comunicação** que controla, para criar polêmicas sobre os mais variados tipos de questões totalmente desimportantes e propor soluções a problemas inexistentes.” (HARVEY, 2014, p. 280).

Observa-se, assim, que *Wall Street* possui vários braços de poder, dentre os quais, o controle da mídia e da opinião pública apresenta-se fundamental. Em uma sociedade da **comunicação** e da conexão, o poder, muitas vezes, se centra menos na ação ou na “verdade” e mais na disputa de narrativas. Destaca-se ainda, uma estratégia muito perspicaz que atravessa o desvio da atenção da população para questões de fato relevantes, prendendo o debate em situações pouco influentes abarcadas por soluções ilusórias. “A única coisa que não pode ser abertamente debatida e discutida é a verdadeira natureza da guerra de classes que eles vêm travando incessante e implacavelmente.” (HARVEY, 2014, p. 280). Quando alguém resolve tocar nesta temática, os especialistas logo afirmam não ser algo pertinente e nem mesmo sério na condição atual da política e o sujeito acaba sendo considerado tolo.

Sabe-se que, inegavelmente, *Wall Street*, se configura como um dos maiores nós na teia do poder imperial e sua supracitada lógica de atuação pode ser compreendida como um modelo da estratégia de dominação que se estende por todo o **Império**. Entende-se, assim que, de alguma forma, o OWS é o **levante** cujo caráter multitudinário aparece de forma mais latente, justamente por sua possibilidade, real, de tensionamento da ordem global e do sistema financeiro do capital.

De acordo com Castells (2013) o primeiro momento de indignação popular que deu origem ao OWS foi a ascensão do *Tea Party*, um movimento que defendia algo entre o liberalismo e o populismo, que deu **espaço** a manifestações de opositores indignados com o governo de uma forma geral e com Obama especificamente. Entretanto, a comprovação de que o *Tea Party* era patrocinado pelas Indústrias Koch e sua incorporação ao Partido Republicano, levou a queda de respaldo do grupo para parte significativa de seus seguidores. Por outro lado, a influência dos demais **levantes** globais, que incluem ativistas da *#GlobalRevolution*, principalmente os que ocorreram no Egito, na Tunísia e na Espanha, estimulou os futuros ocupantes a buscarem outras formas de articulação.

Essas inspirações, com destaque para o 15M, funcionaram não apenas como estímulo para os manifestantes norte-americanos, mas também como laboratórios insurgentes que, de alguma forma, indicavam caminhos para o levante. Muitos estadunidenses chegaram a se deslocar até a Espanha no intuito de aprender as estratégias de construção de movimentos insurgentes e replicar em seus países. Esboçava-se, inclusive, a articulação de um projeto de mudança global. (CASTELLS, 2013). Se de um lado Harvey (2014, p. 281) entende que a influência dos levantes, principalmente das acampadas, demonstra a importância da conexão dos corpos fora da “tagarelice sentimental do *Twitter* ou do *Facebbok*”, e de outro Castells (2013) destaca o papel das redes sociais para a construção de todos os levantes desse ciclo. Os Indignados americanos, mais uma vez, fizeram uso da potente tecnopolítica enquanto associação entre redes e ruas, articulando subjetividades digitais e eclosão de afetos presentes.

Castells (2013) lembra que a faísca para eclosão do OWS ocorreu quando, em junho de 2011, a *Revista Adbusters*<sup>281</sup> convocou a população estadunidense a ocupar *Wall Street* por meio de três estratégias: (i) disseminar a *#occupywallstreet* no *Twitter*; (ii) encaminhar emails; (iii) e divulgar no site *ocuppywallstreet.org*. Castells (2013) os cita: “Você está pronto para um momento Tahrir? No dia 17 de setembro, invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street”. (ADBUSTERS, apud CASTELLS, 2013, p. 120).

Mesmo havendo um consenso de ser este o estopim para o início das manifestações, outros atores reivindicam, para si, a origem do movimento. É o caso de David Degraw que, desde 2010, vinha denunciando os abusos capitalistas realizados pelo governo e que, no dia 15 de fevereiro daquele ano publicou uma convocatória de manifestação dos 99%. *ApendStatus*, uma rede de ativistas, por sua vez, vinha há alguns anos postando denúncias em seu site sobre os impactos da financeirização nos EUA. Eles sofreram vários ataques cibernéticos, como lembra Castells (2013), e foram socorridos pelo *Anonymous*. Em parceria, ambos atores passaram a investir no movimento dos 99%, criando a plataforma 99A que convocou a população a ocupar o *Liberty Park* em 14 de junho, mas não obteve sucesso, da mesma forma que havia ocorrido com o Dia de Fúria, chamado pelo *Anonymous* em 23 de março. Ainda que fracassadas nestas primeiras convocações, o movimento gerado por esses atores acabou criando, de acordo com o autor, um clima de ativismo na cidade de Nova Iorque que contribuiu diretamente para o sucesso da convocação realizada pela revista *Adbusters*.

---

<sup>281</sup> Posteriormente surgiu uma denúncia sobre o possível financiamento da revista advindo da *Open Society Foundation* cuja finalidade seria o estímulo às manifestações. É possível observar a ligação entre investidores ligados à Revista e à Fundação fazendo um rastreamento via *Tides Center*, *Ford Foundation* e *Carnegie Corporation*.



Assim, no dia 17 de setembro, cerca de mil manifestantes se reuniram no *Zuccotti Park* - uma praça privada na baixa Manhattan, em meio a diversas sedes de instituições do mercado financeiro global - onde, à maneira dos protestos espanhóis, estabeleceram um acampamento. Os ativistas protestavam contra a desigualdade e o poder concentrado no capital financeiro, fazendo ecoar o slogan "Nós somos os 99%". Gohn (2014a) lembra que não havia uma pauta específica para o levante ou demandas concretas, apenas uma oposição categórica ao capitalismo financeiro. Apesar da presença de manifestantes vinculados a sindicatos e a organizações trabalhistas e do desemprego ser uma questão colocada inicialmente nos protestos, observa-se que a luta de classe não permeava os debates. O heterogêneo grupo que compunha o levante contava com anarquistas, liberais e reacionários, apesar da preponderância de indivíduos vinculados ao Partido Democrata.

De acordo com Harvey (2014), o principal objetivo do OWS era recuperar a nação das mãos dos endinheirados que a consomem e dirigem, além de provar que Warren Buffett está errado e que os ricos serão sim contestados e não mais poderão herdar terras automaticamente. Apoiando-se na teoria dos 99% e na composição de uma maioria absoluta para aquela luta, os manifestantes, compreendendo-se silenciados pelos meios formais de comunicação, todos pertencentes à Wall Street, não viam outra saída senão ocupar parques e ruas até serem ouvidos e atendidos. Os protestos no Zuccotti Park foram organizados em acampamentos auto-geridos, onde foram recebidas diversas personalidades da esquerda estadunidense e mundial, que discursaram nas assembleias, como Naomi Klein, Slavoj Zizek, Tom Morello, Michael Moore, dentre outros. A repercussão do OWS ocasionou na viralização dos protestos que alcançaram diversas cidades dos EUA (Chicago, Boston, Washington, Los Angeles, Oakland, Atlanta, Fort Lauderdale, Tampa, Houston, Austin, Filadélfia, Nova Orleans, Cleveland, Las Vegas, Jersey City, Hartford, Salt Lake City, Cincinnati, Seattle, etc.) e do mundo (Roma, Frankfurt, Berlim, Sydney, Hong Kong, Tokyo, Toronto, Los Angeles, Madrid, Londres, Amsterdam, Tel Aviv, etc.)

Traçar o perfil dos manifestantes do OWS não parece tarefa fácil. Harvey (2014) apresenta alguns grupos principais compostos por pessoas diretamente atingidas pela crise de 2008, sendo, em sua maioria, estudantes, imigrantes, subempregados e aqueles que se viam ameaçados pelas políticas de *Wall Street*. Castells (2013), por sua vez, recorre a uma pesquisa on-line coordenada por Sasha Costanza-Chock, do MIT e pela Rede de Pesquisa do Occupy, segundo a qual a parte mais engajada do movimento era, em sua maioria, formada por jovens profissionais e estudantes, mulheres - em um número um pouco maior -, que tinham de vinte a quarenta anos. A renda da maioria estava de acordo com a média geral dos estadunidenses, tendo a maior parte finalizado o ensino médio, com muitos casos que acabaram o ensino superior.



Majoritariamente, eram pessoas brancas e os negos, quando presentes, acabavam realizando reuniões próprias no interior do movimento. Assim, apesar da participação de trabalhadores e, em menor escala, de sindicatos, o perfil do movimento não se associava à luta de classes e nem mesmo à temas vinculados às reivindicações pertinentes à velha política. Alguns manifestantes chegaram, inclusive, a entrar em conflito com moradores de rua que buscavam as ocupações como espaço de proteção e alimentação.

Neste sentido é preciso perceber que, tal como nos indignados, os manifestantes do OWS não apresentavam um alinhamento político ideológico, unindo anarquistas, liberais e, até mesmo, alguns entusiastas do partido Republicano. Ao contrário do que foi observado no 15M e se repetirá nas Jornadas de 2013 no Brasil, no **levante** norte-americano, a maior parte dos manifestantes já havia se envolvido em **movimentos sociais** e políticos anteriormente sendo, em em grande parte, ativistas de ONGs.

Ainda que o discurso dos manifestantes se pautasse em ações não violentas, desde o primeiro dia de ocupação a polícia se mostrou ativa frente ao movimento, contando com centenas de prisões respaldadas pelas mais diversas justificativas. Enquanto em alguns locais, como Los Angeles, se observa uma tendência pacífica por parte dos governantes, a repressão policial se destacou em outros como Oakland, na Califórnia, já conhecida por possuir uma polícia violenta. A reação policial, denunciada por vários atores individuais e coletivos - com destaque para o *Anonymous* - que publicava diariamente ações violentas por parte dos policiais, levou a uma ampliação do movimento e ao fortalecimento da narrativa “solidariedade”, replicada frequentemente com a *#solidarity*, em escala nacional e global. Foi ela uma das grandes responsáveis para que o **levante** “viajasse horizontalmente” e “contaminasse” outras lutas, conforme preconizado pela multidão.

Observa-se, então, a internet, mais uma vez, como elemento central não só para a difusão e informação, mas para a construção do **levante** e sua manutenção ao longo do tempo. Segundo Castells (2013), a rápida difusão geográfica do movimento para **espaços** internos e externos às fronteiras do país só foi possível devido à presença das redes. O “*Occupy Wall Street* nasceu nas redes”. (CASTELLS, 2013, p. 130). Vários blogs estimularam a ocupação, postando *hashtags* no *Twitter* e *Facebook*, das quais a mais relevante foi a *#occupywallstreet* registrada pelo Adbusters em 9 de junho de 2011.

Um estudo inédito de Kevin Driscoll e François Bar, do Annenberg Innovation Lab de USC, coletou tuítes continuamente, desde 12 de outubro de 2011, comparando-os com um conjunto em expansão de aproximadamente 289 expressões e palavras-chave correlatas. No mês de novembro, eles observaram cerca de 120 mil tuítes relacionados ao movimento num dia típico, com um pico de mais de 500 mil durante a incursão ao Zuccotti Park, no dia 15. A análise de Gilad Lotan sobre o tráfego no Twitter relacionado ao movimento mostra que os picos estiverem associados a momentos cruciais, como a primeira tentativa de remoção da Ocupação Zuccotti Park, em 13 de outubro. (CASTELLS, 2013, p. 131).

Castells (2013) lembra que além do *Twitter*, as ocupações de Wall Street movimentaram outros canais, como o Tumblr em página “Nós somos os 99%”, postada em meados de agosto por Chris (preferiu não informar o nome todo) e Priscila Grim, envolvidos em militância social. Esta foi uma ferramenta fundamental para a difusão do movimento, já que se tratava de um espaço aberto para recebimento de depoimentos anônimos que acabou viralizando. “Em outubro de 2011, o site do grupo estava recebendo cerca de cem solicitações de admissão por dia. Já em fevereiro de 2012 havia 225 páginas de posts”. (CASTELLS, 2013, p. 132).

O autor ressalta a relevância das redes não só na preparação para o Occupy, mas em sua consolidação principalmente na associação das ações que se davam na cidade e na internet. Ele lembra que praticamente todos os acampamentos criaram um grupo no *Facebook*. A plataforma era usada, de forma geral, para organizar e divulgar o movimento, entretanto, muitos manifestantes mostravam-se críticos a ela, por alguns motivos: (i) trata-se de uma plataforma proprietária; (ii) o software de reconhecimento facial expunha os manifestantes; (iii) desconfiava-se de que, em caso de intimação pelas autoridades, o *Facebook* não protegeria a privacidade dos usuários. Portanto houve tentativa de uso de outras plataformas, como a N-1 - que contou com a participação de Toret em sua construção - ou, até mesmo, de um *Facebook* alternativo, conhecido como *Global Square*, que foi muito divulgado pelo *Wikileaks*.

As maiores ocupações, por sua vez, além dos grupos do *Facebook*, costumavam ter sites próprios que, além de contribuírem para sua organização, funcionavam muito bem para a realização de debates com a sociedade, já que seu formato contava, em geral, com espaços para contato e troca. Segundo Castells (2013) muitos documentos retirados das assembleias também eram postados visando proporcionar certa transparência ao movimento.

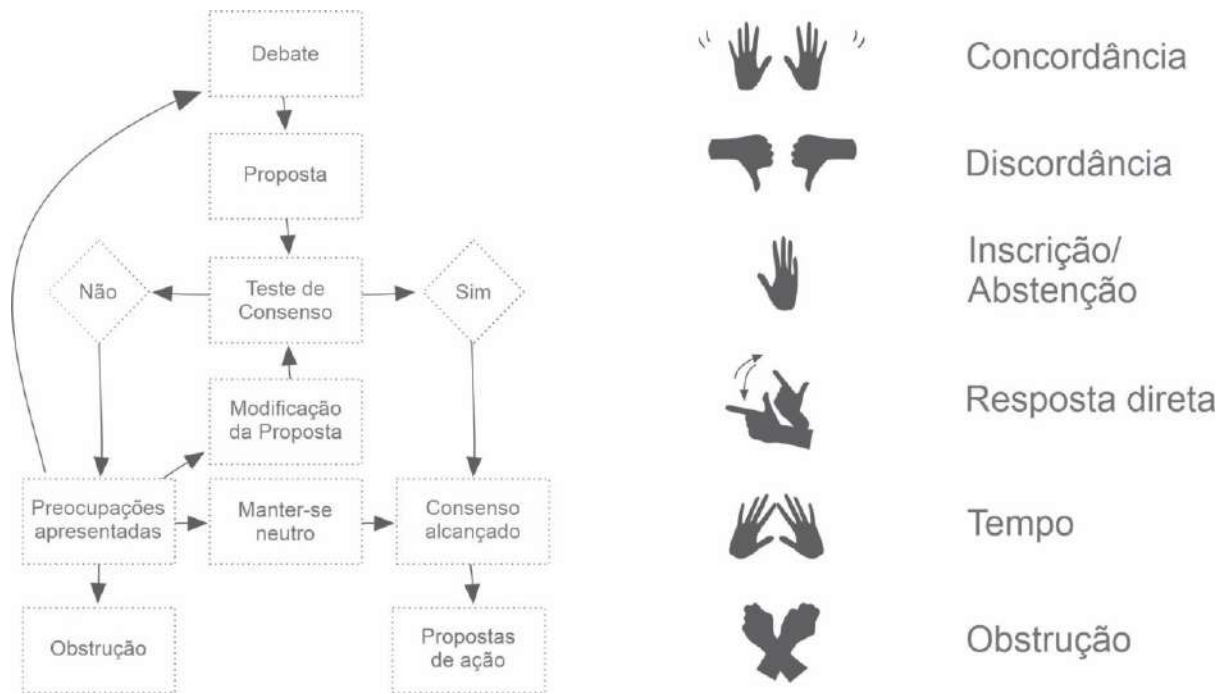
Por fim, outra ferramenta de rede muito utilizada, apesar de controversa, foi o *Livestreams* focado, primordialmente, na divulgação dos momentos de violência. Trata-se de uma importante ferramenta para a criação e sustentação de contra-narrativas. Como lembra Castells (2013), este recurso permitiu que os ativistas do ciclo de lutas contassem cotidianamente suas histórias por meio da articulação de múltiplas vozes capazes de alcançar e emocionar os mais diversos pontos

do mundo. Ou seja, se o movimento começou a ocupar *Wall Street*, centro de poder do capital transnacional, logo foi invadindo territórios adjacentes e provocando uma onda de indignação disposta a tensionar o Império na sua base primordial. Por meio das redes, os ocupantes viam a possibilidade de “desafiar com sua presença e suas mensagens, o espaço financeiro dos fluxos a partir do qual os poderes globais dominam a existência humana”. (CASTELLS, 2013, p. 137).

Entretanto, como já foi amplamente afirmado no decorrer desta tese, sabe-se que a potência das redes se mantém e se alimenta a partir da intensa conexão dos corpos e, assim, a ocupação das ruas e as acampadas apresentam-se como centrais ao OWS. “Um não conseguia funcionar sem o outro; esse espaço híbrido é que caracteriza o movimento”. (CASTELLS, 2013, p. 128). Assim, da mesma forma que no 15M, o levante transcendeu uma ação teórica e se estendeu à experiência das acampadas como tentativa de construção de um novo modelo democrático que se distanciava dos ditames do capital. Castells (2013) lembra que as decisões eram tomadas em assembleias gerais que se pretendiam autogeridas e horizontalizadas, garantindo, assim, direito de participação de todos os presentes.

A moderação estava a cargo de membros do comitê de facilitação. As regras eram parecidas com as observadas no 15M, principalmente na lógica dos comitês e assembleias, mas o autor expõe uma organização um pouco mais complexa exemplificada pela Figura 33 criada por ele mesmo. Segundo Castells (2013), apenas temas gerais eram levados para os debates que eram organizados da seguinte forma: um dos manifestantes apresentava o tema, o descrevia e elaborava uma proposta; havia um momento de discussão e, posteriormente, caso não se tivesse alcançado um consenso, o mediador convocava a assembleia a se manifestar com o uso de gestos pré-estabelecidos.

**Figura 33 - Fluxo de consenso e sinais manuais no movimento *Occupy***



Fonte: Castells (2013, p. 140) adaptado por Carolina Penna.

Esse consenso de gestos se espalhou pelas mais diversas ocupações do OWS e representa um ponto fundamental do **levante**: a indignação frente ao modelo de democracia vigente e a tentativa de desenhar novos rumos possíveis para essa democracia. Segundo Castells (2013) tratou-se da manifestação de insatisfação com as práticas políticas vigentes nos EUA e sua relação bicambial com a política de todo o planeta partindo da possibilidade de construção de uma “nova revolução americana”. Entretanto, o autor observa que a ausência tanto de **pautas** claras e reivindicações precisas, quanto de propostas exequíveis para mudanças desejadas (mudanças essas múltiplas e muitas vezes contraditória), acabou por se tornar um ponto de inflexão no **levante** que, ao final, se construiu, tal qual o 15M, muito mais como um processo de mudanças individuais, que de fato uma possibilidade de tensionamento da estrutura vigente.

Nos momentos iniciais do processo é possível identificar uma narrativa mais específica que alcançava os manifestantes: a proposta de criação de uma comissão presidencial que atuasse no sentido de estabelecer uma independência entre o governo dos EUA e o Partido de Wall Street. Se a indignação tinha como alvo Wall Street, parecia lógico que a demanda de separar dinheiro e política fosse o objetivo unificador do **levante**. Mas não foi. “O movimento exigia tudo e nada ao mesmo tempo”. (CASTELLS, 2013, p. 144). Com o decorrer das manifestações,

cada ocupação passou a defender interesses localizados e específicos e, entre as diversas propostas que contornavam um terreno mais amplo, quase nenhuma era de fato exequível e eficiente no sentido de reverter as decisões da Suprema Corte alterando as relações com o capital financeiro visando redução das desigualdades, geração de emprego, controle da moeda, melhorias nos setores de saúde e moradia, além de combater o aquecimento global e, no limite, reinventar a tão aclamada democracia norte-americana. Em resumo, havia mais queixas que propostas e quase nenhuma viabilidade de debate entre governo e manifestantes. Por outro lado, o Castells (2013) adverte que, certamente, esta abertura e imprecisão foi o principal atrativo para o crescimento do movimento.

Avaliar os resultados do *Occupy* tem sido um desafio ingrato. Para a maioria dos observadores essa dificuldade está vinculada à “ausência de demandas precisas que pudessem ser alcançadas ou negociadas”. (CASTELLS, 2013, p. 143). Nesse sentido, vale ressaltar que um **levante**, tal qual colocado por Georges Didi-Huberman (2016), diferentemente de uma revolução, não pode ser analisado na dicotomia estabelecida entre a bem ou mal sucedido, devendo-se observar não seu resultado, mas **desdobramentos** e repercussões. Assim, é possível destacar que o movimento contribuiu para a formação de alguns grupos políticos mais à **esquerda**, ou mais críticos à organização política do *establishment* americano, bem como para o surgimento de experiências localistas, como cooperativas de crédito.

O legado na política partidária do movimento é frequentemente associado a alguns quadros da **esquerda** do partido Democrata, como Elizabeth Warren, Alexandria Ocasio-Cortez e Bernie Sanders<sup>282</sup>. Por outro lado, destaca-se também como **desdobramento** o fortalecimento de grupos de extrema direita identificados com um conservadorismo anti-sistema, tendo como maior expoente a eleição do presidente Donald Trump, em 2016, como um candidato *outsider*, associado à mídia cujos princípios reacionários foram declarados ao longo do processo de candidatura e dos anos em que esteve no comando do país, o que inaugura uma polarização radical entre dois grupos em formação: um progressista e outro conservador<sup>283</sup>.

Por fim, destaca-se que, apesar dos importantes limitadores, o OWS é, dentre os **levantes** aqui abordados, o que mais se aproxima dos ideais multitudinários, principalmente devido ao

---

<sup>282</sup> Em 2020, ao lado de intelectuais e políticos, como Noam Chomsky, Naomi Klein, Yanis Varoufakis e Fernando Haddad, Bernie Sanders (Instituto Sanders) lançou a Internacional Progressista “que tem como objetivo fomentar a união, coordenação e mobilização de ativistas, associações, sindicatos, movimentos sociais e partidos em defesa da democracia, da solidariedade, da igualdade e da sustentabilidade”. (Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-11/um-grupo-de-intelectuais-e-politicos-promove-a-internacional-progressista.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2009).

<sup>283</sup> Observa-se que a polarização criada no Brasil pode ser vista como herdeira - ou como uma cópia - daquilo que já vinha sendo realizado nos EUA.

caráter global de suas **pautas** que focam no funcionamento da base imperial. Entretanto, conforme pontuado por Castells (2013) é justamente essa abstração das reivindicações que dificulta a análise do **levante**. Possivelmente ela seja responsável, também, por dificultar as possibilidades de soluções reais aos impasses indicados. Destaca-se ainda, que tanto o OWS, quanto o 15M possuíam **pautas** sociais urgentes a serem solucionadas, vinculadas, principalmente, à questões de cunho trabalhista. Questiona-se, então, a estratégia de preconizar o âmbito global em detrimento ao local, tendo em vista a possibilidade de expansão vertical da luta - conforme defendem Hardt e Negri (2014) -, considerando que as questões locais inerentes aos protestos estariam imediatamente ligadas à ordem imperial. Dessa forma, os **desdobramentos** dos dois **levantes** parecem sempre difusos e ineficazes, tanto em resolver os problemas locais, quanto em tocar significativamente a ordem imperial.

## 9.2 Jornadas de Junho de 2013: contexto e controvérsias

A chegada dos governos petistas ao poder a partir de 2003 configura um novo papel do Brasil frente à política internacional por meio da construção de arranjos contra-hegemônicos apoiados na cooperação Sul-Sul. Dentre estes arranjos pode-se ressaltar: (i) as relações estabelecidas com países do continente africano - como África do Sul, Angola e Moçambique - por meio do intercâmbio de ciência, tecnologia e infraestrutura, financiados, sobretudo, pelo BNDES; (ii) a criação da Comunidade de **Estados** Latino-Americanos (CELAC) e da União de Nações Sul-americanas (UNASUL); (iii) o fortalecimento do MERCOSUL; (iv) e a supracitada criação dos BRICS. Firmar tais arranjos significa uma aposta em modelos de desenvolvimento alternativos ao receituário hegemônico do ajuste fiscal pautado pelas IFIs a partir de 2008. Neste sentido, foram adotadas, para a economia, estratégias como: (i) incentivo ao consumo; (ii) criação e implementação de programas de distribuição de renda; (iii) realização de grandes obras de infraestrutura (vinculadas, por exemplo, aos megaeventos esportivos); (iv) disponibilização de créditos; (v) e medidas de blindagem contra flutuações da economia internacional realizadas por grandes bancos de investimento como o BNDES e o NDB. O quadro abaixo (QUADRO 35) apresenta um comparativo entre a situação econômica nacional nos anos de 2002 e 2013.

**Quadro 35 - Situação econômica brasileira em 2002 e 2013**

	2002	2013
<b>PIB</b>	R\$ 1,48 trilhões	R\$ 4,84 trilhões
<b>PIB per capita</b>	R\$ 7,6 mil	R\$ 24,1 mil
<b>Dívida líquida do setor público</b>	60% do PIB	34% do PIB
<b>Lucro do BNDES</b>	R\$ 550 milhões	R\$ 8,15 bilhões
<b>Lucro do Banco do Brasil</b>	R\$ 2 bilhões	R\$ 15,8 bilhões
<b>Lucro da Caixa Econômica Federal</b>	R\$ 1,1 bilhões	R\$ 6,7 bilhões
<b>Produção de Veículos</b>	1,8 milhões	3,7 milhões
<b>Safra agrícola</b>	97 milhões de toneladas	188 milhões de toneladas
<b>Investimento estrangeiro direto</b>	16,6 bilhões de dólares	64 bilhões de dólares
<b>Reservas Internacionais</b>	37 bilhões de dólares	375,8 bilhões de dólares
<b>Índice Bovespa</b>	11.268 pontos	51.507 pontos
<b>Taxa de desemprego</b>	12,2%	5,4%
<b>Salário Mínimo</b>	R\$ 200 (1,42 cestas básicas)	R\$ 724 (2,24 cestas básicas)
<b>Exportações</b>	60,3 bilhões de dólares	242 bilhões de dólares
<b>Investimento público em saúde</b>	R\$ 28 bilhões	R\$ 106 bilhões
<b>Investimento público em educação</b>	R\$ 17 bilhões	R\$ 94 bilhões
<b>Risco Brasil</b>	1.446	224

Fonte: Produzido pela autora.

Além dos dados contidos no Quadro 35 que refletem uma melhoria econômica durante os governos petistas e uma situação favorável no ano de 2013, pode-se observar que enquanto o governo de Fernando Henrique Cardoso gerava uma média de 327 mil empregos por ano, os governos de Lula e Dilma criaram, em média 1,79 milhões; entre os dois governos, a inflação reduziu de 9,1% para 5,8%; os governos petistas criaram 6427 creches; o Programa Minha Casa Minha Vida beneficiou 1,5 milhão de famílias; o Programa Luz Para Todos, 9,5 milhões de pessoas; o Fies concedeu 1,3 milhões de financiamentos universitários e o Programa Ciência

sem Fronteiras chegou a 100 mil beneficiados; foram criadas 18 Universidades Federais e 214 Escolas técnicas; a dívida externa entre 2002 e 2014 reduziu de 557% para 81%, enquanto a taxa de pobreza caiu de 34% para 15%; o IDH, entre estes anos, subiu de 0,699 para 0,730 e a mortalidade infantil reduziu de 25,3 para 12,9 crianças a cada mil; e a Petrobrás subiu seu valor de mercado de 15,5 bilhões para 104,9 bilhões de reais, gerando um lucro médio de 25,6 bilhões de reais por ano. Por fim, a descoberta do Pré-sal na Bacia de Santos em 2006 simbolizava um ponto fundamental que garantiria um amplo desenvolvimento da indústria e da economia, além de uma enorme geração de empregos e renda. Assim, o Brasil deixou de ser, em 2002, a 13ª economia do mundo, passando a ocupar, em 2014, a 7ª posição.

Esses dados mostram que, diferentemente dos outros **levantes** provenientes do mesmo **ciclo de lutas**, a economia brasileira no ano de eclosão das Jornadas de Junho não apresentava um mau cenário e havia uma preocupação social voltada, primordialmente, à promoção de emprego e renda, assegurando segurança alimentar e acesso à saúde e educação para uma parcela significativa da população. Apesar de uma desaceleração no crescimento nacional, o país não vivia um processo de desmonte das políticas sociais, como ocorria na Espanha, por exemplo, além de apresentar-se muito bem amparado nos acordos bi e multilaterais estabelecidos, primordialmente, com outras nações do Sul-Global.

Mesmo diante desses dados, muitas pessoas atribuem as Jornadas de Junho de 2013 a uma inabilidade política da Presidenta Dilma Rousseff, destacando sua impopularidade. Entretanto, de acordo com o IBOPE<sup>284</sup>, o índice de aprovação do Governo Dilma, em março de 2013, era de 63%, enquanto a aprovação pessoal da Presidenta era de 79%, índice que superou os ex-Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Mas por que, nesse contexto, eclodiu uma das maiores manifestações já vistas no Brasil? Para Cava (2013, p. 52), as revoltas nem sempre ocorrem em momentos de crise. Citando Maio de 68 o autor afirma que a insurgência se deu no auge dos *Trinta Gloriosos* franceses no segundo pós-guerra e, de alguma forma, significava uma revolta contra o paradigma do Estado de bem-estar social europeu. “O que ocorre é que também existe uma crise do crescimento.”

A aplicação do modelo contra-hegemônico de desenvolvimento no Brasil - pautado sobremaneira pela implementação de medidas anticíclicas para contenção da crise de 2008 - levou a significativos impactos territoriais e, conseqüentemente, a instabilidade política. As cidades que, durante os primeiros anos do século XXI, foram centrais no debate governamental

---

<sup>284</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>; <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>. Acesso em 30 de maio de 2019



por meio do fortalecimento da Reforma Urbana - com a criação do Estatuto da Cidade, do Ministério da Cidade, das Conferências Nacionais da Cidade, do Programa Nacional de Regularização Fundiária, do Conselho Nacional das Cidades, da Lei de Consórcios Públicos, do Plano Diretor Participativo, da Lei de Saneamento, da Lei da Mobilidade Urbana e da Lei sobre Resíduos Sólidos, como aponta Ermínia Maricato (2015) -, aos poucos se tornaram válvulas de escape para as tensões econômicas internacionais. O Ministério das Cidades, de Olívio Dutra, passou para as mãos de diversos quadros vinculados à direita - até sucumbir em 1º de janeiro de 2019 - e, nesse processo, a paisagem urbana brasileira foi marcada por uma gama de conjuntos habitacionais ocupando, preponderantemente, as franjas metropolitanas, além de um massivo número de automóveis e de empreendimentos vinculados às grandes empreiteiras. As intervenções urbanas estavam focadas, majoritariamente, na produção de **espaços** voltados aos interesses imobiliários, como parte da estratégia de estímulo do giro de capital, mantendo a economia aquecida. Com isso observa-se a criação de corredores viários e o investimento em “projetos âncora” para os Grandes Projetos Urbanos (GPUs), ampliando as desigualdades sociais e formando, como lembra Harvey (2013, p. 29), cidades cada vez mais compostas por “fragmentos fortificados”.

Assim, o crescimento inédito da economia - que contava com baixíssimas taxas de desemprego - não foi suficiente para manter a estabilidade governamental e a cidade se tornou um ponto de inflexão no debate político. Diante dessa contradição, Raquel Rolnik (2013) indica que o aumento no poder aquisitivo da população não garantiu o direito à urbanidade. A ausência do direito à cidade - como um acesso aos mais diversos **espaços** e equipamentos urbanos - culminou em muitos debates a respeito da mobilidade. Debates estes que, de acordo com Rolnik (2013), configuram um dos pontos centrais para a indignação de parte significativa da população brasileira, levando às primeiras manifestações do **levante** de 2013. A autora afirma que o aumento da renda e a ascensão pelo consumo não necessariamente resolvem a falta de urbanidade, nem mesmo a precariedade dos serviços públicos de saúde e educação. Nesse sentido, o alto investimento em infraestrutura para a Copa de 2014 também simbolizaria um ponto chave na leitura sobre os protestos, visto que, para parte da mídia e da população, havia uma inversão negativa na prioridade de investimento governamental.

Essa situação foi agravada pelo fato de que, dentre os diversos **movimentos sociais** existentes no país naquele período, o governo federal preconizava o diálogo com aqueles ligados à questão rural, o que, de acordo com Gohn (2014a, p.81) ia na “contramão de inúmeras análises sobre a realidade brasileira na última década, que apontam para o acirramento dos conflitos sociais urbanos, especialmente nas grandes cidades”. Segundo a autora, a Secretaria Geral da

Presidência da República acumulava de 2012 a agosto de 2013 aproximadamente 1774 pleitos advindos de **movimentos sociais**, dos quais 453 eram considerados prioritários. Destes, 53% eram oriundos de movimentos de mulheres em luta pela Terra (Marcha das Margaridas) e da Feltraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar).

É fato que, desde meados dos anos 1970, a cidade tem sido central no debate dos **movimentos sociais** nacionais, entretanto, o “alívio” da primeira década de 2000 é contraposto a uma situação considerada catastrófica pelos mais renomados urbanistas brasileiros (a exemplo de Maricato e Rolnik). E, inevitavelmente, a catástrofe urbana é, também, uma catástrofe social. Mesmo reconhecendo os avanços alcançados pelos governos petistas, Maricato (2013) entende que os rumos seguidos pela política urbana após 2009 foram “desastrosos”. A autora atribui à política social petista, principalmente vinculada ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC I e II) e ao Minha Casa Minha Vida, a criação de um boom imobiliário nas grandes cidades. Com o crescimento do PIB do Brasil e da construção civil em 2010, indo a 7,5% e 11,7 % respectivamente, a queda significativa da taxa de desemprego, e o crescimento de capital privado e do subsídio governamental no mercado residencial, acabaram levando a um esquecimento da Reforma Urbana, fundiária e imobiliária. O investimento no setor habitacional gerou uma alta significativa no valor dos imóveis: de 153% em São Paulo entre 2009 e 2012, e no Rio de Janeiro de 184% no mesmo período. A disputa pelas terras urbanas já travada entre o capital imobiliário e a força de trabalho se intensificou e a população acabou expulsa para regiões ainda mais distantes da cidade, muitas vezes desprovidas de infraestrutura. Agravando essa situação, ainda tiveram os violentos despejos relacionados com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Em paralelo, a autora cita um processo de acomodação dos líderes de **movimentos sociais** que, em sua maioria, passaram a ocupar cargos no governo. Diante disso, observa-se uma frustração daqueles envolvidos no sonho da Reforma Urbana com a realidade na qual as cidades estavam imersas, elemento que influenciou, principalmente os universitários e intelectuais, a aderirem às manifestações que ocorreriam em 2013. “Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifício por parte de seus moradores”. (MARICATO, 2013, p. 24).

O crescimento do número de automóveis, associado à má qualidade do transporte público, multiplicou as horas de deslocamento nos grandes centros prejudicando, não só os trabalhadores da periferia que, no caso de São Paulo, muitas vezes precisavam dormir na rua por não conseguirem chegar em casa a tempo de ir novamente trabalhar, mas também gerando incômodos à classe média.

Rena (2015, p. 209-210) ressalta que quando o Estado força a multidão a movimentos precários e não restringe o uso de veículos privados (ao contrário, o estimula), o que acaba ocorrendo é uma redução do poder dos pobres, que gera entrave na distribuição da energia cinética. Se a função principal do transporte na pólis é o deslocamento do trabalhador, potencializando a produção, o embate sobre o transporte se desenha também como uma problemática que envolve a complexidade sistêmica do capital, podendo, para o autor, levar à criação da potência de um devir-nômade multitudinário. Destaca-se, aqui, uma diferenciação expressa por Rena (2015) entre a multidão e os ricos, já que a problemática do transporte público atravessa a vida da classe trabalhadora e não aqueles que se locomovem em carros blindados e helicópteros (São Paulo é recordista no uso deste meio para o transporte de particulares)<sup>285</sup>.

Assim, a questão urbana, materializada na mobilidade, se coloca como impulso para as manifestações. Segundo Maricato (2013), estava clara a existência de uma insatisfação geral com a situação das cidades brasileiras, tendo em vista que as desigualdades sociais marcam histórica e cotidianamente o tecido urbano.

A 'fagulha' das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos - o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre "catraços", ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, com os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop. (ROLNIK, 2013, p. 9).

Em sua maioria, esses movimentos compreenderam a cidade tal como assinalado por Harvey (2014), não apenas como palco das lutas, mas como uma ferramenta para se desenvolver e potencializar estas lutas. A ocupação das ruas, mesmo que por algumas horas, visando um controle sobre o espaço por meio da gestão direta de seus fluxos, leva a população a sair do processo massivo de sempre estar alheia às decisões a respeito de seu espaço de vida, tomando, com o próprio corpo, o sentido de seu destino. O MPL, como citado por Rolnik (2013), não tardou em perceber isso:

---

<sup>285</sup> Esta distinção será fundamental para os questionamentos posteriores a respeito do caráter multitudinário das Jornadas de Junho de 2013.

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. (MPL, apud Rolnik, 2013, p. 10).

Como será possível compreender posteriormente - mediante a análise das categorias - inicialmente, as chamadas mídias “hegemônicas” ou “tradicionais”<sup>286</sup> se colocaram prontamente contra o movimento das ruas, acusando os manifestantes de “vândalos” e baderneiros e afirmando que os protestos não poderiam ocorrer de forma irrestrita, desorganizada e ilegal, impedindo os trabalhadores ou passeantes de circular livremente pelas vias. Entretanto, parece que não estava muito claro para estes críticos que, naquele momento, o MPL se colocava, justamente, em defesa do direito de ir e vir dos trabalhadores, visualizando a cidade como um “bem comum” que deveria ser acessível à todos de forma democrática (Rena, 2015, p. 217).

O debate a respeito da mobilidade urbana vinha sendo gestado no Brasil há vários anos. O próprio Movimento Passe Livre (MPL), entendido como o responsável pelo pontapé inicial das Jornadas de Junho, vinha organizando manifestações em todo o país desde 2003 (Revolta do Buzu - Salvador 2003 -, Revolta da Catraca - Florianópolis 2004 -, Luta Contra o aumento - Distrito Federal 2008 -, Luta Contra o Aumento - São Paulo 2010 -, Mobilizações Contra o Aumento - Teresina 2011) que tiveram alguns impactos de ordem local, mas não atingiram nem mesmo um caráter regional.

Já em 2012, junto a outros **movimentos sociais**, o MPL organizou ações vinculadas a questões urbanas em diversas cidades brasileiras: Natal, Goiânia, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Essa primeira organização, já capilarizada pelo território nacional, pode ser vista como um passo inicial para aquilo que viria a eclodir no ano seguinte, visto que a questão da mobilidade colocava-se constantemente presente nos debates da academia, dos coletivos, dos **movimentos sociais** e das ruas.

No dia 31 de maio de 2013, o **governo** federal buscando conter o aumento das tarifas e o avanço da inflação, publicou a Medida Provisória 617 que desonerou o PIS e COFINS dos serviços de transporte coletivo. A ideia era conter ou minimizar o reajuste das tarifas realizado

---

<sup>286</sup> Lembrando que essa não é uma definição utilizada neste texto, mas que é apropriada como recurso por ser utilizada por grande parte da base bibliográfica e possibilitar um entendimento amplo que se refere à uma distinção binária entre aquelas mídias que já eram consolidadas (que compõem, na nossa análise, os grupos do **Imperialismo** e do **Império com tendência hegemônica**) e as mídias que emergiram junto ao movimento, muitas delas atuando como coletivos, e realizando os registros “de dentro” das manifestações, ou seja, parte daquelas que na proposta desta tese encontram no grupo do **Império** e subgrupo “**discurso de defesa insurgente**”.

pelas prefeituras, posto que algumas capitais, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, já haviam anunciado o aumento. Entretanto, o **governo** não obteve o resultado esperado e o alargamento no preço do transporte público se tornou o estopim para as manifestações de junho. No dia 06 daquele mês, eclodiram as Jornadas que logo passaram a carregar as **pautas** mais diversas, deixando a questão do transporte relegada à periferia do debate. Com o passar dos dias, outros temas passaram a ocupar o cenário das lutas e, junto a eles, outros sujeitos políticos (não mais a multidão pobre e trabalhadora - conforme reivindicado por Rena em sua tese) se tornam protagonistas dos protestos.

O movimento de 13 não foi homogêneo e muito menos contínuo, sua própria estrutura rizomática já indicava isso. Era possível perceber, inclusive territorialmente, que diferentes **espaços** da manifestação eram compostos por grupos distintos. À frente, por exemplo, encontravam-se aqueles que, de alguma forma, encabeçavam o **levante** que, apesar da aparente ausência de liderança, era organizado em reuniões abertas ou não, compostas por sujeitos políticos muito bem “selecionados” e articulados, contando, inclusive, com a presença de atores que compuseram outros protestos do mesmo **ciclo de lutas**, como, por exemplo, os indignados espanhóis que exportaram representantes para a linha de frente do **levante** brasileiro - a exemplo de Pablo de Soto e Bernardo Gutierrez. Após essa primeira camada, se encontravam diversos grupos cujos interesses, ao menos aparentemente, se contrapunham ao que seria pensado pelo suposto “comando central” e que, muitas vezes, carregavam **pautas** diametralmente opostas às assinaladas por aqueles que, de alguma forma, puxavam a corda bamba dos protestos.

### **9.2.1 Junho em protesto: a multidão nas ruas brasileiras**

De antemão destaca-se que as manifestações de junho no Brasil alcançaram, de acordo com Gohn (2014a, p. 8-12), 12 capitais além de cidades de pequeno e médio porte, chegando a 483 municípios dos quais se destacam as ações realizadas em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília. Os manifestantes, de diversas idades, representavam diferentes classes sociais, mas havia uma predominância de jovens escolarizados<sup>287</sup> e de

---

<sup>287</sup> "Pesquisa do Datafolha realizada em junho, no auge das manifestações, constatou que, em São Paulo, a maioria dos participantes tinha diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%)." (GOHN, 2014a, p.12-13.

pessoas de classe média, conectadas horizontalmente pelas redes sociais<sup>288</sup>, que, em sua maioria, nunca tinham feito parte deste tipo de evento e, mais que isso, apresentavam-se contrários às formas tradicionais de política - principalmente partidos e sindicatos - tendo uma forte influência de ideologias autonomistas.

De forma geral, as Jornadas brasileiras eram compostas por coletivos ativistas e não movimentos militantes que já vinham se formando e articulando nos cenários nacional e internacional, conforme expresso na seção 6.2 *Nem Estado nem mercado: o ciclo de lutas do comum, debate sobre democracia e crise de representatividade*. Assim, além do viés autonomista, eles apresentam relações horizontalizadas e se destacam por ações muito mais reativas e negativas (eles sabem bem o que NÃO querem) que construções revolucionárias, ideológicas e propositivas - como, por exemplo, a tomada de poder. Grande parte destes coletivos trazia a questão urbana como base de suas pautas. O direito à cidade já aparecia como um elemento importante para estes atores que tinham as ocupações urbanas (permanentes ou temporárias) como uma das suas principais estratégias de ação. Como supracitado, eles podem ser compreendidos, em Gohn (2014a) como um embrião desta nova forma de fazer política, que ganha espaço e se consolida à partir da insurreição de 2013.

O fato é que, ao final da primeira década dos anos 2000 esses coletivos estavam articulados em diversas cidades (do Brasil e do mundo) e encontravam-se conectados compartilhando pautas, táticas e debates, e esta efervescência foi uma das principais potências para a eclosão do ciclo de lutas que se inicia com a crise do capitalismo de 2008. Em relação ao Brasil, é possível destacar a existência de movimentos como a Ocupação do Parque Augusta, do Largo da Batata, o Resiste Izidora, o Mama África, o Fica Ficus, o MPL e vários outros grupos e ações coletivas em cenários local ou nacional. Observa-se, assim, que suas indignações estavam muito mais vinculadas a um evento específico, do que a uma pauta ideológica ou desejo revolucionário, atuando, em geral, contra um movimento advindo de uma associação entre o Estado e o capital.

Entretanto, além dessas organizações “alternativas” (ou fora do modelo tradicional dos mobilizações sociais) é possível observar, nos momentos que antecederam a insurreição brasileira, a existência de manifestações tradicionais no cenário político nacional, como greve de professores, passeatas dos profissionais de saúde e educação, além de conflitos com indígenas, quilombolas, sem terra e sem teto em diversas regiões do país. Mas, por mais que pareça

---

<sup>288</sup> Gohn (2014a) lembra que o principal dispositivo para organização das manifestações era a internet (na análise das mídias já foi observado um destaque para o *Facebook*), mas destaca que as mídias também tiveram seu papel (principalmente após meados de junho) com a divulgação de local e hora dos protestos.

estranho, estas temáticas e os atores envolvidos nessas ações não foram protagonistas, e talvez nem mesmo personagens coadjuvantes, do **levante** de 2013. A cidade (aquela que estava no centro do debate dos coletivos supracitados) se tornou o principal ponto de inflexão dos motins e o transporte urbano se destacou como **pauta** de uma manchete do dia 18 de maio que trazia o Bilhete Único Mensal como reivindicação popular para a prefeitura de São Paulo. (GOHN, 2014a, p. 19).

Entretanto, a despeito do crescimento da articulação dos coletivos e do premente debate sobre as cidades, Marcus Abílio Pereira e Pedro Perini Santos em texto intitulado *Violência Coletiva e o Facebook: os protestos de junho de 2013 no Brasil* (2016), apontam que a emergência do **levante** foi inesperada para grande parte dos jornalistas e intelectuais brasileiros. O mesmo ocorreu entre os governantes. O então Ministro Gilberto de Carvalho, em palestra no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em janeiro de 2014 demonstrou grande surpresa frente aos atos. "Ficamos perplexos. [Houve] uma certa dor, uma incompreensão, e quase um sentimento de ingratidão. [Foi como] dizer: fizemos tanto por essa gente e agora eles se levantam contra nós." (BACHTOLD; NERY, 25/01/2014, p.A4).

Existe, então, um esforço realizado por importantes intelectuais, principalmente do campo das ciências sociais, no sentido de compreender a origem daquela "potência revolucionária" e um dos caminhos para isso foi investigar a situação nacional e os principais acontecimentos que antecederam as Jornadas. De acordo com Gohn (2014a), os noticiários davam pistas de prováveis motivos que deixaram os brasileiros indignados: (i) os altos gastos com as construções e reformas de estádios para a Copa do Mundo de 2014 e para a Copa das Confederações, que ocorreu em Junho de 2013; (ii) os gastos exorbitantes com as diversas obras voltadas à construção e melhoria das estruturas e infraestruturas urbanas e arquitetônicas necessárias para sediar os megaeventos (Copa das Confederações - 2013, Copa do Mundo - 2014 e Olimpíadas - 2016), em contraste com a qualidade dos serviços públicos ofertados, principalmente aqueles relacionados a direitos básicos como saúde, educação, segurança e transporte; (iii) as várias denúncias de corrupção, em sua maioria vinculadas à Operação Lava Jato; (iv) a persistência dos índices de desigualdade social e de inflação; (v) a criação do Projeto de Emenda Constitucional 37 (PEC 37), cujo objetivo era acabar com o poder de investigação do Ministério Público (MP); (vi) a constante criminalização de **movimentos sociais**; (vii) a tramitação no Congresso de um projeto sobre "cura gay". A esses pontos é possível acrescentar o observado por Pereira e Santos (2016) que indicam a insatisfação geral da população com os políticos como um dos elementos mais latentes naquele período, que acabou ampliando e fortalecendo o processo de crise de representatividade e, posteriormente, o surgimento de movimentos



antipartidários, apolíticos e, até mesmo, antipolíticos. Ou seja, independentemente das ações no sentido da promoção de inclusão social realizadas pelo **governo** e da posição de destaque internacional alcançado nos anos anteriores e mantida até então, ainda havia, para grande parte da população, muitos problemas que deveriam ser combatidos nas ruas.

Além desses pontos negativos e/ou controversos que atravessavam a realidade nacional, é preciso destacar a conjuntura internacional e a formação de um **ciclo de lutas** como elementos centrais para a composição das manifestações. Diversos podem ser os modos e motivos dessas interferências e é difícil determinar ao certo como se dão as formações desses ciclos, mas é inegável que as “ondas revolucionárias”, tal como a que ocorreu na década de 1960<sup>289</sup>, são movidas por uma forte influência subjetiva que viaja pelos meios de **comunicação** (o que é ampliado e acelerado com a *internet* e as redes sociais) e por um fluxo de referências e atores que se fazem influentes material e imaterialmente em diferentes territórios.

Zizek (2013) questiona se a formação do ciclo de 2011 não estaria vinculada a uma crise global que chegava gradual e progressivamente a diversos países a partir da quebra do Banco Lehman Brothers em 2008. Entretanto, os **levantes** não eclodiram apenas em locais que se encontram em situação crítica, mas também em histórias que se construíam, naquele momento, de forma bem-sucedida, como é o caso do Brasil. “Problemas no Inferno parecem compreensíveis, mas porque é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passaram por um rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suécia ou o Brasil?” (ZIZEK, 2013, p. 102). No caso turco, o autor afirma que as manifestações não eram exatamente sobre a transformação do parque que faz divisa com a Praça Taksim em um centro comercial. Havia um mal estar mais profundo. Sobre o Brasil, a mesma conclusão. Para Zizek (2013) o aumento das tarifas de transporte não foi o motivo real da eclosão do **levante**, o que fica ainda mais claro com a continuação das manifestações mesmo após a revogação da tarifa.

Entretanto, dizer da existência de questões mais profundas, não resolve a emblemática posta sobre a composição dos protestos. Assim, ainda no esforço de compreender aquele intenso e icônico movimento, Gohn (2014a), acompanhando as narrativas de mídias relevantes sobre os

---

<sup>289</sup> Segundo Gohn (2014, p. 68) apesar das prementes diferenças entre as manifestações de 13 no Brasil e de 68 em várias partes do mundo, há um importante elemento que torna possível a realização de um paralelo entre elas: “a questão da autonomia, a busca de auto expressão. A Internacional Situacionista dos anos de 1960-1970 antecipou também perfis encontrados nos coletivos atuais, como a crítica à 'Sociedade do Espetáculo' e a espetacularização dos atos.” Por outro lado, Daniel Cohn Bedit, que fazia parte do Partido Verde alemão em 2013, em entrevista realizada no Brasil em novembro daquele ano, destacou uma diferença entre os atos. Segundo ele, 'Nos anos de 1960 prevalecia a defesa dos ideais, socialismo, anarquismo, alguns lutavam em nome de Cuba, da China. Hoje não há questão ideológica. Isso é bom: lutar por escola melhor, por transporte melhor.' (BENDIT, 2013, *apud* GOHN, 2014a, p. 69).



acontecimentos em São Paulo, propõe uma divisão das Jornadas de Junho em três períodos. Esta divisão é estabelecida a partir da análise das transformações das **pautas** e autores envolvidos, além da profunda mudança na postura das mídias. São momentos destacados pela autora: (i) a desqualificação e o descaso; (ii) a violência, a revolta popular e o susto pelo movimento de massa; (iii) a vitória na demanda básica.

O primeiro período representa um início tímido das Jornadas de 2013 quando, em 06 de junho, houve um pequeno ato em São Paulo, conduzido pelo MPL. Em princípio, aquele momento foi tratado como uma manifestação estudantil, sendo reprovada e criminalizada pela mídia que a vinculava a processos de vandalismo.

Guterman (2017, p. 133) lembra que o Rio de Janeiro também foi tomado por protestos no início de junho e que havia intensos confrontos entre policiais e manifestantes. A depredação de patrimônios públicos e privados também era recorrente e a mídia carioca e nacional colocava estes atos no foco central de sua narrativa. Segundo a autora, junto aos estudantes estavam presentes militantes do PSOL e do PSTU, além de integrantes do movimento funk e do MTST.

O segundo momento teria início no quarto ato das Jornadas, em 13 de junho, quando a Polícia Militar (PM) agiu com muita violência contra os manifestantes, causando 192 detenções e dezenas de feridos. O impacto dos relatos e imagens dessa ação pode ser entendido como fator fundamental para a modificação da opinião pública que levou a adesão de milhares de pessoas às manifestações e sua consequente expansão pelo território nacional. A marquise do Congresso em Brasília foi ocupada, assim como a frente do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual de São Paulo. Modificou-se, também, o ritmo e a intensidade das ações que ficaram mais concentradas, acontecendo quase diariamente e ganharam **espaço** central em toda a imprensa nacional. O dia 20 de junho representa o ápice desse momento, quando mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas de quase todo o país, incluindo 25 capitais. Para além dos **espaços** físicos, o ativismo digital cresceu surpreendentemente, principalmente via *Facebook*, e as críticas em geral eram voltadas à corrupção e à realização da Copa do Mundo. Foi aí também que o *Anonymous* ganhou maior destaque como ator presente e atuante no **levante**.

Já o terceiro momento é caracterizado pela ampliação e pela dispersão das **pautas**. Com o cancelamento do aumento das tarifas, que marca o início desta etapa, outras reivindicações - já presentes nas ruas - ganharam centralidade nas manifestações e, com elas, o slogan *não é por vinte centavos* se propulsou por todo o país. Diante desse quadro, o MPL se retirou das Jornadas e outros grupos, com outras causas, começaram a convocar para os atos.

Esses momentos são também descritos pela autora por meio de uma linha do tempo composta pelos diferentes dias de protesto em São Paulo. Essa cronologia será parcialmente

reproduzida a seguir (dando destaque para alguns eventos) a fim de ampliar a compreensão a respeito da construção e das transformações que foram ocorrendo. Apesar de se tratar de um território específico, a partir dele, que era o polo central do país, é preciso observar um certo direcionamento nacional. Além disso, visando ampliar a leitura dentro das possibilidades encontradas - tendo em vista que não se irá realizar novamente uma Linha do Tempo completa dos protestos<sup>290</sup> - alguns eventos citados por Guterman (2017) que ocorreram no Rio de Janeiro, também vão compor os dias destacados a seguir<sup>291</sup>.

**02 de junho:** foi decretado o aumento da tarifa para o transporte público em São Paulo, mudando o valor de R\$3,00 para R\$3,20.

**06 de junho:** o MPL convocou o primeiro protesto e contou com aproximadamente 2000 pessoas que ocuparam pontos estratégicos da cidade. Houve depredação de estações de metrô e lixeiras foram incendiadas. A principal palavra de ordem que ecoava naquele momento era: *se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar!* Segundo a imprensa, além dos membros do MPL havia lideranças estudantis e jovens ligados a partidos de oposição ao governo, como o PSOL, PSTU e PCO. Ao final do ato houve confronto entre manifestantes e policiais e dez pessoas ficaram feridas.

**08 de junho:** agora com a participação de 5000 pessoas, o ato convocado pelo MPL se espalhou por áreas “nobres” de São Paulo, saindo do Largo da Batata, passando por vias consideradas centros do capital financeiro da cidade como a Avenida Rebouças e a Faria Lima e chegando até a Avenida Paulista. O final se repetiu, havendo embate entre manifestantes e policiais, mas, desta vez, o **governo** se posicionou condenando os protestos.

**11 de junho:** esse dia foi marcado pela existência de três protestos na capital paulista<sup>292</sup>. Às 14 horas profissionais da área de saúde se manifestaram, às 15 horas foi a vez dos policiais civis e às 17 horas ocorreram os atos pelo transporte. Com a participação de aproximadamente 5000 manifestantes, o protesto desse dia foi oficialmente apoiados pela Juventude do Partido dos

---

<sup>290</sup> Conforme destacado anteriormente, ao longo do desenvolvimento da dissertação *Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo*, foi realizada uma ampla Linha do Tempo das Jornadas de Junho que apresenta os principais eventos, locais, narrativas e atores envolvidos no levante.

<sup>291</sup> Tendo em vista que a narrativa de Maria da Glória Gohn tem se apresentado como fio condutor desta linha do tempo, quando se tratar de eventos no Rio de Janeiro citados por Bruna Guterman, a localidade será indicada.

<sup>292</sup> Essas não foram as únicas manifestações que ocorreram em paralelo às Jornadas. Gohn (2014a, p. 24) destaca que grupos que usualmente ocupavam as ruas de São Paulo, mantiveram-se ativos e focados em suas demandas específicas como é o caso da realização da 6ª Marcha da Maconha no dia 08 de junho, que contou com cerca de mil manifestantes, e a Parada do Orgulho Gay, além de protestos dos professores do ensino básico, dos sem-teto, etc.

Trabalhadores e marcado por atos de violência - 87 ônibus foram queimados ou apedrejados, vitrines foram quebradas, bancos e estações de metrô depredados, houve 19 detidos e aproximadamente 100 feridos. Dentre os detidos havia três estudantes, os demais faziam parte de públicos variados: jornalista, professor, metalúrgico, publicitário, artista, etc., que moravam em pontos diversos da cidade, de bairros nobres a favelas.

**13 de junho:** como citado anteriormente, este é o ponto de virada entre o primeiro e o segundo momento das Jornadas, de acordo com a leitura de Gohn (2014a), pois configura a mudança de opinião da população em geral e da mídia hegemônica que passaram a apoiar os atos. A ampla divulgação da truculência policial é um dos principais motivos aparentes para essa virada que pode ser exemplificada com o caso de Giuliana Vallone, repórter da Folha de São Paulo, que foi atingida por uma bala de borracha no olho, modificando o ponto de vista de muitos leitores desse jornal a respeito dos atos. Houve 192 prisões, e inúmeros feridos. Este dia é marcado também pelo apoio e a participação de entidades nacionais e internacionais aos protestos, como a Anistia Internacional<sup>293</sup>, a ONG Repórteres sem Fronteiras<sup>294</sup> e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo<sup>295</sup>.

**16 de junho (Rio de Janeiro)** - era a estreia da Copa das Confederações no Maracanã e, enquanto o interior do estádio estava marcado por um clima de “alegria patriota” divulgado pela mídia, do lado de fora havia intensos combates entre manifestantes e policiais (sendo que estes faziam uso de bombas de gás, spray de pimenta e balas de borracha), divulgado pelas redes sociais.

**17 de junho:** após a repercussão dos atos de violência observados nas manifestações anteriores, houve um inchaço das ruas que contou com 65 mil manifestantes em São Paulo e aproximadamente 215 mil se contadas as 12 capitais que receberam os atos. Só no Rio de Janeiro, 100 mil pessoas foram às ruas e cenas de violência marcaram a ocupação da Assembleia Legislativa. Em Brasília o Congresso nacional foi ocupado e representantes do

---

<sup>293</sup> De acordo com a pesquisa desenvolvida desde 2019 pelo *Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento territorial* apresentada parcialmente no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional* a Anistia Internacional recebeu da Fundação Ford \$1.245.000,00 de financiamento de 2006 a 2019 e da *Open Society Foundation* \$975.000,00 entre 2016 e 2020.

<sup>294</sup> Tendo como principais fontes para sua manutenção a doação do público (7%), a venda de produtos (20%), subsídios públicos de governos de diferentes países (40%) e financiamento de Fundações (26%), o Repórteres sem Fronteiras recebeu durante o ano de 2020 (não foram encontradas informações a respeito de 2013) um montante de \$1.159.833,00 de fundações (não especificadas nos seus documentos de transparência). Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/finan%C3%A7as-e-suporte>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

<sup>295</sup> Apesar de divulgarem a publicação de informações financeiras, as mesmas não foram encontradas no site da Abraji.

governo passaram a se posicionar com maior frequência e intensidade, defendendo o caráter democrático dos atos.

Figura 34 - A nova marcha dos 100 mil - Reportagem O Globo



Fonte: Tese A "CIDADE MARAVILHOSA É A QUE LUTA": *Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica*. (GUTERMAN, 2017, p. 135).

**18 de junho:** em São Paulo, com aproximadamente 50 mil manifestantes, os protestos começaram tranquilos, mas foram marcados pela depredação de lojas e bancos, tentativa de arrombamento da Prefeitura Municipal e diversas pichações pela cidade, inclusive no Teatro Municipal. Ao final, foi registrada a presença da Tropa de Choque e a realização de 47 prisões. A participação dos *Black Blocs* neste evento foi divulgada por inúmeros meios de comunicação e se desdobrou na intensificação da narrativa que diferencia os "manifestantes pacíficos" daqueles

“vândalos mascarados”. Destaca-se, também, que os atos que já tinham se espalhado pelo território nacional, chegam ao terreno internacional. As Jornadas brasileiras receberam apoio de moradores de diferentes cidades como Londres, Barcelona, Copenhague, Sydney, Hamburgo, Berlim, Atenas, Istambul e Nova Iorque.

Uma pesquisa realizada pelo DataFolha neste dia indica os seguintes dados:

- 77% dos entrevistados eram a favor das manifestações e apenas 18% eram contra;
- 51% considerava a ação da polícia mais violenta que o necessário;
- 67% relacionavam as manifestações ao aumento das tarifas, enquanto 38% acreditavam ser a corrupção o principal motivo e 35% viam na insatisfação com os políticos o estopim para os atos.

Além disso, Gohn (2014a) aponta que esta pesquisa demonstrou a descredibilidade dos poderes públicos nacionais apontando a existência de uma grande crise de representatividade. Indagados sobre a credibilidade das instituições, os entrevistados demonstraram maior confiança nas redes sociais (72%), na imprensa (70%) e na Igreja Católica (34%) que na política.

**19 de junho:** em reunião com o Conselho da Cidade - que contava com a presença de membros do MPL - o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, tentou justificar, por meio de planilhas e narrativas técnicas, a impossibilidade de redução das tarifas de R\$3,20 para R\$3,00. Entretanto, seguindo uma linha já anunciada - em pronunciamento na coluna Tendências/Debates da Folha de São Paulo, na qual afirmavam que a redução das tarifas deveria ocorrer no âmbito político e não técnico - líderes do MPL mantiveram-se irredutíveis mesmo frente à tentativa de diálogo realizada pelo prefeito. A tensão entre autoridades e manifestantes que, já era grande, acabou se tornando ainda maior, mas, ao final daquela tarde, Haddad recuou e anunciou a revogação dos aumentos.

**19 de junho (Rio de Janeiro):** no mesmo dia, o Prefeito Eduardo Paes ao lado do Governador Sérgio Cabral, anunciaram a revogação dos reajustes tarifários em todas as modalidades do transporte urbano. Entretanto, as manifestações não cessaram por aí.

**20 de junho:** o maior de todos os protestos reuniu mais de 1 milhão de pessoas em 75 cidades do país. Só no Rio de Janeiro foi registrada a presença de 300 mil pessoas. O que, para os líderes do MPL, seria um momento de comemoração pela vitória alcançada no dia anterior - não só em São Paulo mas em outras capitais - se transformou em um campo de guerra no qual ocorriam não apenas agressões entre os participantes dos protestos e a polícia, mas também entre os próprios manifestantes. A principal justificativa para essa violência endógena seria, como poderá ser observado posteriormente, uma ampliação das **pautas** e sujeitos políticos nas ruas que



diversificava significativamente os grupos em protestos, bem como o fortalecimento do caráter “apartidário” do ato ou, em outras palavras, a negação intolerante à velha política.

**21 de junho:** neste dia, o MPL anunciou que não iria mais convocar protestos e que isso ficaria a critério de outros grupos. Não era o fim das Jornadas (aliás, não é possível saber quando e se elas de fato acabaram em algum momento) mas o início de um novo ciclo, menos confuso, porém, talvez, mais sombrio que o anterior. Nesse dia, a Presidenta Dilma, mesmo negando a existência de uma crise institucional no país, fez um primeiro pronunciamento (três dias depois ela realizou outro ainda mais expressivo) prometendo que iria convocar governadores, prefeitos e demais autoridades para a elaboração de um pacto em torno de melhorias no serviço público. A partir daí, o **governo federal** se empenhou no projeto de responder às demandas vindas das ruas e foi proposto, no dia 24 daquele mês cinco pontos para melhorar o Brasil: (i) desoneração dos impostos sobre o diesel e investimento de 50 bilhões de reais na mobilidade urbana; (ii) realização de um plebiscito para tratar da reforma política; (iii) contratação de médicos estrangeiros para áreas remotas; (iv) ampliação de vagas nas universidades e hospitais para médicos residentes; (v) destinação de 100% dos *royalties* do petróleo e 50% do pré-sal para educação. Mais especificamente para a área da saúde, a presidente afirmou que a intenção era construir 800 hospitais pelo país.

**26 de junho (Rio de Janeiro):** ao mesmo tempo em que ocorria uma assembleia em frente ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, no Largo São Francisco, havia protestos na Rocinha - que também contavam com moradores do Vidigal - cujas **pautas** eram pedido de paz e uma crítica à construção de um teleférico.

**Figura 35 - Reportagem O Globo, 25/06/2007 - Rocinha e Vidigal vão ao leblon e voltam em paz**



Fonte: Tese A “CIDADE MARAVILHOSA É A QUE LUTA: Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica.” (GUTERMAN, 2017, p. 140).

A partir desta narrativa, Guterman (2017, p. 140) defende a ideia de que havia uma luta de classes nas manifestações do Rio de Janeiro que se dividiram territorial e tematicamente. Quando os protestos chegam à periferia da cidade, observa-se um movimento de reivindicações próprias munidas por cartazes que declaram coisas do tipo “você acordou agora, a periferia nunca dormiu”. Entretanto, a luta que se estabelecia nas periferias não recebeu o mesmo destaque daquela que se dava nas regiões centrais. Nesse momento, ao contrário do que pontua Rena (2015) ao tratar da multidão dos pobres, o que se evidencia é que a multidão tem uma cor e que, notadamente, ela não é negra.

**30 de junho (Rio de Janeiro):** o último dia da “Copa das Manifestações”. O jogo no Maracanã foi marcado por protestos que envolviam críticas à privatização do estádio e pedidos de paralisação das remoções que envolviam a organização dos megaeventos. Havia uma divisão clara naquela multidão: os considerados manifestantes e os “patriotas” e turistas que eram recebidos de forma generosa pela Polícia Militar. Se estes entregavam flores e pássaros de origami aos policiais pela manhã, aqueles, atordoaram o cenário com a “implementação de um caos” durante a tarde. Cerca de dois mil manifestantes chegaram até a barreira policial no Maracanã e lançaram pedras, latas e rojões contra a PM, que respondeu com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.<sup>296</sup> (GUTERMAN, 2017, p. 142-144).

**Figura 36 - Contraste entre os protestos - reportagem de O Globo em 30/06/2013**



Fonte: Tese A “CIDADE MARAVILHOSA É A QUE LUTA: Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica”. (GUTERMAN, 2017, p. 142).

<sup>296</sup> Questiona-se, novamente, se a polarização das narrativas não configura, justamente, a existência de “dupla pinça” na articulação dos protestos.

Ao final da construção desta breve linha do tempo, observou-se um ponto curioso que leva novamente a um questionamento a respeito da indignação que motivava os protestos: já não era *mais por vinte centavos*, mas era por quê?

A amplitude das **pautas** se tornou um entrave ao **governo** que tentava solucionar pontualmente aquilo que aparecia de forma mais latente nas ruas. Gohn (2014a, p. 80) lembra que após o impacto inicial o **governo** federal passou a criar uma nova agenda com a finalidade de responder às mobilizações sociais. De um lado, havia a construção cuidadosa desta agenda com base em dados obtidos por pesquisas que visavam detectar as solicitações prioritárias e, de outro, elaborou-se um contra-discurso que visava mostrar como a sociedade brasileira havia melhorado durante a gestão petista.

Assim, buscando soluções para as latentes reivindicações de melhorias na saúde e na educação, Dilma, em 26 de junho, decretou a destinação de 75% de renda proveniente do Pré-Sal para a educação e 25% para a saúde<sup>297</sup>. Isso sem contar com a aceleração de programas como o Mais Médicos e o Ciência sem Fronteiras. Entretanto, tal como o que se deu em relação à mobilidade com a retirada de impostos sobre o transporte público, as investidas governamentais não tiveram êxito. A Presidenta estava disposta a dialogar com os insurgentes e tomar medidas diante das solicitações, mas parece que o mesmo não ocorria em via oposta. Além disso, o diálogo era dificultado pelo próprio formato das manifestações que, rizomático, crítico à representatividade e supostamente sem liderança, não apresentava porta-vozes aptos e/ou dispostos a negociar com o **governo**. Do ponto de vista de Rena e Bruzzi (2014, p. 310), é justamente essa característica que faz de uma manifestação multitudinária: tudo aquilo que um **Estado** não poderia suportar. A impossibilidade de conter “essas marchas performáticas sem líderes” e a inexistência de uma referência com que se possa negociar seria o ponto chave da desestabilização do **Estado**.<sup>298</sup>

Dentro dessa lógica, encontra-se outro ponto emblemático dos protestos: a possível espontaneidade. De modo geral, associa-se a ausência de liderança à ideia de um movimento espontâneo. Ou seja, o simples fato de (ao menos aparentemente) não haver um comando central que coordene as manifestações, significaria que os indivíduos ali presentes se deslocaram de forma “despretensiosa” para bradar em meio à multidão? Cava (2013, p. 43) discorda deste

<sup>297</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/camara-destina-75-dos-royalties-para-educacao-e-25-para-saude.html>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

<sup>298</sup> Marca-se, aqui, uma controvérsia interpretativa sobre a qual é preciso pensar. A potência da multidão estaria no próprio caos? Pode-se afirmar que, também, em um ataque ao Estado? Em uma perspectiva de atravessá-lo na construção de algo que o supere? O comum? E seria possível? O fato não só de não conseguir, mas de inviabilizar o diálogo, se torna um elemento importante à análise aqui proposta.



raciocínio. Para o autor, os protestos de junho não são espontâneos. Espontâneo seria a realização de ações cotidianas como ir ao trabalho, sair com amigos ou assistir TV. O ato de manifestar-se, ao contrário, não poderia ser tratado como um movimento alheio à uma reflexão. A própria catarse do manifestar-se, faria dele algo nada espontâneo, mas contagiante que, ao contrário de uma apatia em frente à TV, simbolizaria uma **subjetividade** em processo.

Observa-se, então, outra possibilidade de leitura sobre o conceito de espontaneidade que assemelha-se à ideia de gesto e de levantar-se em Didi-Huberman (2011)<sup>299</sup>. O gesto da mão no arremesso denota também um devir nômade que denuncia a domesticação dos corpos. O lançamento de pedras e bombas caseiras, em 2013, se opõe de forma ativa às balas de borracha dos policiais. (RENA, 2015, p. 211). Se levantar e lançar são deslocamentos, e não poderiam se enquadrar na apatia da espontaneidade. Tem-se, então, uma inversão no sentido deste conceito. Se inicialmente ele era visto como a oposição à uma ação com lideranças, agora este tipo de mobilização (com lideranças) que pode chegar a uma composição de massa, seria enquadrado como muito mais espontâneo (ou naturalizado) que um deslocar-se no contágio imanente, que exige pulsão.

Outra questão que atravessa o âmbito filosófico é o controle. As inúmeras narrativas sobre a violência são postas por Gohn (2014a) como um ponto central para o inchaço das ruas. Assim, o controle emerge como uma controvérsia entre distintas narrativas. Por um lado algumas mídias e intelectuais o viam como elemento negativo, enquanto, outros se assustavam em meio àquele caos.

---

<sup>299</sup> Observar este debate na dissertação *Levantes Urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008*. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40741>. Acesso em 14 de julho de 2013.

Figura 37 - Capas de jornal em 21/06/2013



Fonte: Tese A "CIDADE MARAVILHOSA É A QUE LUTA: Disputas Discursivas e Territoriais na Cidade Olímpica." (GUTERMAN, 2017, p. 139).

É necessário destacar que, se em alguns momentos observava-se um discurso predominante de contraposição aos protestos devido ao seu caráter "vândalo", a violência policial também passa a receber destaque nos noticiários. E é este, um dos grandes motivos de muitas pessoas irem às ruas. Como lembra Gohn (2014a) o sentimento de injustiça pairou sobre parte da população ao se defrontar com pessoas que estavam sendo agredidas por defenderem **pautas** que muitos também concordavam e, assim, parte desses muitos se indignou e se juntou ao **levante**, levando para as ruas também as suas próprias inquietações.

Mas não foi só na cumplicidade que o sentimento de injustiça pairou sobre os manifestantes. A oposição entre o tal "vandalismo" e a violência do **Estado** narrada, principalmente, pelos *Black Blocs* e anarquistas, pode ser vista em outros discursos indignados,

principalmente no Rio de Janeiro, devido às intervenções policiais que vinham sendo, constantemente, realizadas nas favelas. Não que se tratasse de alguma novidade o racismo e a violência imposto sobre os corpos pobres e periféricos brasileiros, mas, naquele momento, parte destes corpos ganhou nome e com o nome, outra força passou a emergir. Esse é o caso de Amarildo Dias de Souza, o ajudante de pedreiro, morador da favela da Rocinha, torturado, morto e desaparecido na sede da UPP. Este fato motivou a realização de uma manifestação que contou com a presença de cerca de mil pessoas. “Amarildo se tornou um símbolo da luta de moradores de favela nas denúncias contra abusos policiais.” (GUTERMAN, 2017, p. 149).

“Amarildo é o escravo da senzala contemporânea e a luta em seu nome renova o êxodo quilombola”. (CAVA e COCCO, 2014, p. 17). Ele expressa a face qualquer das lutas, um qualquer, mas singular como o poema projetado nos prédios do Leblon, nos camburões ou nas delegacias pelo Coletivo Projetação: “Amar é/ A Maré/ Amarildo”.

O exemplo é aí uma singularidade entre outras, que está no entanto em vez de cada uma delas, vale por toda. Por um lado, o exemplo tem valor na particularidade de sua ocorrência; por outro, no fato de que encontra-se no lugar de cada uma das outras ocorrências, valendo por todas, ligando a luta contra uma injustiça particular a todas as tristes mortes, desaparecimentos, violências contra o pobre e contra todo o corpo social perpetrada pelo biopoder e pelo Império. (RENA, 2015, p. 224-226).

Além da poesia projetada, outra palavra que invade os muros cariocas é “CADÊ?”. Quatro letras que, para Rena (2015) simbolizam uma mudança significativa no imaginário político brasileiro. Um deslocamento. Amarildo seria a imagem de que o menor tem ocupado **espaço** como símbolo político e, com as quatro letras do “CADÊ?”, **subjetividades** são alteradas e outras questões emergem. Raluca Soreanu em entrevista cedida a Patricia Fachin pelo Instituto Humanitas Unisinos, faz a seguinte indagação: “Onde está a dor? Onde estão os mortos da ditadura? Onde está o luto? Onde está a memória? Cada sujeito político deve preencher a elipse de forma diferente.” (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2014).

Segundo Rena (2015, p. 227), os muros pichados, as projeções, os coros nas ruas, tudo isso apresenta uma outra semiologia que envolve diretamente o movimento dos corpos, “o corpo enquanto evento sinestésico preenchido de sentido político. Assim, a multidão de 13 defenderia a manifestação com o próprio corpo e “a política da multidão aparece como uma política dos corpos”, porém, desta vez, não como estatística. Para o autor, a multidão subverte a dominação biopolítica da racionalização numérica, pois os corpos não são algoritmos e, não o sendo, não podem ser regulamentados pelo **Estado** (estaria aí uma distinção potente entre massa e multidão, sendo que a primeira poderia ser tipificada e prevista enquanto a segunda se constitui por uma rede de singularidades que se conectam e expandem “de baixo pra cima, por contaminação do

afeto”, chegando ao “heterogêneo de legiões de infinitas cabeças”). Se importam ao Estado os “fenômenos no que eles têm de global” (o modelo) (FOUCAULT, 2002, p. 293), interessa à multidão o global no que ele tem de singular (o exemplo). Para Cocco (2014, p. 13) isso simboliza o deslocamento para a terceira margem do rio brasileiro, na luta contra as remoções e as megaobras, no seio de devir minoritário do Brasil.

Neste sentido Hardt (2014, p. 7) afirma que abordar as revoltas nas ruas de Rio e São Paulo em 2013 como parte de uma organização multitudinária, significa, predominantemente, afirmar que ao invés de serem dirigidas por partidos e sindicatos e apresentarem uma direção unificada, com uma liderança sobre as massas, esse movimento foi auto organizado e se conectou horizontalmente pelo território nacional. Não houve, nem na realidade nem no desejo, qualquer possibilidade de homogeneidade, pelo contrário, as contradições eram inerentes aos corpos nas ruas que descobriram, na cooperação, uma série de demandas que se relacionavam. Para o autor, não se trata de uma desorganização, mas de uma forma latente e constante de se organizar. No mesmo sentido, Barbara Szaniecki (2014, p. 162) relaciona o uso do termo “multidão” por sua diferenciação dos conceitos de povo e massa, afastando da perspectiva de classes e aproximando com a relação entre grupos incontroláveis. A multidão (ou o monstro), se constitui e define no acontecer das lutas.

Ainda no sentido de vislumbrar as Jornadas de Junho de 2013 como um movimento multitudinário é possível observar em Rena e Bruzzi (2014 p. 310-311) um fazer local que tangencia a uma indignação global. Para as autoras o que aquela multidão queria era “atravessar a linha demarcada pela FIFA que impedia que o cidadão ultrapassasse o limite do capital global”. Seria, então, a virtualização de potências já presentes nas ruas, nas matilhas urbanas, que ocupam os espaços com o desejo coletivo de criação do comum. A missão seria fazer crescer o desejo subversivo e latente de combate ao Império.

Marchar por dez quilômetros do centro de Belo Horizonte até o Estádio Mineirão simbolizava ultrapassar a FIFA por meio da apropriação do território, do local, e, assim, também “manifestar contra o neoliberalismo desvairado e emplacado pelo, até pouco tempo atrás, partido de esquerda mais representativo do país e do mundo.” O que se dava ali, segundo as autoras, era uma luta “por um território considerado comum e usurpado descaradamente pelo Estado Petista, juntamente ao Capital Global representado pela FIFA e pelos patrocinadores da Copa.” Por meio dessa narrativa, é possível observar que atacar o neoliberalismo, significava, também, se posicionar de forma crítica (e porque não dizer contrária), aos governos petistas e sua forma de ação - acusados por uma ampliação significativa do neoliberalismo no país.

Para Cava (2013, p. 86) as manifestações seriam a expressão da possibilidade de construção de um futuro. Após as melhorias econômicas e sociais dos governos petistas, seria possível, enfim, o Brasil se tornar “o país do presente”? Os pobres haviam se livrado da lei da sobrevivência e podiam sonhar com algo que extrapolasse o aqui e agora. Mas junto à possibilidade do futuro, o mecanismo de responsabilização neoliberal cobra caro pelo fracasso e, assim, num misto de alegria, medo, frustração e pressão, eclodiu uma revolta que, aparentemente, seria capaz de tensionar os limites do **Império**. Não se tratava mais de um arrastar-se pela luta cotidiana, mas de um querer mais que parte da potência da indignação com o ordenamento imperial.

### 9.2.2 Cartografia das categorias

A supracitada leitura sobre a potência multitudinária de 2013 a partir de um viés esperançoso e empolgado apresentou-se muito latente durante o período das manifestações e nos primeiros anos que as sucederam (principalmente aqueles que antecederam ao Golpe de 2016). Apesar dos vários traços controversos, as Jornadas ainda tendiam a ser analisadas de forma predominantemente positiva pelos pesquisadores progressistas, principalmente aqueles herdeiros de Hardt e Negri, que viam na constituição da multidão brasileira, uma possibilidade não só de desestabilizar e modificar o **Estado**, mas também, de alguma forma, incidir sobre a luta global, influenciando o tão desejado tensionamento do **Império**. Entretanto, há uma complexidade profunda nas ações afirmativas sobre determinado caráter das Jornadas, que se tornam ainda mais intrigantes quando são sobrepostas às diferentes narrativas tecidas a respeito do **levante**.

Essas narrativas podem advir de diversas fontes, sendo mais comumente utilizadas aquelas proferidas pelas mídias<sup>300</sup>. Seguindo essa tendência, o próximo passo desta tese será apresentar como diferentes mídias nacionais e internacionais relataram as Jornadas de Junho de 2013 e analisar controvérsias que podem dar indícios a respeito das dinâmicas **geopolíticas** que atravessavam aquele contexto. Para tanto, esta seção será destinada a descrever os principais acontecimentos das Jornadas de Junho e apresentar a análise das categorias geradas a partir da criação dos temas de referência presentes nas seções das PARTES I e II desta tese a partir

---

<sup>300</sup> Guterman (2017), por exemplo, uma das referências utilizadas nesta tese para análise das Jornadas de Junho, se esforçou em comparar narrativas do que chama de mídias “hegemônicas” e daquelas entendidas como “alternativas”.

das narrativas provenientes de diferentes grupos midiáticos - conforme indicado em *8 Percorso cartográfico*.

Destaca-se, de antemão, que, por se tratar de uma pesquisa de dados que conta com uma extensa tabela (ainda que seccionada) formada por diferentes categorias, subcategorias e narrativas - que, muitas vezes, apresentam-se bastante semelhantes - essa seção se constrói com um texto menos fluido e, em alguns momentos, um pouco cansativo. Foi feito o possível para suavizar essa sensação do leitor sendo esse, mais um dos motivos de não se anexar o banco de dados em sua completude. Assim, foi encontrado, no formato que será apresentado, o desenho menos desgastante para a apresentação das informações. A respeito da relevância desta seção e da forma como se desenvolveu essa etapa da cartografia é preciso pontuar que várias expectativas a respeito da pertinência das análises midiáticas foram rompidas, bem como algumas hipóteses no que tange a conformação ideológica e posicionamento de cada um dos blocos midiáticos delineado. Dessa forma, algumas considerações que visam englobar a análise da forma mais ampla (não se restringindo às categorias e subcategorias) serão apresentadas ao final.

Para introduzir este debate, é preciso retomar, ainda que brevemente, como foi o processo de composição da cartografia das categorias proposta nesta tese. O trabalho de coleta das informações não foi iniciado junto à produção do presente material, mas vem sendo desenvolvido desde a realização da dissertação *Levantes Urbanos: o ciclo de lutas pós crise de 2008*<sup>301</sup>, cujo tema se relaciona diretamente com o assunto aqui abordado. Naquela ocasião foi criada uma linha do tempo sobre as Jornadas de Junho de 2013 contendo cinco camadas: eventos, narrativas, **atores humanos**, atores não humanos e território (além do tempo, é claro). Assim, descreveu-se, dia após dia, o que vinha ocorrendo nos protestos. Compreendendo a necessidade de territorializar o que estava sendo debatido, estes dados eram vinculados a uma mapa, indicando o local dos acontecimentos conforme mencionado. Estas narrativas traziam, além dessas informações básicas elementos como **pautas**, antagonismos e agonismos e, a partir delas, eram indicados os **atores humanos** e não humanos (segundo a conceituação de Bruno Latour, presente no livro *Reagregando o Social: uma introdução à teoria ator rede*) que foram figurados naquelas narrativas<sup>302</sup>.

---

<sup>301</sup> Realizada por mim sob orientação de Natacha Rena e defendida em 2019.

<sup>302</sup> As informações a respeito do método de construção e análise desta linha do tempo podem ser encontradas tanto na dissertação *Levantes urbanos: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2013*, disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40741>. Quanto no artigo *Cartografia das controvérsias: uma leitura transescalar*, disponível em: <https://files.indlab.net/producao-ind/livros/Ebook%20Urbanismo%20Biopol%C3%ADtico.pdf>.



Entretanto, observou-se que havia várias controvérsias entre as narrativas utilizadas para a composição daquelas informações, sendo possível perceber uma clara disputa entre as fontes utilizadas e que, portanto, elas não poderiam ser aplicadas conjuntamente a despeito de uma análise. Por outro lado, observou-se que alguns discursos apresentavam interesses condizentes e foi realizado um esforço de agrupar essas mídias por formações de grupos. Obviamente, este processo não foi realizado apenas com as informações desta pesquisa, mas - como citado no platô que indica o método aplicado à esta investigação<sup>303</sup> - ocorreu mediante um profundo esforço de observação que atravessou diferentes temas.

Por razão de coerência investigativa e também porque as conexões emergiam de forma cada vez mais evidente, estas formações de grupo midiáticas passaram a ser atravessadas pelas investigações geopolíticas (que ocorriam de forma concomitante) e observou-se a possibilidade de criar paralelos entre a hipótese de existência de três grandes grupos geopolíticos (*Império*, *Imperialismo* e *Eurásia*) e as narrativas predominantes das mídias. Assim, cada um desses blocos foi se encaixando nesta perspectiva macroescalar<sup>304</sup>. Foi criada então, pelo Grupo de Pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial, uma grande tabela na qual as mídias iam sendo divididas entre os grupos geopolíticos e a pertinência da divisão sendo testada em diversas pesquisas individuais, conforme indicado no Quadro 31 presente na *8.1 Seleção de fontes e análise de mídias*.

Coube a cada pesquisador definir aprimoramentos e modificações que seriam necessários ao desenvolvimento de sua investigação. Neste caso, optou-se pela realização de duas alterações no quadro original. A primeira diz respeito à divisão do grupo *Império* em dois subgrupos “discurso com tendência hegemônica” e “discurso de defesa insurgente”, tendo em vista que um dos principais elementos que emergem nas Jornadas é a cobertura das chamadas “mídias alternativas” que podem ser mídias já existentes e que se utilizam de formas tradicionais de divulgação - como é o caso do Opera Mundi e da CartaCapital, por exemplo, mas que compõe este campo por sua afinidade com as ações insurgentes - ou um novo ator emergente naquele contexto, o midialivista.

Localizado no híbrido entre os *espaços* de fluxo e os *espaços* de lugares, estes atores colocam em prática uma nova estratégia de cobertura midiática: o *streaming*. Destaca-se, como protagonista dessa categoria a Mídia Ninja que fez circular nas redes sociais e nas demais mídias

---

<sup>303</sup> *8 Percorso cartográfico*.

<sup>304</sup> É preciso reforçar - conforme indicado no platô *8 Percorso Cartográfico* - que o “enquadramento” das mídias por grupo se dá a respeito de narrativas temporalizadas, ou seja, não se trata de algo estático, mas que funciona para determinado período.

que se posicionaram pró-lavante, narrativas que se distanciavam daquelas observadas por grupos conservadores ou pelos “progressistas hegemônicos”<sup>305</sup> (como a Rede Globo, por exemplo). Assim, os dois blocos do **Império**, na teoria estariam em lados opostos. Entretanto, o que se observa é que ambas possuem características globalistas e progressistas, compondo um mesmo grande grupo, mas distinguindo-se entre si em pontos muito importantes. Cartografar suas diferenças e aproximações é um dos objetivos desta proposta de análise que aglutina tanto a investigação do acontecimento por meio das categorias, quanto das próprias mídias e sua relação **geopolítica**. Outra alteração realizada na base original na planilha de mídias foi a inserção de um grupo que se posicionaria ou como porta voz ou em defesa de demandas governamentais. Isso porque, se está claro, conforme posto por Cava (2013) que se tratava de um ataque ao **governo**, à Presidenta Dilma e ao Partido dos Trabalhadores, seria necessário ouvir o que este grupo tinha a dizer sobre os protestos. Quais as narrativas eles defendiam?

Por fim, é preciso reforçar a dificuldade de acesso às mídias que compõem o bloco **eurasiático**. No momento de realização desta etapa da cartografia havia diversas mídias fora do ar, como é o caso do Sputnik Brasil, que conta com importantes análises a respeito do cenário nacional. As mídias chinesas também são de difícil acesso, o que, certamente, se relaciona com o posicionamento geopolítico do país. Dessa forma, foram utilizadas, basicamente, três mídias para esse grupo: Pravda, Russian Television e Global Research (apesar de ser uma mídia canadense ela apresenta uma tendência de alinhamento com os interesses da **Eurásia**), sendo que, na primeira delas, foram encontradas mais narrativas a respeito das Jornadas.

Assim, conforme explicado no platô *8 Percurso cartográfico*, após a adequação dos grupos e disposição das mídias entre eles, foi realizada uma pesquisa em cada uma delas sobre os principais acontecimentos do **levante** e os dados levantados foram, inicialmente, colados no formato de citação na planilha de categorias. Priorizou-se o uso de informações do ano de 2013, mas, em alguns casos, indica-se que os dados utilizados são de reportagens posteriores. Além disso, foi possível observar que parte do material se referia a algum local ou período das manifestações<sup>306</sup>. Nesses casos, foi realizada uma indicação destas informações antes de anexada a citação da reportagem. Criou-se, então, um amplo banco de dados composto por todas

---

<sup>305</sup> O uso dos termos “mídia alternativa” e “mídia hegemônica” tende a um lugar comum do qual é preciso desconfiar. Apostando nesta interlocução com o **Império** exercida pelos dois grupos, é preciso se questionar sobre o papel desta diferenciação. O uso dos termos neste momento, se deu, apenas, para referenciar a forma como eles tendem a ser colocados, o que não modifica a posição crítica a eles assumida neste texto.

<sup>306</sup> No decorrer deste texto vocês vão conseguir perceber que, para muitos autores, há mudanças muito significativas nos protestos com o passar dos dias.



as informações coletadas nas diferentes mídias acessadas e ilustrado pela Figura 26 presente no platô *8 Percurso cartográfico*.<sup>307</sup> Após a criação dessa base de dados, iniciou-se um processo de sistematização das informações, criando um quadro resumo dos principais pontos destacados em cada uma das categorias, por cada um dos grupos midiáticos disponível no platô supracitado (FIGURA 27). As referências utilizadas no banco de dados que derivou no quadro síntese estão disponíveis no platô *Referências midiáticas para cartografia das categorias*.

A seguir, as informações presentes nesse quadro resumo serão apresentadas juntamente com uma análise realizada para cada categoria/subcategoria criadas. Optou-se por compartimentar a planilha expondo separadamente a análise das categorias, devido à extensão do material total, visto que ficaria exaustiva a leitura do texto. Lembra-se que a descrição das subcategorias, bem como suas palavras-chave estão disponíveis no Quadro 30 presente no platô *8 Percurso Cartográfico*.

Assim, cada uma das subcategorias será perpassada apresentando as informações coletadas e análises realizadas visando, além de expor esse momento do processo cartográfico, auxiliar na posterior construção de um texto narrando os principais acontecimentos e alguns elementos de destaque sobre a ocorrência das Jornadas de Junho de 2013.

---

<sup>307</sup> Após a organização destas informações ficou claro que a estratégia de criação da linha do tempo durante a pesquisa da dissertação, havia sido acertada, mas precisava ser complexificada com esta análise e distinção realizada entre as mídias. Desta forma, indica-se a possibilidade de, em um trabalho futuro, retomar a linha do tempo, agora dividida em camadas que representem os blocos de mídia, de forma a temporalizar, espacializar e analisar geopoliticamente as narrativas utilizadas.

## Dados gerais

Quadro 36 - Cartografia das categorias - Dados gerais

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>DADOS GERAIS</b>	Tempo, manifestantes e locais	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>As manifestações de junho começaram em São Paulo, a chamado do Movimento Passe Livre (MPL) e se contrapunham ao aumento da tarifa dos transportes públicos. Inicialmente, os protestos contavam com um número não muito expressivo de pessoas (entre 10 e 15 mil pessoas nos primeiros atos, segundo o R7, 11/06/2013), entretanto, não demorou para que os protestos se alastrassem por todo o país, chegando, no dia 20 de junho a ocupar as ruas de mais de 400 cidades com mais de um milhão de brasileiros (R7, 24/06/2013). Além disso, as manifestações não se restringiram ao território nacional e, segundo o R7 (14/06/2013), na semana que antecedeu ao boom de protestos do dia 20/06, já vinham sendo organizadas via redes sociais em ao menos quatro cidades europeias: Paris, Berlim, Coimbra e Dublin. Atos de violência foram pouco notificados nessas indicações iniciais, entretanto observa-se que a participação dos <i>Black Blocs</i> já tinha destaque. Em entrevista ao R7 (06/09/2013) um dos membros do grupo afirmou que havia ativistas de diferentes idades atuando conjuntamente e que é equivocado afirmar que a maioria era composta por pessoas ricas. Pelo contrário, ele afirma que os membros do movimento são majoritariamente pobres e moradores de favelas.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>As notícias se concentram a partir do dia 17 de junho e relatam, neste primeiro momento, público de até 10 mil pessoas em cidades como Fortaleza, Curitiba e Campos dos Goytacazes. Registra-se que, em Fortaleza, o protesto foi realizado por estudantes, professores e grupos de movimentos políticos (G1, 18/07/2013). O dia 20 de junho é entendido como o ápice das manifestações e é relatada a presença de mais de um milhão de pessoas (UOL, 20/06/2013), em 388 cidades do país - incluindo 22 capitais, com destaque para o Rio de Janeiro, com ao menos 300 mil pessoas, São Paulo, com 110 mil e Vitória (ES), com aproximadamente 100 mil - onde as manifestações, além do Passe Livre, se concentravam nas pautas LGBT e repúdio à PEC 37. (UOL, 20/06/2013). Uma semana</p>

depois, mais de 50 mil pessoas fizeram novo ato em Belo Horizonte e 5 mil em Porto Alegre. (G1, 27/06/2013). Já no dia 28 de junho são relatadas manifestações em Cuiabá e o número de manifestantes varia significativamente em dados cedidos pela política e pelos organizadores (G1, 28/06/2013). As manifestações vão diminuindo de tamanho e proporção. Atos realizados no Rio de Janeiro no dia 30 de junho contam com aproximadamente 5 mil pessoas próximas ao Maracanã (G1, 30/06/2013). Já no dia 01 de junho aproximadamente 100 aposentados se organizam em protesto (G1, 01/07/2013). No dia 03 de julho, aproximadamente duas mil pessoas participaram do protesto dos profissionais da saúde em Curitiba (G1, 03/07/2013).

### - Discurso de defesa insurgente

De forma geral, esta mídias se apresentam mais entusiasmadas com o movimento, destacando suas características positivas, como o fim da apatia nas ruas (El País, 11/06/2013) e uma variedade de público pacífico, evidenciando a presença de pais com filhos pequenos, crianças e idosos (New York Times 19/06/2013). Há, ainda, um destaque para as manifestações do dia 20 de junho, sendo relatado um público de aproximadamente 2 milhões de pessoas em 80 cidades (The Guardian, 21/06/2013).

Observa-se, ainda, uma tentativa maior de análise das manifestações, ponderando alguns pontos controversos. Apesar de uma conotação positiva do jornal *Le Monde Diplomatique* (13/07/2013), há ponderações no texto francês por meio das falas de João Pedro Stédile (MST) e Pablo Ortellado (USP). O primeiro aponta que, apesar de ser "muito positivo" o que vem ocorrendo, a população que está à frente das mobilizações é uma "juventude de classe média baixa que nasceu no neoliberalismo e não tem experiência política". Já o segundo indica uma alteração do perfil dos manifestantes na capital paulista ao longo do mês de junho - uma juventude de diversas classes sociais que se mobilizavam contra o aumento das passagens, começou a dar lugar à uma classe média alta despolitizada mediante uma intervenção midiática na dinâmica das manifestações.

Nos anos que sucederam às manifestações, este grupo midiático se esforçou em manter o perfil mais analítico daqueles fatos. Em Entrevista à Carta Capital (13/01/2016), Esther Solano fala um pouco sobre os *Black Blocs*, grupos que chamou muita atenção ao longo dos protestos. Segundo ela, os ativistas eram, em sua maioria, jovens entre 14 e 25 anos, trabalhadores e/ou estudantes de universidades particulares e moradores da periferia.

Em 2023 o *Le Monde Diplomatique* publicou que as Jornadas de junho de 2013 foram um movimento muito heterogêneo que contava com contradições ideológicas já na primeira semana em que ocorreu e que, diferentemente do que o nome explicita, não se encerraram naquele ano, mas se estenderam "de forma errática" até 2016. (LE MONDE DIPLOMATIQUE, BRASIL, 23/01/2023).

### EURÁSIA SINO-RUSSA

Os relatos deste grupo midiático tem como marca a intensidade das manifestações. Com um acervo significativo de reportagens, observa-se que o "fim da apatia do povo brasileiro", a tomada das ruas de diferentes cidades e o alto número de manifestantes, foi destaque na maioria das narrativas, bem como a forma como as Jornadas se espalharam pelo mundo, ganhando apoio de brasileiros e residentes em vários outros países. Segundo o *Pravda* (18/06/2023), os protestos eram populares e sem líderes. Além disso, é possível perceber

		<p>fortes críticas à classe política e ao governo federal, colocando as manifestações como uma resposta à "corrupção nos serviços públicos, [a]o descaso dos políticos e governantes com as necessidades básicas da população e os gastos absurdos e desnecessários com a Copa do Mundo de 2014 (PRAVDA, 20/06/2013) e às medidas de austeridade tomadas pelo governo federal. (GLOBAL RESEARCH, 16/06/2013).</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Com um número melhor de relatos sobre dados gerais das manifestações, essas mídias destacaram a ocorrência de manifestações em várias cidades do país. Os atos ocorridos a partir do dia 13 de junho foram colocados em evidência e as tarifas apareceram como "faísca" para uma explosão que ocorreu mediante a violência policial. (BRASIL 247, 16/06/2021).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

O grupo **Imperialismo** destaca dados sobre a ocorrência das manifestações desde o início, indicando sua ampliação no território nacional e internacional. São citadas as presenças de atores importantes para o movimento como o MPL e os *Black Blocs* e a articulação via redes sociais. O **Império com tendências hegemônicas** dá destaque para a ampliação das manifestações a partir de 17 de junho, citando as cidades que as incorporaram, o número de manifestantes e as demandas específicas. O **Império com tendências progressistas** apresenta uma versão entusiasmada dos protestos, apesar de trazer ponderações realizadas por João Pedro Stédile (sobre a baixa politização dos manifestantes) e Pablo Ortellado (que se preocupa com a modificação do perfil dos manifestantes - narrativa que posteriormente se torna recorrente aos membros desta formação de grupo). O perfil diverso dos manifestantes e a presença de *Black Blocs* também viram destaque. Ainda mais otimistas com os protestos estão os **eurasiáticos**, com a ideia de um fim à "apatia" do povo brasileiro, sendo uma resposta à corrupção e à má qualidade dos serviços públicos. Na contramão das visões entusiasmadas, encontra-se o quinto grupo, de **tendência governista** que apresenta muito menos relatos e destaca que a questão das tarifas foi apenas uma faísca para o início das manifestações.

## Geopolítica - dinâmicas e interesses geopolíticos internacionais

Quadro 37 - Cartografia das categorias - Geopolítica - dinâmicas e interesses geopolíticos

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>GEOPOLÍTICA</b>	<b>Dinâmicas e interesses geopolíticos</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Pouco se encontrou sobre as relações geopolíticas macroescalares nestes relatos. Destaca-se, apenas, que as críticas ao MPL realizadas por parte da sociedade civil se apoiam na visão de que "os confrontos com a polícia e o entusiasmo geral não mostram nada além de uma imaturidade juvenil que está associada ao idealismo de esquerda em muitos países sul-americanos." (ABC NEWS, 16/06/2013).</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>As relações geopolíticas macroescalares foram citadas por estas mídias tendo como foco a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo no Brasil em 2013 e 2014 respectivamente. Em 20 de junho, a revista Time anunciou que os organizadores negaram a possibilidade de suspensão da Copa do Mundo, mas que a Fifa deveria se preocupar com o que está ocorrendo no país, já que o evento gera grandes lucros à instituição. (TIME, 21/06/2013).</p>

**GEOPOL**

Dinâmicas e interesses geopolíticos

### - Discurso de defesa insurgente

Pouco se veicula nestas mídias sobre as relações geopolíticas macroescalares brasileiras no período das manifestações. Destaca-se uma perspectiva da ex-secretária de Estado dos EUA Hillary Clinton que vê a Presidenta Dilma como uma 'líder formidável' um exemplo de avanço na democracia da América Latina. Apesar de apontar que a líder brasileira não possui mesma graciosidade do ex-presidente Lula ou a experiência de Fernando Henrique Cardoso, para Clinton, o posicionamento de Dilma frente aos protestos de 2013 foi um "exemplo de ação democrática", pois, ao invés de desprezar ou repreender os manifestantes, Dilma os chamou a trabalhar junto ao governo. (EL PAÍS, 09/06/2014).

Outro ponto interessante destacado pelo Opera Mundi (23/06/2013) é a declaração de Erdogan, presidente da Turquia, de que tanto o Brasil quanto o país sob seu governo estavam sendo vítimas de investidas internacionais e que elas seriam responsáveis pelas manifestações. Na mesma reportagem é citada uma entrevista na qual Maia, criador do Change Brasil, pede socorro aos órgãos internacionais citando os levantes ocorridos na Síria. Segundo ele, o auxílio internacional tem sido fundamental na derrubada de governos opressores. Maia indica que o Greenpeace havia se pronunciado sobre o ocorrido no Brasil.

### EURÁSIA SINO-RUSSA

As notícias encontradas nessas mídias tendem a denunciar a operação de espionagem dos EUA sobre o Brasil explicitada pelos documentos fornecidos por Edward Snowden. Observa-se que os documentos da NSA indicam que o Brasil se tornou alvo principal da Agência, encontrando-se no mesmo patamar de Irã, China e Rússia. De acordo com o Golbar Research (10/07/2013), a provável causa do destaque assumido pelo país está longe de ser a luta contra o terrorismo, conforme anunciado, já que o Brasil nunca foi uma fonte de ameaça terrorista, mas "o país provavelmente recebeu tanta atenção por causa de seu crescente peso econômico e o papel dificultador para a manutenção da hegemonia dos EUA na América Latina".

### DEFESA DO GOVERNO DILMA

Não foram encontrados relatos deste grupo midiático para esta categoria, o que indica um possível silenciamento (talvez estratégico) do governo no que tange possíveis influências internacionais no levante. Há notícias específicas sobre as denúncias de Edward Snowden, mas não há relação entre tais denúncias e o levante brasileiro. Entretanto, nos anos seguintes, e principalmente a partir de 2019, são encontradas narrativas que desvelam interesses internacionais, nas Jornadas de Junho, no Golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff e no crescimento da extrema direita que foi se consolidando a partir de 2013. De acordo com o Brasil 247 (20/12/2019), Lula afirmou que os EUA estavam envolvidos nas manifestações de 2013. O jornal ainda destaca que o MBL foi financiado pelos Irmão Koch e afirma que essa informação, quando veiculada no Brasil, acabou sendo ridicularizada e acusada de "teoria da conspiração". Por fim, em 2021, Aldo Rebelo afirma ao mesmo jornal que "2013 foi uma sabotagem internacional contra o Brasil". (BRASIL 247, 2/11/2021).

Ao passo que as **mídias imperialistas** não falaram a respeito de relações internacionais, destacando apenas a preocupação de civis com os protestos - por seu perfil infantil e com possível influência da **esquerda** latino americana -, **o grupo imperial hegemônico** pautou a Copa do Mundo e as relações com a Fifa como questões que se colocavam naquele contexto de protestos. A **subdivisão progressista**, por sua vez, apontou dois pontos que podem ser considerados antagônicos: de um lado os elogios traçados por Hillary Clinton aos governos petistas e à gestão democrática de Dilma, de outro, o aviso do Presidente turco Erdogan a respeito de investidas internacionais no Brasil travestidas e materializadas no protesto. Os **eurasiáticos**, desta vez, focaram nas denúncias de Edward Snowden de espionagem no Brasil e os **governistas**, mais uma vez, tenderam ao silêncio. As manifestações deste grupo apareceram de forma latente anos depois, com declarações de figuras expressivas, como o Lula, ao denunciar que os EUA estavam por trás dos protestos de 2013.

## Geopolítica - situação nacional

Quadro 38 - Cartografia das categorias - Geopolítica - situação nacional

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
GEOPOLÍTICA	Situação Nacional	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Estas mídias tendem a apontar a situação econômica e urbana nacional como problemas que influenciaram a emergência das manifestações. Destaca-se que o país estaria entrando em uma crise com taxa de inflação anual de 6,5%, aumento da desigualdade social, e desaceleração do crescimento do PIB. Além disso, pontua-se que o preço dos serviços básicos, como o transporte, não era compatível com o salário mínimo e que a mobilidade urbana em grandes cidades, como São Paulo, encontrava-se totalmente colapsada.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Este grupo de mídias destaca a relação entre a Copa do Mundo, a má qualidade da infraestrutura e dos equipamentos urbanos brasileiros e os protestos de 2013. Segundo a revista TIME (21/06/2013) o "duplo padrão" escancarado entre os estádios que estavam sendo construídos e a realidade das escolas e hospitais no Brasil foi uma faísca para os protestos. Denuncia-se, ainda, que grande parte das obras de melhoria urbana anunciadas em função da Copa não foram realizadas.</p>

Situação Nacion



### - Discurso de defesa insurgente

É interessante que, diferentemente dos grupos midiáticos anteriores, neste caso foram produzidos muito mais relatos sobre a realidade nacional. Observa-se uma tentativa de ampliação e complexificação da análise. O *Le Monde Diplomatique* (13/07/2013), por exemplo, destaca duas narrativas divergentes sobre o mesmo aspecto. A primeira, advinda do presidente do PSOL, Ivan Valente, ressalta a crise de representatividade como um fator fundamental para as manifestações e ainda cita uma "indignação acumulada que teve nas tarifas de transporte um detonador". Já a segunda, proferida por Rui Falcão, presidente do PT, destaca o clima democrático que o país vive, sobretudo ao longo dos governos petistas, que possibilita a existência dos protestos "sem nenhum risco de repressão."

Os Jornais *El país* (11/06/2013) e *New York Times* (19/06/2013), por sua vez, optam por ressaltar pontos negativos da situação nacional, como o aumento da inflação, a desaceleração do crescimento econômico, os escândalos de corrupção e os altos preços do transporte público em relação ao salário mínimo. Entretanto, o segundo periódico contrapõe às críticas a redução da desigualdade social e o acesso à universidade que ocorreu nos anos anteriores às manifestações, como elementos que elevaram as expectativas dos jovens sobre o seu futuro.

### EURÁSIA SINO-RUSSA

Observa-se uma diferença muito grande entre as narrativas proferidas pelos grupos russos RT e Pravda e o canadense Global Research. Os primeiros destacam que a situação econômica brasileira estava boa, o país encontrava-se com praticamente pleno emprego, não havia perda de direitos dos trabalhadores, os jovens pobres, negros e indígenas tinham melhores condições de acesso à universidade e o Programa Ciência sem Fronteiras alcançava milhares de jovens de classe média - o que distanciar a realidade nacional de casos como a Espanha, por exemplo, e não justificaria a emergência de um levante. Já os canadenses optam por vincular as manifestações à gestão petista, indicando uma aproximação com os ditames de Wall Street e uma submissão ao "remédio forte" do FMI. Segundo eles, o Brasil colapsou com a gestão petista que levou ao empobrecimento de parte significativa da população. Com uma ausência de política macroeconômica, o PT haveria colapsado suas bases ao incorporar os ditames do Consenso de Washington.

### DEFESA DO GOVERNO DILMA

Não foram encontrados relatos do período das manifestações proferidas por este grupo midiático sobre a situação nacional. Entretanto, foram encontradas análises posteriores que buscam complexificar o tema e analisá-lo sob diferentes ópticas. Em uma mesma reportagem do jornal *Brasil 247* (13/06/2021), sustenta-se que a manutenção da desigualdade social e a desaceleração do crescimento seriam fatores primordiais para as manifestações, mas que o país ainda se encontrava em uma situação de baixo desemprego e alta manutenção no níveis de consumo, o que indicava uma possível recuperação rápida do crescimento. Um ano depois, o mesmo jornal noticia que a situação do Brasil em junho de 2013 era confortável. (*Brasil 247*, 29/06/2022).

O **Império com tendências hegemônicas** segue batendo na tecla da Copa do Mundo e traz a discrepância de investimento entre os preparativos para realização desse evento e a qualidade dos serviços públicos nacionais como elemento que havia influenciado fortemente as manifestações. O **Imperialismo**, por sua vez, apresenta as situações econômica, social e urbana como três elementos nacionais críticos, dando destaque à desigualdade social e à desaceleração do crescimento do PIB no ano de 2013. Com muitos relatos enfatizando a situação nacional, as mídias que formam o grupo **Império com defesa insurgente** dão destaque a três elementos (podendo-se observar controvérsias entre eles): (i) crise de representatividade: (ii) ambiente democrático que permite que as pessoas se manifestem; (iii) aumento da inflação, desaceleração do crescimento econômico e valor muito alto dos transportes frente ao salário mínimo (este último presente em narrativas de jornais internacionais - El País e The New York Times). Aqueles que formam o grupo das **narrativas eurasiáticas** trouxeram também controvérsias. Ao passo que os russos defendiam a situação nacional indicando as melhorias dos governos petistas e o pouquíssimo desemprego<sup>308</sup>, o Global Research destaca o alinhamento dos governos petistas com Wall Street e a submissão ao FMI e ao Consenso de Washington. Ainda optando por maior discrição, a formação de grupo que apresenta **tendências governistas** se pronunciou apenas posteriormente, alegando que apesar de uma desaceleração do crescimento naquele período, o país poderia se recuperar rapidamente devido ao baixo desemprego e alto consumo.

---

<sup>308</sup> Esta é uma das poucas vezes que os canais **eurasiáticos** RT e Pravda tecem elogios ao governo federal. Supõe-se, neste sentido, que a tendência elogiosa se dá justamente pela relação do Brasil naquele momento com os BRICS, o que implicaria em uma melhor condição econômica e social.

## Geopolítica – financiamento

Quadro 39 - Cartografia das categorias - Geopolítica - financiamento

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>GEOPOLÍTICA</b>	<b>Financiamento</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Não foram encontradas informações.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Não foram encontradas informações.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b> Não foram encontradas informações.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações.</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>O único relato encontrado sobre financiamento de grupos envolvidos na mobilização de 2013, na verdade se refere ao MBL, movimento ativo a partir de 2014, mas que se configura como um dos desdobramentos das Jornadas de 13. O Brasil 247 denuncia que os Irmão Koch financiaram o MBL, defendendo que houve uma influência direta dos EUA nos protestos de 2013 e nos acontecimentos que o sucederam. (BRASIL 247, 13/06/2021).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nenhuma das formações de grupo analisadas apresentou dados sobre financiamento. O único relato coletado é de 2019, realizado pelo Brasil de Fato (formação de grupo com **tendência a apoio do governo Dilma**) que indica que o Movimento Brasil Livre (MBL) recebeu verba dos Irmãos Koch. A ausência de dados nas mídias sobre o financiamento é um elemento muito importante, já que demonstra que possíveis articulações por trás do **levante** não são investigadas

ou, no mínimo, não são expostas à população. Reforça-se, aqui, que “seguir o dinheiro” é um dos movimentos mais importantes para que se possa compreender quais os atores e interesses que estão por trás de determinado evento. Esse silêncio apresenta-se, então, estratégico ou, sendo mais otimista, preocupante.

## Subjetividades - culpabilização, segregação e infantilização

Quadro 40 - Cartografia das categorias - Subjetividades - culpabilização, segregação e infantilização

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>SUBJETIVIDADES</b>	Culpabilização, segregação e infantilização	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Não foram encontradas informações.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Não foram encontradas informações.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>O que se pode observar nos relatos advindos deste grupo é uma responsabilização da mídia por manipular os ativistas e os protestos. Em reportagem do Le Monde Diplomatique (13/07/2013) e do Outras Palavras (25/06/2013) é colocado que entre os dias 15 e 20 de junho (momento de maior intensidade das manifestações) houve uma virada do posicionamento da grande mídia em relação aos protestos. Aqueles que inicialmente criticavam a ocupação das ruas, passaram a apoiá-las ao perceber que isso poderia ser prejudicial ao governo e ao Partido dos Trabalhadores. Esta ação foi rapidamente assumida e reforçada pelos partidos à direita do PT que, com o apio e o poder da imprensa, passaram a propagar bandeiras estranhas às reivindicações iniciais "de modo a contemplar interesses específicos e diluir tudo o mais numa pauta infinita de reivindicações abstratas."(OUTRAS PALAVRAS, 20/07/2013). Nesse sentido, as propagandas da Fiat e do Johnnie Walker são</p>

	<p>citadas como potentes produtoras de subjetividade e parte expressiva na constituição desta "nova" fase das Jornadas de Junho de 2013.</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Apenas entre as mídias russas foi possível encontrar informações sobre estes processos. Em reportagens da Pravda observa-se duas tendências dissonantes: (i) em 07 de junho - crescimento dos movimentos sociais aos quais a mídia "se rendeu" (PRAVDA, 07/07/2013); (ii) a partir de 25 de junho, são citadas manipulação das pautas buscando esvaziamento, uso da narrativa da corrupção como produto moral que atravessa apenas o poder público e produção de slogans por empresas, como é o caso do Johnnie Walker. (PRAVDA, 25/06/22013).</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Em entrevista para o Brasil 247, o geógrafo Mateus Mendes, afirma que junho de 2013 nunca esteve em disputa (indo contrário às alegações propostas pela mídia imperial com tendência hegemônica). Segundo ele, até o dia 13 de junho, as manifestações eram muito pequenas e, depois desta data, já estavam sob o controle e manipulação dos grupos de direita. (BRASIL 247, 29/06/2022).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Por se tratar de conceitos complexos e mais voltados a uma análise teórica, pouco se encontrou sobre esta subcategoria estando as narrativas vinculadas ao poder de manipulação da mídia, utilizado com grande intensidade principalmente após os dez primeiros dias de protestos. Nos dois primeiros grupos analisados (**Imperialismo** e **Império com tendências hegemônicas**) nem isso foi encontrado, o que pode ser entendido como uma defesa dos grupos frente a possíveis acusações de imparcialidade. Já no **Império com tendências progressistas** e na **Eurásia**, é possível observar declarações a respeito da influência das mídias para ampliação das manifestações. Apenas na formação de grupos **pró-governo** que é possível encontrar a alegação de havia também manipulação de grupos de direita.

## Subjetividades – cultura

Quadro 41 - Cartografia das categorias- Subjetividades - cultura

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>SUBJETIVIDADES</b>	Cultura	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Pouco se encontrou sobre novas manifestações culturais iniciadas neste momento de efervescência. O que se observa é que, ao lado da violência como destaque nos protestos, encontra-se o clima festivo, o consumo de bebidas alcoólicas, e, muitas vezes, as danças em ritmos animados. A Revista Veja (18/06/2013) destaca, neste sentido, a incorporação da música "Vem pra rua", cantada por Falcão de O Rappa, por grande parte dos manifestantes, tornando-se um dos principais slogans das Jornadas.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Não foram encontradas informações.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Com conotação positiva, alguns elementos de mudança cultural foram encontrados em narrativas destes grupos midiáticos. Destaca-se, assim, a criação do Mídia Ninja como uma mídia alternativa e solidária, a incorporação de formas mais radicais de protesto com os <i>Black Blocs</i> e a política como temáticas de grande relevância entre os jovens. Foi ressaltado, ainda, o uso de memes, vídeos, cartuns e sátiras como novas formas de mobilização veiculadas, principalmente, pelas redes sociais.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Houve poucos relatos neste sentido nas mídias eurasiáticas, entretanto é possível destacar duas visões propagadas pelo jornal russo Pravda nos dias 19 e 25 de junho, respectivamente. Inicialmente há um otimismo com a construção de uma nova cultura advinda da mobilização de jovens e trabalhadores que poderia configurar um pensamento político de vanguarda capaz de movimentar o bloco contra-hegemônico da política brasileira. (PRAVDA, 19/06/2013). Posteriormente observa-se uma cautela em relação à nova ideologia que vem sendo criada no seio das manifestações, sendo fundamental observar</p>

com cautela seus componentes. (PRAVDA, 25/06/2013).

### DEFESA DO GOVERNO DILMA

Pouco se encontrou sobre essa possível mudança social nos registros deste grupo. O que observou-se, em relatos realizados nos anos que sucederam as manifestações, foi uma crítica ao aparecimento das bandeiras e camisas verde-amarelas indicando o nacionalismo como um sentimento que deve ser tratado com cautela.

Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo a linha da subcategoria anterior, as mídias com **tendência governista**, apesar de não registrarem reação durante os protestos, posteriormente teceram críticas à incorporação de símbolos nacionalistas pelas manifestações que passaram a se propagar por toda a sociedade posteriormente.

De forma geral, há poucas informações sobre este item. Enquanto a formação de grupo **imperialista** destacou o clima festivo, as músicas e bebidas que passaram a performar as manifestações, aqueles que fazem parte do **Império insurgente** elogiaram o surgimento do Mídia Ninja como uma nova e mais solidária proposta de **comunicação**, e dos *Black Blocs* como um experimento mais radical de demonstrar a indignação. Já no **bloco eurasiático** é possível encontrar controvérsias dentro de um mesmo canal, o Pravda, que inicialmente apresenta-se entusiasmado com a emergência de novas forças políticas que talvez consigam se contrapor ao poder hegemônico e, posteriormente, uma preocupação com essas mesmas forças.

## Subjetividades - vocabulário neoliberal

Quadro 42 - Cartografia das categorias - Subjetividades - vocabulário neoliberal

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>SUBJETIVIDADES</b>	Vocabulário Neoliberal	<b>OCIDENTE</b>
		<b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Não foram encontradas informações.
		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b>
		<b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Não foram encontradas informações.
		<b>- Discurso de defesa insurgente</b> Não foram encontradas informações.
		<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações.
		<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Não foram encontradas informações.

Fonte: Elaborado pela autora.

Certamente devido a se tratar de um caráter muito mais teórico analítico, nenhuma informação sobre a incorporação de vocabulário neoliberal foi encontrada entre os relatos.



## Levante - intensidade

Quadro 43 - Cartografia das categorias - Levante - intensidade

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>LEVANTE</b>	<b>Intensidade</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>A violência é o fato relatado com maior intensidade em relação aos atos do levante. As narrativas trazem elementos como: atuações ativistas como queimas de lata de lixo, agressões realizadas por policiais com uso de balas de borracha, gás lacrimogêneo e diversas detenções. Destaca-se, de acordo com o ABCNews (16/06/2013) que 235 manifestantes foram presos e 55 pessoas (entre manifestantes e jornalistas) saíram feridos no confronto do dia 15 de junho em São Paulo.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Nos relatos coletados por dias e locais dos protestos, ganha destaque o crescimento das cidades mobilizadas e do número de manifestantes no decorrer do mês de junho, além da presença ou não de violência policial. Ações de "vandalismo" por parte dos manifestantes são relatadas com mais intensidade nos primeiros dias de ato e ganham característica de "ações de minorias" ou "pequenos grupos" a partir da primeira metade de junho. Cabe ressaltar o posicionamento da revista TIME (21/06/2013) ao fazer uso da seguinte narrativa: "Os protestos da Copa do Mundo no Brasil se intensificam enquanto os políticos do país e a FIFA se contorcem".</p>
		<p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>As narrativas dão destaque ao tamanho das manifestações e número de envolvidos. Desta vez, não há notificação de ações de vandalismo por parte dos manifestantes, priorizando-se relatar a truculência policial.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Dando grande destaque ao elevado número de manifestantes e seu ineditismo e cenário nacional, estas narrativas tendem a pontuar que as ações se dão contra o governo. A grande violência policial também é elemento central nos temas abordados, ao passo que apenas a</p>

		<p>RT (18/06/2013) aborda a atuação de um "suspeito mascarado" que foi detido por portar "vários coquetéis molotov, uma máscara de gás, luvas de borracha e um bilhete ameaçando matar o governador Jaques Wagner".</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>A maioria das narrativas está voltada ao grande número de pessoas envolvidas nos protestos e ao crescimento das cidades onde ocorrem manifestações. Foi dada pouca ênfase às ações violentas por parte dos manifestantes ou policiais.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

As duas primeiras formações de grupo presentes na planilha indicam a violência como elemento central das manifestações. A diferença entre elas se dá no fato de que o **subgrupo imperial** destaca que, por parte dos manifestantes, havia uma minoria violenta e uma maioria pacífica (essa narrativa ganha destaque a partir de meados de junho). Já a outra formação de grupo presente no **Império**, não tem a violência dos manifestantes como centro de sua narrativa, dando grande ênfase às ações truculentas realizadas por parte da polícia. Tendência também seguida pela formação de grupo **eurasiático** que apresenta apenas uma exceção ao relatar um possível atentado que iria ser feito contra o governador Jaques Wagner. Mais uma vez, o **bloco de defesa do governo** pouco se pronunciou sobre a violência, havendo, entre falas mais discretas, uma crítica aos grupos que praticam vandalismo e, em alguns momentos, a indicação de certos excessos da polícia. De forma geral, as narrativas sobre intensidade do **levante** estão voltadas para a ampliação do número de manifestantes e capilarização dos atos no território brasileiro.

## Levante – identidade

Quadro 44 - Cartografia das categorias - Levante - identidade

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>LEVANTE</b>	Identidade	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Destaca-se no sentido das identidades dos manifestantes os grupos mascarados, que se diferem daqueles que bravam pelo protesto "sem violência". (Portal R7, 06/09/2013). Neste sentido, o grupo dos <i>Black Blocs</i>, seus rostos cobertos e roupas pretas, é bastante citado, bem como as máscaras do personagem do filme <i>V de Vingança</i>, inspirada em Guy Fawkes — o soldado que participou do levante católico intitulado Conspiração da Pólvora que tentou assassinar o rei protestante Jaime I, em 1605, explodindo o Parlamento do Reino Unido.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Alguns elementos se destacam nestas narrativas: (i) o uso da máscara que remete ao filme <i>V de Vingança</i>; (ii) cartazes com diferentes dizeres de desejo e indignação; (iii) o uso de flores buscando a imagem da paz ou remetendo à Música "Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores", símbolo da luta contra a ditadura militar (elemento citado por Julia Balbi Reis em entrevista ao G1 no dia 07 de junho); (iv) o uso de bandeiras, camisas e demais elementos em verde e amarelo (dado que se destaca a partir do dia 19 de junho). O clima festivo das manifestações com o uso de instrumentos musicais também foi citado.</p>
		<p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Com conotação menos crítica que os grupos anteriores, essas narrativas trazem a atuação dos <i>Black Blocs</i> como uma resposta à violência cotidiana, destacando o uso das roupas pretas e rostos cobertos. A máscara de Guy Fawkes também é citada pelo <i>The Guardian</i> (21/06/2013), bem como os narizes de palhaço que manifestam uma crítica à forma como o governo tem tratado a população. Já os símbolos anarquistas são citados como o uso de uma minoria dos manifestantes.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Citando uma reportagem do Brasil de Fato, o <i>Pravda</i> (21/06/2013) indica uma diferença significativa nos atos de 20 de junho. Observou-se uma mudança nas palavras de ordem e a</p>

		<p>substituição das bandeiras de partidos e grupos de esquerda (agora reprimidas sob os gritos de 'sem partido') pela bandeira nacional, além da repetição do hino brasileiro em diversos momentos do ato.</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>O Portal EBC cita a presença de manifestantes com a máscara do personagem do filme "V de Vingança" e a relação entre alguns dos envolvidos com o grupo Anonymous, abordando a existência de uma "revolução" de caráter tanto nacional quanto global. (PORTAL EBC, 14/06/2013).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

A máscara de Guy Fawkes presente no filme "V de Vingança" e a ação dos *Black Blocs* são os elementos mais narrados. Os principais pontos de diferenciação entre os relatos das distintas formações de grupo se encontram na descrição do uso das flores pelo [Império com tendência hegemônica](#), e na indicação realizada pelo [bloco eurasiático](#) de uma modificação nas palavras de ordem utilizadas no protesto que significaria uma ruptura com as ações da [esquerda clássica](#).

## Levante - liderança e espontaneidade

Quadro 45 - Cartografia das categorias - Levante - liderança e espontaneidade

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>LEVANTE</b>	Liderança e espontaneidade	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>É possível observar quatro narrativas distintas entre as reportagens analisadas neste quadro: (i) ausência de liderança; (ii) liderança do grupo Anonymous; (iii) liderança do Movimento Passe Livre (MPL); (iv) presença marcante do MPL, mas ausência de liderança.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Neste grupo, observou-se a aparição de diferentes lideranças que estavam vinculadas a manifestações específicas em localidades distintas, tais como: Movimento Estudantil (20 de junho em Salvador), funcionários do setor de saúde (20 de junho em Salvador) e Movimento União Brasil (01 de julho, nas estradas de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul). O Movimento Passe Livre é indicado pelo New York Times (19/06/2013) como liderança dos protestos de forma geral. Já a narrativa de "sem liderança", é destaque em portais como o G1 (14/06/2013) e UOL (09/06/2013). Este último ainda compara o formato contemporâneo dos protestos com aqueles que ocorriam anteriormente (verticalizados, com liderança, pauta e agenda definidas). Apresenta-se, então, a narrativa de uma nova modalidade de protestos "espontâneos, sem liderança definida, mais fluidos e heterogêneos." (UOL, 09/06/2013).</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>A narrativa predominante deste grupo é a de manifestações espontâneas ou "sem liderança", e convocadas "sem a presença de nenhum grupo político tradicional". O MPL aparece como organizador inicial dos atos, mas não é indicado como liderança, sendo pontuada, inclusive, uma possível perda de "controle e [d]o rumo das massas" (OUTRAS PALAVRAS, 20/07/2013). Enquanto a Carta Capital (0/08/2013) cita a "pluralidade de lideranças anônimas", O Le Monde Diplomatique Brasil (13/07/2013) fala sobre a ausência de um centro dirigente homogêneo e a presença de movimentos estudantil e fóruns temporários. O mesmo jornal anuncia o MPL como precursor dos atos em São Paulo, o Fórum de Luta Contra o Aumento da Passagem encabeçando os protestos no Rio de Janeiro, e o Bloco de Lutas pelo Transporte dando</p>

		<p>direcionamento aos atos em Porto Alegre. (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 20/06/2018).</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Há poucos registros a respeito do debate sobre liderança e espontaneidade nestas mídias, sendo observado apenas no Pravda a defesa de "protestos populares, sem liderança". (PRAVDA, 18/06/2013).</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>As narrativas realizadas no momento de ocorrência das manifestações tendem a colocar o Movimento Passe Livre como liderança dos protestos. Entretanto, uma reportagem de 2021 do Brasil 247 (02/11/2021) indica uma organização internacional como gestora do processo que "não foi uma coisa espontânea".</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Tanto a formação de grupo do **Império com defesa insurgente**, quanto da **Eurásia** defendem a narrativa da ausência de liderança nos protestos. O MPL apresenta-se como possível liderança para os de **tendência a defesa governamental** e a formação de **grupo imperialista**. O **Império de caráter hegemônico**, por sua vez, além de citar o MPL indica vários **atores humanos** coletivos como possíveis lideranças localizadas.

## Levante - diversidade/multiplicidade

Quadro 46 - Cartografia das categorias - Levante - diversidade/multiplicidade

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>LEVANTE</b>	Diversidade/multiplicidade	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Segundo este grupo, à medida que as manifestações foram se ampliando, observa-se uma diversificação dos grupos políticos envolvidos.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Os relatos deste grupo indicam que os protestos apresentam-se muito diversificados. Segundo o G1 (14/06/2013), no dia 13 de junho, no Rio de Janeiro, havia a presença de militantes de partidos políticos, estudantes apartidários, representantes de movimento indígena e da juventude da favela. Ressalta-se, ainda, que estas mídias relatam uma modificação cotidiana no perfil dos protestos, indicando que nos momentos de maior intensidade, as manifestações apresentam um público muito difuso.</p>
		<p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Com caráter mais analítico, este grupo midiático indica a existência de um perfil muito diversificado nos protestos. Ainda que pontuando uma dificuldade em definir esse perfil, o Le Monde Diplomatique Brasil (13/06/2013) lista alguns grupos que estariam presentes no movimento, indicando que havia pessoas de diferentes espectros políticos, desde a juventude do PT, às bases do PSDB, contando com membros da direita fascista e da esquerda anarquista. Ou seja, como indica a Carta Capital (06/08/2013) uma "fauna descontrolada, inadequadamente entendida como sem liderança."</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>O Pravda caracteriza os protestos de junho como "enormes e extremamente diversificados". (PRAVDA, 24/06/2013).</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Relatos colhidos destas mídias também destacam o caráter diversificado das manifestações</p>

		que contam com pessoas de diferentes idades e membros de vários movimentos, como "punks, anarquistas, sindicalistas, estudantes, [e] muitas pessoas com a bandeira do Brasil que cantavam frequentemente o Hino Nacional."
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste quesito houve unanimidade ao considerar os protestos diversificados.

## Levante - táticas/estratégias de ocupação

Quadro 47 - Cartografia das categorias - Levante - táticas e estratégias

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>LEVANTE</b>	<b>Táticas e Estratégias</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>As principais táticas listadas por estes meios referenciam ações de depredação de latas de lixo, automóveis e estações de metrô. Além disso, é possível perceber um destaque para as táticas dos "atuantes que vestem preto" (Portal R7, 06/09/2013) que vão desde a degradação de agências bancárias e pontos de ônibus, até a formação de um cordão de isolamento na frente das manifestações, passando pela criação de barricadas com lixeiras e placas de trânsito.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Este grupo não destacou apenas as ações "violentas" dos manifestantes. Apesar de listar algumas ocorrências como queimas de pneu, formação de barricadas, queima de lixeiras, depredação de viaturas policiais, foi dado destaque também para estratégias de mobilização que passam por assembleias populares e usos das redes sociais; e estratégias de atuação com o uso de megafones, instrumentos musicais, bandeiras, cartazes, faixas, palavras de ordem e, por fim, cantarem o hino nacional.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p>



	<p>Neste grupo, observa-se um foco maior nas ações de depredação de espaços físicos simbólicos para aquele debate, como um incêndio realizado na ALERJ no dia 17 de junho, e pedras lançadas contra a sede da Fifa no dia 20 de junho. Cita-se ainda que ativistas de direita, no dia 25 de junho, queimam bandeiras do Partido dos Trabalhadores após reunião de mobilização.</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Existe uma preferência, nestas mídias, para a diferenciação das ações de grupos distintos. Coloca-se em antagonismo, por exemplo, a atuação de manifestantes pacíficos "desejando incendiar velhas práticas e consagrar o primeiro grande momento da democracia contemporânea brasileira" que "bradam palavras de ordem" e daquela "minoria descontrolada e nutrida por ideologias nanicas que arremessa coquetéis molotov". (PRAVDA, 18/06/2013). Outro grupo, que também aparece nos relatos, é a direita que se organiza em reuniões e distribui panfletos ao longo da manifestação.</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>É interessante ressaltar a presença da campanha "onde está Amarildo", que foi muito importante na construção do levante. Além disso, destaca-se a presença de ações violentas, na maioria das vezes relacionadas aos Black Blocs em antagonismo à distribuição de flores por parte de outros manifestantes.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Ações como queima de pneus e lixeiras, formação de barricadas e depredação de viaturas e de prédios públicos, foram listadas por todas as formações de grupo, entretanto com conotações distintas. Os **imperialistas**, além de destacarem estes elementos, apontam que os que "vestem preto" formam um cordão na frente das manifestações para criar uma espécie de proteção. Já a formação de grupo **Império com tendência mais hegemônica**, aponta, além dos atos de "vandalismo", estratégias de mobilização e organização como a formação das Assembleias Populares. A outra parte do **Império**, por sua vez, destaca que manifestantes conservadores queimam bandeira do Partido dos Trabalhadores, indicando uma diferenciação entre os atos e os grupos envolvidos. A **formação de grupos eurasiática** segue a mesma linha de divisão de grupos, mas agora entre a "maioria pacífica" e uma "minoria" que pratica ações violentas. Por fim, aqueles vinculados à narrativas em **defesa do governo** federal indicam que a campanha "onde está Amarildo" foi uma das principais estratégias do **levante**.

## Levante - estrutura

Quadro 48 - Cartografia das categorias - Levante - estrutura

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>LEVANTE</b>	<b>Estrutura</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Este bloco midiático considera o movimento horizontal e alerta que a ausência de liderança facilita a ação de pequenos grupos que podem manter os atos nas ruas mesmo depois do governo cumprir as demandas das manifestações.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Os relatos presentes nesse grupo ressaltam que os protestos são horizontais. No UOL (19/06/2013) há uma diferenciação entre este novo modelo e aquele verticalizado e organizado, com o qual era muito mais fácil de o governo negociar.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Há um destaque, neste bloco, do perfil horizontal das manifestações. Entretanto, a Carta Capital (06/08/2013) ressalta que a horizontalidade não necessariamente significa ausência de lideranças, mas pode implicar na construção de lideranças em rede, ou seja, na pluralidade de lideranças anônimas.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Não foram encontradas informações</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>As narrativas aqui presentes apontam que o movimento é horizontal, tal como as demais fontes. Entretanto, o diferencial destas mídias é a indicação de que este caráter está relacionado ao modo de organização do MPL.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com exceção da formação de grupo da **Eurásia**, na qual não foram encontradas informações sobre este item, todas as outras destacam que as manifestações eram horizontais.

Em alguns casos, há um debate entre esta estrutura e a existência ou não de lideranças ou uma comparação entre esta nova forma de organização e os modelos mais tradicionais realizados anteriormente.

## Levante - referências

Quadro 49 - Cartografia das categorias - Levante - referências

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>LEVANTE</b>	<b>Referências</b>	<b>OCIDENTE</b>
		<b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Principais referências listadas: personagem V do filme "V de Vingança", <i>Anonymous</i> e <i>Black Blocs</i> .
		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b>
		<b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Referência citada: grupo <i>Anonymous</i> .
		<b>- Discurso de defesa insurgente</b> Referência citada: <i>Anonymous</i> .
<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações.		
<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Não foram encontradas informações		

Fonte: Elaborado pela autora.

O grupo *Anonymous* é a principal referência apontada pelas formações de grupo, entretanto o personagem "V" do filme "V de Vingança" e os *Black Blocs* também são citados com

esta conotação. Destaca-se que na formação da **Eurásia** e aqueles relacionados aos discursos governamentais não foram encontrados estes (ou outros) atores citados com a indicação de serem referência para o **levante**.

## Levante - sujeito social

Quadro 50 - Cartografia das categorias - Levante - sujeito social

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>LEVANTE</b>	<b>Sujeito social</b>	<b>OCIDENTE</b>
		<b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Refere-se, majoritariamente, à multidão.
		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo - Discurso com tendência hegemônica</b> Neste caso, utiliza-se a referência de ativistas relacionada à multidão.
		<b>- Discurso de defesa insurgente</b> Nos relatos deste grupo encontra-se tanto o uso de "massa" quanto de "multidão".
		<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Nestas mídias encontra-se o uso dos três termos: povo, massa e multidão.
		<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Nestas mídias encontram-se os termos massa e multidão.

Fonte: Elaborado pela autora.

A utilização do termo multidão como definidor dos protestos ocorre em todas as formações de grupo. “Massa” aparece, ao lado de “multidão” para a formação de grupo do **Império com apoio às insurgências** e daqueles que se colocam mais **ao lado do governo**. “Povo”, por sua vez, é figurado apenas na formação de grupo **eurasiática**.

## Atores Humanos Nacionais

Quadro 51 - Cartografia das categorias - Atores Humanos - nacionais

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>ATORES HUMANOS</b>	<b>Nacionais</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>O MPL foi o ator humano nacional mais citado. Além dele apareceram os seguintes atores humanos coletivos: partidos políticos, universitários, grupos de esquerda, <i>Black Blocs</i>, o Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação (Sind-Ute), Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sindpol), "militantes das alas mais radicais do PSTU e do PSOL" (VEJA, 14/06/2023), anarquistas, grupos estudantis, representantes de sindicatos, movimento punk, rebeldes e <i>Black Blocs</i>.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>O MPL segue sendo citado como principal ator humano envolvido, seguido dos <i>Black Blocs</i>. Para além desses grupos, cita-se como atores humanos coletivos o Movimento União Brasil e a Assembleia Nacional dos Estudantes, e como atores humanos individuais Wibsson Ribeiro da Anel e Rodrigo Teixeira, professor de História da Universidade Federal Fluminense.</p>
		<p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>O MPL se destaca como principal ator humano coletivo citado por estas mídias que trazem também a presença de grupos de direita, de militantes de esquerda, do Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, do Bloco de Lutas pelo Transporte, do Mídia Ninja, dos Coletivos Mdiativistas, de grupos anarquistase marxistas, de partidos de esquerda (PT, PCdoB, PSOL, PSTU) e dos <i>Black Blocs</i>. O Jornal The Guardian pontua, no dia 26 de junho, a existência de várias organizações próximas à direita como a Organização Contra a Corrupção e o Revoltados Online.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Os atores foram citados nestas mídias de forma mais genérica, apesar de referências diretas ao MPL e a militantes do PT e do PSTU. Optou-se pela definição dos atores como "a classe média" (PRAVDA, 25/06/2013), "pessoas que votam no Partido dos Trabalhadores" (GLOBAL</p>

		<p>RESEARCH, 24/06/2013), "o morro" (PRAVDA, 25/06/2013), além de "indignados" - como os espanhóis, torcedores de futebol e ativistas.</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Além do MPL, foi citado o Movimento Ocupa Cabral, militantes do PSTU, PT e PSOL e defensores da causa gay.</p>
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O Movimento Passe Livre aparece como ator central nas narrativas de todas as formações de grupo, entretanto outros atores foram acrescentados dependendo das mídias. No caso do **Imperialismo** foram registradas as presenças de partidos políticos, universitários, grupos de **esquerda**, o Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação (Sind-Ute), Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sindpol), militantes das alas mais radicais do PSTU e do PSOL, anarquistas, grupos estudantis, representantes de sindicatos, movimento punk, rebeldes e *Black Blocs*. O **Império com tendências hegemônicas** destacou o comparecimento dos seguintes **Atores Humanos Coletivos**: *Black Blocs*, Assembleia Nacional dos Estudantes e União Brasil. Este grupo apresenta também **Atores Humanos Individuais** como Wibsson Ribeiro da Anel e Rodrigo Teixeira, professores de História da Universidade Federal Fluminense. O **Império com tendência de apoio às insurgências**, por sua vez, cita a presença do Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, do Bloco de Lutas pelo Transporte, do Mídia Ninja, de coletivos midiativistas, de grupos anarquistas e marxistas, de partidos de **esquerda** (PT, PCdoB, PSOL, PSTU), de *Black Blocs*, dos Revoltados Online e de Organização Contra a Corrupção (estes dois últimos de cunho conservador). Já as mídias representantes da **Eurásia** destacam a participação de militantes do PT e do PSTU, mas optam, em geral, por denominações mais genéricas, como "classe média", "morro" e "indignados". Por fim, aqueles que representam **apoio ao governo** citam como **AHC** o Movimento Ocupa Cabral, além de militantes do PSTU, PT e PSOL e defensores da causa gay.

## Atores Humanos Internacionais

Quadro 52 - Cartografia das categorias - Atores Humanos - internacionais

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>ATORES HUMANOS</b>	Internacionais	<b>OCIDENTE</b>  <b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Apenas dois atores humanos internacionais foram citados: o Grupo <i>Anonymous</i> e os <i>Black Blocs</i> .
		<b>OCIDENTE</b>  <b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b> <b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Apenas dois atores humanos internacionais foram citados: o Grupo <i>Anonymous</i> e os <i>Black Blocs</i> .  <b>- Discurso de defesa insurgente</b> Três atores humanos internacionais foram citados: o Grupo <i>Anonymous</i> , os <i>Black Blocs</i> e o <i>Greenpeace</i> .
		<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações
		<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> O único ator humano internacional citado por este grupo foi a Anistia Internacional.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os grupos *Anonymous* e os *Black Blocs* são unanimidade nesta subcategoria, com exceção dos **eurasiáticos**, onde não foram encontradas citações a este respeito. A formação de grupo do **Império com defesa insurgente** cita o *Greenpeace*, enquanto os vinculados ao **governo** indicam a participação da Anistia Internacional.

## Pautas - temas e narrativas

Quadro 53 - Cartografia das categorias - Pautas - temas e narrativas

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>PAUTAS</b>	<b>Temas e narrativas</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>A respeito deste tema, é interessante realizar uma linha do tempo das principais informações advindas do presente grupo, para que se possa acompanhar a movimentação da pauta das manifestações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 06/06 - MPL defende tarifa zero para o transporte público e que ele seja subsidiado talmente pelas prefeituras (PORTAL R7, 07/06/2013);</li> <li>- 14/06 - Manifestações motivadas pelo reajuste das tarifas passam a incorporar outras queixas (VEJA, 21/06/2013);</li> <li>- 20/06 - Protestos contra a desigualdade social e os custos exorbitantes com a Copa do Mundo e Copa das Confederações (ABC NEWS, 24/06/2013);</li> <li>- 24/06 - Manifestações contra os gastos públicos em "controversas construções", sendo que o Brasil ainda apresenta problemas significativos na educação, saúde e finanças. (ABC NEW, 24/06/2013). Outras pautas do dia: corrupção, Copa do Mundo e atuação violenta dos policiais.</li> </ul> <p>Além dos pontos destacados, em entrevista ao R7 (02/09/2013), um <i>Black Bloc</i> afirma que a atuação do grupo é predominantemente <b>contra a repressão</b> e a busca da redução da desigualdade, contra a corrupção e o capitalismo.</p>

Temas e narrativas



## OCIDENTE

### Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo

#### - Discurso com tendência hegemônica

É muito significativo o número de relatos encontrados neste grupo midiático que destacam as principais pautas das manifestações. Tão inquietante quanto isso, é a variedade de narrativas que aparecem nas reportagens, demonstrando que de fato havia (no mínimo) uma grande multiplicidade de discursos sobrepostos naqueles corpos que ocupavam as ruas. Outro ponto fundamental é que a questão das tarifas aparece poucas vezes e apenas nas matérias dos primeiros dias de junho. Além dela, destaca-se os seguintes temas: contra a Copa do Mundo e a reforma/construção de estádios, pela saúde e educação, pela melhoria do salário dos professores, pela punição para a corrupção, contra a sucateamento da frota de ônibus, por melhorias na saúde e na cultura, por apoio às manifestações que ocorrem em todo o território nacional, contra a repressão policial aos atos, questionando os altos impostos frente à qualidade dos serviços públicos ofertados, pela melhoria na segurança pública, contra a PEC 37, contra o projeto de "cura gay", contra o estatuto do nascituro e, por uma lei que criminalize a homofobia. Houve, ainda, a organização, no dia 20 de junho, em Vitória (ES) de um movimento "sem pauta definida". (UOL, 20/06/2013).

Além destas pautas, foram registradas, nos relatos presentes a este grupo midiático, as seguintes palavras de ordem: "Vem! Vem! Vem pra rua, vem contra o aumento!", "Acabou o amor. Isso aqui vai virar a Turquia!", "Estudante não é otário, não vai bancar o luxo do empresário", "Boi, boi, boi, boi da cara preta, abaixa a passagem ou pulamos a roleta", "Não quero Copa, nem estádio de R\$ 1 milhão, eu quero é mais dinheiro para saúde e educação", "Ôôô, o gigante voltou, ôôô o gigante acordou" e "da Copa eu abro mão, quero dinheiro para saúde e educação", "não são só 20 centavos".

### Discurso de defesa insurgente

Existe um grande número de reportagens que indica os diversos temas das manifestações, algumas delas, inclusive, destacam a característica das "pautas difusas". O aumento das tarifas e o transporte público apresenta-se como elemento inicial dos protestos que vão tendo suas pautas ampliadas, chegando a uma crise do modelo urbano nacional e a uma crise política. Há menção, também, do crescimento de pautas típicas de grupos políticos de direita. Além disso, são citados os seguintes temas como mais relevantes: brutalidade policial, corrupção, péssimos serviços públicos, preços altos e baixos níveis de segurança, gastos com os megaeventos, melhorias na saúde e na educação.

O Le Monde Diplomatique (20/06/2013) considera que houve três ciclos nas manifestações: (i) o primeiro com o tema da redução das tarifas e formado por uma resistência pacífica; (ii) o segundo no qual há uma combinação de diferentes temas nos protestos predominando a insatisfação com os gastos nos megaeventos e com a pressão policial; (iii) e o terceiro ciclo, iniciado depois de anunciada a redução das tarifas, no qual dominou, definitivamente, a crítica aos megaeventos e à violência policial. O mesmo jornal pontua que "ao passo que os maiores veículos de comunicação começaram a apoiar os protestos, foram surgindo manifestações contra a presidente Dilma Rousseff, contra o aborto e pela redução da maioria penal, e cresceu a hostilidade contra organizações de esquerda nos atos." (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 13/07/2013). Nesta mesma notícia, destaca-se a fala de um militante do MPL defendendo a centralidade da pauta dos transportes contra a ampliação desenfreada dos temas e evidenciando a vitória conquistada pelo movimento com a revogação do aumento das tarifas.

Por fim, a partir de um compilado das narrativas do grupo, destaca-se o uso das seguintes palavras de ordem e cartazes: "Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro para saúde e educação", "P..., a Fifa está mandando no Brasil", "professor só deseja um salário de deputado e o prestígio de jogador de futebol", "Quem não pula quer a Dilma", "Acabe com a corrupção. Mude o Brasil", "Interromper despejos", "Vem pra rua. É o único lugar que a gente não paga imposto", "O fracasso do governo em entender a educação levará à revolução".

### EURÁSIA SINO-RUSSA

Há, também, um número recorde de narrativas que se concentram nas temáticas centrais das manifestações. As seguintes pautas são citadas como de maior relevância: contra os gastos públicos com os megaeventos, pela melhoria do transporte público e revogação do aumento das tarifas, pela condição da vida dos trabalhadores, contra as medidas de austeridade do governo, contra a corrupção, pela busca por uma construção coletiva das cidades, pela educação, pelos direitos e pela cidadania, contra a Copa do Mundo de 2014, em repúdio à violência policial, contra a regulação da vida social pelo aparato do Estado atuando junto ao mercado, pela suspensão da zona de conforto do bloco do poder, contra o PT, contra a desigualdade social, contra o medo e a violência nas ruas, contra os impostos elevados do governo, contra a PEC 37, por um Brasil melhor, pelo aumento salarial para os professores. Argumenta-se, ainda, que as mobilizações se deram devido à uma insatisfação generalizada com a falência da democracia participativa e por causa de uma indignação com as condições gerais da existência.

O Pravda (28/06/2013) denuncia a "absoluta falta de objetivos" das manifestações e traz a narrativa do "contra o que está aí" de forma bastante crítica, demonstrando que o esvaziamento da pauta em nada pode contribuir para o país. Ao final, a reportagem mostra uma maior responsabilização do Partido dos Trabalhadores pela situação do país, posto que se encontra

	<p>há anos no poder.</p> <p>Exemplos de cartazes colocados nas ruas apresentados pelas diversas reportagens analisadas deste grupo midiático: "O povo unido protesta sem partido"; "O povo acordou, o povo decidiu: parem a roubalheira ou paramos o Brasil"; "A, e, i, a Dilma vai cair"; "Era uma casa muito engraçada, não tinha escola, só tinha estádio"; "Isso aqui não é Turquia nem Grécia é o Brasil saindo da inércia"; "Brasil vamos acordar, o professor vale mais que o Neymar"; "Da Copa abrimos mão, queremos é dinheiro para a saúde e educação"; "Quando seu filho ficar doente, leve-o a um estádio"; "Não é Dilma, não é Lula, são todos os políticos" e "Nenhum partido nos representa".</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>As principais pautas citadas por este grupo midiático foram: pelo investimento na saúde, pelo combate à corrupção e à falta de segurança, pela redução da inflação, por melhorias nos serviços públicos em geral, contra a corrupção, contra as obras da Copa, contra a PEC 37, pela redução das passagens de transporte, em apoio aos manifestantes que foram vítima de violência policial, pelo passe livre, por saúde e segurança pública.</p> <p>Em alguns momentos as narrativas apresentam uma crítica às reivindicações apontadas como genéricas ou dispersas.</p> <p>Principais cartazes e palavras de ordem coletados nas diversas reportagens aqui analisadas: "se o povo acordar, eles não dormem!", "Não adianta atirar, as ideias são à prova de balas!", "Não é por centavos, é por direitos!", "Põe a tarifa na conta da Fifa! Verás que um filho teu não foge à luta!", "Se seu filho adoecer, leve-o ao estádio!", "Ô fardado, você também é explorado!", "O povo unido jamais será vencido!", "Quem não pula quer tarifa", "Mãos para o alto, R\$ 3,20 é um assalto", "O povo acordou".</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Recorde de informações entre as subcategorias, o que se observa aqui é a variedade das **pautas** presentes no protesto. Essa variedade é representada pelos conceitos “difusão” ou “dispersão” pelas mídias do **império hegemônico** e com **tendência à defesa do governo** petista. A primeira destas formações de grupo cita, ainda, um evento “sem **pauta** definida” realizado em Vitória (ES). Mais intensa nas críticas, a formação eurasiática denuncia “uma absoluta falta de objetivos”. O transporte é citado poucas vezes como **pauta** relevante (em todos os grupos midiáticos) e apenas destacado como parte inicial dos protestos pela formação de grupo **imperialista** que apresenta uma espécie de linha do tempo das reivindicações na qual se pode observar várias mudanças das **pautas** em destaque. No mesmo sentido, encontra-se no **Império com tendência de defesa das insurgências** a narrativa de existência de três ciclos nas manifestações: (i) o primeiro com centralidade no tema a respeito da redução das tarifas e formado por uma resistência pacífica; (ii) o segundo no qual há uma combinação de diferentes

temas nos protestos predominando a insatisfação com os gastos nos megaeventos e com a pressão policial; (iii) e o terceiro ciclo, iniciado depois de anunciada a redução das tarifas, no qual dominou, definitivamente, a crítica aos megaeventos e à violência policial.

## Pautas - antagonistas

Quadro 54 - Cartografia das categorias - Pautas - antagonismos

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>PAUTAS</b>	<b>Antagonismos</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Apesar de não ser diretamente contra nenhum ator humano, observa-se, nessas narrativas, um posicionamento contra ações específicas de atores humanos, como a repressão policial e a "barbárie dos governantes".</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Há duas situações interessantes relatadas por estas mídias, uma se dá pelo ataque a atores humanos (tal qual destacado por esta categoria) e outra pelo ataque à programas do governo. Apesar de a segunda estar fora dos princípios desta categoria, ela chamou muita atenção ao longo da análise das narrativas e por isso, optou-se por destacá-la também, neste momento. Evidencia-se, então, o posicionamentos contra "vários políticos", contra o congresso e o Partido dos Trabalhadores, bem como contra o Programa Bolsa Família e o Programa Mais Médicos.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Apresenta-se neste grupo midiático também um posicionamento contra atores humanos e projetos do governo. Destaca-se, então, os seguintes antagonistas: Marcos Feliciano, Dilma Rousseff e a Usina de Belo Monte.</p>

		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Nestes relatos apresentam-se inúmeras narrativas contra atores humanos individuais e coletivos. São eles: Eike Batista, governantes levianos, Cavendish da Delta, grandes empreiteiras, banqueiros, "sindicatos convenientes", ONGs picaretas", "igrejas massificadoras", "mídias manipuladoras", "elites sorradeiras", intelectualidade capotada", entidades juvenis acopladas". (PRAVDA, 02/07/2013). A Presidenta Dilma Rousseff também acaba sendo posta como principal antagonista das manifestações, em vários dos relatos coletados.</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Não foram encontradas informações.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste ponto, as formações de grupo **Imperialismo** e **Império com tendências hegemônicas** trazem uma forma mais generalizada de antagonismo posta sobre os governantes e os políticos em geral. No segundo grupo, há uma oposição curiosa, mostrando que os manifestantes se posicionam contra programas do governo como o Bolsa Família. A especificação dos nomes criticados, apresentando um antagonismo mais direto, aparece nas mídias **Império com tendência à defesa das insurgências**, e **Eurásia**. A primeira aponta nomes como Marcos Feliciano e Dilma Rousseff, além de atacar o projeto de construção da Usina de Belo Monte, como fortes antagonistas citados pelas ruas. O segundo, além de repetir o nome da Presidenta Dilma, apresenta outros **atores humanos** como antagonistas, a exemplo de Eike Batista, governantes levianos, Cavendish da Delta, grandes empreiteiras, banqueiros, "sindicatos convenientes", "ONGs picaretas", "igrejas massificadoras", "mídias manipuladoras", "elites sorradeiras", "intelectualidade cooptada", entidades juvenis acopladas". Além disso, é fundamental destacar que nas mídias que tendiam à um posicionamento **pró-governo**, não foram encontrados destaques para os antagonistas, o que pode ser indicado como uma forma de defesa do governo.

## Ações coletivas - táticas e estratégias de ocupação

Quadro 55 - Cartografia das categorias - Ações coletivas - táticas e estratégias de ocupação

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>AÇÕES COLETIVAS</b>	<b>Táticas e estratégias de ocupação</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Neste campo, destaca-se o uso do <i>Facebook</i> como dispositivo principal para a marcação e a divulgação das manifestações. A Revista <i>Veja</i> (1806/2013) acrescenta o <i>Mobile</i>, como um importante aplicativo que poderia ser utilizado para divulgar fotos e vídeos dos anos. O <i>ABC News</i>, por sua vez, dá ênfase à importância das <i>hashtags</i> para o engajamento nos protestos. (<i>ABC NEWS</i>, 24/06/2013).</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Destaca-se que o ritmo dos protestos foi acelerado pela tecnologia e influência de manifestações em outros países.</p> <p>Os atos "são organizados por meio das redes sociais, que espalham informações, incentivam a imitação e colocam as causas na moda". (<i>THE ECONOMIST</i>, 29/06/2013).</p> <p>O <i>Facebook</i> é indicado como a principal plataforma de mobilização das manifestações em vários dos relatos coletados.</p>
		<p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Muitas das informações para as categorias deste grupo foram coletadas em redes sociais, sendo a principal delas, o <i>Facebook</i>. As páginas dos movimentos sociais envolvidos nos protestos e os eventos que foram criados, foram fontes primordiais. O <i>Mídia Ninja</i> também foi um perfil de grande relevância por acompanhar o cotidiano dos protestos. O coletivo chegou a ceder imagens para o <i>Jornal Nacional</i> pautando a narrativa de umas das principais mídias nacionais.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>O <i>Facebook</i> aparece como principal plataforma para a mobilização e a organização das</p>

		manifestações.
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Destaca-se as redes sociais como principal espaço de troca de informações sobre as manifestações. As narrativas da violência policial se tornaram frequentes nestes espaços e, com isso, alcançaram várias pessoas dispostas a inflar o movimento.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

As redes sociais são apontadas como ferramentas fundamentais para a organização dos protestos e, dentre elas, o *Facebook* se destaca nas narrativas de todas as formações de grupo. O [Império com tendência à defesa das insurgências](#), apresenta também o Mídia Ninja como muito atuante na disseminação do **levante** que potencializou a ocupação das ruas.

## Ciclo de lutas

### Quadro 56 - Quadro 54: Cartografia das categorias - Ciclo de lutas - influência entre os levantes

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>CICLO DE LUTAS</b>	Influência entre os levantes	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Foram observadas duas perspectivas na construção desta ideia de ciclo de lutas nas presentes mídias: uma força centrípeta e outra centrífuga. De fora para dentro, observa-se a influência de outros levantes internacionais como aqueles ocorridos na Tunísia, Egito, Chile, Estados Unidos e Turquia. Há uma coincidência nas preocupações e métodos entre estes protestos. (ABC NEWS, 24/06/2013). Segundo a Veja (14/06/2013), no Brasil, como em casos internacionais pertencentes ao mesmo ciclo, observa-se que as manifestações se iniciam com uma causa específica e acabam reunindo pessoas insatisfeitas em todas as áreas que buscam expressar seu descontentamento. Já no movimento centrífugo, destaca-se que houve manifestações em diversos países (França, Alemanha, Portugal e Irlanda) em apoio aos atos realizados no Brasil.</p>

	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b>  <b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Estas mídias destacam a aproximação entre o movimento brasileiro e aqueles ocorridos na Tunísia, no Egito e, nos EUA e na Turquia. Relata-se a coincidência do uso da máscara do filme "V de Vingança" em São Paulo e Istambul. Indica-se, também, uma ampliação das pautas que acaba chegando a uma crítica dilatada ao governo que acometeu o movimento brasileiro, mas também aquele que ocorreu no Egito, na Tunísia e na Turquia.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Com caráter mais analítico, estas mídias tendem a comparar o caso brasileiro com o turco, indicando, além das semelhanças no modo de organização via redes sociais e da mudança de pautas dos protestos que tendem rapidamente a se voltar contra as políticas governamentais, elementos de solidariedade entre os países, como a presença de bandeiras turcas nas ruas brasileiras e vice versa. Neste sentido, o Opera Mundi (23/06/2013) apresenta um alerta do Presidente Erdogan sobre uma investida internacional em ambos territórios, denunciando uma possível articulação externa viralizada pela WEB. Também preocupado com o caráter das manifestações João Pedro Stedile relata ao Le Monde Diplomatique (13/07/2013) um alerta de que as Jornadas de Junho podem apresentar desdobramentos semelhantes aos movimentos ocorridos na Argentina (2001) ou ao que ocorreu na Grécia (2013).</p> <p>Há ainda comparação, em algumas narrativas, com o movimento <i>Occupy Wall Street</i>, apresentando o uso da máscara do filme "V de Vingança", como elemento constante nos protestos em ambos países, e com o levante espanhol, focando na temática "anti-partidária".</p> <p>Por fim, destaca-se mais uma reportagem do Opera Mundi (26/03/2013), na qual Maia, criador do Change Brasil, pede socorro aos órgãos internacionais citando os levantes ocorridos na Síria. Segundo ele, o auxílio internacional tem sido fundamental na derrubada de governos opressores. Maia indica que o Greenpeace havia se pronunciado sobre o ocorrido no Brasil.</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Não foram encontradas informações.</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Neste campo, observa-se apenas o anúncio de movimento de apoio aos protestos brasileiros em outros países: Bolívia, EUA, Itália, França, Alemanha, Japão, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Bélgica, Finlândia, Suécia, Escócia, Austrália, México e Argentina.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Curiosamente, a formação de grupo da **Eurásia** não enfatiza a existência de um **ciclo de lutas**, nem mesmo as possíveis influências externas na formação do **levante** brasileiro. Por outro



lado, os demais grupos indicam essas relações apresentando, tanto influências temáticas quanto de referências, como é o caso da máscara de “V” do filme “V de Vingança”. Grécia, Egito, Tunísia, Turquia (com grande ênfase e indicação de relações próximas entre os **levantes** turcos e brasileiros), EUA e Chile foram os países mais citados como influentes no **levante** brasileiro. Cabe ressaltar que a formação de grupo que tende à **defesa do governo** petista optou por não destacar estas influências externas, apresentando apenas o modo de difusão das manifestações brasileiras para outros países que apoiaram a insurgência. Este movimento de exteriorização da luta é citado, também, pela formação **imperialista**.

### Comunicação - relatos das mídias oficiais

Quadro 57 - Cartografia das categorias - Comunicação - relatos das mídias oficiais

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Relatos da mídias oficiais	<b>OCIDENTE</b>
		<p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Há relatos tímidos sobre a modificação da temática das manifestações após receberem apoio midiático. A narrativa predominante, entretanto, está relacionada à repercussão internacional dos protestos brasileiros que foram veiculados por diversas mídias internacionais como o El País, o BBC, a CNN e o The New York Times. A primeira delas, no dia 12 de junho, relatou as manifestações realizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro contra o aumento dos transportes. No mesmo dia, a CNN publicou a respeito do confronto entre manifestantes e policiais nas maiores cidades do país, destacando a organização de um movimento que luta por uma tarifa gratuita para o transporte público nacional. Já no dia 19 de junho, esta mesma mídia e a BBC falaram sobre o reforço na segurança em algumas cidades que irão receber os jogos da Copa das Confederações. Já o The New York Times, no mesmo dia, colocou os protestos como 'o maior desafio às autoridades brasileiras em anos'. A capa deste jornal trazia um policial jogando gás de pimenta em uma mulher durante protesto no Rio de Janeiro. A principal narrativa do jornal é a indignação dos manifestantes com a corrupção, os gastos excessivos com os megaeventos e a precariedade de serviços básicos como saúde e educação.</p>

**OCIDENTE****Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo****- Discurso com tendência hegemônica**

Não há muitas informações sobre a ação midiática nas narrativas deste grupo. Encontra-se, entretanto, uma denúncia do New York Times (14/06/2013) sobre uma postura da mídia em caracterizar os manifestantes como arruaceiros. Já a BBC NEWS Brasil (19/06/2013), narra que alguns jornais locais apresentaram denúncias sobre ações truculentas da polícia. Por fim, a Rede Globo (17/06/2013) se defende em nota afirmando que fez a cobertura do levante desde seu início "sem nada esconder": os excessos da polícia, as reivindicações do Movimento do Passe Livre, o caráter pacífico dos protestos e, quando houve, depredações e destruição de ônibus. "É nossa obrigação e dela não nos afastaremos."

### - Discurso de defesa insurgente

O destaque deste bloco é a mudança da narrativa midiática que se dá em meados de junho. Inicialmente observa-se uma reduzida cobertura das mídias nacionais - ou até mesmo uma ausência, conforme indicado pela Carta Capital (12/06/2013) sobre as manifestações do dia 11 - e uma maior cobertura das mídias internacionais, como colocado pela Opera Mundi (14/06/2013). Se estas poucas narrativas disseminadas nos primeiros dias de protestos ressaltavam o caráter de vandalismo dos manifestantes - a exemplo da reportagem da Veja que falava que a "cidade pagava o pato" pelos protestos e de Arnaldo Jabor que chamava os manifestantes de criminosos pedindo medidas mais enérgicas do governo e da polícia em canais como a Globo, o Estadão e a Folha - o Outras Palavras (20/06/2013) observa que a semana que sucedeu ao dia 10 de junho pode ser considerada um ponto de inflexão para a relação entre a mídia e os protestos. Segundo o jornal, percebendo a impossibilidade de conter a disseminação de vídeos e fotos da violência policial, devido à existência de outros e mais eficientes canais de comunicação, a estratégia da mídia hegemônica mudou e, com ela, a pauta dos atos. Colocando uma pequena parcela dos manifestantes como vândalos (os anarquistas e os mascarados) - essa sim merecedora de gás lacrimogêneo e balas de borracha - e atacando a violência do aparato policial, foi possível modificar o caráter das Jornadas que se tornam "contra tudo que está aí" e contra a corrupção, principalmente, do governo federal. "Arnaldo Jabor pede desculpas na CBN por chamar os manifestantes de criminosos para emendar que a causa 'real' dos protestos é a insatisfação geral com os governantes e, veja só, a 'inflação'." (OUTRAS PALAVRAS, 20/06/2013). Nesta mesma direção, o Le Monde Diplomatique Brasil (13/07/2013) anuncia que após a forte repressão aos protestos de São Paulo em 13 de junho, o enfoque da cobertura midiática que anteriormente era nos transtornos para as cidades e nos confrontos policiais mudou. "A mídia corporativa assumiu seu papel de centralizador das forças conservadoras, passou a ressaltar o caráter pacífico dos atos e a disputar a pauta do movimento." Neste momento, segundo o jornal, narrativas normalmente vinculadas a grupos de diretas começaram a emergir no cenário da luta. Na mesma reportagem é narrado que o ápice das ruas se dá entre os dias 17 e 20 de junho e que a atuação da "grande imprensa" foi fundamental para este contexto que ditou a "nova" agenda das Jornadas. Devido a este poder de influência, a mídia é vista com um partido político que age conforme seus interesses em uma análise tática. Os grandes veículos midiáticos, em especial a Rede Globo, agiram sobre os protestos direcionando-os para demandas conservadoras, como o combate à corrupção, a pauta antipartido e um direcionamento dos manifestantes para um local de oposição às organizações de esquerda. (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 13/07/2013). O Opera Mundi (23/06/2013) lembra que em 17 de junho, os pedidos de *impeachment* da Presidente Dilma ocuparam os protestos e esta matriz foi repetida pelos apresentadores de telejornais - em parte emocionados - enquanto as imagens da multidão eram exibidas.

### EURÁSIA SINO-RUSSA

De acordo com os relatos deste bloco midiático, o foco principal das mídias hegemônicas está na violência das manifestações, seja ela por parte dos ativistas, seja pelos policiais. O Pravda (25/06) anuncia a existência de quatro momentos em que esta narrativa se modificou. Inicialmente os discursos eram focados na violência dos manifestantes, em seguida, esta foi colocada em equilíbrio com a truculência policial. Posteriormente ocorre um momento de "confusão" no qual ideias opostas sobre as ações de repressão são proferidas, sendo, apoiadas e rechaçadas em narrativas concomitantes. Por fim, há um processo de "defesa da democracia" no qual a legitimidade das manifestações ganham destaque frente à ação de uma minoria. Analisando as mídias brasileiras, o Pravda indica que o Jornal do SBT funciona como um bom exemplo deste último momento quando coloca a maioria dos manifestantes como pacifistas e os demais como aproveitadores. A Record também é utilizada pelo Pravda como exemplo desta dualidade ao noticiar os atos com a tela dividida ao meio tendo um lado, mais iluminado, ocupado por pessoas caminhando na paulista ao final do ato e, no outro, em um cenário mais escuro e em looping, o conflito com os policiais no Rio de Janeiro. Neste sentido, há uma denúncia de que o foco das narrativas midiáticas se dá apenas sobre "os meios", sendo que a questão das tarifas e do transporte em momento algum foi debatida. No dia seguinte, o mesmo Pravda (26/06/2013) publica uma reportagem denunciando as mídias brasileiras de composição de um discurso homogêneo sobre os atos, caracterizando-os, como sem liderança, com pautas difusas e contrárias aos partidos. Para o jornal, trata-se de um remédio que pretende alienar a população com o discurso de que a classe política é a única vilã dos problemas brasileiros.

Outra narrativa latente nas mídias segundo o grupo aqui analisado é a questão da corrupção. "As palavras finais do âncora de um dos jornais do Globo News foram mais ou menos essas: 'Encerramos, então, nossa cobertura desse dia de manifestações contra a corrupção, o superfaturamento e tudo o que está errado no país.'" (PRAVDA, 25/06/2013). Essa seria uma bandeira útil à grande mídia por uma razão lógica: ninguém em sã consciência é favorável à corrupção, sendo imune ao conflito e, mais do que isso, a narrativa representa uma boa moeda de negociação com empresas, partidos e governos. (PRAVDA, 25/06/2013).

Há ainda dois pontos a serem ressaltados neste momento. O primeiro é sobre a crítica dos manifestantes às mídias tradicionais, o ataque a seus representantes durante os protestos e a busca por meios "alternativos" de comunicação. (PRAVDA, 26/05/2013). O segundo é sobre a relação do governo com as mídias. De acordo com o Pravda (25/06/2013), a política de comunicação do governo é muito falha e a escolha de colocar recursos na mídia privada tem sido equivocada. Isso porque essas mídias afirmam a existência de desvio de recursos públicos para a construção dos estádios, os manifestantes repetem a narrativa, e a Presidenta, ao negar, pontuando que os recursos são fruto de empréstimos do BNDES, não é ouvida. Neste sentido, destaca-se a possibilidade de um empenho da mídia em "dificultar a vida da presidenta", ou seja, a mídia pode ser vista como "o verdadeiro partido de oposição" ao governo. (Pravda, 08/07/2013).

### DEFESA DO GOVERNO DILMA

As mídias aqui analisadas destacam, novamente, a virada do discurso midiático que se deu no dia 20 de junho, quando a narrativa se torna favorável aos atos e os canais passam a divulgar os chamados para as manifestações.

A temática das mídias é bastante abordada na maioria dos blocos analisados. Apenas aquelas que representam o **Império com tendências hegemônicas** não se preocuparam em dar esse tipo de informação, possivelmente por se tratar do eixo principal do sistema de **comunicação** nacional. Ou seja, qualquer crítica sobre a atuação midiática em relação aos protestos recairia sobre si mesmo. Neste sentido, o que se encontra é um relato da Rede Globo declarando isonomia na cobertura realizada pela emissora sobre os protestos. O **Império com tendência de apoio às insurgências**, por sua vez, atua de modo oposto no que tange esta temática (o que pode ser facilmente compreendido visualizando o campo de disputas de narrativas travado entre este grupo e o anterior - notadamente marcado pela oposição entre o que seriam mídias hegemônicas e aquelas alternativas)<sup>309</sup>. Assim, essa formação de grupo destaca uma mudança significativa no modo de lidar com as manifestações por parte da mídia hegemônica nacional. Se até meados do mês de junho pouco se encontrava sobre os protestos (e este pouco focado na questão da violência realizada por parte dos manifestantes) nas mídias nacionais (as principais informações eram veiculadas por mídias internacionais ou “alternativas” - no caso aquelas pertencentes à esta formação de grupo aqui indicada), a partir do dia 17 de junho (aproximadamente) tanto a intensidade quanto o teor das narrativas teriam se modificado e isso influenciaria diretamente as ações nas ruas.

A modificação do posicionamento das mídias nacionais em relação às manifestações é também destacada pela **Eurásia** apontando que inicialmente havia um ataque às ações dos manifestantes que, com o passar do tempo, começa a dar lugar a duras críticas a respeito das ações policiais. Essa virada de narrativas também é abordada por aqueles que representam a **defesa do governo**, indicando uma transformação no posicionamento das mídias a partir do dia 20 de junho. Já o bloco **imperialista** não se preocupa em abordar mudança de posicionamento das mídias, apenas destaca a repercussão internacional dos protestos brasileiros veiculados por diversas mídias como o El País, o BBC, a CNN e o The New York Times.

---

<sup>309</sup> Destaca-se, conforme poderá ser observado mais adiante, que esse é um dos pontos mais significativos de distância entre as narrativas dos dois blocos (**Império com tendência hegemônica** e **Império de defesa insurgente**), o que leva a um questionamento a respeito da intensidade da oposição estabelecida entre aquilo que costumeiramente é chamado de mídia alternativa e o que se conhece como hegemônica. É curioso pensar que, apenas no que tange um enfrentamento direto entre os blocos (de modo a reforçar a narrativa de oposição) há, de fato, um distanciamento de posicionamentos e pontuações críticas. Nos demais quesitos, não se observa uma diferença gritante entre as narrativas expressas por esses blocos.

## Comunicação - narrativas dos policiais

Quadro 58 - Cartografia das categorias - Comunicação – narrativas dos policiais

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Narrativas dos policiais	<b>OCIDENTE</b>
		<b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Observa-se, de um lado, uma denúncia à depredação realizada pelos manifestantes e, de outro, uma confissão de que "as coisas estão fugindo do controle" (VEJA, 14/06/2013).
		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b>  <b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Há uma mudança no teor das falas dos policiais divulgadas por estas mídias. Em um primeiro momento, destaca-se o vandalismo realizado pelos manifestantes, posteriormente, assume-se a narrativa de que a violência era exercida apenas por uma minoria e que as ações policiais se colocavam como resposta a estes atos.  <b>- Discurso de defesa insurgente</b> As narrativas dos policiais apontam que o uso da força só se deu após ação violenta dos manifestantes.
		<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Os relatos trazem as autoridades afirmando que não estavam usando força excessiva e que sua ação só se deu frente à violência expressa por uma minoria, sendo apenas esta minoria reprimida.
		<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Não foram encontradas informações.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com exceção da formação de grupos vinculada aos **discursos governamentais**, onde não foram encontrados registros relevantes sobre esta subcategoria, o que se observa é uma tendência a destacar a violência advinda dos manifestantes que se desdobraria em “respostas”

por parte dos policiais. Entretanto, nos casos das formações de grupo **imperialista** ou **imperial com tendências hegemônicas**, há duas ponderações importantes. Na primeira formação de grupo, um policial pondera que “as coisas estavam fugindo do controle”. Já na segunda, o que inicialmente era uma crítica generalizada às ações dos insurgentes passa a ser ponderado por uma distinção entre uma maioria pacífica e uma minoria que praticava atos de vandalismo.

## Comunicação - mídia, internet, redes sociais e falas dos manifestantes

**Quadro 59 - Cartografia das categorias -. Comunicação - mídia, internet, redes sociais e falas dos manifestantes**

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>COMUNICAÇÃO</b>	Mídia, internet, redes sociais e falas dos manifestantes	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Destacam-se duas narrativas advindas dos manifestantes e publicadas por estas mídias. A primeira demonstra um repúdio à violência policial que justifica a ida de muitas pessoas saírem às ruas. A segunda, advinda de momentos do MPL, traz tanto uma defesa sobre suas táticas de ação, afirmando que não estão fazendo uso de violência, quanto da continuidade da luta mesmo após a redução das tarifas, que agora terá como alvo a conquista da "tarifa zero".</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>As principais narrativas dos manifestantes aqui relatadas se deitam sobre a temática da violência, sendo, em maioria, uma crítica à ação policial, mas havendo, também, o pedido de manifestações pacíficas. O tema do transporte aparece de forma secundária, apresentando ou uma indignação com a qualidade oferecida, ou uma comemoração pela conquista nas manifestações (esta, por parte de ativistas do MPL que justificam a saída do grupo dos atos no dia 20 de junho). Destaca-se uma mudança das falas dos manifestantes a partir do dia 19 de junho que começam a citar a corrupção, os gastos com os megaeventos, e os direitos dos homossexuais como motivos centrais dos protestos. Há, ainda, quem comemore a possibilidade de pautas diversas nas ruas.</p>

		<p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Há três correntes centrais nestes relatos. A primeira narra a violência policial, com o uso de bala de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta e várias detenções dos manifestantes. A segunda, diz sobre a diversidade das pautas, afirmando que as manifestações não eram apenas pelas tarifas, mas também por uma ampla insatisfação popular com a política nacional. Por fim, destaca-se as narrativas mais conservadoras, como a proferida por Their Maia, criador do Change Brasil, e registrada pelo Opera Mundi (23/06/2013) que afirma que a sua estratégia era "sujar o governo brasileiro no mundo".</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Três são as informações centrais deste bloco. A primeira se refere a um conflito de narrativas entre os membros do MPL - que defendem que as passeatas são sim contra o aumento das tarifas - e por grande parte dos manifestantes - que se apoia no discurso de que "não é por 20 centavos". A segunda apresenta outro debate, aquele estabelecido sobre a violência dos manifestantes. Neste momento, além de separar os "bons" dos "maus", ainda insinua-se a possibilidade de haver infiltrados entre aqueles que realizam atos de vandalismo. Por fim, o Pravda (26/06/2013) apresenta as críticas dos manifestantes à mídia hegemônica, principalmente à Rede Globo.</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>A maior parte das narrativas deste bloco está vinculada à temática dos transportes. O MPL é elogiado por uma manifestante em entrevista ao Portal EBC (14/06/2013) por sua postura pacífica, horizontalidade e apartidarismo. O movimento, por sua vez, anunciou a saída das manifestações em 20 de junho. Há, também, uma crítica à violência da polícia e do Estado e a afirmação por parte de manifestantes (que não são do MPL) que continuarão nas ruas mesmo com a redução da tarifa, por causa daqueles detidos e feridos nos protestos anteriores.</p>
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

A violência tanto policial quanto dos manifestantes ganhou destaque nas narrativas de quase todos os grupos midiáticos, com exceção daquele que tendia a uma **defesa dos governos** petistas que optou por ressaltar a questão do transporte, colocando-a como a **pauta** principal dos protestos. As mídias **imperialistas** indicaram que o repúdio à violência policial inflou ainda mais as ruas, o que pode ter sido ainda alargado pelo registro de falas de membros do MPL defendendo manifestações pacíficas e focadas na temática da mobilidade urbana. Já no que tange às narrativas em evidência pelo **Império com tendências hegemônicas**, destaca-se a fala de um representante do MPL que entendia o dia 20 de junho como um momento de comemoração pela vitória nos atos, marcando a saída do movimento das ruas. Houve ainda, nesse grupo, uma defesa por **pautas** diversas nas manifestações indicando positivamente este processo de ampliação temática que englobou questões como gastos com os megaeventos, corrupção e



defesa dos homossexuais. O [Império com tendência de apoio às insurgências](#), por sua vez, aborda uma única face da violência vinculada estritamente ao aparato policial. Há, também, uma defesa a respeito da amplitude e diversidade das [pautas](#). Como ponto diferencial, esta formação de grupo traz as narrativas de manifestantes conservadores, como Maia, criador do Change Brasil, o que soa contraditório frente à expectativa de posicionamento político do bloco.

O tema da violência é também abordado pelo bloco representante da [Eurásia](#), no qual é dada ênfase em uma diferenciação entre os “bons” e os “maus” manifestantes recaindo sobre os primeiros a responsabilidade por atos de vandalismo e violência. Essas mídias também abordam a amplitude das [pautas](#) trazendo o *slogan* “não é por vinte centavos” e criticam o posicionamento das “mídias hegemônicas” nacionais e, principalmente, da Rede Globo frente aos protestos. Por fim, aqueles responsáveis pela [defesa do Governo Dilma](#) posicionam-se, novamente, de forma mais neutra, apontando que a questão dos transportes é central para as manifestações e dando ênfase à fala de um ativista do MPL que anuncia a saída do movimento das manifestações em 20 de junho. Pode-se supor que havia, nesse direcionamento, uma tentativa de desmobilização dos atos.

## Espaço - táticas e estratégias de ocupação

Quadro 60 - Cartografia das categorias - Espaço - táticas e estratégias de ocupação

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>ESPAÇO</b>	<b>Táticas e estratégias de ocupação</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>As principais táticas/estratégias de ocupação do espaço relatadas por essas mídias foram: ocupar estações de metrô e interditar vias em São Paulo (06/06/2013) e interromper a circulação de ônibus (São Paulo em 11 de junho). Segundo a revista Veja (1/04/2013) os protestos eram sempre agendados em locais e horários para gerar transtornos.</p>

	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>As principais táticas e estratégias de ocupação do espaço aqui relatadas são: bloquear rodovias, ocupar as principais ruas e avenidas das cidades e percorrer longos trechos em passeata (como é o caso de Belo horizonte com deslocamentos do centro até o Mineirão), alojar-se em frente à prédios públicos, em alguns momentos de forma bastante festiva, como a sede do Governo do Rio Grande do Sul, relatada pelo G1 (27/06/2013) onde os manifestantes se instalaram, colocaram dançaram e beberam.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>As principais táticas/estratégias de ocupação do espaço citadas por este bloco foram o bloqueio de rodovias, as passeatas e a ocupação de espaços em frente a prédios públicos.</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Nestes relatos são destacadas as passeatas, a interrupção do trânsito, elementos festivos como músicas e danças e a ocupação de espaços públicos "por ocupar" (PRAVDA, 25/06/2013).</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>As táticas e estratégias mais listadas por este bloco foram: ocupação de ruas e avenidas importantes nas cidades (Avenida Paulista, por exemplo) e realização de passeatas. Destaca-se a notícia dada pelo portal EBC (21/06/2013) anunciando que "manifestantes invadiram o Palácio do Itamaraty".</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Realização de passeatas, interrupção e ocupação de ruas, avenidas e rodovias são as principais táticas citadas por todas as formações de grupo analisadas neste trabalho. O bloco **imperialista** apresenta uma conotação fortemente negativa destas ações, indicando que geravam transtornos à cidade. Já a festa como parte das ocupações foi destacada pelas formações de grupo **Império com tendências hegemônicas** e **Eurásia**.

## Espaço - ocupações urbanas

Quadro 61 - Cartografia das categorias - Espaço - ocupações urbanas

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>ESPAÇO</b>	Ocupações urbanas	<b>OCIDENTE</b>
		<b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Não foram encontradas informações.
		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b>
		<b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Cita-se, aqui, a ocupação realizada em frente a casa do Governador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro.
		<b>- Discurso de defesa insurgente</b> Tendo como principal fonte o <i>Facebook</i> , são listadas nestas mídias a ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte e o Ocupa Cabral do Rio de Janeiro.
<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações		
<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Foi citado pelo Portal EBC a ocupação realizada pelo Movimento Ocupa Cabral, no Rio de Janeiro. (EBC, 02/07/2013).		

Fonte: Elaborado pela autora.

Nem nos relatos utilizados pelos **imperialistas**, nem nos **eurasiáticos** informações sobre ocupações ganharam relevância. Nas outras formações de grupo, por sua vez, observa-se um destaque para a Ocupação da Câmara de Belo Horizonte e para o Ocupa Cabral, que se deu em frente ao prédio em que morava o ex-Governador do Rio de Janeiro - Sérgio Cabral.

## Esquerdas - sem partido

Quadro 62 - Cartografia das categorias - Esquerdas - sem partido

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>ESQUERDAS</b>	Sem partido	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Segundo estas mídias, as manifestações passam a ser vinculadas a grupos jovens, sem vinculação partidária, que se organizam via redes sociais.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Neste contexto, o modelo das manifestações é definido como apartidário e horizontal, indicando que ele seguiu ocorrendo após o fim de junho, na ocupação das escolas por secundaristas, por exemplo. A ausência de partidos políticos nas mais diversas instâncias de mobilização e a organização realizada primordialmente via redes sociais também é um destaque para essas mídias.</p>
		<p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>De forma mais crítica, estas mídias relatam uma crise da democracia representativa vivida no Brasil e vinculam a narrativa do "sem partido" à expansão do uso da bandeira nacional, e do discurso de "meu partido é o Brasil", como se houvesse um antagonismo entre estes dois elementos (partidos políticos e Brasil). Em entrevista ao Le Monde Diplomatique (13/07/2013) Gilberto Cervinski, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) demonstra preocupação com esta realidade, afirmando que a última vez que a bandeira "sem partido" foi levantada estava às vésperas do golpe militar de 1964. Assim, a relação entre o ataque aos partidos, o uso da bandeira e do hino nacional, os militares e uma possível emergência do fescismo começou a ser traçada.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO RUSSA</b></p> <p>Estas mídias apresentam narrativas contrárias à ideia do "sem partido". Há uma preocupação em marcar a diferença entre as manifestações que ocorreram até dia 17 de junho e as que seguiram a partir daí, nas quais as bandeiras dos partidos foram hostilizadas (inclusive com atitudes de violência sobre os militantes) e substituídas pela bandeira do Brasil. No dia 21 de junho o Pravda</p>

		<p>alerta que há um risco de desviar-se da luta central ao atacar os partidos. (PRAVDA, 21/06/2013). Dois dias antes, o mesmo jornal, havia realizado uma provocação à juventude manifestante que questiona os partidos sem saber que a maior parte das palavras de ordem que foram utilizadas têm origem na luta destes atores. (PRAVDA, 19/06/2013).</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Não foram encontradas informações.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com exceção da formação de grupo que estaria mais **alinhada ao governo** federal daquele momento, na qual não foram encontrados relatos relevantes sobre este ponto - o que pode indicar tanto críticas quanto questionamentos em relação aos possíveis partidos políticos envolvidos nos protestos - as demais mídias consideram as manifestações apartidárias. No caso do grupo **Império com tendência à defesa das insurgências** este elemento apresenta-se vinculado à ideia de crise de representatividade. Os **euroasiáticos**, por sua vez, se mostram preocupados com este distanciamento entre a insurgência e os partidos políticos, indicando o dia 17 de junho como o momento de virada em que os partidos passam a ser mal quistos nas manifestações.

## Esquerdas - ataques a partidos e grupos da esquerda tradicional (disputa entre esquerdas)

Quadro 63 - Cartografia das categorias - Esquerdas - ataques a partidos e grupos da esquerda tradicional (disputa entre esquerdas)

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>ESQUERDAS</b>	Ataques a partidos e grupos da esquerda tradicional (disputa entre esquerdas)	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Não foram encontradas informações</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Esta temática aparece nos relatos realizados a partir do dia 20 de junho abordando a hostilidade e até mesmo violência dos manifestantes frente aos militantes de partidos e movimentos tradicionais da esquerda. No Rio de Janeiro, militantes da CUT foram expulsos da concentração dos protestos, assim como aqueles que seguravam bandeiras do PSTU, PCB e PCdoB que foram vaiados e atacados sob brados de "o povo unido não precisa de partido". Ainda na capital carioca, membros do MST foram atacados por manifestantes. Em São Paulo, no mesmo dia, o clima ficou tenso entre militantes do PSOL, PT, PCR e PCO e manifestantes que gritavam "sem partido" enquanto os militantes respondiam com "sem fascismo". Na mesma cidade, aproximadamente três bandeiras do PT foram queimadas e uma manifestante que vestia uma blusa vermelha foi hostilizada. (UOL, 20/06/2013). Em Cuiabá, o presidente do Sindicato dos Profissionais da Área Instrumental do Governo, Antônio Wagner, considera as pautas do movimento em geral incoerentes e pouco específicas e alega que esta ideia de "o gigante acordou" é uma farsa, posto que há anos os movimentos sociais vem se organizando e lutando no Brasil.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b> Os relatos destas mídias destacam o caráter apartidário das manifestações e os ataques a militantes de esquerda, entretanto, o que mais se destaca nestas narrativas é a existência de uma disputa entre as esquerdas figurada em agressões de militantes de partidos como PSOL e PSTU ao PT. Isso fica claro em duas notícias que serão listadas a seguir:</p>

	<p>- Segundo o professor Valério Arcary, do Instituto Federal de São Paulo e membro do PSTU, o que estava ocorrendo era uma insatisfação com o modelo político, mas que os jovens conheciam exclusivamente um modo de governo do PT, associando o pensamento da esquerda a este partido e seus aliados, esquecendo que PSOL e PSTU são oposição ao PT. (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 13/07/2013)</p> <p>- Para o deputado federal e presidente do PSOL, Ivan Valente, as mobilizações marcam o fim de um ciclo. Há um descontentamento com a representatividade política que resvala até mesmo em partidos à esquerda do PT, "ainda que o caráter geral do movimento seja progressista". (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 13/07/2013).</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>As narrativas aqui contempladas se dotam de quatro elementos principais: (i) denúncia sobre a agressão sofrida pelos militantes "com bandeira" nas manifestações; (ii) enfraquecimento do PT; (iii) surgimento de novas propostas concorrentes ao petismo; (iv) e severa crítica à CUT. O ataque às bandeiras havia sido várias vezes relatado e, naturalmente, se dá sobre as bandeiras vermelhas, demonstrando que a crítica aos partidos tem um direcionamento muito específico. O enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores, por sua vez, se deu por meio de um rompimento com suas bases, de acordo com o Global Research (24/06/2013). Assim, o surgimento de concorrentes a este partido seria algo natural e, segundo Pravda (07/07/2013) teria nas figuras de Marina Silva e Joaquim Barbosa seus principais expoentes. Por fim, nesta mesma reportagem, o jornal se dedicou à atacar diretamente a Central única dos Trabalhadores, afirmando que, "vendo minimizado seu poder de barganha" pela ocorrência das manifestações, a CUT decidiu entrar "no coliseu das disputas sociais", mas sem "leões" ou "gladiadores", convidando "suas tropas", para o dia nacional de luta.</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Não foram encontrados relatos de disputas entre esquerdas nestas mídias durante o período de 2013, mas foram acessadas duas narrativas interessantes do jornal Brasil 247 do ano de 2021. Na primeira delas encontra-se a necessidade da esquerda se reerguer após as manifestações frente ao crescimento da direita. Já a segunda apresenta uma fala do ex-ministro Aldo Rebelo na qual ele destaca que não só a direita, mas também parte da esquerda - "notadamente o PSOL" -, tinha interesse em derrubar o PT e tirar a Dilma e que, por isso, houve uma aliança entre estes dois grupos durante as Jornadas de 13.</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Curiosamente, não foram encontrados relatos a este respeito na formação de grupo **Imperialista**. Por outro lado, os demais blocos anunciaram ações contra partidos e **movimentos sociais** tradicionais. O **Império com tendências hegemônicas** pontua que isso passa a acontecer a partir do dia 17 de junho.

A formação que tende à uma **defesa do governo** petista não dá grande visibilidade a este tema no ano de 2013, mas o recupera em anos seguintes sendo possível observar que, em 2021, é indicado um possível interesse do PSOL em "destruir" o PT.

## Esquerda - emergência da nova esquerda

Quadro 64 - Cartografia das categoria - Esquerdas - emergência da nova esquerda

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias	Subcategorias	Mídias
Analíticas	Analíticas	
<b>ESQUERDAS</b>	Emergência da nova esquerda	<b>OCIDENTE</b>
		<b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Não foram encontradas informações.
		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b>
		<b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Não foram encontradas informações.
		<b>- Discurso de defesa insurgente</b> Não foram encontradas informações.
		<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações.
		<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Não havendo narrativas do ano de 2013 sobre este fato, encontrou-se, em 2021, um relato no jornal Brasil 247 que afirmava que a esquerda se articulou e beneficiou com os ataques ao PT na esperança de emergir um novo protagonista entre os grupos progressistas. (BRASIL 247, 02/11/2021).

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme indicado anteriormente, alguns anos após as manifestações, a formação de grupo que, naquele momento, tendia uma **defesa do governo** petista, anuncia uma possível articulação de partidos e grupos progressistas contra o Partido dos Trabalhadores durante as Jornadas de 13. Há, em 2021, uma denúncia direta sobre o possível interesse do PSOL em



“destruir o PT”. Nas demais formações de grupo analisadas, não foram encontrados registros relevantes sobre esta subcategoria.

### Movimentos sociais - militância X ativismo

Quadro 65 - Cartografia das categoria - Movimentos sociais - Militância X Ativismo

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>Militância X Ativismo</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Nestas mídias, membros do MPL foram definidos como ativistas.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b> Nestes relatos, os manifestantes foram definidos como ativistas.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b> Em entrevista ao Le Monde Diplomatique (13/07/2013) João Pedro Stedile, diferencia os jovens ativistas presentes nas Jornadas, daqueles que participavam de movimentos partidários e se preocupavam com os rumos das manifestações.</p>
		<p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações.</p>
		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Segundo o EBC (17/06/2013) o Ministro Gilberto de Carvalho define as manifestações como uma nova forma de organização que, sem liderança, dificulta o diálogo com o poder. Sem utilizar os termos militância e ativismo ele realiza um paralelo entre os movimentos sociais clássicos e esta configuração emergente e descentralizada.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

De forma geral, as mídias colocam, direta ou indiretamente, o **levante** dentro do espectro do ativismo.

### Movimentos sociais - tipos de movimentos

Quadro 66 - Cartografia das categorias - Movimentos sociais - tipos de movimentos

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>MOVIMENTOS SOCIAIS</b>		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b> Não foram encontradas informações.
		<b>OCIDENTE</b>
		<b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b> - <b>Discurso com tendência hegemônica</b> Não foram encontradas informações.
		- <b>Discurso de defesa insurgente</b> Não foram encontradas informações.
	<b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b> Não foram encontradas informações.	
	<b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b> Não foram encontradas informações.	

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em vista que se trata de uma conceituação específica proposta pela Professora Maria da Glória Gohn e que, portanto, será muito mais explorada no âmbito teórico conceitual, não há registros sobre a utilização desta caracterização em nenhum dos relatos investigados.

## Estado - relação entre os manifestantes e o Estado

Quadro 67 - Cartografia das categorias - Estado - relação entre os manifestantes e o Estado

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>ESTADO</b>	<b>Relação entre os manifestantes e o Estado</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>Observando as narrativas deste bloco midiático, observa-se que os governos petistas, representados, nas Jornadas, pelas figuras de Fernando Haddad e Dilma Rousseff, encontravam-se mais abertos ao diálogo com os manifestantes do que os PMDBista e PSDBista Sérgio Cabral e Geraldo Alckmin. Nos relatos aqui encontrados é possível perceber que inicialmente estes dois atores posicionam-se contrários às manifestações chegando a criminalizar o MPL e a ligar os manifestantes à participantes do crime organizado (ABC NEWS 24/06/2013), enquanto os outros petistas, apesar de criticarem os atos de "violência" e "vandalismo", se colocam favoráveis ao direito de se manifestar e abertos ao diálogo com os movimentos. Haddad, afirma compreender as manifestações, pontuando que problemas da mobilidade urbana e da emissão de carbono são questões, de fato, centrais para a sociedade. (ESTADÃO, 08/06/2013). O governo brasileiro, por sua vez, se coloca ao lado da ONU e da comissão dos direitos humanos criticando o uso de força excessiva das autoridades contra manifestantes e jornalistas. (ABC NEWS, 24/06/2013).</p> <p>Além disso, Dilma se prontificou a se reunir com as lideranças do movimento e prometeu promover mudanças sociais no Brasil. Algumas propostas foram apresentadas no dia 24 de junho após reunião com membros do MPL, mas para o ABC News (24/06/2013) este movimento foi apenas uma forma de acabar com os protestos e que o pronunciamento após o encontro centrou nos avanços do governo, além de anunciar que o "Brasil gastaria US\$ 22 bilhões para expandir o transporte público", sugerir "penas mais duras para a corrupção", prometer "moderação fiscal", apresentar "a ideia de contratar médicos estrangeiros para trabalhar em hospitais públicos desgastados" e, por fim, modificar o sistema político do país, sem apresentar propostas concretas que como iria fazer isso.</p>

## OCIDENTE

### Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo

#### - Discurso com tendência hegemônica

Há alguns elementos destacados por estas narrativas que as diferenciam do bloco anterior. Inicialmente, a dificuldade de interlocução entre o poder público e os manifestantes é muito colocada, posto que a estrutura do levante acaba gerando certos entraves a esse contato, ainda que o poder público se disponha a fazê-lo. Entretanto, membros do governo seguem tentando conversar, inclusive com os *Black Blocs*, considerados o grupo mais "violento" e inacessível das Jornadas. Outro ponto muito comentado nestas narrativas é a atitude do governo de cortar os impostos cobrados sobre as empresas de ônibus, visando responder à demanda inicial dos protestos. Entretanto, em algumas cidades, como Natal, os estudantes seguiam querendo maiores reduções nas tarifas ou, até mesmo, transporte gratuito.

Segundo reportagens aqui analisadas, no dia 10 de junho, Haddad critica a violência nos protestos e apoia as ações dos policiais, mas, três dias depois, o "secretário da Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella Vieira, determinou a abertura imediata de investigações, pela corregedoria da PM, para apurar os fatos envolvendo agressões de policiais militares a manifestantes e jornalistas". (G1.com, 14/06/2013).

A análise das narrativas indica que no dia 17 de junho, a ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Helena Chagas, afirmou ao G1 que Dilma considera as manifestações "legítimas e próprias da democracia". Na mesma linha, Gilberto de Carvalho apontou que a democracia é mesmo complexa e que os jovens têm algo a dizer para os governantes que precisam ser ouvidos. No dia seguinte, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pontuou que a desoneração dos impostos realizada pelo governo possibilitaria que as prefeituras reduzam a tarifa em aproximadamente 20 centavos, o que foi possível por meio de três medidas provisórias enviadas ao Congresso Nacional: a desoneração da folha de pagamentos do transporte coletivo rodoviário (em vigor desde janeiro de 2013); a desoneração da folha de pagamentos do transporte metroviário (incluída na medida provisória 612, já em tramitação); e a isenção total de PIS/Cofins dos serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário e ferroviário (também em tramitação). (G1.com, 18/06/2013). Com isso, no dia 19 de junho, prefeito e governador de São Paulo anunciaram a redução das tarifas na capital de R\$3,20 para R\$3,00. A redução também foi anunciada pelo prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro. Entretanto, mesmo após anunciada a redução da tarifa, os manifestantes se mantiveram nas ruas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/06/2013).

No dia 20 de junho, o MPL compareceu às manifestações com a intenção de comemorar a revogação do aumento, e em seguida se despediu dos atos. Diante da continuação das manifestações, o principal desafio dos governantes se tornou entender os motivos dos protestos. Assim, no dia seguinte, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento no qual afirmou que buscaria aproveitar "o impulso" das manifestações para realizar reformas necessárias no país e, assim, anunciou três medidas: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo; a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação; e trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS. A presidente anunciou ainda que iria receber as lideranças

de diversos movimentos sociais e admitiu a necessidade de oxigenar o sistema político, impulsionando uma ampla reforma com participação popular. Além disso, é registrada a necessidade de busca por formas mais eficientes de combate à corrupção. Em relação à Copa do Mundo, Dilma afirmou que "o dinheiro do governo federal, gasto com as arenas, foi fruto de financiamentos que serão devidamente pagos pelas empresas e os governos que farão uso desses estádios. Segundo a Presidenta, ela jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação." (G1.com, 21/06/2013).

Contrapondo à estas narrativas que trazem uma tentativa do governo de responder às demandas das ruas, o The New York Times (21/06/2013) afirmou que "uma semana depois [das primeiras manifestações], o prefeito [Fernando Haddad] [...] estava enfurnado em seu apartamento enquanto dezenas de manifestantes se reuniram do lado de fora e outros quebravam janelas do prédio do seu escritório, furiosos porque ele havia se recusado a reunir-se com eles, muito menos render-se à demanda para revogar um controverso aumento da tarifa de ônibus.

No dia 24 de junho após passar o dia em reunião com prefeitos, governadores e representantes do MPL, Dilma fez novo pronunciamento propondo cinco pactos para melhorar o Brasil: (i) desoneração dos impostos sobre o diesel e investimento de 50 bilhões de reais na mobilidade urbana; (ii) realização de um plebiscito para tratar da reforma política; (iii) contratação de médicos estrangeiros para áreas remotas; (iv) ampliação de vagas nas universidades e hospitais para médicos residentes; (v) destinação de 100% dos royalties de petróleo e 50% do pré-sal para educação. Mais especificamente para a área da saúde, a presidente afirmou que a intenção era construir 800 hospitais pelo país.

No dia 10 de junho, as tarifas de transporte no Brasil foram reduzidas em 10 centavos.

#### **- Discurso de defesa insurgente**

Com menos narrativas que o bloco anterior, o que se observa, aqui, é o destaque para uma situação desconfortável em que o governo se encontrava frente às manifestações, apresentando muita preocupação. Um dos direcionamentos tomados pela Presidente seria a busca pela intensificação da democracia participativa. Além disso, foi fortemente anunciado, principalmente no âmbito dos governos locais, a denúncia sobre a violência presente nos protestos.

## EURÁSIA SINO-RUSSA

Há diversos relatos sobre a relação entre o Estado e a Sociedade Civil nesse bloco de mídias. Destaca-se, de antemão, uma crítica à violência expressa pela polícia vinculada à uma incapacidade do Estado de lidar com as manifestações (RT, 18/06/2013), bem como o silêncio expresso pelos líderes e a humilhação sofrida por Dilma diante de seu "discurso robótico" de 24 de junho. (PRAVDA, 26/06/2013). Há alguns relatos breves sobre a redução das tarifas que, ao final, além de não fazer silenciar as ruas, acabou por se defrontar com o maior contingente de manifestações no dia 20 de junho, demonstrando a frustração da população com os serviços públicos prestados e com a corrupção. (RT, 18/06/2013).

Em contrapartida, o Global Research (16/06/2013) registra uma fala da Presidente Dilma Rousseff de 16 de junho, afirmando possíveis benefícios que a Copa do Mundo poderia trazer ao país em termos de políticas públicas e de melhorias urbanas. Dois dias depois a Presidente fez um discurso expressando solidariedade aos manifestantes. (RT, 19/06/2013).

Devido à sua intensidade, o dia 20 de junho é muito relatado nestas mídias narrando que, mesmo após a redução das tarifas, o povo continua nas ruas e colocando os políticos, em destaque Dilma e Lula, como covardes que se escondem da força da multidão. (PRAVDA, 20/06/2013). Neste mesmo dia, no Rio de Janeiro, as autoridades aumentaram a força policial contra os manifestantes. (RT, 20/06/2013). No dia seguinte, a Presidente tentou conter os ânimos elogiando as manifestações - contando que ocorressem de "forma ordeira" - num discurso em rede nacional, além de prometer melhorias para a mobilidade urbana e mais investimento em saúde e educação. (RT, 21/06/2013). Estas propostas ganharam forma no pronunciamento do dia 24 de junho, quando Dilma propôs a realização do pacto de cinco medidas para a melhoria do Brasil. Criticando este momento, o Pravda (07/07) afirma que se tratou apenas de uma retórica esvaziada sobre possíveis melhorias na saúde e na educação e anunciou que o investimento proposto era bem inferior aos 10% do PIB reivindicados pelas ruas. No dia seguinte, o mesmo jornal criticou que nada foi dito a respeito da necessária redução de impostos no Brasil. "Nossa Presidente, em seu mais recente e inútil pronunciamento, foi omissa e sem sal, não conseguindo ter personalidade nem carisma para convencer mais ninguém. Tentou ser a "Dilminha paz e amor" e acabou sendo mais sem graça do que dançar com irmã ou chupar picolé de chuchu." (PRAVDA, 25/06/2013). A reportagem segue anunciando que entre as várias lições que os protestos deram ao Brasil estava a incompetência das políticas de comunicação do Governo Dilma. Questão que tentou ser resolvida no dia 01 de julho, quando a Presidente anunciou que manteria maior contato com a mídia, deixando a população mais informada. (PRAVDA, 08/07/2013). Os relatos que seguem - dos dias 04 e 07 de junho - se colocam, novamente, a anunciar o silêncio de Dilma.

		<p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Este bloco midiático também em muito se dedicou à análise entre as relações entre o Governo e a sociedade civil no âmbito das Jornadas de Junho de 2013. Como não poderia ser diferente, o destaque destas narrativas é a tentativa (e dificuldade) do governo de dialogar com os manifestantes, sempre pontuando a legitimidade dos atos em um cenário de democracia. Neste sentido encontra-se a abertura para reuniões, a redução das tarifas e a proposta do pacto de cinco medidas para melhoria do Brasil. No dia 17 de junho, o ministro Gilberto de Carvalho, além de elogiar o cunho democrático dos atos, anunciou que estava percebendo avanços no diálogo com os manifestantes após um impacto inicial e que as ações violentas da polícia podem ser entendidas como um incidente que não iria mais se repetir. Segundo ele, naquele momento, havia uma perspectiva de resolução da questão de forma democrática e não por meio do conflito. (EBC, 17/06/2013). Entretanto, o que se observa não é isso. O Brasil 247 (23/06/2013) pontua que o recuo do aumento das passagens não foi suficiente para tirar as massas das ruas. Desta forma, a Agência Brasil (24/06/2013) anuncia que, surpreso com a intensidade dos movimentos, o governo federal lançou cinco pactos para melhoria do Brasil. Estes pactos se davam no âmbito da mobilidade urbana, saúde, educação e pela reforma política. Esta última que seria viabilizada por meio de um plebiscito, ampliando a participação popular nas decisões governamentais. (AGÊNCIA BRASIL, 31/012/2013). No dia 03 de junho, segundo o mesmo veículo de informação, o governo anunciou uma agenda de reuniões com os movimentos populares. Destaca-se, ainda, o Programa Mais Médicos como uma das principais bandeiras do governo, visando levar melhores condições para regiões mais remotas. É importante ressaltar o pronunciamento da Presidente do dia 21 de junho, quando Dilma elucidou que os gastos com a Copa do Mundo não foram realizados com a verba destinada à saúde e educação, mas com financiamentos de bancos oficiais, como o BNDES. (AGÊNCIA BRASIL, 21/06/2013).</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

De antemão, destaca-se a ocorrência massiva de relatos sobre esta temática na maioria das formações de grupos analisadas. Apenas a formação de grupo do [Império com tendência à defesa das insurreições](#) apresenta poucas narrativas sobre esta categoria (o que parece bastante simbólico) destacando sempre uma dificuldade de diálogo entre governo e manifestantes.

Pronunciamentos de Dilma e algumas falas de Fernando Haddad aparecem em todos os blocos midiáticos, entretanto, observa-se que o bloco da [Eurásia](#) critica severamente as falas presidenciais e o silêncio das principais lideranças nacionais, incluindo o ex-Presidente Lula, considerado um “covarde”. Além disso, para esse grupo, as medidas tomadas como respostas às manifestações são relegadas a uma tentativa de silenciamento das ruas, tendo destacada a sua ineficiência frente às demandas.

Já a formação de grupo que tende a [defesa das ações do governo](#) petista, enfatiza sobremaneira as inúmeras tentativas de diálogo realizadas por lideranças como Dilma, Haddad e Gilberto de Carvalho sempre pontuando o caráter democrático das manifestações, bem como

as diversas medidas tomadas pelo governo federal visando atender as demandas da população não apenas em relação aos transportes, mas também à saúde, educação, corrupção e estrutura política nacional.

## Desdobramentos

Quadro 68 - Cartografia das categorias - Desdobramentos

JORNADAS DE JUNHO DE 2013		
Categorias Analíticas	Subcategorias Analíticas	Mídias
<b>DESDOBRAMENTOS</b>	<b>Desdobramentos</b>	<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Imperialismo Neoconservador Nacionalista Nativista</b></p> <p>De acordo com a Revista Veja (02/02/2022) Lula apagou da história as manifestações de junho de 2013 afirmando que a saída da Presidenta Dilma em 2016 foi muito pior para o país. Entretanto, a revista afirmou que esta seria uma tentativa de Lula de mascarar a incompetência de Dilma.</p>
		<p><b>OCIDENTE</b></p> <p><b>Império Progressista Transnacional Globalista - Atlantismo</b></p> <p><b>- Discurso com tendência hegemônica</b></p> <p>Três elementos são pontuados por estas mídias: (i) o legado de 2013 foi a população passar a debater política; (ii) pouco do que foi reivindicado em 2013 não saiu do papel; (iii) as manifestações foram cooptadas pela direita, o que levou a alguns desdobramentos como o crescimento do pensamento deste grupo no cenário nacional.</p> <p><b>- Discurso de defesa insurgente</b></p> <p>Foi encontrado apenas um relato sobre os desdobramentos de 2013 realizado ainda no ano dos protestos. Este afirmava a dificuldade de prever as repercussões que as Jornadas ainda teriam, mas via com olhos positivos "o resgate das forças das ruas". (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 13/07/2013).</p> <p>Em 2014, a Carta Capital (03/10/2014) questionou se, um ano após os protestos, o sentimento de mudança foi superestimado ou se a fatura ainda estaria à caminho.</p> <p>Dois anos depois, Jessé de Souza viu nas Jornadas de 2013 a semente para o <i>impeachment</i>,</p>



		<p>quando foi montada uma base de classe média que se dizia povo. Segundo o sociólogo, o <i>impeachment</i> tem um caráter pseudodemocrático visto a ausência da soberania popular. (THE INTERCEPT BRASIL, 01/09/2016).</p> <p>Ainda em 2016, o Open Democracy (06/04/2016) anunciou que as Jornadas de 2013 eram negadas pela ampla maioria dos manifestantes, estejam eles no espectro político da direita ou da esquerda.</p> <p>Dois anos depois, o Le Monde Diplomatique Brasil (20/06/2013) anunciou que as manifestações produziram uma crise das funções gerais do governo, que levou à adoção, pelo Estado, de medidas antagônicas ao modelo de desenvolvimento dependente. Ainda nesta reportagem, os protestos foram colocados como parte ativa do Golpe da Presidente Dilma. Entretanto, não se assume uma relação direta entre protestos e o Golpe, mas argumenta-se que as diferentes reações e estratégias dos partidos políticos frente às manifestações acabaram direcionando a este trágico fim. O jornal criticou, então, tanto a revitalização do lulismo-petismo, quanto a ofensiva neoliberal conservadora que, segundo esta análise eclodiram do movimento de 13.</p> <p>Nesta mesma linha, agora em 2023, o jornal anunciou que, apesar das Jornadas terem contribuído com a instabilidade do governo Dilma, o que a derrubou foi "não cumprir a contento o aprofundamento da agenda neoliberal que estava sendo imposta pela burguesia nacional naquele momento." (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 23/01/2023).</p> <p><b>EURÁSIA SINO-RUSSA</b></p> <p>Como desdobramentos das manifestações listados por estas mídias ainda durante o ano de 2013, foram destacados os seguintes itens: (i) vitória parcial - revogação do aumento das tarifas do transporte público em várias cidades do país; (ii) queda da popularidade da presidente Dilma; (iii) queda aprovação do governo Dilma; (iv) lançamento do "programinha compensatório Minha Casa Melhor" (PRAVDA 04/07/2013); (v) reinserção da política no debate de milhões de brasileiros.</p> <p><b>DEFESA DO GOVERNO DILMA</b></p> <p>Não são encontrados relatos sobre os desdobramentos do ano de 2013. Entretanto, destaca-se que, em 2021 uma crítica ao posicionamento de parte da esquerda ao tentar discernir as manifestações de 2013 e o Golpe de 2016. Argumenta-se diante disso, a queda da aprovação do governo Dilma durante o mês de junho daquele ano (BRASIL 247, 13/06/2021).</p>
--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Há uma sensível diferença entre os **desdobramentos** indicados ainda em 2013 e aqueles que vêm sendo apontados com o passar dos anos. No contexto dos protestos, há três elementos que podem ser destacados como positivos: (i) a população passa a debater política com mais frequência e intensidade (**Império com tendências hegemônicas**); (ii) a força das ruas é resgatada (**Império com tendências insurgentes**); (iii) há uma vitória sobre a demanda dos transportes mediante a anulação do aumento das tarifas (**Eurásia**). Entretanto, o **Império com defesa hegemônica** indica, anos após a insurreição, que pouquíssimo do que foi reivindicado pelas ruas saiu do papel. A queda da popularidade do governo Dilma e a relação direta com o Golpe de 2016, são elementos citados respectivamente pelos **euroasiáticos** e aqueles que apresentam

narrativas mais próximas aos interesses do governo petista. Essas narrativas também são apresentadas pela formação de grupo do **Império insurgente** que, por um lado, acusa que os protestos não tinham caráter popular, indicando sua aproximação com grupos conservadores e, por outro, indica de forma negativa um ressurgimento do lulo-petismo alguns anos após o **levante**. Por fim, a formação de grupo dos **imperialistas**, anuncia um possível fim das Jornadas de Junho, mediante a eleição de Lula em 2022 e seu pronunciamento de que as manifestações daquele ano não haviam trazido nenhum benefício para o país.

A seguir, será realizado um breve apontamento sobre observações gerais advindas desta cartografia.

De antemão, é preciso salientar que apesar da repetição de grande parte dos relatos, existem narrativas que são divergentes entre os grupos, e, vez ou outra, dentro do próprio bloco, o que faz emergir controvérsias expostas de forma específica nas análises de cada subcategoria, mas que também gera inquietações no que tange um olhar mais genérico frente à cartografia. Inicialmente, observou-se que as hipóteses de tendência narrativa entre os grupos **Império** (dois casos) e **Imperialismo** foram confirmadas. Apesar de não apresentarem diferenças muito latentes, há uma tendência progressista no primeiro e conservadora no segundo. Destaca-se, entretanto, que esse tom progressista, no caso do **bloco com tendência hegemônica**, passa a ser mais contundente em meados de junho, quando, de acordo com Gohn (2014a), há uma virada no perfil da mídia que se põe ao lado das manifestações e passa a ditar parte de suas **pautas**, dando ênfase a questões como a corrupção, por exemplo. Nesse momento, a narrativa da violência, constante em todo o processo, também passa por uma transformação. Se anteriormente os manifestantes eram generalizados como vândalos, essa crítica começa a se assentar sobre uma minoria mascarada ou, mais especificamente, sobre os *Black Blocs*. Observa-se, neste sentido, que, no grupo do **Imperialismo**, ainda que com uma distinção entre quem praticava a violência e quem estaria nas manifestações de forma pacífica, há acusações mais latentes e profundas aos atos de vandalismo.

Aqueles que fazem parte do **Império com tendências insurgentes**, por sua vez, trazem ponderações em relação às contundentes denúncias sobre o “suposto vandalismo”, apontando a realidade brasileira e o próprio **Estado**, como violentos. Nesse sentido, destaca-se uma tendência a maior aprofundamento na análise proposta por este bloco. Apesar de uma clara defesa dos manifestantes e suas ações desde o início do processo, as narrativas presentes tendiam a complexificar um pouco mais as questões levantando controvérsias. Em alguns casos elas se assemelham muito àquelas proferidas por autores com tendência a um pensamento progressista

que tem sido amplamente utilizados neste trabalho a exemplo de Cava (2013), Cocco (2014), Gohn (2014a), e outros.

Pensando a respeito das **mídias imperiais** e a sua subdivisão proposta, observa-se algo bastante interessante: se comumente esses blocos são colocados como opostos radicais (hegemônicos X alternativos), o que se observa aqui é que suas narrativas não se destoam tanto quanto o que era esperado. Há sim, momentos de divergência e algumas características específicas de linguagem e níveis de aprofundamento que certamente se relacionam com o público alvo, mas, de forma geral, é possível encontrar mais aproximações que diferenças entre suas narrativas. Questiona-se, então, a pertinência em insistir na polarização entre “alternativas e hegemônicas” ou se não seria mais pertinente complexificar essa análise pensando que há pontos de disputa e de aproximação. Seria válido pensar que a dicotomia quase invariavelmente se apresenta como uma ferramenta falha de análise, sendo necessário sempre buscar complexificá-la?

Voltando aos comentários sobre os grupos midiáticos, ressalta-se que grande surpresa aparece em relação ao bloco **Eurasiático**. Se antes, mediante a análise **geopolítica**, esperava-se uma maior defesa da Presidenta Dilma devido aos alinhamentos realizados pelos governos petistas com o Sul-Global e a formação do BRICS, o que se encontra é uma série de acusações contra esse governo no sentido de que houve uma grande abertura para o neoliberalismo durante as gestões Lula e Dilma. Nesse sentido, surpreendentemente, e indo de encontro à declaração de Fernando Haddad em entrevista à Revista Piauí (2017)<sup>310</sup> onde afirma que “bem mais tarde, eu soube que Putin e Erdogan haviam telefonado pessoalmente para Dilma e Lula com o propósito de alertá-los sobre essa possibilidade” - de uma investida externa no Brasil por meio das manifestações - observa-se um posicionamento geral dos canais eurasiáticos de apoio aos protestos.

---

<sup>310</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2023.

Volto a 2013, de onde parti, para enfrentar a pergunta fundamental se quisermos entender os últimos anos e a situação atual do país: como explicar a explosão de descontentamento ocorrida em junho daquele ano, expressa na maior onda de protestos desde a redemocratização? O desemprego estava num patamar ainda baixo; a inflação, embora pressionada, encontrava-se em nível suportável e corria abaixo dos reajustes salariais; os serviços públicos continuavam em expansão, e os direitos previstos na Constituição seguiam se ampliando. Cabem, ao menos, três reflexões a respeito de 2013: sobre as classes médias, sobre a polícia e sobre as redes sociais. (...) Durante os protestos de 2013 no Brasil, a percepção de alguns estudiosos da rede social já era de que as ações virtuais poderiam estar sendo patrocinadas. Não se falava ainda da Cambridge Analytica, empresa que, segundo relatos, atuou na eleição de Donald Trump, na votação do Brexit, entre outras, usando sofisticados modelos de data mining e data analysis. Mas já naquela ocasião vi um estudo gráfico mostrando uma série de nós na teia de comunicação virtual, representativos de centros nervosos emissores de convocações para os atos. O que se percebia era uma movimentação na rede social com um padrão e um alcance que por geração espontânea dificilmente teria tido o êxito obtido. Bem mais tarde, eu soube que Putin e Erdogan haviam telefonado pessoalmente para Dilma e Lula com o propósito de alertá-los sobre essa possibilidade. (...) Tenho para mim que o impeachment de Dilma não ocorreria se não fossem as Jornadas de Junho. (HADDAD, 2017, não paginado).

Além disso, é preciso destacar certa dificuldade de acesso às mídias desse bloco (eurasiático). Apenas no RT, no Pravda<sup>311</sup> (russos) e no Global Research (canadense, mas com um discurso pró-eurásia) foram encontradas informações a respeito do levante brasileiro. Alguns dos canais buscados não tinham acesso liberado - como é o caso do Sputnik, que havia sido proibido no Brasil no momento de realização dessa etapa da cartografia - e outros não noticiaram nada sobre as manifestações - como todos os chineses a que se teve acesso. Fato que fez emergir um questionamento sobre o posicionamento da China frente ao que acontecia no Brasil. Considera-se o silêncio da mídia daquele país algo de grande relevância e supõe-se que a postura neutra poderia, de alguma forma, se contrapor aos intensos ataques advindos dos noticiários russos, apesar de não haver nenhuma defesa direta de Dilma e seu governo. Dentre os mistérios chineses, o silêncio se faz constantemente presente.

A fragilidade da defesa brasileira extrapola as fronteiras orientais e se assenta sobre o próprio território nacional. Nem mesmo o grupo formado por mídias e relatos vinculados ao governo federal e sua defesa se mostrou ativo no que tange a defesa dos interesses do governo Dilma, pelo contrário o que se observou foi uma (intrigante) defesa apática ao longo de toda a investigação. Por que o governo se defendeu tão pouco naquele contexto? Por que optou por contrapor-se aos ataques apenas anos depois - quando já havia sido golpeado? Naquele momento, o que se observa das forças e parceiros governamentais é uma incômoda postura de

---

<sup>311</sup> O Pravda é aquele que possui mais informações, tendo sido a base utilizada para a realização do banco de dados a respeito das narrativas advindas desse bloco.

ponderação sobre os acontecimentos que tende a legitimar os atos e despeito do supracitado aviso proferido tanto por Putin quanto por Erdogan.

Por outro lado e como forma de defesa, apesar do tom de pacífico, há vários relatos sobre pontos positivos realizados durante a gestão do PT, bem como destaque para as tentativas de diálogo e soluções buscadas pelos membros dos governos de Dilma e Haddad demonstrando uma postura que tende ao positivo e não a negação. Seria essa uma estratégia frustrada do governo a fim de não inflamar os atos?

Frente a essa análise é possível perceber a existência de um antagonismo latente aos governos petistas e à imagem da Presidenta de forma quase generalizada (com exceção do último grupo, é claro, que apesar da apatia ainda mostrava-se pró-governo), o que leva a pensar na possibilidade de existência de uma articulação global que atua nos moldes de uma dupla pinça (ou múltipla pinças), ou seja, “de cima para baixo” e “de baixo para cima” fazendo uso de diferentes blocos e linguagens midiáticas em favor de seus interesses - expressos, nesse caso, pela queda da Presidenta. Independentemente das contradições e mudanças de narrativas observadas - e até mesmo de uma suposta neutralidade ao trazer, por exemplo, falas de membros do governo e alguns dados positivos - o que se tem, majoritariamente, é um movimento amplo de críticas que acomete os [canais conservadores](#), os [progressistas](#) e os [eurasiáticos](#) (esses com um pouco mais de intensidade, na maioria das vezes).

Por fim, pensando no método desenvolvido e nos resultados obtidos, observa-se que, a despeito das pontuações realizadas anteriormente, poucas respostas foram obtidas a partir dessa estratégia de sobreposição das narrativas midiáticas. Ou seja, o dispêndio energético realizado nesse processo acabou não alcançando a amplitude e complexidade esperada de resultados. Obviamente, foi pertinente enquanto intento, principalmente pelo fato de confrontar mídias ter se tornado uma das principais estratégias de análise de eventos na atualidade. Percebeu-se, mediante a realização desse gesto cartográfico que, seguir os atores, pode ser mais interessante e elucidativo que categorizar e analisar as mídias - tal como o que vem sendo amplamente proposto pelo *Grupo de pesquisa Indisciplinar* em suas investigações.

### **9.2.3 13 de junho de 2013: outras cores nas ruas**

Um ponto fundamental que fica muito claro tanto na percepção teórica, quanto na cartografia das mídias é que a partir de 13 de junho, há uma narrativa latente virada nos protestos e suas [pautas](#). Apesar da ironia na dupla repetição do número 13 nessa data, seria, justamente a partir daí, que se consolidaria a latente oposição entre as Jornadas e o governo Dilma ou, mais

amplamente, o Partido dos Trabalhadores. Supostamente, entre os dias 13 e 20 daquele mês estaria sendo gestado esse novo momento das manifestações que deixa de lado as **pautas** urbanas e de mobilidade, se apoiando na luta anticorrupção como a principal causa a ser defendida. Nesse momento, novos atores entram em cena configurando a luta<sup>312</sup>. Assim, dedica-se o início dessa seção a uma apresentação a respeito das principais características dos manifestantes que ocuparam as ruas em 20 de junho de 2013 segundo pesquisa realizada pelo DataFolha<sup>313</sup>. (QUADRO 69).

**Quadro 69 - Pesquisa DataFolha 20 de junho de 2013 - São Paulo**

PERFIL DOS MANIFESTANTES	
Idade predominante	14 a 24 anos (63%)
Grau de escolaridade	43% curso superior, 49% ensino básico completo e superior incompleto. Apenas 8% tinham apenas o ensino básico incompleto.
Trabalho	76% trabalhavam e 52% estudavam.  *há uma inversão nesses dados em relação aos do início das manifestações, não havendo um perfil majoritariamente de estudantes.
Renda familiar	23% mais de 10 salários mínimos, 26% entre 5 e 10 SM. Até 2 SM contam apenas 15%.  *Isso nos leva a inferir que os mais pobres não estavam presentes neste dia dos atos.
Motivação para manifestar	O transporte público - 37,6%; ambiente político - 29,9%; direitos e democracia - 0,6%.
Divulgação das manifestações - Por onde souberam?	Facebook - 62%; Outros canais online - 29%.

<sup>312</sup> Desde o início do levante, com os atos do MPL, os atores que vão às ruas em muito se distinguem daqueles que compunham os movimentos sociais clássicos e novos, conforme indicado na seção 6.1.2 *Os movimentos sociais e sua reconfiguração a partir da queda do Muro de Berlim*. Tratava-se da nova conformação do Terceiro Setor e da relação entre sociedade, Estado e capital como debatido no no platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional* desta tese. Entretanto, o ponto de virada marcado no supracitado texto, pode ser um indício de um aprofundamento e um tensionamento ainda maior nessa relação, por meio da imersão nos atos de AHC e AHI diversos e, até então, ausentes da cena pública dos protestos. Inicia-se, assim, um possível momento de intensificação nas disputas entre capital financeiro internacional e Estado tendo como pivô o Terceiro Setor e seus representantes nas ruas.

<sup>313</sup> Esta pesquisa foi realizada no dia 20 de junho de 2013 com 2002 pessoas (metade homens, metade mulheres) sendo 36% em São Paulo.

Divulgação das manifestações -Você divulgou?	75% dos entrevistados convidaram outros amigos pelas redes sociais.
Relação com a violência	66% consideravam que as depredações realizadas pelos manifestantes não se justificavam; 57% considerava que a polícia agiu com muita violência.
Interesse por política	61% afirmaram ter grande interesse; 28% disseram ter médio interesse.
Relação com políticos, partidos e sindicatos	83% não se sentem representados por nenhum político; 86% não se sentem representados por nenhum partido; 96% não eram filiados a partidos políticos; 86% não eram filiados a sindicatos, entidades de classe ou entidades de estudantes.
Corrupção	82% afirmaram que não votariam em candidatos corruptos.
Redução das tarifas	46% consideravam que o governo deveria arcar com os custos da redução das tarifas; 29% atribuíam essa obrigação aos empresários.
Resultados	94% dos participantes consideravam que as manifestações promoveriam mudanças reivindicadas.

Fonte: DataFolha 20/06/2013 adaptado pela autora.

Nos dias 17 e 20 de junho as ruas encontravam-se incontestavelmente mais cheias e a violência policial era amplamente noticiada pelas mídias. Neste contexto, outras “reivindicações foram convocadas e os protestos assumiram a bandeira da luta por direitos civis.” (GUTERMAN, 2017, p. 137-138). Além do ineditismo da presença agora mais marcante de bandeiras e camisetas do Brasil, as **pautas** se ampliaram significativamente e, às temáticas de saúde e educação (a mobilidade urbana já não era algo central), foram acrescentados temas como crise de representatividade, antipartidarismo, corrupção, investimento nos megaeventos dentre outros. Havia até mesmo pedidos de intervenção militar e *impeachment* da Presidenta. Assim, enquanto alguns já anunciavam o Golpe de 2016 como um possível **desdobramento** dos protestos, outros desejavam “hospitais padrão Fifa”, mas votariam para a reeleição de Dilma. Havia, ainda, aqueles que se reuniam simplesmente para vivenciar uma suposta festa democrática onde se servia de Champagne a balas de borracha.

Seria essa a diversidade composta pelo encontro de singularidades que compunha a aposta multitudinária de Hardt e Negri (2014; 2012)? Temo que não.



Essa aparente mudança no perfil das manifestações é muito simbólica e é entendida, por alguns autores, como a consolidação de uma guinada conservadora dos protestos. As cidades, como **espaço** potente de luta, se tornaram, ao longo de 2013, cenários de disputa ideológica que contavam, inclusive, com retaliação da presença de grupos da **esquerda** clássica, conforme indicado na cartografia das categorias. Toledo (2014, p. 42) lembra que desde o início do **levante**, entre euforia e medo, houve denúncias sobre algumas ausências naquela marcha multitudinária: “falta de consciência política, militância (ou militantes), **pautas**, bandeiras, partidos, enfim, todos aqueles aparatos e marcas das tradicionais campanhas”, mas para o autor, era evidente que sempre haveria ausências elas não se apresentavam como pontos notadamente críticos daquele contexto.

Como representantes tradicionais de grupos progressistas, estavam alguns jovens de “partidos menos expressivos como o PSOL, o PSTU e o PCO”. Já a União Nacional dos Estudantes (UNE), representada, naquele ano, pelo PCdoB, se ausentou junto à maior parte da juventude do PT, mas a Anel esteve muito presente. Os **movimentos sociais** que mais apareceram foram os pouco conhecidos *Movimento para Todos* e *Juntos!*, além de coletivos anarquistas (*Black Blocs*, *Anonymous*, *Kaos*, *Fag*, *Utopia* e *Luta*, *Resistência Popular*, etc.) presentes por trás de máscaras ou não. Apesar da ausência de movimentos que costumavam realizar protestos na porta de órgãos governamentais, com o uso de suas bandeiras e camisetas, como a CUT e o MST, “o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto marcou presença em junho (...)”. (GOHN, 2014a, p. 43). Destaca-se, também, a participação de alguns punks, além de skinheads e outros coletivos não conhecidos internacionalmente, muitos deles voltados à **pauta** urbana, como os supracitados MPL, Fora do Eixo e Tarifa Zero. (GOHN, 2014).

Segundo Cava (2013, p.19-20), era a primeira vez na história do Brasil que ocorriam protestos massivos em meio a um **governo** de **esquerda** na esfera federal. “Eu não conhecia ninguém, um bom sinal.” Assim o autor define seu sentimento frente a um público tão distante dos “velhos rostos” que costumava encontrar em **espaços** militantes. Havia “muitos jovens na faixa dos 20 anos, e também secundaristas, adolescentes encapuzados de quinze, dezesseis anos. Um número grande de mulheres, possivelmente a maioria.” (CAVA, 2013, p. 29). Apesar de anunciar uma vasta investida (e porque não dizer tomada?) das ruas pela “extrema direita”, para o autor, o possível “fracasso” da velha esquerda não significaria um fracasso de toda a **esquerda**, mas daquele modelo, ou, ainda, uma necessidade de reinvenção deste modelo. (CAVA, 2013, p. 43).

Nunca o PT havia estado de forma tão acintosa de um lado contrário à multidão. E não se tinha dúvidas de que aquelas marchas se posicionaram contra o **governo** Dilma, o PT e, de forma



mais geral, a **esquerda** tradicional brasileira, o que fica claro com a rompanete queda dos índices de aprovação da Presidenta que foram de 57% para 30% (DataFolha, 29/06/2013). Em outubro daquele ano, sua popularidade estava em 38%, quase 20 pontos abaixo de maio e 22 pontos abaixo de seu pico (70% em 2011). As eleições de 2014, que anteriormente não careciam de preocupação, passaram a ser um incômodo para aqueles que ainda apoiavam a manutenção do PT no poder. (CAVA, 2013).

Ao narrar, como em um diário, sua perspectiva sobre os atos, Cava (2013), que inicialmente encontrava-se animado com o caráter multitudinário das manifestações, passou a ponderar com maior intensidade a forma como deveria se portar a partir de uma suposta guinada “à direita” dos protestos. Em relato, o autor afirma que considerava inadequado se opor aos símbolos nacionalistas e slogans anticorrupção<sup>314</sup> que tomavam, cada vez com mais força, as ruas, já que poderia ser exatamente a postura desejada pela “extrema direita” que se portava como “um bom manifestante”, ou seja, bem comportado, apartidário e apolítico. O típico “cidadão de bem” contrário à corrupção. “O golpe é para que tudo continue o mesmo, sequestrando a disputa para o plano abstrato da moral, onde o cidadão de bem triunfa contra o vagabundo, o vândalo e o esquerdista. Eles estão aparelhando os protestos, sim, e precisamos agir rápido<sup>315</sup>.” (CAVA, 2013, p. 42).

Assim, a **pauta** anticorrupção toma a cena das manifestações com alto índice de apoio da mídia e, indubitavelmente, dotada de incoerências e controvérsias. Sabe-se, desde Maquiavel, que a corrupção é elemento não só presente na política, mas central para o seu funcionamento e que, de acordo com Hardt e Negri (2014) tem sua função aprofundada no contexto imperial. Segundo os autores, no **Império** a corrupção está em toda parte, sendo sua pedra angular e estando presente nos mais diversos tipos de **governo** e expressão de força. A corrupção reside na imanência e se espalha ocupando todos os lugares da composição imperial, sendo, para os autores, o “puro exercício do comando.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 414). “Pela corrupção, o poder imperial estende uma cortina de fumaça sobre o mundo e o comando da multidão é exercido nessa nuvem pútrida, na ausência de luz e de verdade.” (HARDT; NEGRI, 2014, p. 412). Não se trata, obviamente, neste texto, de uma defesa de sistemas corruptos e nem mesmo de uma

---

<sup>314</sup> Vale questionar se postura de não contestação aos slogans, manifestantes e pautas da extrema direita que emergiam nas ruas, apesar de justificada, realmente se configuraria uma melhor opção naquele momento em que havia uma possibilidade de disputa pelas ruas.

<sup>315</sup> Apesar de afirmar que a ação direta de oposição ao domínio da direita das manifestações, o autor atesta aqui a necessidade de uma ação rápida sobre o que estava ocorrendo, porém não descreve qual seria essa ação. Como a esquerda poderia se munir e atuar frente a este possível aparelhamento? Trata-se, realmente, de um aparelhamento? Algo que vem depois como cooptação?

pacificidade a respeito desta tal “cortina de fumaça”, apenas pretende-se destacar que, mediante a inerência observada entre poder e corrupção, a propagação massiva e esvaziada de um discurso anticorrupção aparece como uma ferramenta muito estratégica não só de produção de narrativa e de **subjetividade**, mas também de dissidência. Da mesma forma que para manter seu controle, o **Império** se vale de putas legítimas, como a paz, esvaziando-as e utilizando-as em favor da guerra, a anticorrupção pode, também, adentrar o seio da **subjetividade** multitudinária ampliando, significativamente a fumaça que impede a visão e, em seguida, se reproduzir em ainda mais corrupção.

Na esteira dessa **pauta**, se intensifica uma crítica à política como um todo e, principalmente, aos partidos clássicos (majoritariamente aqueles dos campos socialista e progressista). Conforme pode ser visto no documentário *Retrato nº1 o povo acordado e suas mil bandeiras*<sup>316</sup> de Edu Yatri loschpe (2013), a intolerância às bandeiras tradicionais chegou a um extremo. Enquanto uma mulher de meia idade, em primeiro plano, apresenta sua trajetória de luta agarrada à bandeira do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ouve-se ao fundo homens bradando contra seu direito de representar, naquela manifestação, a luta que sempre carregou, simbolizada em seu partido. Sob críticas de “proveitadora”, a mulher que personifica a “**velha esquerda**” e que aparentemente, não cabe na “multidão” brasileira, manteve-se firme. Porém não é certo que o mesmo ocorreria com os **movimentos sociais** e grupos que representavam a luta tradicional brasileira.

Da ausência da “velha” **esquerda** nas ruas que, negavelmente, dizia muito em seu silêncio, migrou-se para a disputa e a intolerância. Se inicialmente invisíveis, com o passar do tempo, aquilo que pode-se definir enquanto **esquerda** clássica, dotada de seus símbolos tradicionais de luta, se moveu no sentido de ocupar e reivindicar sua parte, porém, aparentemente, teria sido ou tarde demais, ou inevitavelmente frustrante. Bandeiras quebradas sob os gritos de *sem partido* marcaram a construção de um cenário jamais visto nas manifestações brasileiras. O **espaço** que desde o início já era marcado pelos símbolos e **subjetividades** de uma “nova **esquerda**” - que, muitas vezes, opta pelo roxo e amarelo em detrimento do vermelho e que traz a luta identitária à frente das **pautas** de classe - foi sendo progressivamente ocupado uma parcela aparentemente conservadora, mas potencialmente fascista, que encontrava-se tímida desde o fim da ditadura militar.

Houve, por parte dos movimentos clássicos, uma tentativa de mobilização em torno de outras **pautas** e protestos, como a convocação de centrais sindicais para o Dia Nacional de

---

<sup>316</sup> Disponível em: <https://embaubaplay.com/catalogo/retrato-n-1-povo-acordado-e-suas-mil-bandeiras/>. Acesso em 31 de dezembro de 2021.

Mobilização, em julho. Entretanto, a adesão e o impacto sobre a população foram muito pequenos se comparado com a intensidade das manifestações no mês anterior (GOHN, 2014a, p.10). Assim, a “velha” **esquerda**, apartada de seu território próprio de luta, passou a dissipar-se para as periferias ou, até mesmo, a enclausurar-se em pequenos **espaços**, deixando os grandes centros, locais de maior visibilidade midiática, tomarem-se por pedidos de *impeachment* e até mesmo discursos pró ditadura militar.

No que tange o diálogo com o **governo**, destaca-se, que, a partir de julho, Dilma reforça a **comunicação** com os **movimentos sociais**, entretanto, essa articulação tende a se limitar ao grupo dos movimentos clássicos. Gohn (2014a, p. 80-81) pontua que este contato se deu com os mesmos grupos em que o diálogo já ocorria ao longo dos últimos dez anos - ou seja, os movimentos rurais, as centrais sindicais, e os novos **movimentos sociais**, como aqueles representados pelas mulheres, pelos LGBTQIAPN+, pelos indígenas, pelos afrodescendentes, etc - não caminhando em direção aos novíssimos movimentos. Entretanto, apesar dessa afirmação soar pouco receptiva por parte do **Estado** ou, até mesmo, indicar uma leitura equivocada do contexto das manifestações, observa-se que a própria composição e estrutura dos novíssimos movimentos é traçada de modo a dificultar ou até mesmo inviabilizar estas aproximações.

Dentro desse movimento, o que se observa são grupos conservadores ocupando o que, anteriormente, não fazia parte do seu léxico político: as ruas brasileiras. Em 2014 as manifestações significativas em escala nacional eram, então, tomadas por verde e amarelo e ilustradas por grandes patos que, apesar de aparentemente pouco significativos, representavam o meio de um caminho já traçado em direção a um Golpe de **Estado**.

### **9.3 Cartografia dos principais atores humanos coletivos que compuseram as Jornadas de Junho**

Posto que as insurgências de 2013 foram marcadas pela presença de coletivos que vinham se articulando ao longo da primeira década dos anos 2000, esta seção se dedica à realização de uma cartografia de parte destes movimentos. A seleção de quais serão os abordados, foi realizada tendo como base o referencial teórico utilizado nesta Parte da tese e a cartografia das mídias realizada anteriormente. Aqueles grupos que se destacaram nestas narrativas serão apresentados de forma breve nesta seção buscando compreender, possíveis interlocuções entre seus atores, a presença de referências, as principais táticas, uma possível

formação de rede e, quando possível, o financiamento por eles recebido. Destaca-se, desta forma, a possibilidade de acrescentar uma nova camada à cartografia das categorias realizada anteriormente, bem como à base teórica que atravessou todo este platô.

#### **a) MPL**

O Movimento Passe Livre (MPL) foi criado oficialmente em Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial de 2005, mas tem suas origens em eventos anteriores como as manifestações de Salvador em 2003, Floripa de 2004 e o ativismo no Centro de Mídia Interdependente (CMI). A maior parte do grupo é formada por jovens entre 16 e 29 anos e o coletivo não pode ser considerado de classe média, pois realiza trabalho de base nas periferias angariando novos membros. (GOHN, 2017, p. 33). A filiação ocorre mediante participação nas reuniões semanais e em palestras de formação ofertadas pelo próprio coletivo. “Também não pode ter muita cara de playboy, senão a gente desconfia ser policial infiltrado”, diz Érica de Oliveira, 22 anos, estudante de História da USP e membro 'orgânico' do Passe Livre. (GOHN, 2014a, p.48-49).

Segundo definição do próprio site trata-se de um movimento horizontal, independente e apartidário, mas não antipartidário. A autonomia do coletivo não se constrói apenas na negação da relação com partidos políticos, mas também com ONGs, instituições religiosas, financeiras, etc. Portanto, o movimento alega se construir sem nenhum financiamento advindo desses grupos, tampouco de fundações. A sua formação é baseada num pacto federativo, ou seja, existe uma autonomia dos grupos de cada município em relação ao núcleo federal, mas os princípios deste núcleo devem ser seguidos pelas unidades locais.<sup>317</sup> Para além destas características, com base nas correntes autonomistas, anarquistas e libertárias, o grupo apresenta o Movimento Zapatista como uma importante referência e se demonstra insatisfeito com a esquerda tradicional.

O MPL é conhecido por ter sido pioneiro nas Jornadas de Junho de 2013. O que inicialmente era uma demanda local contra o aumento das passagens de ônibus foi, aos poucos, ocupando parte significativa do país. Como supracitado, desde janeiro de 2012 havia uma ocorrência frequente de manifestações fomentadas pelo grupo em cidades brasileiras, mas não eram suficientemente relevantes para articulação de um motim em escala nacional. Entretanto, o contexto geopolítico e social de 2013 e uma mudança no perfil do grupo, fez com que os protestos daquele ano fossem diferentes de todos os que os antecederam. Em 3 de junho, manifestantes ligados ao coletivo queimaram uma catraca em frente a uma subprefeitura de São Paulo. Este acontecimento estava vinculado a um ato de caráter aparentemente espontâneo, mas que havia

---

<sup>317</sup> Disponível em: [www.saopaulo.mpl.org.br/](http://www.saopaulo.mpl.org.br/). Acesso em 24 de junho de 2019.

sido organizado por militantes do Movimento que, na noite anterior, construíram uma barricada de pneus bloqueando parte do trânsito paulista, o que levou muitas pessoas a se deslocarem por um longo trecho a pé. Assim, “espontaneamente” foi iniciada uma manifestação com aproximadamente 30 mil indignados.

Em relação à supracitada redefinição de comportamento do coletivo o que se observa é a tendência a uma recusa de negociar em **espaços** institucionais. Se nos anos anteriores a estratégia se firmava nessas vias, estando disposto a dialogar com prefeitos e governadores, em 2013 pretendia-se o contrário. Na agenda de **governo** do recém eleito Haddad havia várias propostas para a mobilidade urbana, como o Bilhete Mensal, o ônibus 24h e a criação do Conselho Municipal de Transporte, mas, ainda assim, os ativistas tinham planos para realização de manifestações amplas e, mesmo que contraditório, mais radicais que as mobilizadas nos anos anteriores. Fato que, naquele momento, significava modificar a forma de negociação, ou seja, não aceitar participar de reuniões fechadas com as instituições governamentais. Segundo membros do grupo, tratava-se de uma espécie de proteção contra possíveis cooptação por estas instâncias e, até mesmo, uma forma de não reforçá-las.

Segundo Gohn (2014a, p.48-49), em São Paulo, o coletivo contava, naquele ano, com aproximadamente 20 líderes “orgânicos” responsáveis pela convocação e organização dos protestos. Havia ainda outros 35 que eram nomeados “apoiadores”. Dentro da estrutura horizontalizada, existiam aquelas lideranças responsáveis por falar com a imprensa e planejar as ações. As redes sociais eram o principal meio de divulgação, mas as decisões não eram tomadas deste **espaço**, mas pelos ativistas em reuniões presenciais e diretas. Há uma rotatividade nas funções designadas a cada membro.

Apesar das declarações presentes no site do MPL, houve por parte da imprensa em 2013, a vinculação do movimento com partidos políticos como o PSOL, o PSTU e o PCO. Além disso, haveria possíveis ligações com sindicatos, como o dos Servidores Federais de São Paulo (para organização do protesto de 17 de junho), a Apeoesp (Sindicato dos Servidores da Rede pública de São Paulo), o Conlutas (Sindicato dos metroviários e dos servidores da justiça), além do Diretório Central de Estudantes da USP. (GOHN, 2014a, p. 47).

As principais contribuições do coletivo para as Jornadas, de acordo com Gohn (2017, 31-35) são: (i) manifestações sem carro de som, mas com música nas ruas, muitas vezes batuques; (ii) aparente ausência de liderança, ou porta-voz, optando por um estrutura horizontalizada; (iii) as decisões tendiam a ser tomadas por meio do consenso, sendo a votação uma estratégia utilizada apenas em último caso; (iv) utilização de uma camisa de representação do coletivo - branca ou preta com o desenho de uma catraca.

Apesar de precursor dos movimentos de Junho, os membros do MPL assumiram que o transporte não ocupava o centro daquele debate. Assim, com atuação mais frequente durante a etapa inicial dos protestos, no dia 21 de junho o coletivo se retirou não só do papel de liderança - que vinha progressivamente se reduzindo -, mas também do **espaço** de manifestante. Em termos práticos, essa decisão de deixar os protestos se deu definitivamente por meio de dois importantes estímulos governamentais: o primeiro deles foi a revogação do aumento das tarifas incentivada por uma ação do **governo** federal; o segundo foi a participação em uma reunião extraordinária do Conselho das Cidades convocada pelo Prefeito de São Paulo Fernando Haddad no dia 14 de Junho de 2013 na qual foram negociados avanços importantes para o transporte público no município. Após sua saída, o grupo ainda se reuniu com a Presidenta Dilma no Palácio do Planalto em 24 de junho daquele ano.

Depois de deixar as manifestações de 2013, o MPL voltou a ser um coletivo sem muita expressão no cenário nacional. Ele continuou participando de algumas mobilizações, mas não mais como organizador único ou central. Em julho, esteve presente nos protestos do Dia Nacional de Lutas e em agosto entrou com ações no Ministério Público denunciando o estado de São Paulo por repressão durante a insurgência de junho. Em setembro, participou de forma discreta das ações do dia 07 e, em 25 de outubro, convocou novos atos em São Paulo que, apesar da pequena repercussão, terminaram com conflito entre policiais e *Black Blocs*. De modo geral, sua ação em muitas capitais do país continuou, principalmente com a luta pela Tarifa Zero. (GOHN, 2014a, o. 50-51).

Em 2015 o grupo participou das manifestações contra o aumento das tarifas, mas de forma muito periférica. Os manifestantes não levaram nem sua bandeira para as ruas. No mesmo ano, mas ainda de maneira bastante tímida, o MPL esteve presente no Fórum Social Mundial de Tunis. 2015 também foi um ano que marcou uma crise no coletivo com a realização de rupturas internas e a perda de importantes ativistas. Parte dos quais migrou para o coletivo Mal-educado - formado por secundaristas e muito atuante nas ocupações das escolas. (GOHN, 2017, p. 35).

A partir de então houve uma tendência de enfraquecimento do MPL. Tendência essa que ganhou força com o Golpe de 2016 e a denúncia de associação entre os dois eventos. Ainda hoje, membros do coletivo defendem sua participação nas Jornadas associada a uma luta legítima pelo transporte urbano e não aos possíveis **desdobramentos** advindos daquele momento. Parte deles, inclusive, critica a possível relação estabelecida entre o crescimento de um conservadorismo fascista no país e as manifestações puxadas pelos ativistas do Movimento Passe Livre.

## b) COPAC

O Comitê de Atingidos pela Copa (COPAC) é um dos atores mais importantes das Jornadas de Junho e figura parte significativa da mobilização da “Copa das Manifestações”. É sobre sua estrutura que se organiza a indignação a respeito dos megaeventos e das remoções advindas da realização das megaobras. Portanto, observa-se uma atuação mais significativa no Rio de Janeiro, apesar de sua capilarização para outros territórios.

Além da mobilização do *não vai ter copa*, o grupo lutava pelos trabalhadores informais que foram afetados pelas ações higienistas pré-evento e pretendia organizar os setores atingidos para uma frente jurídica contra os desmandos e violações, além de pedir por maior participação nas decisões.

Com o estopim das manifestações sobre mobilidade puxadas por grupos como o MPL, a **pauta** anti-copa somou-se às indagações sobre o dinheiro público destinado ao evento e tomou as ruas, fazendo com que o COPAC entrasse tardiamente nas Jornadas, ganhasse considerável visibilidade e, então, permanecesse até o final. Um grande exemplo da interferência das Jornadas nesta **pauta** foi o caso da Vila Autódromo. Uma antiga comunidade popular do Rio de Janeiro, da década de 60, que se viu cada vez mais ilhada pela expansão imobiliária e grandes empreendimentos, até a chegada dos megaeventos esportivos e sua derradeira isolamento. O plano da prefeitura era a remoção completa da comunidade, mas a grande série de manifestações contra o evento abriu uma brecha para negociação (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA, 2017) e, com a assistência técnica de universidades da região, foi possível que a comunidade, ou ao menos uma parte dela, resistisse ao plano. Um dos principais braços do COPAC se situava em Belo Horizonte e, segundo a análise, figura-se de maneira geral junto à APH, coletivos, organizações ativistas e militantes (como as Brigadas Populares) e sindicatos (como Sind-UTE), posicionando-se como grupo progressista do espectro político. Entretanto, a nova proporção dos atos e a adesão da **pauta** anti-copa por grande parte do conservadores, fizeram com que (i) muitas das primeiras indagações sobre as remoções dessem lugar para uma escala mais abrangente e não necessariamente urbana, que chegou ao questionamento de investimentos e gastos institucionais, assim como da próprias instituições políticas nacionais; (ii) que o COPAC e os grupos progressistas, em geral, se recolhessem da rua e ocupassem **espaços** enclausurados e/ou periféricos. As ruas, portanto, foram deixadas para o desfile conservador que ironicamente raptou a **pauta** anti-copa, somando-a aos gritos de volta à ditadura.



### c) Fora do Eixo (FdE)

O coletivo Fora do Eixo é um dos mais importantes e emblemáticos no contexto das Jornadas de Junho de 2013. Fato que se deu não por sua ação direta no **levante**, onde se posicionou mais como um ator de bastidores que protagonista, mas por dois outros motivos. O primeiro e mais conhecido deles é que o Mídia Ninja (próximo ator a ser cartografado), coletivo midiativista que ficou famoso pela cobertura das insurgências, é um importante braço do FdE. O segundo é que, com dez anos de existência, o grupo, conforme argumentado pelo líder Pablo Capilé em entrevista ao Estadão<sup>318</sup>, pode ser visto como um importante articulador dos protestos por meio da criação de uma rede de coletivos atuando de forma capilarizada em território nacional.

O FdE propriamente dito surgiu em 2006, entretanto, suas origens antecedem este período. Já em 2001 houve o encontro de quatro produtores culturais que buscavam alternativas para a produção, circulação e divulgação de grupos musicais independentes: Pablo Capilé (Cuiabá/MT), Talles Lopes (Uberlândia/ MG), Daniel Zen (Rio Branco/AC) e Marcelo Domingues (Londrina/PR)<sup>319</sup>. Todos eles eram ativistas em coletivos culturais de suas cidades, mas, ao que tudo indica, passavam por semelhante dificuldade: o fato de morarem fora do eixo cultural Rio/São Paulo apresentava-se como um entrave para a produção e crescimento da cena alternativa que representavam. Outra questão que emergia naquele momento, segundo Capilé<sup>320</sup>, era a mudança no contexto da produção musical devido à ampliação de acesso à *internet* que havia praticamente inviabilizado a venda de CDs, principal fonte de renda de vários artistas.

Na busca pela criação de uma rede de fortalecimento e promoção de artistas que estariam distantes do cenário hegemônico da música, em 2002, foi criado o Espaço Cubo, precursor do FdE que tinha como objetivo “administrar dentro de preceitos da economia solidária a cena local de música jovem na capital do Mato Grosso” (SAVAZONI, 2014, p.20). De forma inusitada este coletivo se expandiu muito rapidamente e, já em 2005, contava com “um estúdio de gravação, um ambiente para shows, um núcleo de **comunicação** e divulgação dos eventos e um selo de distribuição de discos” (MORAIS, 2013, p. 6) e em 2012 totalizava mais de 200 **espaços** culturais no Brasil, 2000 agentes culturais, 2800 parceiros e 20000 pessoas atuando indiretamente, estando

<sup>318</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IxBwFL3KST0>. Acesso em 09 de março de 2023.

<sup>319</sup> Existe um dado importante já nesta informação: tratava-se de produtores de diferentes locais do Brasil e a forma como se deu este encontro não foi divulgada nas fontes investigadas.

<sup>320</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IxBwFL3KST0>. Acesso em 09 de março de 2023.



presente em 27 estados e mais 15 países da América Latina. De acordo com Moraes (2013) esse rápido crescimento foi possível por meio do uso das mídias eletrônicas e criação do *cubo card*, uma espécie de “moeda alternativa” e complementar que, por meio de uma estratégia de desmonetização possibilitaria a criação de uma rede colaborativa por meio da qual os eventos culturais seriam realizados<sup>321</sup>.

Assim, criado enquanto coletivo em 2005, o Fora do Eixo se define, em seu site, da seguinte maneira:

O Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos sócio-culturais, do estímulo à autoralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso e desenvolvimento de tecnologias sociais.<sup>322</sup>

Já Rodrigo Savazoni (2014), responsável pelo desenvolvimento de uma leitura ampla e detalhada, dotada de referenciais teóricos e envolvimento prático, a respeito do FdE, o define como uma “rede político cultural” que realiza mais plenamente suas características a partir do momento em que se constitui como movimento social, aproximando-se de outros movimentos mais consolidados e mobilizando eventos como o *Existe amor em SP* que será posteriormente bordado.

Entretanto, é preciso pontuar que essas articulações ocorreram quando o FdE já havia experimentado um rápido crescimento mediante a incorporação de inúmeros novos coletivos a este grande *hub*. Assim, foi delineada uma organização rizomática que, apesar da existência de um núcleo central, garante autonomia daqueles coletivos que se encontram “na ponta” e busca promover troca de experiência entre seus integrantes como modo de fortalecimento e evolução. Em entrevista ao Roda Viva<sup>323</sup>, Capilé indica que não se trata de uma gestão horizontalizada e nem mesmo sem lideranças, contrapondo a organização do grupo à do MPL. Pelo contrário, no site do coletivo é possível encontrar o nome de cinco lideranças: Pablo Capilé, Marielle Ramires, Dríade Aguiar, Carol Tukuyo, Talles Lopes.

---

<sup>321</sup> Esse sistema criado pelo Cubo e herdado pelo FdE é um dos pontos mais questionados a respeito da organização do coletivo e será retomado posteriormente.

<sup>322</sup> Disponível em: <https://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/>. Acesso em: 09 de março de 2023.

<sup>323</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>. Acesso em: 09 de março de 2023.

A incorporação desses novos coletivos ao núcleo central diz também de uma ampliação dos espaços de atuação do grupo, que deixou de se restringir ao âmbito da produção musical e passou a alcançar outros núcleos da cultura, da política e da informação. Conforme lembra Savazoni (2014, p. 14) a atuação do grupo deixou de ser apenas no âmbito da economia criativa do setor cultural e o movimento passou a se conformar como uma “rede de coletivos culturais e de ativismo político-digital”. Daí advém a criação do Circuito Fora do Eixo (que atravessa o Brasil com diversos festivais e eventos culturais), das Casas Fora do Eixo (onde grande parte dos membros vivem de forma comunitária e tem seus gastos diários custeados pelo FdE), do Mídia Ninja (principal rede de jornalismo “alternativo” das Jornadas de Junho), da Universidade Fora do Eixo - UniFdE (responsável pela realização de cursos e trocas de informação entre os coletivos), bem como do Partido Fora do Eixo (uma espécie de laboratório de formação responsável pela consolidação das políticas de gestão do grupo e fortalecimento da rede enquanto movimento social e de sua influência sobre a opinião pública). Além disso, para gerir a renda em real e em *cubo card* de uma rede tão ampla e capilarizada pelo Brasil, foi criado um Banco (Banco FdE) que funciona como articulador para captação, além de gestor e distribuidor desta verba. Para o funcionamento cooperativo da rede, existe uma Conta Comum que funciona como uma espécie de linha de créditos para financiar eventos ou demais atividades realizadas pelo coletivo. Estes empréstimos podem ser feitos em reais, *cards*, no formato de equipamentos, como computadores, ou até mesmo de figuras jurídicas, como é o caso do empréstimo de CNPJs<sup>324</sup>.

O fluxo de moedas (reais e *cards*) dentro do coletivo é algo bastante complexo. Quando Capilé foi abordado sobre o tema em entrevista ao Roda Viva<sup>325</sup>, houve profunda dificuldade de compreensão dos jornalistas que assumiram não conseguir entender aquela dinâmica. Ao espectador, acredito que também tenham ficado diversas dúvidas, posto que a partir daquele momento começou um processo de inúmeras críticas ao grupo.

Além da complexidade da dinâmica financeira, impressiona o montante que circula internamente ao FdE (mesmo que se trate de um coletivo muito grande). De acordo com Moraes (2013) entre 2006 e 2012 foi movimentado mais de 88 milhões em recursos, sendo 15% em reais, ou seja 13 milhões e 85% em *cards*, cerca de 75 milhões em moedas próprias. Falando ao Roda

---

<sup>324</sup> Na entrevista de Capilé ao Estadão, há uma informação relevante a respeito destes CNPJs: o FdE possuía, em 2013, 57 CNPJs diferentes. Questionado sobre esta informação que, ao menos aparentemente, gera estranhamento, o ativista afirma que a razão deste alto número é, justamente, a capilaridade do FdE que é formado por muitos coletivos e, vários deles, possuem registros jurídicos próprios. Em seguida, Capilé nega que o grupo utilize desta característica para concorrer a editais de fomento público. Disponível em: <https://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/>. Acesso em: 09 de março de 2023.

<sup>325</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>. Acesso em: 09 de março de 2023.

Viva, Capilé comentou que, em 2012, circularam entre 3 e 4 milhões de reais, mas, se contados os valores em *cards* este montante se amplia significativamente. Entre textos, entrevistas e o site do FdE, o que é possível saber é que apenas uma pequena parte da renda vem da participação de editais públicos (apesar de o Banco FdE realizar mapeamento destas possibilidades e incentivar os mais diversos coletivos a participarem dos editais públicos de cultura), havendo outro montante advindo da iniciativa privada, sobre o qual pouco é comentado. Quando as perguntas dos jornalistas tendem a estas questões, percebe-se a opção por respostas evasivas e pouco conclusivas. No site não há indicação dos financiamentos e nem mesmo de uma rede de apoiadores e, em grande parte dos cartazes dos eventos não são encontradas as logos de possíveis patrocinadores. Por fim, o fato de o Circuito Fora do Eixo utilizar editais públicos e privados para a realização de seus projetos e ações culturais, ao mesmo tempo em que defende um discurso voltado para o “alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos socioculturais” fez com que o coletivo se tornasse alvo de algumas críticas.

Além desta questão bastante direta, mas nada clara, sobre os financiamentos recebidos pelo coletivo, a criação dos *cards* e a dinâmica de utilização desta moeda própria apresenta-se igualmente controversa, sendo um dos focos principais de críticas direcionadas ao FdE. Isso porque, para além da dificuldade em compreender como se dá a circulação desta moeda e a transferência de valores para o real, o que emerge nos relatos sobre estas dinâmicas é um processo intenso de precarização do trabalho, da cultura, da arte e do próprio artista. Em entrevista cedida ao Roda Viva, Bruno Torturra, atuante no Mídia Ninja, anunciou que não recebe salário do coletivo, está endividado, tem as despesas básicas pagas pelo fundo do FdE em caráter de empréstimo e tem construído caminhos junto ao grupo para manutenção das atividades e possível rentabilidade para os trabalhos prestados posteriormente. Em paralelo, Pablo Capilé afirma morar em uma das casas do FdE, em São Paulo, junto com outras 29 pessoas e exemplifica como ocorre a circulação de verba e o aumento do lucro do coletivo. Segundo ele, a casa é gerida pelo Banco comunitário e custa, aproximadamente, 25 mil reais por mês, ou seja, cada integrante custa aproximadamente 900 reais. Se um deles produzir vários festivais em um mesmo mês, o valor que ele receberia para aquela produção retorna aos fundos do próprio FdE (o que pode ocorrer em reais ou *cards* - os valores das moedas são similares) que recebe muito mais do que o que foi gasto para a manutenção daquele integrante. O que o ativista não fala, mas que aparece em diversas denúncias sobre o grupo, é que, muitas vezes, estes trabalhadores que moram nas casas coletivas não recebem nada pelos serviços prestados.

Beatriz Seigner, por exemplo, faz um longo texto indignado no *Facebook* no qual afirma a realização de “trabalho escravo” nas atividades do FdE. Segundo ela, os moradores das casas

comunitárias abdicam de seus salários por meses e até anos, acabando presos à rede. Situação que se agrava devido ao fato de não receberem direitos autorais sobre suas produções ali desenvolvidas, o que impossibilita a construção de portfólios que poderiam ser a viabilização de uma outra possibilidade de viver de arte fora desta rede. Além disso, Bárbara relata que durante um trabalho realizado no Sesc em São Paulo, assinou um contrato em que o FdE recebia um dinheiro em seu nome sobre o qual não havia sido consultada e nem sabia da existência. O contato com o documento deixou claro que havia um cachê a ela destinado pelos serviços prestados, mais uma informação à qual ela não havia tido acesso. Entretanto, após ciência, foi possível reivindicar o pagamento junto às lideranças do coletivo. Pagamento este que ocorreu apenas nove meses depois mediante reclamação pública.

Mas as críticas não se reservam apenas a esta ativista, vários outros se pronunciaram, inclusive um anônimo que, em entrevista ao Passa Palavra<sup>326</sup> apresentou traços de abuso por parte das lideranças do FdE<sup>327</sup>. Além das denúncias de assédio moral, o controle das redes sociais dos membros do coletivo seria um dos principais pontos destes abusos, posto que, mais que uma vigilância sobre as publicações, havia exigência de criação de conteúdos vinculados ao grupo para fortalecer a rede. Há, ainda, um destaque para o não pagamento de muitos dos contratos realizados com artistas (apenas os mais renomados teriam seus cachês garantidos), ou um reembolso em *cards* que, em nenhum momento se tornam reais<sup>328</sup>.

Mais uma vez, a questão da dinâmica financeira e da relação *card/reais* se tornou algo emblemático. De acordo com este ativista, os próprios membros do FdE não entendiam como funcionavam as finanças, havendo falta de transparência dentro do grupo. A estrutura verticalizada permitiria que, muitas vezes, apenas Capilé tivesse controle e acesso aos valores que circulavam no Fora do Eixo. Isso, além de outros privilégios restritos à alta cúpula do coletivo.

Cava e Cocco (2013, p. 92) citam um texto publicado em 2012 pela rede Universidade Nômade intitulado *O comum e a exploração 2.0*, que abordava a temática do capitalismo cognitivo e tinha o FdE como estudo de caso como uma importante leitura a respeito das atuações do grupo. A base da narrativa é uma crítica à situação de precariedade que envolve os trabalhadores da cultura, levando-os a se submeter a quaisquer condições, aceitando sucessivos contratos de risco, trabalhos por “camaradagem”, bicos e *freelas*. “As pessoas são constrangidas a trabalhar

---

<sup>326</sup> Disponível em: <https://passapalavra.info/2013/08/82408/>. Acesso em 10 de março de 2023.

<sup>327</sup> O ativista anônimo cita as seguintes lideranças: Pablo Capilé, Felipe Altenfelder, Marielle Rodrigues, Carolina Tokuyo e Lenissa Lenza

<sup>328</sup> Existe uma dinâmica dos *cards* como ferramentas de escambo, entretanto, muitas vezes os artistas tentam fazer a troca por valores em reais, mas isso não é possível, tendo em vista que os *cards* não são uma moeda com lastro.

em condições desfavoráveis, o que leva à concentração de valor nos grupos enraizados no mercado e no estado.” A despeito do fato de a cultura ocupar um **espaço** privilegiado na vida social e de as empresas saberem o valor da produção de marketing e informação, os trabalhadores envolvidos são alijados não só dos lucros gerados por sua produção, mas também da participação nas cúpulas de poder e **espaços** de tomada de decisão, o que os torna, ainda mais sujeitados às lideranças. Este fato que é recorrente nas grandes empresas e, inclusive, denunciado pelo FdE, segundo o texto supracitado, é reproduzido e até mesmo intensificado pela organização e modo de atuação do coletivo. Seguindo com a análise, os autores indicam que o grupo realiza uma crítica ao capitalismo cognitivo com “sinal trocado”, já que, ao invés de compreendê-lo como uma virada do capital que o reconecta com **espaços** de exploração, eles celebram essa mudança por si só, sem compreender as complexidades que a envolvem. Fato que os leva a um processo elogioso e reducionista.

Outro ponto controverso para o coletivo e que foi fortemente questionado está relacionado às possíveis relações partidárias. Durante o programa Roda Viva, Capilé e Torturra foram questionados sobre a possibilidade de serem um braço do Partido dos Trabalhadores, devido à existência de fotos com membros do PT e de uma fala de Rui Falcão que se direcionava à Capilé como “companheiro militante”. É fato que havia uma relação íntima entre os membros do FdE e os conselhos e Ministérios da Cultura, principalmente sob as figuras de Juca Ferreira e Gilberto Gil (que declara em um vídeo que se sente em casa junto aos ativistas do FdE<sup>329</sup>), bem como uma possível aproximação do coletivo com a eleição de Fernando Haddad como prefeito em São Paulo, em 2012, mediante realização de um evento que se contrapunha à candidatura de Celso Russomanno, onde foram distribuídos panfletos do candidato petista. Neste sentido, Cava e Cocco (2013, p. 90-1) indicam que, num momento em que o governo petista vinha se distanciando progressivamente de suas bases, o FdE se posicionou como um “atravessador entre o **Estado** e a multidão”, buscando “ampliar seu modelo de negócio”.

Entretanto, os ativistas atestam que, para além de um posicionamento progressista, não se vinculam a nenhum partido, vendo possibilidade de articulação com os mais diversos grupos que compõem esse campo. Quando questionado, sobre um possível contato com partidos como o PSDB, Capilé anuncia que historicamente não há um envolvimento desse partido com os **movimentos sociais**, mantendo sempre fechada a possibilidade de diálogo. Torturra, por sua vez, apesar de não se considerar alinhado a algum partido específico, se declara como um dos fundadores do Rede, junto à Marina Silva.

---

<sup>329</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ClqZDD3D2cX/>. Acesso em: de março de 2023.

Cava e Cocco (2013, p. 91) reforçam essa narrativa denunciando a aproximação do FdE com vários partidos, gabinetes e empresas, indicando que o coletivo vendia seu trabalho (publicidade) e seu produto - “a 'integração simbólica' de um longo arco de desejos, produções de interesses - do que seria a 'nova geração' da cultura, a juventude antenada e sua 'vida alternativa'.” - a diferentes atores e interesses. O coletivo funcionaria, então, como um articulador entre a sociedade civil e a máquina estatal, uma rede de coletivos que faria a “mediação necessária” entre os diferentes setores filtrando produções culturais e fluxos cognitivos. Essa mediação, quando capitalizada, arremataria para si valor capital, se tornando um *hub* do trabalho e da cultura que viaja pelas redes. “Com isso o FdE pode se apresentar como rede das redes, o mediador universal de um mercado em mutação, e assim usar desse valor capitalizado para auferir verbas de publicidade e/ou alianças político partidárias.” (CAVA; COCCO, 2013, p. 97). Assim, o questionamento dos autores a respeito da atuação do coletivo se dá no seguinte sentido: o FdE estaria *hackeando* o Estado em favor dos movimentos sociais, ou, ao contrário, estava *hackeando* os movimentos em favor do Estado? A este questionamento, é preciso acrescentar a seguinte possibilidade excluída pelo autor: o FdE estaria *hackeando* Estado e movimentos em favor de interesses imperiais?

A aproximação do coletivo especificamente com o PT demonstra uma importante controvérsia na construção dessa narrativa tendo em vista sua relevância na construção das Jornadas de Junho que, direta ou indiretamente, afetaram significativamente os governos petistas. Além de indicar a complexidade do levante aqui analisado, estes dados podem direcionar para a existência de diferentes grupos, inclusive antagônicos, dentro do mesmo partido. Por outro lado, a participação indireta do FdE nas manifestações, pode ser outro indicativo que ajude a compreender um pouco essas controvérsias, posto que o que se observa é uma ação intensa, porém não declarada, tendo apenas o Mídia Ninja como grupo de ponta das ações. Isso fica claro, por exemplo, quando se observa a existência de apenas seis fotos de Junho de 2013 no *Facebook* (principal canal de comunicação naquele período) do FdE, sendo só uma delas das manifestações.

Seguindo um pouco nessa análise das mídias do FdE, fica claro que houve uma pausa da ação do coletivo a partir de 2018 (ano em que ocorreu as eleições entre Haddad e Jair Bolsonaro)<sup>330</sup>. A última publicação realizada pelo grupo no *Facebook* e no *Instagram* foi em 26 de fevereiro daquele ano. Além disso, observando as redes das principais lideranças do coletivo, fica evidente que há uma continuidade das publicações enquanto membros do Mídia Ninja (as

---

<sup>330</sup> A última publicação no site do coletivo foi em 2017. Disponível em: <https://foradoeixo.org.br/>. Acesso em: 10 de março de 2023.



últimas postagens são de dezembro de 2022 e fevereiro de 2023, dependendo do perfil), mas o mesmo não ocorre com o FdE.

#### d) Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo em Ação)

Figura 38 - Autodefinição do Mídia Ninja



Fonte: Site Mídia Ninja. Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos/>. Acesso em 19 de setembro de 2023.

Conforme indicado no campo referente ao FdE, o Mídia Ninja é um de seus principais braços, que se dedica à parte de informação e **comunicação**, tendo ficado muito conhecido por meio de sua participação e cobertura dos protestos de 2013. Segundo Pablo Capilé e Bruno Torturra<sup>331</sup> “a rede Fora do Eixo foi uma espécie de incubadora para o surgimento do Mídia Ninja” que herdou, do primeiro, o “princípio do colaborativismo de produção com a construção de um ambiente propício para uma experiência de mídia social, articulada em rede, em constante processo de interação entre os agentes [...] e aberto a colaboradores que não necessitavam estar diretamente vinculados”. (JESUS, 2015, p. 36) aos coletivos. Tal como sua base, esse grupo foi alvo de diferentes questionamentos após a participação nas manifestações, mas ainda apresenta-se como a principal referência de midiativismo brasileiro, mantendo-se atuante no cenário ativista nacional.

<sup>331</sup> Entrevista cedida ao Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>. Acesso em 14 de março de 2023.

De acordo com o seu site<sup>332</sup>, o Mídia Ninja se define como “uma rede de **comunicação** livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho” que entende a “**comunicação** democrática como um direito” por eles praticado se baseando nos seguintes princípios: (i) o interesse público; (ii) a diversidade cultural; e (iii) o direito à informação. As principais **pautas** defendidas em seus exercícios de **comunicação** são: (i) a causa identitária; (ii) a cultura; (iii) o meio ambiente; e (iv) a juventude.

Como participação ativa na política nacional, os membros do Ninja citam em seu site a cobertura dos protestos de 2013 (a Figura 38 é usada como abertura do site, demonstrando o orgulho que os ativistas têm da realização da cobertura deste momento histórico brasileiro) e a resistência em prol da democracia em 2016 - se referindo aos protestos contra o *impeachment* - como suas principais ações ativistas. O que torna esse grupo um tanto quanto controverso e curioso se pensada a ligação direta entre o **levante** e o Golpe de 2016<sup>333</sup>.

Mas, antes de iniciar os questionamentos, é necessário compreender a relevância desse coletivo no contexto das Jornadas de Junho, posto que indubitavelmente, ao lado do MBL, se trata de um dos mais marcantes grupos que se envolveram diretamente nos protestos. As gravações eram feitas por smartphones, um laptop e um cabo conectado ao celular. Havia um canal gratuito na *internet* conectado ao *Twitter* e ao *Facebook* que era utilizado para atrair os espectadores e compartilhar os conteúdos. A base da **comunicação** do coletivo é o colaborativismo, ou seja, vários usuários compartilham e trocam informações fazendo com que elas ganhem maior alcance na rede. O conteúdo tende a se distanciar parcialmente daquele

<sup>332</sup> <https://midianinja.org/quem-somos/>

<sup>333</sup> Bruno Torturra realizou uma entrevista com Júlia Mariano, um dos principais olhos do coletivo Mídia Ninja e realizadora da série *Desde Junho*, na qual são narrados dois eventos curiosos. Inicialmente a entrevistada conta como começou sua participação no Mídia Ninja, pontuando ter sido de forma bastante espontânea e fruto de um encontro por acaso com dois encabeçadores da proposta no Rio de Janeiro (Pira e Carioca). Encontro esse que levou à produção de vários vídeos publicados pela Mídia Ninja e também utilizados na série. Há ainda relatos de outras presenças nas ruas, como a de membros da Fundação Ford no Brasil que participavam das manifestações. Durante a entrevista foi comentado a respeito da apropriação das forças hegemônicas sobre a energia e as pautas de 2013. Nesse momento, Mariano cita o filme *No Intenso Agora* de João Moreira Salles e associa esse momento brasileiro com a apropriação do capital/neoliberalismo da luta de Maio de 1968. É citado, então, o uso de figuras ativistas, inclusive *Black Blocs*, em eventos ícones do capital como a *São Paulo Fashion Week* e a capa da revista *Vogue*. Abordase, por fim, a ocupação das ruas pelos conservadores, afirmando que foi, naquele momento, experimentada semelhante catarse à vivida por eles em 2013, comparada com o uso de uma potente droga (as Jornadas são pontuadas, por Torturra como uma experiência muito mais existencial que ideológica). Pensando no momento de gravação da entrevista (2018), Mariano pontua que tanto esquerda quanto direita encontravam-se perdidas, pois ambas experimentaram a frustração do pós-levante, e haviam percebido que as ruas já não eram mais aquele espaço potente de manifestações. Informações disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=LD8sRfOzhHE>. Acesso em 21 de setembro de 2023.



veiculado pelas mídias de TV ou jornal de grande alcance (dependendo do momento e do contexto, conforme pode ser observado na seção referente à análise das categorias), expondo imagens de atuação da Polícia Militar em tempo real e zelando pela segurança dos manifestantes. Ou seja, trata-se de um novo tipo de jornalismo que rompe com a ideia de neutralidade e assume não só um ponto de vista, mas um “lado” frente aos conflitos. Seu *modus operandi* do Mídia Ninja garantiu grande alcance de público nas Jornadas de 2013, chegando a 132 mil seguidores no *Facebook*, de acordo com a Folha de São Paulo (07/07/2013).

Apesar de ter seu ápice em 2013, ao que tudo indica, o coletivo tem suas origens dois anos antes, com a criação do canal cultural Pós-TV, que já representava uma ramificação do FdE e tem como fundadores Bruno Torturra e alguns integrantes do Fora do Eixo, como Pablo Capilé e Felipe Peçanha. Este canal surge com uma crítica à atuação daquilo que chamam de mídia tradicional, buscando dar visibilidade a uma proposta de jornalismo independente.

A criação do Pós-TV advém de uma cobertura realizada por Cláudio Prado e Bruno Torturra da Marcha da Maconha realizada no dia 21 de maio de 2011 em São Paulo. De acordo com Lorenzotti (2014), Torturra, que não era muito adepto às redes sociais, participou como ativista dessa marcha e, diante dos ataques realizados pela “mídia tradicional” sobre os atos, se sentiu incumbido a se posicionar utilizando o *Twitter* como dispositivo. A repercussão desta publicação seria a responsável pela iniciativa de John Barlow, um amigo ativista norte-americano dos anos 1960, de apresentar o FdE à dupla. Após esse contato, inicia-se a criação da Pós-TV - um projeto de programação própria com acesso pela internet. Claudio Prado<sup>334</sup> apresentava o programa “Supremo Tribunal Liberal”, que basicamente era a transmissão de um jornal na Rua Augusta no qual conversava com os transeuntes da madrugada. Bruno Torturra, por sua vez, apresentava o “Segunda Dose”. A proposta era realizar um contraponto à programação televisiva tradicional.

Segundo Lorenzotti (2014, p. 12), a ideia de criação do Mídia Ninja surgiu a partir da compreensão de integrantes do Pós-TV de que era preciso uma iniciativa que extrapolasse o espaço de debates de assuntos emergentes e, mas que isso, o formato institucionalizado de se

---

<sup>334</sup> Cláudio Prado é “produtor cultural e teórico da contracultura e da cultura digital. Foi coordenador da ação de Cultura Digital da Secretaria de Programas e Projetos do Ministério da Cultura entre 2004 e 2008, e hoje coordena a ONG Laboratório Brasileiro de Cultura Digital. Tem formação incompleta em pedagogia pela Universidade de Genebra, na Suíça, e em sociologia na Universidade de Surrey, Inglaterra. Fez parte nos anos 60 e 70 do movimento hippie e se envolveu com a produção de shows e festivais de música: co-fundou o Festival de Glastonbury e produziu o primeiro Festival de Águas Claras, em 1975, o “*Woodstock brasileiro*”. Produziu shows dos Mutantes e dos Novos Baianos nos anos 70 e sempre esteve ligado a Gilberto Gil e Caetano Veloso, desde a época em que os recebeu no exílio, em Londres. Fundou e dirigiu diversas produtoras e duas ONGs, Salve a Amazônia e Pró-Rio 92. É um dos fundadores da Casa de Cultura Digital.” (Disponível em: <https://unicult.org/claودیoprado/>. Acesso em: 21 de setembro de 2023).

fazer jornalismo, levando esta atribuição inclusive àqueles sem formação oficial nas áreas de **comunicação** e cultura. Via-se necessário, ainda, um canal dedicado à formação diária de informação no interstício entre o ativismo, a política e a **comunicação**. Da mesma forma, como iniciativa de um pequeno grupo, o nome Ninja surgiu como uma proposta de substantivo que pudesse se tornar uma sigla de fácil memorização em território nacional e internacional. Pensando em possíveis significados para cada letra, chegaram no formato de “Narrativas Independentes, Jornalismo em Ação”. A incorporação do “Mídia” ocorreu porque o *Instagram* não aceitou o uso de apenas a palavra “Ninja”. Essa plataforma foi a escolhida para o registro do grupo por ter sido amplamente utilizada durante o Fórum Social Mundial realizado na Turquia em 2013, no qual Torturra e Altenfelder estavam presentes como representantes do coletivo brasileiro “Ninjas”.

Já no mês seguinte ao FSM, os ativistas do já nomeado Mídia Ninja acompanharam as manifestações contra o aumento das tarifas realizadas em Porto Alegre. Um dos movimentos que, devido ao sucesso alcançado, levou à ampliação da alça do MPL em todo o país durante aquele ano, sendo mais um dos pontos nodais de constituição das Jornadas. A participação da Mídia Ninja durante os protestos iniciou de forma muito aberta, balizada por convocatórias realizadas por Torturra no *Facebook*, nas quais convidava todos os interessados a participarem da cobertura das manifestações.

De acordo com Carvalho (2016, p. 92), a logística Ninja para a cobertura dos protestos era bastante simples, fazendo uso de um carrinho de supermercado equipado por um gerador de energia de porte pequeno, dois notebooks, uma mesa de edição de som e uma de edição de vídeo, duas filmadoras, caixas de som, uma lona e guarda chuvas. A autora segue explicando que a estrutura da *internet* era garantida pela existência de quatro modems 3G que utilizavam o sinal de vizinhos simpatizantes aos protestos. Já os streamings eram feitos pelos celulares e, se não fosse possível, eram enviados a integrantes da Casa FdE que publicavam no *Facebook*. Observa-se, então, a necessidade de uma atuação coletiva para a viabilização das transmissões que, ao final, alcançaram mais de 500 pessoas espalhadas pelas mais diversas partes do país (LORENZOTTI, 2014, p. 104).

Como lembra Abreu (2012, p. 94), a atuação do coletivo inverteria a lógica de uma mídia de massas, passando a uma massa de mídia, pois refletiria a proposta do midialivrismo de que qualquer pessoa está apta a produzir, reproduzir e contestar informações. Assim, para Lima (2015, p. 20), a criação e a atuação da Mídia Ninja podem ser entendidas como parte dos principais fomentadores para a realização diária de manifestações.

Além do fato de que a ampla repercussão dos atos pelas redes sociais funcionava com um potencializador de seus acontecimentos (principalmente devido à exposição da violência, conforme supracitado), o que se observa é que essa cobertura “alternativa” cotidiana, acabou pressionando as “mídias tradicionais” a se pronunciarem (ABREU, 2012, p. 13). Essa pode ser mais uma camada que explique a disputa de narrativas realizada por essas mídias a partir de meados de junho e a forma como passaram a pautar os protestos que, anteriormente, encontravam-se muito mais influenciados pelas narrativas dos midiavivistas. Entretanto, conforme observado na análise das categorias, não há um antagonismo tão latente entre os posicionamentos destes grupos, o que leva a questionar a insistência desta oposição trazida pela grande maioria dos autores que abordam este tema<sup>335</sup>.

No contexto do **levante**, uma das coisas mais impressionantes em relação à Mídia Ninja foi o alcance que ela conseguiu com suas notícias, chegando, segundo Elizabeth Lorenzotti (Observatório de Imprensa, 25/06/2013) a picos de audiência com 120 mil espectadores, o que corresponde a 1,2 se convertido às avaliações tradicionais de ibope - índice que muitas das redes tradicionais não alcança. Para Benites (2016, p. 61), há cinco fatores que são centrais para o impacto da participação do Mídia Ninja nos protestos de junho de 2013: (i) os midiativistas não eram, necessariamente, jornalistas; (ii) o modelo de transmissão, ao vivo e sem cortes, utilizado pelo coletivo; (iii) a utilização de dispositivos acessíveis a grande parte dos cidadãos nas coberturas; (iv) a posição adotada de independência em relação aos veículos tradicionais de comunicação; (v) e o posicionamento assumido de parcialidade em prol dos manifestantes. Além disso, vários vídeos produzidos pelos ativistas foram utilizados em canais nacionais e internacionais de grande alcance, como é o caso da Rede Globo de Televisão, do The New York Times, do Washington Post e da rede árabe de TV Al Jazeera.

Entretanto, como pode ser observado em entrevista cedida ao Roda Viva<sup>336</sup>, apesar do amplo alcance dos Ninjas, havia um profundo questionamento sobre a natureza de suas ações, se configuraria ou não jornalismo. Enquanto os veículos oficiais se punham a buscar essas respostas, muitas vezes tendendo a uma crítica profunda do modo ativista de fazer **comunicação**, o Mídia Ninja se tornava não só o enunciador das narrativas, mas a própria **pauta** do debate. Em defesa dos ativistas, durante a supracitada entrevista, Torturra afirma o seguinte:

---

<sup>335</sup> Neste contexto é fundamental trazer que, segundo Lorenzotti (2014) os seguintes jornais destacaram a atuação do Mídia Ninja: o El País, da Espanha; o The Wall Street Journal, dos Estados Unidos; o Le Monde, da França; o The Guardian, do Reino Unido; e o Deutsche Welle, da Alemanha. Dentre estes nomes, todos os que foram utilizados para a análise das categorias, compõem a mesma formação de grupo: o **Império**.

<sup>336</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmvgDn-lpNQ>. Acesso em: 09 de março de 2023.

Acho que dá para discutir que tipo de jornalismo a gente faz. Dá pra discutir a qualidade dele. Dá pra discutir a relevância. Mas o fato de ser um grupo organizado, de se colocar como um veículo, de ter uma dedicação diária e de transmitir informação da maneira mais crua, da maneira mais honesta, da maneira mais abrangente possível, dentro das nossas limitações. Eu acredito que é jornalismo sim. (TORTURRA, Roda Viva, 05/11/2013)

Um contraponto à essa narrativa de Torturra, pode ser encontrado na produção de Eliana Carlos (2015, p. 54), ao afirmar que apesar da colocação sobre a honestidade e abrangência do modo de produzir **comunicação** dos Ninjas, existe algo importante a ser pontuado: as imagens por eles produzidas apresentam apenas um olhar - o de quem está com o celular nas mãos. “Quando o Ninja fecha o ângulo de uma imagem, o internauta tem uma pequena porção do todo, vista por quem está com o poder de recriar aquela realidade.” Recorrendo à leitura debordiana de espetacularização da imagem, a autora afirma que a parcialidade do recorte do olhar proposta pelos Ninjas pode ser lida, inclusive, como um fazer capitalista mediante a produção de uma narrativa específica.

O que está posto e pode ser observado pela análise de mídias aqui realizada, é que há sim uma disputa de narrativas travada entre diferentes grupos e, por trás desta disputa, interesses difusos de atores distintos que buscam, cada um a seu modo, influir na realidade, conduzindo a opinião pública a determinado olhar.

Outro ponto controverso em relação ao coletivo e que reproduz problemas encontrados no FdE é a questão dos financiamentos. Entendendo-se independente em relação aos poderes econômicos e políticos, o grupo busca no financiamento coletivo e na estrutura de trabalho do Fora de Eixo a base para realização de suas atividades.

Figura 39 - Financiamento Mídia Ninja



Fonte: Site do Mídia Ninja. Disponível em: <https://www.catarse.me/midianinja>.

Entretanto, para um questionamento se este fomento seria, de fato suficiente. Neste sentido, Alves (2018, p. 51) pontua que apesar de não fazer referência a elas, os Ninjas recebem auxílio de “organizações internacionais que se interessam em custear a formação de novos agentes de **comunicação** e a produção de conteúdos ligados às questões socioambientais e culturais”.

Destaca-se, ainda, que sobre os ninjas pairam questionamentos semelhantes àqueles que se direcionam ao FdE, o que não poderia ser diferente, posto que se trata de uma mesma rede. Cava e Cocco (2013, p. 96-97), por exemplo, ao criticar precarização associada ao capitalismo cognitivo, por meio da qual o “tempo livre” se transforma em **espaço** de trabalho que aparentemente estaria sendo empreendido para o próprio sujeito ou coletivo ao qual está associado, citam o Mídia Ninja como um exemplo crítico deste quadro. Segundo os autores, quando o coletivo se propõe a capitalizar os múltiplos olhares midialivistas supostamente livres (“desde que medidos pela integração do FdE”) há uma reprodução da lógica do controlador. No lugar de uma manipulação verticalizada da informação, como é realizado pela mídia, os Ninjas criam um sistema veloz e interconectado que centraliza a informação e a “mídia da multidão” passa a poder “negociar entrevistas exclusivas e rodas mortas.” (CAVA; COCCO, 2013, p. 96-97).

Por fim, destaca-se que com o término das Jornadas, apesar de ter sua influência reduzida, o Mídia Ninja continua ativo contando, atualmente, com 2,5 milhões de seguidores no

*Facebook*, 4,5 milhões no *Instagram*, 1,25 milhões no *Twitter*, mais de 500 mil no *YouTube*, além do grupo do Telegram e dos visitantes do site<sup>337</sup>.

### e) *Black Blocs*

Os *Black Blocs* são, indubitavelmente, o ator mais controverso e comentado das Jornadas de Junho de 2013 e despertam diferentes sentimentos dentre aqueles que se propõem pensá-los e senti-los. Assim, antes de tudo, o bloco de mascarados de preto pode ser compreendido como um deslocamento, um desvio, e como tal, se torna, inevitavelmente, incômodo.

Rena (2015, p. 216) nos lembra que, conforme afirmam Deleuze e Guattari (2011a), o **Estado** nunca compreendeu o nomadismo, já que para o exercício de seu controle é necessária a existência de um homem “enraizado”. O **Estado** tende a disciplinar o mundo e busca enquadrar tudo que se coloque à margem, moldando os corpos pela base. Assim, nas sociedades contemporâneas, o **Estado** passou a tomar uma série de medidas que lhe permitissem lidar com os atos de desvio e insurreição. Dentre essas medidas destaca-se as posicionadas diretamente sobre as manifestações como: (i) os protestos devem ser agendados com alguns dias de antecedência; (ii) é preciso que se determine a hora de começar e terminar as manifestações; (iii) os locais de manifestação são escolhidos visando gerar o menor impacto possível na vida cotidiana e produtiva das cidades; (iv) há casos em que se exige até mesmo cadastro prévio dos organizadores; (v) o uso de máscaras é frequentemente proibido; (vi) há autorização para que a polícia faça uso progressivo de seus aparelhos de repressão. “O objetivo de todas essas disposições é civilizar as manifestações e absorvê-las na lógica régia, injetando disciplina na indisciplina dos corpos, estriando as populações e minando suas capacidades de agir coletivamente.” (RENA, 2015, p. 216).

As máscaras, quando proibidas nas ruas, podem ser vistas como um dos principais símbolos desse controle sobre os corpos revoltos, da mesma forma que a multidão dos sem rosto, pode ser uma pedra no sapato do **Estado**. Os corpos anarquistas pulsando simbolizam o auge daquilo que a política institucional não consegue, mas pretende, se assenhorar, inventando um rosto e organizando as singularidades sob uma forma jurídica de criminalização. Como lembra Correa (2014, p. 176) o “poder não se exerce, senão em correlação com sucessivas formações de **subjetividade**, atribuições de identidades e feições, semióticas e símbolos sempre dispostos à

---

<sup>337</sup> Essas informações foram coletadas em março de 2023.



hipocrisia ou à perversão dos tribunais morais”, ou seja, forjando uma identidade sobre a qual se torne possível domar a potência do corpo.

Para o autor, o rosto é uma espécie de sobrecodificação do corpo que acaba por alienar a potência do vazio e leva a um tédio unidimensional da identidade. Portanto, é no rosto e não no corpo que se assenta a dominação e no corpo e não no rosto que se manifesta a potência, o que acaba explicando a ação devastadora da legião multitudinária dos sem rostos (ou sem identidades). Nesse sentido, e numa busca por conter a multidão, Correa (2014) observa a atuação do Estado como uma cabine de *instante photos* que atribui uma identidade unívoca a cada corpo (reduzindo-o ao rosto), anulando o elemento ontológico e político que constitui a potência específica da multidão: a de ser um corpo que nada se parece com um rosto, atuando sempre na diferença, distante da identidade.

O autor recorre, então, a duas imagens muito emblemáticas para comentar a relação máscara-multidão. A primeira delas é a das sociedades primitivas, nas quais, conforme aponta Pierre Clastres em seu livro *A Sociedade Contra o Estado*, as máscaras eram fundamentais na realização das guerras e se consolidaram justamente na luta contra possíveis aparecimentos de modelos de Estado como liderança, ou seja, eram “sociedades contra um”, centrífugas (CORREA, 2014, p. 181). A outra imagem é a da banda *Secos e Molhados* que materializa na sua irreverência mascarada a ideia deleuziana do rosto como política. Se as máscaras dissolvem as identidades, o que resta além delas é apenas a multiplicidade dos corpos indomáveis. Segundo Correa (2014), o grupo entendeu profundamente a natureza biopolítica do rosto e a disciplina que envolve a identidade se contrapondo, na irreverência do início dos anos 1970, ao despotismo imposto pela ação disciplinar da ditadura brasileira. As máscaras utilizadas pelos membros da banda surgiram no bairro Liberdade, em São Paulo - um bairro de imigrantes - e o ímpeto de usá-las, segundo Ney Matogrosso, vinha justamente do desejo de manter sua liberdade fora dos palcos. A máscara sustentava sua coragem transgressora. Correa (2014, p. 183) lembra do cantor afirmando: “Não tinha rosto. Eu oferecia meu corpo”. Nesta esteira de pensamento, o autor afirma que *Secos e Molhados* foram os primeiros *Black Blocs* por sua ação direta contra o rosto, confundindo as identidades, multiplicando os gêneros e explodindo os sexos.

Entretanto, de forma mais concreta, a tática *Black Bloc* tal como se conhece atualmente, surgiu anos depois, na década de 1980, na Alemanha. Coletivos anarquistas e antifascistas protestavam usando máscaras e roupas pretas e protegiam manifestantes colocando-se entre eles e os policiais. Gohn (2014a, p. 56) lembra que, inicialmente o bloco era ligado ao movimento autonomista da então Alemanha Ocidental, se baseando na experiência da autonomia operária

italiana dos anos 1970 que chegou na Alemanha posteriormente atuando junto às manifestações contra a construção de usinas nucleares em seu território. Essa chegada do autonomismo italiano também levou a outras ondas de protesto no território germânico, como quando jovens ocuparam imóveis e os transformaram em moradias coletivas em Berlim e Hamburgo.

Francis Dupuis-Déri (2014) traça uma narrativa histórica mais ampla que relaciona eventos de cunho semelhante às ações *Black Blocs* que podem ser entendidos como sementes para a construção dessa tática. Já no início do século XX o movimento das sufragistas, na Grã-Bretanha, é apontado como uma possível semente, principalmente com a criação da *Women's Social and Political Union* (WSPU) em 1903, onde as mulheres ativistas eram conhecidas como *suffragettes*. “As *suffragettes* interpelavam o primeiro-ministro ou membros de seu gabinete em igrejas, estações de trem, campos de golfe e assim por diante, insultando-os e chegando a dar empurrões e bofetadas” (Dupuis-Déri 2014, p. 36).

O próximo gesto que foi colocado pelo autor como um antecessor dos *Black Blocs* faz parte do contexto de Maio de 1968, quando vários manifestantes se vestiam com capacetes e cassetetes nas manifestações. Houve ainda, naquele momento, os chamados *katangaías* que, durante a ocupação da Sorbonne, circulavam armados (o que incluía o uso de armas de fogo). Mais ou menos no mesmo período, foi registrada a presença de manifestantes que também vestiam capacetes e bastões nos EUA, conhecidos como *weathermen*. No ano seguinte, em Chicago, manifestantes anti racismo também vestiam capacetes e enfrentavam a polícia com tijolos. Entretanto, estes grupos não eram *Black Blocs*, apenas traziam o recurso da violência como tática de luta e a autonomia como uma de suas principais bases, sendo entendidos como sementes daquilo que iria se construir com a corrente autonomista dos anos 1980 em Berlim e ganhar unidade mediante o uso das roupas inteiramente pretas e da tradição anarcopunk.

Desde sua origem, os *Black Blocs* realizavam ações diretas e eram formados por grupos que se organizavam livremente durante as manifestações e se dispersavam após os atos. Os “sem rosto” sempre foram considerados uma incógnita e, com o tempo, passaram a agir destruindo símbolos da propriedade privada e do Estado como fachadas de grandes corporações, carros de polícia e bancos. “Esse modo de manifestar surgiu então, como uma alternativa radical aos movimentos de protesto ao redor do mundo.” (SANTOS, 2014, p. 188).

Dupuis-Déri (2014, p. 10) define os *Black Blocs* como agrupamentos de indivíduos que se formam durante uma marcha ou manifestação. Segundo o autor, o nome designa uma forma específica de ação coletiva, ou uma tática: formar um bloco de pessoas que permanecem no anonimato pela utilização de roupas pretas e máscaras. Apesar do uso da força ser uma das principais características atribuídas a eles, muitas vezes, as ações se restringem a circular pelos



protestos numa espécie de desfile, cujo principal objetivo é apresentar uma crítica radical ao sistema econômico e político local e/ou global. “Nesse sentido, o *Black Bloc* é como uma grande bandeira negra formada por pessoas no centro de uma manifestação”. Além desse símbolo firmado pelos corpos, o bloco costuma, também, empunhar bandeiras anarquistas e faixas com dizeres anticapitalistas.

Segundo o autor, é difícil traçar um perfil dos atores que compõem o bloco, não apenas por estarem mascarados, mas por se tratar de um grupo, em sua maioria, heterogêneo. Entretanto, Dupuis-Déri (2014, p. 54) acredita que se trata, majoritariamente, de jovens (embora haja participantes com mais de cinquenta anos) e homens. Em sua maioria, são pessoas de origem europeia, havendo poucos negros ou hispânicos<sup>338</sup>, visto que as ações diretas poderiam ser reprimidas com mais agressividade se realizadas por imigrantes negros. Haveria, ainda, a participação tanto de jovens “mais politizados”, quanto daqueles que “buscam emoção”, sendo comuns casos de envolvidos estimulados pela influência de amigos ou com o intuito de expressar uma raiva reprimida. Assim, nem todos são anarquistas declarados. Durante as manifestações do Egito (2011), por exemplo, havia presença de torcedores de futebol e fãs de bandas de *heavy metal*.

Tanto as origens, quanto o fato de que o modelo de ação *Black Bloc* se reproduz em grande parte do mundo, fazem com que Gohn (2014, p. 59) entenda que o movimento tem um alcance internacional que reproduz táticas preconizadas pelos atores que o criaram, utilizando-se de ações supostamente violentas em contextos em que consideram cabíveis esses símbolos. Mas, de acordo com Dupuis-Déri (2014, p. 11), é mais do que isso. Para o autor, se trata de uma revolução global.

De acordo com Santos (2014) os principais protestos nos quais os *Black Blocs* estavam envolvidos foram:

1991 - Protestos nos EUA contra a Guerra do Golfo;

1996 - Manifestações durante convenções dos partidos Democrata e Republicano;

1999 - Batalha de Seattle - foi o momento em que a tática de fato se apresentou para o mundo quando os ativistas de preto se organizaram para evitar prisões em massa;

2000 - Protestos contra o FMI, a ALCA e o BM em locais como Washington e Praga;

2001 - Atuação direta durante a cúpula do G-8 em Gênova, sendo criminalizados e perseguidos;

---

<sup>338</sup> Esta afirmação não necessariamente se aplica à ocorrência brasileira, como poderá ser observado posteriormente.

2011 - Primavera Árabe - ação direta contra a repressão policial e militar<sup>339</sup>;

2011 - Participação nos Ocupies da Espanha e dos EUA como tática de defesa contra expulsão dos ocupantes de praças e espaços públicos;

2013 - Jornadas de Junho no Brasil.

Segundo Gohn (2014a, p. 56), a atuação dos *Black Blocs* nas Jornadas Brasileiras ocorreu predominantemente no final do levante e ao longo do segundo semestre do ano de 2013. Observa-se que o grupo envolvido naqueles protestos era heterogêneo e havia pessoas de classes sociais diferentes, entretanto, a presença de peles brancas e indivíduos de classe média era minoritária. A maior parcela dos ativistas era formada por jovens negros e pobres. No Rio de Janeiro, por exemplo, era comum a participação daqueles que sofreram ações violentas causadas pelas UPPs em suas favelas e que viam naquele espaço de manifestação uma possibilidade de se posicionar contra a violência à qual vinham sendo submetidos cotidianamente. (SANTOS, 2014, p. 191).

A heterogeneidade da composição do bloco também se mantinha quando o quesito era as manifestações ideológicas. Segundo Cava (2013, p. 85), o “bloco negro” brasileiro era formado por pessoas que se definiam como anarquistas, socialistas, anticapitalistas, autonomistas, anarcocomunistas, dentre outros. Havia, ainda, aqueles que, quando questionados sobre suas bases ideológicas, respondiam que eram favelados, ou que eram Amarildo. Houve, ainda, quem dissesse “Eu sou ninguém”. Assim, o que uniu aqueles ativistas, foi menos uma bandeira ou uma causa ideológica, mas uma ética e, principalmente, uma estética. Trata-se, para Cava (2013, p. 85) de uma “ética da recusa radical” que passa pelo entendimento de que manifestar-se envolve gerar transtorno, incômodo, enfrentar quem quer que tente te impedir e devolver o inconveniente com o qual se convive cotidianamente. E é justamente nesse sentido que muitas críticas são tecidas sobre esse ator, posto que, para vários analistas e teóricos faltam a esse movimento definições estratégicas, programáticas e teóricas, o que os leva a uma condição de grande fragilidade estando sujeitos a ataques, produções e apropriações realizadas por grupos de posicionamento oposto e até mesmo conservadores - tal qual ocorreu em muitos contextos históricos de tensão social. Destaca-se, neste sentido, o posicionamento crítico de Marilena Chauí que chegou a afirmar que os *Black Blocs* se aproximam muito mais de uma atuação conspiratória fascista que de um grupo anarquista. (GOHN, 2014a, p. 67). A ausência de planos

---

<sup>339</sup> Segundo Dupuis-Déri (2014, p. 27) as ações realizadas pelo grupo no Egito estavam “relacionadas a uma rede mundial de organizações de direitos humanos e empresas de segurança ocidentais, e tinham o objetivo de derrubar o regime.” Lembra-se, nesse sentido, o importante papel assumido pela Anistia Internacional no que tange a pauta dos direitos humanos. Informações a respeito desse AHC podem ser encontradas na nota de rodapé 74.

para uma organização futura é um dos pontos de maior controvérsia e fragilidade do bloco que fica à mercê de movimentos externos podendo ser manipulados como marionetes.<sup>340</sup>

Uma das características mais marcantes destes ativistas mascarados é se posicionar como rede de proteção a manifestantes. Tal como ocorria desde suas origens na Alemanha, os *Black Blocs* costumam fazer um cordão de isolamento se colocando entre a polícia e a marcha, de forma a protegê-la dos ímpetos violentos dos policiais. A prática se repetiu no Brasil durante as manifestações de 2013 reforçando a compreensão dos *Black Blocs* não como um movimento, mas como uma tática adotada no sentido de proteger aqueles que se insurgem. “O *Black Bloc* não é um tratado de filosofia política, muito menos uma estratégia. É uma tática.” (Dupuis-Déri, 2014).

Segundo Gohn (2014a, p. 57), no **levante** de junho, eles inicialmente se posicionavam atrás dos manifestantes, mas passaram a ir pela frente como um escudo. “Esse fato conferia à violência uma legitimidade, é resposta, reação e não ataque.” Assim, a depredação se coloca como um ato simbólico que atua diretamente sobre as bases do capitalismo. “Violência para esses manifestantes é ferir pessoas e é o que a polícia faz.” Portanto, de acordo com a autora, os *Black Blocs* se apresentam como tática e criam estratégias de ação ativista, como o uso das máscaras e das roupas pretas.

A **comunicação** realizada pelo grupo ocorre predominantemente online, mas pouco se sabe sobre como, de fato, funciona sua organização e a articulação entre os membros. Para o Dupuis-Déri (2014, p. 61), o mais comum é que os *Black Blocs* surjam de forma espontânea, apesar de que, não necessariamente, um membro seja dotado de poder de decisão coletiva. Segundo o autor, tal como os demais grupos anarquistas, o bloco busca agir de forma libertária, igualitária, deliberativa e consensual, sem hierarquia nem liderança. Sempre que há necessidade, as decisões são tomadas coletivamente.

As bases anarquistas são expressas, também, quando se entende o bloco como uma formação de “grupo de afinidade”, uma herança da *Federação Anarquista Ibérica*, que materializa as relações por meio da solidariedade e amizade, sendo considerado, também, como um grupo de “amilitantes” que atuam com respeito e confiança mútuas. Esse conceito é utilizado na negação da imagem tradicional do militante cujas relações são balizadas por uma identidade apoiada no pertencimento a um grupo político específico, em sua grande maioria, por meio de

---

<sup>340</sup> A respeito da ausência de uma definição de planos para os passos que extrapolam o gesto de levantar-se - que atravessa grande parte dos movimentos aqui citados - vale lembrar a entrevista cedida por Cohn Bendit a Sartre e registrada no filme *Morrer aos trinta anos* quando, indagado a respeito das proposições realizadas pelos insurgentes de Maio, o alemão aponta o levante como fim em si mesmo, não tendo objetivos que ultrapassem a catarse ali vivenciada.

filiação. A ideia da “amilitância” se faz presente no pensamento de muitos grupos ativistas contemporâneos que se opõem à militância tradicional pautada na lealdade às organizações e a uma estruturação hierarquizada. Nessa outra lógica do encontro, o prazer de se mover em grupo, sem medo da repressão, se torna uma potência da resistência e do afeto. Prazer e frustração (sensação advinda da imposição de uma vida imersa em um sistema econômico e político injusto e violento) são entendidos, então, como força motriz da **ação coletiva** deste grupo de afinidade.

Além disso, Dupuis-Déri (2014, p. 126) destaca que existe um aspecto festivo no tumulto, uma alegria no vandalismo. Citando o artigo *The New Anarchists*, publicado por David Graeber na *New Left Review*, no qual era apresentada a experiência do ativista na derrubada da Cúpula das Américas em Quebec, o autor destaca o uso de palavras como “inebriante”, “feliz” e “orgástico”. Além disso, o autor cita que um grupo de afinidade do *Black Bloc* em Gênova declarou que a ação deles não era meramente uma expressão de raiva, que os alvos eram escolhidos com precisão, sendo uma expressão de frustração, forma de extravasar a raiva, de escancarar os conflitos e de uma alegria massiva. Os protestos dessa natureza seriam uma vingança, uma exasperação total, uma primeira reação.

Inebriados de frustração e prazer, organizando-se horizontal e rizomaticamente, controlados pelo afeto, mascarados e de preto, os *Black Blocs* representam um desafio para o **Estado** que, muitas vezes, não sabe como agir frente à tática. Assim, a tendência é criminalizar o bloco reduzindo seus atos a uma narrativa da violência, além de reprimir severa e, agora sim, violentamente, a ação dos corpos nas ruas. A dificuldade do diálogo e da definição de ação por parte do **Estado** pode ser exemplificada, no caso brasileiro, pela fala do Ex-Ministro Gilberto de Carvalho, ao afirmar que: “Trata-se de um fenômeno social que nós, para podermos ter uma atuação eficaz, temos de ter um diagnóstico mais preciso. A simples criminalização imediata, ela não vai resolver.” (Folha de S. Paulo, 30/10/2013). Entretanto, Gohn (2014, p. 63) denuncia que este diagnóstico mais preciso não havia sido realizado até o final daquele ano e que a “resposta adotada” teria sido ações mais severas sobre os praticantes da tática.

Entretanto, isso não assegurou a redução de sua presença nas ruas ao longo da segunda metade daquele ano. Novas ações se tornaram corriqueiras, como o que ocorreu com uma greve dos professores realizada em São Paulo. Nela, os ativistas se organizaram tanto em apoio quanto em proteção aos trabalhadores, gerando um vínculo profundo entre os grupos, ao ponto de serem criados os Black Profs. Assim, toda ação realizada contra um ou outro, era uma ação contra os dois. Este vínculo se dá muito pelo fato de que parte significativa dos mascarados de preto eram estudantes das escolas públicas pelas quais os professores estavam lutando.

Mas voltando às Jornadas de Junho, é preciso destacar que a participação dos *Black Blocs* no **levante**, que se deu na sua metade final, foi um dos principais elementos para modificação do perfil e das narrativas sobre o que ocorria nas ruas do Brasil. O grupo que, como lembra Cava (2014, p. 366), iniciou sendo conhecido como *black bloc* (com letras minúsculas), logo ganhou relevância para parte significativa da imprensa nacional e passou a ter o nome grafado com as iniciais em maiúscula e a tática virou um ponto central na disputa de narrativas sobre as Jornadas. De um lado encontrava-se a estética potente e sua capacidade de produzir afetos e gerar sentidos, de outro, a personificação do mal, da violência e do vandalismo. Era o ator que a mídia precisava para distinguir o manifestante do bem, comportado e pacífico, daquele que pouco tinha a dizer e agia apenas por e com violência depredando o patrimônio e gerando terror pelas ruas. E foi isso que a mídia fez: criminalizou os atores de preto - aqueles vândalos mascarados que, de acordo com uma pesquisa DataFolha realizada em outubro daquele ano, eram reprovados por grande parte da sociedade. (GOHN, 2014a, p. 56).

O grande destaque dado na mídia foi a ação dos Black Blocs, outros atores com interesses diferentes e divergentes ganharam a cena; aconteceram inúmeros atos de violência, depredações e prisões, deslegitimando as manifestações face à opinião pública, reduzindo-as a atos de grupos esparsos. (GOHN, 2014a, p.10).

Entretanto, para a autora, a tática do bloco é uma violência performática, na qual as ações são previstas como a quebra de vidraças, janelas e portas de vidros, estabelecimentos de multinacionais, lojas de carros e bancos. A performance envolve elementos simbólicos e comunicativos se enquadrando em uma lógica de desobediência civil na qual há uma recusa à identidade como dominação. Quando, raramente, alguns mascarados se manifestam à imprensa, isso fica claro, pois afirmam buscar criticar, denunciar e ressignificar a violência estabelecida cotidianamente pelo sistema capitalista. Trata-se de uma “resposta-ataque” que atravessa diferentes contextos globais e se instala localmente. Os manifestantes costumam se defender afirmando que não é violência, pois não machucam ninguém, são atos de vandalismo contra corporações. Violência seria aquilo realizado cotidianamente pelos grandes poderosos. As ações conta as Copas das Confederações e do Mundo, por exemplo, ocorreram em **espaços** previamente escolhidos por apresentarem caráter controverso no que tange denúncias de corrupção e outros atos de prejuízo ao povo, como a criação de um imaginário de “Brasil ideal” que não condiz com a realidade da grande parcela oprimida do país. (GOHN, 2014a, p. 59).

Nesse sentido, Toledo (2014, p. 43) afirma que não se trata de elogiar e nem mesmo censurar a violência e cita três motivos para sua declaração: (i) um protesto jamais será pacífico, ainda que abduque da violência; (ii) valorizar ou não a violência é uma escolha do próprio

movimento; (iii) “a vida é que é violenta”. Assim, necessário seria não fechar os olhos com as amarras do moralismo repetindo discursos impensados que se sobrepõem ao que é evidente: a potência dos corpos nas ruas. “Em vez de valorar ou julgar a suposta violência da insurgência, talvez seja preferível perscrutar o que há por trás dos gestos e, acima de tudo, compreender os afetos em jogo.” (TOLEDO, 2014, p. 43).

Por fim, destaca-se, nessa controversa tática no contexto de 2013, dois pontos centrais: o primeiro diz respeito à legitimidade das ações frente ao contexto de violência ao qual vários corpos negros brasileiros são cotidianamente expostos; o segundo diz da fragilidade do bloco que acaba por se tornar um importante instrumento nas mãos das táticas conservadoras. Nesse sentido, indica-se que o Bloco Negro precisa ser observado com cautela sem deslegitimar suas ações a priori, mas compreendendo que, naquele momento (e também em outros, de diferentes formas) corroborou para uma narrativa ativa da mídia de polarização dos atos e de, em oposição ao grupo, definição daquilo que seriam os “bons manifestantes”.

#### f) *Anonymous*

Existe, para Cava (2013, p. 62), uma relação direta entre os *Black Blocs* e outro ator de destaque no contexto das Jornadas brasileiras: o *Anonymous*. A impressão que o autor passa é da existência de um prolongamento entre os grupos que, de alguma forma, adotam táticas semelhantes em espaços distintos. O que se dá não apenas pela prática do anonimato que os atravessa mutuamente, mas também pela existência de atores individuais semelhantes que praticam ações nas redes e nas ruas se articulando com os dois blocos e promovendo nós de conexão. A aproximação entre esses diferentes territórios já é uma característica inerente ao ciclo de lutas aqui analisado, mas é materializada e potencializada na relação entre estas duas formações de grupo que se completam à medida em que as táticas de vandalismo praticadas nas ruas pelos *Black Blocs* são também vivenciadas nas redes por meio dos *hackeamentos* promovidos pelo *Anonymous*. Assim, Cava (2013, p. 62) chega a pensar os *Black Blocs* como uma “requalificação física e corporal” que se configura no espaço de luta, daquilo que, para o autor, parecia parcialmente oco e singelo: a prática digital dos *Anonymous*. Entretanto, apesar dessa definição que aparentemente configura certa fraqueza do grupo, o autor comenta também sobre sua potência, entendendo o *Anonymous* como um coletivo que perturba a configuração do espaço da internet, onde as coisas, aparentemente, já estariam postas e exploradas.

Outra possível e também curiosa relação entre os *Black Blocs* e o *Anonymous* - agora olhando especificamente o contexto brasileiro - é o período em que se deu a entrada dos coletivos

nas Jornadas: já na metade final do **levante**. Entretanto, ao passo que a ação dos primeiros se estendeu ao longo de todo segundo semestre de 2013, os segundos se mantiveram muito ativos apenas até o dia 20 de junho. Para Gohn (2014a, p. 51), a atuação direta do *Anonymous* nas Jornadas, atesta a presença de grupos internacionais de ação digital nos protestos, mais um elemento que reforça a ideia de um ciclo global de lutas no qual não apenas o imaginário da potência e algumas táticas eram compartilhados, mas também atores circulavam entre os diversos países mobilizando redes, organizando ações, impondo e hackeando processos.

Como lembra Gohn (2014a, p. 52), o *Anonymous* é um grupo criado nos Estados Unidos na primeira década do século XXI que comporta vários coletivos em todo o mundo. Ele ficou conhecido em 2008 quando declarou guerra à seita Cientologia<sup>341</sup> convocando a população a se manifestar em frente a uma das sedes da religião - o protesto contou com aproximadamente nove mil pessoas. Depois desse ato, o *Anonymous* se expandiu globalmente e, em 2010, ganhou a atenção da mídia ao realizar um “cerco cibernético às empresas que atuaram contra o Wikileaks”. (GOHN, 2014a, p. 52). A partir de então, o grupo assumiu causas populares, principalmente entre os jovens, angariando vários adeptos dessa faixa etária e influenciando todos os **levantes** que compuseram o **ciclo de lutas** que se iniciou em 2011. Sua principal estratégia é o uso das redes sociais e tecnologias digitais para realizar ataques e fomentar ações diretas contra aquilo à que se opõe.

Para Gohn (2014a), um dos principais elementos que definem o grupo e, conforme supracitado, o aproxima dos *Black Blocs* anteriormente analisados, é a manutenção de seu anonimato. Segundo a autora este é um elemento curioso que demonstra uma diferenciação profunda do coletivo com os **movimentos sociais** que se destacavam até os anos 1990, já que, para eles e, principalmente suas lideranças, era fundamental que suas identidades fossem reconhecidas. Este anonimato tão prezado pelos ativistas digitais, contraditoriamente, é marcado por uma outra forma de identificação: o uso de uma máscara inspirada em Guy Fawkes, um soldado católico que, em 05/11/1605 tentou explodir o Parlamento inglês durante o **levante Conspiração da Pólvora**. A máscara foi popularizada após sua utilização no filme *V de Vingança* (lançado em 2006). Isso faz com que o *Anonymous*, diferentemente dos *Black Blocs*, joguem com a relação entre ausência de rosto e criação de uma identidade. Jogo que se torna ainda mais

---

<sup>341</sup> A seita é um conjunto de práticas e temas criados por L. Ron Hubbard (1911–1986) com base em um sistema de auto-ajuda que se tornou religião em 1953. A Cientologia ensina que as pessoas são seres imortais que se esqueceram de sua verdadeira natureza. Seu método de reabilitação psiquiátrica e espiritual é um tipo de aconselhamento conhecido como Auditoria, no qual os praticantes visam reviver conscientemente os eventos dolorosos ou traumáticos de seu passado a fim de libertar-se dos seus efeitos limitantes.



complexo quando se pensa a “imaterialidade” como uma das principais características de suas ações que se consolidam no ambiente digital. Nesse caso, o corpo ganha também outro sentido que não é o do movimento da bandeira preta pelas ruas e a “violência” ocorre num outro espaço.

As estratégias de atuação digital do grupo são, para Gohn (2014, p. 52), relativamente simples, posto que os *hackeamentos* ocorrem basicamente com o uso de um programa de computador - por exemplo, o *LowOrbitlon Canon* - que sobrecarrega o sistema de dados de determinado site até que ele saia do ar - prática conhecida como “invasão”. Os principais alvos do grupo têm sido bancos, agências de cartões de crédito, sites governamentais e de órgãos internacionais.

Entretanto, apesar de manter basicamente o mesmo *modus operandi* ao longo de toda a sua história, é possível detectar duas fases de atuação do grupo e o divisor de águas é, justamente, o ciclo de lutas que ocorreu após a crise de 2008 e, principalmente, sua atuação na Primavera Árabe e no *Occupy Wall Street*. Isso porque é a participação nesses eventos em 2011 que faz emergir uma face muito mais politizada do coletivo que une o ativismo político à cibercultura. Em relação aos primeiros protestos, destaca-se a participação do grupo no levante que ocorreu no Egito. Evento marcado, segundo Gohn (2014a, p. 103), por uma citação realizada em um dos livros do *Anonymous*, no qual declaram o seguinte: “*Is your governments shutd down the internet, shut down your government.*”

No caso do levante norte-americano, a participação do grupo se deu ao fornecer imagens e vídeos que fomentavam a mobilização. A escolha pela colaboração insurgente se deu, segundo Gohn (2014a), quando o governo dos EUA propôs ao *Paypal*, Visa e Mastercard o fechamento das contas do *WikiLeaks*. Assim, foram realizados diversos ataques cibernéticos contra essas empresas e vários ciberativistas ainda estão presos ou aguardando julgamento em decorrência dos atos. Há ainda outras denúncias de realização de ações ilegais por parte do grupo, como é o caso da criação de várias derivações que se tornaram facções que, de acordo com o *New York Times*, utilizam de força bruta quando vão derrubar os sites além de invadirem sistemas e roubarem dados. (GOHN, 2014a, p. 53).

A principal bandeira defendida pelo grupo é a liberdade de expressão e o amplo acesso à informação e ela é central para os diversos coletivos que compõem a rede em diferentes países. A articulação entre estes coletivos e a lógica de organização global que dá unidade ao mesmo tempo que capilariza a atuação do *Anonymous* em nada se aproxima da organização dos movimentos sociais tradicionais. E isso não se dá apenas pelo caráter rizomático e digital, mas também pelas intensas críticas estabelecidas sobre o sistema de representações políticas e a lógica da participação. “Elas realizam um protagonismo virtual, atuam como rede descentralizada



- que lhes permite mais agilidade na organização/disseminação dos protestos." (GOHN, 2014a, p. 55). A atuação do grupo no Brasil vem ocorrendo desde 2011 quando atacaram e derrubaram o site do governo federal.

No que tange as Jornadas de Junho de 2013, Gohn (2014a) cita uma pesquisa realizada pela InterAgentes e coordenada por Sérgio Amadeu<sup>342</sup> que revela participação intensa do *Anonymous* nas manifestações dos dias 13, 17, 18 e 20 de junho (justamente o momento em que se deu o "ponto de virada" do movimento) mediante disseminação de informações e realização de articulação para o desenvolvimento dos atos, mostrando-se solidários à **pauta** de redução de tarifas e da oposição à realização da Copa do Mundo em território nacional. Essa pesquisa revela que os responsáveis pelos maiores focos de atividade no *Facebook* nesses dias chave dos protestos, foram os ativistas do coletivo. Entretanto, nos dias finais dos atos (após o dia 20) a atuação do *Anonymous* foi bastante reduzida, encontrando-se, de acordo com a mesma pesquisa, isolado em relação à articulação do movimento.

### **Algumas considerações sobre os atores**

Conforme pode ser observado anteriormente, a atuação de diferentes grupos ao longo das Jornadas de Junho de 2013 é um dos elementos que conferem grande complexidade ao **levante** não apenas pela diversidade das **pautas**, mas também pelas contradições inerentes a cada ator, bem como às formações de grupo nas quais eles se inserem. Formação de redes nacionais e internacionais, vandalismo cibernético ou nas ruas e reações contra o urbanismo neoliberal, são alguns dos elementos que emergem mediante a um olhar lançado sobre os principais envolvidos ou, até mesmo, possíveis lideranças que compuseram a insurreição brasileira - de acordo com a perspectiva desta tese.

---

<sup>342</sup> Nascido em 1961, Sérgio Amadeu é um sociólogo brasileiro conhecido por defender e divulgar o *software* livre e a inclusão digital. Foi presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e um dos principais divulgadores do Telecentro em toda a América Latina. Em 1981 foi eleito presidente da UBES e sua relação com a temática da inclusão digital se iniciou em um curso realizado no Instituto Florestan Fernandes quando participou da criação do Projeto Sampa.org. Durante a gestão de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, Amadeu criou e ficou à frente da Coordenadoria do Governo Eletrônico da Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social. Foi também nesse período que criou a Rede Pública de Telecentros visando a inclusão digital em todo o país. Em 2003, durante o primeiro ano do mandato de Lula, foi presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) da Casa Civil, assumindo o Projeto Casa Brasil de inclusão digital. Atualmente é membro da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura), sendo professor e pesquisador da Universidade Federal do ABC.

Diante disso, neste momento final da seção, fez-se necessário lançar luz sobre algumas controvérsias que emergiram de tal análise. A respeito das lutas urbanas, o que se destaca para além da legitimidade do discurso, que inegavelmente carrega **pautas** fundamentais para a cidade, é a sua intensa relação com os protestos, mas como apenas mais um nó na rede, não sustentando o debate sobre as cidades - que seria central - na sua posição de destaque. O *não é por vinte centavos* se espalhou rapidamente, mas, antes mesmo disso, não havia, de fato, uma construção aprofundada em escala nacional sobre a questão da mobilidade urbana, do uso da terra e sua função social, do patrimônio urbano, do direito à moradia ou outros elementos caros ao urbanismo. O que se observa, ao contrário, é que estes debates se firmaram no âmbito local e a articulação global da **pauta**, acabou não alcançado de fato uma transescalaridade potente.

Em relação aos atores vinculados às ações ditas de vandalismo, algo que se destaca é a sua construção de ordem internacional. Tanto os *Black Blocs* quanto o *Anonymous* compõem redes global de coletivos e táticas que atuam de diferentes formas em cada território, mas que possuem um vocabulário antissistêmico que os aproxima do que poderia ser entendido como um ataque da multidão contra o **Império**. A ausência de rostos materializada pelas máscaras (ainda que a do *Anonymous* confira uma identidade, tal qual as roupas pretas dos *Black Blocs*) vem carregada de simbolismos que atravessam toda a obra de Hardt e Negri quando se aborda a potência da legião, dos muitos que formam uno. O ataque, nesse caso, se direciona, sem curvas, tanto ao **Estado**, quanto ao capital trazendo, assim, o viés autonomista e anárquico que se espera da constituição desse caldo biopotente.

Entretanto, o que se observa de curioso (e talvez nem tão controverso) é o momento de entrada destes grupos no contexto brasileiro. Como supracitado, principalmente ao se avaliar os dizeres midiáticos sobre os protestos, observa-se uma mudança de narrativa que se inicia por volta do dia 13, se intensifica no dia 17 e se radicaliza no dia 20 de junho. A partir daí a corrupção toma o centro do debate. Nesse sentido, a participação do bloco de negro na segunda parte do **levante**, apesar de seu discurso legítimo a respeito da violência tanto do capital quanto do **Estado**, se torna um tanto quanto controversa. Questiona-se, então, qual a razão dessa chegada tardia e manutenção de suas ações ao longo do segundo semestre daquele ano. Talvez seja um pensamento ingênuo tecido nesta tese, mas analisando o perfil social e a violência sofrida por aqueles que representavam, naquele contexto, os *Black Blocs* brasileiros, a inquietação que se instala é justamente a respeito de uma manipulação internacional que viu nos corpos predominantemente negros, mascarados e sofridos, a possibilidade de um golpe de misericórdia que auxiliaria diretamente a narrativa de dicotomia entre os bons e os maus. Invariavelmente, os maus vestem preto, seja na pele, seja na roupa. A sensação que se dá é de uma minoria oprimida

que, novamente tem suas dores e potencias viradas contra ela mesma, num gesto cruel de supremacia branca, no qual, a cor da paz (sempre manchada de sangue) vestia-se de sua suposta e perversa superioridade. Os bons violentam sem fazer alarde. Como violentaram o país ao tomá-lo de um nacionalismo tacanho.

Em relação ao *Anonymous*, a sensação que se dá é outra; uma possível aproximação desse ator com o bloco eurasiático gera maiores inquietações sobre sua atuação. Além disso, seu caráter inicialmente “apolítico” que se transforma em meio ao ciclo de 2011 também apresenta-se um tanto quanto contraditório. Da mesma forma que sua atuação nas Jornadas que se dá em seu momento mais crítico, tal qual a dos *Black Blocs*, mas que se esvai, tornando o grupo muito menos representativo para o contexto pós 2013.

Por fim, o eixo que mais chamou a atenção quando se trata da análise dos atores é aquele da cultura e da **comunicação**, aqui exemplificado pelos coletivos Fora do Eixo e Mídia Ninja (ou apenas FdE). Uma rede complexa e capilarizada que envolve denúncias de trabalho escravo e ligação direta com atores internacionais, muitos deles ligados às IFIs, configura essa formação de grupo que pode ser vista como um dos pilares das Jornadas de Junho. De um lado, a criação e o fomento de diversos coletivos de arte que promovem eventos em todo país produzindo **subjatividades** e alavancando candidaturas - como é o caso da eleição de Fernando Haddad prefeito de São Paulo em 2012 em evento muito semelhante às manifestações iniciais das insurgências de junho. De outro, uma mídia sem jornalistas, formada pelo próprio “povo”, no calor do momento, mas que, invariavelmente produz um ponto de vista e que, apesar de assumir isso, se torna para grande parte do segmento progressista da população, uma narrativa unívoca. Junto a tudo isso está a criação de um banco cujas transações pouco se compreende e os financiamentos não ficam nada claros em meio ao discurso de transparência. As bases nas quais se firmaram as Jornadas ainda apresentam-se um tanto quanto obscuras.

Assim, a seção seguinte se dedica a uma aproximação a respeito de algumas estratégias de produção de **subjatividade** que atravessam o contexto de Junho de 2013, bem como questionamentos a respeito da existência de uma possível Guerra Híbrida no Brasil.

#### **9.4 Jornadas de 2013: produção de subjatividade e Guerra Híbrida?**

Durante as Jornadas de Junho de 2013 a esperança na multidão atravessava grande parte dos os ativistas e intelectuais brasileiros que, movidos por uma paixão contagiante, acabaram imergindo naquele caldo biopolítico, sem ao menos saber quem compunha aquela

multidão e se, de fato, tratava-se de muitas cores, ou do típico cinza amorfo das massas que tanto criticavam. Via-se, entretanto, uma abertura caótica das **pautas** e, na esperança da esquizofrenia, isso era celebrado enquanto potência. Acreditava-se ser, ali, a expressão da diferença no encontro que se contrapunha ao desejo uno e popular que caracterizou os **movimentos sociais** brasileiros por décadas. Não mais se pedia pela unidade. Pelo contrário, ela era negada tal qual a imagem velha e desgastada da política partidária, sindical, composta de forma “entediante”, pelo povo, unívoco e integrado. Opondo-se a esse povo, os entusiastas da multidão não poderiam imaginar que, do acinzentado multicolorido em que se assentavam os protestos entre massa e multidão, a voz de maior reverberação seria verde e amarela, reacionária e conservadora. Não se imaginava que o vazio deixado pelo povo nas ruas não seria ocupado pelo enxame em plena efervescência, mas por um cimento grosso que calaria com rigidez a utopia latente.

O fato é que a influência externa no **levante** brasileiro é inegável. Seja ela direta ou indireta, na construção de uma Guerra Híbrida, ou não. Certamente, trata-se, potencialmente, de uma articulação de todos estes elementos, acrescidos daqueles outros supracitados e relacionados à insatisfações legítimas com questões urbanas e sociais. A existência de um **ciclo de lutas**, o caráter inflamado das paixões alegres, a festa nas ruas, a violência policial, a disputa pela hegemonia mundial, as articulações Sul-Sul, ou até mesmo o desejo egocêntrico e culposos dos indivíduos ocidentais de “fazerem a diferença” conforme pontua Zizek (2013), são camadas de 2013 às quais vale acrescentar a ação, de forma indiscutivelmente direta, da produção desejante capitalística. As propagandas da Fiat<sup>343</sup> (FIGURA 40) e do Johnnie Walker<sup>344</sup> (FIGURA 41) deixam isso ainda mais claro. A primeira delas entrou no ar nas televisões brasileiras no mês de junho de 2013 convocando para uma ocupação festiva das ruas sob o slogan “Vem Pra Rua”, que se tornou uma das *hashtags* mais importantes das Jornadas de Junho de 2013 e que, posteriormente, em 2014, passou a ser amplamente utilizada pelos grupos conservadores. A ascensão dessa palavra de ordem que antecedeu o início da insurgência, faz emergir uma questão sobre uma possível produção dessa narrativa que se antevêm à ideia da cooptação, sendo possível, retomar, para esse debate, o entendimento do capitalismo como “quase causa” (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Reforçando essa hipótese, a segunda propaganda que subsidiou importante **subjetividade** incorporada pelo **levante**, foi apresentada um ano antes, e trazia a

---

<sup>343</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LKMwzMtuL90>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

<sup>344</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ja2CP0W3E6c>. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

imagem de um gigante se levantando como se o povo brasileiro acordasse frente aos absurdos aos quais vem sendo exposto e é, ainda hoje, acionada como um símbolo relevante para os grupos conservadores ovacionando a ascensão de um posicionamento reacionário e ultraneoliberal.

Ainda na esteira da compreensão desses recursos midiáticos como mecanismos fundamentais de produção de **subjetividade**, retorna-se à propaganda da Fiat (FIGURA 40) para comentar outros elementos que podem corroborar com a hipótese supracitada. Trata-se da profusão de camisas e bandeiras do Brasil que, a partir de 2013, foram amplamente apropriadas por grupos conservadores que, arrebatados por um falso patriotismo exclusivamente narrativo, fazem uso de tais elementos como recursos que compõem os discursos “anticorrupção” e de ataque tanto ao governo quanto aos políticos petistas.

Vale ressaltar, ainda, a simbologia dos mascarados que compõem o comercial. Pensando em relação à uma suposta comemoração de jogos de futebol à qual, aparentemente a propaganda faria alusão, tal figura não representa um estereótipo tipicamente presente nesse tipo de ocasião, mas ao contrário, apresentou-se como elemento comum nas manifestações de 2013 compondo, de forma geral, um símbolo daquela resistência que, posteriormente se estendeu para os movimentos do ano de 2014. Há ainda outro elemento (no mínimo) curioso na composição dessa propaganda: observa-se um amplo estímulo ao uso de meios de transporte limpos, como bicicletas e caminhadas, imersos em uma propaganda de automóvel, bem como a presença de carros sem conseguir se mover em meio a uma multidão festiva.

**Figura 40 - Propaganda da Fiat: Vem pra rua.**



Fonte: Propaganda Fiat adaptada pela autora.

Já o gigante do comercial de uísque, não estava mais adormecido, pelo contrário, habitava o seio do Rio de Janeiro, em um de seus principais ícones, o Pão de Açúcar, e dali se ergueu

para a surpresa de todos (FIGURA 41). Se pensado o contexto de criação dessa imagem, no ano de 2012, é possível interpretá-la como uma alusão ao patamar de desenvolvimento ao qual o Brasil havia chegado, indicando que sua potencialidade, que passara anos silenciada havia desabrochado na forma de uma força quase incontrolável. O que, ao cabo, não foi verdade nem na manutenção dessa força, nem na apropriação dessa imagem como a consolidação de um **Estado** emergente forte. Ao contrário, o gigante insurgia-se contra tal **Estado**, deslocando-se pela cidade e causando, de um lado admiração e, de outro, destruição, sentimentos que, inegavelmente, atravessavam os manifestantes de 2013. Manifestantes esses que se posicionavam na construção controversa de um poder coletivo que se levanta, mas que, no fim das contas, pisoteia a cidade maravilhosa levando à sua destruição. Quando, a partir de 2014, esse gigante segue acordado, agora vestindo roupas verde amarelas, a caminhada passa a se estender sobre todo o país - conforme ordenado ao final do comercial com a assinatura *Keep Walking, Brazil* - e a destruição segue mais agravada.

**Figura 41 - Propaganda do uísque Johnnie Walker**



Fonte: Propaganda Johnnie Walker adaptada pela autora.

Questiona-se se dentre os monstros que compõem a multidão, caberia um gigante de pedra. Sabe-se que no livro *Declaração: isso não é um manifesto*, ao reivindicarem alguns eventos como multitudinários, tais quais os **levantes** da Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e o 15M, Negri e Hardt (2016) não incorporam nessa lista as Jornadas de 2013. Ainda que se trate de um evento mais próximo ao lançamento do livro, que se deu em 2014, essa ausência, de alguma forma, pode se apresentar como um indício - apesar da posterior declaração de Negri que indica o oposto. Ao contrário dos demônios e vampiros, dos enxames de abelhas e cupins, o gigante é uma pedra que se levanta. A unidade retratada pelo Johnnie Walker, que pode ser



do Estado ou do levante, elucida a existência de uma massa, acinzentada e rígida em oposição ao multicolorido que configuraria pretensamente a multidão. Isso não significa a ausência de um caráter multitudinário no movimento, ou seja, a amplitude de pautas, o uso massivo da tecnopolítica e a articulação potente entre as redes e as ruas, são características que apontam, inegavelmente, a inserção deste movimento em um contexto no qual a multidão se assenta enquanto potência biopolítica. Entretanto, a existência de um perfil de manifestante preponderantemente de classe média e sem inserção anterior no debate político, bem como os diversos indícios de articulação externa para a configuração do movimento, fortalecem a imagem daquilo que se pode compreender enquanto movimento de massa. Uma massa sem liderança aparente, mas possivelmente direcionada para a implantação de um caos nacional que levaria a desdobramentos múltiplos e, em sua maioria, inegavelmente danosos, principalmente se deslumbrados em escala nacional e não apenas individual. Isso porque, sabe-se que a experiência do êxtase e da paixão, da colaboração e do fervor, da coletividade e até mesmo cooperação vivenciada por muitos nas manifestações, acaba gerando transformações individuais incríveis, mas esses são processos de individualização e, não necessariamente, de construção de um bem coletivo ou comum, como prefeririam apostar Hardt e Negri (2012).

A possibilidade latente de uma manipulação externa sobre a construção das Jornadas no Brasil, como o maior indício da movimentação de uma massa controlada e medida por atores capitalísticos internacionais, tem como subsídio principal o claro interesse em destruir o crescimento nacional - potencializado pelas articulações Sul-Sul - garantindo a manutenção do bloco hegemônico e retornando o Brasil ao local de colônia ao qual sempre pertenceu. Observa-se que outros países que, como o Brasil, se encontravam nesse contexto de crescimento e estabilização na política internacional, como a Turquia, também sofriam ou haviam recentemente sofrido, com movimentos muito semelhantes. Isso sem contar com os ataques contínuos (ainda que muitas vezes indiretos como nas Revoluções Coloridas) à Rússia e à China, entendidas como países centrais nesta emergente nova configuração mundial.

Para além do objetivo maior de manutenção da ordem global intacta em sua estrutura (conforme apontam Hardt e Negri ao citar alguns motivos das investidas imperiais em outros territórios), havia, no Brasil, a descoberta recente do Pré-Sal, que alçaria o país a um outro patamar no cenário mundial, funcionando como um motor com ainda mais potência para a alavancada iniciada nos anos 2000. Nesse contexto havia, ainda, outros pontos de extrema relevância que devem ser observados, tais como: o desenvolvimento de tecnologia própria para produção de um submarino nuclear, que, de tão ameaçador, levou à primeira prisão da Operação

Lava Jato do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva<sup>345</sup>; o crescimento da empreiteira Odebrecht, que realizava consultorias a nível global, competindo com empreiteiras norte-americanas na África; a tecnologia nacional de exploração do Pré-sal desenvolvida pela Petrobras; e a exigência feita pela Presidenta Dilma que todas as agências do governos utilizassem empresas estatais de tecnologia, o que levaria um enorme prejuízo aos EUA.

Essa conformação de dados que, certamente, não compõem a totalidade complexa das tensões internacionais vividas naquele momento, poderia, por si só, não evidenciar uma influência externa direta na composição do **levante**. Entretanto, é preciso lembrar que, Fernando Haddad (2017) em entrevista cedida à Revista Piauí comenta que, naquele momento, os presidentes Recep Tayyip Erdoğan, da Turquia e Vladimir Vladimirovitch Putin da Rússia entraram em contato com a Presidenta Dilma Rousseff afirmando que, o que ocorria no Brasil se enquadraria, claramente, no espectro de uma Guerra Híbrida. Nessa entrevista, o atual Ministro da Fazenda (2023) afirma que não caberia a ele declarar o que de fato foram as Jornadas de Junho, mas que naquele momento já havia percebido que havia “algo errado”.

Da Turquia, no dia 22 de junho de 2013, como lembra Leirner (2020, p. 255), o Presidente Erdogan anunciou que:

O mesmo jogo está sendo jogado no Brasil. Os símbolos são os mesmos, Twitter, Facebook, são os mesmos, a mídia internacional é a mesma. Os protestos estão sendo levados ao mesmo centro. Eles estão fazendo o máximo possível para conseguir no Brasil o que não conseguiram aqui. É o mesmo jogo, a mesma armadilha, o mesmo objetivo.

Já no dia 22 de agosto, após os alertas realizados por Putin, uma matéria do Pravda diz o seguinte:

---

<sup>345</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/inovacao/a-prisao-do-pai-do-programa-nuclear-brasileiro/>. Acesso em 30 de dezembro de 2021.



Passo 1: Intoxicar a opinião pública com desvantagens, reais ou imaginárias, usando a mídia-empresa, enfatizando dificuldades que há em todo o mundo capitalista, como se fossem 'exclusividade' de cada país atacado. A mídia-empresa trabalha para promover o descontentamento, enfatizando dificuldades como déficit, crimes, sistema monetário instável, governos 'sem capacidade para governar' e, claro, uma corrupção que só existiria, 'em tal nível', em cada um dos países que esteja sendo atacado. (...)/ Passo 2: Demonizar autoridades eleitas, mediante a manipulação de preconceitos, dizendo, por exemplo que todos os brasileiros (russos, chineses, mas nunca, nunca, todos os norte americanos; demonizando todos os pobres; mas nunca, nunca, todos os ricos); mediante 'atos públicos' para defender (i) a liberdade de expressão (que as elites sempre consideram que estaria ameaçadíssima em governos legitimamente democráticos); (ii) direitos humanos e liberdades civis; (iii) contra a 'ditadura' de governo popular e democraticamente eleito (que as elites sempre consideram 'autoritário'); e, em geral, reescrevendo a história a favor das forças que anseiam por voltar ao poder./ Passo 3: Trabalho nas ruas. Canalizar conflitos, promovendo mobilização de qualquer oposição; desenvolver plataformas de combate que englobem todas as demandas políticas e sociais, 'unificar' todos os tipos de protestos, jogar habilmente com erros e dificuldades do estado/governo; organizar manifestações que impeçam a ação das instituições do estado; capturar as instituições do estado para forçar a radicalização de confrontos./ Passo 4: Combinar diferentes formas de luta: organizar piquetes e capturar simbolicamente as instituições do estado; guerra psicológica conduzida pela mídia-empresa, como promoção de confrontos com a política, para criar a impressão de que o governo nada controla, desmoralizar o governo legítimo e suas agências de serviços policiais./ Passo 5: Encenar um golpe institucional, movido a protestos de rua, sempre 'exigindo' a renúncia do(a) presidente(a)./ Em que estágio está a revolução colorida no Brasil hoje? Cabe ao leitor decidir." (PRAVDA, 22 de agosto de 2015)<sup>346</sup>.

Segundo Leirner (2020) o primeiro brasileiro a elucubrar a possibilidade de desenvolvimento de uma Guerra Híbrida no Brasil foi o jornalista Pepe Escobar. Posteriormente, no texto *O Brasil no epicentro da guerra híbrida*, publicado em 2018, o autor relembra a ameaça que significava o crescimento do BRICS para a hegemonia global, e aponta o Brasil como alvo mais vulnerável do grupo, o que justificaria o ataque ao país. Neste sentido, Escobar (2018, não paginado) descreve algumas estratégias para implementação de uma Guerra Híbrida de forma geral e que, como pode ser observado, compuseram o quadro brasileiro: (i) uso de uma "classe média não engajada"; (ii) apoio à insurgência; (iii) o uso de estratégias políticas e psicológicas no sentido de desacreditar o governo; (iv) preparação e incentivo psicológico para uma rebelião; (v) uso massivo de um discurso sobre corrupção. O caso brasileiro ainda apresentaria um agravante: Escobar (2018) lembra da espionagem da NASA divulgada, em junho de 2013, por Edward Snowden que deu acesso, a um juiz de primeira instância, Sérgio Moro, com base em um único relato, a inúmeros documentos importantes da Petrobras.

<sup>346</sup> Disponível em: [https://port.pravda.ru/news/cplp/19-08-2015/39293-revolucao\\_colorida\\_brasil-0/](https://port.pravda.ru/news/cplp/19-08-2015/39293-revolucao_colorida_brasil-0/). Acesso em: 05 de abril de 2023.

A marcha em direção à Guerra Híbrida no Brasil teve pouco a ver com as tendências políticas de direita ou esquerda. Foi basicamente sobre a mobilização de algumas famílias ultra ricas que governam de fato o país; da compra de grandes parcelas do Congresso; do controle dos meios de comunicação; do comportamento de donos de escravos do século XIX (a escravidão ainda permeia todas as relações sociais no Brasil); e de legitimar tudo isso por meio de uma robusta, embora espúria tradição intelectual. (...) “Movimentos” de ultra direita financiados pelos nefastos Irmãos Koch pipocaram repentinamente nas redes sociais e nos protestos de rua. O procurador geral de justiça do Brasil visitou o Império do Caos chefiando uma equipe da Lava Jato para distribuir informações sobre a Petrobras que poderiam sustentar acusações do Ministério da Justiça. A Lava Jato e o – imensamente corrupto – Congresso brasileiro, que irá agora deliberar sobre o possível impeachment da presidente Rousseff, revelaram-se uma coisa só. Àquela altura, os roteiristas estavam seguros de que a infra-estrutura social para a mudança de regime já havia produzido uma massa crítica anti-governo, permitindo assim o pleno florescimento da revolução colorida. O caminho para um golpe soft estava pavimentado – sem ter sequer de recorrer ao mortal terrorismo urbano (como na Ucrânia). O problema era que, se o golpe soft falhasse – como parece ser pelo menos possível, agora – seria muito difícil desencadear um golpe duro, estilo Pinochet, através da UW, contra a administração sitiada de Rousseff; ou seja, executando finalmente a Guerra Híbrida Total. No nível socioeconômico, a Lava Jato seria um “sucesso” total somente se fosse espelhada por um abrandamento das leis brasileiras que regulam a exploração do petróleo, abrindo-a para as Grandes Petrolíferas dos EUA. Paralelamente, todos os investimentos em programas sociais teriam de ser esmagados. (ESCOBAR, 2018, não paginado).

Não é só o jornalista Pepe Escobar que tem este ponto de vista sobre as Jornadas de Junho de 2013 e a criação de uma Guerra Híbrida no Brasil. O russo Andrew Korybko em entrevista à Tutaméia, realizada em 2018 e publicada pela Revista *Indisciplinar* afirma que:

Há uma Guerra Híbrida muito intensa sendo travada no Brasil neste momento e afeta todos os aspectos da vida de cada cidadão. Ao longo dos últimos dois anos, agentes externos vêm tentando muito sutilmente condicionar a população para voltá-la contra o Partido dos Trabalhadores, usando instrumentos como a Operação Lava Jato, apoiada pela NSA [agência norte-americana de inteligência]. (KORYBKO, 2018, p. 39).

Lembrando a intervenção realizada pela Rússia na Crimeia, que muitos nomeiam como Guerra Híbrida, Leirner (2020, p. 23) segue o mesmo caminho dos autores anteriormente citados, trazendo as Jornadas de Junho como uma ação semelhante e associando esse evento a um ataque direto realizado sobre o Partido dos Trabalhadores. Para ele, esse processo de intervenção no território nacional inclui tanto um apoio à insurgência quanto a intensificação do sentimento de descontentamento por meio da produção de uma **subjetividade** de descrédito no governo. Ambos elementos que vão crescendo de forma conjunta, ou seja, quanto mais se intensifica o **levante**, mais se aposta nas propagandas contra-governo. Este fato pode ser entendido como mais um indicativo para a mudança de posicionamento das mídias ao longo do **levante** que passam não só a apoiá-lo, como também a intensificar a narrativa da corrupção como

a principal base para sua realização. Podendo, assim, ser entendidas como ator central para a composição da possível Guerra Híbrida.

Entretanto, como estudioso dos movimentos militares<sup>347</sup>, Leirner (2020) dá destaque a outro elemento importante para este debate: a possibilidade de a criação da Comissão Nacional da Verdade ter sido uma estratégia da **esquerda** de rompimento com as Forças Armadas e que uma possível reação seria a fomentação de uma revolução colorida no país que obrigaria os militares e a justiça a defenderem o Brasil de um “inimigo interno”. Dando sequência a esse pensamento, o autor afirma que, ao longo desses estudos, percebeu que vários setores do **Estado** passaram a ter atitudes disruptivas promovendo choques com outros blocos governamentais.

Nesse sentido, uma importante questão é colocada por ele: enquanto normalmente as Guerras Híbridas são provocadas por outros países para desestabilizar as Forças Armadas de determinado local, a hipótese é que, no caso brasileiro, os próprios militares apostaram nessa estratégia, agindo durante anos e trazendo para o PT e grande parcela dos progressistas, a responsabilidade de, eles mesmos, implementarem a Revolução Colorida. Esse fato reforça a imagem trazida por Korybko (2018) que, o que ocorre no Brasil, é uma Guerra Híbrida bastante refinada. É nesse sentido que se instauraria uma novidade no caso brasileiro, posto que, para o autor, a Guerra Híbrida aqui vivenciada não se inicia com as Jornadas de Junho, mas se potencializa com o **levante** e tem continuidade posteriormente. No cerne, estaria, então, uma produção de **subjetividade** militar que usaria símbolos nacionais, como o do futebol, por exemplo, como uma estratégia de deslegitimação do **Estado** Brasileiro. Os posicionamentos identitários, urbanos e progressistas presentes no **levante** seriam apenas uma camada de fortalecimento e distração frente ao que estava, de fato, sendo posto.

O objetivo de uma Revolução Colorida, uma vez iniciada, é tomar o poder e derrubar a liderança do Estado. Ela é muito eficiente para essa finalidade, uma vez que une a população em um enxame (...) e faz com que ela subjuguie as instituições públicas que representam o governo. (LEIRNER, 2020, p. 27).

Assim, Leirner (2020, p. 28) entende que, no caso brasileiro, ocorreu um fenômeno no qual os militares orquestraram uma “operação política interna” e, em seguida, encontraram

---

<sup>347</sup> A presença dos militares como mais um ator na configuração do Golpe realizado sobre o Brasil aponta para a existência de mais uma camada nesse processo, complexificando a ideia anteriormente estabelecida como atuação de “dupla-pinça” que agiria de baixo para cima e de cima para baixo, e tornando-a uma configuração de múltiplas pinças.

espaço para realizar ataque a outros setores do Estado, como foi o caso das operações realizadas pela Justiça<sup>348</sup> contra o PT e, especialmente, contra o Presidente Lula.

Simultaneamente a essa aposta, de uma intervenção militar durante o processo que acometeu o Brasil a partir dos governos petistas e que tinha as Jornadas como um de seus braços, o autor traz os interesses internacionais como uma importante camada para o debate. Abordando a relação realizada entre o PT e as empreiteiras, Leirner (2020, p. 44) indica a existência de uma disputa que se dava entre a aliança que envolvia a Construção Civil, a rede de Energia e o Estado e os lobbies internacionais do setor financeiro. “Basicamente, quanto mais consolidada a aliança entre PT e esses setores estratégicos, mais os bancos e setores de oposição reagem, numa clara visão de que este movimento poderia significar a perpetuação do PT no poder ao ‘modo PRI mexicano’.” (LEIRNER, 2020, p. 44).

Conforme apontado na seção 5.2 *Apostas multitudinárias no Sul-Global como possibilidade de elucubrações de Guerras Híbridas*, Leirner (2020), recorrendo à Korybko (2018), indica que, frente à disputa existente entre Estados Unidos e Rússia, que contava com acusações a respeito de quem de fato produziria Guerras Híbridas, a tendência, já no início do século XX, seria a existência de ataques híbridos entre norte-americanos e países pertencentes à EAEU (Bielorrússia e Cazaquistão) e aos BRICS. Nesse sentido, apesar de afirmar possuir certo receio de conectar diretamente as Jornadas de 2013 à construção deste processo - que, segundo ele, se evidencia mediante o distanciamento posto entre Bolsonaro e os BRICS - o autor indica a existência de vários estudos que realizam uma conexão direta entre estes fatos. Citando a publicação *Brasil na guerra híbrida: entrevista com o cientista político Manoel* realizada pelo Duplo Expresso em 2018<sup>349</sup>, o autor afirma a existência de vários aportes financeiros internacionais que influenciaram diretamente na formação da insurgência. Fato que corrobora com a cartografia realizada no platô 7 *Participação Social e Desenvolvimento Territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional*, onde são indicados inúmeros financiamentos realizados pelas IFIs aos coletivos e movimentos sociais brasileiros. Além disso, Leirner (20220, p. 257) lembra que “há trabalhos acadêmicos e não acadêmicos que mostram claramente como se produziu toda a semântica das ruas nos protestos” de 2013. Sem citar o processo em sua totalidade, o autor indica a existência de uma “tempestade perfeita” para a elucubração deste modelo de guerra no Brasil. (LEIRNER, 2020, p. 172).

---

<sup>348</sup> A justiça entraria como mais uma pinça na compreensão dessa configuração agora não mais como binária, porém como múltipla.

<sup>349</sup> Disponível em: <https://duploexpresso.com/?p=94292>. Acesso em 05 de abril de 2023.

Buscando alguns elementos que compuseram essa tempestade, o autor indica que a noção de Guerra Híbrida começou a surgir no exército brasileiro antes de 2013. Haveria um conjunto de elementos que justificariam a insatisfação das Forças Armadas com o **governo** Dilma e que levaram a realização de operações psicológicas na direção do supracitado ataque ao PT e desmonte do Brasil. Assim, Leirner (2020, p. 173) retorna à aposta de que, no Brasil, a Guerra Híbrida se iniciou no **Estado** para que depois tomasse a sociedade civil e ocupasse as ruas. Assim, as **pautas** identitárias teriam sido “jogadas nas costas do próprio Governo” associando suas ações à produção de “divisões” na sociedade. Em seguida, a estratégia teria sido inflar essas **pautas** fraturando a imagem de uma “unidade nacional”, o que foi intensamente fortalecido mediante a derrota de 7 a 1 contra a Alemanha durante a Copa do Mundo de 2014.

Diante dessas múltiplas possibilidades de manipulação da insurgência e construção de uma Guerra Híbrida no Brasil, novamente o que é possível observar é que, não há uma única narrativa a respeito do **levante** e que a oposição entre multidão e Guerra Híbrida se torna muito frágil quando se propõe aprofundar nas questões que atravessam as Jornadas Brasileiras. Mantém-se, assim, a hipótese de que a insurgência se configura tão complexa que comporta diversos elementos multitudinários que, em suas contradições, apontam para várias fissuras e manipulações nacionais e internacionais que levariam à direção de um desmonte do Brasil enquanto grande potência mundial em formação. Dessa forma, a próxima seção se dedicará a descrever alguns dos principais eventos que ocorreram após o fim do efervescente ano de 2013.

#### **9.4.1 E depois de junho?**

Analisando as redes sociais, Malini (2016) atesta, no mesmo sentido de Gohn (2014a), que o gesto de se levantar no Brasil foi ganhando “novas roupagens” ao longo do tempo e que, depois de 2013, é possível perceber um outro tipo de protestos no cenário nacional. De um lado se intensificam as ocupações de diversos **espaços**, como Câmaras municipais, escolas, e prefeituras. De outro, uma massa verde-amarela e conservadora tomou os centros das grandes cidades que, outrora, costumavam ser apropriados por discursos com tendência progressista. O que se observa é que a ideia de uma história única ou de uma verdade absoluta não cabe mais à esta leitura e que para compreender as jornadas brasileiras - ainda que sob algumas

perspectivas, tendo em vista que é impossível fazê-lo em sua totalidade - é preciso pensar sobre seus **desdobramentos**<sup>350</sup>.

O ciclo de 2013, não se interrompe com os protestos de Junho, mas intensifica e passa a novos patamares. O momento que se inicia após as manifestações, ao invés de representar uma inflexão na política econômica, social e urbana do país, de forma a incorporar as demandas dos movimentos insurgentes, conforme o esperado pela onda multitudinária, foi marcado por uma série de acontecimentos que tenderam a um desmonte das conquistas que vinham sendo alcançadas desde a redemocratização e que ganharam mais intensidade ao longo dos governos petistas.

Entretanto, essa percepção dos **desdobramentos** como predominantemente negativos não é unânime e, na verdade, foi se construindo ao longo do tempo. Logo após os atos de 13, era possível observar um intenso desejo não necessariamente de entender o que havia ocorrido - que se apresentava muito mais latente nos corpos que nas mentes -, mas de desenvolver teorias que, no calor do momento, se pretendiam totalizantes.

Houve uma onda entre os intelectuais, principalmente aqueles envolvidos nos protestos, de não necessariamente compreendê-los em sua complexidade, mas de produzir narrativas, pensamentos e pretensas verdades ainda sem um distanciamento histórico do ocorrido. Dessa forma foram surgindo diversas leituras a respeito daquele momento e vários autores - inclusive parte dos utilizados nesta tese -, principalmente aqueles que seguem os caminhos de Hardt e Negri, apontavam para um saldo positivo vinculado à reorientação do debate político, sua intensificação e expansão para outras esferas da sociedade, bem como modificações substanciais no modo de atuação dos **movimentos sociais**. Dentre os urbanistas, observou-se, em uma parcela significativa, certo otimismo com o evento, visto como um grande aglutinador de reivindicações para as cidades levantadas ao longo das décadas de 1980 e 1990 e como uma ferramenta de intensificação das demandas por autonomia e justiça social. Além disso, os novos rumos do ativismo urbano (cada vez mais insurgente e distante do tão criticado planejamento) pareciam agradar bastante, principalmente tendo em vista sua tendência a atuar com maior intensidade na escala local.

Por outro lado, há pensadores - representados neste material por sua visão marxista e historiográfica - que tendem a questionar os métodos empregados nas Jornadas em face à

---

<sup>350</sup> Ressalta-se, aqui, que não se trata de uma ideia de causa e consequência, mas da compreensão que diversos elementos muito importantes para o cenário político, econômico e social brasileiro foram muito modificados a partir dos movimentos do junho, sendo inegável a influência do levante para a constituição de um novo Brasil e de uma nova forma de mobilização social a partir desta insurgência.

emergência de **desdobramentos** muito controversos que podem ser direta ou indiretamente vinculados ao evento. Suas análises começaram a emergir ainda durante o **levante**, questionando elementos como a ausência de participação dos **movimentos sociais** clássicos e, até mesmo, a indefinição das **pautas**. Com o passar do tempo e a consolidação de **desdobramentos** bastante problemáticos, esta corrente foi ganhando novos adeptos.

Por fim, há ainda, aqueles que, conforme supracitado, denunciam a possibilidade de o **levante** se inserir no contexto de uma Guerra Híbrida. Ou seja, após a insurgência, foi possível observar uma intensa disputa de narrativas, teorias e percepções sobre o evento que se estendeu ao longo dos anos seguintes. Todavia, destaca-se, de antemão, que, com o passar do tempo (mais precisamente após a entrada de Jair Bolsonaro no poder), a tendência que se estabeleceu entre os intelectuais brasileiros e os políticos do campo progressista foi a compreensão de uma relação direta entre a insurreição, o Golpe sofrido pela Presidenta Dilma e a eleição de Bolsonaro. Ocorreu, assim, uma propensão ao esvaziamento do discurso daqueles mais entusiastas das Jornadas que passaram a defender uma ideia de que o evento era dotado de tamanha complexidade que não poderia ser reduzido a apenas uma visão sistêmica que minorava a relevância da pulsante paixão das ruas. Porém, como será possível perceber adiante, essa compreensão foi sendo desenvolvida aos poucos e nos primeiros anos após as Jornadas, havia, ainda, grande entusiasmo pairando sobre o **levante**.

Num primeiro momento, o êxtase sobre a possível intensificação de um debate sobre política entre um grupo mais amplo de brasileiros tomou parte significativa da “**esquerda** progressista” envolvida diretamente nas manifestações. A catarse das paixões intensas que atravessavam ruas e **subjetividades** ainda encontrava-se presente em reflexões embriagadas da festividade multitudinária. Cocco (2014, p. 14), por exemplo, denunciava aqueles que viam na insurreição uma possibilidade de ataque à Presidenta Dilma e ao Partido dos Trabalhadores. Segundo o autor alguns “blogueiros progressistas” começaram a realizar “uma campanha grosseira de guerra psicológica” a partir de um pronunciamento de Dilma, afirmando, com tom “nazifascista” que as críticas à um projeto elitista e à corrupção das obras da Copa do Mundo, significariam “sabotar o Brasil”. Em seguida e recorrendo a imagem de Amarello e dos massacres realizados nas periferias do país, Cocco (2014) se questiona a respeito de qual Brasil estaria sendo sabotado durante os protestos. Assim, o autor inverte a narrativa de possível manifestação fascista durante o **levante**, conclamando o conceito para caracterizar aqueles que questionavam os atos por vê-los como um ataque ao país e sua soberania.

No mesmo sentido, Cava (2013, p. 22-23) cita, com repúdio, falas como a do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que colocou o **levante** como uma “hipnose



fascista”; de Guilherme dos Santos (Casa Rui Barbosa do Rio de Janeiro) que entendia os protestos como uma “aventura niilista”; um ato antidemocrático e reacionário; de Felipe Santa Cruz (OAB do Rio de Janeiro) que via “traços fascistas” junto aos protestos; e de Marilena Chauí que, em palestra à Polícia Militar do Rio de Janeiro, acusou os manifestantes mascarados de fascistas por atacarem indivíduos e não buscarem a criação de uma outra organização nacional. Criticando especificamente essa fala, o autor afirma que certamente a intelectual uspiana havia se esquecido das muitas mortes provocadas pela polícia nas cidades brasileiras, dos duros e recorrentes ataques às favelas, como o que ele chama de “chacina”, realizada na Maré no dia 24 de junho, e do sumiço de Amarildo (figura sempre lembrada e reforçada pelos ativistas de Junho). Ainda mais indignado, Cava (2013) se lembra que a Chauí atribuiu aos intelectuais vinculados a Agamben, Negri e Foucault, responsabilidade sobre os “atos fascistas” que compunham a insurgência, diferenciando-os daquilo que ela compreende como “violência revolucionária”. Para o autor se tratou de uma atitude “canalha” e equivocada já que, em sua perspectiva, as manifestações não estavam a serviço de uma causa ou teoria.

Nesta linha, Cava (2013) lembra, em tom de denúncia, algo que pode ter passado despercebido para muitos na época, apesar de atualmente ter se tornado um discurso bastante recorrente no campo progressista: o termo “fascismo” havia sido citado por vários “petistas orgânicos” para descrever as manifestações, ao observarem um movimento por parte “da direita” de “apropriação” daquela insurgência. E nesse sentido, aqueles que espalhavam essas narrativas, segundo o autor, teriam ido além até mesmo dos discursos e acusações proferidos pela mídia que limitava sua crítica aos “atos de vandalismo” presentes nas Jornadas e praticados por uma “minoría”<sup>351</sup>.

Rena e Bruzzi, por sua vez, escreveram, em 2014, que o resultado da experiência vivenciada em Junho só poderia ser positivo e que, independentemente do posicionamento ideológico e partidário, emergia ali “um novo sujeito político atrelado ao movimento coletivo de corpos indignados e felizes”. Para as autoras, esse novo sujeito, caracterizado como “não enquadrável” havia se contaminado com o prazer de se manifestar, debater política e agir coletivamente em encenações performáticas”. (RENA; BRUZZI, 2014, p. 311).

---

<sup>351</sup> Este é um elemento muito importante que Cava (2013, p. 23) aponta: havia uma diferenciação entre estas narrativas e, para ele, a postura da imprensa seria menos tendenciosa que aquela indicada por parte dos petistas. É curioso observar esta contradição nos desdobramentos de narrativa da atualidade quando, em 2013, a denúncia de fascismo não só que sucedeu o levante, mas que se iniciou nela com uma possível “apropriação” (não vale, neste momento, entrar novamente no mérito de distinção - e aproximação - entre apropriação e produção que tem sido trabalhado amplamente nesta tese) por parte dos conservadores.



As autoras lembram que, logo após a primeira grande manifestação em Belo Horizonte, foi criado um espaço de debate público chamado Assembleia Popular Horizontal (APH), por meio do qual decidiu-se ocupar a Câmara Municipal. O foco era a divulgação do orçamento direcionado ao financiamento do transporte urbano. Essa tentativa foi duramente reprimida e os manifestantes, como resposta, pintaram nas paredes, corpos e escudos dos policiais, corações vermelhos. Rena e Bruzzi (2014, p. 319) observam essa ação como uma inversão de significados, uma “desconstrução poética” que atravessava as potências multitudinárias criando novas formas de resistência que se prolongariam mesmo com o fim das Jornadas.

No mesmo sentido Gohn, (2014a, p. 79) observa que o ato de manifestar-se e ocupar as ruas se estende a outras camadas e contextos após 2013, comentando sobre o caráter inegável da emergência do debate e da ação política sobre os corpos. Manifestar-se passa a ser compreendido pelos cidadãos como uma atitude legítima ou, até mesmo, uma diversão. Assim, entre os jovens periféricos emergem os “rolezinhos”, que, apesar do apelo lúdico mediante a realização de encontros nos quais os indivíduos poderiam namorar, zoar e se divertir, eram vistos como ameaça por parte significativa dos frequentadores de shoppings.

Sobre os rolezinhos, Gohn (2014a, p. 87) afirma o seguinte:

Se trata de outra forma de manifestação dos jovens, com recorte predominantemente nas camadas populares, plugadas online, sem demandas políticas explícitas, mas com uma agenda oculta implícita de demandas - a do direito ao lazer, à diversão, aos templos do consumo (apregoados pelo sistema econômico e pelas músicas que conquistou esses jovens, o 'funk da ostentação'). (...) Os rolezinhos dos jovens da periferia não são um movimento social, são atos culturais, criados/chamados por indivíduos isolados, que se tornam famosos e criam exércitos de 'curtidores' online e seguidores nos atos coletivos.

Seguindo a linha proposta por Rena e Bruzzi a respeito de uma expansão do debate político que acabou atravessando distintas parcelas da população e modificando a relação cotidiana dos sujeitos com a política, Gohn (2014, p. 23) declara que o impacto inicial das Jornadas foi uma espécie de surto otimista mediante a adesão de milhares de pessoas a uma nova forma e a um novo sujeito político que estava ausente há muitos anos - os cidadãos protestando em massa nas ruas, principalmente o cidadão de classe média. Esse novo momento que atravessava o cenário nacional seguia, de uma forma ou de outra, marcado pela efusividade das manifestações de 13 e era possível acreditar que as ruas brasileiras nunca mais iriam se calar ou esvaziar. Assim, o mês de julho daquele ano emblemático foi marcado por inúmeros atos caracterizados pela intensa participação da sociedade civil nas ruas gerando reverberações no governo, principalmente em âmbito federal, que já vinha sendo fortemente atacado desde o mês anterior.

Observa-se que em julho o MPL já havia deixado seu protagonismo na organização de manifestações e, junto a ele, outros coletivos tipicamente progressistas se apartaram das ruas ou, ao menos, dos **espaços** centrais que seriam marcados por protestos de larga escala. Assim, conforme vinha sendo subscrito enquanto tendência desde junho, as ruas foram marcadas por atos de outro caráter e o Movimento União Brasil dos Caminhoneiros se destacou com a realização de 29 protestos e o bloqueio de 17 rodovias em 9 estados brasileiros. A temática urbana e da mobilidade ainda ressoava em alguns contextos e São Paulo abrigou movimentos articulados pelos motoboys. No âmbito progressista, conforme supracitado, a manifestação de maior relevância, ainda que muito pequena frente às realizadas no mês anterior, foi o Dia Nacional de Lutas.

A partir de agosto, houve uma desaceleração dos protestos nas ruas seguida de um acirramento de demandas de lutas específicas como a dos professores da rede pública no Rio de Janeiro. Nesse contexto e conforme supracitado, os *Black Blocs* foram atores que ganharam destaque tanto nos atos quanto nos discursos das mídias. A atuação intensiva do bloco acabou configurando uma modificação no perfil das mobilizações que, muitas vezes, não eram formadas por passeatas, mas por ações diretas contra grupos empresariais, como é o caso do ataque à Editora Abril realizado no dia 23 daquele mês em São Paulo.

Já setembro é marcado pela grande expectativa criada acerca das comemorações do Dia da Independência. Neste contexto, o MPL manteve sua posição bastante discreta, ao passo que os *Black Blocs* seguiram no comando das manifestações convocando um “badernaço” nacional para o qual haviam articulado 23 estados e milhares de pessoas via *Facebook*. Assim, os atos realizados no dia 07 foram muito confusos e marcados por intensos ataques ao patrimônio público e pelo uso desproporcional da força policial. Criminalizar o bloco negro foi, novamente, a estratégia adotada pela mídia e pelo poder público.

Outubro, por sua vez, é considerado um marco para a ruptura das manifestações que, a partir dali, se desestruturaram totalmente. (GOHN, 2014a, p. 36). No Rio de Janeiro, a resposta à atuação dos *Black Blocs* foi a proibição do uso de máscaras em protestos acompanhada pela identificação daqueles que haviam utilizado esse recurso - que acabaram detidos. Registrou-se a prisão de 92 jovens relacionados ao grupo. Uma reportagem realizada pela Folha de São Paulo do dia 25 revelou que, mediante aos processos de encarceramento, foi possível observar que a maioria dos cidadãos relacionados ao bloco eram jovens de regiões periféricas. Ou seja, as camadas populares estavam presentes entre os negros mascarados e criminalizados, que se opunham ao perfil geral das manifestações compostas por pessoas de classe média e pele branca, às quais é pouco provável haver algum prejuízo ao expor os rostos.

Em São Paulo, o turbulento ano de 2013 se encerra com uma grande ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que se organizava de forma verticalizada e muito distante dos moldes rizomáticos observados nas Jornadas. A ocupação, denominada Nova Palestina, de alguma forma, poderia ser o símbolo de uma recolocação dos movimentos clássicos e novos no centro das lutas travadas no cenário nacional. Entretanto, mais uma vez, o que se observa é uma luta local que se afasta dos grandes **espaços** de impacto no debate político e midiático.

2014, por sua vez, foi um ano marcado, não pelo arrefecimento dos protestos, mas por sua intensificação e, mais que isso, por uma divisão mais clara no perfil dos manifestantes que passaram a ocupar as ruas. Se em 2013 era possível observar “coxinhas e intelectuais”, artistas, progressistas e patriotas nas manifestações, numa mistura festiva, emblemática, complexa e controversa. A partir de 2014 vermelhos e verde-amarelos se tornam inimigos.

Com o decorrer do ano de 2015 observou-se que, conforme comentado anteriormente, a generalização do entusiasmo político festivo presente em 13, que se assemelhava a um encantamento carnavalesco, aos poucos foi se configurando em análises mais racionalizadas influenciadas pelos **desdobramentos** (mais) materializados que vinham sendo observados no decorrer do tempo. As apertadas eleições de 2014, nas quais a Presidenta Dilma, outrora com uma aprovação massiva da população, foi eleita com apenas 51,64%, simbolizaram, para alguns, um alerta. Alerta esse intensificado quando seu oponente, Aécio Neves (PSDB), afirmou não aceitar o resultado do pleito. Algo estranho poderia estar acontecendo à frágil democracia brasileira. A impossibilidade de governar imposta à Presidenta por um Congresso hiperconservador intensificou o temor entre parte dos (ex)festivos que, a partir de então, conviviam com um cenário (e clima) político, bastante diferente da efusiva alegria de 13. Fato que se agravou substancialmente com a intensificação dos movimentos conservadores nas ruas que pediam pela prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo *impeachment* de Dilma Rousseff.

Além disso, Gohn (2017, p. 59) lembra que durante o período de campanha para as eleições presidenciais daquele ano, houve uma intensa mobilização nas redes concomitante à criação de alguns novíssimos **movimentos sociais** que se tornaram atores fundamentais nos anos seguintes, principalmente nas manifestações de 2015. Esses grupos apresentavam caráter bastante distinto do MPL e daqueles em destaque nas Jornadas de 2013, demarcando, segundo a autora, um outro perfil dentro deste mesmo “tipo” de **movimentos sociais**. Por essa razão, Gohn (2017) compreende a existência de dois blocos distintos dentre os novíssimos movimentos sendo representados, de um lado, pelo MPL e, de outro, pelo Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre

(MBL), Revoltados Online e outros. Mesmo entre os atores deste segundo grupo, a autora observa questões ideológicas distintas e indica que o Vem Pra Rua representa um ideal neoliberal; o MBL, neoconservador; e o Revoltados Online, reacionário. Um combo que vai ganhando força progressivamente no cenário nacional.

Estes coletivos, também conhecido como “patriotas”<sup>352</sup>, recebem, de Gohn (2019, p. 120), o nome de organizações movimentalistas - que se distinguem dos **movimentos sociais** -, ou seja, “grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação.” (GOHN, 2019, p. 120). Muitas vezes, há nessas correntes, uma inversão da compreensão do que seria um **movimento social**. Um forte indício disso é que o próprio termo “movimento” é substituído por expressões de apelo popular, como “Vem Pra Rua”, por exemplo. Nesses casos, o movimento surge como resultado da **ação coletiva** e não como processo de construção desta ação.

Dentre as estratégias adotadas por estas organizações destaca-se a busca por influenciar a opinião pública defendendo bandeiras como o ataque à corrupção. Eles se apresentam como grandes renovadores das práticas políticas nacionais e contam com o apoio de vários grupos empresariais. Seus ideais são disseminados por ações que denominam “empoderamento dos jovens” que se dão pela realização de cursos de gestão pública, atuação junto ao Terceiro Setor e participação em centros acadêmicos e diretórios universitários. Dentre suas práticas discursivas destaca-se métodos de convencimento estrategicamente construídos e adaptados a retóricas populares. Fazem uso de vários recursos das redes sociais, principalmente da criação de vídeos, como estratégia de influência sobre a opinião pública.

Como bons herdeiros de 2013, esse grupo conservador manteve o repertório performático de ação nas ruas presente nas Jornadas que, diferentemente dos atos promovidos pelos movimentos clássicos, não contava com carros de som, mas fazia uso de batuques e recursos carnavalescos. O corpo incorporava a performance com uma estética particular na qual as cores verde e amarelo, que já vinham disputando o **espaço** desde as Jornadas, tornaram-se preponderantes. As redes sociais seguiram como principal local de mobilização, e o tema anticorrupção ganhava relevância progressivamente.

Assim, ao longo dos anos que sucederam as Jornadas, as organizações movimentalistas convocaram, por meio das redes sociais, a população a se levantar e ir às ruas protestar contra

---

<sup>352</sup> Apesar de estes atores e seus seguidores serem conhecidos como “patriotas”, Gohn (2017) alerta que, embora apresentem caráter nacionalista, esse termo, por eles assumido, remete a grupos norte-americanos que surgiram após o atentado de 11 de setembro e que reacenderam após a eleição de Donald Trump. Portanto, até mesmo a ideia de patriotismo por eles assumida foi importada e apresenta submissão em relação aos EUA.

a corrupção, sendo este o maior vilão que deveria ser combatido pelos brasileiros. Entretanto, essa pauta não vinha sozinha, mas acompanhada de ataques à Dilma e ao PT. A Operação Lava Jato tornou-se uma das principais aliadas destas organizações e auxiliava na modulação da imagem do político como algo negativo.

Ao longo deste processo, Leirner (2020, p. 30) destaca que o Estado passou a ser constantemente atacado e surgiram “super-personagens” que tomam o espaço do debate político nas conferências e na imprensa. Figuras como Sérgio Moro, o “japonês da Federal”, o “Lenhador da Federal”, Janaina Paschoal - que desde então até se arrisca em investida sobre a geopolítica russa -, Olavo de Carvalho, os “Generais tuiteiros”, dentre outros menos conhecidos - como, até mesmo, a “surtada do posto de gasolina” -, ganharam a cena em alguns momentos, ao passo que a “velha política” vinha sendo fortemente atacada. A emergência desses indivíduos e suas narrativas desestabilizava pontos de sustentação do Estado e retroalimentava a convicção de que este espaço havia sido tomado por uma “quadrilha”: o Partido dos Trabalhadores.

“A necessidade de renovação estava posta” (GOHN, 2019, p. 140-141) e, aparentemente, o espaço aberto para ser ocupado por diferentes atores que se propunham aventurar na cena política. Assim, muitas organizações movimentalistas ditas apartidárias, colocaram seus quadros como opções para a política partidária, se associando a novos ou a antigos partidos. Outra estratégia bastante utilizada era apoiar abertamente certas candidaturas e partidos que, muitas vezes, a despeito de uma longa jornada política, se consideravam “diferente de tudo isso que está aí”.

No livro *Manifestações e protestos no Brasil*, Gohn (2017) faz um apanhado de alguns destes novíssimos movimentos sociais/organizações movimentalistas que aparecem no horizonte brasileiro desde 2014. O Vem Pra Rua (VPR), cujo nome remete não só à supracitada propaganda da Fiat, mas aos atos de 2013, é um dos atores analisados, principalmente por esse vínculo claro que estabelece com os protestos de junho. A autodefinição do grupo, destacada em seu site, o coloca como um movimento que possui valores democráticos e republicanos, sendo espontâneo e suprapartidário. Se dizem favoráveis à democracia e defensores de um “Estado eficiente e desinchado”. Sobre sua forma de atuação, afirmam ser contrários à violência e a extremismos, como intervenções militares, por exemplo, não compactuando com governos autoritários. A questão da ética é um dos pontos centrais de seu discurso.<sup>353</sup>

Os principais líderes do VPR são: (i) Rogério Chequer, formado em engenharia, atuante no mercado financeiro (trabalhou por 15 anos neste setor nos EUA e retornou no Brasil em 2012)

---

<sup>353</sup> Disponível em: [vempraruua.net](http://vempraruua.net). Acesso em: 18 de abril de 2023.

e sócio da SOAP, uma empresa de consultoria de **comunicação** especializada em apresentações corporativas; e (ii) Colin Butterfield, também formado em engenharia e vinculado ao mercado financeiro - tendo trabalhado em vários bancos de investimento - que, em 2014, era executivo da Cosan, um dos maiores aglomerados empresariais do Brasil. Em 2016, os dois escreveram um livro intitulado *Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil*, no qual apresentam a trajetória da organização desde sua concepção até o Golpe. Como lembra Gohn (2017, p. 38), a narrativa é parcial e dá destaque à atuação dos dois autores.

Frente à formação de Chequer e Butterfield, não é difícil imaginar que a base ideológica do grupo é o liberalismo, defendendo que a gestão empresarial e a governança corporativa sejam modelos a serem seguidos em toda e qualquer organização social. Herdeiros de 2013, inicialmente seu debate era pautado pela indignação e, mais precisamente, pela indignação frente à política econômica adotada no país. Além disso, em relação aos anos de governo petista, o grupo defendia a necessidade da alternância de poder na presidência da república, decidindo, em 2014, utilizar-se das redes sociais como principal meio de articulação e divulgação dos protestos que vinham sendo realizados nas ruas. Nesse sentido, a experiência de Chequer com a **comunicação** de empresas e criação de apresentações, foi fundamental, sendo utilizada como uma ferramenta de atuação no campo das **subjektividades**. E é justamente como uma estratégia psicológica que é criado o nome Vem Pra Rua, associando o movimento aos atos de 13. Esse título surge mediante a realização de um painel bastante esvaziado realizado no Largo da Batata no dia 16 de outubro de 2014 que acabou se juntando a um protesto realizado pelo PSDB.

As demais manifestações realizadas naquele ano, principalmente aquelas vinculadas ao pleito, levaram o VPR a outro patamar, sendo, inclusive, tema de notícias em mídias internacionais. (GOHN, 2017, p. 41). Entretanto, com a vitória de Dilma nas eleições daquele ano, o grupo se reestruturou trazendo a alternância de poder como **pauta** central. Sua organização que, até então, era voluntária, ganhou outra forma junto a uma lógica de governança com divisão de regras e funções. Inicia-se, então, um processo de criação de ações estratégicas que tivessem impacto e visibilidade na mídia nacional. Pode-se dizer que já se tratava de uma caminhada em direção aos rumos da política institucional. Nessa nova fase, intensifica-se em suas aparições o uso de símbolos nacionais como a bandeira e o hino, apesar de não negarem, ou melhor, se orgulharem, de ter os EUA como grande referência.

De acordo com Gohn (2017), após 2015, fica claro que o discurso de alternância de poder proferido pelo VPR era bastante furado, sendo acionado apenas na intenção de retirada do PT do poder. Já em janeiro daquele ano o grupo adotou painéis na frente de residências de autoridades do Partido como uma de suas principais estratégias de manifestação. Realizações

estas que invariavelmente ganhavam repercussão na grande imprensa que “dava palco” repetidamente aos atos golpistas.

A participação nos protestos de rua também foi intensificada naquele ano e uma das principais razões para isso foi o relato presente no supracitado livro que aponta para a descoberta - principalmente a partir das Jornadas de 13 - da importância que é se mobilizar no **espaço** público em prol de seus ideais. Manifestar-se nas ruas passou a ser um ato estratégico para o movimento e a multidão se tornou uma importante moeda de troca para um grupo que pouco ou nada trazia de trabalhos de base e conexão com esta lógica do insurgir-se. A partir das manifestações realizadas no dia 15 de março, que serão apresentadas adiante, o VPR criou um manifesto que passou a ser lido em todos os protestos realizados pelos conservadores.

Logo em seguida, o VPR alcançou outro patamar junto aos movimentos nacionais e, conforme supracitado, a capacidade de articulação via redes sociais era um de seus diferenciais. Por meio destas plataformas, o grupo passou a angariar novos parceiros, ampliando as listas de transmissão, estruturando equipes em diferentes **espaços** e temas e produzindo materiais para os eventos e contrários ao governo em vigência.

Os militantes atuam como robôs com diversos objetivos: fazer propaganda, criticar a mídia, convocar para eventos etc. (...) Como resultado de suas frentes de atuação online, em março de 2016 o VPR chega a 28 milhões de usuários que visitam ou transitam por suas páginas." (GOHN, 2017, p. 43).

Já em 2016 o foco do grupo se transformou, passando a atuar em outra arena, a parlamentar. A ideia era se posicionar nos bastidores da Câmara Federal pressionando os parlamentares a aderirem ao pedido de *impeachment*. Uma das principais estratégias criadas por eles e citadas por Gohn (2017) é a elaboração de um *Mapa do impeachment* apresentando a intenção de voto de cada um dos deputados. O dia 17 de abril, quando se consolidou o Golpe na Presidenta, foi também marcado por manifestações orquestradas pelo grupo.

Para finalizar a apresentação deste ator central para o desenvolvimento do Golpe de 2016, é preciso salientar que, segundo a *Wikipedia*, a principal crítica recebida pelo grupo, foi a falta de transparência em relação a seu financiamento, não ficando claras as identidades de seus doadores, nem mesmo os montantes por eles enviados.

Outro ator que assumiu protagonismo entre as organizações movimentalistas é o Movimento Brasil Livre (MBL). Carregando bandeiras do liberalismo, tal qual o VPR, o MBL trazia as seguintes **pautas** como principais em seu discurso: “contra a bandalheira” e “contra tudo que está aí” - essa última muito utilizada posteriormente na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em



2018. Ainda em 2014, ano de criação do grupo, o “Fora PT” acabou ganhando destaque entre as palavras de ordem apresentadas pelo coletivo.

Ao passo que o VPR foi assim intitulado aproveitando-se de um dos principais slogans das jornadas de Junho de 2013, o nome do MBL foi criado justamente na intenção de confundir o grupo com o MPL, visto como principal articulador dos protestos de 2013. A intenção seria capturar o sucesso alcançado pelo coletivo. Entretanto, além do nome, existe uma possível relação entre estes dois novíssimos movimentos (apesar de classificados por Gohn como pertencentes a diferentes “grupos” dos novíssimos) que é o vínculo com o Estudantes pela Liberdade (EPL). Considerado por muitos como uma das incubadoras do grande crescimento do MPL, o EPL é uma organização estudantil internacional criada nos EUA em 2008 que se dedica à formação política de jovens e é financiada por redes de fundações internacionais como o Atlas Network, por exemplo. Um dos principais diferenciais dessa articulação é que une, ideologicamente, o pensamento liberal com propostas incorporadas pelos libertários. Ou seja, ao mesmo tempo que apoiam propostas liberais para o mercado e a não influência do Estado na economia, defendendo privatizações, Estado mínimo e o fim de políticas distributivas, os membros do EPL se posicionam favoráveis a elementos considerados avançadas para os conservadores e liberais clássicos, principalmente em temas associados a moral e aos costumes, como aqueles relativos a questões de gênero, por exemplo. Assim, observa-se que o EPL chega ao Brasil em 2012, atua junto ao MPL e é um importante ator nas Jornadas de Junho de 2013. Por outro lado, seu vínculo ao Movimento Brasil Livre se consolida no fato de que, em 2014, Kim Kataguri, líder do MBL, tornou-se o principal porta-voz do EBL nas ruas brasileiras<sup>354</sup>.

Diferenciando-se do parceiro (precursor?) internacional EBL, o MBL traz em suas pautas uma junção entre o liberalismo e o neoconservadorismo. O grupo defende o livre mercado e é anti estadista, ou seja, vê o Estado como um problema quando este intervém de alguma forma no mercado, colocando a corrupção não uma questão inerente ao capitalismo como um todo e presente em suas mais diversas instâncias, mas como um câncer advindo da intervenção realizada pelos Estados sobre as empresas. O neoconservadorismo se apoia, primordialmente, em temas relativos aos costumes e às práticas culturais contemporâneas - apesar de ser formado majoritariamente por jovens. Em seu site apresenta como principais objetivos "imprensa livre e

---

<sup>354</sup> É impossível não se incomodar com essa coincidência de apoio recebido pelo MPL e pelo MBL. Com características muito próximas à lógica do Império, que articula liberalismo com discursos progressistas, observar o EBL, a partir de sua parceria com esses dois novíssimos movimentos sociais brasileiros, traz indícios de que se trata de um dispositivo imperial de atuação em múltiplas pinças, assegurando o controle de diferentes setores ideológicos. A partir dessa informação e partindo da lógica de rastreamento do dinheiro também é possível questionar a espontaneidade das ações promovidas pelo MPL como enunciação das Jornadas de Junho.



independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e indiretos para ditaduras<sup>355</sup>."

Apesar das críticas ao sistema político nacional, o grupo não nega o apoio a partidos, inclusive se associando a vários deles e lançando candidaturas tanto no pleito de 2016 quanto no de 2018. Fernando Holiday, um dos líderes da organização, negro e gay, contrário aos movimento antiracistas e LGBT, foi eleito como vereador de São Paulo pelo DEM com apenas 20 anos.

Ainda no âmbito da atuação política, em 2015 o grupo se apresentou como proponente do Projeto de Lei Escola Sem Partido contando como um dos principais articuladores deste debate em âmbito nacional. No ano seguinte, atuou diretamente contra a ocupação das escolas alegando que os estudantes eram doutrinados pela UNE e pela Ubes.

Há ainda outros atores de destaque neste contexto dos novíssimos emergentes em 2014, como o Revoltados Online, por exemplo, que apresentou-se como uma organização mais radical, sendo considerado reacionário. Já o Nas Ruas, surgiu em 2011 a partir de grupos que se reuniram em 2007 devido ao processo do Mensalão. Parte de suas lideranças entraram, posteriormente, para a política partidária sendo eleitos para alguns cargos nos pleitos de 2016 e 2018. Esses sujeitos, de forma geral, defendem **pautas** liberais e conservadoras e a não intervenção do **Estado** na economia, além de apoiar a retirada de direitos, principalmente das minorias. Outros movimentos emergem nesse contexto com menor expressão e não serão contemplados nesta análise.

Destaca-se, assim, que junto às organizações movimentalistas, novas formas de protesto se espalharam pelo cenário nacional, como é o caso dos painelaços (inicialmente pedindo o *impeachment* de Dilma e, posteriormente, incorporados pelos progressistas em atos de contestação a Bolsonaro). As críticas à corrupção seguiam aguerridas e, junto a elas, progredia, também, a exigência de um **Estado** "ético e transparente" e a incorporação massiva de discursos conservadores e neoliberais que atravessavam tanto o debate público, quanto os ambientes mais íntimos.

Com a intensificação da crítica aos políticos e à própria política, iniciada durante as Jornadas de 2013, o debate a respeito da questão político partidária ganhou um **espaço** jamais visto no Brasil e o país passou a ser dividido entre os petistas e os antipetistas. 2015 é marcado por uma divisão nas ruas entre aqueles que pediam com veemência o *impeachment* da Presidenta, e os que defendiam a legitimidade das eleições e a manutenção de Dilma no poder.

---

<sup>355</sup> Observa-se que este ponto faz referência à denúncia de apoio dos governos petistas à supostas ditaduras comunistas como no caso da Venezuela, por exemplo.

Devido à fragilidade em que o governo se encontrava naquele momento, Gohn (2017) lembra que, mesmo nesse segundo grupo, havia importantes questionamentos sobre as políticas públicas realizadas pelo governo, principalmente em relação às medidas econômicas. Assim, duas agendas passam a ocupar a sociedade civil ao longo daquele ano: de um lado os que se denominam antigolpe, por já reconhecerem nos atos realizados pelas ruas e pelo Congresso não um pedido de *impeachment*, conforme narrado, mas uma postura golpista; de outro, os que realizavam tal pedido, visando uma reforma do Estado - do qual faziam parte e, muitas vezes se destacavam, membros das organizações movimentalistas. Gohn (2019, p. 143) lembra que essa segunda agenda foi impulsionada pelas mídias tradicionais, apoio fundamental para a ampla adesão aos protestos que ocorriam com essa finalidade, que além da cobertura total na TV, tinham data, local e hora divulgados com antecedência e intensidade.

O mês de março de 2015 foi marcado por duas manifestações. A primeira delas, realizada no dia 13, tinha como característica uma postura pró-governo, era formada por militantes dos movimentos clássicos e novos, como o MST, a CUT, o MTST e a UNE e trazia em suas pautas algumas reivindicações trabalhistas. Apesar de ser expressiva, ocorrer em várias capitais do país e contar com a velha guarda dos movimentos - atores experientes em ocupar as ruas e se manifestar -, esse ato foi pouco representativo se comparado com aquele que ocorreu dois dias depois.

No dia 15 daquele mês, as ruas foram tomadas por uma multidão que, de alguma forma, fazia lembrar as manifestações de 2013 (Gohn inclusive pondera se não se tratava de um desdobramento de um mesmo processo). Dentre as principais semelhanças, encontram-se: (i) a forma de ativação dos manifestantes, que ocorreu via redes sociais; (ii) os principais articuladores das convocações, ou seja, os novíssimos movimentos sociais que surgiram no cenário brasileiro com as Jornadas e seguiram se ampliando no ano seguinte; e (iii) parte das pautas, principalmente no que tange a insatisfação com a política e os partidos como um todo. Além disso, havia faixas e cartazes pedindo pelo *impeachment* de Dilma e o hino nacional e demais músicas que destacavam um amor pelo Brasil eram constantemente acionados. Dentre os participantes observava-se a presença de pessoas de todas as idades, além das supracitadas organizações MBL, Nas Ruas e Revoltados Online. Esses atos geraram forte impacto sobre o governo federal e a então Presidenta Dilma fez uma declaração pública junto a seus ministros abordando a legitimidade das manifestações e anunciando um pacote de medidas para combater a corrupção. Na visão de Gohn (2017, p. 65), a fala foi desastrosa, indicando a existência de um abismo entre o governo e a sociedade.

A autora comenta, ainda, que as manifestações do dia 15 apresentaram algumas características que chamariam a atenção de qualquer pessoa que as observasse, independentemente de sua naturalidade ou posicionamento político: (i) o grande número de pessoas nas ruas; (ii) o grande número de policiais que acompanharam os atos; e (iii) a tranquila convivência entre ambos. Naquela ocasião, contraditoriamente à forma como costumam ocorrer protestos no Brasil, a presença do aparato policial não inspirava medo nos manifestantes, que, ao contrário, tiravam *selfies* com os representantes da segurança pública. Essa mudança de postura causou estranhamento e, dentre as explicações que buscaram dar, estava a relação de proximidade entre grupos presentes, como o Vem Para a Rua, e as forças policiais e autoridades de segurança. Outro fator que marcou esse processo e foi se ampliando progressivamente nos que seguiram, foi a presença de dizeres de apoio à Lava Jato e especificamente, à atuação do Juiz Sérgio Moro - que posteriormente foi ator fundamental tanto para a prisão do Presidente Lula, quanto para a eleição de Bolsonaro.

Após apresentar esse quadro, Gohn (2017, p. 65) questiona se seria possível explicar a presença dessa grande massa que aderiu à manifestação. Segundo a autora, simplesmente falar que "a direita foi às ruas" parece bobo demais. Nesse sentido, Gohn recorre a José Eli da Veiga (2017) ao afirmar que "a oposição entre direita e esquerda parece ser uma daquelas coisas que quanto mais se usam mais ficam estranhas".

A ausência de sentido nessa separação - entre "esquerda" e "direita" - que outrora era tão corriqueira e óbvia é mais um dos sintomas dessa mudança na forma de fazer e pensar política que foi se estabelecendo com mais intensidade a partir de Junho. A ideologia passa a ter menos espaço nesse debate e a esfera pública vai se tornando, progressivamente, menos relevante. Este é um dos principais elementos do neoliberalismo, por meio do qual a política passa a ser substituída pela ética e pela moralidade e, nesse sentido, as "boas causas" e os "valores familiares" assumem maior protagonismo. Em vários países, como no Brasil, este processo vem acompanhado por um crescimento do setor jurídico e as decisões políticas passam a ser reduzidas a uma ordem tecnicista sendo determinadas ou por técnicos ou por juízes. Assim, com a diminuição do espaço de democracia, passa às mãos dos juízes a incumbência de organizar a existência em sociedade. (MOUFFE, 2003, p. 17-18).

No mês seguinte às emblemáticas manifestações do dia 15, ocorreu, em 12 de abril, protestos que contavam com um número menor de pessoas e tinham como mote central o *impeachment* de Dilma, "Fora PT" e a defesa da Operação Lava Jato. Como indica Gohn (2017, p. 68) esse evento foi marcado pela presença da "Aliança Nacional Democrática", formada por 26 dos novíssimos movimentos sociais dos quais se destaca o Vem Pra Rua, o MBL, o Instituto

Democracia e Ética, o Jovens Transformadores, a Aliança Brasil, o Brava Gente Brasileira, o Chega de Impostos, o Diferença Brasil, o Eu amo o Brasil e o Movimento Acorde. "Observa-se que a contracorrente à corrente dos novíssimos anárquicos de 2013 ampliou-se muito." (GOHN, 2017, p. 68). Essa aliança elaborou uma "Carta do Povo Brasileiro" em oposição à "Carta ao povo Brasileiro" que Lula havia escrito em 2002.

Tanto essa manifestação conservadora quanto a que a antecedeu, em março daquele ano, tem como uma de suas principais características a presença quase exclusiva de indivíduos de classe média. Em pesquisa divulgada pelo DataFolha em 13 de abril de 2015 registra-se que 73% das pessoas envolvidas no protesto do dia anterior se autodeclararam brancas e possuíam renda de até três salários mínimos. Dentre as exigências para participar dos atos estava "ser contra a corrupção" que, naquele contexto, era sinônimo de ser contra o PT e a Presidenta Dilma. Esse posicionamento se consolidou basicamente como uma "ética política" da nova cultura que negava não apenas os políticos, mas a própria política.

Durante aquele ano, ações desse cunho e lideradas pelas organizações movimentalistas se tornaram recorrentes e, no dia 16 de agosto, manifestantes foram às ruas pelo *impeachment* e pela aprovação do Projeto de Lei Contra a Corrupção. A solicitação do *impeachment* realizada pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal se tornou a **pauta** política de maior relevância no cenário nacional e foi acolhida pela Câmara dos Deputados no dia 02 de dezembro de 2015. Onze dias depois foi realizada uma nova manifestação nas ruas de 87 cidades brasileiras favorável ao processo.

O ano de 2016 foi marcado por uma intensificação na disputa entre os movimentos clássicos e novos - em sua maioria favoráveis à Presidenta - e as organizações movimentalistas que, desde a formação da Aliança Nacional, se tornaram muito mais fortes<sup>356</sup>. Naquele ano, já contavam com aproximadamente "60 siglas/grupos de repertório liberal que contam com símbolos nacionais como parte fundamental de seu léxico político." (GOHN, 2017, p. 71). Dentre as palavras de ordem proferidas por estes atores destaca-se *Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT!*, figuras que, naquele momento, simbolizavam a pior face da política brasileira, os grandes vilões da nação, em oposição aos patriotas que viriam como heróis salvar o país das "desgraças comunistas". Por outro lado, as manifestações em apoio a estes grupos não cessaram e movimentos populares, clássicos e novos, como a CUT, o MST, o MTST, o MAB, o Levante Popular da Juventude e a UNE, se posicionavam radicalmente contra o *impeachment* que, naquele contexto, já havia recebido o título de Golpe. Em oposição à Aliança Nacional foram

---

<sup>356</sup> Os novíssimos anárquicos de 2013 estavam sumidos e pouco ou nada influenciaram neste processo.

criadas duas frentes progressistas: a Frente Brasil Popular<sup>357</sup>, que contava com aproximadamente 70 movimentos e organizações sociais; e a Frente Povo Sem Medo<sup>358</sup>, com aproximadamente 30 movimentos e agremiações partidárias, sendo, algumas delas, mais recentes no cenário político brasileiro<sup>359</sup>.

<sup>357</sup> . Segundo o site da Frente Brasil Popular, participam da Frente Brasil (siglas em ordem alfabética): Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Movimento dos Assalariados Rurais (Adere); A Marighella; Associação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação de Advogados da União pela Democracia; Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); Ainda MG; Associação dos Trabalhadores de Franca (ATRAF); Barão de Itararé; Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP); Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz (CEBRAPAZ); Central de Movimentos Populares (CMP); Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Movimento Nacional dos Quilombolas (CONAQ); Confederação Nacional de Entidades Negras (CONEN); Consulta Popular; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); ESTOPIM; FETRAF Brasil; Fora do Eixo (FsE); Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); Fórum Político Interreligioso; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Federação dos Metalúrgicos do RS; Fórum 21; Federação Única dos Petroleiros (FUP); Grupo ACONTECE – Arte e Política LGBT; INESC; Igrejas; Instituto Nacional do Meio Ambiente (INMA); Juventude Revolução; Levante Popular da Juventude; Marcha Mundial das Mulheres; Mídia Ninja; Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores por Direitos (MTD); Movimento de Luta por Terra (MLT); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento Nacional Contra Corrupção e pela Democracia (MNCCD); Movimento Nacional de Luta Contra o Neoliberalismo e Pelo Socialismo (MNLN); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU); Movimento Nacional Pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM); Movimento Nacional de Rádios Comunitárias; Movimento da Reforma Sanitária Brasileira; Movimento das Pescadoras e Pescadores do Brasil; Movimento Fé Brasil; Nação Hip Hop Brasil; Pastorais Sociais; Rede de Médicas/os Populares; Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP); Sindesp SP; Sindicato dos Eletricitários de Minas (Sindieletro MG); Sindicato dos Engenheiros do Estado – RJ (SENGE-Rio); Sindicato Único de trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sindute MG); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); União Brasileira de Mulheres (UBM); União da Juventude Socialista (UJS); União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO); União Nacional de Estudantes (UNE); União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Via campesina. Ainda, participam da Frente Brasil parlamentares e dirigentes de diversos partidos e correntes partidárias, como: PT, PCdoB, PSB, PMDB, PCO, PCML, Refundação Comunista e PDT. E também diversos intelectuais e jornalistas que atuam em diferentes espaços da mídia popular, e compartilham desse esforço. Frente Brasil Popular. Disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

<sup>358</sup> Os movimentos que convocaram para a criação da Frente Povo sem Medo foram: MTST, Brigadas Populares, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (Fenet), União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (Uneafro), Círculo Palmarino, Unegro, Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM), União da Juventude Socialista (UJS), Rua – Juventude Anticapitalista, Coletivo Juntos, União da Juventude Rebelião (UJR), Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL), Coletivo Construção, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Mídia Ninja, Coletivo Cordel, União Brasileira de Mulheres (UBM), Bloco de Resistência Socialista e Rede Emancipa de Educação Popular.

<sup>359</sup> A existência das duas frentes evidencia um rompimento no campo progressista que, de forma geral, se divide entre os grupos clássicos, caracterizados pela “velha política” como o PT, o PCdoB e o MST (Frente Brasil Popular), e os novos sujeitos que emergiram ou se consolidaram a partir das Jornadas de Junho de 2013, como é o caso do PSOL (Povo Sem Medo).

Estas frentes, de caráter progressista, se opunham à que se colocava como conversadora e se articularam pretendendo mobilizar a população em ações de rua contra o Golpe. A principal diferença que se percebe entre sua atuação e aquela formada pelas organizações movimentistas é o fato de terem uma base que, ainda que enfraquecida ao longo dos últimos anos, simbolizava certa experiência no cenário das lutas. Entretanto, Gohn (2017, p. 73) atesta que isso não significa que havia o tão conclamado “trabalho de base”, prática típica das articulações sociais dos anos 1970 e 1980. Tratava-se de articulações estratégicas entre vários **movimentos sociais** já consolidados, que, naquele momento, se mobilizaram denunciando o desmonte das políticas sociais conquistadas desde o início do século, mediante as gestões petistas, que estavam sob risco com a construção do Golpe.

Entretanto, a luta não seria fácil e, em 13 de março de 2016, houve uma grande manifestação contra o governo federal que alcançou aproximadamente 300 cidades brasileiras. Em resposta a esse ato, no mesmo, mês, frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, organizaram protestos cujo mote central era *Não vai ter golpe!*. A divisão entre o verde e amarelo e o vermelho se intensificava progressivamente. A política encarnou o cotidiano do cidadão comum. "Para um dos lados, o *impeachment* seria sinônimo de golpe e atentado ao Estado de direito. Para o outro, o *impeachment* era mudança necessária para restaurar e combater a corrupção e salvaguardar a democracia." (GOHN, 2017, p. 75). Entretanto, é preciso ressaltar que os escândalos de corrupção não se restringiam aos atores do bloco petista, ao contrário, atravessavam políticos de todos os espectro, mas, a Operação Lava Jato e a grande mídia nacional, aparentemente haviam adotado um lado a ser considerado honesto. Como pontuam Negri e Hardt (2016) é preciso lembrar que o Judiciário sempre representa um poder político.

O desenrolar do processo criou quadros referenciais básicos de representação na sociedade sobre o tema da corrupção. De janeiro de 2013 a junho de 2017, as prisões por corrupção cresceram 288%, a maioria foi resultado das delações premiadas previstas na já citada Lei 12.850, de 2013, promulgada também como resposta aos protestos de 2013. O comportamento e as ações dos envolvidos na Lava Jato, passa a ser indicador de avaliação dos políticos não apenas no plano judiciário, mas também no imaginário popular dada a visibilidade que tais atos adquirem via a grande mídia. Essa visibilidade transforma as delações, julgamentos e condenações e outras ações jurídicas em espetáculos midiáticos." (GOHN, 2019, p. 144-145).

Munidos desses apoios internos - a mídia, o judiciário e parte significativa da população - , além de associações externas diretas e indiretas, como ondas reacionárias que vinham ocorrendo em outras partes do mundo, principalmente nos EUA, as bases conservadoras brasileiras foram vitoriosas em relação ao *impeachment*. Após uma sessão de horrores no Congresso, com direito à homenagem ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, torturador de



Dilma - proferida por Jair Bolsonaro -, acompanhada de falas icônicas como “Pela Família”, ou “Pela Igreja Quadrangular”, dentre outras que de tão absurdas, tornavam a cena política nacional um espaço patético, a deposição da Presidenta Dilma foi aprovada com 367 votos a favor, e 137 contra. No Senado, o ato consolidou-se em uma votação de 61 a 20. Após a derrota junto à bancada mais conservadora já eleita no país<sup>360</sup>, a principal pauta progressista que outrora era *Não vai ter golpe*, se transformou em *Fora Temer*, o vice-presidente “decorativo”<sup>361</sup> que ascendera ao poder. Dentre as medidas tomadas pelo novo líder da nação, destaca-se diversas reformas que colocavam em xeque as conquistas de vários setores da sociedade, principalmente dos trabalhadores, adquiridas nos últimos quatorze anos.

Assim, os movimentos sociais clássicos passaram a uma atitude defensiva, lutando contra a destruição de direitos adquiridos, como as Reformas (trabalhista, previdenciária e do ensino médio) que vinham sendo propostas e projetos como o Escola sem Partido que passaram a ser discutidos pelo plenário e a população. Por outro lado, retomaram, ainda que timidamente e, de forma aparentemente confusa e desarticulada, suas práticas tradicionais, mas com baixa intensidade. Esse novo cenário foi marcado por um contexto de criminalização de suas principais lideranças, muitas das quais foram interrogadas e presas.

Leirner (2020) reforça a hipótese de que o que havia de mais latente neste cenário era o desejo de retirada do Partido dos Trabalhadores do poder. Mas não foi apenas o PT que saiu enfraquecido do processo. A “velha” e sólida política, com Dilma, Lula, Dirceu, Palocci, Cunha, Temer, Aécio, PSDB, PMDB... tudo se desmanchou no ar. No lugar deles surgiram nomes como Joaquim Barbosa, Deltan Dallagnol, e Sérgio Moro, que ganharam espaço privilegiado nos debates políticos nacionais, principalmente mediante o supracitado processo de juridificação da política que vinha ocorrendo em vários países.

---

<sup>360</sup> Destaca-se, neste momento, a eleição desta bancada hiper-conservadora um ano após as Jornadas de Junho, fato que, “ironicamente”, se assemelha àquilo que ocorreu na França após a deposição do General De Gaulle.

<sup>361</sup> “vice decorativo” foi uma expressão usada por Temer em carta destinada à Presidenta Dilma escrita no dia 07 de dezembro de 2015. A carta pode ser lida na íntegra em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/12/confira-a-integra-da-carta-de-michel-temer-para-dilma-rousseff-4925652.html>. Acesso em 23 de setembro de 2023.

De certo modo, Eduardo Bolsonaro intuiu ‘corretamente’, argumentando que um poder da República hoje vale menos que um Jipe com um cabo e um soldado. Afinal, promotores do Paraná e um Juiz de piso conseguiram abrir o processo de prisão do ex presidente Lula, aquele duas vezes eleito e que se notabilizou por eleger sucessores. O que fica claro é que o lado reverso da moeda em que tantos atores jogaram foi a possibilidade aberta para que alguns indivíduos aparecessem como janelas de oportunidade para “mudar o sistema”. (LEIRNER, 2020, p. 30).

Sabendo que, conforme presente na seção anterior, o autor acredita que esse processo que vinha atravessando o Brasil desde a primeira década dos anos 2000 era parte de uma Guerra Híbrida produzida pelos militares, Leirner (2020) aponta que o momento do *impeachment* foi o que o tornou mais visível, o ponto de inflexão do combate que vinha sendo forjado há muito mais tempo por parte dos integrantes das Forças Armadas. Antes mesmo dos disparos realizados pelo STF em direção ao Mensalão - gerando a hipótese de que o PT seria uma organização criminosa -, segundo Leirner (2020), havia sido preparada uma operação militar que, progressivamente acabou explodindo no governo Dilma e que, aos poucos, tomaria de crise todo o Executivo. Essa operação contava com uma articulação com outros poderes e setores, dos quais dá-se destaque ao Judiciário.

Entretanto, a vitória dos conservadores com a consolidação do *impeachment*, não acalmou as disputas que, nesse momento, já acometiam o cotidiano da população comum com muita intensidade. A Presidenta estava deposta, mas o Golpe ainda tinha muito para onde crescer. Como lembra Gohn (2019), a diminuição progressiva das mobilizações nas ruas não significou o fim das disputas políticas entre os cidadãos mas, ao contrário, levou essas disputas a **espaços** cada vez mais íntimos, como as casas e as relações familiares.

O avanço nas Reformas e retrocessos no Congresso Nacional ao longo de 2016 levou, no ano seguinte, a sucessivas manifestações realizadas pelo campo progressista, principalmente pelos sindicatos apoiados por **movimentos sociais** clássicos e novos, e pelas Frentes (Brasil Popular e Povo sem Medo) criadas. O dia 29 de abril de 2017 foi marcado pela convocação de uma greve geral que não levou grandes multidões às ruas, mas que conseguiu paralisar importantes atividades de diferentes setores. No mês seguinte, as denúncias realizadas contra o então Presidente Temer, modificaram o cenário das ruas levando a convocação de um ato pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no dia 21 de maio que contava com diferentes correntes políticas, mas que acabou esvaziado de participação popular.

Já as manifestações que ocorreram três dias depois em Brasília contra as reformas Trabalhista e da Previdência, que se transformaram em um protesto contra Temer, tiveram uma repercussão maior. Setores filiados à CUT levaram 500 ônibus para o ato e a Esplanada dos



Ministérios acabou se tornando um campo de batalha, principalmente mediante o retorno da atuação dos *Black Blocs*. A partir desse momento, a pauta central da oposição passou a ser a reivindicação por eleições diretas. (GOHN, 2019, p. 146-148). A partir de então, 55 entidades criaram a “Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já” que contava com quatro metas: “Fora Temer!”, “Diretas Já” e “Contra reformas antipopulares”, “Nenhum direito a menos!”. As reivindicações foram novamente frustradas.

Após a derrota do “Não vai ter copa!”, seguida do “Não vai ter golpe!”, do “Fora Temer!” e do “Diretas Já!”, o ano de 2017 foi marcado por uma desilusão e apatia dos grupos progressistas que encontravam-se frustrados e apáticos frente ao que vinha ocorrendo no país<sup>362</sup>. As ruas se esvaziavam e a condenação de Lula em primeira instância no mês de junho pareceu um golpe fatal. A Reforma Trabalhista foi aprovada no Senado e os sindicatos se enfraquecem ainda mais.<sup>363</sup>

Ainda em 2017 foi criado o grupo “Vamos”, uma plataforma política concebida pelo MTST que envolvia, além deste movimento, o MST, partidos do campo progressistas, e setores da CUT e da UNE. Essa plataforma se inspirava no Podemos, espanhol, havendo uma articulação direta entre os grupos, que ficou clara mediante a visita de um dos líderes espanhóis, Rafael Mayoral, aos organizadores do “Vamos” no Brasil. A primeira manifestação realizada pela plataforma foi uma ato no Largo da Batata, no dia 27 de agosto que, inicialmente, buscava cenários para a candidatura de Lula ao pleito de 2018.

O líder do MTST, Guilherme Boulos, teve no segundo semestre de 2017 uma trajetória de destaque. De um lado, ele liderou uma mega ocupação em São Bernardo do Campo, com 6.500 famílias; de outro, participou de articulações que levaram à indicação de seu nome como candidato a presidente de 2018 pelo PSOL. (GOHN, 2019, p. 151).

Ao final de 2017, as organizações movimentistas passaram a se organizar entre os partidos para o lançamento de possíveis candidaturas. Chequer se afastou da liderança do VPR e se filiou ao Novo, pelo qual se candidatou ao governo de São Paulo. Kim Kataguirí, do MBL, foi, conforme supracitado, eleito Deputado Federal nas eleições seguintes.

---

<sup>362</sup> A mesma apatia tomou os insurgentes de 1968.

<sup>363</sup> É necessário questionar se apenas esses sentimentos de frustração e apatia foram responsáveis pela saída do povo das ruas, ou se havia, também, uma falta de incentivo e fomento de agentes externos para que esses espaços fossem tomados pelos progressistas.

#### 9.4.2 Os desdobramentos das Jornadas de Junho como elementos indicativos de uma possível Guerra Híbrida

Argumentando a respeito do papel das Jornadas de Junho no processo de modificação no cenário político nacional, Leirner (2020, p. 37) entende que naquele momento o **Estado** começou a dar sinais que ele mesmo estava envolvido em significativas disputas. No dia 22 de abril de 2013, o STF publicou um grande acordo relativo ao julgamento mais longo que já havia realizado no Brasil, a Ação Penal 470, que contava com 8.405 páginas. Tratava-se do desfecho do Mensalão que trazia, num só corpo, 37 réus julgados simultaneamente com base na “teoria do fato” que supunha haver “conhecimento público” para validação da sentença. Citando a análise de Bárbara Garcia, o autor comenta que o “herói da nação” Joaquim Barbosa, não admitiria, nenhum argumento que assegurasse diversos direitos dos 37 réus julgados por ele e simultaneamente condenados. O objetivo era encarcerá-los e, caso isso não ocorresse, se incorreria um caso de impunidade. Quatro juízes questionaram a culpabilidade dos réus e reivindicaram o direito à solicitação de recursos. Direito esse que fora negado, embora assegurado por lei há mais de 800 anos.

Desse processo, Barbosa saiu como herói e os réus, empacotados num mesmo grupo - ainda que com casos muito diversos - simbolizavam a decepção com o PT, aquele partido que saiu de baixo e sobre o qual muitos depositaram sua esperança. Era comum ouvir dizer que a decepção estava, justamente, no partido ser “como todos os outros”, mas a punição posta sobre ele foi muito mais dura que a depositada sobre os demais. Assim, Barbosa seguiu “o que deveria ser feito” e puniu severamente aqueles que saíram da linha, mas não todos, apenas os que “deveriam estar na linha”. (LEIRNER, 2020, p. 38). O antipetismo começou a ser construído desde cedo, e o ódio ao Partido dos Trabalhadores é, ainda hoje, cotidianamente alimentado.

Relatando alguns acontecimentos que sucederam a esse fato, Leirner (2020, p. 39) aponta que o ápice daquilo que ele chama de “síndrome de Barbosa” é o famoso *powerpoint*<sup>364</sup> criado por Deltan Dallagnol que, em decorrência dessa apresentação e da atuação sobre os processos de julgamento do Presidente Lula, veio a se tornar mais um dos heróis da Operação Lava Jato.

---

<sup>364</sup> O *powerpoint* e parte da fala de Dallagnol podem ser vistos em: <https://g1.globo.com/politica/video/veja-trecho-da-apresentacao-de-deltan-dallagnol-com-acusacoes-contralula-em-2016-10414073.ghtml>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

Sem qualquer prova factível, sem um enredo baseado em evidências, sem uma peça jurídica minimamente plausível, ele, em conjunto com outros procuradores e super-delegados de Curitiba, realizaram uma coletiva bombástica para imprensa, replicada aos ventos, com uma nova “estética da documentação”, para usar a expressão de Annelise Riles (2006), baseada em uma imagem capaz de demonstrar o absoluto holismo operacional da “quadrilha de Lula”. (LEIRNER, 2020, p. 39).

A respeito da estética empregada na apresentação de Dallagnol, Leirner (2020) afirma que não se trata de algo inovador, mas bastante comum em empresas e até mesmo, palestras realizadas por grupos militares. Não é atoa que o formato seguia um padrão já empregado em falas realizadas pelo mesmo indivíduo em igrejas evangélicas ou seminários em empresas. Assim, foi criada uma espécie de rede aos avessos na qual a denúncia a respeito de um crime econômico se distanciava progressivamente do campo originário e se transformava em discursos tipicamente policiais a respeito da existência de uma quadrilha.

Nesse sentido, Leirner (2020) aponta como fato irônico que a tão propagada narrativa que caracteriza o PT como uma quadrilha tenha sido implantada por grupos militares que pouco apareceram no processo, mas que se blindaram com o desenvolvimento de uma trama jurídica. Seus atos foram terceirizados para juízes e procuradores e, segundo Leirner (2020) é exatamente esta característica que faz com que não se trate de uma guerra pura e simplesmente, mas dessa nova modalidade que passa a ser conhecida como Guerra Híbrida. O autor argumenta, então, que, segundo sua forma de ver, trata-se de um mecanismo de atuação típico desse modelo de guerra construído por procuração, por meio de uma estratégia de abordagem indireta.

Dentre as inúmeras pinças que compõem esse processo está uma fragmentação do **Estado** em setores que atacam a si mesmos e a outros setores, colocando em xeque a estrutura estatal como um todo. Processo esse que não teve fim com a consolidação do Golpe em 2016, mas seguiu intenso pelos anos que o sucederam, demonstrando que não se tratava única e simplesmente da retirada da Presidenta Dilma do poder, mas de uma destruição da velha política e seus métodos de atuação. Muitos daqueles responsabilizados pelo Golpe, a exemplo de Temer - herdeiro de poder - e de Cunha - um dos principais protagonistas daquela ações -, foram escanteados - e, algumas vezes, atacados - após cumprirem o papel a eles atribuído: derrubar Dilma.

Depois do impeachment denúncias aparecem por todos os lados. A lista foi diária. Aliás, notavelmente esse processo opera a partir de uma lógica auto-fagocitante. Barbosa mudou-se para Miami; Cunha, depois que articulou o impeachment foi preso; Temer, depois que terminou seu governo, foi preso; Gilmar Mendes, outrora herói que impediu a posse de Lula na Casa Civil, hoje é o inimigo público número 1. Nem o “Japonês da Federal” saiu ileso. (...) Vários medalhões da política não se elegeram. A Lava-Jato está sob suspeição. Sérgio Moro murchou. Sobraram os militares intactos. (LEIRNER, 2020, p. 41).

Assim, por trás da “corja conservadora” que emplacou na narrativa do Golpe vislumbrando as vantagens que receberia naquele processo - e destilando o ódio de classe contra o PT e misógino contra Dilma - encontrava-se outro grupo que, articulado internacionalmente, seguia com seus desmandos: os militares. Nesse sentido, Leirner (2020) observa que, se o General Villas Bôas, em 2016, defendia a manutenção das instituições e a proteção da democracia durante o processo de *impeachment*, reforçando uma posição de neutralidade das Forças Armadas, nos anos seguintes, o Exército era bombardeado pela campanha bolsonarista. Já no âmbito do judiciário, um dos principais braços do Golpe, eram realizadas, por parte dos militares, várias condecorações a juízes e promotores ligados a denúncias contra o PT, reforçando e reproduzindo o discurso de ódio contra o partido. “De certa maneira, este campo de batalha político-ideológico parece operar como uma espécie de protoplasma da guerra híbrida.” (LEIRNER, 2020, p. 40-41).

Outra face para a consagração do Golpe - que conta com Bolsonaro como ator central para a realização da Operação Psicológica atrelada à consolidação da Guerra Híbrida - é a formação da conhecida “polarização nacional”. Se o Estado se encontrava fragmentado, a população passava a se dividir em apenas dois lados. Bolsonaro, os conservadores, a Igreja Evangélica e o Exército eram os elementos aglutinadores de parte desta população. Em contrapartida, o PT se encontrava como o responsável pela criação de um bloco subdividido por suas pautas identitárias e bandeiras multicoloridas que se sobrepunham aos símbolos nacionais. O curioso nisso tudo é que aqueles que se diziam dispostos a aglutinar a população em torno de um único motivo, a pátria brasileira, foram os que provocaram a dissidência. (LEIRNER, 2020, p. 173).

No cerne dessa polarização encontrava-se a narrativa da luta contra a corrupção que, naquele contexto, havia se tornado sinônimo do modo de atuação (exclusivo) do PT. Assim, para Leirner (2020), a eleição de Bolsonaro é mais um passo da Guerra Híbrida e a retomada da narrativa de combate à corrupção foi um dos principais elementos implementados pelas Operações Psicológicas - de forma similar ao que ocorreu na construção do golpe de 1964.

Observando os grupos de apoio a Bolsonaro que foram sendo criados e expandidos, Leirner (2020, p. 257) aponta que, a maioria deles, não seguia a risca todos os preceitos colocados pelo ex-Presidente, mas se conectava a partir do antagonismo, ou seja, pela repulsa ao Partido dos Trabalhadores, que aparentemente, poderia superar qualquer outra **pauta** de cunho ideológico, moral, ético e, até mesmo, de valorização da vida. Apesar de se atentar ao fato de essa associação entre Bolsonaro e os bolsonarismo ser formada por um processo complexo e de difícil entendimento dotada de manipulações nos mais diferentes níveis, o autor afirma que a produção da binaridade, a criação do “amigo” e do “inimigo”, foi um dos principais elementos que asseguraram a vitória de Bolsonaro no peito contra Fernando Haddad e, certamente, seguiu sendo um importante elemento para a consolidação de uma votação expressiva na derrota sofrida na disputa contra o Presidente Lula em 2022.

Especificamente em relação ao pleito de 2018, sobre o qual Leirner (2020) disserta atentamente, o que se observa é que a associação líder-povo só foi possível mediante a formação da imagem do inimigo, fortalecendo a divisão entre dois pólos que elevou o então candidato do PSL, “um deputado alegórico e inexpressivo, a um novo salvador da pátria (e às vezes do mundo)”. (LEIRNER, 2020, p. 258). A produção de simetria no antagonismo criado foi fundamental, pois colocou, no mesmo patamar, candidatos e ideologias completamente distintos, levando a discursos comparativos fajutos.<sup>365</sup> Adentrou-se, assim, num ciclo de *feedbacks* negativos que impedia, principalmente aos progressistas - campo que particularmente interessa a esta tese - uma evolução propositiva em qualquer âmbito. Presos na incorrência reativa, ou seja, na negação dos atos que se estabeleciam por meio do campo de forças opositor, restava a este grupo a recorrente estratégia falha da constante negativa, que se ilustrou progressivamente por meio das frustrações do “Não vai ter copa”, “Não vai ter lpe”, “Fora Temer” e “Ele não!”.

Era preciso uma modificação no modo de agir do campo progressista por meio da qual a proposição se estabelecesse como possibilidade de criar caminhos e soluções para as disputas futuras - não restringindo as ações ao espectro da reatividade. Entretanto, com Lula preso, isso se tornava muito difícil. Além disso, a apatia advinda das seguidas derrotas e o sentimento melancólico e depressivo que se instaurou após 2013, acabavam sendo importantes facetas da evolução progressiva do Golpe. O ciclo ainda se alimentava com a massiva produção de *fake news* e notícias absurdas vinculadas, predominantemente às **pautas** de costumes, como “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” que funcionavam como “cortinas de fumaça” para ações mais degradantes e profundas de destruição da soberania nacional, como é o caso da

---

<sup>365</sup> A polarização ocorrida no Brasil em muito se assemelha àquela criada nos EUA a partir da candidatura de Donald Trump à presidência do país.

venda de diversas refinarias da Petrobras, do acelerado desmonte do projeto de industrialização e de qualquer outra medida que reativasse a possibilidade de crescimento nacional tanto no cenário internacional, quanto no que tange a redução das desigualdades internas e a geração de emprego e renda. Elementos esses que encontravam-se, cada vez mais, fadados a um imaginário discursivo de uma pequena parcela dos progressistas que ainda se preocupavam com **pautas** além das identitárias, tão amplamente fomentadas ao longo das Jornadas.

Mas o Golpe, segundo Leirner (2020), não se reduzia aos desmandos de Bolsonaro e à estratégia de polarização. Havia outro ator relacionado às Forças Armadas que faria toda diferença na definição das eleições presidenciais de 2018. Ainda em 2017, sob o governo Temer, o General Antônio Hamilton Martins Mourão anunciou que o problema não era apenas o PT e passou a falar sobre a possibilidade de haver uma intervenção militar. Essa ameaça funcionava como mais um tensionador dentre os progressistas que temiam ser este o ato final do Golpe. Segundo o General, caso a crise institucional permanecesse, seria necessário que medidas mais radicais fossem tomadas e se isso ocorresse fora do âmbito institucional, poderia acarretar sérios problemas. O posicionamento ameaçador do General foi mais uma importante faceta da implementação das Operações Psicológicas.

A incursão do General Mourão<sup>366</sup> na chapa de Bolsonaro se deu, então por meio de uma jogada realizada entre o mesmo e o General Villas Bôas que, por meio de um posicionamento

---

<sup>366</sup> O partido Republicanos, em seu site, apresenta a biografia do General Hamilton Mourão da seguinte forma: “O General de Exército, Antônio Hamilton Martins Mourão nasceu em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 15 de agosto de 1953. É filho de Antonio Hamilton Mourão e de Wanda Coronel Martins Mourão, Oriundo do Colégio Militar de Porto Alegre, onde concluiu o Ensino Médio, ingressou no Exército Brasileiro em fevereiro de 1972, na Academia Militar das Agulhas Negras e, em dezembro de 1975, foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia, graduando-se em Ciências Militares.

Ao longo de 46 anos de serviços prestados ao Brasil, exerceu funções típicas de oficial subalterno e intermediário nos corpos de tropa, de instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras e de assessor de estado-maior de Grandes Unidades e Grandes Comandos nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Amazônica, e no Gabinete do Comandante do Exército, em Brasília, Distrito Federal. Desempenhou, ainda, o cargo de comandante do 27º Grupo de Artilharia de Campanha, em Ijuí, Rio Grande do Sul, no triênio 1998 – 2000. No exterior, como observador militar, representou o Brasil na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III), em 1996/1997, e como Adido de Defesa e do Exército na Venezuela, de 2002 a 2004.

Das comissões recebidas como oficial-general, destacam-se a de comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, a de comandante da 6ª Divisão de Exército e de Comandante Militar do Sul, ambas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul e de Secretário de Economia e Finanças, em Brasília, onde encerrou sua vivência de quase cinco décadas de serviço castrense.

Em sua formação profissional, podem ser relevadas, além da graduação, do aperfeiçoamento e da especialização (paraquedismo e operações na selva), as titulações como Mestre em Operações Militares e como Doutor em Ciências Militares, fruto da realização dos cursos de Altos Estudos Militares e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Das principais comendas recebidas, destacam-se a Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina, Ordem do Mérito de Defesa, Ordem do Mérito Militar, Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Judiciário Militar e Medalha do Pacificador.

dito neutro, no qual afirmava ser o Exército uma força independente, destituiu Mourão do poder, possibilitando que assumisse a posição de político. “O que está mais claro hoje é que o estremecimento entre eles parece ter sido superficial e agora estão bem juntos no governo.” (LEIRNER, 2020, p. 263). Essa aparente cisão foi fundamental para que se estabelecesse uma impressão de tensão entre, de um lado, os candidatos à Presidência e vice-Presidência e, de outro, as Forças Militares, funcionando como mais um aparato de manipulação das percepções políticas daquele contexto. O autor lembra que a distinção entre máquina ideológica e máquina militar é um dos principais elementos na formulação das Guerras Híbridas. Assim, a fabricação dessa contradição seria uma maneira de deixar os militares confortáveis e blindados no governo.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os próprios militares ouviam que as Forças Armadas eram uma instituição do Estado, e não do governo, e deveria demonstrar-se neutra, a campanha pró-Bolsonaro era fomentada internamente e alcançava os familiares dos membros das Forças Armadas brasileiras. Além disso, grupos favoráveis à intervenção militar eram estimulados a crescer e se manifestar nas ruas - o que anos antes seria uma atitude completamente reprovável. A operação psicológica novamente se reforçou em seu caráter urbano.

Na visão de Leirner (2020, p. 269) outra estratégia marcante traçada pelo bloco militar se deu anos antes do pleito e é baseada na relação estabelecida entre Dilma e as Forças Armadas mediante as ameaças do *impeachment*. Em entrevista cedida à Revista Veja em 2017, Villas Bôas afirmou que a ex-Presidenta e “membros da esquerda” o haviam sondado a respeito da possibilidade de decretação de um Estado de Defesa frente às ameaças do *impeachment*. Segundo o General, naquele momento eles perceberam a possibilidade de serem acionados no intuito de conter manifestações realizadas contra o governo. Em seguida, ele cita que, as tensões existentes entre governo e povo, poderiam incorrer na eleição de um líder que defendesse um posicionamento incoerente, mas que se alinhasse à opinião da população. Como exemplo, foi citada a eleição de Trump nos EUA e a existência de políticos que se assemelham a ele no Brasil e que poderiam chegar ao poder. Quando questionado a respeito de um possível apoio do Exército a Jair Bolsonaro, Villas Bôas negou a existência de um vínculo institucional com o candidato, afirmando que apesar de ser membro das Forças Armadas, a decisão seria popular.

---

Após deixar o serviço ativo, em fevereiro de 2018, o General MOURÃO assumiu a presidência do Clube Militar, no Rio de Janeiro, condição na qual permaneceu até iniciar a sua participação no processo eleitoral, como candidato ao cargo de Vice-Presidente da República, compondo a chapa vencedora que trouxe o então deputado federal Jair Bolsonaro à Presidência da República, em outubro de 2018.” Disponível em: [https://republicanos10.org.br/quem\\_e\\_quem/general-hamilton-mourao/](https://republicanos10.org.br/quem_e_quem/general-hamilton-mourao/). Acesso em 23 de setembro de 2023.



Após relatar o acontecido, Leirner (2020, p. 270) afirma ser notável a estratégia já encampada neste momento de lançar o intervencionismo aos ombros do PT, livrando Bolsonaro de qualquer relação com o ato, caso ocorresse. O autor lembra que a ideia de uma “intervenção petista” se iniciou com a Comunicação Não Violenta (CNV), passou por Jaques Wagner<sup>367</sup>, ficou mais intensa com a extinção do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI) e veio à tona após esta acusação de que Dilma queria utilizar-se do Exército para conter as manifestações. Dessa forma, foi consolidada, junto aos conservadores - a imagem de que o PT seria um braço bolivariano que atuaria no intuito de instaurar uma ditadura no Brasil.

Assim, para o autor, se tornou possível que os militares colocassem em prática seu projeto. Logo após o *impeachment*, Temer, ainda ocupando o cargo provisório de Presidente, publicou o Decreto n. 8.798, de 4 de julho de 2016, “que restitui a delegação da competência para a edição de atos relativos à carreira militar aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.” (LEIRNER, 2020, p. 270). Em seguida, o GSI foi recriado e logo se tornou o “Ministério dos Ministérios”, dando início a fase de um novo projeto de aparelhamento do Estado que, desta vez, vinha sendo realizado pelos militares.

Posteriormente, foi publicada uma série de artigos no Defesanet<sup>368</sup> que davam indícios a respeito dos planos para o Exército. O que se explicitava ali, para Leirner (2020), poderia ser compreendido, de forma resumida, em dois planos: geopolítico e local. O primeiro continha uma denúncia a respeito da possibilidade de realização de uma guerra híbrida comandada pela Rússia, atualizada na Bolívia e na Venezuela e realizada no Brasil por intermédio do PT. Como resistência a esse ataque, indicava-se que o Exército precisaria armar suas forças psicológicas. O que justificaria as operações psicológicas e a ênfase na necessidade de resistência ao comunismo. Já o plano local seria o espaço de aplicação e fortalecimento das estratégias presentes no plano anterior, visto que o ataque russo viabilizado pelo PT contaria com uma desmoralização das Forças Armadas e com a realização de estratégias típicas da guerra híbrida: abordagem indireta, terceirização e camuflagem. Para a realização desse plano, o PT acionaria, basicamente, os grupos minoritários, como movimentos indígenas, Igreja, ONGs e a ONU<sup>369</sup>. A

---

<sup>367</sup> Jaques Wagner é um político brasileiro vinculado ao Partido dos Trabalhadores. Foi governador da Bahia de 2007 a 2014 e Ministro-Chefe da Casa Civil entre 2015 e 2016. Em 2018 foi eleito Senador pela Bahia.

<sup>368</sup> DefesaNet é um portal de notícias especializado em defesa, estratégia, tecnologia, inteligência e segurança, englobando assuntos aéreos, navais e terrestres. Endereço do portal: <https://www.defesanet.com.br/>.

<sup>369</sup> Nesse sentido, observa-se o uso estratégico das pautas identitárias e das minorias pelos conservadores como ferramenta para o fortalecimento e continuação do Golpe. Questiona-se, novamente, a respeito da fragilidade que, muitas vezes, se expressa na constituição desses discursos que acabam se tornando dispositivos contra os próprios progressistas. Junta-se a isso as informações a respeito do financiamento



narrativa de uma Guerra Híbrida realizada pelo PT estava pronta e ganhava **espaço** entre os conservadores. Os argumentos aqui citados passaram a ser replicados por vários outros artigos e foram potencializados pelas denúncias de associação do Partido dos Trabalhadores às *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia* (FARC) e ao Primeiro Comando da Capital (PCC).

Esses artigos foram produzidos a partir de elementos detectados pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) que é subordinada ao GSI, cujo comando estava nas mãos do general Sérgio Westphalen Etchegoyen, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência do Brasil no governo Temer, o que leva a necessidade de analisar os principais fatos que ocorreram ao longo deste governo<sup>370</sup>. Pensando a possibilidade de alguns acontecimentos desse período se relacionarem com a hipótese de Guerra Híbrida por ele desenvolvida, Leirner (2020, p. 273) se pergunta como o GSI não teria pistas a respeito das negociações do Ministério Público Federal com a JBS e como Joesley Batista, dono desta empresa, teria entrado no palácio do Jaburu e vazado o áudio de sua conversa com Temer, o que gerou uma crise incontrolável no governo que, a partir de então, perdeu todas as suas forças de ação. A popularidade do ex-Presidente despencou, o Congresso se desarticulou, e com isso, emergem algumas questões.

Supondo que Etchegoyen tenha sido apenas relapso no caso da JBS, como ele se manteve no cargo de confiança do governo? Ainda que tenha sido mera coincidência, o principal **desdobramento** desse processo foi a imobilização de todo o grupo representante da direita tradicional brasileira que articulou politicamente o *impeachment*, como Cunha, Temer e o PSDB. Leirner (2020) coloca em xeque, então, o fato de que, no momento em que os progressistas encontram-se desprestigiados e desarticulados devido à Lava Jato, seus opositores e viabilizadores do *impeachment* no Congresso e no Senado, passaram a ser também questionados fazendo emergir a ideia de uma “oposição anti-sistema”. Assim, 2017 foi um ano fundamental para a alavancagem política de Bolsonaro que, em maio, ocupava uma posição praticamente irrelevante nas pesquisas eleitorais e, em dezembro, se tornava o principal opositor a Lula que, até então, ainda poderia se candidatar.

Dessa forma, seria necessário tirar Lula da disputa. Mais uma vez as Forças Armadas se posicionaram. Em uma publicação realizada no *Twitter* em 03 de abril de 2018, quando o processo contra o Presidente encontrava-se em andamento, Villas Bôas anunciou a necessidade

---

de muitas ONGs brasileiras por importantes representantes do capital internacional, questionando se existiria uma estratégia de fomento de determinadas narrativas progressistas não apenas como ferramenta de controle, mas também como modo de produção de dissidência com intuítos escusos.

<sup>370</sup> É muito curioso pensar que pouco se fala a respeito da gestão Temer. Nos debates para a campanha presidencial de 2022, por exemplo, a sensação que dava era a de que esse período da história jamais tinha acontecido.

de agir com urgência na situação em que o país se encontrava, repudiando a impunidade. Tratou-se de um grande estímulo ao já avançado e inusitadamente acelerado processo para a prisão do então candidato à presidência da república. O apoio do Exército estava claro desde a condecoração de Moro em 2017, durante a “Semana do Exército”, na qual foi afirmado que se tratava de uma ode à Operação Lava Jato e de um reconhecimento de que o Juiz havia prestado importante serviço para o país.

Outro dado relevante que mostra a estreita relação entre Bolsonaro e os militares, foi quando, dois meses antes das eleições, o General Fernando Azevedo e Silva foi empossado como Assessor Especial de Dias Toffoli mediante sugestão de Villas Bôas. Segundo a Revista Época, Silva fez parte de um grupo que formulou propostas para Bolsonaro e ofereceu um almoço para o então candidato à vice-presidência, Hamilton Mourão. Após eleito, Bolsonaro tornou Silva seu ministro de Defesa.

Com isso e, principalmente com a prisão de Lula no dia 07 de abril de 2018<sup>371</sup>, o caminho para a eleição de Bolsonaro estava pavimentado e, apesar das constantes negativas de Villas Bôas, proferidas ao longo de 2018, o Exército foi um ator primordial - junto ao judiciário - neste processo mediante a produção de uma galvanização de suas fileiras em direção a Bolsonaro que não economizou no bombardeio semiótico contra Lula e o PT. Leirner (2020, p. 282) lembra que já em janeiro de 2018 o DataFolha anunciava o que posteriormente ficaria óbvio: Bolsonaro vinha para ocupar um vácuo que foi deixado por Lula. Não se tratava de uma transferência de votos, mas da imagem construída sobre Bolsonaro como o único capaz de derrotar o petismo.

Destaca-se, entretanto, que apesar do envolvimento direto dos militares nesse processo (atuando sempre em conjunto com forças internacionais), a Guerra Híbrida opera, como lembra Leirner (2020, p. 287) por meio de ações indiretas. Os militares não estariam no front da batalha, pois nesse tipo de guerra, quem está na retaguarda são os guerreiros e no campo de batalha estão os apoiadores da causa. Assim, mesmo que não tenham sido diretamente induzidos pelos militares, os agentes da justiça atuavam em seu favor, em desfavor do PT e, ainda que indiretamente, em favor de Bolsonaro. A disputa travada com Fernando Haddad (que tinha Manuela d’Ávila, filiada ao PCdoB como vice) deveria se manter na polarização, mesmo que fossem evidentes os crimes cometidos pelo então candidato do PSL. Isso sem contar com a atuação via *WhatsApp* que teve as redes dos EUA como dispositivos de guerra.<sup>372</sup>

---

<sup>371</sup> No dia da prisão do Presidente Lula sua vantagem nas pesquisas a respeito do pleito a se realizar naquele ano era muito significativa, mais precisamente, de 20 pontos percentuais)

<sup>372</sup> Destaca-se, neste ponto, a atuação da Cambridge Analytica, empresa que também se destacou como agente nas eleições de Trem nos EUA.

Outra estratégia aplicada por Bolsonaro que, para alguns, não fazia sentido logo após sua vitória no primeiro turno, era a declaração da possibilidade de fraude nas urnas. Entretanto, se sua atuação for pensada sempre sob um viés de ataque semiótico, sua perspicácia se torna evidente ao aparecer como uma figura incontrolável e autêntica, um antipolítico que, neste momento podia ser lido como um personagem que lutava contra a corrupção - já que política e corrupção haviam se tornado sinônimos. Além disso, ele soava como um militar que atuava na contramão dos militares, visto sua fuga do Exército e a distinção entre suas falas raivosas e as que, repentinamente, se tornaram ponderadas de Mourão. Bolsonaro atuava como um “anti-sistema” em meio ao processo institucional de eleições. “Ele sabia, Villas Bôas sabia, Mourão sabia, Fernando Azevedo sabia, e todos os militares que estavam lá na campanha sabiam que a justiça estava sob o ‘espectro de dominação total’.” (LEIRNER, 2020, p. 289). Assim, o discurso funcionava como um aparato para demonstrar que o candidato não se alinhava a uma justiça fraudulenta. Por isso, o que mais importou nessa história, foi o posicionamento de Haddad que afirmou confiar na justiça e no sistema de votação pouco depois de abandonar o discurso de que as eleições sem a presença de Lula eram uma fraude. Desse modo, quanto mais Bolsonaro trajava a veste do “anti-sistema”, mais Haddad se vinculava à justiça. “Primeiro ao dizer que Sérgio Moro ‘fez um bom trabalho’, e que ‘confiava na justiça’ em ‘corrigir erros processuais’; depois ao procurar Joaquim Barbosa, ex-presidente do STF notabilizado por dar início à ‘teoria do domínio de fato’.”<sup>373</sup> (LEIRNER, 2020, p. 289-290). Assim, para o autor, Haddad acabou se tornando o “fiador” da vitória do adversário atuando como um infiltrado na campanha de Bolsonaro. “Nesse sentido, Haddad e o PT não só endossaram o papel da justiça, mas também dos militares, levando à frente o discurso de que ‘as instituições estão funcionando’.” (LEIRNER, 2020, p. 290).

Como lembra Gohn (2019, p. 157-160), 2018 foi um ano marcado por diversas tragédias, principalmente para o campo progressista que já se encontrava abalado e decepcionado com as sucessivas derrotas que vinham sendo encampadas desde 2014 (apesar da conquista no pleito daquele ano). Um incêndio que ocorreu em uma ocupação em São Paulo acabou denunciando uma situação periculosa que acometia outras 70 edificações na cidade; em Brumadinho, uma barragem realizada do Córrego do Feijão, rompeu caracterizando um dos maiores desastres/crime da história das mineradoras no país; o Rio de Janeiro foi marcado por um incêndio no Ninho do Urubu e no Museu Nacional - situações que não podem ser desvinculadas da condução, no mínimo negligente, para não dizer, estrategicamente destrutiva, das autoridades

---

<sup>373</sup> Provavelmente a primeira resposta a julgamentos em relação ao PT que atingiu a opinião pública.

brasileiras. Ainda no Rio, em 14 de Março, Marielle Franco foi assassinada - um crime que comoveu o país e sobre o qual ainda não foram tomadas as medidas cabíveis. No dia 07 de abril, Luís Inácio Lula da Silva foi preso em um processo parcial que, ao que tudo indica, tinha como objetivo final o impedimento da candidatura do mesmo para as eleições presidenciais daquele ano. Eleições estas que foram marcadas por Fake News e, novamente, por uma derrota das lutas progressistas nas ruas que viram o “Ele Não!” se converter em um aumento das intenções de voto em Jair Bolsonaro logo após o dia mais emblemático de manifestações com esta motivação. Ao final do pleito, o candidato Fernando Haddad, do PT, foi derrotado com 44,87% dos votos válidos, contra 55,13% destinados ao opositor do PSL. Partido este que elegeu mais de 50 deputados federais que incluíam importantes lideranças das organizações movimentistas, como é o caso de Carla Zambelli<sup>374</sup>, representante do Nas Ruas. As eleições foram marcadas, ainda, pelo crescimento do Partido Novo. Em Minas Gerais, por exemplo, a vitória de Romeu Zema foi mais um dos muitos baques sofridos pelos progressistas que, em grande parte, se dispuseram, inutilmente, a votar no candidato Antônio Anastasia, do PSDB - partido que, historicamente, representava seu principal opositor. A derrota da candidatura de Dilma ao Senado pode ser vista, ainda, como um dos elementos mais significativos daquele contexto, fortalecendo a imagem do Golpe e representando mais um motivo para o progressivo desânimo daqueles que vinham se mobilizando em favor da Presidenta desde 2014.

Analisando os resultados das eleições de 2018, Gohn (2019, p. 160-161) entende que, ao contrário do que imaginavam muitos intelectuais e políticos, a sociedade não se modernizou, mas a maior parte da população optou por um retorno ao tradicional, sendo ele conservador ou liberal. O retorno ao tradicional e o grande crescimento do bloco conservador explica como, no Brasil, tal qual ocorreu em vários outros casos, as insurgências ao questionaram o “velho”, a “velha política”, nem sempre trazem algo transformador em rumo ao novo, a um horizonte maior e muito menos ao conclamado comum como descrito em Hardt e Negri (2012; 2009). Grande parte das vezes são mecanismos para a recomposição das forças conservadoras. (GOHN, 2019, p. 242). A ressaca de Junho de 2013, tal qual a apatia depressiva de Maio de 1968, parecia interminável e,

---

<sup>374</sup> Quatro anos depois, durante a campanha de 2022 cuja disputa central para a presidência da república se dava entre Lula e Bolsonaro, Zambelli se envolveu em um escândalo, ao agredir e ameaçar com uma arma de fogo, um homem negro, nas ruas de São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/10/29/deputada-bolsonarista-carla-zambelli-saca-e-aponta-arma-para-homem-na-rua-em-sp-ela-diz-que-foi-cercada-e-agredida.ghtml>. Acesso em 23 de setembro de 2023.

De acordo com reportagem de *O Globo* (16/06/2020), antes de assumir um posicionamento de extrema direita, Zambelli foi atuante em movimento feminista. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/carla-zambelli-ja-foi-ativista-feminista-ao-lado-de-sara-giromini-entenda.html>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

com ela, se esvaíam as forças e a fé daqueles que, historicamente, representavam as lutas por direitos, justiça e melhorias sociais. Entretanto, o Golpe ainda não havia terminado e ataques ainda mais intensos estavam por vir.

Apesar da proporção destes fatos, talvez, o mais preocupante tenha sido um processo de omissão dos progressistas nas ruas (principalmente áreas centrais) que compõem historicamente seu léxico político, e uma ocupação massiva destes **espaços** por grupos até então a eles estranhos, como aqueles que posteriormente viriam a ser conhecidos como “patriotas”. Nesse sentido, o Golpe de 2016 pode ser visto, para alguns, como um divisor de águas na interpretação das manifestações. A própria Natacha Rena, que anteriormente considerava que das Jornadas de Junho só seria possível esperar resultados positivos, em artigo publicado em 2018 junto a pesquisadores do Grupo *Indisciplinar*, intitulado *Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil*<sup>375</sup>, considera os protestos de 2013 como uma das 13 hipóteses para a realização do Golpe.

Por outro lado, esse posicionamento de Rena não é comum a todos os envolvidos nas Jornadas e, mesmo após as eleições de Jair Bolsonaro, há quem defenda que se tratou de uma grande festa, destacando pontos positivos e, talvez, alheios aos acontecimentos nacionais posteriores. O que distancia, diretamente, a posição apresentada por líderes do Partido dos Trabalhadores, como Dilma, Lula e Haddad que defendem que houve investidas externas na composição do **levante** visando uma desestruturação de uma nação em crescimento.

---

<sup>375</sup> RENA, Natacha ; NOBRE, Maíra ; BARBOSA, Danilo ; PORTO, Henrique. *Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil*. Revista *Indisciplinar*, v. 4, p. 210-225, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/33437>. Acesso em: 21 de setembro de 2023. O artigo também foi publicado no livro *Cuba-Brasil: diálogos sobre democracia, soberania popular e direitos sociais* (GONTIJO, *et al*, 2021).

No texto são citadas as seguintes hipóteses: 01: O Golpe é para interromper a disputa do Brasil pela hegemonia na geopolítica mundial; 02: O Golpe é para derrubar a hegemonia dos governos de esquerda na América latina com Brasil protagonista; 03: O Golpe é para reduzir a influência da China/Eurásia nos mercados emergentes; 04: O Golpe é para diminuir a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais; 05: O Golpe é operacionalizado via judiciário/Lava-Jato; 06: O Golpe é financeiro; Política Social; 07: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Saúde; 08: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Educação; 09: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Trabalho; 10: O Golpe é para desmontar as políticas sociais - Previdência; 11: O Golpe é operado via desmonte do sistema democrático; 12: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossos recursos naturais; 13: O Golpe é para estrangeirizar/privatizar nossas empresas estatais e também estrangeirizar as privadas.

Aquele golpe começou a ser preparado em 2013 quando a Rede Globo de Televisão usou sua concessão pública para convocar manifestações de rua contra o Governo e até contra o sistema democrático. Tudo valia para tirar o PT do Governo, inclusive a mentira e a manipulação pela mídia. Isso aconteceu quando nossos governos tinham alcançado nossas maiores marcas: multiplicamos o PIB por várias vezes, chegamos a 20 milhões de novos empregos formais, tiramos 36 milhões de pessoas da miséria, levamos quase 4 milhões de pessoas às universidades, acabamos com a fome, multiplicamos de modo espetacular a produção e o comércio da agricultura familiar, multiplicamos por quatro a oferta do crédito, isso em meio a uma das maiores crises do capitalismo da história. (LULA, 2019, transcrito pela autora).

Após a vitória de Bolsonaro, o que Leirner (2020) observa é que as contradições que apareceram na campanha, seguiram durante o governo. Ao passo que o então Presidente enviava “bombas de fragmentação”, seus aliados vinham apagar o incêndio “desfalando” os pronunciamentos de seu líder. Bolsonaro era um grande produtor de dissonâncias e seus aliados, os responsáveis por certa racionalidade e tecnicismo. Dentre os atores incumbidos dessas narrativas estavam Moro, Guedes e, principalmente, os militares - encabeçados por Mourão, mas reprodutores da estratégia.

A sequência das atitudes boçais do então Presidente Bolsonaro não entraram nesta análise, posto que são de conhecimento comum. As inúmeras “cortinas de fumaça” lançadas por seus ministros e a atuação frente à pandemia são parte deste mesmo espectro de formulação de um caos, ou de implementação do [Império](#) do Caos, como uma profunda estratégia de Guerra Híbrida e desestabilização nacional.

Assim, para finalizar esta que é a última seção desta tese, é preciso apenas lembrar que, após anos de desmonte de um país, a esperança veio novamente com a candidatura de Lula para o pleito de 2022. Sua vitória apertada significou que o legado bolsonarista está longe de acabar e, ainda que não possa ser afirmado veementemente, teme-se que a instauração desta Guerra Híbrida não tenha se findado ali. Entretanto, a perspectiva de mudanças no cenário nacional, marcada, novamente, por uma articulação intensa com os países do Sul-Global, bem como a retomada dos BRICS com a posse de Dilma à sua presidência, indicam uma possibilidade de reviravolta no horizonte geopolítico nacional direcionando, quem sabe, à articulação de um mundo multipolar.

## Considerações Finais

Desde as primeiras análises realizadas sobre o capitalismo observa-se a importância da subjetividade para sua produção e reprodução. Já em *A questão judaica* (2010 [1843]), Marx coloca como é fundamental para a manutenção deste sistema sua ingerência não apenas sobre o corpo dos trabalhadores, mas também sobre suas mentes e sentimentos. Com o passar do tempo, principalmente com o desenvolvimento da psicanálise, a questão da subjetividade foi ocupando lugares cada vez mais significativos nas análises sociais, econômicas e políticas, estendendo-se do inconsciente às estruturas que compõem o tecido da sociedade.

É incontestável que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação ao longo do século XX também tenha desempenhado papel fundamental nos processos subjetivos e a compreensão do capitalismo enquanto um produtor de subjetividades foi se tornando cada vez mais veemente. Não se trata apenas de uma cooptação ou manipulação dos imaginários e desejos, mas, muito mais que isso, de uma capacidade de produzir esses desejos sem qualquer concessão por parte dos indivíduos nos quais esta ação se projeta (toda a humanidade). Nesse sentido, a escolha de Guattari pelo uso do termo *produção capitalística* em detrimento à *produção capitalista* denota que, já na década de 1960, estava se intensificando a compreensão a respeito da atuação direta do capitalismo sobre o mais íntimo da vida. Assim, o capitalismo se configura como uma força muito mais complexa que atravessa indivíduos, sociedades, Estados e relações das mais diversas ordens. Posteriormente, com o neoliberalismo, mais que a vida, o sistema passa a se estabelecer sobre a alma, conforme fez questão de pontuar Thatcher.

Voltando aos anos 1960, percebe-se que a onda de contestações advindas dos movimentos artísticos, operários e estudantis, em muito se relaciona com um processo totalizante de mudança mundial, marcado pelo fim da Segunda Guerra, que atravessa desde modos de vida à questões econômicas, (geo)políticas e sociais. A relação entre a efervescência desse período - marcada, principalmente, pelos eventos de Maio de 1968 - com a derrocada do fordismo e do Estado de bem-estar social e a alavancada dos modelos de acumulação flexível, neoliberalismo, CMI e/ou Império, é inegável. Não se sabe dizer se a onda de modificações (geo)políticas e econômicas foi o motor para a produção daquelas dissidências, ou se, como afirma Pelbart (2013), sua força produtiva foi vampirizada na conformação de um novo sistema: o capitalismo rizomático. Talvez essa pergunta seja até um pouco estúpida, sendo possível dizer, apenas, que existe, nesse momento, uma retroalimentação entre capitalismo e resistência de forma que as duas forças compõem o mesmo jogo e, em muitos momentos, acabam conformando uma tensão unidirecional.

Quando Deleuze e Guattari (2011b) compreendem o capitalismo como uma quase causa, os autores estão dizendo dessa complexidade na qual a força produtiva e a apropriativa se misturam, fazendo com que a capacidade de atuação universalizante do capitalismo assuma uma forma quase completa. Do mesmo modo, ao colocarem o neoliberalismo como uma *razão de mundo*, o que Dardot e Laval (2016) fazem é, também, assumir que nada a ele escapa, nem mesmo as pretensas resistências. Essas concepções podem ser postas em diálogo direto com o conceito de dissidência fabricada criado por Chossudovsky (2010), que aponta para uma habilidade das forças capitalísticas de produzir e, neste sentido, controlar, as ações e pensamentos pretensamente insurgentes, ou seja, que iriam de encontro com seus desejos e princípios.

Entretanto, os próprios Deleuze e Guattari (2011), quando assumem esse papel de quase univocidade do capital, apostam na esquizofrenia como um elemento controverso que atua no seio deste sistema. Se, de um lado, a potência esquizo é sugada ao limite pelo capital, funcionando como seu principal motor, de outro, ela se configura como uma possibilidade de desorganização total da estrutura maquinaica do corpo. A esquizofrenia seria uma espécie de potência para a criação de linhas de fuga, baseadas em processos de singularização e multiplicidade.

Herdeiros de Foucault e Deleuze, Hardt e Negri incorporam e atualizam a tensão posta entre capitalismo e esquizofrenia/resistência para a elucubração de sua análise social pautada na emergência do Império, no início dos anos 1990 - apesar de gestado desde o final da Segunda Guerra - e a composição da carne social da multidão. O Império configura-se totalizante, onipotente, unívoco, uma força na qual não existe fora, da qual nada escapa. Ao passo que a multidão é a força social que habita este Império podendo ser configurada tanto como sua principal máquina de vida, quanto como seu maior antagonista que, nascendo no seu seio, seria capaz de corroê-lo por dentro fazendo emergir um novo modo de vida. Assim, em Hardt e Negri (2012; 2014), a multidão excede o caráter filosófico-conceitual, se configurando como uma aposta biopotente daquilo que, mesmo sob a controvérsia presente entre o motor e a ruptura do Império, seria capaz de criar linhas de fuga, tensionando-o até seu rompimento e redirecionando a vida para o vetor do comum.

Num mundo em constante estado de guerra, a multidão, em sua atuação rizomática, se apresentaria como uma reconfiguração das guerrilhas camponesas, agora atuantes no contexto das cidades. A multidão é urbana e pertencente, predominantemente, às grandes metrópoles - sempre inquietantes para a filosofia. Assim, é sobre essa nova conformação da vida pautada pelas velocidades das cidades e da evolução tecnológica que cresce a controversa, criativa e



subversiva potência multitudinária, principalmente por meio de profundas modificações na configuração dos movimentos sociais.

Se a multidão se espelha nas táticas guerrilheiras da Revolução Cubana e da vitória do Vietnã sobre os EUA, é nas insurgências dos anos 1960 que seu embrião se forma. A modificação da vida que permeia os adventos daquele período, atravessada por *slogans* como liberdade, flexibilidade e horizontalidade, conforme supracitado, pode ser considerada um ponto de virada para o capitalismo, as resistências e a relação entre ambos, conformando, mais do que nunca, um jogo simbiótico de complementação e tensão. É a partir dessa virada que se observa uma profunda modificação na forma de atuação dos movimentos sociais que se aproximam sobremaneira da luta pelo direito a ter direitos.

Se no chão de fábrica as resistências se consolidavam a partir da causa e das demandas dos operários, no solo da urbes pós-fordista, a demanda por direitos se ampliam significativamente. E isso não diz só a respeito da incorporação de demandas tipicamente urbanas às reivindicações, como habitação e mobilidade, por exemplo (conforme pode ser observado na constituição da luta pela Reforma Urbana no Brasil), mas também nos intentos por liberdades individuais e na preocupação com o meio ambiente. Inegavelmente, o crescimento acelerado e massivo das cidades causou graves danos ambientais, tal qual a mudança de modo de vida e o desenvolvimento tecnológico, ou seja, o meio ambiente, passou a ser objeto de preocupação por parte da população atuando desde movimentos ativistas, como o proposto por McHarg ainda no contexto da contracultura nos anos 1960, até grandes reuniões de grupos imperiais, como as conferências organizadas pela ONU em 1970 (Clube de Roma) e 1972 (Conferência de Estocolmo), dentre outras. No âmbito da liberdade, por sua vez, encontravam-se reivindicações relacionadas à raça, ao gênero, à sexualidade, às artes, às drogas e outras inquietações individuais e coletivas relacionadas, em sua maioria, a questões de identidade. Esse contexto é marcado, então, na perspectiva de Gohn (2014b) pela emergência dos novos movimentos sociais.

Apesar de elucidado que a carne social da multidão vinha germinando em meio aos grupos resistentes desde meados do século XX, é sabido que sua fase latente de gestação se inicia apenas com a queda do Muro de Berlim, quando se consolida, mundialmente, a emergência do Império. Ou seja, ainda que fruto desse processo de modificação, tensão e guerra, a multidão só se cria enquanto embrião em fase de gastrulação mediante a emergência do Império. A partir daí, os anos 1990 são marcados pela formação do corpo multitudinário que, segundo a herança deleuziana em Hardt e Negri, deveria se compor em oposição ao organismo, na ausência de

órgãos, reorganizando os agenciamentos maquínicos e conformando uma novíssima forma de ser.

Assim, a gestação multitudinária latente nos movimentos dos anos 1990 seria o primeiro passo para a possível criação de um novo ciclo mundial insurgente que atravessasse questões locais e globais, tensionando o Império até seu possível rompimento. A configuração em rede dos zapatistas, o desejo de uma revolução global (pautada por uma outra globalização) dos insurgentes de Seattle, a potência da internet, a conexão entre lutas de diferentes países, a participação dos macacões brancos em levantes fora da Itália, a tendência dos movimentos a uma horizontalidade, a ausência de lideranças, tudo isso e muitas outras coisas, fomentaram a esperança na configuração de um novo ciclo global de lutas, desta vez, notadamente multitudinário. Para Negri e Hardt (2016) havia chegado o momento da real emergência da multidão. As manifestações que tomaram o planeta após a crise do capitalismo de 2008, começando pela Primavera Árabe e viajando pela Espanha, EUA, Turquia, Ucrânia, Brasil... seriam essa nova configuração de lutas capaz de tencionar o Império conduzindo à emergência do comum.

Esse momento seria marcado, também, pela formação dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2014b), aqueles atravessados por pautas e inquietações pertinentes aos novos movimentos, mas que traziam em seu léxico elementos como a associação em rede, a tecnopolítica, o ativismo, a festa, a identidade de modo muito mais diferencial, aprofundado e segregador, novos sujeitos - em sua maioria jovens e pertencentes à classe média -, grande influência anarquista e autonomista, uma fragilidade do debate político e ideológico, uma multiplicidade de vozes ao mesmo tempo juntas e desconexas, dentre outros elementos inquietantes e inovadores, capazes de movimentar e impressionar todo o planeta.

Para Castells (2013), eram os movimentos sociais em rede, cada vez mais conectados e que tinham a seu favor a associação potente entre a *internet* e as ruas, o experimento social, a vivência de novas formas de democracia impulsionadas por uma crise global de representatividade e, a cabo, a latência de modificações individuais e subjetivas em meio à poucos impactos coletivos. Por fim, para Hardt e Negri (2012) era a multidão em ação ocupando como um enxame as ruas de diferentes cidades em todo o planeta, atravessando questões locais com críticas globais, colocando em xeque a democracia nos moldes doutrinários e enviesados que é imposta às populações, mostrando a força vampiresca dos esquizos, daqueles que não se enquadram, dos que não se conformam. De Túnis a Belo Horizonte, um Tsunami passava sem deixar nada de pé, ou, no caso brasileiro, um gigante acordava pisoteando a cidade maravilhosa.

Entretanto, a despeito do imaginário latente, ao mesmo tempo devastador e criativo da multidão, anos depois da emergência do ciclo, observa-se rastros controversos e, por vezes desastrosos, deixados pelo enxame que, em vários momentos, não se formava por seres livres e incontrolláveis, mas ao contrário, por sujeitos medíocres e, inevitavelmente, manipuláveis. Talvez, a aposta na multidão seja, sobremaneira, uma aposta na vida e no homem, nessa potência da arte e da criatividade, mas será mesmo que ela é inerente a uma multidão? Existe uma multidão de artistas vampirescos e inconformados capazes e dispostos a se juntar na reinvenção da vida que atravesse não pequenos ciclos de coletividade, mas grandes escalas da humanidade? Seria a vivência do dia o potente fazer dos monstros da noite?

Olhar para a multidão em seu viés biopolítico de aposta e não apenas como um conceito gostoso e estimulante de ser lido e pensado, é inquietante. E isso se dá por diferentes fatores, dentre eles a existência de vários ângulos e formas possíveis de se debruçar sobre esses eventos e processos e a diferenciação crucial vivenciada por cada experiência que, mesmo compondo um ciclo, é única e inerente ao território em que está inscrita. Ainda que sem grandes aprofundamentos, algo mínimo que se precisa saber, é que os levantes do Norte-Global não podem ser comparados e colocados em um mesmo patamar daqueles vivenciados no Sul. Ou seja, sem uma compreensão geopolítica em suas mais variadas escalas, torna-se bastante controverso lançar os olhos sobre o que se entende por ciclo global de lutas e buscar conclusões totalizantes que atravessem o universo dos levantes envolvidos.

É preciso ressaltar que, com o início do novo século, houve também uma reconfiguração nas dinâmicas geopolíticas globais que afetou diretamente a conformação da multidão. A pretensa totalidade imperial passou a ser ameaçada mediante a emergência da Eurásia e a construção de uma articulação contra-hegemônica marcada por iniciativas como, por exemplo, BRI, EEU, SCO e BRICs. Nesse sentido compreende-se a necessidade de atualização do conceito de Império, questionando, inclusive, sua pertinência frente a esta nova configuração global. Como consequência, acaba-se, também, questionando a necessidade do desenvolvimento de uma problematização a respeito da aposta multitudinária. Em relação ao Império, lança-se como possibilidade, uma nova forma de leitura da conformação geopolítica mundial, formada por três grandes blocos em constante mutação: o Império, o Imperialismo e a Eurásia, os dois últimos ressurgindo na cena contemporânea a partir de modificações significativas no tabuleiro ao longo do século XXI implicadas, diretamente, com a composição das insurgências aqui analisadas. Já em relação à multidão, serão levantados alguns questionamentos a seguir.

Entre os levantes antiglobalização - gestores da *#globalrevolution* dos anos 1990 - e o ciclo de lutas de 2011, ocorreram as Revoluções Coloridas, um outro ciclo insurgente, não de escala global, mas regional, mais especificamente localizado ao redor do território russo, formando uma espécie de cinturão, que se apresenta, para autores, como Korybko (2018) e Bandeira (2016), não como uma composição de movimentos sociais livres, mas como uma estratégia de guerra geopolítica. Se para Hardt e Negri (2012; 2014) naquele período estava sendo gestada a multidão, para Korybko (2018), o mesmo momento era marcado pela formação de uma nova tecnologia de guerra a nível global, à qual o autor dá o nome de Guerra Híbrida. Assim, aparentemente, é posto um impasse entre as duas abordagens que supostamente definiriam os levantes que tomariam o mundo alguns anos depois: multidão ou Guerra Híbrida? Impasse esse marcado pela formação de narrativas de autores parte de dois blocos distintos da disputa global: o Império (Hardt e Negri) e a Eurásia (Korybko).

Algo interessante emerge nessa contraposição: o fato de os autores traçarem sobre os movimentos características bastante semelhantes, como, por exemplo, o que ocorre a partir do uso do termo enxame como definição das ações intensas e voláteis; o destaque para o uso das tecnologias e a associação entre redes e ruas; a apresentação de um novo e múltiplo perfil dos ativistas; a valorização da conexão em escala global; dentre outros. Entretanto, há um elemento central que diferencia exponencialmente os movimentos: a questão da liderança e da espontaneidade. Obviamente não se imagina que a multidão se configure de forma totalmente livre e despreziosa, mas acredita-se na existência de uma rede horizontalizada com nós que se destacam em determinados momentos, mas reduzem e até desaparecem em outros. Não haveria, na multidão, uma única cabeça pensante, ela se configuraria como a inteligência coletiva dos cupins. Além disso, ela seria composta por uma significativa dose de espontaneidade, como uma potente força que emerge da conexão, do encontro e da criação de redes de afeto. Assim, diferenciando-se das Guerras Híbridas, as multidões, aparentemente, não poderiam ser parte de um evento controlado e medido como estratégia de guerra. Além disso, na concepção de Korybko (2018), as Guerras Híbridas se direcionam exclusivamente a ataques ao bloco eurasiático, o que não abarca todos os eventos reivindicados como multitudinários por Hardt e Negri (2012) e Negri e Hardt (2016). Assim sendo, como lidar com a dualidade existente entre as narrativas que se postam entre a multidão e a Guerra Híbrida?

Inicialmente, recorrendo à Deleuze e Guattari (2011a), observa-se algo muito caro a esta cartografia e que pode trazer alguns direcionamentos frente a essa questão: os eventos, narrativas, conceitos, ou o que se há de investigar, não são “uma coisa ou outra”, eles não possuem uma definição exclusiva a despeito de todas as outras possibilidades de olhar. Os

autores recorrem à imagem do e, e, e... para abordar a perspectiva de simultaneidade de interpretações, sobreposições de narrativas e complexidade das relações. Assim sendo, indagar se as Jornadas de Junho de 2013 - como foco desta tese - foram um evento multitudinário ou uma Guerra Híbrida (apoiando-se na ideia do OU e não do E) parece, além de uma questão pouco relevante, um tanto quanto equivocada. Entretanto, alguns elementos desse debate serão descritos a seguir.

Definir um acontecimento como Guerra Híbrida ou não demanda observar os agenciamentos e interesses internacionais em sua configuração, além de cartografar os principais atores envolvidos, suas conexões, formações de grupo, desdobramentos e, principalmente, financiamentos. Por outro lado, a definição de multidão perpassa uma série de características inerentes ao momento em que o ciclo de 2011 ocorreu que tendem a contemplar, de forma geral, os levantes nele inseridos. Mas o principal ponto de definição da multidão é o tensionamento do Império e, nesse sentido, algumas questões que serão posteriormente abordadas, passam a emergir. Por outro lado, a reivindicação de Hardt e Negri da denominação de multidão para tais insurgências faz com que, inegavelmente, elas componham esse espectro respeitando a afirmação realizada por seus criadores.

O fato é que, inegavelmente o levante brasileiro e os demais que compõem aquele ciclo apresentam diversas características multitudinárias, não precisando, necessariamente, cumprir todo o protocolo do léxico proposto por Hardt e Negri (2012; 2014). Seria então possível pensar em uma Guerra Híbrida que faz uso de elementos multitudinários? De um encontro entre multidão e Guerra Híbrida? Ou nesse sentido a multidão perderia seu caráter de aposta potente e se configuraria como a carne social essencialmente imperial? Isso faria com que o levante deixasse de receber a conceituação de multidão e se tornasse um evento de massa? Se o Império se apresenta totalizante e parte das resistências que se configuram em seu contexto estão voltadas não a uma dissolução de suas amálgamas, mas de um insurgir-se contra o Estado, a ação poderia realmente ser configurada como multitudinária no sentido biopotente? Ou, de forma ainda mais incômoda, a aposta multitudinária, advinda de autores nascidos no Império, pode representar, de alguma maneira, não um ensejo de libertação, mas, ao contrário, uma outra forma de dominação - ainda que esse não fosse o ideal consciente dos autores, mas um pensamento inerente a sua concepção natutura? De forma geral, é possível observar uma clara correspondência entre os conceitos aplicados aos eventos que leva a se questionar a respeito de uma possível junção, em vários momentos da multidão e das Guerras Híbridas, podendo, a primeira, ser articulada como forte dispositivo para realização das intervenções relativas à segunda. Ao contrário do que se possa pensar a priori, multidão e Guerra Híbrida não necessariamente são conceitos opostos.

De toda forma, entende-se que a série de questionamentos levantados anteriormente não possui uma única resposta - não se trata de achar a verdade - e que qualquer tentativa de definição fechada se tornaria um tanto quanto reducionista. Lançar os olhos sobre o conceito e tentar encaixá-lo nos eventos é um movimento perigoso e, no limite, bastante inconsistente e forçoso. Nesse sentido, compreendeu-se a necessidade de olhar separadamente os levantes que compuseram este ciclo de lutas entre Guerra Híbrida e multidão - aprofundando no caso brasileira - para que pudesse pensar, a partir de sua configuração e desdobramentos, não a qual categoria de pensamento pertencem, mas em possibilidades de problematizações que trouxessem ainda mais inquietações a respeito de sua configuração.

Sabe-se que cada contexto é único, mas, de antemão, observa-se um comportamento completamente distinto entre os movimentos que ocupam o “centro” do Império e aqueles que se configuram em suas periferias. Nos EUA e na Espanha, por exemplo, os manifestantes atacavam Estados (ou sistemas políticos) altamente identificados com a constituição do Império. Ainda assim, os desdobramentos percebidos apontaram, invariavelmente, para a fragmentação política da sociedade, não em uma lógica da preponderância da diferença, como conceituado por Hardt e Negri (2012), na qual sobressairiam os interesses comuns da multidão, mas em uma subordinação das diferenças a determinadas identidades e, no limite, a desejos fascistas. Já nos países árabes, o foco dos ataques esteve centrado nos chefes-de-Estado. A derrubada desses líderes levou, não ao estabelecimento de uma democracia liberal, mas a continuidade de governos tiranos marcados por uma sucessão de “intervenções humanitárias” por parte de centros de poder imperial e imperialista, que atuaram na manutenção de um caos sistêmico, como ficou evidente no caso da Líbia.

Enquanto isso, no Brasil, quando os vinte centavos vêm acompanhados por dizeres apartidários e apolíticos, a prevalência da diferença se transforma na fragmentação e no caos, em direção a um Golpe de Estado. De certa forma, o vocabulário insurgente multitudinário aplicado no país levava em conta a ideia de um Estado-capital - tal como proposto por Dardot e Laval (2016) - identificando no Estado nacional e no capital imobiliário local os inimigos a serem combatidos. Insurgindo-se não contra a ordem imperial, como o faria a multidão, mas atuando de forma cada vez mais localizada e fragmentada em oposição a um governo cujos dados econômicos e sociais atingiam patamares inéditos.

Assim, a despeito das características notadamente multitudinárias apresentadas pelas Jornadas, defini-las essencialmente como uma multidão seria não só reduzir seus desdobramentos e impactos sociais, mas também ignorar que o antagonismo não se delineava em contraposição ao Império, mas a um governo que apresentava forte viés social e,

curiosamente, tendia a um fortalecimento econômico e geopolítico por meio da realização de articulações Sul-Sul. Nesse sentido seria, então, possível pensar em um evento múltiplo, controverso, complexo, sob fortes influências e interesses internos e externos, materializados em potentes mecanismos de financiamento e produção de subjetividade, mas que, inegavelmente apresenta importantes características multitudinárias.

O platô 7 *Participação social e desenvolvimento territorial no Brasil: da interface sociedade-Estado à rede financeiro-filantrópica internacional* deste texto apresenta a possibilidade da fabricação de dissidências (CHOSSUDOVSKY, 1999; 2018) que, ao cabo, podem ser pensadas como ferramentas potentes para a formulação de Guerras Híbridas. Fica claro, nesse contexto, que existe uma manipulação capitalística já anunciada por Guattari e Rolnik (2011) na concepção de CMI e por Hardt e Negri (2014) ao abordarem a formação e o modo de atuação do Império, que atua diretamente sobre as subjetividades e as resistências. Os mecanismos de financiamento entram, então, como uma arma potente na configuração desses modos de vida em função dos interesses capitalísticos. O experimento cartográfico apresentado no supracitado platô indica, ainda que em fase de desenvolvimento, a força e o ímpeto de atuação dessa rede a serviço do Império que contribui significativamente para a imagem do capitalismo como quase causa apresentada em Deleuze e Guattari (2011). Uma força que, ao mesmo tempo, produz e se apropria das resistências utilizando-as a seu favor e se reconfigurando a medida que necessário. A impressão é que essa força “sai” cada vez mais forte das disputas nas quais está inerentemente imbricada. E não foi isso o observado durante e depois das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, principalmente mediante seus desdobramentos? A denúncia apresentada por Chossudovsky (2018) a respeito de uma forte influência da *Ford Foundation* sobre o FSM, acompanhada da cartografia desenvolvida no supracitado platô, aparecem como indícios dessa notada interferência de atores externos na formação e no andamento dessa insurgência.

As Jornadas de Junho de 2013, abordadas na PARTE III desta tese, se configuraram como um dos eventos políticos brasileiros mais importantes do século XXI, não apenas por sua dimensão inacreditável de ocupação das ruas, mas, principalmente pelos desdobramentos controversos a ela atribuídos. O Golpe de 2016 e a posterior eleição de Bolsonaro, demonstraram a complexidade do evento e levaram diversos pensadores a questionarem aqueles processos. Cartografar os atores envolvidos, as redes criadas internacionalmente, as principais táticas e, principalmente, as narrativas atribuídas ao evento pelos diferentes blocos midiáticos foi uma das possíveis estratégias para que se buscasse desvelar parte dos processos inerentes às insurgências daquele ano.

Observou-se, a partir do desenvolvimento dessa camada do método cartográfico, acrescido das informações advindas de seis anos de pesquisa a respeito do tema, que, além da já sabida influência midiática sobre o levante - tanto no que tange a produção de subjetividade insurgente, quanto o que emergiu a partir das das mídias consideradas popularmente como hegemônicas - a existência de uma grande rede ativista internacional que atua no sentido de produção de desejo principalmente por meio da comunicação facilitada e potencializada pelo desenvolvimento tecnológico. Imersos no contexto dos novíssimos movimentos sociais, os ativistas envolvidos, majoritariamente jovens, não possuíam, em sua maioria, grande envolvimento político precedente ao evento. Além disso, a chamada “classe média despolitizada” (ESCOBAR, 2018, não paginado) foi um ator bastante ativo, em detrimento das camadas populares e daqueles envolvidos nos movimentos sociais clássicos.

A questão urbana, que inicialmente se configurou como o principal ponto de inflexão para o início dos protestos, com o passar do tempo foi se esvaindo e dando lugar a pautas, em sua maioria, esvaziadas e dispersas. No mesmo sentido, a latente narrativa de espontaneidade e ausência de lideranças pode ser facilmente contestada, conforme indicado pela cartografia. Com o passar dos dias, desponta-se atores diversos e dispersos e, junto a eles, ressoam pautas identitárias, lado a lado com brados antidemocráticos e ofensivos à Chefe da Nação e ao ex-Presidente Lula. Assim, revela-se nas redes e nas ruas uma importante controvérsia: de um lado a notadamente multitudinária reivindicação frente à crise de representatividade e, de outro, um fortalecimento das pautas identitárias que se mostraram, dali para frente, progressivamente segregativas, agindo em sentido contrário à ideia da multidão de junção das singularidades e se tornando um compilado de guetos incomunicáveis. O campo progressista se dispersou, ao passo que o conservador se fortaleceu e se uniu em prol de uma mudança de sistema bastante questionável. Gerou-se, assim, uma narrativa de polarização primordial para a conformação de um caos no qual o único beneficiado era o Império.

A respeito da propulsão da questão identitária, a seguir será destacada uma importante controvérsia em relação à constituição da força esquivo e multitudinária. Os “sem rosto” se manifestavam sob duas principais esferas: os *Black Blocs* e os demais mascarados que, em sua maioria, tinham a face coberta pelo icônico V de Vingança Enquanto os primeiros representavam, apesar de uma rede internacional articulada desde os anos 1980, uma população em sua maioria pobre que se posicionava contra a miséria e a violência vivenciada em seu cotidiano, os segundos traziam uma marca muito mais sombria e reproduzida pelo controverso grupo *Anonymous* - uma marca fundamental da internacionalização das lutas sob um viés bastante contraditório. Enquanto os segundos eram exaltados pela referência cinematográfica, aos primeiros foi deixado o legado



de grandes vilões das manifestações. Os vândalos que se contrapunham aos cidadãos de bem que, em sua maioria, exibiam livremente os rostos brancos. Aqueles que queimavam carros e quebravam espaços ícones do Império enquanto os demais festejavam em passeata tomando champagne e tirando foto ao lado de miseráveis.

Fora das máscaras, as identidades gritavam - sejam elas parte dos grupos minoritários, sejam identidades de classe. Ao contrário do que afirmam, não havia apenas uma divisão naquela multidão (entre conservadores e progressistas), mas vários grupelhos incomunicáveis (principalmente entre os ditos progressistas). Não se tratava de um encontro de singularidades potentes, mas de disputas mesquinhas que serviram, na melhor das hipóteses, como massa de manobra de um Golpe em curso.

Dentre os minoritários, é preciso deixar claro que a crítica aqui colocada não significa, de forma alguma, que suas pautas sejam ilegítimas, mas, frente à sua forma de articulação e aos muitos financiamentos recebidos (lembrando que uma das principais estratégias desses financiamentos é a fragmentação das lutas), é possível supor que tais articulações tenham sido tanto apropriadas, quanto produzidas por forças imperiais. Assim, entre mascarados e identitários, multiplicavam-se contradições, contraposições

Questiona-se, afinal, se, a despeito da defesa de Negri de que as Jornadas foram um evento notadamente multitudinário - reforçada por vários adeptos à sua teoria que seguiram afirmando (alguns ainda hoje) a legitimidade da festividade inerente à Junho como independentemente de seus supracitados desdobramentos -, o acontecimento brasileiro não se enquadraria muito mais na definição de massas segundo o pensamento de Freud (2011), de Sloterdijk (2002) e dos próprios Hardt e Negri (2012; 2014). As massas, ao contrário das multidões, formam um cinza amorfo sendo conduzidas a rumos que não necessariamente perpassam seus desejos e servindo de objeto para a realização de ensejos dominantes. As notadas críticas de parte significativa dos presentes em 2013 a respeito dos rumos daquelas incessantes caminhadas, denotam sobremaneira um viés manipulatório de suas ações sendo coordenadas em direção, muitas vezes, opostas ao que lhes era relatado. O borrão relatado por Lacan em *O seminário livro 10: A Angústia* pode ser uma boa definição dessa ação sombria dos (não tão) vampiros em enxame. Conformados pelas redes sociais, os sujeitos viventes das Jornadas eram guiados por atores “invisíveis”, posts entusiasmados, disputas entre pares, pedidos de *impeachment*.

Nesse sentido, mais uma problemática emerge: a utopia da multidão, da forma como concebida pela filosofia, se fragiliza em sua possibilidade de execução. Fato que, conforme indicado no platô 2 *Método* desta tese, não se faz contraditório, posto o inerente equívoco de

tentar aplicar o conceito em sua totalidade à realidade, mas se apresenta como mais um indício da necessidade de repensar e atualizar essa aposta biopolítica. Elemento fortalecido pelos desdobramentos do levante que, além de não se direcionarem para a construção do comum, acabaram levando a um fortalecimento sombrio dos poderes imperiais.

Posto isso, destaca-se, novamente, a necessidade de atualização do conceito de multidão a partir de uma perspectiva do Sul-Global. Como abordado anteriormente, observa-se entre Junho de 2013 e a Primavera Árabe uma semelhança um tanto quanto inquietante: a luta, ao invés de se voltar contra o Império se posta em oposição aos governos dos países em que se desenvolve. Nos casos citados, pode-se dizer que os desdobramentos desse ataque aos Estados nacionais são, em último grau, nefastos, mas, se for buscada uma menor intensidade vocabular, geradores de um caos programático que leva a mudanças nas dinâmicas geopolíticas em favor dos interesses do Império.

Nesse sentido, observa-se que um Estado forte e participativo, voltado aos interesses sociais pode configurar o grande inimigo do Império que, em sua flexibilidade atua justamente no enfraquecimento das soberanias nacionais. Seria possível ser esta, então, uma linha de aposta para as insurgências? Dados os emergentes “arranjos contra-hegemônicos” no plano geopolítico, não seria pertinente atribuir um outro papel ao Estado nacional, aos poderes locais, ou mesmo à política partidária no imaginário das lutas? Os próprios Hardt e Negri (2014) já abordavam a centralidade da questão nacional nas lutas do terceiro mundo, e sua destituição no paradigma imperial:

Alguns podem protestar, com certa razão, que as vozes dominantes da ordem global estão proclamando a morte dos Estados-nação justamente quando 'a nação' emergiu como arma revolucionária para os subordinados, para os miseráveis da terra. Depois da vitória das lutas de libertação nacional e depois da emergência de alianças internacionais potencialmente desestabilizadoras, que amadureceram por décadas após a Conferência de Bandung, que melhor maneira existe de minar o poder do nacionalismo e internacionalismo do Terceiro Mundo do que privá-lo do seu apoio central e condutor, o Estado-nação! (HARDT; NEGRI, 2014, p. 357).

Obviamente não se trata de uma defesa a um Estado submisso ao capital, mas questiona-se, a partir do Sul-Global, se não seria contraproducente privilegiar uma concepção de multidão baseada em um “insurgir-se contra o Estado” sob a agenda “nem Estado, nem mercado”. Seria possível incorporar ao léxico multitudinário interfaces entre sociedade e Estado, ao invés de uma contraposição entre os atores? Não se trataria de um movimento de retorno às experiências anteriores de Estados-nação, nem mesmo uma busca ao modelo vivenciado por países centrais, mas um exercício imaginativo para a construção de uma nova forma de relação entre Estado e

sociedade. Acredita-se que, apesar dos “contratempos”, tal construção já começou a ser feita, no caso brasileiro, desde o processo de redemocratização indicando, aqui, possibilidades de atualização destas experiências.

Sabendo que o livro *Micropolítica: cartografias do desejo* foi produzido a partir de uma viagem de Guattari e Rolnik pelo Brasil realizada em 1982, período de emergência dos novos movimentos sociais em terreno nacional - chamados, por Guattari, de movimentos moleculares - e também das primeiras eleições disputadas pelo PT, destaca-se o fervor do filósofo frente a essa possibilidade de associação das lutas populares com atuações em macro escala simbolizada pela emergência do Partido. Esse contexto de potências experimentado pelo Brasil provocou um grande encantamento no francês, traduzido como um “amor à primeira vista pela inteligência e sensibilidade coletiva deste país”. (GUATTARI, ROLNIK; 2011, p. 6).

Observa-se, naquele momento, a conformação de uma nova forma de luta balizada não mais nas organizações clássicas, mas em resistências subjetivas que, nas franjas dos modelos hegemônicos e a partir de devires minoritários, buscavam afirmar novos modos de ser a despeito das forças do Norte. Voltando-se para o Brasil, Guattari aposta em uma maior potência emergente da associação de lutas moleculares das minorias como mulheres negras, homossexuais e psiquiátricos, com manifestações mais clássicas do pensamento dissidente, como é o caso das ações dos sindicatos, partidos e moradores das periferias. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 61). Assim, o autor observa e admira a existência, no mesmo processo de potência, de emergentes formas de vida e resistência, atuando lado a lado com as forças revolucionárias tradicionais. Se opondo à tendência de substituição, marcada pela ideia do “ou”, o filósofo recorre à imagem do “e, e, e...” proposta por ele e Deleuze, afirmando que o encantamento com o Brasil se dava justamente na junção desses dois processos, que simbolizava a grande potência daquele devir Brasil.

Estando entre o entendimento do CMI como uma força totalizante a partir, principalmente, de seus dispositivos de controle subjetivo, e o entusiasmo com a potência inventiva da revolução molecular brasileira, Guattari, em uma marcante passagem do livro, é questionado pelo jornalista Pepe Escobar: “A vida pode ser inventada quando todas as imagens são produzidas de antemão?” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 63). A resposta do francês é certa: “Sim (...) o que importa é livrar-se dessa espécie de redundância, de serialidade, de produção em série da subjetividade, de solicitação permanente a voltar ao mesmo ponto” - ou seja, profanar e reordenar os elementos seriais fornecidos pela máquina capitalística, produzindo um “vetor de revolução molecular, o qual pode subverter a modelização da subjetividade”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 63-64).

Assim, Guattari sai em defesa da autonomia, não enquanto horizonte político-programático, como defendem os anarquistas, mas como “algo que se expressa num nível micropolítico - exatamente, o da produção de subjetividade”. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p.64). Essa autonomia estaria sendo exercida pelos sujeitos atuantes nos novos movimentos sociais, pelos trabalhadores organizados no PT e pelo encontro dos dois no seio do partido que estaria, assim, funcionando como uma “máquina de luta em grande escala”. Assim, a autonomia poderia ser vivenciada nos entremeios das mobilizações de grupos como os das feministas e dos negros, mas também ser incorporada na luta de grande escala, por meio, justamente, dessas máquinas, como é o caso das disputas eleitorais vivenciadas pelo PT naquele período.

Muitas vezes, essa posição de abertura e complexificação da possibilidade da potência se concentrar tanto em meios mais informais, quanto em formatos “arcaicos” como as disputas eleitorais, gerou incômodo na parte mais radical da ala insurgente, mas ao que tudo indica, o encantamento do francês com os processos vivenciados no Brasil daquele período e, pelas figuras do PT e de Lula, mantinha-se firme. Assim quando questionado a respeito de uma certa “carece” do metalúrgico e até mesmo da influência da Igreja Católica na formação do PT, Guattari defende que havia, naquela forma de resistência, uma qualidade escalar das lutas objetivas que se constituía como uma máquina de guerra tanto por sua organização interna repleta de trabalhadores, minorias e pautas abrangentes, quanto pela própria figura de Lula nos debates, representando a personificação de um contra-poder. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 70-71).

Guattari parecia ver com muito bons olhos a conjunção entre estrutura e organização partidárias não-dogmáticas e a inventividade dos devires minoritários (dos trabalhadores, dos negros, das mulheres, dos homossexuais) que levaria todos a experimentar um devir-cidadão. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 199). O autor identifica na organização partidária, nas grandes escalas e mesmo na “máquina estatal” a condição para que essas lutas tivessem continuidade e incidências verdadeiramente transformadoras, identificando, inclusive, na falta desse tipo de organização um dos motivos do fracasso do movimento de Maio de 1968.

Entretanto, seu encantamento não era cego e inocente, e Guattari faz algumas ponderações a respeito do entusiasmo com essa associação entre os movimentos sociais e o PT. Inicialmente, o filósofo deixa claro ter plena ciência da complexidade, inclusive histórica desse tipo de articulação, pontuando que não acha “que o PT é a última das maravilhas” e nem mesmo que Lula seria um grande messias, uma espécie de reencarnação de Jesus. Entretanto demonstra acreditar que o processo experimentado pelo Brasil era deveras grande e profundo, podendo apresentar reverberações em escala mundial.

Recorrendo à experiência de maio de 1968, o filósofo indica que houve uma intensidade latente de revoluções moleculares em todos os níveis, do social ao artístico, não deixando de lado a luta dos trabalhadores, os comitês de bairro e as organizações tradicionais, entretanto “o problema é que nenhum desses modos de ação estava podendo passar para um outro nível de luta,” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 192), ou seja, não havia a possibilidade de transescalarização da revolução que permanecia, em nada revolucionária, restrita a pequenos grupos que não se conectavam. E o mesmo teria ocorrido em outros países da Europa, no Japão e nos EUA, ou seja, havia uma afirmação da luta em pequenos grupos de frágil expressão que não conseguiam atuar de forma transescalar tensionando, de alguma forma, as forças hegemônicas atuantes. Era como se as insurreições fossem ondas que sobre quebrassem sobre si mesmas, que implodiam em si mesmas.

O Brasil representaria, então, outra possibilidade de retomar bases bastante diferentes daquelas vivenciadas nos anos 1960 e 1970 na Europa, fazendo renascer processos de singularização no campo do desejo, mas não na formação de “grupelhos isolados”, mas na tentativa de inserir às revoluções moleculares problemas políticos e sociais também de escala global.

O que me parece importante então no Brasil é que não vai ser depois de um grande movimento de emancipação das minorias, das sensibilidades, que vai se colocar o problema de uma organização que possa fazer face às questões políticas e sociais em grande escala, pois isto já está sendo colocado e ao mesmo tempo. (...) É claro que não estou querendo trazer uma filosofia dessa questão, mas me parece que é preciso inventar um meio que permita a coexistência dessas duas dimensões. Não somente um meio prático, um meio de intervenção real do campo, mas também um novo tipo de sensibilidade, um novo tipo de raciocínio, um novo tipo de teoria. Talvez até, não me canso de repetir, é preciso inventar também um novo tipo de lógica que não funcione mais como o tal princípio de contradição, e que possa articular essas dimensões antagônicas, pois elas devem permanecer antagônicas e, no entanto, funcionar juntas. Não acredito que tenhamos resolvido essa questão, nem eu, nem você. No entanto, já é importante colocá-la, e coletivamente. É importante interrogar as organizações políticas em função das questões do desejo; mas é também importante - e muito - interrogar a economia do desejo, em função das máquinas estatais. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 194-195).

Essa dupla interrogação - das organizações políticas em função do desejo, e do desejo em função das máquinas estatais é um dos elementos que mais chamam atenção na concepção e atuação inicial do PT sob os olhos de Guattari e Rolnik (2011), mas é, também, parte do pensamento com o qual se deseja finalizar esta tese. Se a atuação do Partido dos Trabalhadores, não só nos anos 1980, mas nas décadas que seguiram, principalmente durante as experiências de exercício de governo, cumpriram com a expectativa criada pelos autores, ou não, é assunto para um outro texto - Ronik, por exemplo, não se apresenta uma grande entusiasta do partido na

atualidade. Interessa, por outro lado, olhar para essa possibilidade transescalar de luta que atravessa não só as revoluções moleculares, mas atua junto a elas de modo a potencializá-las, indagando se poderia ser considerada uma oportunidade para realização da supracitada atualização da aposta multitudinária.

Num contexto de claro ataque aos Estados-nação e às organizações partidárias e sindicais, olhar sobre esse arranjo potente de associação entre a luta institucional e a dos movimentos, pensando na formação de autonomias distintas em direção à modificações de fato consistentes no cenário político local, nacional e, até mesmo global, além de inovador, aparece como uma proposta bastante arrojada. E é justamente essa proposta que pretende-se retomar neste momento final do texto. Existiria a possibilidade, na contemporaneidade de conjunção das forças revolucionárias moleculares e dos espaços formais de disputa pelo poder, visando uma reformulação da aposta insurgente no sentido de uma atuação transescalar que, não deixasse de lado os núcleos de base, as esferas locais, as lutas territoriais - ou seja, as questões mais inerentes à vida - mas que atravessasse as fronteiras de fato conseguindo tangenciar questões de ordem local, nacional e global?

Sabe-se que ao menos sob a lógica das periferias globais, dando maior foco ao Brasil, neste momento, a experiência da multidão não conduziu à formação do comum e, nem mesmo, representou ganhos marcantes para a população de forma geral, apresentando desdobramentos marcadamente contrários à essas duas possibilidades. Por outro lado, em termos individuais, para as formações de grupo, pensando as subjetividades criativas e sensíveis, não se sabe, de fato, quais foram os impactos das manifestações que, provavelmente, simbolizam momentos únicos e de grande representatividade para a vida daqueles envolvidos. Seria possível, então, a partir da análise desses processos, pensar uma outra forma de multidão que, ao invés de insurgir-se contra o Estado, se proponha a incidir-se sobre o Estado atuando nas diferentes instâncias da sociedade? Seria possível pensar uma luta transescalar e multilateral no Brasil atual?

Experiências como a constituinte, os conselhos federais, os Orçamentos Participativos, as prefeituras democráticas e populares - em interface com a construção dos arranjos contra-hegemônicos globais - aparecem como aquilo que Boaventura de Souza Santos (2016) chamou de “Estado experimental”, ou seja, um “incidir sobre o Estado”, por parte da sociedade, de forma a inventar novas e potentes maneiras de buscar a soberania popular. Nesse sentido, questiona-se se não seria pertinente pensar, para o caso brasileiro, uma multidão que parte deste acúmulo, ao invés de rejeitá-lo. Talvez o desafio não seja construir um novo - a inventividade não advém de um ponto zero - mas reconfigurar a luta aprendendo e atualizando aquilo que já foi produzido

e buscando um aprimoramento da relação sociedade-Estado em direção à construção de uma soberania popular.

Por fim, apesar de controverso e distante da supracitada experiência dos anos 1980, a eleição de Lula em 2022, marcada por um novo fortalecimento do Partido dos Trabalhadores, pode significar não uma esperança de mudança profunda nas bases de poder, mas alguma possibilidade de repensá-las, junto à participação popular, na expectativa de modificações nas dinâmicas geopolíticas nacionais.

## Referências Bibliográficas

15M: Excelente. Revulsivo. Importante. Direção: Stéphane M. Grueso. Produção: Madrid.15m.cc. Roteiro: Stéphane M. Grueso. 2012. HD (75 min), color., stereo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>. Acesso em 21 de setembro de 2023.

15M: Málaga despierta. Direção: Rakesh B. Narwani e Laura Rueda. Produção: 15mmalaga.cc. 2013. DVD (75 min), color.

ABREU, Demetrius Lopes de. **Das ações coletivas de junho de 2013 ao (ciber)ativismo brasileiro**: um estudo sobre os processos de subjetivação políticos do movimento Fora do Eixo. 2016. 179 f. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ALVES, Luís. **O Midiativismo Ninja**: mapeando as transmissões ao vivo como repertório de ação coletiva. 2018. 121f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, 2018.

AMIN, Samir. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. In: BORON, Atílio A. (org.). **Nova hegemonia mundial**. Alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós-: Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp**. São Paulo, nº 20, dez. 2006. p. 60- 74.

ARNSTEIN, Sherry. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, jan. 2002. p. 4-13.

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo; RESENDE, Paulo. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de sociologia, Araraquara**, v. 21 n. 40, jun. 2016. p. 21–37. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7581>. Acesso em: 28 nov. 2020.

BACHTOLD, Felipe; NERY, Natuza. Houve quase ingratidão em protestos, diz ministro. **Folha de São Paulo**, 25/01/2014, p. A4.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BANDEIRA, Luiz A. M. **A desordem mundial**: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Editora José Olympio Ltda, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, Bertha K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 50, n. especial 1-2, 1988.

BENITES, Marcello Riella. **O jornalismo e as narrativas midiáticas independentes / Mídia Ninja**: discurso dos jornalistas diante dos desafios das novas tecnologias da informação e da comunicação. 29/02/2016. 156 f. Dissertação de Mestrado em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Campos dos Goytacazes, 2016.

BERNARD, Franco. **Asfixia: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.



BERNARDO, João. Estudantes e trabalhadores no maio de 68. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, n. 19/20, 2008. p. 22-31.

BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. O plano e o projeto como instrumentos de luta: Notas sobre a experiência da Vila Autódromo, RJ. In: BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. **Universidade e luta pela moradia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 193 - 251.

BICALHO, Leticia. A Fundação Ford e as Ciências Sociais no Brasil: o papel dos program officers e dos beneficiários brasileiros para a construção de novos modelos científicos. In: LETICIA Bicalho Canedo: **Wordpress**. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://leticiabcanedo.wordpress.com/2016/04/25/a-fundacao-ford-e-as-ciencias-sociais-no-brasil-o-papel-dos-program-officers-e-dos-beneficiarios-brasileiros-para-a-construcao-de-novos-modelos-cientificos/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BISCO JR, José; LINO, Sonia. Guerrilha Eletrônica: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o uso das mídias audiovisuais contemporâneas. In: **ANPUH: XX Encontro Regional de História**, 2006. Usos do passado. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Jose%20Gaspar%20Bisco%20Jr%20e%20Sonia%20Cristina%20Lino.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1991.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel. **Local y global**. La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. 86 f. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2023.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

BRISSENDEN, J.; LEWIS, E. D. **As Cidades Rebeldes de David Harvey**, in Revista Fórum, s. l., julho de 2012. Entrevista com David Harvey. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2012/07/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNKY, Mary (Org.). **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: Uma Parceria para a Mudança Social**. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação Ford, 2002.

BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (Org.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BÜCHNER, Georg. **Lenz**. São Paulo: Editora Points, 2007.

BUENO, Cris. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. **Ciência e Cultura**, vol.66 no.4 São Paulo, 2014. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252014000400003](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003). Acesso em: 22 de março de 2023.

CARDOSO, Marianna; NASCIMENTO, Anamaria. Ocupar, Resistir: o movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. **Super Interessante**, jul., 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Maira/Downloads/trespontos,+Ocupar,+Resistir+O+movimento+Ocupe+Estelita+na+cidade+do+Recife.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2023.

CARLOS, Eliana Natividade. **A mídia e as manifestações de junho de 2013**: uma análise de produtos midiáticos. 2015. 96 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17a edição, revista e ampliada. v. 1, São Paulo, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos, n.45, São Paulo: CEBRAP, 1996, p. 152-166.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto**: as manifestações no Brasil em 2013 (junho - outubro). São Paulo: Annablume, 2013.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza**: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. 1ª edição, São Paulo: Moderna, 1999.

CHOSSUDOVSKY, Michel. A fabricação da dissidência. **O Diário**, nov. 2010. Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=1794>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

CHOSSUDOVSKY, Michel. FSM: Ativismo social financiado pelo capitalismo global. **IELA UFSC**, abril, 2018. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/fsm-ativismo-social-financiado-pelo-capitalismo-global>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

COCCO, Giuseppe. Introdução - A dança dos vagalumes. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014. p. 11 - 34.

COCCO, Giuseppe. **MundoBraz**: o devir-mundo do Brasil e devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COHEN, Saul. **Geopolitics of the World System**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

CORREA, Murilo. Contra o rosto. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014. p. 171 - 186.

CRUZ, Mariana Moura; FONTECELLE, Mariana Bubantz. Em breve aqui: entre mapas e decalques a cartografia como método de pesquisa indisciplinada. **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte: Editora Fluxos, n.2, v.2, dez/2016. p. 199 - 220.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, n. 5. out. 2004. p. 139-164.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1992.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: editora Escuta. 1998.
- DELEUZE, Gilles. **Francis Bacon**, Logique de la sensation. Paris: La Différence, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011a.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2011b.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DIANI, Mario. The concept of social movement. **The sociological review**, 1992.
- DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.
- DOREA, Gumercindo. Gilles Deleuze e Félix Guattari: heterogênesse e devir. **Margem**. São Paulo, n. 16, dez. 2002. p. 91-106.
- DUARTE, Janaína. A Funcionalidade Do Terceiro Setor e das Ongs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. **Libertas**, Juiz de Fora, v.8, n.1, 2008. p. 50-72.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.
- ENGDAHL, William. **Full Spectrum Dominance: totalitarian democracy in the new world order**. Wiesbaden: edition.engdahl, 2009.
- ESCOBAR, Pepe. **Império do caos**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- ESCOBAR, Pepe. O Brasil no epicentro da guerra híbrida. **Jornal de Todos os Brasis**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-brasil-no-epicentro-da-guerrahibrida-por-pepe-escobar>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- FAGIOLI, Julia. **Por que as imagens se põem a tremer?** Militância e montagem em O fundo do ar é vermelho, de Chris Marker. 2017. 270 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- FALCHETTI, Cristhiane. Da Institucionalização da Participação à Emergência do Autonomismo: Tendências recentes da ação coletiva no Brasil. **Congresso da Associação de Estudos Latino Americanos**, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Cristhiane-Falchetti>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.
- FERREIRA, Victor. **ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento**. Tese de doutoramento em Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 2005.
- FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**. Para uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosacnaify, 2007.

FORD Foundation: Grants Database. [s.d]. Disponível em: <https://www.fordfoundation.org/work/our-grants/grants-database/grants-all?originatingoffices=%26RegionIds%3D2&page=0&minyear=2006&maxyear=2019>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, GRAAL, 2012b.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V. Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martin Fontes: 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, GRAAL. v.7. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUREAUX, Francisco. A cavalaria andou de ré. In MORAES, Alana; Gutiérrez, Bernardo; PARRA, Henrique; ALBUQUERQUE, Bruno; TIBLE, Jean; SCHAVELZON, Salvador (Org.). **Junho: potência das ruas**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

FRANZONI, Júlia; FARIA, Daniela; RENA, Natacha. Cartografia indisciplinar do conflito da Izidora em Belo Horizonte. **Contested Cities**. Madrid, 2016. Disponível em: [https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Artigo\\_Cartografia\\_indisciplinar\\_do\\_conflito\\_da\\_Izidora-FRANZONI\\_FARIA\\_RENA.pdf](https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Artigo_Cartografia_indisciplinar_do_conflito_da_Izidora-FRANZONI_FARIA_RENA.pdf). Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 63, 2002. p. 7-20.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALERA, Izabella; GONÇALVES, Raquel. Izidora em 3 atos: o conflito fundiário, a luta popular, o imaginário simbólico da terra prometida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/29015>. Acesso em 19 de setembro de 2023.

GARRISON, John W. **Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil**. Brasília. Banco Mundial - escritório no Brasil, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. 2. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014a.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2014b.

GOHN, Maria da Glória. O mundo urbano: cenário associativista para o novo milênio. In: **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 57-99.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONG's e Cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

GOMES, Isaltina *et al.* **Desejos de cidade**: o papel das redes sociais no movimento Ocupe Estelita. Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Natal, 2015.

GUTERMAN, Bruna. **A Cidade Maravilhosa é a que luta**: disputas discursivas e territoriais na Cidade Olímpica. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. , 2011.

GUIMARÃES, Samuel. A luta pela Hegemonia. **GGN**, maio de 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/a-luta-pela-hegemonia-por-samuel-pinheiro-guimaraes/>. Acesso em 18 de setembro de 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HAN, Byung-Chul. **Hiperculturalidade**: cultura e globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b.

HARDT, Michael. Prefácio - Junho maldito. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014. p. 11 - 34.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**: el proyecto de una revolución del común. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al.. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013. p. 28 - 34.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. São Paulo: Espaço & Debate, 1996.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. 2008. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. **New Left Review**, n. 53, 2008b. p. 73-89.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008c.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**: 2010. Rio de Janeiro: ibge, 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **A estética do protesto e a superação da beleza para entender as transformações sociopolíticas**. Entrevista especial com Raluca Soreanu. Outubro de 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/535892-a-estetica-do-protesto-e-a-superacao-da-beleza-para-entender-as-transformacoes-sociopoliticas-entrevista-especial-com-raluca-soreanu>. Acesso em 17 de setembro de 2023.

INSTITUTO TRICONTINENTAL. Entrevista a Samir Amin, 2018. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/sobre/>. Acesso em 07 de junho de 2019.

JABBOUR, Elias. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

JABBOUR, Elias. **China**: Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois. São Paulo: Anita Garibaldi, 2019.

JESUS, Mauricio. **Disputas simbólicas e técnicas no espaço urbano**: a Mídia Ninja nas jornadas de junho. 2015. Dissertação de Mestrado em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2015.

KASTRUP, Virginia. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Org.). **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 465-489.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LACAN, Jacques. **O Seminário**, livro 10: A Angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing,. Introducción y traducción de Emilio Martínez. 2013.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda casa editorial, 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIND, Willian; NIGHTINGALE, Keith; SCHMITT, John; SUTTON, Joseph; WILSON, Gary. The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. **Marine Corps Gazette**, v. 73, ed. 10, 1989. p. 22-26.

LOPES, Marcela.; RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **VIRUS**. São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LORENZOTTI, Elizabeth. **Jornalismo século XXI**: o modelo mídia ninja. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente: crise, sociedade do espetáculo, guerra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

LOSURDO, Domenico. **Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MACKINDER, Halford. O pivô geográfico na história. **The Geographical Journal**, 1904.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon History**. Nova Iorque: Dover Publications, 1987.

MAIA, Marcelo; RENA, Natacha. Dessincronizando o Ocidente: novos valores de desenvolvimento do sul. In: **Virus**, ed. 23, 2022. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=2&lang=en>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

MALINI, Fábio. Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologias e temporalidades em rede. In: **Encontro Anual da COMPOS**, Goiânia, 2016. Anais. Goiânia: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2016.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia et al.. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 19 - 26.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **Cadernau - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v. 8, n. 1, 2015. p. 11-22.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. **Carta Maior**, maio de 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/37531868/maricato-erminia-nunca-fomos-tao-participativos-carta-maior->. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, Luiz César; SANTOS JÚNIOR, Orlando (Org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

MARTI, Marc; SALAZAR, Monica. Entrevista a David Harvey sobre Gentrificación: Habitat III tiene una posición neoliberal. **Centro de Derechos Económicos y Sociales**, 10 out. 2016. Disponível em: <http://cdes.org.ec/web/entrevista-a-david-harvey-sobre-gentrificacion-habitat-iii-tiene-una-posicion-neoliberal/>. Acesso em: 04 jun. 2018.

MARTINS, Mariana; MOREIRA, Mariana. O que a imprensa de Recife não conta sobre o Estelita. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica-de-uma-morte-anunciada-a-cobertura-do-ocupeestelita-em-pe-3964.html>. Acesso em 15 de março de 2023.

MARX, Karl. **A mercadoria**. São Paulo: Ática, 2006.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: História crítica do Pensamento Econômico**. v. 3. São Paulo: Difel, 1985.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: n-1 Edições, 2018.



MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Cultura e política**. Lua nova, 1989.

MELVILLE, Herman. **Bartleby**, o escrivão. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.

MENDONÇA, Ricardo. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **RBCS**, v. 33, n.98, 2018. p. 1-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcSOC/v33n98/0102-6909-rbcSOC-33-98-e339707.pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2019.

MERCADANTE, Aloízio; ZERO, Marcelo. **Um Legado Para o Futuro**: governos do PT. v. 23. 160 f. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAIS, Marlucci. **Por dentro do Fora do Eixo**: uma das maiores redes de coletivos culturais do país. São Paulo, CELAC/ECA USP, 2013.

MORRER aos trinta anos. Direção: Romain Goupil. Produtora: MK2 Productions. França, 1982.

MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo democrático. **Revista Política & Sociedade**, v.1, n. 3, 2003.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In MARICATO, Ermínia et al.. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013. p. 13 - 18.

NEGRI, Antonio. **Kairòs, alma venus, multitudes**: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Declaração**: isso não é um manifesto. São Paulo: n-1, 2016.

NEVES, Bernardo et al. Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal. In: ROLNIK, Raquel et al. (Org.). **Cidade Estado Capital**. São Paulo: FAU USP, 2018. p. 222-241.

NO INTENSO agora. Direção: João Moreira Salles. Produtora: Videofilmes. Brasil, 2017.

NOBRE, Maíra. **Levantes Urbanos**: o ciclo de lutas pós crise do capitalismo de 2008. Dissertação de mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2019.

NOBRE, Maíra; BORGES, Jéssica D. A; RENA, Natacha S. A. Entre redes e ruas: Tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais. **Revista Indisciplinar**, v. 6. n. 1. 2020. p. 234–269.

NOBRE, Maíra; LOTT, Lygia; RENA, Natacha. A disputa pelo direito à cidade: narrativas e territórios. **II Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico**, UFMG, 2019. Disponível em: [https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05\\_FN1\\_ANAIS%20UB\\_2019\\_FN-5.pdf](https://wiki.indisciplinar.com/webdav/seminarios/06-05_FN1_ANAIS%20UB_2019_FN-5.pdf). Acesso em 18 de agosto de 2023.

NOBRE, Maíra; RENA, Natacha. Das revoluções aos levantes. **Arq.urb.** n.23 São Paulo,2018. p. 41 - 63.

NOBRE, Maíra; RENA, Natacha Silva Araujo; BARBOSA, Danilo Caporalli. 68 e depois: Uma cartografia dos filmes "Morrer aos 30 Anos" e O Fundo do Ar é Vermelho. **Cadernos Benjaminianos**. v. 15, 2019. p. 15-52.



NOBRE, Maíra ; SCHOENELL, Ana Luísa; PORTO, Henrique. Jornadas de Junho de 2013: geopolítica e territórios. In: **Asociación De Escuelas Y Facultades Públicas De Arquitectura De América Del Sur**. Belo Horizonte, 2019.

O FUNDO do ar é vermelho. Direção: Chris Marker. França: 1998.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes. **Parque Augusta na luta pelo comum urbano**: uma etnografia de redes e ruas. Dissertação apresentada na Escola de Belas Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

ONORATI, Antônio. ONGs e a cooperação internacional: o mar de histórias ou o império do blá-blá-blá. In: IBASE-PNUD. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

ORTIZ, Yazmín B. V. Geopolítica y territorio en la disputa de Estados Unidos por América Latina en el siglo XXI. In: **III Seminário de urbanismo biopolítico**. 1 ed. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidades, 2021.

PAOLINELLI, Marina S; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. In: **Cadernos Metrôpoles**, , v. 21, n. 46, set/dez 2019. p. 831-853.

PAULON, Simone; ROMAGNOLI, Roberta. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e pesquisas em psicologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. n.1, Rio de Janeiro, quadrimestre de 2010. p. 85 - 102.

PELBART, Peter P. **Vida capital**. Ensaio de biopolítica. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2011.

PEREIRA, Marcus Abílio; SANTOS, Pedro Perini. Violência coletiva e o Facebook: os protestos de junho de 2013 no Brasil. In: MENDONÇA, Ricardo; ABÍLIO, PEREIRA, Marcus; FIGUEIRAS, Fernando. (Org.) **Democracia Digital**: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 419-447.

PESCHANSKI, J. A. . Os "occupas" e a desigualdade econômica. In: David Harvey et al.. (Org.). **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 27-30.

PESSOA, G.; ROCHA, M.. Aspectos jurídicos das ONGs. **ONG's no Brasil**: perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 153-217, 2003.

PETRAS, James. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann et al. Blumenau: FURB, 1999.

RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. Prioridades e diretrizes das conferências habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum. In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, Poder e Contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013.

RENA, Alemar. **Comunidades essenciais, legiões demoníacas**: multidão, literatura e riqueza comum. 2015. 363 f. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RENA, Natacha; BRUZZI, Paula. As Ocupações em Belo Horizonte: biopotência e estética da multidão In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

RENA, Natacha; BRUZZI, Paula. Processos criativos biopotentes constituindo novas possibilidades de constituição do comum no território urbano. **Revista Lugar Comum (UFRJ)**, v. 21,, 2015. p. 163-180.

Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/142646183600Processos%20criativos%20biopotentes%20constituindo%20novas%20possibilidades%20de%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20comum%20no%20territ%C3%B3rio%20urbano%20-%20Natacha%20Rena%20e%20Paula%20Bruzzi.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/142646183600Processos%20criativos%20biopotentes%20constituindo%20novas%20possibilidades%20de%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20do%20comum%20no%20territ%C3%B3rio%20urbano%20-%20Natacha%20Rena%20e%20Paula%20Bruzzi.pdf). Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

RENA, Natacha; NOBRE, Maíra; BARBOSA, Danilo; PORTO, Henrique. Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 4 n. 2, 2019. p. 210 - 243. Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=.download/007.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2019.

RENA, N. S. A.; NOBRE, Maíra Ramirez ; BARBOSA, Danilo Caporalli ; PORTO, Henrique Dias . A dimensão geopolítica do Golpe de 2016 no Brasil. In: Lucas Gontijo, Marciano Godoi, Mariana Bicalho, Paulo Baptista, Yazmín Vásquez Ortiz, Yuri Martínez. (Org.). **Cuba-Brasil: diálogos sobre democracia, soberania popular e direitos sociais**. 1ed.Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021, v. 1, p. 285-319.

RENA, Natacha; NOBRE, Maíra; PORTO, Henrique. Insurgir-se contra o Estado, incidir sobre o Estado: debate sobre as insurgências multitudinárias do século XXI. **Revista Indisciplinar** (EA/UFMG), v.8 n.1. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1815/361>. Acesso em: 02 de agosto de 2023.

RENA, Natacha Sá. Ana Isabel. Neves-Lacerda declara guerra à Multidão. In: **UniNômade.net**. 2013. Disponível em: <https://uninomade.net/tenda/neves-lacerda-declara-guerra-a-multidao>. Acesso em: 01/09/2021.

RENA, Natacha.; SÁ, Ana Isabel; LOPES, Marcela; FRANZONI, Júlia. Á. Grupo de Pesquisa Indisciplinar: Método, Ativismo e Tecnopolítica na Defesa dos Bens Comuns Urbanos. In: **Congresso Internacional Contested Cities**, 5., Madrid, 2016.

Retrato n.1 Povo acordado e suas 1000 Bandeiras. Direção: Edu losche. 5min. Brasil. 2014.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas; as revoltas de junho e suas interpretações. In MARICATO, Ermínia et al. (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Carta Maior, 2013. p. 7 - 12.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia e sociedade**. v.21, n. 2. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. p. 166-173.

SÁ, Ana Isabel et al.. Cartografias emergentes da cultura. In RENA, Alemar; RENA, Natacha (Org.). **Design e Política**. Belo Horizonte: Fluxos, 2014. p. 169-184.

SANTOS, Boaventura. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Mariana. Corpos em movimento: *Black Bloc* carioca e representação de resistência. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014. p. 187 - 198.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SAVAZONI, Rodrigo. **Os Novos Bárbaros - A Aventura Política do Fora do Eixo**. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2014.

SCHREBER, Daniel. **Memórias de um doente dos nervos**. São Paulo: Todavia, 2021.

SHARP, Gene. **198 Methods of non-violence action**. The Albert Einstein Institution. Disponível em: [www.aeinstein.org/nva/198-methods-of-noviolent-action/](http://www.aeinstein.org/nva/198-methods-of-noviolent-action/). Acesso em: 14 de agosto de 2020.

SILVA, Caio; NOBRE, Maíra; PORTO, Henrique; SOUTO, João Paulo . Participação Social e Desenvolvimento Territorial: da interface sociedade-estado à rede financeiro-filantropica internacional. In: **XIX Encontro Nacional da ANPUR**, 2022. Disponível em: <https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/trabalhos.html>. Acesso em: de agosto de 2023.

SILVA, Rociclei. A força de Jó nos levantes de junho. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014. p. 75-86.

SILVEIRA, Sérgio. Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção. In: MENDONÇA, Ricardo; PEREIRA, Marcus; FILGUEIRAS, Fernando.(Org.). **Democracia digital**: publicidade, instituições e confronto político. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO, Hermano; ARAÚJO, Tânia Maria. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. **Ciência e Saúde Coletiva**. 2003. p. 847 - 858.

SIQUEIRA, Mariana; RENA, Natacha . Um dos mais influentes pensadores marxistas da atualidade expõe o papel central da urbanização na economia mundial. **aU**, fev. 2015. Urbanismo, p. 160. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/251/artigo338475-1.aspx>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SLOTERDIJK, Peter. **O desprezo das massas**, ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Revista Cidades**, v. 6. n.9. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 9-25.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STALLMAN, Richard. **Free software, free society**: selected essays of Richard M. Stallman. Boston: GNU Press, 2002.

SZANIECKI, Barbara. **Estética da multidão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TEMPOS Modernos. Direção: Charles Chaplin, 1936.

SZANIECKI, Barbara. Maré Amarello: amor e arte. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014. p. 11 - 34.

TELESFORO, João; PARANÁ, Edemilson. Dentro do redemoinho: a internet e a revolução. In CAVA, Bruno. COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis, Vozes, 2013.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3. Brasília, 2010.

TOLEDO, Fabricio. Insubmissão: a multidão forjando sua inteligência. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe (Org.). **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014. p. 37-50.

TORET, Javier. 15M: Acontecimento, emoções coletivas e movimentos na rede. In: RENA, Alemar; BAMBOZZI, Lucas; RENA, Natacha (Org.). **Tecnopolíticas do comum**: artes, urbanismo e democracia. Belo Horizonte: Fluxos, 2016.

TORET, Javier; @DATAANALISYS15M. **Tecnopolítica**: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuída. IN3 Working Paper Series. Barcelona: UOC, 2013. Disponível em: <<http://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Podremos vivir juntos?** La discusión pendiente: el destino del hombre en la aldea global. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TOZI, Fábio. Geopolítica, soberania e hegemonia: o Brasil e a centralidade do território nos processos de globalização. **Revista Indisciplinar**. v.4, n.2, Belo Horizonte: *Indisciplinar*, 2018.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Cultura Brasil, 2010.

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian Consensus as a network power. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n.57. 2014. p. 91-107.

VAINER, Carlos. Prefácio. MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.). **O Jogo continua**: megaeventos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p.9-15.

WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. in: DOS SANTOS, Theotônio; MARTINS, Carlos Eduardo, SÁ, Fernando; BRUCKMANN, Mônica. **Os impasses da globalização**. Rio de Janeiro: Edições Loyola. 2003.

WAMPLER, Brian. Transformações e difusão do OP pelo mundo. In: RENA, Natacha; BARCELLOS, Gisela; SÁ, Ana Isabel; NOBRE, Maíra. **Cartografia do Orçamento Participativo em BH**, v.1. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2022.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Carta Maior. 2013, p. 102 - 108.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Relume Dumará: Sinergia: Ediouro, Rio de Janeiro, 2004.

## **APÊNDICE A – Informações consultadas para cartografia das categorias**

ABC NEWS, 16/06/2013. Disponível em [https://abcnews-go-com.translate.goog/ABC\\_Univision/News/violent-protests-rise-bus-fare-prices-spread-brazil/story?id=19406753&\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://abcnews-go-com.translate.goog/ABC_Univision/News/violent-protests-rise-bus-fare-prices-spread-brazil/story?id=19406753&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 25 de janeiro de 2023. Traduzido pela autora.

ABC NEWS, 24/06/2013. Disponível em [https://abcnews-go-com.translate.goog/ABC\\_Univision/brazilian-spring-explainer/story?id=19472387&\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://abcnews-go-com.translate.goog/ABC_Univision/brazilian-spring-explainer/story?id=19472387&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 25 de janeiro de 2023. Traduzido pela autora.

ABC NEWS, 25/06/2013. Disponível em [https://abcnews-go-com.translate.goog/ABC\\_Univision/dilma-roussefs-political-move-end-protests-brazil/story?id=19485856&\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://abcnews-go-com.translate.goog/ABC_Univision/dilma-roussefs-political-move-end-protests-brazil/story?id=19485856&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 25 de janeiro de 2023.

AGÊNCIA BRASIL, 21/06/2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-21/dinheiro-de-estadios-nao-compromete-orcamento-para-educacao-e-saude-diz-dilma>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

AGÊNCIA BRASIL, 02/07/2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-02/congresso-recebe-do-executivo-sugestoes-de-temas-para-plebiscito-da-reforma-politica>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

AGÊNCIA BRASIL, 31/12/2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-31/cinco-pactos-foram-resposta-do-governo-federal-aos-protestos-de-junho>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

ANARQUISTA.NR, 11/06/2013. Disponível em: <https://www.anarquista.net/protesto-contra-aumento-de-passagens-centro-do-rio-de-janeiro-10-06-2013/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023)

BBC NEWS Brasil, 19/06/2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130619\\_protestos\\_fortaleza\\_jp\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130619_protestos_fortaleza_jp_rw). Acesso em 24 de janeiro de 2023).

BBC NEWS Brasil, 19/06/2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130619\\_protestos\\_fortaleza\\_jp\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130619_protestos_fortaleza_jp_rw). Acesso em 24 de janeiro de 2023.

BBC, 21/06/2013. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20210520153239/https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130620\\_protestos\\_quinta\\_rio\\_pai\\_cq](https://web.archive.org/web/20210520153239/https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130620_protestos_quinta_rio_pai_cq). Acesso em: 26 de janeiro de 2023)

BBC, 17/06/2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/manifestantes-comecam-a-deixar-protesto-no-congresso-nacional>. Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

BRASIL 247, 13/06/2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/13-de-junho-de-2013-89t8wd3o>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

BRASIL 247, 2/11/2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/junho-de-2013-foi-sabotagem-internacional-contra-o-brasil-diz-aldo-rebello>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

BRASIL 247, 23/06/2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/13-de-junho-de-2013-89t8wd3o>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

BRASIL 247, 29/06/2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/entrevistas/bolsonaro-e-filho-legitimo-de-junho-de-2013-afirma-mateus-mendes>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

BRASIL 247, 30/12/2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/a-tatica-do-gaslighting-a-cia-e-junhos-de-2013-v24qqr4q>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023)

CARTA CAPITAL, 03/10/2014. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/fatura-de-junho-de-2013-nao-sera-paga-em-2014-7148/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023..

CARTA CAPITAL, 06/08/2013. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/vandalismos-8101/>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

CARTA CAPITAL, 13/01/2016. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-tras-da-mascara-dos-black-blocs/>. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

CBN, 13/06/2018. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/190617/legado-positivo-das-jornadas-de-junho-foi-que-pess.htm>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023 .

EBC, 02/07/2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/manifestantes-voltam-quinta-feira-para-frente-do-predio-do-governador-do-rio>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

EBC, 03/07/2023. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/dilma-vai-receber-indios-mst-evangelicos-e-movimento-negro-nos-proximos-dias>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

EBC, 14/06/2023. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/anistia-internacional-critica-repressao-a-protestos-no-rio-e-em-sao-paulo>.. Acesso em 20 de janeiro de 2023

EBC, 17/06/2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2013/06/protestos-reunem-mais-de-200-mil-pessoas-em-nove-capitais>. Acesso em 24 de junho de 2023.

EBC, 25/07/2013. Disponível em:  
<https://web.archive.org/web/20210516150717/https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2013/07/manife-stacoes-nas-ruas-sao-aprovadas-por-89-dos-brasileiros>;; Acesso em 26 de janeiro de 2023.

EBC, 29/06/2013. Disponível em:  
<https://web.archive.org/web/20210520194553/https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/mpf-recomenda-a-pm-do-rio-que-evite-o-uso-das-armas-de-baixa-letalidade-nas>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

EL PAÍS, 09/06/2014. Disponível em:  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/09/internacional/1402342528\\_498979.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/09/internacional/1402342528_498979.html). Acesso em 26 de janeiro de 2023.

EL PAÍS, 11/06/2023. Disponível em:  
[https://elpais.com/internacional/2013/06/12/actualidad/1371000636\\_370579.html?event=fa&event\\_log=fa&prod=REGCRART&o=cerradoam](https://elpais.com/internacional/2013/06/12/actualidad/1371000636_370579.html?event=fa&event_log=fa&prod=REGCRART&o=cerradoam). Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

EL PAÍS, 14/06/2013. Disponível em:  
[https://elpais.com/internacional/2013/06/14/actualidad/1371171229\\_461963.html](https://elpais.com/internacional/2013/06/14/actualidad/1371171229_461963.html). Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

EATADÃO, 08/06/2023. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-vai-pedir-ajuda-de-dilma-para-baixar-passagem-imp-,1040168>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

FACEBOOK ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE, 29/06/2013. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189/148827175309430/?type=3&theater>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

FACEBOOK ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE, 01/07/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/583052088413981/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023)

FACEBOOK ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE, 02/07/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiaPopularBH/photos/a.148049585387189/150880091770805/?type=3&theater>. Acesso em: 25 de janeiro de 2025)

FACEBOOK ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE, 02/07/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1390832417798325/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2025).

FACEBOOK ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE, 02/07/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/208859282600722/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023)

FACEBOOK ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL BELO HORIZONTE, 29/06/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/630812010277184/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023)

FOLHA DE SÃO PAULO, 14/07/2013, p.8.

FOLHA DE SÃO PAULO, 19/06/2013, p. A2.

FOLHA DE SÃO PAULO, 19/06/2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1297985-nao-sao-so-20-centavos-dizem-manifestantes-na-avenida-paulista.shtml>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO, 20/10/2013, p.C3.

FOLHA DE SÃO PAULO, 27/10/2013.

FOLHA DE SÃO PAULO, 28/07/2013, p.A15.

FOLHA DE SÃO PAULO, 30/10/2013.

FOLHA UOL, 10/06/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292474-haddad-defende-acao-da-pm-para-retirar-protestos-de-vias-em-sp.shtml>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 13/06/2018. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-cinco-anos-depois-parte-das-medidas-para-responder-aos-protestos-nao-saiu-do-papel.ghtml>. Acesso em 31 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 24/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 01/07/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/fotos/2013/07/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-nesta-segunda-1.html#F86110>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023).

G1 GLOBO, 03/07/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/07/duas-mil-pessoas-protestam-em-manifestacao-de-medicos-diz-crm.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 07/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/preco-da-passage-de-onibus-provoca-manifestacoes-pelo-pais.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 12/06/2023. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-contratarifa-tem-confronto-depredacoes-e-detidos-em-sp.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 13/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/no-rio-protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-tem-confronto.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 13/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/no-rio-protesto-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-tem-confronto.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 14/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/06/estudantes-de-maceio-protestam-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 16/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/fotos/2013/06/manifestacao-contr-a-copa-fecha-em-frente-ao-estadio-do-df.html#F836768> . Acesso em: 24 de janeiro de 2023)

G1 GLOBO, 17/06/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/06/milhares-de-pessoas-saem-em-protesto-pelo-centro-de-curitiba.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 18/06/2013. Disponível em <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>. Acesso em 31 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 19/06/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-ocupam-praca-sete-no-4-dia-de-protestos-em-belo-horizonte.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 21/06/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/veja-e-leia-o-pronunciamento-na-tv-da-presidente-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 24/06/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html>. Acesso em: 31 de janeiro do 2023.

G1 GLOBO, 27/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/manifestantes-se-reunem-na-praca-da-matriz-para-protesto-em-porto-alegre.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 28/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/ocupa-cabral-promete-outra-noite-em-frente-casa-do-governador-do-rj.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 29/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/tarifas-de-onibus-em-belo-horizonte-tem-reducao-de-r-010.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, 30/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/fotos/2013/06/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-30.html#F859747>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

G1 GLOBO, Arnaldo Jabor, 17/06/2013. Disponível em: <https://cbn.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

GLOBAL RESEARCH, 10/07/2013. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/brazil-target-of-massive-nsa-spying-operation/5342296>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023)

GLOBAL RESEARCH, 16/06/2013. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/durante-as-preparacoes-para-a-copa-do-mundo-no-brasil-as-manifestacoes-pacificas-estao-sendo-violentamente-reprimidas-pela-policia/5340356>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

GLOBAL RESEARCH, 24/06/2023. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/raizes-historicas-da-crise-social-no-brasil-o-papel-do-fmi/5340218>. Acesso em 31 de janeiro de 2023.

Le Monde Diplomatique Brasil, 13/07/2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-junho-de-2013/>. Acesso em 24 de janeiro de 2023)

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 14/06/2023. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2013/06/14/bresil-manifestations-contre-la-hausse-du-prix-des-transport\\_3430069\\_3222.html](https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2013/06/14/bresil-manifestations-contre-la-hausse-du-prix-des-transport_3430069_3222.html). Acesso em: 26 de janeiro de 2023.



LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 20/06/2018. Disponível em <https://diplomatie.org.br/ecos-de-junho-insurgencias-e-crise-politica-no-brasil-2013-2018/>. Acesso em 27 de janeiro de 2023).

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 23/01/2023. Disponível em <https://diplomatie.org.br/a-criminalizacao-de-junho-de-2013-como-um-sintoma/>. Acesso em 27 de janeiro de 2023.

NEW YORK TIMES, 18/06/2013, p. A5.

NEW YORK TIMES, 19/06/ 2013, p. A5.

NEW YORK TIMES, 20/06/2013, p. A8.

NEW YORK TIMES, 21/06/ 2013, p. A1.

NEW YORK TIMES, 14/06/2013, p. A8.

NEW YORK TIMES, 19/06/2013, p. A1.

NEW YORK TIMES, 20/06/2013, p. A8.

NEW YORK TIMES, 21/06/2013, p. A1.

NEW YORK TIMES, 28/06/2013, p. A1.

O GLOBO, 15/06/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/manifestacao-em-niteroi-contra-aumento-de-passagens-de-onibus-tem-confronto-8692905>. Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

OPEN DEMOCRACY, 06/04/2016 Disponível em [https://www.opendemocracy-net.translate.google.com/en/democraciaabierta/brazilian-crisis-june-2013-did-not-take-place/?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www.opendemocracy-net.translate.google.com/en/democraciaabierta/brazilian-crisis-june-2013-did-not-take-place/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 30 de janeiro de 2023. Traduzido pela autora.

OPERA MUNDI, 14/06/2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/29440/imprensa-internacional-destaca-agressao-da-policia-a-manifestantes-em-sp>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023)

OPERA MUNDI, 23/06/2013. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/29591/changebrazil-o-que-eu-fiz-foi-uma-tentativa-de-sujar-o-governo-brasileiro-no-mundo>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023)

OUTRAS PALAVRAS, 20/07/2013. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/para-desempatar-o-jogo/>. Acesso em: 3 de janeiro de 2023.

OUTRAS PALAVRAS, 25/06/2013. Disponível em <https://outraspalavras.net/sem-categoria/primavera-ou-golpe-tudo/>. Acesso em 31 de janeiro de 2023.

PORTAL EBC, 02/07/2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/manifestantes-voltam-quinta-feira-para-frente-do-predio-do-governador-do-rio>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

PORTAL EBC, 14/06/2013. Disponível em <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/protestos-reunem-manifestantes-de-diferentes-perfis-em-sao-paulo>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023).

PORTAL EBC, 20/06/2013. Disponível em <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/manifestacao-em-sao-paulo-ja-ocupa-duas-faixas-da-avenida-paulista>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023).

PORTAL EBC / AGÊNCIA BRASIL, 21/06/2013. Disponível em <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-21/manifestacoes-foram-marcadas-por-violencia-e-depredacao-em-varias-cidades>. Acesso em 01 de fevereiro de 2023).

PORTAL R7, 06/09/2013. Disponível em <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/nao-somos-so-vandalos-dizem-black-blocs-do-rionbsp-10092013?amp>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

PORTAL R7, 07/06/2013. Disponível em <https://noticias.r7.com/sao-paulo/movimento-que-organizou-manifestacao-contra-aumento-da-tarifa-defende-passagem-de-graca-07062013>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

PORTAL R7, 11/06/2013. Disponível em <https://noticias.r7.com/sao-paulo/publico-em-manifestacao-chega-a-12-mil-diz-policia-12062013>. Acesso em 24 de janeiro de 2023.

PORTAL R7, 13/06/2013. Disponível em <https://noticias.r7.com/minas-gerais/justica-acata-pedido-do-governo-de-minas-e-proibe-manifestacoes-no-estado-durante-a-copa-das-confederacoes-13062013>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

PORTAL R7, 14/06/2013. Disponível em <https://noticias.r7.com/internacional/manifestacoes-sao-organizadas-na-europa-em-apoio-aos-protestos-no-brasil-14062013>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

PORTAL R7, 17/06/2013. Disponível em <https://noticias.r7.com/minas-gerais/contra-a-fifa-e-servico-de-onibus-12-mil-manifestantes-fecham-a-praca-sete-em-belo-horizonte-17062013>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

PORTAL R7, 20/06/2013. Disponível em [http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-20130620.html?s\\_cid=ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-tecnologia-e-ciencia-r7\\_noticias\\_tecnologia-e-ciencia\\_facebook&utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=botao\\_facebook&utm\\_term=ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-tecnologia-e-ciencia-r7&fb\\_action\\_ids=428243113950126&fb\\_action\\_types=og.recommends&fb\\_source=aggregation&fb\\_aggregation\\_id=288381481237582](http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-20130620.html?s_cid=ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-tecnologia-e-ciencia-r7_noticias_tecnologia-e-ciencia_facebook&utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=botao_facebook&utm_term=ativo-no-facebook-anonymous-assume-lideranca-das-manifestacoes-pelo-brasil-tecnologia-e-ciencia-r7&fb_action_ids=428243113950126&fb_action_types=og.recommends&fb_source=aggregation&fb_aggregation_id=288381481237582). Acesso em 31 de janeiro de 2023.

PRAVDA, 02/07/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/news/science/34853-grito\\_ruas/](https://port.pravda.ru/news/science/34853-grito_ruas/). Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

PRAVDA, 03/07/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34857-dilma\\_cai/](https://port.pravda.ru/cplp/34857-dilma_cai/). Acesso em: 30 de janeiro de 2023)

PRAVDA, 04/07/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34864-brasil\\_mobilizacao/](https://port.pravda.ru/cplp/34864-brasil_mobilizacao/). Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

PRAVDA, 07/07/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34887-presidenta\\_nua/](https://port.pravda.ru/cplp/34887-presidenta_nua/). Acesso em: 30 de janeiro de 2023)

PRAVDA, 08/07/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34897-dilma\\_brasil/](https://port.pravda.ru/cplp/34897-dilma_brasil/). Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

PRAVDA, 08/07/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34897-dilma\\_brasil/](https://port.pravda.ru/cplp/34897-dilma_brasil/). Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

PRAVDA, 18/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34788-lvante\\_varonil/](https://port.pravda.ru/cplp/34788-lvante_varonil/). Acesso em: 27 de janeiro de 2023)

PRAVDA, 19/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/mundo/34799-brasil\\_convulsao/](https://port.pravda.ru/mundo/34799-brasil_convulsao/). Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

PRAVDA, 20/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34813-levante\\_popular/](https://port.pravda.ru/cplp/34813-levante_popular/). Acesso em: 30 de janeiro de 2013)

PRAVDA, 21/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34808-brasil\\_direita/](https://port.pravda.ru/cplp/34808-brasil_direita/). Acesso em 30 de janeiro de 2023.

PRAVDA, 24/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/cplp/34814-brasil\\_povo/](https://port.pravda.ru/cplp/34814-brasil_povo/). Acesso em 30 de janeiro de 2023)

PRAVDA, 25/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/busines/34820-passe\\_livre/](https://port.pravda.ru/busines/34820-passe_livre/). Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

PRAVDA, 26/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/mundo/34824-alcance\\_guilhotina/](https://port.pravda.ru/mundo/34824-alcance_guilhotina/). Acesso em: 30 de janeiro de 2023)

PRAVDA, 28/06/2013. Disponível em: [https://port.pravda.ru/sociedade/34840-protestar\\_contra/](https://port.pravda.ru/sociedade/34840-protestar_contra/). Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

R7, 14/06/2013. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/protesto-contr-aumento-de-passagem-em-sp-ganha-repercussao-internacional-12062013>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

RT, 01/07/2013. Disponível em: <https://www.rt.com/news/tear-gas-brasil-protest-461/>. Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

RT, 18/06/2013. Disponível em: <https://www.rt.com/news/brazil-protests-transport-unrest-871/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

RT, 19/06/2013. Disponível em: <https://www.rt.com/news/brazil-protests-transport-unrest-871/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

RT, 20/06/2013. Disponível em: <https://www.rt.com/news/brazil-protests-transport-unrest-871/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

RT, 21/06/2013. Disponível em: <https://www.rt.com/news/brazil-protests-transport-unrest-871/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

THE ECONOMIST, 29/06/2013. Disponível em [https://www-economist-com.translate.goog/leaders/2013/06/29/the-march-of-protest?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www-economist-com.translate.goog/leaders/2013/06/29/the-march-of-protest?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 31 de janeiro de 2023. Traduzido pela autora.

THE GUARDIAN, 11/07/2013. Disponível em [https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jul/12/thousands-streets-brazil-protests?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jul/12/thousands-streets-brazil-protests?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 30 de janeiro de 2023. Traduzido pela autora).

THE GUARDIAN, 14/06/2013. Disponível em [https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jun/15/brazil-violent-clashes-police-protests?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jun/15/brazil-violent-clashes-police-protests?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 30 de janeiro de 2023.

THE GUARDIAN, 18/06/2013. Disponível em [https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jun/18/brazil-protests-erupt-huge-scale?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jun/18/brazil-protests-erupt-huge-scale?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 27 de janeiro de 2023. Traduzido pela autora).

THE GUARDIAN, 21/06/2013. Disponível em [https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jun/21/brazil-police-crowds-rio-protest?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www-the-guardian-com.translate.goog/world/2013/jun/21/brazil-police-crowds-rio-protest?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 27 de janeiro de 2023. Traduzido pela autora).

THE GUARDIAN, 26/06/2013. Disponível em [https://www.theguardian.com.translate.googleusercontent.com/world/2013/jun/26/brazil-protests?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://www.theguardian.com.translate.googleusercontent.com/world/2013/jun/26/brazil-protests?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc). Acesso em 30 de janeiro de 2023.

THE INTERCEPT BRASIL, 01/09/2016. Disponível em <https://theintercept.com/2016/09/01/opaisinteiroestanopantano/>. Acesso em 30 de janeiro de 2023..

TIME, 21/06/2013. Disponível em: <https://world.time.com/2013/06/21/brazils-world-cup-protests-intensify-as-countrys-politicians-and-fifa-squirm/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023

UOL, 09/06/2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/06/09/5-anos-depois-o-que-aconteceu-com-as-reivindicacoes-dos-protestos-que-pararam-o-brasil-em-junho-de-2013.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 31 de janeiro de 2023).

UOL, 20/06/2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/06/20/ato-em-vitoria-reune-100-mil-pessoas.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

VEJA, 02/02/2022. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/lula-apaga-da-historia-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023

VEJA, 14/06/2013. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/materia/tiros-bombas-e-truculencia>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

VEJA, 18/06/2013. Disponível em <https://veja.abril.com.br/economia/campanha-da-fiat-vem-pra-rua-sairado-ar-no-sabado/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

VEJA, 19/06/2013. Disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/protestos-no-brasil-sao-destaque-de-capa-do-nyt/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

VEJA, 21/06/2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/nas-redes-sociais-as-outras-causas-por-tras-dos-protestos>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

VEJA, 30/06/2013. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/mascara-de-v-de-vinganca-vira-alvo-de-pirataria/>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.